

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

CÍCERO DANTAS MARTINS – DE BARÃO A CORONEL:
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE UM LÍDER CONSERVADOR NA BAHIA.
1838-1903.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em História
da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em História.

ÁLVARO PINTO DANTAS DE CARVALHO JÚNIOR
ORIENTADOR: PRFº UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO

SALVADOR
2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

**CÍCERO DANTAS MARTINS – DE BARÃO A CORONEL:
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE UM LÍDER CONSERVADOR NA BAHIA.
1838-1903.**

(VOLUME 1)

ÁLVARO PINTO DANTAS DE CARVALHO JÚNIOR

SALVADOR

2000

Solar do Engenho Santo Antônio do Camuciata.

Itapicurú - Ba.

Construído em 1894, foi a residência principal do Barão de Jeremoabo e o símbolo do seu poderio social, político e econômico. Foto Ailton Sampaio.



A Deus, o maior dos mestres e fonte de inspiração de toda criação humana.

Para meus pais, Álvaro e Marlene, primeiros mestres de minha vida, que ao longo dos anos têm me legado o gosto pelo saber e o exemplo de como viver.

Para meus avós, Jesuína, Anibal e Carmelita, que apesar dos longos anos vividos, continuam fazendo-se presentes em minha caminhada.

Para André, Mariana e Marianinha, com amor.

AGRADECIMENTOS

O produto final deste trabalho foi possível graças a preciosa colaboração de vários profissionais e amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua realização.

Em primeiro lugar, dirigimos o nosso agradecimento ao professor Ubiratan Castro de Araújo, que desde os tempos de minha graduação em História acompanhou e incentivou o amadurecimento da idéia da realização deste trabalho e que, no decorrer do curso do Mestrado e na fase da preparação dessa dissertação, mostrou-se paciente e amigo no exercício de sua eficiente orientação.

Agradeço aos professores e colegas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas que muito contribuíram para o êxito deste trabalho, através das aulas que ministraram, das dúvidas que esclareceram e do incentivo que me prestaram. Também ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia, pelo apoio incondicional, ao CNPq pelo suporte financeiro.

A Alice Maria Ribeiro dos Santos, um agradecimento especial por tanto carinho e atenção que têm me dispensado, tanto na minha vida pessoal como na profissional.

A José Gabriel Calmon da Costa Pinto, pelo incentivo permanentemente exercido e, sobretudo, a orientação segura, minuciosa e eficiente, cuja vontade de servir e ajudar é um exemplo para todos, os meus sinceros agradecimentos.

Ao dr. Afonso Maciel Neto, diretor da Fundação Pedro Calmon, que tem me dado muitos incentivos e oportunidades na área da cultura.

A João da Costa Pinto Victória e a Everaldo Pereira da Rocha, que colocaram a minha inteira disposição suas preciosas bibliotecas e deram-me a pista para encontrar muitos livros de que necessitei para elaborar este trabalho.

Aos Colegas da Fundação Pedro Calmon, especialmente aos museólogos Guilherme Augusto Figueiredo Castro e Ana Cristina Araújo Oliveira, pelas dicas que me deram na editoração gráfica deste trabalho.

A Marina, bibliotecária do Mestrado de História, pela presteza com que desempenhou suas funções e a Carlos Alberto Bahia Rodrigues, pela digitação e orientação na impressão final.

Finalmente a meu pai, Álvaro Pinto Dantas de Carvalho, e meu avô Anibal da Costa Pinto Dantas, de ambos herdei o gosto pelas coisas do passado. Com eles muito conversei e aprendi nas longas prosas que tínhamos em Salvador, ou nas fazendas Camuciata e Pau-

Ferro, onde as horas agradáveis não passavam, transformando-se, as vezes, em “longos serões do campo”.

A Jesuína da Costa Pinto Dantas de Carvalho (vovó Jesú) e a Ana Adelaide da Costa Pinto Dantas Guimarães (vovó Adelaide), pelo testemunho que deram do que viveram e ouviram das tradições de família de seu avô barão.

“Não bebo, não jogo, não gasto com mulheres, mas tenho direito a ter dois vícios: um é a política, outro é esta obra. Quando os ingleses tomarem conta do Brasil verão que aqui morou um homem de gosto.”

(Resposta do barão de Jeremoabo quando seus amigos lhe censuraram despendar tanto dinheiro numa casa de fazenda, em paragens tão longínquas, e, então de difícil comunicação).

“A vida de um grande homem, particularmente quando ele pertence a uma época remota, jamais pode ser o mero registro de fatos indiscutíveis. Mesmo quando tais fatos são abundantes, a verdadeira tarefa do biógrafo consiste em interpretá-los; deve penetrar além dos simples eventos, no propósito e no caráter que eles revelam, o que só se consegue fazer através de um esforço de imaginação construtiva.”

(SOUZA PIRES, 1987)

“Os Dantas baianos nascem políticos como os pássaros voam e os peixes nadam [...] No sertão da Bahia eram senhores. Até Inhambupe estendia-se seu prestígio, de fio a fio, de parente a parente, como uma imensa teia que se articulava aos seus dedos e cobria léguas e léguas, numa sucessão de engenhos, fazendas, sítios, povoados de eleitores vibrantes e fiéis...”

(CASCUDO, Luís Câmara. *A TARDE*, 01.08.1939)

SUMÁRIO

Introdução	13
Parte I – Um barão no Império.	25
Capítulo 1 – Família terra e poder: uma herança construída.	25
1.1 Infância e juventude.	49
1.2 Formação acadêmica: projeto político de uma geração.	58
1.3 Vida pública no Império : O começo de uma vocação.	62
 Capítulo 2 - Em sintonia com o poder.	79
2.1. Conservadores e Liberais: diferentes abordagens.	79
2.2. Ação, reação e transação	85
2.3. Notícias do cotidiano político de um deputado geral baiano	89
2.4. A supremacia dos Saquaremas como modelo explicativo da atuação de um político conservador.	106
 Parte II – De barão a coronel.	145
Capítulo 3 – Coronelismo, ordem pública e privada.	145
3.1. Uma nova ordem que surge.	145
3.2. Raízes do coronelismo e a dualidade da ordem pública e privada.	148
3.3 A historiografia e o coronelismo: duas abordagens.	152
3.4. Pequena cronologia política.	160
 Capítulo 4 – Um coronel situacionista.	174
4.1. O barão de Jeremoabo aliado ao Governo (alianças entre o público e o privado).	176
 Capítulo 5 – Um coronel oposicionista.	193
5.1. Um coronel no sertão.	210
5.2. O Canto do cisne e o legado político.	235
 Conclusão	244
Fontes	247
Bibliografia	253
Anexo	260

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Solar do engenho Santo Antônio do Camuciata	ii
Dependências internas e senzalas do solar do engenho Camuciata	29
Capela interna do engenho Camuciata	31
Pai, tio, sogro e cunhado do barão de Jeremoabo	47
Casa-grande da fazenda Caritá	50
O barão de Jeremoabo com seus irmãos	53
Escritório do barão de Jeremoabo no engenho Camuciata	57
Faculdade de Direito do Recife	60
Casa-grande do engenho Pau Ferro.	64
A cidade de Jeremoabo no século XIX.	68
Casa-grande do engenho Regalo	73
Comendador João Dantas dos Reis	94
Carta de alforria	96
Procissão em Bom Conselho (Cícero Dantas)	98
Caricatura do barão de Jeremoabo	105
Diferentes ambientes internos do solar do Camuciata	110
Mapa da zona de influência política do barão de Jeremoabo	128
Sede do Engenho Central do Bom Jardim	134
Casa-grande do engenho Bom Sucesso com o Engenho Central Bom Jardim	136
Descendente de escravos – Maria Felismina Borges (<i>Bia</i>)	139
Aspectos do engenho Camuciata	150
João da Costa Pinto Dantas, a cavalo, no engenho Camuciata	155
Membros da Assembléia Constituinte baiana de 1891	162
Câmara dos deputados gerais no Rio de Janeiro e Senado do Estado da Bahia	170
José Gonçalves da Silva, barão de Jeremoabo, barão de Camaçari e José Marcelino de Souza	182
Joaquim Manuel Rodrigues Lima, Luís Viana, Severino Vieira e José Marceino de Souza	196
Família do barão de Jeremoabo reunida nas escadarias do solar do engenho Camuciata	207
Lateral do solar do engenho Camuciata	212

Notas referentes a moagem do engenho	213
Família do barão de Jeremoabo: João da Costa Pinto Dantas e Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas com seus filhos Cícero, João, José, Mariana, Jesuína, Adelaide, Artur, Antônio e Anibal	215
Família do barão de Jeremoabo, amigos e agregados, reunidos no salão de festas do solar do engenho do Camuciata	216
Objetos pessoais do barão de Jeremoabo	218
Carta de instruções do barão de Jeremoabo aos vaqueiros	220
Carro de boi da baronesa de Jeremoabo	222
Aspecto cotidiano da vida da família de um senhor de engenho nos arredores da casa-grande	223
Sala de jantar e sala da cachaça do solar do engenho Camuciata	225
Festa de casamento do neto mais velho e homônimo do barão de Jeremoabo no engenho Camuciata	227-28
Garagem do carro de boi, capela e sala de jantar principal do solar do engenho Camuciata	230
Descendentes do barão de Jeremoabo: João e Ana Adelaide Dantas e seus filhos Cícero, João, José, Mariana, Jesuína, Artur e Adelaide	232
Igreja de Bom Conselho (Cícero Dantas)	237
Chegada, a cavalo, da comitiva que acompanhava o filho mais velho do barão, João da Costa Pinto Dantas, a Bom Conselho, atual Cícero Dantas, para a festa da padroeira	238
Mapa da mesorregião do nordeste da Bahia, onde situavam-se as fazendas do Barão de Jeremoabo no nordeste baiano. Nele podemos localizar o engenho Camuciata, em Itapicurú e a fazenda Carita, em Jeremoabo	242
Carta escrita pelo barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva	272
O barão de Jeremoabo com seus filhos, João e Antônio da Costa Pinto Dantas, sua esposa Mariana da Costa Pinto Dantas, sua nora Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas e seus netos Cícero Dantas Martins e João da Costa Pinto Dantas Júnior	318
Antônio Martins Fontes, barão de Jeremoabo, Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas e João da Costa Pinto Dantas	344
Município de Itapicurú no princípio do século XX. Observa-se na fotografia a igreja, o prédio da intendência e a casa do barão de Jeremoabo	

destacando-se das demais, em estilo Chalet. Na outra foto, uma fileira de casas circundando a praça principal, ainda com capim e areia. Esta só foi calçada na gestão de Anibal Dantas, neto caçula do barão de Jeremoabo, como prefeito, no período de 1951-1955.

373

Casa-grande da fazenda Lagoa da Vaca, situada no município de Curaça no alto sertão da Bahia. Esta era uma das 61 fazendas que barão possuía espalhadas por 15 municípios da Bahia.

378

RESUMO

Este é um estudo sobre Cícero Dantas Martins – barão de Jeremoabo que procura perceber sua atuação política em duas diferentes conjunturas históricas: o Império e a República. No primeiro período tomamos como referência a noção do conservadorismo que permeou durante muitos anos todas as relações sociais e instituições que sustentavam o regime monárquico. No segundo período não desprezamos as permanências e práticas conservadoras que continuaram a existir com o novo regime, mas acrescentamos um componente novo a análise – o coronelismo. Procuramos ressaltar que as práticas coronelísticas tinham suas origens no Império, mas só na República é que foram aperfeiçoadas e serviram como modelo explicativo de uma época. O ponto de partida inicial para as duas fases é a discussão de obras clássicas sobre o temas onde se procura inserir o estudo de caso. Fazemos uma biografia analítica antes de entrarmos na análise das questões principais. Associa-se a trajetória política do barão de Jeremoabo a modelos interpretativos usados pela historiografia política procurando através deles perceber o perfil político de Jeremoabo e seu comportamento nesses diferentes contextos. O trabalho pretende demonstrar que o barão de Jeremoabo esteve em sintonia com o conservadorismo do Império, readaptou-o na fase de transição do regime e aprimorou-o através do aperfeiçoamento de práticas, que apesar de não serem totalmente novas, lhes deram uma feição mais definida – a de um “Coronel”.

ABREVIATURAS

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia.

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

BN – Biblioteca Nacional

AIHGB – Arquivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

AIHGB (AAP) – Arquivo Araújo Pinho

AIHGB (ABC) – Arquivo do barão de Cotegipe

ABJ – Arquivo do barão de Jeremoabo

INTRODUÇÃO

No presente trabalho é nosso objetivo estudar a trajetória política de Cícero Dantas Martins – barão de Jeremoabo em duas fases distintas de sua vida. Essa meta nos foi facilitada graças as circunstâncias históricas do momento em que viveu. A sua carreira política desenvolveu-se em dois períodos de nossa história, o regime monárquico e republicano, tendo atingido o auge entre a última década do primeiro e os dois anos iniciais do seguinte, exatamente em um período de transição. Procuramos fazer uma associação entre as transformações sociais, políticas e econômicas do referido período às mudanças ocorridas no comportamento político do barão de Jeremoabo e vice-versa.

O estabelecimento de uma ordem cronológica fez-se necessário, porque através dela podemos elaborar melhor nossa análise. Vale ressaltar porém que com isso não tivemos a intenção de adotar uma perspectiva evolucionista em nossa abordagem. Os diversos cortes temporais freqüentemente usados no decorrer deste trabalho tiveram o intuito de melhor situar nosso objeto de estudo nas diferentes conjunturas sócio-política e econômicas em que esteve envolvido.

O título deste trabalho: “Cícero Dantas Martins – De barão a coronel: Trajetória política de um líder conservador na Bahia. (1838-1903)”, nos revela os diferentes contextos em que inserimos a nossa análise. Em linhas gerais, para o Império tomamos como referência alguns temas clássicos explorados pela historiografia, portanto, questões como centralização, liberalismo e conservadorismo, Estado patrimonial e burocrático, entre outros vão servir de pano de fundo para o desenvolvimento de nossa proposta. O mesmo procedimento adotei para a República, para a qual, temas como federalismo, autonomia dos Estados, coronelismo, são freqüentes.

Só após a conscientização da relevância desses temas para um trabalho desenvolvido nesse período é que me propus a tentar perceber como se comportou o barão de Jeremoabo diante de tais realidades históricas. Tomando como parâmetro duas clássicas definições, que revelam a mentalidade e o comportamento de uma época: o ‘conservadorismo’ e o ‘coronelismo’, procurei rastrear os passos dados por um deputado provincial e geral baiano, também titular do império e depois intendente municipal e senador estadual na República, na tentativa de entender sua lógica de ação, dentro dos modelos explicativos acima citados.

Vale ressaltar que esses modelos não são os únicos a explicar o nosso período de estudo, mas são reveladores da mentalidade de uma época, que no nosso caso específico, na figura do barão de Jeremoabo, caíram como uma luva, pois esse político, através de seu pensamento e ação, assumiu plenamente o conservadorismo de uma época procurando expandi-lo nos momentos de estabilidade e transformando-o e adaptando nas fases de transição, mas nunca desfazendo-se de sua essência. É seguindo essa linha de pensamento que desenvolvo esse trabalho.

A historiografia brasileira e de modo especial a baiana, nas últimas duas décadas, pouco tem se dedicado a estudos que tenham como temática central a abordagem política. No caso da Bahia, que aqui nos toca mais particularmente, a escassez é sentida até nos trabalhos acadêmicos. Para o período monárquico e princípio da República temos o livro de Braz do Amaral, *Do Império a República*, que apesar de ser um bom manual em termos de informações, peca pela falta de análise. Para a República temos o trabalho de Antônio Moniz Ferrão de Aragão, *A Bahia e os seus Governadores na República*, que segue a mesma linha metodológica de Amaral. Além destes, dentro do nosso espaço temporal e procurando abordar o campo da política, dos poderes e da relação desses com a sociedade, existe a obra do brazilianista Eul-Soo Pang no seu livro, *Coronelismo e Oligarquias. 1889-1943*, que nos traz importantes contribuições em torno dos nossos coronéis do interior e mandões estaduais, e o trabalho da historiadora Consuelo Novais Sampaio em seu livro *Os partidos políticos da Bahia na primeira República. Uma política de acomodação*.

Sampaio nesse estudo faz uma análise da primeira República na Bahia sob a ótica dos partidos políticos e eleições. Segundo ela, todos os interesses dos líderes políticos estão voltados para as eleições e são elas que motivam o surgimento dos partidos e justificam sua existência. Conclui que todo jogo político, com seus acordos e arranjos, suas rearticulações, são incentivadas pelo desejo maior das lideranças políticas de fazerem parte da máquina administrativa do Estado.

Tanto o trabalho de Pang como o de Consuelo nos trazem valiosas contribuições para a compreensão do processo de desenvolvimento político do Estado da Bahia nos primeiros anos da República. O primeiro destaca o sistema oligárquico como o fator principal da base política do poder na Bahia. A segunda enfatiza a importância do estudo da formação de partidos políticos para melhor compreendermos as engrenagens do poder na primeira República. Ambos os trabalhos foram muito utilizados nessa dissertação com o objetivo de melhor con-

textualizar nosso personagem, que fez parte e muito esteve envolvido com os objetos de estudo desenvolvidos por eles: os grupos oligárquicos e os partidos políticos.

Para o regime monárquico, como já foi dito, por não encontrar nenhuma obra específica de caráter mais analítico que desse conta do ‘conservadorismo’ na Bahia, utilizei livros de caráter mais geral, que nos deram inclusive diferentes visões de como esse ‘conservadorismo’ é visto por nossa historiografia e que incluem a província da Bahia entre as demais, em suas generalizações. Entre os principais aqui usados podemos citar José Murilo de Carvalho, em *A construção da ordem. A elite política imperial*; Ilmar Rohloff de Mattos, em *O tempo saquarema. A formação do Estado imperial* e Fernando Uricoechea, no seu *O minotauro imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*.

Em relação a estudos que pautem suas abordagens a partir da análise do modo de pensar e agir de indivíduos a escassez é maior ainda. No mercado editorial geral ainda encontramos biografias que de um modo ou de outro preenchem um pouco a lacuna. Misturam o factual e o analítico e muitos dão conta do recado. Um dos que utilizei e muito contribuiu como modelo na construção da biografia que fiz sobre o barão de Jeremoabo, no primeiro capítulo e no decorrer de todo o trabalho, foi o de Américo Jacobina Lacombe, em *O mordomo do imperador*. Também me serviu de referência o de Wanderley Pinho, mais antigo, mas não menos valioso, intitulado *Cotegipe e seu tempo. Primeira fase. 1815-1867*.

Quanto aos trabalhos acadêmicos as obras com esse cunho são quase que inexistentes. De um levantamento que fiz a respeito das dissertações já concluídas em dois programas de pós-graduação em história, em duas universidades do país, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a proporção de trabalhos que utilizem a trajetória de um indivíduo como uma das possibilidades de entendimento de um tempo histórico, encontradas em relação a outras formas de análise é praticamente reduzida a zero. Na primeira universidade encontramos, em um total de 63 dissertações defendidas até o ano de 1992, apenas três trabalhos que utilizam o indivíduo como fonte para o estudo de um determinada conjuntura ou período histórico. São eles: *Memórias de um revolucionário: uma fonte para o estudo do período, 1922-1930*, de Eugênia Lúcia Viana Nery, que para alcançar seu objetivo estuda a vida e obra de João Alberto Lins de Barros; o segundo é centrado na figura de Teodoro Sampaio, cujo título leva o próprio nome do objeto de estudo, *Teodoro Sampaio: Sua Vida e Obra* e o terceiro é o trabalho de Zélia Jesus de Lima, que escreveu *Lucas Evangelista: O Lucas da Feira: estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana*.

Na Universidade do Rio de Janeiro encontramos um número mais elevado, mas não significativo em relação a outras formas de abordagem. Em um total de 156 dissertações e teses, computamos 24 trabalhos¹ que privilegiam como fonte de estudo a vida ou obra de um determinado indivíduo.

A escolha de um tema que tem como objeto central a atuação de um chefe político nos levou a preocupação de não cair na tentação do culto ao personagem. No decorrer desse trabalho sempre procurei contextualizar as suas ações, de acordo com as conjunturas sociais, políticas e econômicas em que estavam envolvidas, esforçando-me sempre para não apresentá-las isoladamente do tempo e espaço em que foram produzidas, mesmo porque como diz o provérbio árabe, “Os homens parecem-se mais com seu tempo, que com seus pais”.

Em certos momentos do texto falamos em elites e oligarquias, das quais o barão de Jeremoabo era um dos membros. Mas quando nos referimos a elas não associamo-las exclusivamente a ‘grandes homens’ e às correntes historiográficas que procuram explicar os acontecimentos em função de sua atuação. Falamos sim de grupos especiais de elites oligárquicas, que como qualquer outro grupo social são marcados por características próprias que os distinguem tanto das massas como de outros grupos da mesma elite.

Além do mais quando atribuo influência a atuação do barão de Jeremoabo entre os conservadores do império e os coronéis da República tenho a intenção apenas de amenizar o rígido determinismo de fatores não políticos, particularmente econômicos, nas decisões políticas. Há sempre maior ou menor grau de liberdade nas decisões e o exercício desta pode ser mais ou menos eficaz dependendo dos atores.

Nesta dissertação sobre a trajetória política do barão de Jeremoabo segui um pouco os ensinamentos de Jorge Plekanov que diz que o indivíduo faz história quando descobre a lógica das relações sociais e passa a “influir sobre a psicologia social”.² Portanto procurei inserir Jeremoabo na realidade histórica que o gerou, procurando sempre não passar a falsa idéia de que pela posição de destaque que ocupou na sociedade tenha por isso sobreposto o ser coletivo.

Embora tenha evitado a corrente tradicional da história, que procura cultuar o indivíduo como se fosse um herói, não procurei tender a radicalização que esconde a figura do personagem. Preocupe-me em perceber se o barão de Jeremoabo nas alianças políticas que fazia tinha descoberto a lógica das relações sociais, ou se tinha fracassado no papel que a história lhe teria confiado. Surgiu, assim a necessidade de elaborar este estudo, ainda que não com-

pleto, de seu comportamento e objetivos que influenciaram fundamentalmente sua trajetória política de líder conservador no Império e coronel na República.

Tratando este trabalho de um tema que pela sua própria natureza associa duas possibilidades de abordagem histórica: o político e o indivíduo, que, como já foi dito, não tem tido o destaque do seu exato valor, pela historiografia moderna e reportando-me, aqui, a René Remond que nos propõe um estudo político sem fronteira, desvinculado da análise clássica que o associa exclusivamente ao Estado como instituição e conclui que “o campo da história política irradia em todas as direções”³; ressaltamos, porém, que não pretendemos preencher lacunas, sendo este trabalho, apenas, uma contribuição no processo de revalorização, que anda a caminho, de temáticas histórico-políticas, não com o objetivo de supervalorizá-la, mas abrindo espaço junto as abordagens econômicas, sociais e culturais que no fundo formam todas um só conjunto.

Certamente virão outros trabalhos que seguirão essa mesma perspectiva complementando ou dando novos enfoques, em abordagens mais críticas e aprofundadas, que não me foi possível alcançar.

O interesse pelo tema desse estudo surgiu do questionamento ainda na graduação em história, do pouco número de trabalhos mais analíticos em relação ao assunto. Já que as críticas a história política eram direcionadas as suas extremas abordagens factuais, porque não valorizá-la utilizando os mesmos novos pressupostos teóricos – metodológicos que a *Nova História* trazia consigo e aplicava ao econômico, ao social, ao cotidiano, ao cultural? E indo mais além porque não burilar o factual e aproveitar dele aquilo que ele traz de mais importante para a construção historiográfica, que são as informações minuciosas e seguras, que quando desprezadas, provocam grandes estragos na consistência histórica de um trabalho? Afinal de que valem grandes generalizações sem um firme respaldo no tempo e espaço em que foram pensadas? Instigado por essas indagações me debrucei sobre um tema que me colocava diante de muitos fatos, datas e nomes, e desta maneira poderia me influenciar a enveredar por uma abordagem por demais tradicional, mas não me intimidei. Diante dessa constatação outra motivação me veio, porque não tirar vantagens do grande número de fontes que possuo, usando-as e aproveitando-as para melhor embasar minhas interpretações e conclusões? É o que me propus a fazer nesse trabalho.

Cícero Dantas Martins: de barão a coronel... está recheado de fatos, chegando até em certos momentos a exaustão, mas não se perde. Ganha-se em informação e melhor respalda-se as generalizações. A proposta pensada foi um pouco essa.

1838 a 1903. Essa periodização foi escolhida em sintonia com o próprio tema do estudo. Apesar do barão de Jeremoabo só ter iniciado sua militância política em 1859, quando foi eleito suplente de deputado provincial, achamos conveniente retroceder 21 anos, chegando até o ano de seu nascimento para não deixarmos de fora o período inicial de sua formação familiar, social, cultural e educacional que certamente incorporou-os por toda sua trajetória de vida. O ano de 1903 é o marco final porque simplesmente encerra a existência de nosso personagem.

É necessário agora falar um pouco sobre nossas fontes. Essa dissertação está montada encima de uma arquivo particular que começou a ser organizado ainda pelo seu titular no decorrer de sua vida. Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, tinha o hábito de corresponder-se regularmente com seus amigos. Segundo o seu neto, João da Costa Pinto Dantas Júnior, “... de algumas cartas tirava Jeremoabo ele próprio, cópias, em todas anotava no cabeçalho: nome de quem as escrevera e datas dos recebimentos e da resposta. Se a respondia pessoalmente, consignava esta circunstância. Possuía cadernos em que, por ordem cronológica, registrava a remessa da correspondência: nome do destinatário, lugar do destino, via de comunicação – postal, telegráfica, particular ou por positivo.”⁴

De um exame feito, nos cadernos em que registrava a remessa das correspondências pode-se fornecer os seguintes dados: correspondência expedida de 1873 a 1903 (outubro) – 44.411, em uma média de 1.432 cartas anualmente. O ano de índice maior foi o de 1885, com 1.956, e o de índice menor o de 1879, com 910.

Quando enviava cartas para fazendas, onde o correio não chegava, utilizava-se do serviço de dois agregados que ficavam responsáveis pela entrega de suas correspondências. Esses eram chamados de ‘positivos’. Se encontravam no meio do caminho, um entregava as cartas enviadas para serem distribuídas e o outro recebia as missivas que lhes eram endereçadas e voltava para fazer a entrega. Esses ‘positivos’ faziam todo percurso a pé, dormindo e comendo no mato. Percorriam até 60 léguas nessas viagens.⁵

O hábito de se trancar no escritório para escrever cartas o barão conservou por toda vida. Chegando ao ponto de prejudicar sua saúde com a atividade incessante, “Não sei que moléstia suponho ter. Vamos caminhando para os 58. Experimento as pílulas de Hinzemann,

que estão na moda, já comprei 2 caixinhas e vou usar. Meus incômodos só aliviam quando repouso. Devo moderar o uso do café e do charuto, dos quais abuso...»⁶

Tinha o hábito, também, de guardar todas as cartas que recebia. Essa correspondência, tendo-se passado 97 anos de seu falecimento foi conservada por seus filhos e netos no seu escritório do Engenho Camuciatá, no mesmo lugar em que ele deixou, até que seu bisneto, Álvaro Pinto Dantas de Carvalho, um advogado apaixonado pela história, resolveu dar-lhe um tratamento adequado com o objetivo de preservá-las da ação inexorável do tempo. Com uma paciência beneditina retirou de cada missiva as marcas do tempo que lhe foram possível remover: muita poeira e traças. Em seguida separou-as colocando-as em ordem alfabética e após a leitura de cada uma delas procurou identificar cada missivista com quem o barão se correspondia, fazendo uma pequena biografia de cada um deles. Também se preocupou em identificar alguns lugares, vilas, fazendas e municípios de onde eram remetidas. Após todo esse trabalho arquivou-as em pastas apropriadas, garantindo, assim, a sua conservação.

Foi nesse estado que as cartas chegaram na quarta geração da família, a qual eu pertenço. Hoje nos restam cerca de 1300 cartas manuscritas, sendo a maioria de missivas recebidas. É baseado nesse material que em grande parte desenvolvo esse trabalho.

Essas cartas foram recebidas e enviadas por Jeremoabo a pessoas de destaque político na sociedade, como ministros, governadores, senadores, deputados, secretários de Estado, intendentess, desembargadores, juizes, delegados, promotores, padres, fazendeiros, etc., de diversos municípios e estados; mas também a pessoas menos gradadas na escala social, como aos vaqueiros de suas fazendas.

Do conteúdo delas entramos em contato com as circunstâncias cotidianas, econômicas, sociais, políticas daqueles que as produziram, como com o tempo histórico em que viveram. Do corpo dessas 1300 missivas escritas por 254 correspondentes diferentes, originadas de 76 municípios distintos, espalhados por 11 províncias no Império e depois estados na República e tendo até algumas escritas de Paris, escolhi basicamente para o desenvolvimento desse trabalho, apesar de ter lido todas, apenas aquelas trocadas entre o barão de Jeremoabo e seu amigo particular, José Gonçalves da Silva, que foi o primeiro governador constitucional da República. Tomei essa atitude não só considerando os laços de amizade que ligavam os missivistas, mas pelo fato de as 174 cartas escritas pelo barão encontradas no seu arquivo são todas endereçadas a Gonçalves. E aqui cabe um esclarecimento; essas voltaram a pertencer ao arquivo

por terem sido devolvidas pela família de Gonçalves a um dos netos do barão. Sendo assim, nos foi possível ler as cartas enviadas e recebidas entre os dois velhos amigos.

Nos anexos deste trabalho transcrevo 23 cartas trocadas por Cícero Dantas Martins e José Gonçalves. A primeira data de 1 de setembro de 1865 e a última é de 8 de outubro de 1902. Essas missivas cobrem praticamente todo o período de atuação política do barão de Jeremoabo, por isso achei interessante transcrever-las na íntegra com o objetivo de melhor contextualizar minha análise, que baseia-se nesta documentação.

Após a leitura desse material nos foi possível ir retirando passagens do cotidiano, observações sobre fatos políticos, frases sutis, confidências, enfim uma gama de informações que nos permitiu acompanhar a trajetória política e pessoal de Jeremoabo, ao mesmo tempo que fomos inserindo-as dentro das conjunturas a que nos propusemos estudar.

Outra fonte importante utilizada foi o “Caderno de notas do barão”. Este foi iniciado por Jeremoabo no ano de 1895. Nele o barão faz uma genealogia de sua família e registra todos os nascimentos, batizados, casamentos e falecimentos de seus parentes e amigos. Além disso deixou registrado algumas opiniões sobre diversos assuntos, que nos revelam a sua visão de mundo.

Em relação às fontes impressas utilizamos os Anais do Senado e Câmara dos Deputados do Império e da República, onde procuramos analisar os discursos proferidos por Jeremoabo; também nos foram úteis os artigos, manifestos e circulares por ele publicados.

No anexo I desta dissertação reproduzo alguns manifestos escritos por Jeremoabo, tanto no regime monárquico, como no republicano. Esses textos são de caráter essencialmente político, onde o barão revela seu pensamento a respeito da conjuntura histórica que estava vivendo. Também encontra-se no anexo uma circular do ano de 1884, onde dirige-se ao eleitorado pedindo voto. Este é um interessante modelo de como um político conservador expressava-se perante o público para atingir seus objetivos.

Diversos documentos, também, produzidos por ele, como listas eleitorais, relação de despesas na construção de açudes, notas em cadernos sobre a agricultura e pecuária de suas fazendas e alguns mapas relativos a produção do seu engenho, foram lidos e alguns utilizados no decorrer deste trabalho.

Ainda utilizamos as fontes orais como último recurso para rastrear os passos de Jeremoabo. Através do depoimento de membros da família que conheceram pessoas que conviveram com ele, tomei conhecimento de inúmeros fatos que se passaram com Jeremoabo e pes-

soas de suas relações, além, também, de ouvir muitos ‘casos’ pitorescos referentes àquela época. Na coleta de dados levamos em consideração que a lembrança de um indivíduo é também uma representação social de um determinado período vivido.

Em relação a bibliografia específica sobre o barão de Jeremoabo poucos trabalhos foram produzidos. O primeiro deles pelo seu neto, João da Costa Pinto Dantas Júnior no ano do seu centenário, cujo título é, *O barão de Jeremoabo (Dr. Cicero Dantas Martins). 1838-1938*. É um trabalho em estilo monográfico e muitos dados forneceu à nossa pesquisa. Outra obra importante foi organizada pela historiadora Consuelo Novais Sampaio, intitulada *Canudos: Cartas para o barão*, publicado em março de 2000. Neste a professora faz uma análise dos acontecimentos que culminaram com a destruição do arraial de Belo Monte a partir de uma nova perspectiva, ainda não abordada pela historiografia no episódio de Canudos, “A construção do medo”. A partir da leitura de 70 cartas recebidas por Jeremoabo, Consuelo Novais fundamenta suas argumentações. Ainda neste trabalho, escrevo um ensaio a respeito da posição do barão de Jeremoabo na guerra de Canudos, revelando informações ainda desconhecidas dos estudiosos do conflito. Além dessas obras o que temos são notícias espalhadas em diversos livros de história da Bahia.

Em relação a estrutura formal deste trabalho, o modo de pensar, agir e fazer política do barão de Jeremoabo são aqui abordados em duas partes. A primeira, intitulada “ Um barão no Império”, da conta da trajetória política de Jeremoabo no regime monárquico. Esta subdivide-se em dois capítulos. No primeiro, cujo título é “Família, terra e poder: Uma herança construída”, fizemos uma biografia, entrecortada de comentários e análises sobre Jeremoabo, baseada em diferentes fases de sua vida. Incluímos um pouco da história de sua família e colocamos alguns aspectos de sua infância, juventude e formação acadêmica, naquilo que nos foi possível resgatar. A maior concentração de informações dá-se no início de sua vida pública em diante, até por ser um período mais recente, como pela maior disponibilidade das fontes.

No segundo capítulo entramos na parte mais analítica do trabalho. Tomamos como fulcro central a questão do conservadorismo e a partir daí desenvolvemos a argumentação de que o barão durante todo o império moldou sua atuação política influenciado pelo projeto político dos saquaremas. Esse capítulo intitulado, “ Em sintonia com o poder”, traz a propósito de uma melhor contextualização do conservadorismo de Jeremoabo, um resumo das diferentes abordagens empregadas por alguns trabalhos historiográficos que se preocuparam com o tema.

A segunda parte desta dissertação abrange o período da atuação do barão de Jeremoabo no regime republicano. Intitulada “ De barão a coronel”, trata da argumentação principal desse trabalho, ou seja, da transição de Jeremoabo de ‘barão a coronel’, transformação essa que apesar de significar uma ruptura, mantém uma continuidade : a preservação do conservadorismo.

A segunda e última parte deste trabalho subdivide-se em três capítulos. O primeiro, que corresponde ao terceiro no índice geral, intitulado “Coronelismo, ordem pública e ordem privada”, faz uma pequena contextualização histórica das raízes do coronelismo no Brasil e tece algumas considerações a respeito das diferentes abordagens históricas dedicadas ao tema, com o objetivo de melhor situar o nosso objeto de estudo e também ter mais subsídios para nossas conclusões; ressaltando, ainda, a questão do poder privado e do coronelismo, mostrando o último como expressão mais prática e política da relação entre o poder público e privado na República.

Os dois últimos capítulos, o quarto e o quinto, dão conta da atuação política do barão de Jeremoabo em dois momentos distintos de sua vida pública. O primeiro diz respeito ao período em que atingiu o ápice do poder no regime republicano (1889-1893), portanto, intitulamos este como a fase de um “Coronel situacionista”, associando e analisando a ingerência do poder privado no público e vice-versa, através da atuação política de Jeremoabo.

O segundo e último capítulo, quinto no índice geral, analisa a trajetória de Jeremoabo em um contexto adverso a seu prestígio e poderio político. Este capítulo, intitulado “Um coronel oposicionista”, dá conta do período em que o barão foi afastado das esferas do poder (1895), procurando mostrar como o velho político conservador teceu suas estratégias e alianças políticas em uma fase que estava politicamente sem força , já que não mais aliado ao poder público.

Desenvolver um tema que fala de um chefe político, implica em incluir a participação de outros, quer sejam seus correligionários, quer sejam seus oposicionistas. Esforcei-me neste trabalho para não tecer comentários a respeito da personalidade ou do caráter individual de cada um dos personagens políticos aqui envolvidos. Estudando uma época de nossa história política, permeada de paixões e desentendimentos, fui movido pelo desejo de manter o máximo de neutralidade possível. Não tivemos a menor preocupação de acusar ou inocentar este ou aquele político, muito pelo contrário, colocamos todos no mesmo patamar, cuja medida de

valor pode ser dada pelas suas atitudes em volta do acontecimento mais importante da vida deles – o processo político eleitoral.

Em todo caso, essa dissertação não deixa de conter uma “tomada de posição” a respeito do objetivo do esforço de produção do conhecimento, porque a explicitação de um pensamento traz em si os interesses específicos de cada autor e da “imaginação controlada característica da disciplina história”⁷, ou seja uma visão própria de como construir o objeto a ser estudado.

NOTAS

1. Os trabalhos encontrados no catálogo de dissertações e teses do programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1980-1996. Organização de Miridan Britto Knox Falci. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998; são os seguintes: *Afonso III no livro das leis e posturas*, por Fátima Regina Fernandes; *Isidoro de Sevilha, sua regra monástica e a transição da Antigüidade a Idade Média*, por Renan Friguetto; *Sentinela da liberdade: Presença de Cipriano Barata no processo de independência do Brasil*, por Marco Morel; *O Homem e o mito: Revisando os tempos JK (1956-1961)*, por Ana Maria Ribas Cardoso; *Eusébio e a formulação de uma ideologia de apoio ao Estado Romano*, por Andréia Cristina Lopes Frazão; *A Concepção de história na obra de Políbio*, por Paulo André Leira Parente; *Imaginário da conversão retórica, missão e fé nas cartas de José de Anchieta (1554-1565)*, por Marcus Alexandre Motta; *Silvio Romero: “Uma imagem nervosa” do Brasil*, por Maria Resende Aparecida Mota; *Linhagem, parentesco e poder na formação e consolidação da dinastia de Avis: Uma leitura da crônica de D. João I de Fernão Lopes*, por Katy Eliana Ferreira Motinha; *A imagem de Afonso Henriques nas crônicas renascentistas portuguesas*, por Maria do Carmo Parente Santos; *A herança Romano-Helenística nas cartas de São Jerônimo*, por Marcus Silva da Cruz; *Tertuliano e o uso apologético da história no apologeticum*, por Claudia Beltrão da Rosa; *Francesco Guicciardini: As antinomias e a elaboração do conhecimento histórico*, por Sylvia Lenz de Mello; *Afonso d’E. Taunay e a construção da memória bandeirante*, por Paulo Cavalcanti de Oliveira Júnior; *O evangelho segundo os jacobinos – Floriano Peixoto e o mito do salvador da República brasileira*, por Luiz Antônio Simas; *Política e economia no Rio de Janeiro seiscentista: Salvador de Sá e a bernarda de 1660-1661*, por Miguel Arcanjo de Souza; *O Corpo no pensamento de Francisco de Assis*,

por Angelita Marques Visali; Walther Von Der Vogelweid – *O elogio do soberano*, por Celso Péricles Fonseca Thompson; Pierre Autier e os últimos hereges do condado de Foix no processo do inquisidor Godofredo de Albis: *Um exemplo do catarismo tardio*, por Cláudia Bucceroni Guerra; *Música, sociedade e política: Alberto Nepomuceno e a república musical do Rio de Janeiro 1864-1920*, por Avelino Romero Simões Pereira; *Honra, lealdade e fé: Lições de poder para a nobreza e a realeza no Ysopet de Marie de France*, por Maria de Nazaré Correa Accioli Lobato; *A trajetória de Moncorvo Filho: Puericultura e filantropia num processo de assistência à Infância*, por Iete Cherem Levy; *Amor e poder: O casamento de Urraca e Alonso*, por Marta de Carvalho Silveira; *Quiero fer una prosa en Roman paladino. Al vidas de santos de Gonzalo de berceo*, por Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva.

2. PLEKANOV, Jorge. *O Papel do Indivíduo na História*. Nova Amadora: M. Rodrigues Xavier, 1971, p. 83.
3. RÉMOND, René. “Do Político”, in. René Rémond (Org.), *Por Uma História Política* (ed. UFRJ/FGV, 1996), p. 444.
4. DANTAS JR. João da Costa Pinto. *O Barão de Jeremoabo (Dr. Cicero Dantas Martins) 1838-1938*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1939, p. 33.
5. DANTAS, Anibal da Costa Pinto. Depoimento tomado na fazenda Pau-Ferro em junho de 1999.
6. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 20 de agosto de 1895.
7. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, p. 18.

PARTE I – UM BARÃO NO IMPÉRIO

CAPÍTULO 1 - FAMÍLIA, TERRA E PODER: UMA HERANÇA CONSTRUÍDA

Cícero Dantas Martins, oriundo de uma família que chegou ao Brasil no princípio do século XVIII, já fazia parte da 6ª geração de um clã que se fixou no interior da Bahia. Cícero Dantas ao nascer, a 28 de junho de 1838, na fazenda Caritá, na freguesia e município de São João Batista de Jeremoabo do Sertão de cima, já tinha ao redor de si tradições bem enraizadas, o que lhe facilitou muito sua trajetória de vida.

Vieram para a Bahia, na primeira metade do século XVIII, Francisco Gonçalves Leite, sua mulher Joana Vitória de Souza - tetravós de Cícero Dantas – e as duas filhas do casal Leandra Sancha Leite e Maria Leite de Souza, todas “naturais das partes do Reino” provavelmente do Minho ou do Douro, regiões que forneceram maiores levas de portugueses ao norte do Brasil.

O casal de portugueses Gonçalves Leite, obteve sesmarias no Salgado e no Poço Grande, sertão do Tiuiu, então integrado no território da vila de N. Srª. de Nazaré do Itapicuru de cima, ao qual pertencia a freguesia de Santana e Santo Antônio dos Tucanos, aí se estabelecendo e dedicando-se a agricultura e a pecuária.¹

Esse sertão do Tiuiu, cuja denominação desapareceu com o correr dos tempos, foi assim descrito, em 1755, pelo vigário da freguesia de Tucano, padre Francisco Cabral de Souza, ao arcebispo D. José Botelho de Matos:

Consta a povoação desta freguesia nova de Santana e Santo Antônio do Tucano, de fazendas distantes entre si, uma, duas e mais quatro léguas, e se divide em dois lugares, chamados Tiuiu e Tucano. O de Tiuiu estende-se pelo rio Itapicuru acima trinta léguas, em cujas margens, de uma e de outra parte, estão sessenta e uma fazendas, com a distância acima de léguas, o lugar de Tucano conta de dezenove léguas, sendo mais longo, com cento e umas fazendas, com a mesma distância de duas, três e quatro léguas, de fazenda a fazenda. Rios no lugar Tiuiu: o sobredito Itapicuru, o qual impede o vau com as continuas enchentes; e o seu nascimento é na freguesia de Santo Antônio de Jacobina. No lugar de Tucano, os rios, que só correm com as invernadas, e algumas vezes impedem o vau, são os seguintes: Jacurici, Piquaraçá, Pocosó, Maceté, a saber: do Jacurici ao Piquaraçá, nove léguas; do Piquaraçá ao Pocosó, três léguas, e ao Maceté, três léguas. Almas de comunhão, tem 1903. Tem uma capela esta freguesia.²

Francisco Gonçalves Leite faleceu em data anterior a 30 de março de 1748, pois, do alvará de concessão da sesmaria de Felix Andrade Maciel, consta que as terras a este concedidas, limitavam-se, ao sul, com as terras do “defunto Francisco Gonçalves Leite”, e sua mulher, cinquenta anos após, pois a 19 de setembro de 1798, Joana assinava, em casa de seu genro Baltazar dos Reis Porto, em Camuciata, uma carta de liberdade a uma escrava.

Este casal já veio de Portugal com sua prole formada. Duas filhas : Leandra Sancha Leite e Maria Leite de Souza. A primeira é a que mas interessa, pois, dá continuidade a ascendência direta de Cicero Dantas Martins, sendo sua trisavó.

Leandra casou-se com o alferes, depois capitão, Baltazar dos Reis Porto, lusitano do Porto e Irmão Síndico dos Santos lugares de Jerusalém, na província da Bahia”, a quem, pelo alvará de 12 de julho de 1749, foi concedida sesmaria, confirmada por D. José I, em 26 de junho de 1752, no dito sertão do Tiuiu:

Começando no dito Rio do Peixe, aonde acabar as terras chamadas do Poço Grande, que foram de seu sogro, correndo pelo dito rio do Peixe acima às serras que chamam as Três Irmãs para o nascente, e para o poente não partindo com heréos alguns por ser um sertão despovoado e falto de águas, tendo descoberto um caldeirão no mesmo rio”.³

A ocupação do interior baiano deu-se por um duplo processo: a conquista da terra e seu posterior povoamento. Antes de colonizar, foi preciso derrotar os tupis, cariris e jês que povoavam grande parte da Bahia. Uma vez derrotados os índios e desestruturado o modo de vida das tribos, os recém chegados colonos fixavam-se para plantar algodão, mandioca e, sobretudo, cana-de-açúcar.

A exploração do interior baiano iniciou-se, na verdade, desde que o governador Tomé de Souza doou sesmaria ao fidalgo companheiro de expedição Garcia D’Ávila que com ele aportou no litoral baiano a 25 de março de 1549.

As sesmarias doadas a Garcia D’Ávila ocuparam inicialmente as terras litorâneas do nordeste da Bahia e gradativamente foram se espalhando pelo interior, chegando seus donatários além do São Francisco. Essa marcha para o interior, a fim de consolidar sua posse como senhor absoluto de sessenta léguas do litoral ao norte de Salvador até o rio São Francisco, foi muito lenta e não menos penosa.

Garcia D’Ávila e seus descendentes mais próximos atingiram com grandes sacrifícios e de certo modo por etapas, o Rio São Francisco, deixando em cada ponto que se prestava para pecuária, um casal de índios com algumas matrizes e um reprodutor de bovinos, com uma choupana, um curral de pau-a-pique, às vezes até um casal de eqüinos.

Baltazar dos Reis Porto esteve ligado a família Ávila por muito tempo pois exerceu o cargo de procurador da Casa da Torre por vários anos. Pedro Calmon em seu livro sobre a Casa da Torre, tece alguns comentários a respeito das relações entre os senhores da Casa da Torre e seus procuradores, assim discorrendo:

...para governar tão largas terras os senhores da Torre usavam o sistema de se associarem aos régulos ou capitães, que nomeavam procuradores, dando-lhes autoridade, apoio e força. Em troca davam-lhes sujeição, tributo e homenagem...⁴

Mais adiante Calmon descreve o tipo legendário do procurador onipotente:

Falava por um proprietário que ninguém conhecia; mostrava os instrumentos de procuração; e em nome desse vago direito reinava sobre um trato do país (...) com o mandatário, partilhava o grão-senhor o poderio, ratinhava o domínio, subdividia a responsabilidade, abarcava o deserto. Tinha os tenentes, os válidos, as ordenanças. A torre parecia a capital rústica de províncias solitárias que paxás do sertão, sargento-mores de índios mansos, vaqueiros-procuradores administravam por sua lei, por sua vontade, por seu capricho, dispondo da vida e dos bens dos clientes segundo as conveniências desse governo. Despoticamente, às vezes patriarcalmente, chefes e donos numa fronteira sem juizes, que acudissem às queixas, sem soldados, que velassem pela paz, sem funcionários que impussem uma ordem qualquer. De sabre e clavinote, com tropa de agregados, 'caibras' ou arregimentados caboclos atrás deles. Monarcas das regiões vazias onde, de légua em légua, um rancho de boiadeiros esboçava na planície arenosa um núcleo de população morena...⁵

Sendo funcionário da Casa da Torre e ligado à família Ávila, Baltazar Porto resolveu em 15 de outubro de 1754, comprar a d. Inácia de Araújo Pereira, viúva do cel. Garcia d'Ávila Pereira, pela quantia de 400\$000 o sítio Camuciatá⁶, situado no município de Itapicurú.

O Camuciatá deixou de ser propriedade da família Ávila na sua quinta geração, tomando como parâmetro o primeiro Ávila que chegou a Bahia com Tomé de Souza, em 1549. Representava essa quinta geração o seu pentaneto Garcia d'Ávila Pereira. Este foi coronel do regimento responsável pelo policiamento da costa entre o Rio Real e o Rio Vermelho e mestre de campo em 29 de agosto de 1706.

A 9 de abril de 1707 Garcia D'Ávila Pereira casou-se com sua prima Inácia de Araújo Pereira, natural de Santo Amaro de Ipitanga, filha do capitão Tomé Pereira Falcão, sobrinha de d. Isabel Brandão e de Vasco Marinho Falcão. Inácia tinha na época 14 anos. O matrimônio realizou-se na casa dos Falcões, no Iguape.

Em 13 de junho de 1734 o Camuciatá passa a propriedade somente de Inácia Pereira, pois seu marido faleceu nesta data; e a 15 de outubro de 1754, como já dito, é vendido a Baltazar.

Nesta propriedade, Baltazar montou engenho de moer cana e fixou residência. Certamente esse foi o segundo, senão o primeiro, membro da família a entrar no ramo do produto que foi o primeiro gênero básico da economia do Brasil no séculos XVI e XVII – a cana-de-açúcar.

O fundador do Engenho Santo Antônio do Camuciatá já entrou no ramo açucareiro, quando o Brasil não era mais o maior produtor de açúcar do mundo. Desde meados do século XVII que os holandeses, então expulsos do Brasil, cultivaram plantações de cana-de-açúcar nas Antilhas. A concorrência dessa produção gerou, na segunda metade do século XVIII, uma fase de declínio para o açúcar brasileiro. Dispondo de técnicas mais avançadas, um engenho das Antilhas produzia 1.720 réis por ano. Um engenho brasileiro produzia apenas 615.

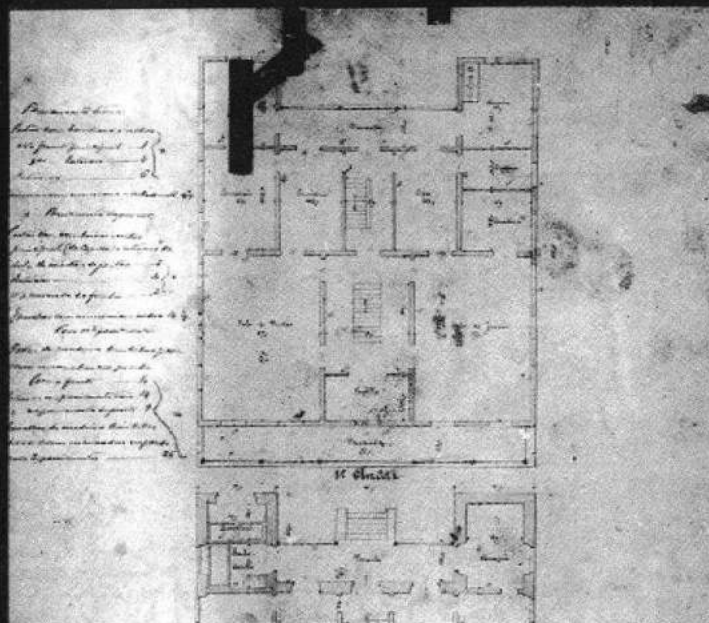
Mesmo assim a maioria dos proprietários continuou investindo na produção do açúcar que impulsionava outras atividades econômicas – tabaco para o escambo de negro, pecuária para o provimento de tração e alimento, olarias produtoras de telhas e de formas, lenha para fornalhas e madeira para as construções.

As despesas para o procurador da Casa da Torre não foram pequenas na época. Além dos 400\$000 contos de réis que gastou na compra do Camuciatá, certamente gastou outra avultada quantia na montagem do engenho, que por si só constituía impressionante conjunto arquitetônico, de edificações interligadas, aparelhadas de moendas, cobres, fornalhas, animais e pessoas providas de grande escravaria.

Vera Lúcia Ferlini descreve a estrutura física de um engenho:

uma grande casa de alvenaria abrigava os picadeiros de pedra e cal, onde se depositava a cana, e o conjunto de moendas. Num plano mais alto seguia-se a casa das caldeiras de cozinha, assentada sobre as fornalhas; o tendal onde as formas resfriavam; o enorme edifício da casa de purgar, com cerca de 1000 m², onde estavam as mesas para receber as fôrmas em seu processo de limpeza e solidificação. Mais adiante, o galpão de secagem e peso completavam a unidade de processamento.⁷

Além dos gastos com o engenho despendeu dinheiro com a construção da casa grande, a imponente residência do proprietário, térreo ou assobradada, misto de fortaleza, hospedagem e escritório; com a senzala, onde se amontoavam, para poucas horas de descanso, os escravos; com a capela, não sabemos se construção isolada ou parte integrante da casa-grande



1	2	3	4
5	6	7	
8	9		

LEGENDA:

- 1 - Sala de visitas
- 2 - Quarto de casal
- 3 - Escada social
- 4 - Anexo de serviço
- 5 - Cozinha de serviço
- 6 - Casa de agregados
- 7 - Projeto do Eng. Militar José Ferreira Ramos
- 8 - Antiga Senzala
- 9 - Casa de trabalhadores

Dependências internas e senzalas do solar do Engenho Camuciata.
Esta propriedade se situou em terras que perteceram a Casa da Torre. Foram compradas por 400\$000, em 15.10.1754, por Baltazar dos Reis Porto, trisavô do barão de Jeremoabo. Foto do IPAC/IPHAN.



cujo santo de sua invocação (Antônio), deu o nome ao engenho – Santo Antônio do Camuci-atá.

As necessidades do fabrico do açúcar, certamente requererão mais obras: Carpintaria, marcenaria, olaria, casa de farinha e currais.

Faleceu Baltazar, em estado de viuvez, depois de 1764, pois, nesse mesmo ano, a 3 de outubro, forrou a escrava Josefa, gentia da Costa da Mina, “pelos bons serviços que dela tinha tido, e pelo amor com que criou seus filhos e senhores”.⁸

Deixaram Baltazar e Leandra, os filhos muito bem situados economicamente. Foram quatro: Inácio dos Reis Leite, Baltazar José dos Reis, Francisco Xavier dos Reis e Maria de Souza Neves. O mais velho foi Inácio e da descendência dele nascerá Cícero Dantas Martins três gerações depois.

Inácio dos Reis Leite que também se assinou Inácio Gonçalves Leite, foi também, como seu pai e avô, sesmeiro no Tiuiu, por alvará de 23 de julho de 1752.⁹ O bisavô de Cícero Dantas já estava enfronhando na vida política e social de Itapicurú. As origens desta cidade remontam a meados do século XVII quando no local onde, em 1636, existia uma missão franciscana denominada Saúde, ou de Santo Antônio, foi erigida uma pequena capela em 1648, que passou a freguesia curada em 1698, com o nome de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicurú de Cima, consoante petição dirigida ao rei pelo vigário Gyrardo Correia de Lima, que começou a receber, cômgrua a partir de 1700. Antes da criação da freguesia, fora a zona percorrida inicialmente pelos jesuitas e, posteriormente, pelos missionários franciscanos.

O crescimento da freguesia com o aumento do número de habitantes permitiu que seus moradores solicitassem a criação da vila. Assim é que, uma carta régia foi dirigida ao vice-rei do Brasil, solicitando notícias sobre a localidade de Itapicurú para ver se tinha condições de ser elevada a vila. Estando dentro das condições previstas para merecer tal promoção, fora a freguesia elevada à categoria de vila pelo vice-rei do Brasil, conde de Sabugosa, em 28 de abril de 1728.

Consuelo Pondé de Sena transcreveu os termos da carta régia alusivos ao ato da criação da vila:

D. João por graça de Deus etc. Faço saber a vós Vasco Fernandes César de Meneses vice-rei e capitão general de mar e terra do estado do Brasil que havendo visto o que me representou em carta de dezenove de fevereiro do ano passado, de se compor o lugar de trinta e cinco léguas e quarenta dessa cidade e trinta e seis de Sergipe del-Rey fazendo-se preciso que nela se erija uma Vila para que há em ir tirar devassa ali o juiz da vila de Cachoeira. Hei por bem por Resolução de vinte e três deste presente mês e ano, em conta de meu Conselho Ultramarino de se erija no dito lugar de Itapicurú uma Vila pela grande utilidade que se pode seguir, assim ao meu serviço como também



Capela interna do engenho Camuciata inaugurada solenemente em 10.03.1894. O padroeiro da mesma é Santo Antônio. Nesta capela eram realizadas, pelo padre de Itapicuru, missas, batizados e casamentos dos moradores do engenho. Foto ABJ.

pelo grande benefício que podem receber os meus vassallos continentes naquelas partes porque terão por este meio forma civil e política e quem lhes administre justiça e que se evitem os insultos que na forma dela se experimentam, ficando em paz e quietação. el-rei Nosso Senhor o mandou por Antônio Royz da Costa e Joseph de Carvalho e Abreu, Conselheiros do seu Conselho ultramarino e se passou por duas vias. Bernardo Félix da Silva a fez em Lisboa Ocidental a vinte e quatro de abril de mil setecentos e vinte e sete. André Lopes de Lavre a fez escrever. Antônio Ruy da Costa – Joseph de Carvalho e Abreu.¹⁰

As funções das vilas e povoados eram bem simples. Num primeiro momento, constituíam os pontos de contato entre a administração portuguesa e o poder local dos senhores. Além disso, tinham a função social de congregar os moradores dos engenhos e fazendas próximas, nas missas e festas, religiosas ou leigas. Quanto ao plano econômico, sua função era pouco significativo, no máximo como pequenos postos de embarque de açúcar para os centros maiores (casos de vilas marinhas), onde se fazia o transporte para Portugal, ou com os lugares onde se podia adquirir, eventualmente, algum artigo em falta nos engenhos.

Inácio dos Reis Leite exerceu na vila de Itapicurú os cargos públicos de vereador e avaliador. Membro que era da elite colonial dominante beneficiou-se com a política real não só pelas grandes porções de terra que recebeu com as doações de sesmarias, como pelo controle que assumiu dos organismos políticos locais.

A organização municipal portuguesa, com suas raízes romanas e suas funções política - administrativa, dadas pelo livro 1º das Ordenações, transferiu-se para o Brasil. Os dois elementos constitutivos do poder municipal eram a Alcaidaria e a Câmara Municipal ou “Senado da Câmara”, título especial que possuíam em determinadas cidades, sem que isto implicasse em novas funções ou maiores vantagens. A Alcaidaria e suas rendas, na época das capitâneas hereditárias eram privilégios do donatário da capitânia. Era ele quem nomeava o alcaide, capitão da vila, constituindo-se este em seu subordinado. A câmara municipal tornou-se de fato o órgão mais importante da administração. A jurisdição não se limitava a cidade, mas estendia-se a todo o “Termo” (equivalente ao território municipal) respectivo. Funcionava tanto como um órgão de caráter local, como se integrava ao conjunto da administração geral. Cumpria, portanto, à câmara uma dupla função: por um lado constituía-se num órgão representativo da população local, já que seus cargos eram eletivos, mas, por outro lado, estava subordinada ao governador transformando-se em instrumento executor de suas decisões.

As estruturas básicas do governo local eram tão antigas quanto as do governo geral: havia dois juizes ordinários, três vereadores escolhidos anualmente, um escrivão, um procurador e dois “almotacés” (encarregados de controlar a qualidade dos produtos vendidos nos mercados locais, os pesos e medidas e as condições de higiene e limpeza).

Os três vereadores eram escolhidos anualmente. Nas vilas em que ocorriam eleições, e Itapicurú era uma delas, votava apenas o povo qualificado, os homens bons. Preparavam-se listas qualificando os que tinham direito de voto, às vezes chamados republicanos, cujo critério era fundamentalmente ser proprietário de terras e escravos.

Inácio participava do processo eleitoral anualmente pois os vereadores eram escolhidos neste intervalo de tempo. As eleições, em princípio, eram indiretas. Os homens bons, reunidos na câmara, escolhiam os eleitores que, separados em três partes, organizavam cada um, uma lista tríplice, isto é, contendo três nomes dos que escolhiam para os cargos da câmara. O presidente conferia e formava com os nomes mais votados três listas definitivas que se encerravam em bolas de cera (pelouros). Pela “primeira oitava do Natal” (8 de dezembro) de cada ano, e com assistência do povo, em vereança especial, comparecia um menino de sete anos que metendo a mão por um cofre onde se guardava os três pelouros, tirava um, cuja lista serviria no ano seguinte. Assim em três anos consecutivos, depois do que, esgotados os pelouros e as listas, procedia-se a nova eleição. Quando algum dos elementos da Câmara devesse ser substituído, ela própria escolhia seu substituto, chamando-se essa forma de eleição de barrete.

Findo o processo eleitoral estava formado o Conselho de Vereança que dentre as funções principais cabia-lhes tratar de pequenos roubos, agressões ou injúrias, cuidar das vias públicas, fixar taxas urbanas (pagas por comerciantes e artesãos).¹¹

Além de vereador, Inácio assumiu o cargo de avaliador em Itapicurú. Este posto estava dentro do organograma da Provedoria de Depósitos e Ausentes e Depósito Geral que abrangia os seguintes cargos: Juiz de Fora do Cível, Provedor, Avaliador e Partidor do Conselho, 2º Avaliador e Partidor, Escrivão da Receita do Depósito e Tesoureiro do Depósito Geral. O Avaliador e Partidor do Conselho recebia de emolumento 100\$000 e o 2º Avaliador e Partidor 29\$000.¹²

Inácio foi casado com Maria Francisca de Souza Dantas, filha do português Manoel Alves Martins, e Teodosia Maria de Souza Dantas, proprietários da fazenda Catu; e faleceu, no Camuciá, onde residia, antes de 1832.

A família foi crescendo. Inácio deixou 7 filhos: Ana Maria Xavier dos Reis, Maria Josefa da Conceição, Leandra Sancha Leite, Teodosia de Souza Leite, Josefa Francisca dos Reis, Francisca Xavier de Souza e João d’ Antas dos Reis Portátil, avô de Cícero Dantas. Este nasceu no Engenho Santo Antônio do Camuciá, freguesia de Nª Srª do Nazaré do Itapicurú, aos 8 de março de 1773.

A avó de João Dantas, Teodosia Maria de Souza Dantas, foi a primeira da linhagem da família no Brasil que usou o patronímico “Dantas”. Dantas Júnior, no seu trabalho genealógi-

co sobre a descendência do capitão-mor João d'Antas, acrescenta que a primeira pessoa, segundo o genealogista português Armando de Matos, a usar o sobrenome "Dantas", foi Mem Afonso de Antas, senhor de Vimieiro, em Antas, conselho de Paredes de Coura, distrito de Viena do Castelo, província do Minho.

João Dantas dedicou-se, desde cedo, a exemplo de seus antepassados, às atividades agrícola, pastoril e industrial do açúcar mascavo, e de aguardente, a princípio ajudando a seu pai e, depois da morte deste, como proprietário do dito engenho Santo Antônio do Camuciata, cujas terras cresceu, por compra, a alguns parentes vizinhos e a estranhos, e aí construiu sobrado, um novo engenho moente e corrente, e alambique de cobre.

A pecuária brasileira, no século XVII, situou-se como retaguarda da produção açucareira. Inicialmente, os currais estavam localizados vizinhos às terras cultivadas, delas apenas separados por cercas. No entanto, com o crescimento da população, a pecuária deixou de ser uma atividade criatoria destinada a atender apenas às necessidades dos engenhos.

Evidenciou-se, então, o conflito entre a agricultura e a pecuária, culminando com o deslocamento desta última atividade para longe das terras cultivadas, estendendo-se estas pelos sertões. Em meados do século XVIII, já a Pecuária aparecia fixada nos sertões, em grandes latifúndios. Os currais baianos localizavam-se nas margens do Rio São Francisco, do Rio das Velhas, do Rio das Rãs e dos Rios Verde, Paramirim, Jacuípe e Itapicurú.

Possuidor de muitas terras e descendente de donos de currais em Itapicurú, João Dantas envolveu-se na atividade pecuária tanto na esfera privada, como na pública. Na primeira, cuidando de suas reses em suas propriedades e na segunda, servindo ao governo colonial como arrematante direto, e cessionário, de arrematação de cobrança dos dízimos reais e gados *vacum* e cavalar nas freguesias de Água Fria, Camisão, Itapicurú, Inhambupe, Jacobina, Jeremoabo, Monte Santo, Ouriçangas, Pambu e Tucano, em diferentes exercícios.

A atividade de arrematante era muito prestigiosa para quem o exercia. A câmara emitia editais, colocados nas praças dos municípios, informando a data em que os bilhetes para a cobrança dos impostos seriam levados à hasta pública. Esses bilhetes, arrematados por políticos da época, muitos vereadores, que exerciam um "monopólio" na intermediação da cobrança dos impostos, eram adquiridos por quem oferecesse o maior lance. Os arrematantes pagavam ao governo municipal através de letras trimestrais e afiançadas, perfazendo o total de quatro pagamentos durante o ano.

Sendo todos os produtos vendidos na feira submetidos pela câmara ao pagamento de impostos, evidentemente que os arrematantes podiam auferir grande vantagem em tal reco-

lhimento, vez que podiam, sendo proprietários dos bilhetes, cobrar uma quantia bem mais elevada daquela que adquiriram.

O gado bovino e, secundariamente, o muar e o cavalari, couros e peles, coelhos, querosene e pólvora eram a os principais produtos responsáveis pela receita do município e, por isso, de maior taxaço e maior lucratividade para os arrematantes. Segundo depoimento de antigo funcionário da prefeitura de feira de Santana, “um cidadão que chegou em Feira de Santana com algum dinheiro conseguiu arrematar imposto sobre o gado e ao deixar a sala onde se realizou o leilão, recebeu um tiro nas costas, morrendo logo em seguida. Declarava, ainda, aquele mesmo cidadão que só pessoas muito entrosadas com a política da região podiam entrar no negócio”.¹³ Dai caracterizar-se a arremataço como uma transação de “monopólio” por determinado conjunto de indivíduos que dominava a política, à época.

Como podemos observar a profissão de arrematante era muito delicada, pois envolvia cobranças. Constantemente haviam contendas envolvendo o arrematante e as partes envolvidas no processo de cobrança. João Dantas não escapou as antipatias que o cargo trazia em si. Em certa ocasião, quando pernoitava em Jeremoabo, em viagem no desempenho dessa missão, foi, certa vez, “maltratado aleivosamente com um tiro de espingarda, que quase lhe tirava a vida, sendo, por isso, autorizado, pela provisão de 27 de abril de 1814, a usar de armas, ele e dois pajens”.¹⁴ Desse atentado, atribuído o mandato a pessoa de importância em Itapicuri, seu parente, fez-se o competente processo, condenando-se os autores materiais, “aos quais, entretanto, João d’Antas perdoou”.¹⁵

O parente acima citado era o capitão-mor do Terço das Ordenanças da vila de Itapicuri de Cima, Luís de Almeida Maciel. D. Francisca Xavier de Souza Dantas, com quem João Dantas se casou, era sua prima em segundo grau e sobrinha das irmãs Joana Vitória de Souza Leite e Maria Vitória de Souza respectivamente primeira e segunda esposa de Luís de Almeida. Outro casamento reforçou o laço entre as duas famílias, o filho mais velho de Luís de Almeida, Manuel Álvares Maciel, casou-se com Josefa Ferreira de Brito, prima de João Dantas, filha de uma irmã de sua mãe.

As demandas entre Luís de Almeida e João Dantas não se restringiram apenas aos desentendimentos causados pela influência de Dantas junto a arrematantes, elas se estenderam por longos anos e tiveram outras motivos que não cabem aqui ser citados.

Além de arrematante, João Dantas ocupou outros cargos públicos em Itapicuri, inclusive o de Juiz ordinário e Juiz de órfãos. Esses cargos eram revestidos de uma grande importância política e social pois faziam parte da administração da justiça brasileira desde os primórdios da colonização.

Os magistrados mais importantes eram os ouvidores - gerais, residentes na capital de cada capitania e superiores hierárquicos de ouvidores civis e criminais (magistrados superiores, ou desembargadores, que deliberavam no Tribunal da Relação, de segunda instância), de ouvidores de comarcas e distritos (que também exerciam o ofício de corregedores em causas civis e criminais) e de numerosos juizes, entre os quais os “juizes de fora”, que geralmente presidiam as câmaras municipais e eram provedores da Real Fazenda (encarregados dos testamentos, dos bens dos defuntos, dos ausentes e dos órfãos).¹⁶

O juiz ordinário fazia parte do quadro dirigente da câmara municipal que era composta de um juiz presidente que era chamado juiz ordinário quando eleito com os demais membros da câmara, ou juiz de fora quando nomeado pela Coroa, geralmente um letrado da metrópole. Os juizes ordinários eram sempre dois, que exerciam em alternância suas funções, mudando de mês em mês, durante o ano para o qual haviam sido eleitos. Diversamente dos juizes - de - fora, exerciam o cargo sem remuneração, como os demais membros da câmara. Os juizes, ordinários ou de fora, além de suas funções como membro e presidente da câmara tinham outras atribuições próprias como julgar e dar sentenças, resolvendo litígios entre partes desavindas e agindo como executores das providências da administração central.

Mas voltando aos desentendimentos entre Luís de Almeida e João Dantas, foi na ocasião em que este estava ocupando o cargo de juiz de órfãos (eletivos em Portugal e no Brasil feitos pelo rei e pelas câmaras), que os ânimos se acirravam. Em 1810, Luís de Almeida foi intimado por João Dantas, então juiz de órfão em Itapicurú, a abrir o inventário de sua mulher Joana Vitória de Souza Leite. Luís de Almeida discordou da avaliação dos bens do casal, feita pelo juiz ordinário da vila, e recorreu ao Tribunal da Relação da Bahia.

Em 20 de dezembro de 1811, alegando ter sido, em sua atuação como magistrado, ofendido pelo capitão- mor, João Dantas apresentou ao Juiz ordinário da vila de Itapicurú um “libelo atroz” contra Luís de Almeida Maciel. Na madrugada de 9 de agosto de 1813, o juiz de órfãos foi ferido por tiros de espingarda, prendendo e denunciando o escrivão do julgado de Jeremoabo, Manuel Fernandes, pela autoria do atentado. Três meses depois, em 17 de novembro, João Dantas apresentou nova queixa relativa ao atentado, dessa vez na Ouvidoria Geral do Crime da Relação da Bahia, através de “petição de querela e libelo acusatório”. Acusou Luís de Almeida e sua mulher Maria Vitória de Souza de mandantes, e José Leite e José Custódio, de executores. Em 5 de setembro de 1814, enquanto corria, no Tribunal da Relação da Bahia, o processo relativo à tentativa de homicídio, Luís de Almeida foi condenado, em primeira instância, no processo que João Dantas lhe movera por injúria atroz, a quatro anos de degredo para um dos lugares da África, embora essa pena não pudesse ser aplicada a menores

de 16 e maiores de 55 anos. Além disso, devia pagar duzentos mil réis para o autor e cem mil réis para despesas e custas.¹⁷

Vendo-se condenado e sem defensor, Luís Almeida procurou o auxílio do capitão mor Pedro Ribeiro, pessoa também de grande influência na zona de Itapicurú. Este tomou diversas providências com o objetivo de derrubar João Dantas, principalmente após a morte de Luís Almeida. Ana Bittencourt narra das conversas ouvida sobre seu avô Pedro Ribeiro, com a parcialidade inerente de um membro da família, o início da atuação do avô contra João Dantas: “...Tendo meu avô recebido a comunicação da morte de Luís de Almeida, veio da Bahia e, chegando a Itapicuru, inculpou acremente aqueles que induziram o velho fazendeiro a dar um passo impróprio de sua posição que lhe ocasionara a morte. Por que não o levaram para Periperi, onde João Dantas nem qualquer outro ousaria mandá-lo prender? Nada porém lhe restava a fazer para remediar a mais irremediável das coisas mundanas, a morte. Empregou então toda a sua atividade e energia em dar bom andamento às questões da casa de Luís de Almeida”.¹⁸

Após alguns anos de brigas entre os dois potentados locais, em 1827 chegaram a um acordo, mas antes disso João Dantas habilitou-se, em 1816, já falecido Luís de Almeida, a receber dos herdeiros destes a indenização arbitrada pelo acórdão em 1815 do Tribunal da Relação da Bahia. Decorridos 17 anos, as famílias Almeida Ribeiro e Dantas vislumbraram uma situação pacífica: O Termo de Conchavo e Amigável composição entre Pedro Ribeiro e João Dantas foi assinado no Camuciatá em 1827.

Os filhos - família pertencentes à nobreza rural conservavam regalias nas carreiras das armas, podendo obter facilmente os graus superiores de Coronel e Tenente-coronel nos comandos da milícia, ou o título pomposo de Capitão-mor de Ordenanças, com o comando da força da terceira linha de um distrito. Mas na tropa de primeira linha o privilégio se restringia a assentar praça como soldado nobre; privilegiado eram os cadetes. Pelas primeiras vantagens optou, em geral, João Dantas e seus descendentes. Ele foi capitão das Ordenanças de Itapicurú, Sargento-mor e Capitão-mor, por patente de 20 de setembro de 1816, confirmada em 19 de janeiro de 1825 e seu filho João Dantas dos Reis Portátil Júnior (pai de Cícero Dantas), fora Tenente-coronel do Regimento de Cavalaria de Milícias de Itapicurú, nomeado pelo general Labatut e tendo patente confirmado pelo decreto de 16 de fevereiro de 1824.

Kátia Mattoso faz uma boa análise a respeito da importância das instituições que deram origem ao exército dentro da estrutura do Estado: “Com seu peso numérico, com as hierarquias sociais que assentava e revelava, com as solidariedades que suscitava ou recusava, as “forças armadas” pesavam de maneira original nas estruturas de um estado que sempre mani-

festou, diante dos militares, sentimentos ambíguos, mesclados de admiração e confiança, receio e ciúmes”.¹⁹

As forças armadas eram compostas por regimentos de primeira linha (ou tropa paga) e por milícias e Tropas de Ordenanças. No fim do período colonial, a composição militar havia se tornado uma casta relativamente fechada. O mais das vezes, as patentes eram concedidas aos descendentes dos ofícios mais antigos, mesmo entre vivos. Mas, da mesma forma que no serviço civil, não havia compra de cargos: Tratava-se de recompensar os que serviam ao rei, e a recompensa podia ser atribuída até a colaterais bastantes afastados. Vários parentes de João Dantas ocuparam cargos na corporação militar.

A defesa dos territórios baianos também era assegurada por corpos auxiliares, como os regimentos de milícias e de ordenanças, colocados com o beneplácito do Estado, sob o comando direto das classes privilegiadas, que deviam prover seu sustento. As milícias, criadas no século XVII, formavam na Bahia doze regimentos, dos quais quatro com sede em Salvador e quatro no Recôncavo. Com exceção dos maiores e sargentos (pagos pelas respectivas municipalidades), a oficialidade desses corpos auxiliares não seguia neles uma carreira, nem era remunerada, pois as funções que exerciam, consideradas honoríficas, eram muito cobiçadas, além de compatíveis com o exercício de outros ofícios. Ser oficial das milícias representava freqüentemente o primeiro passo para conseguir o enobrecimento e abria caminho para que os filhos servissem como cadetes nas forças armadas regulares. O prestígio também decorria do fato de que a nomeação dependia de uma patente real e da fortuna necessária aos exercícios do cargo. Para chegar a comandante de um regimento de milícia, era preciso ter servido em um regimento de primeira linha.²⁰

As milícias tiveram grande importância social pois foi graças a elas que o poder real conseguiu associar as populações da Capitania para manter a ordem pública aumentando a influência das formações paramilitares e, ao mesmo tempo, pela distribuição de patentes e funções, incentivar o gosto dos brasileiros por cargos honoríficos.

As ordenanças também eram corpos auxiliares, organizados segundo o Terço Ibérico, com quatro patentes de oficiais, em vez de seis, como nos outros regimentos. Mas não tinham o prestígio das milícias. As pequenas comunidades do interior da Capitania só dispunham de Companhia de Ordenanças.

João Dantas pulou etapas, apesar de não ter feito parte de nenhum corpo de milícias, atingiu o posto de Capitão-mor. Estes eram as autoridades máximas nas vilas e nos Termos destas, encarregados de inspecionar as tropas e os armamentos, de assegurar o bom funcionamento das instâncias civis, fazendárias e judiciárias, e também de elaborar as listas dos cida-

dãos aptos a serem recrutados para a tropa regular ou das milícias. Eram escolhidos entre as famílias ricas de cada localidade, proprietários de gado bovino e importantes senhores de engenho. Os capitães-mores, escolhidos pelas câmaras municipais, eram necessariamente confirmados pelo rei, através de cartas patentes, o que aumentava o prestígio do posto.

Em 1821, ano em que se intensificaram os movimentos em prol da independência do Brasil na Bahia, já era João Dantas capitão-mor. Imbuído de sentimento nacionalista, Dantas não aceitou, como os demais baianos, a nomeação do brigadeiro Inácio Madeira de Melo para o comando das Armas na Bahia, em substituição ao brigadeiro Freitas Guimarães. Houve luta armada e os comandantes portugueses praticamente destituíram o brigadeiro Freitas Guimarães a força, ficando como donos da cidade do Salvador.

Os baianos não aceitaram a perda da cidade. Nos dias 18 e 19 de fevereiro de 1822, oficiais militares saíram do forte de São Pedro e armaram guerrilhas nas matas que iam de Brotas à Fazenda Garcia. Militares e civis, famílias inteiras, procuravam o Recôncavo, principalmente Santo Amaro e Cachoeira, que assim se transformaram em centro dos preparativos da luta pela expulsão de Madeira de Melo.

No dia 25 de junho, uniram-se os baianos em Cachoeira. Era o começo da guerra da independência.

O capitão-mor João Dantas acompanhou todos os acontecimentos que induziram o conflito entre brasileiros e portugueses e imediatamente aderiu ao movimento percursor de nossa independência, promovendo a integração de Itapicurú na campanha, com a aclamação nessa vila, a 7 de julho seguinte, de Pedro I Defensor Perpétuo e Constitucional do Brasil. Em decorrência dessa atitude foi eleito para compor a primeira junta conciliatória que se transformou em governo, com a adesão de outras vilas do Recôncavo e do Sertão.

A junta governativa ficou composta de: Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, representante de Santo Amaro; Francisco Gomes Brandão (depois Francisco Gê Acayaba de Montezuma), representante de Cachoeira; Manuel Gonçalves Maia Bittencourt, representante das vilas de Jaguaripe e Nazaré; Simão Gomes Ferreira Veloso, representante de Inhambupe; Miguel Calmon Du Pin e Almeida, representante da vila de Abrantes; Manuel da Silva e Souza Coimbra, representante de Maragojipe; João Dantas dos Reis, representante de Itapicurú; e padre Teodoro Dias de Castro, representante de Valença e Jequiçá.

No Recôncavo surgiram as milícias, grupos de voluntários, armados e mantidos pelos senhores de engenho. Os nomes desses batalhões diziam, mais que tudo, o entusiasmo do momento: Mavorte, Belona, Batalhão Sagrado dos Independentes. O capitão-mor João Dantas entrou no clima de entusiasmo e adotou o nome de João d'Antas dos Imperiais Itapicurú.²¹

Essa prática de adoção de nomes ‘nacionalistas’ por brasileiros e até portugueses que queriam marcar sua opção pelo país que os acolhera, intensificou-se no ano que precedeu a independência. Na Bahia, em agosto de 1821, surgiu um jornal nacionalista, o *Diário Constitucional*, que teve vida curta; seus redatores foram dos primeiros a modificar os nomes por razões políticas, passando a assinar-se Francisco José de Almeida Corte Real, depois Imperial, e Francisco Gomes Montezuma. Em 1823, em outro jornal nacionalista, *O Intendente Constitucional*, foram publicados mais de duzentos avisos a respeito da substituição dos tradicionais sobrenomes portugueses por nomes brasileiros, inspirados nos reinos animal (Acauã, Cabuçu, Canguçu, Guacinim, Paca, Patativa, Sinimbu) e vegetal (Cajaíba, Jambeiro, Jatobá, Sapucaia, Sucupira, Titara) e na geografia (Borborema, Cairu, Campos, Cincurá, Itapagipe). Outras fontes de inspiração foram os nomes próprios de heróis nacionalistas (Bolívar, Montezuma, Tibiriça) e gentílicos (Brasileiro, Gê, Tupinambá e Tupiniquim). Desses nomes, muitos desapareceram por falta de herdeiros; outros foram simplesmente abandonados pelas famílias, passado o calor do hora. Os filhos do capitão-mor João Dantas já não adotaram o nome acrescido pelo pai.

Mas não se restringiu a aclamação de D. Pedro em sua terra natal, a participação do capitão-mor Dantas no processo da Independência. As lutas continuaram e ele envolveu-se em todas elas.

A luta tomou feições de guerra, sendo organizada por estratégias militares, como a organização de quartéis-generais, a criação de batalhões de cavalaria, guarda cívicas, corpos de milícia, etc. João Dantas foi convidado a envolver-se na luta emancipadora, onde tomou a iniciativa de organizar e comandar a Guarda Cívica em Cachoeira e marchou para Pirajá comandando um batalhão de cavalaria, composto de 500 homens.

Pirajá ficou como o mais importante centro de comando das operações, aquartelando-se aí, no Engenho Novo, o grosso das forças brasileiras. Depois de Pirajá, as forças brasileiras se colocaram em torno da cidade, distribuídas de cabrito à Conceição, e de Itapuã até Brotas. João Dantas estava longe do campo de batalha por estar adoentado; e ávido de saber notícias dos acontecimentos escreveu ao General Labatut a 26 de fevereiro de 1823 obtendo resposta dois dias depois:

Ilmo. e Exmo. Sr.

Com prazer recebi a carta de V. Exa de 26 do corrente porque já me tardavam notícias suas, não deixando contudo de sentir o seu estado de saúde do qual desejarei saber que já se vê livre. (...) Ainda não sei quem é o menino de Inhambupe, e como a cavalaria

foi aquartelar-se nas Brotas à vista do inimigo, averiguaréi quando eu fôr as linhas donde ainda ontem vim. Deus guarde a V. Exa. Como eu desejo.

Quartel-general no Engenho Novo, 28 de fevereiro de 1823

Segundo da Independência e do Império

*Labatut General*²²

Paralelamente as lutas na Bahia, o capitão-mor atuou também na província de Sergipe. Juntamente com seus filhos Inácio, José e João Dantas Júnior, parentes e demais patriotas de Itapicurú, organizou um contingente de 2000 homens, com os quais, de acordo com as instruções recebidas do Conselho da Província e do Comandante em chefe general Pedro Labatut, seguiu para a província de Sergipe, cujo governo era hostil a causa da independência, fazendo com os patriotas sergipanos aclamar D. Pedro nos municípios de Campos, Lagarto, Santo Luzia, Estancia, São Cristovão e outros.

A participação de Dantas na guerra da independência foi registrada por vários historiadores e poeticamente declamada por Ladislau dos Santos Titára, oficial do Exército, que no seu poema *Paraguaçu* contou:

O de Itapicuru, varão distinto,
Que infatigável pela Pátria, tempo
Algum não perde, unido tinha fôrças.
Que a erudir trabalhou Cunha afonaso,
Com que em jomadas, já da Estância em busca,

Corações valer cuida, bem formados,
Onde Pátrio fervor se acende e medra
(...)

De que ao Franco Guerreiro, e a d'Antas volva
Somente a glória, que lhes tanto é cera.
(...)

Traz Itapicurú, que por ventura,
As dignas suações ouviu dos Dantas,
E doutos, que ao Brasil o bem aspira.²³

O imperador D. Pedro I, para demonstrar seu reconhecimento a luta dos baianos pela Independência distribuiu uma série de graças honoríficas, comendas e hábitos aos participantes da guerra e entre 28 de fevereiro e 19 de março de 1826 visitou a Bahia.

Não ficaram excluídos dessas benesses os representantes de Itapicurú. O capitão-mor Dantas fora admitido na ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, sendo-lhe lançado o hábito de noviço, e professando no grau de cavaleiro, na Catedral da Bahia, a 5 de fevereiro de 1822, tendo por padrinho o capitão-mor Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque e foi condecorado Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, em 17 de outubro de 1823. Enquanto a Ordem de Cristo – com os graus de cavaleiro, comendador e grã-cruz – tinha origem medieval, a Ordem Imperial do Cruzeiro – com os graus de cavaleiro, oficial, dignitário e grã-cruz – era recente, instituída a 1 de dezembro de 1822, dia da coroação de D. Pedro I.

Os três filhos do capitão-mor que participaram da guerra de independência, Inácio, José e João foram agraciados com ordens honoríficas. João Dantas Júnior, por exemplo, foi agraciado, em 18 de outubro de 1823, com o grau de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro e logo após, em 17 de abril de 1824, foi-lhe conferida a mercê de cavaleiro professo do hábito de Cristo, sendo armado na cidade da Bahia aos 2 de junho de 1828, na Igreja Catedral, tendo como padrinhos o brigadeiro José Egídio Gordilho de Barbuda, depois visconde de Camamú (1º), e o negociante Antônio Vaz de Carvalho.

Passou João Dantas dos Imperiais Itapicurú o último quartel de sua existência, exercendo suas funções de capitão-mor e os cargos de juiz ordinário e de órfãos em Itapicurú. Deixou longo e minucioso testamento escrito em Capuame, composto de 33 laudas de papel e concluído, e aprovado em Camuciá.²⁴

Dentre as suas disposições de última vontade, cheias de recomendações e conselhos a seus filhos, deixou escrito:

Peço a meus filhos queirão tratar bem a sua mãe e com decência e respeito devido unindo-se com seus irmãos com boa harmonia (...) Caso minha filha Maria Francisca passe a segunda nupcias, perderá a herança e o que houver de tocar passará para meus netos, seus filhos do primeiro matrimônio.²⁵

Com o legado a parentes, afilhados e amigos preocupou-se:

40\$000 para a filha do defunto José Felix de Vasconcelos; 40\$000 para a afilhada, filha de Bernardo Costa de Abreu; 40\$000 para afilhada, filha de José Joaquim de Santana, 50\$ para a afilhada, filha de Inácia Cunha Neves; (...) Deixo ao neto e afilhado João o mulatinho Camilo. Deixo a todos os mais netos, cada um 80\$000. Declaro que querendo o meu neto e afilhado, filho do meu filho Inácio seguir os estudos e ir para a universidade se lhe dará 600\$ para adjutório sem suprimento.²⁶

Para as Igrejas do Sertão deixou:

Deixo para adjutório da igreja de Santa Tereza do Pombal – 40\$000, para a igreja matriz de Santa Ana de Tucano – 10\$000, para adjutório da obra da igreja de Sto. Antô-

nio da Missão – 20\$000 que se dará em material para a Capela das Miçangas filial a matriz de São João de Água Fria 20\$000.²⁷

Demonstrou preocupação com a celebração de missas que pudessem ajudar a purificar a sua alma e a de pessoas a ele ligadas.:

Deixo por minha 6 capelas de missas de esmolas de pataca bem como se dirão mais as missas seguintes: duas ao Santíssimo Sacramento, duas a N. Sra. Da Conceição, duas ao glorioso Sto. Antonio, duas a N. Sra da Guia, etc (...) meia capela de missa por alma de minha mãe, meia capela de missas por almas de minhas irmãs Ana e Teodósia (...) meia capela de missas pelas almas mais necessitadas do purgatório, todas de esmola de pataca.²⁸

Consignou no documento o desejo de: “ser sepultado na sua matriz de N^{ra} Sr^a de Nazaré da Vila de Itapicurú de Cima, ao pé do altar do Santíssimo Sacramento, isso no caso do falecimento ocorrer em lugar que pudesse para ali ser conduzido, o corpo envolto em hábito branco, e conduzido por seis pobres, aos quais se daria a esmola de mil réis a cada um, e acompanhado pelo reverendíssimo pároco e alguns sacerdotes que aparecessem depois da missa de corpo presente”.²⁹ Seu desejo, entretanto, não se efetivou, pois, vindo a Salvador, acompanhado pelo seu filho coronel João Dantas, aí morreu às 11 ½ da noite, de 9 de maio de 1832, Quinta-feira, depois de receber o sacramento da penitência e a Extrema unção, em consequência de insulto apoplético de que fora acometido, às 4 ½ da tarde quando jantava, nesse mesmo dia, na casa de sua hospedagem, ao largo do Barbalho. Amortalhado o corpo com o hábito de São Francisco, a cuja venerável Ordem Terceira pertencia, foi conduzido em sege, com acompanhamento, para a igreja desse santo, onde foi encomendado pelo vigário Joaquim José de Santana, de corpo de asperges e sacristão, e sepultado no antigo cemitério do convento.

Deixou a sua mulher e prima Francisca Xavier de Souza Dantas, com a qual se casara em 1795, e a seus 6 filhos, pois dois faleceram menores, uma apreciável fortuna de 161.215\$244.³⁰

O quinto filho do capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil Júnior, pai de Cícero Dantas, nasceu no Camuciata, a 18 de julho de 1802. Portanto a 3^a geração em linha direta a nascer no mesmo engenho.

Seguindo a orientação familiar da época, onde os pais influenciavam na formação dos filhos, cursou o Seminário Arquieiscopal de S. Dâmaso, em Salvador. A origem social dos jovens seminaristas provinha das camadas sociais médias da sociedade baiana. Muitos deles porém, vinham de famílias abastadas das regiões rurais, onde o padre mantinha certo prestígio

e os pais de família acreditavam “que nada era neste mundo quem não tinha um filho religioso”.³¹

A rotina de João Dantas Júnior no seminário foi de severa disciplina. Os dias eram preenchidos com serviços religiosos e trabalhos. Empregavam-se todos os meios – como reclusão no seminário e vigilância – para garantir a moralidade e a aptidão dos candidatos.

O Seminário que João Dantas Júnior estudou foi fundado em 1815, pelo arcebispo Dom frei Francisco de São Dâmaso Abreu Vieira, chamava-se Seminário Maior, de Ciência Eclesiástica ou São Dâmaso, em homenagem a seu fundador. Localizava-se na antiga residência do tesoureiro do capítulo - catedral, cônego Rodrigo Telles de Menezes, que ao morrer, legou seus bens à igreja.

Durante o tempo que levou no seminário João Dantas Júnior recebeu uma sólida educação humanística e religiosa – língua francesa, retórica filosofia racional, história eclesiástica, Teologia dogmática e moral fizeram parte de seu currículo. Essa base cultural que recebeu na infância e adolescência manteve-a por toda a vida, tanto que, em 1854, já estando com 52 anos de idade e residindo no sertão provocou o seguinte comentário de um correspondente do *Jornal da Bahia*:

Em Jeremoabo, suposto a falta de civilização seja geral em seus habitantes, um homem ha que, sendo por sua posição de riqueza, e influência legitima, afabilidade, cavalherismo e trato fino, um tabaréu – modelo, anda em dia com a nossa politica, nem só pela leitura do seu e de outros jornais do império que assina, como pelo contato, e relações contínuas com muitos dos nossos homens ilustrados.³²

Não sabemos quais as circunstâncias que levaram João Dantas Júnior a abandonar o seminário. Ou por falta de vocação, ou pelas precárias condições morais e materiais que o seminário de São Dâmaso se encontrou a partir de 1816, devido a longa vacância da cadeira episcopal, ou pelo dismantelo que as guerras pela independência da Bahia causaram a instituição, com o abandono em massa dos estudantes; o fato é que João Dantas não chegou a ordenar-se. Retornou ao Camuciá e lá sobre a influência do pai, já capitão-mor, deu uma guinada em sua existência.

Convivendo com o pai, que estava altamente envolvido no processo das lutas da independência, a iniciação de sua vida publica não podia ser outra. A 16 de fevereiro de 1824 foi nomeado, pelo general Labatut, tenente-coronel do Regimento da Cavalaria de Milícias de Itapicuru. O atestado da Câmara Municipal de Itapicuru, datado de 25/04/1823, noticia o início da vida pública de João Dantas Júnior:

...e não havendo neste distrito tropas senão as Ordenanças foi obrigado a pôr em exercício da cavalaria homens de seu comando, para maior desempenho do serviço, a bem da justa aclamação, sendo necessário a conservação de um regimento da Cavalaria neste distrito pelo exmo. general em chefe governador das armas desta província que sendo determinar a criação do mesmo, nomeado para coronel a Inácio d'Antas, para tenente-cel a João Dantas Camuciá, pessoas dignas de seus cargos...³³

Em Itapicurú foi o tenente-coronel João Dantas vereador no quadriênio 1829-1832 tendo ocupado a presidência da vereação.

Inicia João Dantas na política em um momento de mudança estrutural da vida política brasileira. Até a independência, os governos locais eram formados por uma única instituição, as câmaras municipais. A lei de 20 de outubro de 1823, que transformou as capitânicas em províncias, criou a função de presidente de província, conservando o município como base da administração. Essa mudança demonstrou uma evolução política e administrativa que refletia a determinação com que o Estado desejava controlar todas as atividades da vida pública brasileira. Reformulou-se a instituição do governo provincial para diminuir o poder do município.

João Dantas começou a exercer o cargo de vereador sob os auspícios da Carta Constitucional de 1824 que norteou a partir daí os princípios da nova administração municipal. Em 1 de outubro de 1828 foi promulgado uma lei que definia ainda mais os objetivos do poder municipal. Cada cidade passou a contar com nove vereadores - ou sete, nas cidades menores -, eleitos por períodos de quatro anos.

O artigo 24 da carta de 1824 especifica que o poder das Câmaras Municipais era de natureza exclusivamente administrativa. Todas as leis municipais - que em geral cuidavam da manutenção da ordem e da saúde pública - deviam ser sancionados pelos Conselhos Gerais das Províncias, que podiam revogá-los ou modificá-los. Em períodos eleitorais, isto é, de vacância dos Conselhos, essas portarias eram submetidas a aprovação do presidente de província. Qualquer ato político era expressamente proibido. Para vender, alugar, ou permutar os bens imóveis do município, por exemplo, as câmaras dependiam da autorização do Presidente. Qualquer contrato de aluguel dependia da aprovação do Conselho Geral. Podemos concluir que o objetivo de todas essas medidas era submeter o poder municipal a autoridade provincial.

Apesar de todas essas iniciativas centralizadoras, a municipalidade conseguiu burlar a legislação em alguns aspectos e abrir brechas para exercer o poder. Muitos vereadores eleitos souberam tirar proveito dessa situação, sobretudo quando se tratava de dominar seus eleitores. O vereador João Dantas já exercendo a vereação no município de Jeremoabo, no qual foi Pre-

sidente da Câmara de 1833 a 1872, foi alvo de acusações por parte do conselheiro Saraiva a respeito de violências ocorridas nas eleições primárias na zona de Itapicurú. O barão de São Loureço defendeu João Dantas na Tribuna do Senado do Império, dizendo: “Posso asseverar ao senado que, em consciência, poucos homens conheço no campo, tão honestos e sisudos como o cel. João Dantas”.³⁴

Ainda na esfera do poder municipal e local, João Dantas exerceu duas importantes funções: a de juiz de paz e de coronel da Guarda Nacional. O primeiro cargo estava inserido na estrutura do poder judiciário que foi organizado pela constituição de 1824. Cada distrito judiciário tinha juizes municipais, juizes de órfãos e promotores nomeados pelo governo, e cada paróquia elegia seu juiz de paz. Com a eleição destes até 1841, feita junto com a eleição dos conselheiros municipais, a justiça ficava entregue, em larga escala, a magistrados oriundos da escolha popular.

Entre outras atribuições, previstas pelo Código de Processo Criminal de 1832, os juizes de paz deviam zelar pela ordem pública, controlar o Tribunal de Jurados eleitos e propor a câmara Municipal a nomeação de escrivão e de inspetores de quarteirão. Seu poder chegava a ser maior que a dos conselheiros municipais. Por isso, eles eram escolhidos entre os notáveis, que desta maneira asseguravam o controle sobre a máquina da justiça que, apesar das aparências, era estruturado para aumentar o poder das potências locais.

Em 3 de dezembro de 1841, data de reforma do Código Criminal, o Juiz de Paz João Dantas perdeu parte de seu poder. A administração provincial preocupada em centralizar o poder retirou a maior parte das funções dos juizes de paz, inclusive as de caráter parcial – pois a ele cabia a nomeação dos chefes de polícias e de seus subordinados –, reduzindo-os a um papel quase que de tabeliães.

Nessas evoluções e involuções, da estrutura administrativa que visavam diminuir o poder local em favor do central, João Dantas não perdeu seu prestígio. Tanto que foi nomeado para coronel-chefe da 2ª legião da Guarda Nacional em Itapicurú, a 26 de maio de 1840, e foi promovido a coronel comandante superior nas comarcas de Jeremoabo e Monte Santo, em 24 de Janeiro de 1869.

A Guarda Nacional, criada em 18 de agosto de 1831 recrutava “todas os bons cidadãos” livres que tivessem mais de dezoito anos e menos de sessenta, cujas rendas fossem superiores a 200\$000 réis anuais, daí podemos observar o caráter elitista desse corpo. Ao contrário das Milícias, não era responsável pela defesa territorial, já de responsabilidade exclusiva do Exército, respondendo apenas pela manutenção da ordem pública, captura e guarda dos



Cel. José Dantas Itapicurú
1.º Barão do Rio Real



LOPES & Cª BAHA



No alto a esquerda o cel. José Dantas Itapicurú (primeiro Barão do Rio Real) e tio paterno do barão de Jeremoabo. Ao seu lado o cel. João Dantas dos Reis, pai do barão de Jeremoabo e embaixador, da esquerda para a direita, Antônio da Costa Pinto Júnior (visconde da Oliveira), cunhado de Jeremoabo e Antônio da Costa Pinto (conde de Sergimirim), sogro do barão. Foto ABJ.

criminosos, repressão a revolta armada, caça aos escravos fugitivos, escolta de fundos públicos e de gêneros alimentícios.

Foi ciente dessas últimas responsabilidades que o coronel João Dantas, na época da segunda administração do visconde de São Lourenço, socorreu aos flagelados pela seca, fornecendo, à sua custa, dinheiro, víveres e roupas. O que aliás não era favor, pois fazia parte das atribuições dos membros da Guarda Nacional não depender do erário público, fornecendo as suas custas, inclusive, seus próprios uniformes, arma e munições.

O envelhecimento do coronel João Dantas foi se dando paralelamente com a perda de importância da Guarda Nacional, que devido ao fortalecimento das estruturas administrativas do Império foi se esvaziando. Em 1873, um ano após a morte do coronel Dantas, a Guarda Nacional perdeu suas funções policiais. No interior, porém, os chefes locais – quase sempre proprietários de terras – e sua clientela continuaram ditar leis por conta própria. Deixou, assim, o velho coronel, a seus seis filhos varões, inclusive Cícero Dantas Martins, o prestígio e a influência dos todos – poderosos ‘coronéis’, que assim continuaram a ser chamados, mesmo com a extinção dos postos da Guarda Nacional, e que durante muito tempo dominaram a política regional.

Faleceu em Camuciata, a 7 de agosto de 1872, vítima de diabetes, já viúvo, desde 1848, de Mariana Francisca da Silveira Dantas, filha do capitão-mor de Estância, João Martins Fontes e de Ana Francisca da Silveira Fontes, e com a qual se consorciara a 12 de janeiro de 1829.

Os pais de Cícero Dantas Martins – João Dantas dos Reis Portátil e Mariana Francisca da Silveira Dantas – se conheceram nas andanças pelo município de Jeremoabo na época das lutas pela Independência da Bahia, nos anos 1822/23.

Mariana Francisca da Silveira era filha, como já foi dito, de João Martins Fontes e Ana Francisca da Silveira e neta paterna do capitão-mor das Ordenanças, Antônio Martins Fontes (descendente do fundador da família “Fontes” em Sergipe -, Gaspar Fontes, que obteve sesmaria em 12 de março de 1601 – 1 000 braças em quadra do rio Vasa Barris onde se chama Tinharé...),³⁶ e de D. Mariana Brandão de Barros.

João Martins Fontes nasceu em 1762. A partir de 1801 exerceu diversas vezes o cargo de juiz ordinário, presidente da câmara de Lagarto e São Cristovão. Mas foi em 1822, ano em que se iniciou o movimento pela independência, que conheceu o primeiro marido de sua filha (Francisco Félix de Carvalho) e o pai do segundo, João Dantas dos Reis Imperiais Itapicuru.

Todos três capitães-mores, uniram-se em torno de um mesmo ideal – aclamar o príncipe regente em Sergipe. A essa altura Mariana já estava casada com Francisco – capitão-mor

comandante do Terço de Jeremoabo e dono da Fazenda Caritá. João Fontes deslocou-se para o julgado de São João Batista de Jeremoabo, onde se encontrou com seu genro Francisco no seu quartel do Caritá. Lá cercados de políticos e do povo fizeram a aclamação de D. Pedro. Findo a solenidade retornou ao seu engenho ‘Barra’, a fim de aguardar a chegada do capitão-mor de Itapicurú, João Dantas Imperiais, que com seus filhos, Inácio, José e João e mais 2 000 homens se deslocaram do engenho Camuciatá para Estância, a fim de receber o general Pedro Labatut, quando de viagem para a Bahia.³⁷

Terminando a pacificação das cidades de Sergipe, retornou o capitão-mor Francisco Felix de Carvalho para sua fazenda Caritá, lá morrendo entre os anos de 1823 a 1828. Mariana Francisca da Silveira ficou viúva e rica antes de completar 30 anos. Passado os dias de luto, começaram a surgir vários pretendentes, mas Mariana dizia que só se casaria se fosse com o coronel João Dantas do Camuciatá,³⁸ filho do velho amigo de seu pai.

Da união desse casal nasceria Cícero Dantas Martins, herdeiro de uma longa tradição de exercício de poder político no nordeste da Bahia e dono de um grande patrimônio em terras. Este era um dos ingredientes necessários a uma trajetória política bem sucedida nos tempos do império.

1.1. INFÂNCIA E JUVENTUDE.

Cícero Dantas Martins veio ao mundo depois que D. Mariana Francisca da Silveira Dantas deu a luz cinco vezes. Antecedeu-lhe João Dantas Martins dos Reis, Francisca da Silveira Carvalho (*Sinhá*), Balduino Dantas Martins, Cornélio Dantas Martins, Crescêncio Dantas Martins.

Nasceu a 28 de junho de 1838, na fazenda, Caritá, situada na freguesia e município de São João Batista de Jeremoabo. O nascimento de Cícero veio aumentar o contingente populacional de uma freguesia que tinha aproximadamente 300 fogos e 2000 almas. Era uma população escassa que foi se formando dentro do processo de povoamento do rio São Francisco e dos sertões adjacentes, desde a segunda metade do século XVII.

A freguesia de São João Batista de Jeremoabo, anteriormente aldeia dos índios kiriri, começou como capela da freguesia de N^{ra} Sr^a de Nazaré de Itapicurú (1679), com uma igreja dedicada a N^{ra} Sr^a das Brotas. Situada em terras da Casa da Torre estava sujeita ao padroado dos senhores da casa, que a construíram e a dotaram do dote consumado de seis mil réis anuais, consistente em terra e gado do sítio de Jeremoabo.



*Fazenda Caritá, palco de importantes decisões políticas
do século passado e início desse século*

Fazenda Caritá

Jeremoabo - Ba.

Nesta casa o barão de Jeremoabo nasceu, em 28 de junho de 1838. Esta residência já existia desde a década de 1820, pois serviu de quartel no tempo da guerra da independência. Foto ABJ.

Anos mais tarde, a Casa da Torre decidiu depor o capelão que tomava conta da capela, e entregá-lo aos padres franciscanos, para que servissem de missionários aos índios mungurús e Cariacás.

A região do nordeste da Bahia teve seu centro administrativo e religioso em Jeremoabo. Sede de freguesia, a partir de 1718, foi elevada a qualidade de julgado em 1778, e constituído município em 1831. Determinava o decreto-legislativo:

A regência, em nome de imperador, o Sr. D. Pedro II, há por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléia Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Província da Bahia.

Art. 1º - Fica erecto em vila o julgado de Jeremoabo, desmembrando-se da vila de Itapicurú, a que pertencia.

Art. 2º - O Termo da vila de Jeremoabo conterà as três freguesias de que o seu distrito eleitoral se compõe, a saber: a mesma de São João Batista de Jeremoabo, a de Nossa Senhora de Bom Conselho dos Montes de Boqueirão, e a do Santíssimo Coração de Jesus do Monte Santo, com todo o Território pertencente.³⁹

O sexto vigário de Jeremoabo, Januário José de Souza Pereira, apresentou um relatório, descrevendo a situação social, religiosa, política e econômica da freguesia em uma época próxima a que Cícero Dantas nasceu. Começou o relatório, constante de 36 parágrafos, fazendo uma apresentação das povoações da paróquia:

A freguesia de São João Batista de Jeremoabo tem três povoações, a saber, uma no sítio de Jeremoabo, onde está a matriz.

Nela vivem 252 pessoas de comunhão, entre brancos, que são uma minoria, pardos, mestiços, índios e pretos cativos de um e outro sexo.

Em todo o continente ou território desta freguesia – continua o relatório – não há mais povoação alguma que as sobreditas três, salvo se por povoação se entender cada um sítio ou fazenda as quais em 70 léguas, pouco mais ou menos, que tem os terrenos desta freguesia de longitude de nascente ao poente, e em trinta léguas, pouco mais ou menos, que tem de latitude de sul a norte, se acham dispersas em distâncias diversas, umas das outras, a saber, umas distam das outras uma légua, duas, três, e mais até de 12 léguas. As fazendas ou sítios são 152. Muitas fazendas são de todo secas, sem fontes, nem olhos d'água, nem rio, e na terra abrem covas, ou poços, que se enchem com as chuvas, principalmente nas trovoadas, e destas águas encharcadas, e de algumas lagoas, bebe a gente, e os gados e se retiram para onde há algum olho d'água. Outras fazendas são situadas à margem dos rios Jeremoabo, Vazabarris e Massacarã, que são os que há no terreno desta freguesia.⁴⁰

A fazenda Caritá ficava próxima ao rio Vaza Barris. È nessa zona árida do sertão baiano que o recém-nascido Cícero Dantas Martins passou sua infância.

Foi levado a pia batismal em 23 de novembro de 1839. Batizou-o e pôs-lhe os Santos Óleos o vigário Joaquim Inácio de Vasconcelos, pessoa de amizade da família. Foram seus padrinhos seu tio paterno o comandante Superior José Dantas Itapicurú, depois 1º barão do Rio Real, sua tia materna D. Ana Maurícia Teles Fontes, e seu primo paterno cel. Manoel Gonçalves Leite.

Cícero e seus irmãos foram criados dentro dos costumes da época, num clima de austeridade e respeitabilidade. Devido as circunstâncias do ambiente e da zona em que viviam, em um meio desprovido de opções de distrações para os jovens, os rebentos chegavam a ter temor aos pais e cumpriam as determinações paternas sem pô-las em questionamento.

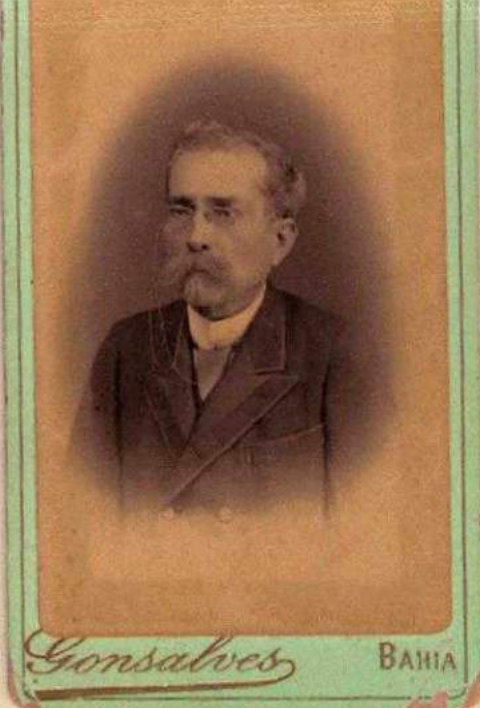
Fora as visitas ou estadas passadas em fazendas de parentes e amigos íntimos da família, a vida era levada numa calma e monotonia sem medida, sempre as mesmas coisas, dia após dia. Enquanto João, Baldoíno, Cornélio, Crescêncio, Cícero e Benício ainda encontravam meios para se divertir – piculas em volta da casa-grande, esconde-esconde no pomar, brincadeiras com os animais da fazenda, perseguição as escravas da casa e da senzala – ; Francisca e Ana Adelaide aceitaram uma maneira de viver que já vinha de sua mãe e avós. O coronel João Dantas educou-as com as maiores preocupações, procurando distancia-las da vida mundana. Não deixava elas passearem e quando das visitas as fazendas de amigos e parentes só as permitia se fossem acompanhadas de um tio ou irmão mais velho; orientava que permanecessem nos seus quartos quando aparecesse um visitante masculino, e se lhes era concedido sentarem a mesa para as refeições, tinham que se comportar espartanamente: em fila, do lado esquerdo, uma ao lado da outra, sem conversarem e nem levantarem os olhos. O mesmo comportamento deviam seguir na capela da casa, onde se acomodavam na primeira fileira, próxima ao altar, e se possível longe dos homens. As filhas desses senhores de engenho após o horário de estudo que realizavam em casa passavam o dia distraídas nos afazeres de costume, crochê e confecção de rendas, sempre assessoradas por escravas de confiança. Desta maneira se tornavam especialista em bordados e rendas.

De vestido comprido e de sapatos fechados, madeixas presas com alguns fios em desalinho, orientando ao mucamas na cozinha ou remendando meias e camisas dos irmãos, assim viviam os seus dias, as irmãs de Cícero na Casa do Caritá.

Das duas irmãs de Cícero – Francisca e Ana Adelaide – apenas a primeira casou-se, pois Ana faleceu menor. Francisca como era muito comum na época, casou-se com seu primo



Cel. João Dantas Martins dos Reis



Dr. Benício Dantas Martins

Cícero Dantas Martins, no alto a direita e seus três irmãos.
Ao seu lado o mais velho, o cel. João Dantas Martins dos Reis. Embaixo sua irmã Francisca Dantas da Silveira Carvalho e seu irmão caçula Benício Dantas Martins . Foto ABJ.

Fiel José de Carvalho e Oliveira, médico, político na Bahia e em Sergipe e inspetor da Alfândega na Bahia.

Nesse ambiente familiar foi crescendo o pequeno Cícero, até que chegou na idade de aprender as primeiras letras. Estava com sete anos. Seu pai, o velho coronel João Dantas, certamente reservou um dos quartos da casa para servir de sala de aula aos oito filhos que teve. Chamou um professor, que se chamava Antônio Jerônimo Fernandes de Souza para diariamente, no turno matutino, ensinar a seus filhos. Durante vários anos as aulas matutinas do Caritá se repetiram, desde 1836 quando João, o mais velho completou 6 anos até 1851, quando Benício, o caçula, atingiu a idade de estudar fora.

Num caderno manuscrito, onde assentou a data de nascimentos, batizados, casamentos e óbitos de parentes, amigos e personalidades políticas e também registrou alguns fatos e datas importantes de sua vida, rico acervo documental que serviu de fonte para muitas citações deste trabalho, o meticoloso Cícero Dantas anotou a data do falecimento de seu primeiro professor: “- Antônio Jerônimo Fernandes de Souza, faleceu a 1º de setembro de 1855, às 10 horas da noite, no Caritá. Sepultou-se no dia seguinte em Jeremoabo. Foi meu mestre de primeiras letras e amigo dedicado e leal de meu pai”.⁴¹

Concluída a alfabetização inicial, vendo seu pai que já sabia ler e fazer contas, providenciou que ele e seu mano Benício, que eram os mais próximos em idade, entrassem em contato com os conhecimentos então em voga e transmitidos à maior parte dos jovens estudantes: ler, escrever, contar, rudimentos da religião e latim. Para isso os mandou para a cidade de Estância, terra natal dos ancestrais de sua mãe, que já havia falecido a essa época.

Nesse momento já haviam os nominados professores régios, custeados pelo erário real. Cícero e Benício, porém, não foram alunos desses professores. Seu pai colocou-os sob os cuidados do vigário local padre Raimundo, um daqueles professores particulares que lecionavam aos jovens e que exerciam seus ofícios desde o tempo da colonização. Após os padres da Companhia de Jesus, foram esses professores, padres seculares e leigos, os principais responsáveis pela alfabetização dos meninos, no Brasil Colônia e Império.

Completada essa etapa, transportou-se o jovem estudante contando, mais ou menos, 15 anos de idade para a cidade do Salvador, percorrendo na viagem, no lombo do animal, nada menos que 75 léguas. De Jeremoabo a Salvador, as diferentes paisagens do sertão, agreste e Recôncavo Cícero vislumbrou, em noites ao sereno, fazendo fogueira para espantar os bichos; repousos cansativos nas pousadas, intermináveis horas no marasmo das veredas, ao xote ou picado dos cavalos e mulas, a busca ansiosa de poços e aguadas longínquas.

A viagem era cansativa e se tornava mais longa, 3 a 4 dias, devido a precariedade das estradas baianas na época. Em 1856, passados dois anos em que Cícero as percorreu com frequência, o vice-cônsul britânico James Wetherell registrou suas observações sobre elas:

Devido à grande falta de estradas e transporte, a dificuldade de comunicações 'entre o interior - capital e vice-versa' é muito grande. As atuais estradas são pouco mais do que um estreito caminho para mulas e em muitos casos não se pode viajar por eles sem a ajuda de um guia. A única maneira de transportar mercadorias é recorrendo ao uso de mulas e cavalos. As mesmas são preparadas em pequenos pacotes que são pendurados em cada lado do animal, e sujeitos naturalmente aos numerosos acidentes decorrentes desse perigosos modo de condução. Em muitos casos as mercadorias devem ser mandadas para o interior por caminho apertados, e muitas vezes, chegava-se a andar centenas de milhas a mais do que seria necessário se existissem boas estradas diretas, ou mesmo qualquer espécie de estradas! A grande extensão da baía e o grande número de pequenos rios que nela desembarcam fazem com que as comunicações sejam fáceis, como também fáceis são as que se realizam por mar, ao longo de uma costa ditada de numerosos portos, partem para o interior, são sempre primitivos, e o preço do transporte – dos mais penosos e cansativos – é sempre muito alto.⁴²

Após muitas léguas percorridas a paisagem ia mudando. Era o Recôncavo, que no futuro seria também uma das moradas de Cícero, que descortinava imensas chaminés fumegantes e o verde do canavial. Agora estava próximo o jovem sertanejo da grande novidade, a maior surpresa que teve em todo o percurso, a visão das águas azuis do mar. Vindo de uma terra onde a água era escassa e considerada um líquido preciosos, grande impressão teve o estudante ao se deparar com aquela enorme quantidade de água.

Passado as primeiras impressões dedicou-se com afinco ao aprendizado, não se afluindo o jovem Cícero com a mudança de hábitos e a multiplicidade de novos ambientes frequentados. Para iniciar os estudos na Capital seu pai escolheu uma escola particular. Esses estabelecimentos de ensino particular já haviam sido autorizados a funcionar antes mesmo da formal permissão de 1881.

Na época em que Cícero começou a estudar, salvador contava mais ou menos com 10 escola particulares: de Angelina Laura, à rua Carlos Gomes, misto, admitia alunos internos e externos, sendo que meninos até 12 anos e meninas até 10 anos; de D. Perpétua Pacheco, exclusivamente para meninos. Daqui em diante só de rapazes: do Hipólito Perret, do Melo Pacheco, do padre Pereira, do Magriolli, do padre Vicente, do Eusébio Vanério, à Barroquinha, do Rangel e o do padre Eutíquio.⁴³

Entre estas, o velho coronel escolheu para o seu filho, a do padre Pereira. Seria a melhor? Não sabemos. Talvez por ligações de amizade ou por ter ele próprio estudado em instituição religiosa – o Seminário São Dâmaso. O fato é que logo depois transferiu seu filho para outro colégio religioso, o São Vicente de Paula fundado em 1852.

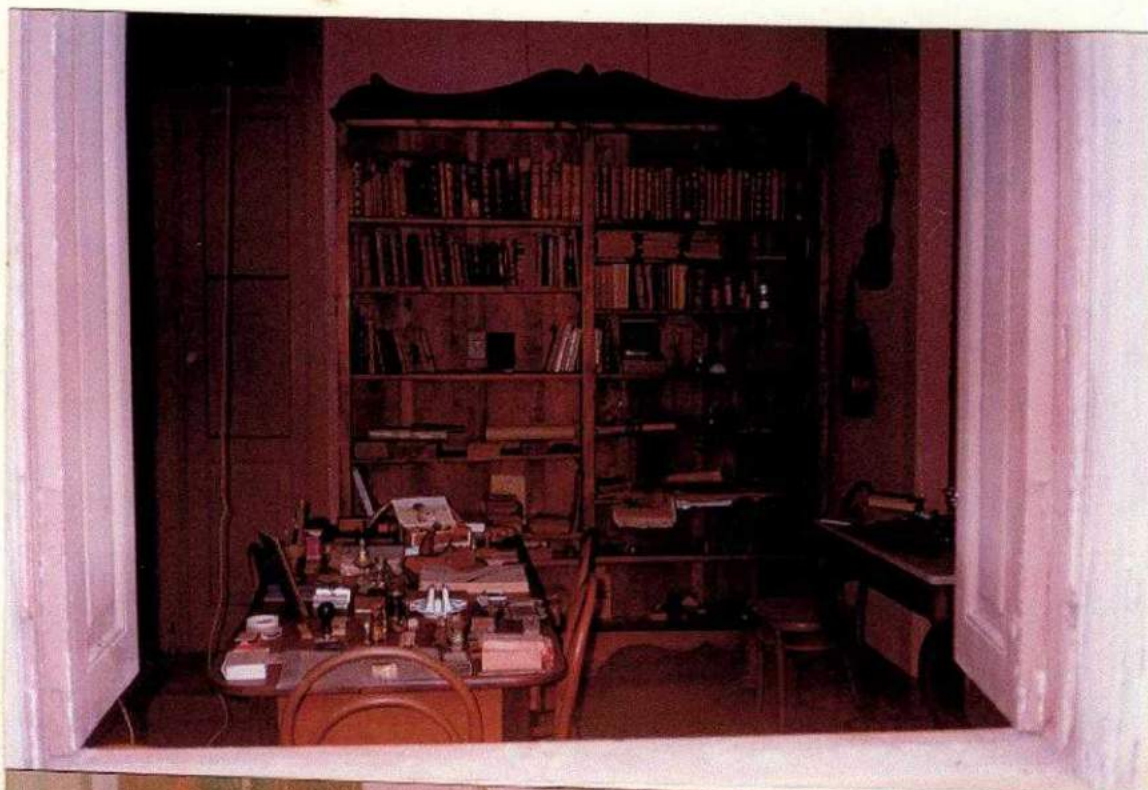
Quando Cícero se matriculou, o colégio ainda aparentava novo, tinha um ou dois anos de funcionamento e abria suas portas para todos os estudantes, funcionando com alunos externos e internos. Mais tarde este colégio, passou a ser administrado pelos padres lazaristas que a partir daí só aceitavam jovens que fossem se dedicar ao sacerdócio.

Primeiras letras, grego, filosofia, latim, retórica, geografia, francês, inglês e geometria; eram as disciplinas cursadas pelos estudantes do São Vicente de Paula. O coronel João Dantas desembolsou 35 réis pelo estudo de Cícero, pois pagava-se 4 réis por cada matrícula.

Para reforçar o aprendizado Cícero tomou lições particulares com o bacharel João Estanislau da Silva Lisboa. Este professor, nascido em Calcutá, foi o primeiro discípulo do Liceu da Bahia a ser laureado com o grau de bacharel em Letras. Em 20 de abril de 1847 ocorreu um fato que mudou a vida deste professor. Por motivos pessoais esse assassinou com um tiro de pistola a sua noiva, Júlia Fetal, tendo sido levado a julgamento, condenado no Juri e preso no mesmo ano de 1847. Com esse mestre Cícero reforçou sua aprendizagem em Geografia, História e Inglês, pois foram essas matérias que lecionou na prisão, no Forte do Barbalho.

Esses estudos em Salvador incutiram-lhe o gosto pela leitura, que conservou por toda a vida, tanto que chegou a possuir anos mais tarde no sobrado do Camuciata, uns duzentos a trezentos volumes, constantes de obras sobre literatura francesa, inglesa, portuguesa e nacional, além de livros especializados de história natural, química, física, obras religiosas de autores católicos, dicionários, etc. No escritório dele, no Camuciata, ainda podemos folhear alguns deles, como, por exemplo, as *Fabulas de La Fontaine*, traduzidas pelo barão de Paranapiacaba; um curso de Língua Geral segundo Ollendorf - *O Selvagem*, por Couto de Magalhães; primeiras edições de romances de José de Alencar – *O Guarani*, *Minas do Prata*, *O Tronco do Ipê*, etc, ainda assinadas sob a forma do pseudônimo – *Sênior*; Os Lusíadas, editado pela tipografia Universal de Laemmert, no ano de 1866 e muitos outros que se encontram enfileirados nas prateleiras das estantes de jacarandá, do solar do Camuciata.

Provavelmente no ínterim de algumas férias escolares, no meio do ano, ou no final, Cícero foi a Jeremoabo rever a família e lá encontrou um missionário capuchinho, Frei Cândido, que o crismou. Os capuchinhos, ramo da ordem franciscana, criada no século XVI, chegaram ao Brasil nos primeiros anos do século XVII. De início franceses, a partir de 1679 fo-



Diversos ângulos do escritório do barão de Jeremoabo no solar do engenho Camucitã, construído em 1894. Este recinto era onde Jeremoabo passava a maior parte do tempo escrevendo cartas, lendo e reunindo-se com políticos da região. Foto do autor.

ram substituídos em decorrência de questões políticas entre Portugal e a França, pelos frades italianos, que fundaram em Salvador a igreja da Piedade e um “hospício” – hospedaria – para abrigar os frades que voltavam das missões no interior. A prefeitura dos capuchinhos da Bahia foi criada em 1712 e, além de controlar aldeias de índios, promovia missões itinerantes que percorriam as freguesias do interior para “preparar o povo pela penitência, instruí-los no catolicismo, encaminhá-lo no catecismo, encaminhá-lo pelo batismo, pela prática da virtude e do bem, ao reino de Deus”.⁴⁴

Imbuído de uma mentalidade fortemente cristã e missionária, frei Cândido antepôs a Cícero o nome de Cornélio, pois, não permitia que numa família católica houvesse homônimo do grande acusador de Catilina, que era pagão. Desta maneira o jovem estudante adotou o onomástico Cornélio Cícero Dantas Martins, permanecendo com ele até colar grau de bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, em 1859.

1.2. FORMAÇÃO ACADÊMICA: PROJETO POLÍTICO DE UMA GERAÇÃO.

Em 1855 tinha Cícero 17 anos. Os preparatórios já estavam concluídos, restava-lhe agora ir em busca do grau de bacharel. Completou a idade e já tinha sido aprovado nos exames da língua francesa, gramática latina, retórica, filosofia racional e moral, geometria, segundo exigia o art. 8º da carta da lei de 11 de agosto de 1827 que criou as faculdades jurídicas do Brasil : “Os estudantes, que se quiserem matricular nos cursos jurídicos, devem apresentar certidões de idade, para que mostrem ter quinze anos completos, e de aprovação de língua francesa, gramática latina, retórica, filosofia racional e moral e geometria”.⁴⁵

O ano de 1855 já entrara. Era preciso apressar os preparatórios da viagem, afinal seriam 22 dias num vapor rumo ao Recife. Para acompanhá-lo, como era de costume na época, seu pai mandou o criado Paulo, por quem o então estudante de direito e seus irmãos tinham muita feição. Paulo só pôde lhe fazer companhia no primeiro ano da faculdade, pois quando retornou com Cícero para Jeremoabo a fim de passar as primeiras férias da faculdade foi vitimado pela epidemia da cólera. Anos mais tarde Cícero registrou em seu livro de notas:

Paulo, criado de meu pai, de grande estima nossa e que nos acompanhou quando éramos estudantes, (eu e meus irmãos Balduino e Benício), faleceu no Caritá a 23 de janeiro de 1856, vítima de Cólera Morbus.⁴⁶

O desejo dos brasileiros de terem, no país, unidades de ensino superior vem desde os tempos da colônia. No final do século XVIII, os inconfidentes mineiros já davam a idéia da

criação de uma universidade. Cinco anos após a independência, em 1827, surgiram os dois grandes centros jurídicos do país, um ao norte, em Olinda, logo após transferido para o Recife, outro em São Paulo.

Quando Cícero iniciou o curso superior, a faculdade tinha acabado de ser transferida para Recife. O decreto nº 1836, de 28 de abril de 1854, dera novos estatutos aos cursos jurídicos constituindo-os em faculdade de Direito. Em 15 de outubro de 1854 com o encerramento das aulas em Olinda, fez-se a transferência da faculdade. O edifício para onde se transferiu, ficava na rua do Hospício, que depois passou a ser chamado de pardieiro.

No dia 15 de março de 1855 Cícero teve sua aula inaugural. Já era diretor da faculdade, nomeado a 10 de novembro de 1854, o dr. Pedro Francisco de Paula Cavalcanti, barão e depois visconde de Camaragibe, que exerceu o cargo durante todo o período em que Cícero lá estudou.

O cotidiano do novato ou calouro, assim se chamavam os primeiranistas, era rígido. Na 1ª cadeira pegou Direito Natural, Direito Público Universal e Análise da Constituição do Império; na 2ª cursou Direito Eclesiástico. As lições eram diárias e duravam uma hora. No último dia útil da semana, haviam sabatinas, para recordação da matéria estudada e os exames faziam-se em pontos dados aos estudantes com intervalo de 24 horas.

Cícero Dantas estava no caminho de ser o primeiro bacharel da família. Seu irmão mais velho não foi e seu pai quando atingiu a idade de estudos, o Brasil não possuía uma faculdade de direito, pois ainda era Colônia de Portugal.

Os cinco anos que Cícero levou na faculdade não foram envoltos pela atmosfera carregada que marcou, por exemplo, o período da vida acadêmica de um Nabuco de Araújo, Sinimbú, Wanderley, Tibério Moncorvo, Francisco Mariani e outros (1833-1838). Esses, além de viverem a infância e início da juventude sob o calor das cinzas quentes das revoluções de 1817, 1821 e 1824, conviveram com o caos revolucionário da menoridade que se assemelhava a uma massa fervente, a procura de uma forma para cristalizar-se. O espírito desses jovens acadêmicos foi influenciado pelos muitos levantes de caráter local ou regional, ocorridos no período das regências em conseqüências da agitação política que atingia quase todo o país. Era a fase de construção do Estado, a qual o ensino de Olinda refletiu formando nos seus primeiros anos, homens com um senso de praticidade nos quais era forte o sentimento de realidade. O objetivo dos formandos de Olinda era preparar-se para exercer uma profissão, de juiz ou advogado e se filiar sob a hoste de um partido, que já a essa época entravam em conflito.

O contexto histórico político que Cícero entrou na faculdade foi outro. O imperador – menino já tinha subido ao trono desde 1840. Sua maioridade antecipada tinha sido exigida por



PREDIO ONDE FUNCIONOU A FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE, na Rua do Hospício.

Prédio onde funcionou a Faculdade de
Prédio onde funcionou a Faculdade de Direito
do Recife. Nesta instituição o barão de Jeremoabo
foi aluno no quinquênio 1855 a 1859. Foto do
livro *História do Brasil* de Pedro Calmon.

grande parte das forças políticas do país. Jovem demais para governar sozinho, ora buscava o apoio dos conservadores, ora dos liberais, mas conseguiu pacificar as províncias ainda revoltosas. Em 1847 deu-se a promulgação da nova lei eleitoral e a criação do cargo de primeiro-ministro. Essas medidas contribuíram para que se estabelecesse um certo equilíbrio entre liberais e conservadores, iniciando-se uma alternância no exercício do poder.

A queda do gabinete liberal em 1847 presidido por Manuel Alves Branco, 2º visconde da Caravelas, dá início a uma nova situação conservadora que durou 14 anos. Essa fase ficou marcada pela conciliação, período em que os dois partidos principais, conservador e liberal, se entenderam no Parlamento, reservando-se no Poder sob o comando do marquês de Paraná. De 1853 a 1856, o Ministério da Conciliação, como ficou conhecido procurou não alimentar antigas rixas partidárias, procurando dispersar vozes mais exaltadas.

O contexto político mais ameno do decênio 1849-1859, no qual o regime monárquico estava se consolidando, contribuiu para o surgimento de idealistas. Os moços acadêmicos se afastaram um pouco da política, para se dedicarem a literatura, chegando até aos exageros poéticos do romantismo sentimental. Mas nem só do gosto pela atividade literária viveu a turma de Cícero Dantas. A sua classe, que inaugurou o curso de direito em Recife, deu início a uma nova fase. Em contraposição aos ensaios fracos de Olinda, apareceu a teoria e Política do Processo Civil, de Paula Batista, que foi uma inovação para o estudo do direito na época, ressaltando, porém, que as concepções jurídicas mais críticas só iam surgir na década 60 e 70 sob a influência de Tobias Barreto.

A turma de Cícero, Álvaro Barbalho, Aristides Lobo, Pedro de Calasans, Franklin Dória, Francisco Manuel Paraizo Cavalcante, José Pires de Carvalho e Albuquerque, Antônio Ferreira Veloso e outros já cursaram um Direito Natural não mais tão vinculado ao Teologismo. O Direito já estava a essa época a caminho de ser defendido como uma invenção do homem, que se aperfeiçoava com o desenvolvimento da civilização, ao contrário do que imaginavam os pensadores do Direito Natural, que apresentava-o, na sua essência como uma inspiração divina.

Em 1856 passou Cícero a ser chamado futrica.⁴⁷ Os trotes dos veteranos de que eram alvo os primeiranistas, em algumas ocasiões, conduziam a confusões e agressões, mas na maioria das vezes não passava de brincadeiras e pilhérias entre os estudantes.

O terceiro e quarto ano da faculdade correram, também, sem maiores alterações. Imer-so no cotidiano universitário, Cícero dividia seu tempo entre o preparo de lições de algum lente mais exigente, e as poucas diversões que a cidade de Recife oferecia. No primeiro caso recebia o auxílio do monsenhor Joaquim Pinto de Campos, bibliotecário da faculdade durante

vinde anos, e que ajudava os estudantes indicando livros para a realização de suas tarefas. Em relação ao tempo gasto com as distrações uma das opções preferidas era o teatro, em Recife, ou em Olinda. As companhias teatrais alteravam seus espetáculos entre as duas cidades, e a juventude, toda elegante, de chapéus de pêlo ou de cartola e coletes de veludo, entusiasmava-se, em aplausos, nas passagens mais envolventes dos enredos. Esses encontros começavam cedo e entravam pela noite a dentro. Finda as apresentações os rapazes se deparavam com as ruas vazias e bucólicas de Recife. Restava-lhes poucas opções: fazer serestas, ao som do violão, ou jogar ‘dourada’ com colegas de Repúblicas.

Não passou Cícero os cinco anos de faculdade sem envolver-se em um enlace amoroso. Da caixinha de metal que prendia a fita encarnada do seu diploma, constava uma inscrição ilegível. “Nessa inscrição figuravam as iniciais de certa donzela patricia, de distinta família da Capital, a quem o jovem jurista amara, chegando, dizem, ao noivado, depois desfeito”.⁴⁸

Fazendo seus exercícios escolares, as lições, sabatinas e dissertações; ocupando-se com a leitura de revistas, jornais de efêmera duração, livros de versos, chegou Cícero ao quinto ano. A 16 de dezembro de 1859, com mais 80 colegas, dos quais 13 baianos formava-se Cícero. Recebeu o novo bacharel o diploma das mãos do diretor da Faculdade barão de Camaragibe e do presidente da solenidade dr. Pedro Autran da Mata e Albuquerque.

Na já citada caixinha de metal onde encontrou-se dedicatória a uma pretendente, encontrou-se homenagens prestadas a sua mãe, gratidão a seu pai, afeto a seus manos, estima aos seus amigos e parentes e uma afeição especial a seu colega e amigo J. D. R. P, que supõem-se ser Jorge Dornelas Ribeiro Pessoa.⁴⁹

Anos mais tarde Cícero recordava alguns de seus colegas no seu livro de notas:

O dr. Raimundo Abílio Pereira Franco, filho do Maranhão, condiscípulo e amigo, bacharelou-se em 1859 com 22 ou 23 anos e faleceu em 20 de março de 1892... Dr Cor-
dolino Barbosa Cordeiro, meu amigo, colega e companheiro, nasceu a 7 de fevereiro de 1831 e faleceu em Baturité em 25 de junho de 1882.⁵⁰

1.3. VIDA PÚBLICA NO IMPÉRIO: O COMEÇO DE UMA VOCAÇÃO.

Finalmente o retorno definitivo para a terra natal. Os 2 dias passados no vapor que na primeira viagem a Recife passaram lentos e monótonos, impregnados de saudades e insegurança, desta vez não foram sequer contados, devido a ansiedade da volta definitiva.

O sertão estava em festa, afinal um filho da terra ‘doutor’ não era muito comum naquelas longínquas paragens. Contando 21 anos de idade, Cícero começou ampliar seus horizontes. O poder político e o prestígio social de sua família não se resumia a Itapicurú e Jeremoabo, muito pelo contrário, estava enraizado e difundido por quase todas as capelas, freguesias e vilas do sertão da Bahia.

De modo muito particular o recém formando Cícero simpatizava pelas terras em que a 8 de julho de 1812, o missionário capuchinho frei Apolônio de Todi fez erguer uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Bom Conselho e em 1817 se tornou freguesia, sendo desmembrada da paróquia de São João Batista do Jeremoabo do sertão de Cima e parte da de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicurú de Cima.

A ligação de Cícero com essa terra tinha sua razão de ser. Era atávica. Seu avô, o capitão-mor João Dantas dos imperiais, já havia lá penetrado desde os princípios do século XIX, pois o último tombamento de terras patrimoniais da Casa da Torre, feito em 21 de outubro de 1815, por Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque Cavalcanti de Ávila Pires, já mencionava o nome de João Dantas, com as respectivas fazendas, entre os arrendatários da família D’Ávila: “Quizaba a Francisco Ribeiro Pessoa, Manhenga a José Cardoso de Figueiredo, Estrelo a Inácio Teles de Carvalho, Tanque de traz a João Dantas dos Imperiais, Boqueirão a Marcelino de Almeida Soares, Folheira a Antônio da Costa, Tanque Novo a Manuel Nunes do Nascimento, Trindade a Marcelino Soares...”⁵¹

Antes de 1832, o capitão-mor João Dantas estreitou ainda mais a ligação de sua família com a freguesia de Bom Conselho, comprando da já decadente Casa da Torre os terrenos que compunham a referida freguesia. Além dessas terras, o avô de Cícero, aproveitando a má administração das terras arrendadas pelos senhores da Torre e a progressiva falta de controle deles sobre elas, foi adquirindo sítios, fazendas, enfim, enormes extensões de Terras que o tornaram a si e a seus descendentes os substitutos dos Garcia d’Ávila no sertão.

O primeiro relatório do município enviado em 1875 a José Eduardo Freire de Carvalho, então presidente da província da Bahia, nos dá uma idéia de como era a freguesia de Bom Conselho nos anos em que Cícero passou a ter mais contato com ela, quando retornou de Recife: “A topografia da sede era acidentada com a matriz dividindo os dois bairros do Jatobá e Navio. O cemitério, a capela da santa Cruz vista a grande distância, Casa da Câmara, dois barracões de feiras, 244 casas e edificações.... Entre os acidentes geográficos enumera as serras do Boqueirão, “local da primeira casa”, Baiacu e ao norte, distante oito léguas, a “Serra do Capitão” que antigamente era a extrema da província de Sergipe” as lagoas do “Licuri”, Lagoa Grande e outros menores; o rio Real que corre da Capela dos Buracos, distante seis lé-



Casa do engenho Pau Ferro construída em princípios do século XX. A família Dantas substituiu os Garcia d' Avila no nordeste da Bahia. Ao longo de dois séculos foram comprando fazendas e engenhos. Este era vizinho ao engenho Camuciata (Itapicurú) e foi anexado ao mesmo por João da Costa Pinto Dantas, filho do barão. Atualmente é propriedade de seu neto Anibal da Costa Pinto Dantas e sua esposa Carmelita Bahia Monteiro Dantas. Foto do autor, 2000.

guas, e pequenos riachos que são perenes (...) Toda a região sofre. com as secas periódicas. Não existem terras devolutas e as matas estão por se trabalhar. Os dois tanques estão em decadência. O ensino primário de escolas (7 para cada sexo) nas duas sedes da freguesia (...) Os limites do futuro município: Monte Santo ao poente. Pombal, ao sul,; Jeremoabo, ao norte; ao nascente com Riachão dos Dantas, Campos, Lagarto e Simão Dias. Distanto da capital 60 léguas, 28 de estação férrea de Timbó e 28 léguas de Serrinha”⁵²

É nesse ambiente, circulando entre Jeremoabo, Bom Conselho e Itapicurú, que o bacharel Cícero solidifica suas primeiras amizades, algumas até transmitidas por seu pai. Em seu livro de notas registra algumas delas : “O alferes Francisco Corrêa de Souza, meu amigo e de meu pai, faleceu em sua fazenda Tanque Novo, em Bom Conselho, a 11 de março de 1884. Era sogro de Aristides Borges (...) João Pereira de Castro, meu amigo, faleceu em sua fazenda Lagoa, a 30 de março de 1871 e sepultou-se Bom Conselho. Casou-se com D. Valeriana Francisca de Souza Castro”.⁵³

Finalmente a política; aliás já nascera político, como o pai, o avô e bisavô, confirmando a assertiva de Luís da Câmara Cascudo de que “os Dantas baianos nascem políticos como os pássaros voam e os peixes nadam”.⁵⁴

Vários bacharéis de sua geração saíram dos bancos da academia para ingressar nas assembléias provinciais e gerais. Ainda estudante, Cícero foi eleito suplente de deputado provincial na Bahia, pelo 10º círculo, para a legislatura 1860-1861 tomando assento em 3 de agosto do último ano, na vaga do seu cunhado Fiel de Carvalho, eleito deputado geral por Sergipe, não exercendo, assim, nenhum cargo da magistratura, que funcionavam como uma espécie de estágio preparatório para o ingresso dos bacharéis na política: de promotor a juiz, destes a deputados e daí por diante.

Entrou Cícero na política no final de uma época em que a historiografia brasileira classifica como a do “Tempo Saquarema”,⁵⁵ ou seja, um tempo em que não só foi marcado pela predominância temporal de gabinetes conservadores no poder (18 anos), em relação aos liberais (5 anos): mais como um período em que ideologicamente falando, o projeto de construção e consolidação do próprio Estado Imperial era conservador, no sentido da manutenção interna dos privilégios coloniais e construção de uma classe senhorial que o representasse.

A partir do gabinete de março de 1843 até o de março de 1861, que teve como presidente do conselho Luís Alves de Lima (Duque de Caixas), a fora o período de 1844 a 1848, que tivemos alguns gabinetes liberais, observarmos uma fase de total predomínio conservador, ou usando a terminologia difundida por alguns historiadores “um tempo saquarema”.

Um tempo saquarema que segundo a análise de Ilmar Mattos provêm de um “sentimento aristocrático – síntese da visão da política e da sociedade prevalecente da época – expressava um fundo histórico forjado pela colonização, que as forças predominantes na condição do processo de emancipação política não objetivavam alterar: o caráter colonial e escravista dessa sociedade”⁵⁶

Na verdade, não havia diferenças profundas entre os dois partidos, pois ambos eram igualmente conservadores e estavam unidos contra a participação do povo nas decisões políticas. Liberal ou conservador, não importava, a aristocracia rural era a favor de uma política antidemocrática e antipopular.

O pai de Cícero, João Dantas, seus tios José, Inácio e Maurício, envolvidos pelo projeto Saquarema de construção e manutenção da ordem e do *status quo*, mantiveram-se unidos por algum tempo com o propósito político de freiar a ação das rebeliões de cunho liberal e de manter a hierarquização sócio-política e econômico na pirâmide social, ou seja, de um lado senhores do outro escravos.

A política de conciliação adotada no gabinete do marquês de Paraná, que perdurou até 1857, deu margem a que os irmãos Dantas se mantivessem unidos, mas não até o final do período.

Honório Hermeto Carneiro Leão (marquês de Paraná), mesmo com as diversas oposições à lei, ao tornar o projeto “questão ministerial”, deixou claro que intencionava realizar uma mudança na orientação política.

Por sua vez, a oposição colocava que do momento da vigência da lei em diante, a política provincial e nacional seria ministrada a nível de vilas e cidades do interior, afastando os políticos de projeção nacional para serem substituídos por jovens recém-formados nas academias de São Paulo e Recife, sob o comando de chefes políticos locais ligados a eles por laços de sangue.

A essa oposição aguerrida, o marquês respondia que o novo sistema eleitoral por círculo almejava a realidade política do país, formando uma deputação autêntica, onde só seriam escolhidos os que tivessem prestígio legítimo. A aprovação dessa lei causou um dos debates mais movimentados da legislatura. Os líderes da oposição acusaram Paraná de fomentar uma política de clientela proporcionando o aumento da autoridade dos potentados locais.

Para Cícero, estreante na política, eleger-se neste momento precisou mais do que nunca do apoio dos chefes locais (o comandante superior, o coronel, o juiz), de sua zona, que eram seu pai e seus tios. O coronel João Dantas, seu pai, dirigindo a política de Jeremoabo; o

coronel José Dantas, seu tio, dirigindo a política de Itapicurú e seu tio afim, o coronel Maurício José de Souza, chefiando a política de Inhambupe.

Mas não só Cicero fora estimulado pela nova lei a entrar na política. Seus irmãos e primos carnisais, quase todos da mesma idade, com a mesma formação acadêmica, chegavam com toda a força, cheios de ambição e coragem. Eram eles: cel. João Gualberto Dantas, dr. Manuel Pinto de Souza Dantas, dr. João Reis de Souza Dantas, cel. Maurício José de Souza Dantas, cel. João Dantas Portátil, cel. José Inácio Dantas de Brito, cel. João Dantas Martins dos Reis, dr. Benício Dantas Martins e dr. Fiel de Carvalho, este cunhado e primo dos três últimos.

Era a emancipação dos chefes locais com o poder provincial se interiorizando. Apesar de desavindos, por disputas locais, os velhos Dantas a princípio não se hostilizaram, permanecendo todos saquaremas: José Dantas dirigindo Itapicurú e João Dantas, Jeremoabo.

Na eleição para deputado provincial da 10ª legislatura (1854-1855) não era Cicero ainda candidato; tanto João Dantas sufragou com votações iguais nos colégios em que tinha influência a seu genro Fiel, como a seus sobrinhos Manuel e João Dantas. Igual procedimento teve José Dantas quanto aos colégios sob a sua orientação, e assim também, os parentes de Inhambupe.

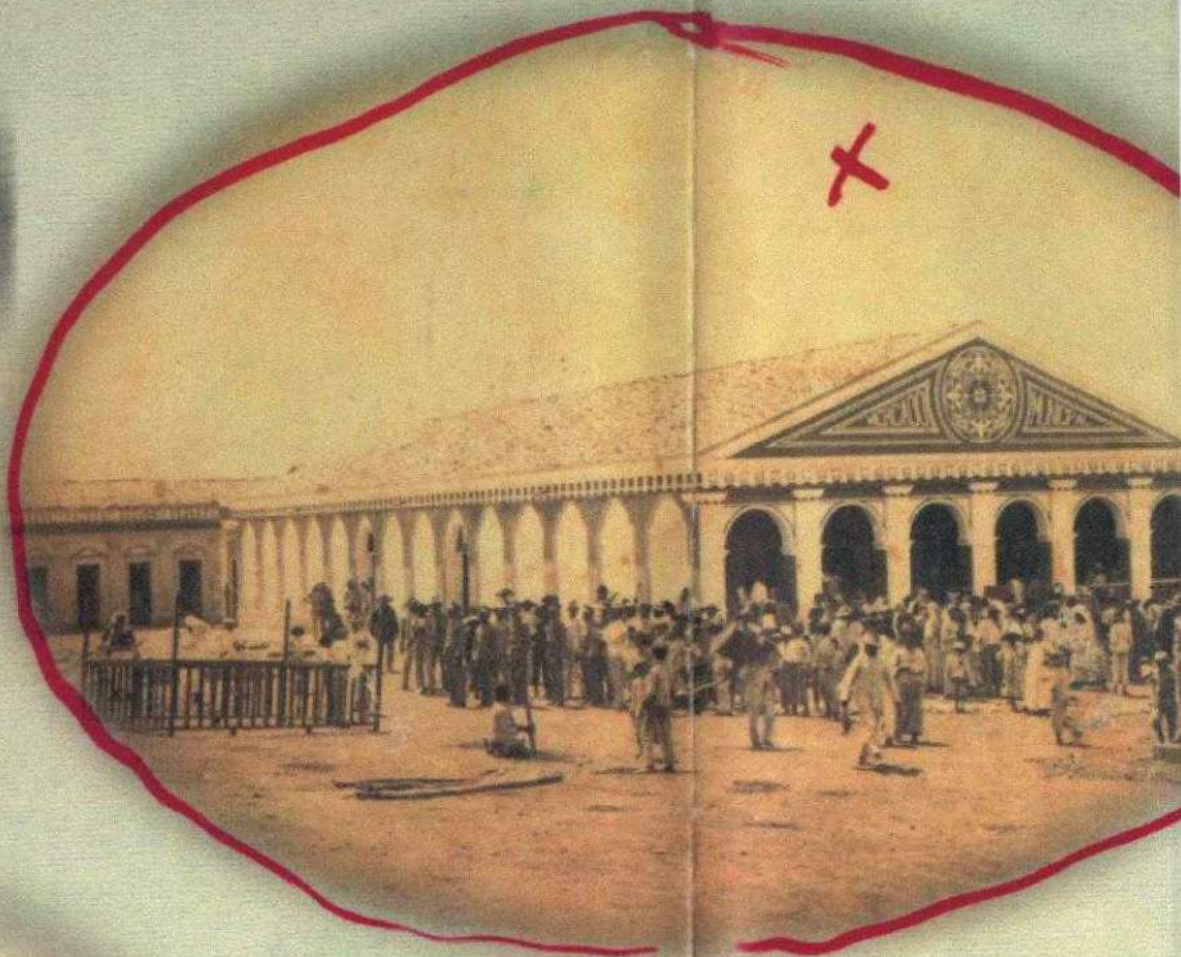
Porém a entrada efetiva na política do recém formado Cicero, disputando uma vaga na Assembléia provincial já se dá em uma época em que sua família encontrava-se cindida. Era o efeito da Lei dos Círculos que entrava em vigor desde 1855. Era a lei, pela qual muito lutara o marquês de Paraná e como previra São Lourenço e ressalta o historiador Wanderley Pinho de efeitos desastrosos no ambiente da política local, porque cada chefe local, do mais ínfimo círculo, se achava no direito de apresentar um candidato.

Quando em 1859, Cícero começou a cabalar votos, com a ajuda de seu pai, para sua candidatura a uma vaga na assembléia provincial, não achou apoio total de sua família. Desde as últimas eleições para a deputação provincial (1856-1857) ela já havia se desentendido na escolha dos nomes para representar o círculo que dominava - o 10º. Quanto a Inhambupe não houve dúvida - o indicado foi o dr. João Dantas; mas em relação aos municípios de Jeremoabo e Itapicurú não se chegou a um acordo: o cel. João Dantas apresentou à reeleição seu genro Fiel; e o Cel. José Dantas indicou seu filho Gualberto, além de apoiar a reeleição de Manuel Dantas. Dantas Júnior comenta essa eleição:

Cotegipe negou apoio a Fiel e trabalhou em prol de Manuel Dantas; São Lourenço, por sua vez, amparou decididamente a candidatura de Fiel. Correu a eleição e, afinal, saíram vitoriosos os três parentes: Fiel, Gualberto e Manoel, derrotados os mais



Jeremoabo no século XIX. Vendo-se em destaque o mercado municipal em dia de feira e embaixo, a esquerda a casa que o barão de Jeremoabo herdou do seu pai, o Comendador João Dantas dos Reis. Foto ABJ.



candidatos. Parece que nesse pleito a maior hostilidade foi entre os candidatos Fiel e Manuel Dantas, tanto assim que no círculo de Jeremoabo o cel. João Dantas sufragou, com votação idêntica a de Fiel, os candidatos Gualberto, Leão Veloso e Joaquim de Azevedo Monteiro, 59 votos a cada, obtendo Manoel Dantas 40 sufrágios e o padre Ricardo 22.⁵⁷

Estava com a razão Dantas Júnior quando disse que a disputa maior se deu entre Manuel e Fiel. Ambos não só disputaram votos nos seus círculos de influência, como foram buscar apoio de políticos com prestígio nacional. Assim é que Fiel, numa carta de 9 de junho de 1856, comunica ao barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley), sua intenção de se candidatar a deputado e ao mesmo tempo pede sua aprovação e apoio. Manuel Dantas, por estar há mais tempo na política ou por ter sido mais habilidoso, já havia conquistado a simpatia de Cotegipe.

Este, por sua vez, não esconde a Fiel sua preferência pela candidatura de Manuel e demonstra-se surpreso pelo desentendimento entre os dois “e confesso que nunca pensei que ele tivesse de lutar com V. S. pois que tanto o interesse político como o de sua família tendiam a favorecer aquela candidatura, podendo ambos ser contemplado. Eu aconselharia que se entendessem e viessem a um acordo para evitarem uma cisão entre seus amigos e parentes, cisão cujos resultados são fáceis de prever. Na minha opinião a carreira que segue o Sr. seu primo e as suas habilitações dão-lhe algum direito (seja dito sem a menor ofensa das belas qualidades de V. S.) a pretender um lugar na deputação. Aos interesses do partido cedeu ele de suas pretensões na eleição passada, e eu faltaria a um dever de lealdade se me recusasse a ajudá-lo como então prometi. Sei que pouco poderei conseguir, mas esse mesmo pouco foi-lhe adquirido de muito tempo. O que assevero a V. S. é que a minha muito fraca intervenção será de um particular e não governo e em resultado penso que V. S. nada perde. No entanto sinto-me acanhado e quisera que uma conciliação entre V. S. me tirasse de tais embaraços, com o que V. S. me faria grande favor, penhorando assim a minha gratidão”.⁵⁸

Manuel Dantas cultivou a preferência de Cotegipe por seu nome através de cartas. Diz Wanderley Pinho que eram duas por semana, expressando sua gratidão, sua admiração e ao mesmo tempo aproveitando para fazer pedidos de votos, nomeações, etc. Não esquecendo, também, de fazer uma imagem negativa de seus parentes, acusando-os e escusando-se de qualquer responsabilidade na cisão e divisão de votos nos círculos de influência da família. Numa carta de 18 de junho de 1856 refere-se à aliança entre Fiel e Leão Veloso, entre o pai deste e o sogro daquele, para ficarem donos do círculo por “interesse de cozinha”. Acrescentava, “a lei dos círculos que foi feita sob as melhores idéias adotadas nos sistemas é por eles

encarada como um negócio, um arranjo, não devendo predominar considerações do bem público...”⁵⁹

Essa postura de Manuel Dantas revela a sua recusa de uma conciliação, proposta como já vimos por Cotegipe, e ela é a origem das desavenças entre ele e Cícero durante todo o período monárquico.

Voltando aos primeiros passos de Cícero na política, podemos observar que ele ingressou enfrentando uma prova de fogo. Disputou, logo de início, junto a seu cunhado Fiel de Carvalho, com três candidatos: Gualberto Dantas (seu primo), padre Ricardo Borges e cel. Bento Alvino de Carvalho Alves. Venceram Gualberto, Ricardo e Fiel, ficando Cícero como 1º suplente e assumindo posteriormente.

No interregno entre a primeira eleição disputada por Cícero em 1859 e a segunda, em 1861, já para a câmara geral, algumas mudanças ocorreram. O tempo da hegemonia saquarema estava chegando ao fim.

A política do gabinete Ferraz (1859-1861), lutando para manter unido o partido conservador, só contribuiu na verdade para dar forças aos liberais que estavam afastados da presidência do conselho desde 1848. Gradativamente eles foram conseguindo apoio dos grandes centros urbanos da época - Rio de Janeiro, São Paulo e Ouro Preto - que defendiam uma política econômica mais aberta. Era a contradição do próprio mundo saquarema, querendo preservar uma estrutura colonial e senhorial, dentro de uma ordem mundial mais progressiva e liberal.

As eleições de 1861 elegeram grandes representantes ‘luzias’, como Teófilo Otôni, membro do grupo dos liberais históricos do período regencial e da rebelião armada ocorrida em Minas Gerais, em 1842; juntamente com Francisco Otaviano e Saldanha Marinho. Esta grande vitória nas urnas, influenciada por idéias de liberdade econômica, possibilitou o afastamento dos conservadores radicais e a ascensão dos moderados radicais que se uniram aos antigos liberais, almejando os primeiros, apenas, reformas parciais e os segundos procurando evitar as possíveis revoluções. É nessa reordenação conservadora que surge um grupo que se autodefine progressista, fundando uma liga com a junção dos nomes - Liga Progressista.

Diante dessa reestruturação política, os Dantas que apesar de todas as rixas despertadas pela Lei do Círculos ainda estavam no mesmo partido, rompem oficialmente, se dividindo em agremiações opostas. O cel. José Dantas, seu filho Gualberto, seu genro e sobrinho Dr. João Dantas e seus sobrinhos Manuel e Maurício Dantas acompanharam líderes nacionais como Nabuco, Zacarias, Olinda e Saraiva que tinham se afastado do partido conservador e se aliado a chamada “Liga ou Partido Progressista”, tornando-se dessa maneira Luzias e o cel.

João Dantas, seus filhos João, Cícero e Benício, seu genro Fiel e seus sobrinhos José Inácio e Portátil, permaneceram saquaremas.

Neste clima de reordenação de forças, onde começou a pairar o espírito liberal entre as instituições imperiais é que Cícero não foi reconhecido para uma cadeira na Câmara dos deputados gerais em 1861. Nessa ocasião, o barão de São Lourenço, que já conhecia os membros da família Dantas por ter estado na zona de sua influência, como chefe interino de polícia, para fazer um processo pelo assassinato de um juiz municipal local, tentou, sem resultado, uma harmonia política no distrito, propondo uma chapa que contentasse as duas facções opostas da família, incluindo um nome de fora, que seria Saraiva. Este passaria compor a chapa com Manuel Dantas e Cícero Dantas. São Lourenço, em uma sessão do senado, relembrou a Saraiva essa eleição de 1861, jogando a culpa de uma não conciliação ao lado já liberal dos Dantas:

Parece que as desinteligências que apenas se percebia entre os dois irmãos se transmitiram exageradamente as famílias quando o domínio político passou para a liderança de seu sobrinho e dos parentes próximos deste; o sr. coronel João Dantas sofreu as maiores perseguições. Este amigo quis reconcilia-los; comuniquei-me com o sr. Manuel Dantas que me disse desejava essa reconciliação, naturalmente porque conhecia a influência de seu tio. Eu reduzido ao estado de particular e no retiro propuz o seguinte arranjo – dar a cada uma das famílias seu candidato a deputação; o sr. Manuel Dantas por uma, o sr. dr. Cícero, filho do coronel João Dantas por outra; ficando o terceiro lugar para o nobre senador a quem respondo (...) Escrevi ao sr. José Dantas neste sentido, mas ele respondeu que não aceitava o arranjo; que não transigia por interesse seu particular, que tinha sua consciência, e esta não permitia que ele transigisse. Assim ficou inteiramente frustrado meu pensamento de uma reconciliação...⁶⁰

Mas adiante dá a entender que houve fraude na primeira eleição que Cícero disputou para deputação geral “tudo quanto foi aparecendo depois da nova situação foi fabricado expressamente. Não havia diplomas de eleitos, atas, juramentos, posses, nada disto; eu vi algum destes livros falsificados posteriormente”.⁶¹

As fraudes, falsificações e a criação de eleitores fantasmas foram práticas comuns em todo o período monárquico. Não eram prerrogativas exclusivas deste ou aquele partido, pelo contrário, era comum aos dois, dependendo somente da força política que cada um estava exercendo.

O partido conservador, em 1861, começou a perder forças. Foi neste momento que Antônio Rocha Viana escreveu de Monte Santo ao coronel João Dantas informando que seu filho Cícero teve apenas 7 votos nesta vila o que, na opinião dele, dava margens a desconfian-

ça, pois “fizerão sem nenhum cabimento uma duplicata no Bom conselho e tenho receio bem fundados de que será ela aprovada...”⁶²

Os anos 60 foram difíceis para Cícero, afinal de contas teve que suportar um rosário de gabinetes liberais. De Zacarias a Olinda, passando por Francisco Furtado, até voltar novamente Zacarias, mantiveram-se os Luzias.

Mesmo sem condições, Cícero resolveu enfrentar o embate e em 1863 entra na luta por uma vaga para deputado geral, a 12ª legislatura (1864-1866), pelo 4º distrito. Como era de se esperar perdeu a eleição para seu primo Manuel Pinto de Souza Dantas, que foi eleito juntamente com José Antônio Saraiva e João Ferreira de Moura. Consciente da força política do adversário, mas revoltado com a situação escreveu ao barão de Cotegipe, a 2 de setembro de 1863, da Fazenda Caritá, de propriedade de seu pai, contando em detalhes como se deu a eleição em Bom Conselho:

Caritá, 2 de setembro de 1863.

(...) No Bom Conselho para evitar derramamento de sangue (que era infalível) aceitei uma concordata que me foi proposta pelo sr. dr. João Dantas dos Reis que se achava presente (tenho acompanhado os 20 soldados de linha que da ordem do governo vinhão manter a desordem e a anarquia) dividindo-se os eleitores, 27 para cada lado e 30 suplentes nossos e 24 deles. Pensei que todo trabalho seria baldado na depuração, se chegasse a fazer-se a eleição, o que eu duvidava, além disto receei que algum dos juizes de paz se deixasse levar pelos meios e desacertos que ele empregava cinco dias antes da eleição. Se o meu proceder não agradar – paciência e pretendo pela imprensa justificarme. Em Jeremoabo e Curral dos Bois houve igualmente oposição, em Capim Grosso fizeram uma concordata miserável ficando nós com 10 votos e eles com 16, em todos os outros pontos de que temos noticia os conservadores não entrarão se quer nas matrizes ou freguesias!! Tanto despotismo nunca se viu e uma vitória desta é ingloriosa para o lado vencedor...⁶³

Sem conseguir se eleger durante sete anos, por estar seu partido fora do poder, Cícero preencheu seu cotidiano ajudando a seu pai na política de Bom Conselho e Jeremoabo, com os afazeres de filho de fazendeiro e com algumas poucas viagens a Salvador, como diz em carta de 1 de setembro de 1865 a seu amigo de faculdade José Gonçalves da Silva: “amanhã parto para a capital, aonde não vou ha 2 anos”.⁶⁴

Provavelmente em uma dessas viagens, a Salvador, ou de passagem pelo Recôncavo conheceu Mariana da Costa Pinto. Esta descendia de uma grande família da região que lá chegou no final do século XVIII representada por Antônio da Costa Pinto⁶⁵ (seu avô paterno), o fundador, que era originário da província d’Entre-Douro e Minho e como muitos patrícios,



Engenho Regalo. Vendo-se ao fundo, a casa principal da propriedade. Este engenho localizava-se em Santo Amaro, no recôncavo baiano. Pertenceu a Antônio da Costa Pinto Júnior, conde de Sergimirim. Em 04.11.1865 o barão de Jeremoabo casou-se com Mariana da Costa Pinto, filha do referido conde, recebendo a propriedade como dote de casamento. Foto ABJ.

chegou a Bahia para fazer comércio e depois se estabeleceu como proprietário rural. Em 1799, já possuía várias propriedades em Santo Amaro, Cachoeira e Água Fria.

Não sabemos como Cícero (morando no sertão da Bahia), apesar de rico e filho de senhor de engenho, entrou na fechada casta dos senhores de engenho do Recôncavo. Venceu duas barreiras: conseguiu casar-se com uma filha de um proprietário de terras sem possuir outras, na mesma região, para anexá-las as da noiva, já que a estratégia matrimonial era a de conservar e aumentar os bens que possuíam; penetrou em uma família que entre os 26 casamentos realizados, 12 foram endogamos atingindo a percentagem de 46,2% dos integrantes da família; além do mais dobrou um sogro que já havia selado vários casamentos entre seus filhos e sobrinhas. Um exemplo desses casamentos está na carta que Antônio da Costa Pinto Júnior (futuro conde de Sergimirim e sogro de Cícero) escreveu ao barão de Cotegipe:

(...) tendo tomado conta da tutela de minha sobrinha, filha do finado José Ferreira, e estando ela maior de doze anos, resolvi casa-la com o meu Totônio; e quero ver se faço isto quanto antes. Procuro sua aprovação.⁶⁶

Realizou-se a união a 4 de novembro de 1865 no Engenho Regalo, que passou a ser propriedade do casal como dote de casamento⁶⁷. A partir daí Cícero deixou de ser apenas um sertanejo para passar a habitar, também, o mundo do Recôncavo açucareiro. O casamento com uma moça rica, somando a fortuna dela com a sua, deu segurança e tranquilidade a Cícero, porém não o afastou da política.

Em um período de 30 anos, 1859 a 1889, fase da vida pública do barão no império, Cícero Dantas Martins procurou pautar sua conduta política de acordo com os princípios e valores conservadores. Esteve portanto, no decorrer de sua trajetória de: parlamentar, senhor de engenho e grande proprietário de terras, em sintonia com o grande projeto da classe senhorial, em outras palavras permaneceu em sintonia com o poder. No 2º capítulo analisaremos a sua trajetória enfocada dentro desse prisma.

NOTAS

1. DANTAS Jr, João da Costa Pinto. O Capitão-mor João d'Antas e sua descendência. Separata do vol. XV da Revista IGHBA, p.8.
2. Ibid.
3. Ibid.

4. CALMON, Pedro. História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 3ª ed., 1983, p. 121.
5. CALMON. Op. Cit. p. 123.
6. Certidão de compra do sítio Camuciatá, assinada por Baltazar dos Reis Porto, em 15/10/1754.
7. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Terra, Trabalho e Poder. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 103.
8. DANTAS Jr. Op. Cit. p. 10.
9. Inácio dos Reis Leite. Alvará de 12 de julho de 1749, 1 légua de largo e 3 de comprido. Na vila de Itapicurú de Cima no sertão do Tijuco, que corre rio do Peixe por ele acima, buscando o sul meia légua de cada lado do rio do Peixe de largura e 3 de comprimento pelo dito rio acima começando do rio do Peixe onde acabar as terras que foram do sogro e avô do concessionário Francisco Gonçalves Leite, chamado o Poço Grande correndo pelo dito rio do peixe acima as 3 serra chamadas Três Irmãos e para o norte e poente. Com todas as águas. De não olhar as terras sem aproveitá-las não se tornou posse em 22 de fevereiro de 1752. Felisbello FREIRE. História Territorial do Brasil. Ed. Fac-similar. Salvador, Secretaria de Cultura e turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. p. 124.
10. SENA, Consuelo Pondé de. Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979, p. 99.
11. TAVARES, Luís Henrique Dias. História da Bahia, p. 64-65; FLEIUSS, Max, História administrativa do Brasil; LEAL, Víctor Nunes, Coronelismo, enxada e voto.
12. VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no século XVIII. Salvador: Itapuã, vol. 2, 1969, p. 344.
13. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e tecnologia. Fundação d Pesquisas – CPE. A inserção da Bahia na Evolução Nacional. 1ª Etapa: 1850 – 1889. Atividades Produtivas. V. 2. Salvador, 1978, p.61.
14. DANTAS Jr. Op. cit. p. 2.
15. Ibid.
16. VILHENA. Op. cit. p. 297-329.
17. BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. Longos serões do Campo. O Major Pedro Ribeiro; Organização e notas Maria Clara Mariani Bittencourt. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, pp. 248-249, v.1.
18. BITTENCOURT. Op. cit. p. 96.
19. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia, Século XIX. Uma província no Império. Rio de

- Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 224.
20. MORTON, F. W. O. The conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840. Oxford University, 1974 (tese de doutoramento não publicada).
 21. EDELWEISS, Frederico. "A antroponímia patriótica da Independência". Revista do IGHB, nº 86, p. 137-158, 1976/77.
 22. DANTAS JR. Op. cit. p. 182.
 23. Ibid. p. 183.
 24. Auto de testamento de João d'Antas dos Imperiais, 1833. Arquivo do Estado da Bahia, doc. Nº 1, maço 1.101/Itapicurú. 33 fls.
 25. Ibid.
 26. Ibid.
 27. Ibid.
 28. Ibid.
 29. DANTAS Jr. Op. cit. p. 3.
 30. Auto de Testamento de João d'Antas...Op. cit.
 31. VILHENA, Luis. Op. Cit. v1. P. 274.
 32. DANTAS JR, João da Costa Pinto. O Barão de Jeremaobo (Dr. Cícero Dantas Martins)1838-1938. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1939.
 33. DANTAS JR. O cap-mór..., Op. Cit. p. 185.
 34. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Discursos Parlamentares. José Antônio Saraiva. Brasília, 1978, p. 398-401.
 35. BRASIL BANDECCHI, " O Município no Brasil e sua Formação Política", Revista de História, nº 93, p. 136-138.
 36. FREIRE, Felisbelo. Op. Cit. p. 288.
 37. FONTES, Arivaldo Siveira. Figuras e Fatos de Sergipe. Porto Alegre: Senai de Artes Gráficas, 1992, p. 129-138.
 38. LOURENÇO, João. Depoimento a Álvaro Pinto Dantas de Carvalho em 1968.
 39. OLIVEIRA, Francisco José de. PALACIN, Luís Gomes. História da Diocese de Paulo Afonso. Sesi, 1987, s/p.
 40. OLIVEIRA, Francisco. Op. Cit. s/p.
 41. JEREMOABO, barão de. Livro de Notas. 1895.
 42. WETHERELL, James. Brasil, Apontamentos sobre a Bahia, 1842-1857. Apres. E Trad. Miguel P. do Rio Branco. Salvador: Edição do Banco da Bahia. S. A, s/d. p. 108-109.

43. QUERINO, Manuel. A Bahia de Outrora. Prefácio e notas de Frederico Edelweiss. Salvador: Progresso, 1955. P. 108.
44. PIRES, Padre Heliodoro. Temas da História Eclesiástica do Brasil. São Paulo: São Paulo Editora, 1946, p. 185-190.
45. BEVILAQUA, Clóvis. Op. Cit. p. 81.
46. JEREMOABO. Op. Cit. s/p.
47. Era como apelidavam-se os estudantes do segundo ano da Faculdade de Direito. BEVILAQUA, Clóvis. Op. cit. p. 269.
48. DANTAS, Jr. O Barão de Jeremaobo... Op. cit. p. 5.
49. Ibid.
50. JEREMOABO. Op. Cit. s/p.
51. Anais do Arquivo Público, Borges de Barros, vol. XI, fls 75/78.
52. GALVÃO, Renato. Bom Conselho dos Montes do Boqueirão – Cicero Dantas; na Revista Panorama, 1984, p. 43-44.
53. JEREMOABO. Op. cit. s/p.
54. CASCUDO, Luís da Câmara. O Barão de Jeremaobo. A Tarde. 1º de agosto de 1939.
55. Para uma apreciação mais crítica da política partidária no império, vê o excelente trabalho de Ilmar Rohloff de Mattos – O Tempo Saquarema – São Paulo, 1987.
56. MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987, p. 114.
57. DANTAS, Jr. O Barão de Jeremaobo... Op. cit. p. 7
58. Carta de Wanderley a Fiel, 14 de junho de 1856, in PINHO, Wanderley. Cotegipe e seu tempo. Primeira fase. 1815-1867. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 563.
59. PINHO, Wanderley. Op. Cit. p. 567.
60. Jornal da Bahia, s/d.
61. Ibid.
62. Carta escrita por Antônio da Rocha Viana a João Dantas dos Reis a 30 de janeiro de 1861.
63. Carta de Cícero Dantas Martins ao barão de Cotegipe, Caritá, 2 de setembro de 1863.
64. José Gonçalves da Silva foi um dos maiores amigos do barão de Jeremaobo. Nasceu em 23 de dezembro de 1838, em Mata de São João. Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo em 1862, e logo em seguida fixou-se em Vila Nova da Rainha, atual Senhor do Bonfim, tornando-se chefe político local. No império filiou-se ao partido conservador. Foi deputado

provincial na legislatura de 1870/1871 e Geral na de 1869/1872. Nesta última foi eleito junto com o barão de Jeremaobo. Na República governou a Bahia. Seu governo foi exercido em duas fases; a primeira, por nomeação de Deodoro da Fonseca, de 16 de novembro de 1890 a 2 de julho de 1891. Neste período presidiu a eleição do Congresso Constituinte do Estado e foi mantido no cargo de governador até 23 de dezembro de 1891, quando foi obrigado a renunciar por ter apoiado o golpe militar dado por Deodoro. Foi senador estadual e em agosto de 1894 fundou o Partido Republicano Constitucional, juntamente com o barão e outros políticos oposicionistas a Luis Viana. Faleceu em Vila Nova da Rainha, em 15 de agosto de 1912.

65. Antônio da Costa Pinto nasceu na Vila Nova de Famalicão, arcebispado de Braga, na então província de Entre Douro e Minho, Portugal e faleceu no engenho Europa, freguesia de Nossa Senhora do Bom Jardim, a 11 de junho de 1839, segundo o assento de óbito aos 78 anos, sendo sepultado na capela de Nossa Senhora da Conceição de Bento Simões. Foi membro da diretoria da Real Companhia Vinícola do Alto Douro, Portugal. Capitão da 8ª Companhia de Regimento de cavalaria Miliciania da vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, sargento da 4ª Companhia dos homens pretos, agregada aos Terço das Ordenanças da vila de Cachoeira, promovido a alferes da mesma companhia. Foi o último administrador do Encapelado de Bento Simões, instituído em 26 de novembro de 1726, e extinto por força da Lei nº 57, de 6 de outubro de 1835. Casou-se com Mariana Joaquina de Jesus, filha de Joaquim José Lopes e de Luísa Ferreira Dias de Leão.

66. Carta do Conde de Sergimirim ao Barão de Cotegipe, 24 de dezembro de 1855, in Pinho, W. Op. cit. p. 623.

67. Além do Regalo a família Costa Pinto possuía os seguintes engenhos: Jacu, Europa, Gameleira, Gravata, Bonsucesso, Canabrava, Oiteiro, Mato Limpo e Aramaré. Todos situados nas férteis terras de massapé, do distrito de Santo Amaro.

CAPÍTULO – 2 EM SINTONIA COM O PODER

2.1 – CONSERVADORES E LIBERAIS: DIFERENTES ABORDAGENS

Este capítulo pretende analisar mais detalhadamente a trajetória de Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, inserido no contexto histórico do período monárquico.

O objetivo principal é o de procurar perceber na atuação política do barão de Jeremoabo algumas características próprias de estruturas básicas deste período vivido por nosso biografado: o conservadorismo na monarquia, caracterizado por alguns historiadores como um tempo próprio – *Saquarema*.

Várias autores têm estudado o conservadorismo e o liberalismo nos partidos do império, levando em conta as diferenças, as semelhanças, e a hierarquização estabelecida entre eles no próprio desenrolar dos entraves políticos do regime. Foge ao objetivo deste trabalho analisar minuciosamente as principais obras produzidas com este intuito, mas se torna importante citar algumas delas e fazer uma rápida crítica já que tratam de temas que são o pano de fundo de trajetória de nosso biografado.

Começemos por citar duas obras básicas, contemporâneas ao período estudado. São elas: *Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império (1857)* (José Antônio Pimenta Bueno – marquês de São Vicente) e *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, (Paulino José Soares de Souza – visconde do Uruguai). Esses são trabalhos fundamentais para a compreensão do segundo reinado, a partir de uma ótica “conservadora-oligarquica” que elaborou sua doutrina com o objetivo de contrapor-se a possíveis ou reais avanços liberais. Nesse sentido não foram poupados Feijó, Vergueiro, Antônio Carlos, Teófilo Ottoni, Tavares Bastos, Zacarias, Nabuco de Araújo, Rui Barbosa e muitos outros.

Outro importante trabalho que entrou no debate teórico, em paralelo às realidades vividas, foi o de Justiniano José da Rocha (*Ação, Reação, Transação: Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*). Esta obra influenciou muitos outros autores que enxergaram, de uma maneira geral, o império como uma arena dos gabinetes liberais e conservadores, que se efetivava na predominância de um ou outro partido em seus constantes rodízios. Consequentemente a análise estava vinculada necessariamente a uma periodização previamente dada, e sem o interesse de associar, nem ao menos superficialmente, tais acontecimentos às estruturas sociais, econômicas e culturais do período monárquico. Como alguns exemplos de traba-

lhos influenciados por essa ótica temos o de João Ribeiro e de Oliveira Lima, sobre o barão do Rio Branco; Hélio Viana, com seu *Vultos do Império* e Vamireh Chacom, na sua *História dos Partidos Políticos Brasileiros*, datado de 1981. Cheios de acontecimentos, assemelham-se a um diário da classe dominante repetindo constantemente a narrativa de fatos políticos, terminando, assim, por reafirmar uma cronologia tradicionalista, que contém só as consequências de atos do poder, reforçando também uma simples ligação mecânica entre períodos da história, sem levar em consideração as diferentes conjunturas que inter-relacionadas compõem o todo de um fenômeno em uma época estudada.

Sem querer me alongar demais nas críticas feitas a algumas obras, vale ressaltar outra influência que a obra de Justiniano Rocha lega a trabalhos clássicos de nossa historiografia. Como por exemplo, *A Província*, de Tavares Bastos, publicada em 1865; Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, já editado na República (1897); e, assim, muitos outros que refazem a história tomando como único parâmetro, biografias: Octávio Tarquínio de Souza – *História dos Fundadores do Império do Brasil*, Heitor Lira – *A vida de D. Pedro II*, José Antônio Soares de Souza – *A vida do visconde do Uruguai* (1944) e muitos outros.

Deparando-se com autores que não são contemporâneos aos fatos estudados e que não se deixaram influenciar pelos já anteriormente citados, observamos um viés mais analítico, sem com isso querer dizer que os anteriores foram menos lúcidos ou capazes.

Dentro da perspectiva que estamos enfocando, baseado no trabalho de Ilmar Matos¹, a do Tempo Saquarema, que é aquele que consideramos como o primeiro momento da formação política do barão de Jeremoabo, temos vários trabalhos que tratam das pilastras centrais do império: o partido conservador e o liberal, ou melhor dizendo, utilizando uma terminologia que se originou e se generalizou na mesma época em que surgiu; os Saquaremas e os Luzias. Os primeiros assim chamados por causa de uma disputa eleitoral ocorrida nos anos de 1845, no momento em que os liberais estavam na chefia do governo. Um padre, José de Cêa e Almeida, sub-delegado de polícia na vila de Saquarema, província do Rio de Janeiro, seguindo a prática política da época, que era a de vencer as eleições de qualquer modo, ameaçou a referida vila que era chefiada por líderes conservadores, Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Souza. Estes conseguiram, apesar de estarem fora do poder, proteger a integridade da vila. Desta maneira os seus protegidos passaram a se chamar ‘Saquaremas’, o que logo se espalhou aos demais membros e simpatizantes do partido conservador.²

Quanto aos luzias, até chegarem a ser chamados uniformemente assim passaram antes por diferentes denominações, no período entre o final das regências e a derrota do movimento

praieiro em 1848. Suas primeiras denominações referiam-se aos movimentos do R. G. do Sul – Farrapos, Pernambuco – Praieiros, Minas – Santa Luzia, ou simplesmente luzias. Após a derrota definitiva do movimento praieiro em 1848, todos os liberais passaram a se chamar luzias.³

Os historiadores brasileiros que estudam o período monárquico estão divididos em relação a interpretação que fazem a respeito do jogo político engendrado pelos dois partidos do império na disputa pelo poder. Basicamente as discussões se desenvolvem em torno de três questões fundamentais: a diferença entre conservadores e liberais, a semelhança que os torna praticamente dois partidos em um e o relacionamento hierarquizado que se estabeleceu entre ambos.

Os autores que privilegiam as diferenças em suas análises, buscam justificá-las em aspectos sociais, políticos e econômicos. A aqueles que acham que a diferenciação está na origem rural (conservadores) ou urbana (liberal), desses partidos. Entre os que adotam essa perspectiva podemos citar, João Camilo de Oliveira Torres – *Os construtores do Império*, Fernando de Azevedo – *Os canaviais e engenhos na vida política do Brasil* e Manuel Maurício de Albuquerque – *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Outros, como é o caso de Azevedo Amaral – *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Raimundo Faoro – *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*, e José Murilo de Carvalho – *A Construção do Ordem. A Elite Política Imperial*, pensam que a diferença está intrínseca a origem social de seus componentes.

Os dois últimos são trabalhos clássicos que tratam do período imperial, por isso vale a pena colocar um pouco mais suas posições. Em Faoro, o ponto principal de diferença entre os conservadores e liberais – “malgrado a relativa indistinção ideológica” (p. 196) – não é senão a perpetuação da “antiga antinomia Metrópole-Colônia que persistia, com novos quadros, na nova antinomia Estado-Nação” (p. 196). O partido dos saquaremas refletiria, basicamente, o “estamento burocrático, expressão da monarquia portuguesa colonizadora e civilizadora, com a preocupação de observar e cunhar interiormente a sociedade”, por outro lado o partido dos Luzias refletiria o mundo colonial, por intermédio da “classe proprietária e, ocasionalmente, duas ordens guerreiras: o caudilho e o bandido” (p. 179). Já José Murilo de Carvalho, depois de ressaltar que “os partidos imperiais, em sua liderança nacional, compunham-se de intricada combinação de grupos diversos em termos de ocupação e de origem social e provincial. Não cabem a seu respeito divisões e classificações simplificadas”. (p. 177) Termina por enfatizar que o partido Saquarema estava composto de “burocratas, principalmente magistrados, e seto-

res de proprietários rurais, principalmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, além de comerciantes das grandes cidades: (p. 171); em contrapartida o partido Luzia era formado, basicamente por profissionais liberais, principalmente advogados e jornalistas, por magistrados “que se tinham tornado liberais após filiação inicial ao Partido Conservador” (p.175) e por donos de terras, com destaque para os situados na zona sul do império.

Após essa breve visão geral de alguns autores que estudam os partidos monárquicos tomando como parâmetro principal, suas diferenças, é válido fazer um breve resumo daqueles que seguem por um caminho oposto, ou seja, privilegiando as semelhanças entre luzias e saquaremas.

Caio Prado Júnior se inspirando em Oliveira Viana afirma que “os nossos partidos do regime passado tem uma significação ideológica muito restrita”, assemelhando-se os dois pelo “espírito retrógrado”.⁴

Maria Isaura Pereira de Queiroz, no seu livro *O mandonismo local na vida política brasileira*, São Paulo, 1969, concorda com Caio Prado na questão da semelhança dos partidos, “Os Partidos Imperiais foram o manto sob o qual se escondeu a força dos chefes locais; sua realidade como ‘partido político’, no sentido de arregimentação de pessoas em torno de um programa ou de um ideal, não existiu; liberais, conservadores, as idéias de seus membros não apresentavam diversidade palpável”.

Nestor Duarte na sua consagrada obra *A Ordem Privada e a Organização Nacional*, os luzias e saquaremas são “o pequenino corpo de governantes propriamente ditos”, embasados e influenciados pelo saber cultural europeu, surgem ao mesmo tempo como porta-vozes dos anseios dos produtores rurais, dessa “reunião de famílias” que compunha a “classe política do império”. Não principiava a enfraquecer a essência da estrutura monárquica “a luta que entre eles e ela se travava” por ser exclusivamente ideológica, no campo do pensamento abstrato (...) sem força de continuidade no campo da ação pragmática”.⁵ Outro autor que privilegia semelhanças entre os partidos na sua linha de análise é Vicente Lincinio Cardoso, em *A margem da História do Brasil*. 3ª edição. São Paulo, 1979. Neste trabalho ele alerta para dois fatos que chama de “ilusão dos partidos” e “miragem enganadora da política parlamentar”, concluindo que se “os problemas essenciais e decisivos da nacionalidade” não chegaram a um bom termo devem-se ao fato de que tanto Luzias, como Saquaremas tinham como interesse maior a escravidão.

Seguindo a mesma linha de análise dos acima citados autores, Nelson Wemeck Sodré avança um pouco dizendo que o Partido Conservador era realmente o representado por aque-

les que procuravam manter o *status*, mas chega a conclusão que o aproxima dos demais, dizendo que, na essência, “essa divisão partidária é evidentemente frouxa e precária e corresponde a divergências dentro da mesma classe”.⁶

Vale ressaltar que esse breve resumo feito a respeito de historiadores que possuem uma mesma linha de interpretação em relação a análise dos partidos políticos no império, não significa que eles concordem entre si nos demais aspectos de suas elaborações. Alguns destes divergem quando tratam da estrutura social e o sistema de poder vigente na monarquia. Desta maneira, de acordo com Oliveira Viana predominava um modelo feudal de sociedade; já Caio Prado Júnior enxergava um mundo burguês; Maria Isaura Pereira de Queiroz resume todo a explicação no mandonismo, comprovando a importância do latifúndio; para Nestor Duarte a sociedade era patriarcal e Vicente Licínio enxergava na escravidão a distinção da sociedade. Portanto visões diferentes entre autores que possuem pontos de vista em comum.⁷

A terceira e última vertente está entre aqueles que enxergam as diferenças, aceitam as semelhanças, mas sobretudo revelam uma hierarquização existente entre ambos os partidos, mesmo conscientes de que tanto luzias como saquaremas faziam parte de um mesmo governo – a coroa imperial.

Começemos por Ilmar Matos, na sua inovadora obra *O Tempo Saquarema*. Neste trabalho, ele procura demonstrar que para se compreender melhor a essência política do império, é preciso enxergar além das constantes quedas e subidas dos dois partidos da monarquia, porque, segundo ele, as demonstrações de força dadas por este ou aquele gabinete conseguindo derrubar seu opositor, estavam subordinadas a uma força maior, dada por uma direção que pairava sobre as disputas eleitorais. O discurso de Paulino José Soares de Souza na Câmara dos Deputados, segundo Ilmar, revela o predomínio que os Saquaremas tinham no mundo do governo:

que não bastava que o governo tivesse maioria nas Câmaras; que era preciso que essa maioria fosse forte, que tivesse uma vontade decidida e firme, e uma direção proveitosa; que era indispensável que, ao mesmo tempo que esta Câmara exercesse, segundo as condições do governo representativo, uma ação indireta mas eficaz sobre os negócios públicos, o governo pudesse ter também sobre ela aquela saudável influência que é indispensável para que haja acordo e as coisas possam marchar⁸

A fala de Paulino, depois visconde do Uruguai, um dos nomes que compunha a chamada ‘Trindade Saquarema’⁹, ajuda a compreender um pouco a diferença entre estes e os luzias, e a maneira que articulavam um relacionamento diferente entre o executivo e a câmara, como

um modo de por em prática uma supremacia na direção dos negócios do governo, criando, assim, uma estrutura hierarquizada: em primeiro lugar saquaremas, depois os luzias, mesmo que esses em vários momentos tivessem os mesmos interesses que aqueles.

É o próprio Ilmar Matos que nos aponta outra obra que segue a mesma linha de interpretação que a sua, levando em conta a existência de uma relação hierarquizada entre os partidos. Refere-se a Paula Beiguelman, na *Formação Política Brasileira*. Mesmo, assim, é cauteloso na sua indicação: “Talvez apenas Paula Beiguelman..., se aproxime da idéia de uma hierarquização entre os partidos, a que estamos fazendo referência”. Após referir a organização política do império ao sistema escravista nacional do século XIX, a autora diz que os partidos políticos imperiais eram partidos de patronagem, sublinhando a relação assimétrica entre ambos como o resultado de ação da coroa: “mantendo um deles na dianteira, e, corretamente, criando no outro uma relativa ansiedade pelo poder, de forma a emular a competição pelos seus favores”.¹⁰

Foge ao objetivo deste trabalho ir além dessas pequenas considerações a respeito de como nossa historiografia trata a questão dos partidos políticos do império, em suas diferenças, semelhanças, e hierarquizações.

Concordamos com a assertiva que existiu um tempo ‘Saquarema’, tempo este que se caracterizava pela existência de um interesse maior que estava presente em todos os setores do estado patriomonalista na colônia e depois em processo de burocratização no império. Este interesse maior se traduz nos próprios sustentáculos do regime monárquico e da classe que o representava; eram eles: a conservação da escravidão, a manutenção da economia agrária-exportadora, que significava a continuidade de elite política que se forjou desde os tempos coloniais.

Desta maneira tanto conservadores, como liberais não considerando aqui a máxima “não ha nada tão parecido com um conservador como um liberal no poder”, como uma explicação que se completa, tinham uma espécie de regimento interno que era dirigido pelos seus próprios interesses políticos, econômicos e sociais, que se resumiam em um único propósito: a não alteração dos privilégios da classe senhorial do qual faziam parte e que nela unidos, apesar das diferenças, construíam uma mentalidade que lhes era muito própria.

2.2. AÇÃO, REAÇÃO E TRANSAÇÃO

A escolha de uma personalidade, o barão de Jeremoabo, como ponto de partida para um melhor entendimento da atuação de um líder político com características conservadoras, não corre o risco de ser estigmatizado como um culto ao indivíduo, visto que este sempre está subordinado às forças sociais em ação no seu tempo, portanto o enfoque de suas idéias, ajudará a compreender como seu grupo percebia a realidade e a partir daí, de acordo com seus interesses, lutavam por uma mudança ou conservação.

Sem entrar no âmbito das críticas feitas por muitos autores ao panfleto de Justiniano José da Rocha – *Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade politica do Brasil*, publicado em 1856, e a produção historiográfica influenciada por ele, usamos sua periodização apenas com o propósito de melhor situar o nosso personagem no tempo histórico em que atuou. Mas ao mesmo tempo redobrando a atenção para não nos deixar limitar pela percepção de tempo que sugere o trabalho de Justiniano, que foi produzido sob a égide de uma mentalidade evolucionista muito marcante no século XIX, o qual não apenas padronizava um relacionamento de implicação entre pensar e executar, nos impedindo, assim, de captar substancialmente o real movimento da sociedade.

Estando alerta as possíveis distorções que o trabalho de Justiniano pode conduzir a um historiador menos atento, podemos começar a confrontar alguns dados fornecidos por nossas fontes, inclusive utilizando como parâmetro cronológico a terminologia utilizada no título de sua obra: *Ação; Reação; Transação*.

O período da ação (1822-1836) segundo J. J. da Rocha, estaria incluso em um tempo maior que a historiografia costuma classificar como o da construção do Estado que iria de 1822 até 1850. Este estaria subdividido em duas fases, a primeira que iniciaria com a independência do país, adentrando pela regência; se caracterizaria de início por lutas anti-coloniais e anti-absolutistas, depois por movimentos revolucionários de caráter federativo, abolicionistas e até com idéias republicanas. Entre 1831 e 1845 foram recenseadas trinta revoltas armadas no Brasil.¹¹

A segunda já está inserida no contexto da Reação ou do Regresso Conservador – que J. J. da Rocha localiza entre 1836 e 1852. Neste período as grandes revoltas já haviam sido debeladas, ocorreu a promulgação, em 1847, da nova lei eleitoral e a criação do cargo de primeiro-ministro, aliás presidente do conselho de Ministro, responsável pelo governo diante do

parlamento. Com essas medidas os conservadores frearam o ímpeto liberal do período pós independência e estabeleceram com a maioria antecipada de D. Pedro II certo equilíbrio entre liberais e conservadores, iniciando-se uma alternância no exercício do poder, que contrastava com as eleições truncadas e os movimentos sediciosos do período anterior. Era a efetivação da reação conservadora, que vira seus interesses e privilégios constituídos, ainda, na colônia, serem ameaçados por idéias de cunho federalista, estimuladas pelo desejo radical de cada vez mais apagar a memória do julgo da metrópole.

A fase da Reação ou Regresso Conservador (1836-1852) dá início a um período de estabilidade política a elite dirigente na medida em que essa, após o término das rebeliões regenciais, fica com mais disponibilidade para conduzir sua estratégia política de sobrevivência, que se amparava na manutenção da economia agrária-exportadora, na conservação da escravidão e no afastamento da participação política de outros setores da sociedade na representatividade eleitoral. Essa fase atingiria o auge no período chamado de transição que culminaria com o Gabinete do marquês de Paraná – o Ministério da Conciliação (1853-1858).

UNIDOS EM TORNO DE UM PROJETO CONSERVADOR

Cícero Dantas Martins estreou na política ainda muito jovem, como já foi dito no 1º capítulo deste trabalho. Sofreu a influência de seu pai, o cel. João Dantas, chefe político em Jeremoabo e seus tios José, Inácio e Maurício, os dois primeiros comandando a política de Itapicurú e o último a de Inhambupe.

Todos eles estiveram unidos a princípio no projeto Conservador de Construção e manutenção da ordem e do *Status quo*. Tiveram o objetivo inicial de combater a ação das rebeliões de cunho liberal e depois de manter a hierarquização sócio-política e econômica na pirâmide social, ou seja, de um lado senhores, do outro escravos.

Nos três primeiros anos que passou na faculdade de Direito de Recife (1855-1858) sofreu também a influência da política de conciliação adotada pelo gabinete do marquês de Paraná. Este projeto de Conciliação na visão de muitos historiadores, foi marcante em um grande período da vida imperial, no sentido de que tanto os liberais, como os conservadores no fundo tiveram a mesma preocupação básica: a manutenção dos privilégios da classe senhorial. Mas não podemos deixar de ressaltar a especificidade que essa fase teve no período que vai de 1853 até a consolidação da Liga Progressista, período específico em que a conciliação interessou aos dois partidos, definindo um momento próprio da prática parlamentar.

Porém a entrada do barão de Jeremoabo na política, ainda estudante, em 1859, eleito 1º suplente de deputado provincial e sua candidatura no ano de 1861 a uma vaga de deputado geral à 11ª legislatura, na qual não conseguiu ser eleito, já estava inserido em contexto que contradizia o espírito conciliador da época.

Essa contradição se desenvolveu no seio da própria política administrativa do gabinete Paraná. No campo das finanças o entendimento foi perfeito entre os partidos, pois ambos almejavam o desenvolvimento econômico da sociedade, desde que este não fosse de encontro aos interesses das elites rurais que representavam. Mas a outra bandeira do marquês de Paraná, a reforma eleitoral, causou polêmica e em “efeito de bola de neve” proporcionou brigas políticas por todo o império.

AS CONSEQUÊNCIAS DA LEI DE CÍRCULOS

Deu-se a vigência da Lei de Círculos através do decreto-legislativo nº 842, de 19 de setembro de 1855. A partir deste momento os candidatos a uma vaga de deputado não mais representariam as províncias como um todo, mas as circunscrições eleitorais dentro dela – cada círculo elegia um único deputado. Três anos mais tarde, passou a ser três deputados por círculo.

A partir do momento da entrada em vigor da lei em diante, a política provincial e nacional passou a ser ministrada a nível de vilas e cidades do interior, sob o comando dos chefes políticos locais, muitos deles ligados entre si por laços de sangue.

Essas mudanças causadas pela lei de Paraná, assim também a chamo, porque para aprova-la chegou a tornar o projeto “questão ministerial”, deram mais oportunidades aos jovens recém-formados nas academias de São Paulo e Recife, que se encontravam em suas vilas e municípios, aguardando o momento de ingressarem na vida pública.

É nesse contexto que o barão iniciou-se na política, juntamente com seus irmãos e primos carnais, mas não em clima de harmonia, pois, confirmando o receio dos oposicionistas, a lei realmente fomentou uma política de clientela, proporcionando o aumento da autoridade dos potentados locais. Os velhos Dantas dominavam o 10º círculo e logo se desentenderam a respeito dos nomes que iriam indicar para representar o círculo no qual tinham influência. Cada líder apresentava seu candidato de acordo com seus interesses e atraídos pelos laços de sangue que os prendiam, em uma clara demonstração de fusão entre o público e o privado na vida política brasileira. Chefe de Jeremoabo, João Dantas dos Reis indicava seu filho Cícero e seu

genro Fiel de Carvalho; José Dantas, chefe político em Itapicurú indicava seu filho Gaulberto Dantas; e apoiava o nome de seu sobrinho Manuel Dantas por Inhambupe. A cisão da família estava concretizada.

A disputa política entre os Dantas que de início se deu apenas por questões eleitorais locais, se acirraram no ano de 1861, a partir do momento em que eles começaram a se posicionar mais claramente em relação a disputa política do partido conservador e liberal a nível nacional.

A CONTRADIÇÃO DE UM SISTEMA

No intervalo entre a primeira eleição disputada por Cícero em 1859 e a segunda em 1861, já para a Câmara Geral, algumas mudanças ocorreram. O período considerado pela historiografia brasileira como o da consolidação monárquica (1852-1870), sofreu um corte após uma época dita de apogeu entre 1851 a 1864, período em que os dois partidos principais se entenderam no Parlamento, alternando-se no poder sob a égide do marquês de Paraná. Apesar de na política tudo ter corrido mais ou menos tranqüilo nessa fase, na economia, nem tudo corria bem. As tarifas alfandegárias foram constantemente alteradas, em 1856-1857 pelo barão de Cotegipe, em 1858-1859 por Bernado do Souza Franco e em 1860 pelo barão de Uruguai-ana.¹²

A política do gabinete Ferraz (1859-1861), tentando a coesão do partido conservador, só contribuiu na verdade para dar força aos liberais que estavam afastados na presidência do Conselho desde 1848. Gradativamente eles foram conseguindo apoio dos grandes centros urbanos da época – Rio de Janeiro, São Paulo e Ouro Preto – que lutavam por uma política econômica mais aberta. Era a contradição do próprio mundo saquarema, querendo manter uma estrutura moldada nos tempos coloniais, dentro de uma ordem mundial que já se tornara mais progressista e liberal.

As eleições de 1861 foram ganhas por grandes representantes ‘luzias’, como Teófilo Otonio. Essa reviravolta terminou provocando um reordenamento das forças políticas a nível nacional: os conservadores radicais se afastaram e ascenderam os moderados radicais que fizeram uma composição com os antigos liberais. Dessa reformulação na ordem conservadora é que surge um grupo que se autodenomina progressista, fundando uma liga que passa a se chamar ‘Progressista’.

Diante dessa reestruturação política, os Dantas que apesar de todas as desavenças provocadas pela Lei dos Círculos ainda estavam no partido Conservador, romperam oficialmente, dividindo-se em agremiações opostas. O pai de Cícero (João Dantas) e seus filhos mantiveram-se no seio do partido conservador e seu irmão José Dantas e sobrinhos seguiram Nabuco, Zacarias, Olinda e Saraiva, que tinham se afastado do partido conservador e se aliado a chamada Liga ou Partido Progressista, tornando-se dessa maneira 'luzias'.

2.3. NOTÍCIAS DO COTIDIANO POLÍTICO DE UM DEPUTADO GERAL BAIANO.

Aproveitando a subida do gabinete do visconde de Itaboraí, a 16 de julho de 1868, Cícero se candidata pelo 4º distrito, a uma cadeira de deputado geral para a 14ª legislatura e é eleito juntamente com seu grande amigo José Gonçalves e com o magistrado Luís Antônio Pereira Franco. Seu primo liberal João Gualberto Dantas, acusa-o de juntamente com seu pai, o cel. João Dantas, ter praticado violências e arbitrariedades para ganharem as eleições.

Desde o início do Império existia a mentalidade de que não havia outro modo de chegar ao poder, a não ser pela violência. As disputas políticas tornaram-se sangrentas, e governar tinha virado sinônimo de exercício do poder discricionário. Para controlar o país, o partido que se encontrasse no governo estabelecia a rotina de nomear presidentes de províncias de seu agrado e substituir autoridades judiciais e policiais de fidelidade duvidosa. Nas eleições, os chefes políticos colocavam nas ruas bandos armados; o governo coagia eleitores e fraudava os resultados das urnas.

Essa prática política era realizada tanto pelo liberais como pelos conservadores, contanto que estivessem no governo. Na sessão de 6 de julho de 1869, no Senado, José Antônio Saraiva acusa o barão de São Lourenço, o presidente da Bahia na época, de influenciar nas eleições de 1868, na zona de 4º distrito em favor do grupo político liderando pelo cel João Dantas, pai de Cícero. O estopim se deu no dia da eleição em Itapicuru, quando o cel. João Dantas foi acusado de usar a força para intimidar os eleitores do grupo liberal, liderados por seu sobrinho João Gualberto Dantas - 2º barão do Rio Real. Saraiva descreveu em tom apaixonado, os acontecimentos de Itapicuru:

(...) o coronel João Dantas manda ao Itapicuru uma força recrutada em seus domínios de Jeremoabo para fazer a eleição. Esta força chega às 8 horas do dia, cerca a igreja e não consente que na matriz entre um só de seus adversários. O barão do Rio Real vendo a

igreja cercada por gente armada, e dirigida pela autoridade pública e local, julgou prudente não comparecer com o povo votante na matriz. Se ele ousasse como comandante da Guarda Nacional ir expelir os que tinham tomado conta da igreja, seria tido como revolucionário, e estava hoje processado na cadeia. Foi ao juiz de direito e o juiz de direito aconselhou que não perturbasse a ordem, e que evitasse conflitos, que deixasse fazer-se a eleição ali e fosse a outro lugar fazer a sua com o juiz de paz, eleitores, etc, e que feita a eleição ele levaria este fato ao conhecimento do governo e este então providenciaria. Eis a razão por que o homem que tinha os votantes, as influências, as mesas, os eleitores e suplentes, viu-se obrigado a fazer uma cortesia à força dos delegados e subdelegados(...)¹³

Saraiva acusou o presidente da província de ter feito vistas grossas a todos esses acontecimentos e não ter dado importância ao relatório do juiz de direito Rocha Viana relatando os acontecimentos.

Neste período foi Cícero também eleito para a Assembléia Provincial, para o período de 1870 a 1871. Deslanchava com toda a força. Da data de sua eleição a deputado geral (1869) até a queda do gabinete do Caxias-Cotegipe em 1878 teve dez anos de oportunidades políticas com a subida ao poder de quatro gabinetes conservadores: visconde de Itaboraí que foi o primeiro; visconde de São Vicente, visconde do Rio Branco e o duque de Caxias. Elegeu-se deputado geral da 14ª a 16ª legislatura (1869-1877), todas pelo 4º distrito. Na 15ª foi seu amigo e companheiro de chapa, José Gonçalves, substituído por Inocêncio Marques de Araújo Góis Júnior e na 16ª, já na vigência da Lei do Terço ou da representação das minorias, além de se eleger com os dois companheiros da chapa anterior, se depara com mais dois baianos na câmara Pedro Leão Veloso e seu primo Manuel Pinto de Souza Dantas.

Na sua primeira legislatura como deputado geral, Cícero acompanhou o lançamento de um manifesto radical, por parte dos reformistas. Este encampava reivindicações bastante extremadas, que atingiam a própria essência do regime, como a proposta da abolição do Poder Moderador, do Conselho do Estado e da vitaliciedade do Senado.

Não era Cícero orador. Falou pouco. Da casa na rua Sacramento, nº 4 (defronte do Tesouro) para a Câmara dos Deputados, que situava-se onde está hoje o palácio Tiradentes e que nos tempos do Brasil Colônia e Império dividia espaço com a cadeia velha, passava o novato deputado seu cotidiano. As vezes fazia pequenos passeios na rua do Ouvidor, que no dizer dele era local de políticos amadores.

Sua participação na Câmara foi mais nas comissões parlamentares do que nos debates do plenário. Logo após a primeira sessão preparatória de 8 de maio de 1869, que nos informa

o número de votos que Cicero foi eleito e seu lugar no *ranking* dos deputados, observamos, a 19 de maio, ele já eleito para participar da Comissão da Agricultura, Minas e Bosques, juntamente com os deputados José Inácio de Barros Cobra Júnior e Antônio Coelho Rodrigues.

A 12 de junho de 1869 já participante de outra comissão, Cicero juntamente com seu cunhado Fiel de Carvalho e com Araújo Góis assinou a proposta que concedia em favor da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Santo Amaro, na província da Bahia, duas loterias para o aumento do patrimônio do hospício de Pedro II.

Era a estréia parlamentar de Cicero a nível nacional. Na sua primeira legislatura (1869-1872) presenciou a atuação de três gabinetes :Itaboraí, São Vicente e Rio Branco.

Ainda na sua primeira legislatura no ano de 1871, já presidente do Conselho o visconde do Rio Branco, Cicero foi escolhido com seus colegas Menezes Prado, Teixeira Júnior, Leandro Maciel, Moreira da Rocha, barão de Anajatuba e Junqueira, para receberem o Imperador no recinto parlamentar e para ouvirem ressoar a fala do trono que tinha como objeto principal o programa do Gabinete Rio Branco, a questão servil – libertação pelo Ventre Livre.

No ano de 1871, apesar da questão da abolição ainda estar distante de juntar forças representativas que chegou a ter na década de 80, sua movimentação já agitava o governo imperial chegando ao ponto de este ter que executar algumas ações conciliatórias com o objetivo de esfriar os ânimos.

Em 1872 aproximava-se o fim da 14ª legislatura. Era hora de voltar a província para a preparação de nova disputa eleitoral. Cicero e Mariana já estavam de passagem comprada para o dia 17 de junho no vapor *Olbers* de Liverpool. Não existia na época estrada de ferro entre o Rio a Salvador. As primeiras ferrovias que ligavam a capital baiana ao seu interior e a outras províncias foram surgindo aos poucos: a linha da Bahia ao São Francisco (1852), a Central da Bahia(1866), a de Nazaré (1877), Bahia e Minas (1879). A central da Bahia chegou a estação Machado Portela em 1888.

Após uma viagem de 66 horas, no dia 19 de junho chega o *Olbers* no porto de Salvador. Cicero ficou na capital apenas o tempo de se refazer da viagem. Dormiu no palacete da rua do Bacalhau e, no dia 20 cedo partiu para o engenho Regalo, onde pouco se demorou. O objetivo do momento era chegar o quanto antes ao sertão, ou falando em uma linguagem eleitoral ao 4º distritito, afinal de contas a movimentação dos eleitores já era grande.

O 4º distrito era zona de influência dos Dantas desde o início da década de 60. Abrangia uma área territorial muito grande. Cicero explicava em carta a Gonçalves: “Não vou a tua casa pedir-te e exigir-te este sacrificio de tua parte em pessoa porque não há tempo para tratar

das eleições em duas comarcas extensas como as de Monte Santo e Itapicurú...”. Eram 13 colégios compreendendo 30 paróquias com 858 eleitores e elegia 3 deputados, na forma dos decretos nº 1814 de 27 de agosto de 1856 e nº 2637 de 5 de setembro de 1860.

Tinha Cícero dois meses para fazer sua campanha. As eleições estavam marcadas para 18 de agosto. Caso fosse eleito, a 22 ou 23 de novembro tinha que estar pronto para enfrentar sete dias de viagens em duas etapas. A primeira a cavalo, percorrendo uma distância aproximada de 53 léguas, se saísse de Bom Concelho (O ramal do Timbó, que ia de Alagoinhas a Sergipe, atravessando o agreste e passando pelo Itapicurú, só foi inaugurado na década de 1880) e a segunda pegando o vapor no porto de Salvador, para estar na corte a 1 de dezembro dia marcado para o início dos trabalhos legislativos.

Trabalhou duro na busca de notícias da atuação de promotores, juizes municipais e de órfãos distribuídos nas comarcas de sua influência. A disputa era renhida, pois apesar de estar no poder um gabinete conservador, seus primos liberais contavam com a ajuda de Manuel Dantas, que a essa altura já tinha prestígio a nível nacional.

Cícero se elegeu, mas não foi com satisfação. A chapa que se formou pelo 4º distrito não foi a de seu desejo. No lugar de seu antigo companheiro José Gonçalves, elegeu-se Inocêncio Marques de Araújo Gois Júnior. Já previa essa mudança pois em tom de alerta escreveu a Gonçalves, “é preciso que tu faças um esforço servindo aos amigos – como eu – que de coração te estimo. A candidatura é legítima como a mais legítima – e eu sem tua companhia fico deslocado !...” (Carta da Corte, de 12 de junho de 1872).

A 17 de dezembro de 1872 na terceira sessão preparatória da câmara dos deputados gerais saiu oficialmente a contagem dos votos no 4º distrito da Bahia, “... nos 13 colégios eleitorais do distrito, inclusive o de Alagoinhas, que a Comissão reputa válido, obtiveram votos para deputados gerais os seguintes cidadãos:

Conselheiro Luís Antônio Pereira Franco - 814; dr. Cícero Dantas Martins - 787; Dr. Inocêncio Marques de Araújo Góes Júnior - 681; Dr. Manuel Teixeira Soares - 195; José Gonçalves da Silva - 25; João Gabriel Gouvêa - 10... Finalmente que sejam reconhecidos e declarados deputados pelo 4º distrito da província da Bahia os srs. cons. Luiz Antônio Pereira Franco, dr. Cícero Dantas Martins e dr. Inocêncio Marques de Araújo Góes. Sala das Comissões, 16 de dezembro de 1872.¹⁴

Estava confirmada a vitória de Cícero em uma eleição que pode ser considerada uma das mais difíceis de sua vida, pois marcava o início de sua maturidade política já que entrou praticamente sozinho na luta pelos votos. Não tivera o apoio do pai, este envelheceu, e faleceu

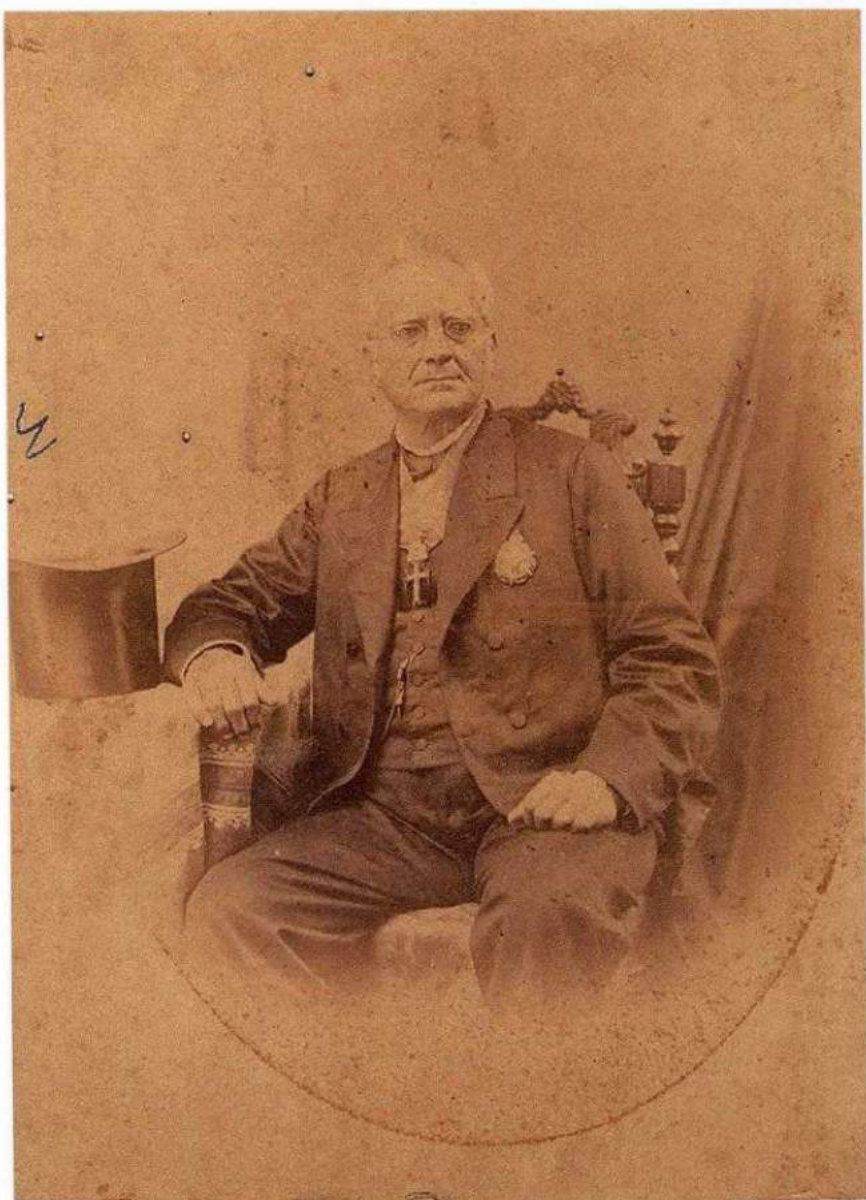
a 7 de agosto, no Camuciatá, às vésperas da disputa na urna “... minha aflição nesse dia era total junto ao cadáver de meu prezado e sempre chorado pai que havia dado alma ao Criador no dia 7 às 9 horas da noite, que não sei como recebi teu desengano político!!! A perda de um pai sempre é dolorosa, mas quando um pai é da ordem do que perdi; o mal é irreparável e a dor causada profundíssima!” (carta a Gonçalves, Regalo 3 de setembro de 1872); seu irmão mais velho fixará residência em Sergipe, seu mano Benício morrera em 1866 e seu cunhado Fiel, passará a atuar na política sergipana, e morava nesta capital, em contraposição seus primos contavam com “a figura simpática e ilustre do conselheiro Dantas, prestigioso na capital e na corte, e que com seu sorriso amável e seus abraços era capaz de catequizar o mais terrível adversário”; com o dr. João Dantas, hábil e maneiroso, e possuidor, como Cícero, de larga influência no distrito, e com Rio Real, adversário local de Cícero em Itapicurú, onde ambos gozavam de muita influência.

Nas legislaturas de 1872 a 1875 e 1876 a 1877 o jovem parlamentar participou de duas questões intrínsecas ao processo de desagregação do regime monárquico: a questão religiosa e a reforma eleitoral. Sendo a igreja católica um importante sustentáculo do trono, os deputados gerais e senadores sentiram a gravidade do problema, que transformou-se no assunto principal do Parlamento. O deputado Cícero Dantas, mesmo sem se pronunciar oficialmente na câmara, não deixou de se preocupar com o problema, “... a questão incandescente é da maçonaria que já tem ocupado a atenção do senado e da câmara; crê que é negócio sério, e de consequências perigosas...” (carta a Gonçalves, Corte 20 de maio de 1873).

Neste ínterim Cícero continuou seu trabalho cotidiano nas Comissões parlamentares. A 13 de maio de 1874 foi eleito com Araújo Góes Júnior e Miranda Osório para fazer parte da comissão responsável por assuntos das assembleias provinciais.

Como membro dessa comissão, Cícero dá alguns apartes em um debate travado entre Cruz Machado e Araújo Góes Júnior. A discussão remontava ao período em que o primeiro era o presidente da Bahia (1873-1874) e o segundo da Assembleia Provincial. A discussão, que atingiu o clímax no dia 16 de abril de 1874, quando houve tumulto na câmara dos deputados entre alguns partidários de Góes Junior e o povo, que misturado com capangas de Cruz Machado, na sua essência tinha razões eleitoreiras e disputas partidárias.

A questão envolvia o resultado das eleições dos colégios de Jacobina e Vila Nova, na qual Cícero tinha interesse representando o seu amigo José Gonçalves e a troca pelo governo do *Jornal da Bahia*, liberal para o *Correio da Bahia*, conservador, fundado por Góes Júnior, que passava a ser o órgão da administração provincial.



Coronel João Dantas dos Reis, pai do barão de Jeremoabo, nascido em 1802 e falecido em 1872 no Camuciatá. Na lapela de seu casaco vemos a comenda da Ordem da Rosa e pendurado em seu pescoço a cruz de cavaleiro da Ordem de Cristo. Foto ABJ, 1866-1872.

Cícero em seus apartes defendeu Góes Júnior, que nas eleições de 1869/72 necessitou do seu apoio para a eleição da Câmara Geral pelo 4º distrito, e estava novamente precisando, pois vinha sofrendo aguerridos ataques dos membros do *Jornal da Bahia* que viram seu órgão de imprensa preterido pelo que Góes administrativa.

Era o contentamento de interesses mútuos. Góes Júnior se elegeu graças a ajuda do 4º distrito, “corpo eleitoral do 4º distrito me honra com um mandato de representação nacional, como melhor podem dizer os nobres deputados meus companheiros de distrito...” e Cícero Dantas passava a ter mais acesso a um órgão de imprensa para suas campanhas e seu distrito, “...E o Góes querendo nos pode ser útil por causa de estar a testa de um jornal que como sabes muito vale na vida política.” (Carta a Gonçalves, Regalo, 3 de setembro de 1872).

Além do mais não podia ficar Cícero ao lado de Cruz Machado que falando na Câmara dos Deputados nesse mesmo debate de 11 de julho de 1874, insinuou que houve fraude nas eleições dos colégios de Jacobina e Vila Nova, “Peço ao nobre deputado, morando em suas fazendas, não assistiu nem interveio em fatos ocorridos na capital. O resultado das eleições de Vila Nova já havia sido publicado no *Jornal da Bahia* e no *Diário da Bahia*, as autênticas demoravam-se, e o resultado posterior foi diverso.”

Passados dezenove dias desses debates, Cícero pediu licença a comissão de constituição e poderes da câmara para viajar para a sua província, pedido concedido. Aproximava-se a data do nascimento do seu segundo filho.

O primeiro, João da Costa Pinto Dantas, já havia nascido no Rio de Janeiro, a 24 de julho de 1873, longe da terra natal de seus pais; desejava que um filho seu fosse baiano, por isso que sua esposa Mariana não o acompanhara nessa legislatura, como fizera nas outras. Além do mais tinha ficado sua mulher assustada com o incidente que ocorrera com o vapor *Cotopaxi* quando retornava do Rio no ano do nascimento de seu primeiro filho. É o próprio Cícero que nos dá detalhes deste acidente, “Em 25 de setembro de 1873, às 7 horas da noite, encalhou o vapor *Cotopaxi*, em que vinha do Rio de Janeiro com minha mulher e Joãozinho, com 60 dias de nascido, nos baixios de Caixa Prego. Comandante do vapor A. G. Garion Imediato Mac Mahon – Salvei-me na fragata americana Lancaster e minha mulher com as senhoras em uma pequena lancha a vapor do próprio navio”.¹⁵

Deixou Cícero o hotel Ravot, que situava-se na rua do Ouvidor nº 149, entre a rua Uruguaiana e o largo de São Francisco, defronte da loja de fazendas Notre Dame de Paris, a 31 de agosto, conseguindo, assim, chegar a tempo para o nascimento de seu caçula, a 4 de

1874
19

John

See
Lecture 10

1862

agosto de 1874. Nasceu no engenho do avô materno (Europa) e foi batizado com o seu nome – Antônio da Costa Pinto Dantas.

Fim de ano, fim de legislatura, provavelmente Cícero não retornou mais a Corte no ano de 1874, deixando para fazê-lo no princípio de 75, último ano da 15ª legislatura. Chegou o deputado atrasado para os trabalhos legislativos, o vapor que o trouxe aportou a 31 de maio ao meio-dia. Desta vez hospedou-se em outro endereço – Rua da Ajuda nº 38. Logo de início fez sua previsão política, “Dizem que este Ministério não fará a eleição o que não acho muito verossímil...” (Carta a José Gonçalves, Corte, 3 de junho de 1875). Errara. Vinte e dois dias depois o Duque de Caxias, juntamente com o barão de Cotegipe, organizou um novo gabinete. Muito trabalho teve Caxias: reconstruir a unidade do partido, abalada em 1871, fazer frente aos liberais que se queixavam do longo ostracismo político e administrar a grande questão do momento: a reforma eleitoral.

Aproximara-se as eleições para a 16ª legislatura (1876-1877). O resultado dessa contrariou as perspectivas pessimistas de Cícero. Foi eleito, assim como foi seu primo liberal, o Conselheiro Dantas e o bacharel Pedro Leão Veloso.

Com tantas vitórias eleitorais seguidas que exigiam constantes viagens a Corte, sentiu Cícero a necessidade de voltar um pouco mais a atenção aos seus redutos eleitorais. Como já dissemos, Bom Conselho era um dos preferidos e lá tinha a vantagem que não usufruía em Itapicurú, a de ser o chefe único e incontestado da região. Foi por essa freguesia que como deputado geral, no intervalo de sua legislatura solicitou junto com outros moradores da localidade, ao conselheiro João Capistrano Bandeira de Melo, então presidente da Bahia, a criação da vila de Nossa Senhora do Bom Conselho do Montes do Boqueirão. A 9 de junho de 1875 a vila foi criada, pela resolução nº 1718 e a 28 de março de 1876 Cícero tomou posse como vereador e presidente da primeira Câmara Municipal de Bom Conselho. Foram seus companheiros de câmara: Francisco Romano de Santana, Francisco Correia de Souza, Maurício José de Carvalho, Policarpo José de Matos e José Antônio de Carvalho.

O primeiro ano da 16ª legislatura correrá tranqüilo, mas o segundo e último (1877) foi muito atribulado. A 19 de junho de 1877, Cícero pediu licença a Comissão de Constituição e poderes da Câmara e viajou as pressas para Itapicurú sem levar sua mulher e seu filho Joãozinho. O motivo da viagem foi resolver um crime que ocorreu em Itapicurú. Dantas Júnior em sua biografia sobre seu avô narra com detalhes as circunstâncias do crime: “Anísio Dantas dos Reis, negociante ambulante de fazendas e pequeno criador, auxiliara a certo moço de distinta



Fotografia tirada junto a igreja de Bom Conselho (atual Cícero Dantas), no princípio do século XX. As procissões realizadas nas cidades do interior serviam de ponto de encontro para os chefes políticos. O barão de Jeremoabo e seus filhos procuravam ser assíduos a todas. No centro vemos o vigário José Vicente Martins e João da Costa Pinto Dantas, e a filarmônica local muito comum naquela época. Foto ABJ.

família local no rapto que este fizera duma filha do cel. João Dantas Portátil, e com a qual se casara.

(...) Portátil mandou pegá-lo e aplicar-lhe uma surra. Anísio, surrado, e apesar das autoridades de Itapicurú tomarem conhecimento do fato, corre para a fazenda do dr. João Dantas, primo carnal e desafeto pessoal de Portátil, e o dr. Dantas remete-o para a capital, a fim de ser submetido a novo exame de corpo de delito. Procedido este pelos peritos doutores Sátiro Dias e Jaime Dormundo, foram os ferimentos considerados leves.

Regressava Anísio a Itapororocas, e aí falece, vitimado de febre amarela. Aproveita-se a política dessa ocorrência e arroja-se contra Portátil; acusando-o de haver castrado o infeliz Anísio e, conseqüentemente, lhe ter causado a morte.

Embora os conservadores senhores da situação, o caso descrito com tão negras cores impressionou tanto, que Portátil foi preso e recolhido a cadeia da vila de Itapicurú.

Jeremoabo estava no Rio de Janeiro como deputado, e numa manhã, ao ler o *Jornal do Comércio*, depara com esse despacho telegráfico: Acaba de ser preso em Itapicurú, o cel. João Dantas Portátil". Primo canal, amigo fraterno e companheiro de lutas de Portátil, toma o primeiro vapor – o *Mondêgo*, - viaja rápido para Itapicurú. Aí chegando assume ostensivamente a defesa, chama advogados, promove tudo enfim, ao seu alcance, para livrar o seu amigo. Segue uma comissão de médicos para Inhambupe, - da qual fazia parte o conselheiro Virgílio Damásio-; faz-se a exumação do cadáver de Anísio e é desfeita balela da castração!

Afinal, depois de muitos aborrecimentos e humilhações, depois de despendar não pequena quantia em despesas várias do processo, entra Portátil em juri e vai unânime absorvido.¹⁶

Resolvido o problema retornou a Corte no dia 24 de julho para reassumir suas funções de deputado, aguardando o fim do período legislativo para disputar mais uma refrega política. Estando seu partido fora do poder perdeu as eleições para a 17ª legislatura (1878-1881). Seu primo liberal, o conselheiro Dantas e outros políticos seus opositores, voltaram ao cenário político. Após oito anos de idas e vindas a Corte, o seu cotidiano mudou. É certo que não ficou alheio a movimentação política, mas seus passos se tornaram mais limitados. Durante sete anos, até nova situação conservadora, seu espaço físico foi a dos canaviais de seus engenhos e as catingas do sertão.

Disputou a 18ª legislatura já sob a vigência da Lei Saraiva. Está restabeleceu os círculos de um só deputado, regulamentou as incompatibilidades, impôs penalidades rigorosas con-

tra fraudes, alargou o voto aos naturalizados, acatólicos e libertos e principalmente introduziu os títulos eleitorais.

Dentre os mais importantes motivos que se apresentaram para que o sistema eleitoral fosse modificado, o problema mais complexo era o da fraude tão freqüente nas eleições. Apesar de todas as modificações, a fraude eleitoral não deixou de existir, modificou-se apenas quanto a forma, mas, em essência continuou a ocorrer. O barão por estar seu partido fora do poder, foi vítima dessas fraudes, “...é impossível descrever-te o que se passa nessas comarcas por ocasião do alistamento eleitoral (...) se empregaram a fraude até para exclusão de nossos amigos (...) negaram certidões, deixaram de receber nossos requerimentos, e assim por diante. Ando apenas tirando documentos para a imprensa com o fim de mostrar ao país a lealdade e sinceridade do Saraiva na execução da salvadora reforma...” (Carta a José Gonçalves, Monte Santo, 19 de abril de 1881) . A derrota lhe foi infringida pelo filho do conselheiro Dantas, seu primo em 2º grau, Rodolfo Epifânio de Souza Dantas.

Passou Cícero mais três anos sem mandato, sobrando-lhe mais tempo consequentemente, para se dedicar a seus engenhos e sua família. Para distrair a seus familiares resolveu fazer festas de São João acompanhadas de novenas. Cada noite do novenário era dedicada a um grupo de pessoas que podiam reunir-se pela posição social, profissão que exerciam na fazenda, ou grau de parentesco e intimidade que possuíam com a família do proprietário. Uma noite era dedicada aos vaqueiros, outra aos carreiros, e assim, por diante de maneira que a nona e última noite fosse dedicada ao dono da fazenda e toda sua família. Para que seu seus filhos (João e Antônio) pudessem participar da última noite Jeremoabo providenciou a vinda deles da escola para o engenho, “....Amanhã mando a capital buscar os meus vadios para passarem o São João aqui, e escrevi ao professor¹ pedindo notícias dos teus...” (Carta a Gonçalves, Regalo, 18 de junho de 1884).

No segundo semestre de 1884 aproximou-se o momento de viajar para o sertão, pois mais uma eleição desejava o barão se candidatar. Porém, antes disso, ocorreu um fato que o obrigou a permanecer no Recôncavo até o princípio de agosto Este foi fruto da animosidade política entre os partidos que se aproveitavam de problemas pessoais para derrubar seus adversários. O fato refere-se a um crime que aconteceu no município de Catú envolvendo o conservador barão de Camaçari. Transcrevemos aqui a narração, um pouco grande, feita por Dantas Júnior. Esta é importante porque é a versão ouvida de seu pai, que por sua vez ouviu de seu avô barão:

Havia em Santana do Catu um português de nome Manoel Maia de Carvalho, e que, desafeto pessoal do barão de Camaçari, andava em altas vozes e por todos os modos e lugares a denegrir a reputação do titular.

Um cunhado de Camaçari, a revelia deste, delibera castigar com uma roda de pau o lusitano. E no dia 22 de abril de 1884, de 10 para as 11 horas da noite, entre os quilômetros 89 e 90 da estrada de ferro, regressando Maia do engenho Sapé, em companhia do rabula Secundino e de José Américo da Silva Freire, é inopinadamente agredido. Maia reage, mata um dos agressores e trava-se então terrível luta, da qual saem sem vida o agredido, mais outros dos agressores, além dos feridos gravemente

Corre célere a notícia do crime e a política entra em ação. Camaçari era conservador. Estava no poder a situação liberal e na presidência da província o desembargador João Rodrigues Chaves. O chefe de polícia vai a Catu, procede o exame de corpo delito, instaura o inquérito e a política adversa atira-se contra o barão de Camaçari, apontando-o como mandante do crime e tudo fazendo para desmoralizá-lo, e leva-lo ao cárcere.

Jeremoabo é informado de tudo e, ciente do plano dos adversários, rumo para Catu, a fim de livrar o seu amigo de vexames e humilhações; convida-o a se retirar, mas Camaçari recusa – “era inocente, de nada temia, por que tinha a consciência limpa” Jeremoabo insiste, consegue leva-lo para seu engenho Regalo e, precisamente no momento em que tomavam os alimárias, desembarcava na linha férrea, no ponto fronteiro ao engenho de Camaçari, numeroso contingente da força policial, sob ordens do próprio comandante cel. Durval Vieira de Aguiar, com a missão de trazer Camaçari preso para esta capital.

Inicia-se a formação da culpa. Finalmente, em 5 de agosto do mesmo ano, reúne o juri que durou 24 horas sob a presidência do juiz de Direito dr. Antônio de Oliveira Cardoso Guimarães, funcionando como promotor o dr. Jaime Vilas-Boas e como órgãos de defesa os drs. Inocêncio Góes, Severino Vieira, Manuel Góes, Inácio Tosta, Eduardo Ramos, e o sr. José Justino da Silva Teles, e sentados na cadeira do réu, ao lado do barão de Camaçari, estavam o barão de Jeremoabo e o visconde da Oliveira...¹⁷

Após o julgamento, finalmente viajou Jeremoabo para o Engenho Camuciatá, para de lá dar início a campanha política. Já sabia que teria que enfrentar outro primo, o dr. João dos Reis de Souza Dantas Filho, estreante na política e para a câmara provincial soubera de outro nome que lhe causava grande antipatia.

Sabia o barão que sua vitória parecia quase impossível, pois o seu opositor era sobrinho do cons. Dantas que além de liberal estava na presidência do Conselho desde 6 de junho. Este fora chamado ao poder para resolver a crise financeira instalada desde o ministério Paranaguá,

passando pelo de Lafayette e chegando até o período da propaganda abolicionista! (Martinho Campos, Paranaguá, Lafayette e Dantas).

A camada dominante escravista viu-se então forçada a novas concessões que no fundo tinha o objetivo de freiar o movimento abolicionista. O Gabinete Dantas cauteloso adotou o lema “não parar, não retroceder, não precipitar...”¹⁸, complementando com uma proposta de um fundo emancipacionista e a libertação dos escravos que tivessem atingido 60 anos. Muitos se perguntavam que força, se ainda fosse vivo, teria um escravo sexagenário para trabalhar ou sobreviver em liberdade? O barão percebeu o engodo da lei “...admira o cinismo com que Dantas apresentou-se as câmaras lendo o célebre programa escrito. É homem talhado para a situação...” (Carta a Gonçalves, Regalo, 18 de junho de 1884).

Mesmo diante de tantas conjunturas desfavoráveis, preparou o barão, em outubro, um memorando escrito no Camuciá, solicitando votos e ao mesmo tempo lembrando sua tradição política na zona do 9º distrito “...a qual prendem-me o berço, família e relações de ordem superior, a V. S. dirijo-me para merecer o seu sufrágio na próxima eleição de 1 de dezembro...” (Camuciá, outubro de 1884).

Não adiantou o esforço, perdeu por 24 votos apenas. Vendo a situação difícil em que se encontrava o barão, estando já há três legislaturas sem se eleger, a Liga da Lavoura e do Comércio de Santo Amaro, entidade que se formou em 1884, composta de liberais e conservadores, apresentou a candidatura de Cícero pelo 4º distrito. O barão relutou o que pôde em aceitar essa última candidatura, sabia que a eleição era dos liberais, teria como candidato da oposição, o então, ministro da Justiça Francisco Maria Sodré Pereira e além do mais estaria disputando uma vaga em um distrito no qual não tinha sólida base política, apesar de zona de influência da família de sua mulher.

Não houve jeito. Teve que ceder a insistências de seus amigos Artur Rios e Inocêncio Góes, “...Não se ponha com histórias, que não temos outro candidato nas suas condições, nem é mais tempo para andar procurando e sim de trabalhar. Escreva ao Vaz, já sobre Abrantes e Mata. Ele com um sopro neutraliza o juiz municipal (...) Nada temos com o diretório do 4º distrito, e antes que venha qualquer coisa do Rio sobre Pedro Moniz devemos pôr a procissão na rua...” (Carta de Artur Rios ao barão, Boa Sorte, 1 de outubro de 1884).

Como receava Cícero, o resultado das urnas foi negativo. Venceu o ministro da justiça, Francisco Maria Sodré Pereira, com 512 votos no 2º escrutínio em um total de 918 eleitores. Mesmo assim o barão se mostrou agradecido e satisfeito por ter feito frente ao ministro liberal, conduzindo-o ao 2º escrutínio, “...já foi grande serviço expor o sr. ministro da Justiça a

2º escrutínio, sendo inferior a votação dele a dos candidatos adversos...” (Engenho Regalo, 13 de dezembro de 1884).

A imprensa oposicionista não perdeu a oportunidade de se manifestar a respeito da derrota do barão e publica:

Todo de couro vestido
Vinha atraz Jeremoabo,
Seguido de dois palhaços
Dando o braço ao José Gonçalves,
Muito alegre e todo ancho,
De aguilhada e de facão,
Guiando todo o farrancho
Também vestido de couro
Como um filho do sertão!

Passou Cícero o ano de 1885 em expectativa. O gabinete do seu primo Dantas caiu em 6 de maio por não conseguir a lei de alforria dos sexagenários. Sucedeu-lhe o de Saraiva (6 de maio de 1885) que modificou-a, para ser aprovada no gabinete seguinte. Em pouco mais de um mês retornou ao poder os conservadores chefiados pelo Barão de Cotegipe.

O barão de Jeremoabo estava no seu engenho Regalo quando recebeu a notícia da subida dos saquaremas, afastados sete anos do poder. Para lá, sob foguetes, música, vivas e aclamações, se dirigiram nos vagões da via-ferrea da Usina Bom Sucesso os amigos e correligionários das circunvizinhanças, festejando o acontecimento. Cantavam quadras de vários modos:

Diziam os liberais
Que o Partido não subia;
Ele agora está de cima
Com prazer e alegria.¹⁹

Todas as circunstâncias se tornaram favoráveis à candidatura do barão a 20ª legislatura, a última do Império, até em Itapicurú passaria a ter votação plena pois seu primo liberal João Gualberto Dantas (2º barão do Rio Real), tinha feito as pazes com ele. Mas de repente contrariando as perspectivas políticas e causando surpresa aos conservadores, o barão publicou um manifesto no *Jornal de Noticias* em 30 de outubro de 1885, em que dizia se retirar da atividade política e se despedia de seus amigos: “...pela descrença invencível de ser útil ao meu país e

aos meus amigos. Resultante das fadigas e da extenuação de um luta sem trégua de mais de 25 anos, de longa e amarga experiência, e ainda a idade e o estado de saúde...”²⁰

A justificativa que o barão deu explicando sua retirada da política não foi muito clara mas em carta a seu amigo íntimo, José Gonçalves, dá a entender que houve alguns aborrecimentos com os chefes do partido, “...completamente descrente, não confiando na proteção dos chefes para os meus amigos, pois para mim não necessite dela por não ter a mínima pretensão, lembrando-me dos sofrimentos de 68 a 78, cansado de bestar e sem ter uma palavra de animação, mesmo em resposta que escrevi ao Cotegipe e Junqueira, resolvi, amargurado, publicar...” (Carta do Regalo, 19 de dezembro de 1885).

O Diretório do Partido, entretanto, não aceitou tais razões e, em circular de 25 de novembro convocou o barão a assumir sua candidatura: “...entendendo o Partido Conservador não poder prescindir dos valiosos serviços e dos patrióticos esforços de tão prestigioso aliado, que reúne as qualidades e os requisitos necessários para bem representar a nossa província na câmara temporária, resolveu, parecendo-lhe que não convém semelhante abstenção, declinar para o eleitorado a solução do caso e continuar a apresentar o mesmo cidadão, esperando que o distrito mantenha essa candidatura: por isso julga do seu dever recomendá-la aos nossos correligionários e amigos, assim como toda a união para que obtenha ela o merecido triunfo, evitando-se a dispersão de votos que produz deploráveis consequências”²¹

O barão terminou voltando atrás depois que reunindo-se em Itapicurú, a 25 de novembro, com os chefes paroquiais do distrito esses declararam que “ainda rejeitado por mim o mandato, continuariam a honrar-me com os seu sufrágios...”²² A 15 de janeiro de 1886 estava o barão no sertão disputando as eleições e logo depois teve sua vitória assegurada por 591 votos em um total de 1020 eleitores que participaram.

Finda as eleições o barão e sua família precisavam se preparar para a viagem à Corte, pois lá deveriam chegar antes de 3 de maio, dia designado para a abertura dos trabalhos legislativos. Mas antes teria que passar um mês nos seus dois principais engenhos (Camuciá e Regalo) para deixar os trabalhos em ordem. Estava preocupado com a produção de suas propriedades, “...Nossas casas sem administradores, entregues a escravos, como vão marchar? – Avalia...” (Carta a Gonçalves, Camuciá, 16 de março de 1886).

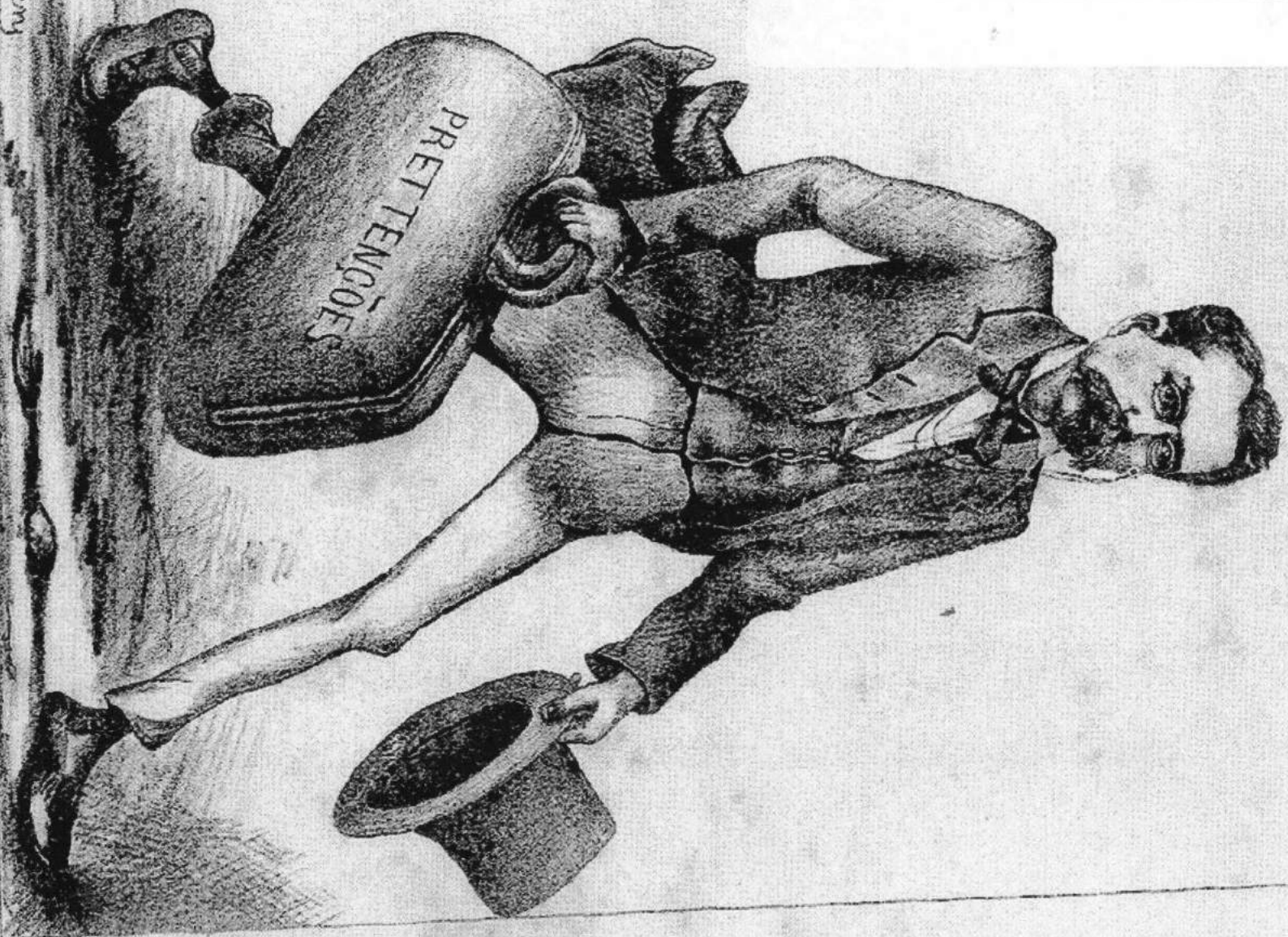
A programação foi estabelecida: Saiam de Bom Conselho no dia 9 de março, chegariam no Camuciá a 10, passariam o resto do mês; em abril seguiam para o Regalo e a 16 do mesmo mês partiam para a Corte. A agenda só não foi cumprida no final, porque a 17 de maio, já com a câmara de deputados funcionando, o barão ainda estava no Regalo impedido de

BAHIA 1885

ANNO I O FAISCA

Nº 8

Caricatura do jornal O Faisca, retratando o retorno do barão de Jeremoabo a política após 7 anos de ostracismo. Era a volta do partido conservador ao poder. Foto ABJ.



J. M. de Azevedo, o retorno do barão de Jeremoabo a política após 7 anos de ostracismo. Era a volta do partido conservador ao poder. Foto ABJ.

viajar por causa da doença do filho “Perdi o vapor por causa do meu Tota, que sendo examinado pelo José Olimpio achou-o ainda doente do figado...” (Carta a Gonçalves, Regalo, 17 de maio de 1886).

No princípio de junho estava Cícero na Côrte. Dessa vez hospedou-se na rua Silveira Martins, nº 70. Até o fim do Império acompanhou a administração política de três gabinetes: Cotegeipe, João Alfredo e Ouro Preto, este último liberal. As principais questões discutidas no período de vigência do poder desses ministérios (1885-1889) estão inseridas no contexto do processo de desagregação da monarquia que desde a década de 70 vinham se desenrolando. O descontentamento do Exército, as idéias abolicionistas, os clubes republicanos, foram teorias e praticas que foram se concretizando, na medida, em que as contradições do regime monárquico se acirraram.

Envolto nesse clima de insegurança política para si e o regime que representava Cícero acompanhou atentamente as crises que abalaram lentamente as estruturas do Império.” Soube ontem que o ministro da guerra deixava a pasta por causa da questão militar. Amanhã farão o mesmo com outro...” (Carta a Gonçalves, Camuciatá, 22 de fevereiro de 1887).

Em 15 de novembro de 1889 o barão perdeu o cargo de Deputado Geral, mas seu cotidiano, apesar das novas conjunturas, não modificou-se, continuou a ser um homem essencialmente político.

2.4. A SUPREMACIA DOS SAQUAREMAS COMO MODELO EXPLICATIVO DA ATUAÇÃO DE UM POLÍTICO CONSERVADOR

Algumas considerações ainda merecem ser feitas, antes de entrarmos na análise propriamente dita do pensamento e da atuação do barão como um político conservador. Chamando atenção aí que o ‘conservador’ não está sendo colocado na simples ligação a etimologia da palavra do partido no qual era filiado, mas significando a mentalidade e o projeto político da geração que consolidou o império, fase da “reação” conservadora, parafraseando Justiniano José da Rocha e que manteve seus ideais, sustentados nos seus interesses políticos, econômicos e sociais, mesmo após a década de 60 e 70, quando os efeitos da “Reação e Transação” não mais se sentiam fazer.

O ano de 1862, é escolhido para caracterizar o renascer liberal. O Brasil, na segunda metade de século XIX, passou por um processo de modernização e urbanização. Este processo

de diversificação social se caracterizou por dois aspectos; por um lado, pelo aparecimento das camadas sociais urbanas e, por outro, pelo conflito de interesses entre a velha aristocracia escravista e a nova, cafeeira do oeste paulista; “Os meios industriais pleitearam uma política protecionista, nem sempre aprovada pelo lado mais tradicional...”²³

Nesse novo contexto que cada vez mais foi se solidificando, as palavras ditas por Justiniano José da Rocha, sobre o período da “Transação”, que atingiu seu apogeu no Ministério da Conciliação (1853-1857) não faziam mais sentido. Vale a pena, transcrever um trecho como efeito de demonstrar as características de um tempo, a pouco passado, que já vinha sendo superado e modificado:

O período da Transação está começando; dissei-nos onde param as antigas parcialidades, onde os seus ódios? Já de há muito desapareceram. Em testemunho disse vede aí que palavra puseram por diante os parlamentares, quando se levantaram contra o ministério que precedeu o atual? A Conciliação. E esse mesmo ministério, como o seu predecessor, como o seu sucessor, que tendências mostravam senão as de uma conciliação que ao menos quanto aos indivíduos, punha em perfeito olvido todo o passado? E que movimento social era esse que todos os políticos pressentiam, a que obedeciam, que lhes fazia abandonar as suas posições de vencedores, senão o resultado da convicção íntima do país de que estavam extintas todas as paixões, esse esquecimento de ódios, o que são senão os sintomas evidentes de que a sociedade tem chegado a esse período feliz de calma e de reflexão que pode e deve ser aproveitado para a grande obra de Transação?²⁴

Quando o barão de Jeremoabo realmente entrou na política nacional, em 1869, elegendo-se deputado geral na 14ª legislatura, pois anteriormente só tinha sido eleito como suplente (1860-1861), o tempo feliz, de calma e reflexão, sem ódios e paixões, descrito por Justiniano já tinha ficado para trás.

A entrada de Jeremoabo para o mundo do governo, passando a ser um membro efetivo da elite política imperial, unido com a burocracia estatal, que segundo José Murilo de Carvalho “...Embora houvesse distinção formal e institucional entre as tarefas judiciárias, executivas e legislativas, elas muitas vezes se confundiam na pessoa dos executantes, e a carreira judiciária, particularmente se tornava parte integrante do itinerário que levava ao congresso e aos conselhos do governo...”²⁵, se dá em um período em que as estruturas do conservadorismo já estavam abaladas e o próprio regime imperial começava a dar os seus primeiros sinais de crise.

A inflação no país persistia desde o início da década de 60, as despesas militares pesavam demais no orçamento do Estado (eram constantes conflitos com a Argentina e principal-

mente o Uruguai, com qual o Brasil estava em permanente guerra). A partir de 1864, a situação se agrava, pois os conflitos que opunham brasileiros, uruguaios e argentinos ao paraguaio Solano López arrastaram o Brasil a uma guerra que durou até 1870. Os efeitos dessa guerra aliada a uma situação liberal, no momento, eram desastrosos, para o jovem Cícero, pois trazia dificuldades econômicas para sua província e o impedia de ser eleito a uma vaga no parlamento nacional, "...Eu vou vivendo na forma do costume, isto é, perseguido e reconcentrado, lastimando a má direção dos negócios do nosso país – com o qual sofrem todas – e sem esperança de vê-los mudar. Sobretudo a está época de guerra".²⁶

Observamos, então, que a primeira vez que Cícero Dantas ocupou um cargo na política nacional não se deu em condições favoráveis ao conservadorismo que tinha moldado o seu modo de pensar e agir e que lhe era conveniente no sentido de manter o status que lhe foi legado por seu pai e avós, materializado em uma grande quantidade de terras, escravos e real influência política.

Em 1869, quando consegue eleger-se deputado geral, a condição que lhe foi favorável foi a queda do 22º gabinete, liberal, presidido por Zacarias de Góes e Vasconcelos e a subida de um conservador, tendo a frente o visconde de Itaboraí. No mais, a partir daí até a proclamação da República, as conjunturas econômicas do império só fizeram se agravar para o lado da antiga aristocracia do açúcar, do qual era um representante:

Os fazendeiros do Oeste Paulista almejavam uma política favorável à imigração. Já os senhores de engenho ou fazendeiros das áreas mais tradicionais, que ainda dispunham de numerosos escravos, eram contrários a essa orientação(...). Alguns grupos urbanos comprometidos com o sistema escravista empenhavam-se na abolição e pleiteavam maior representação na vida política do país, exigindo a substituição do sistema de eleições indiretas, que propiciava a preponderância dos grupos tradicionais, pela eleição direta.

... Havia ainda problemas decorrentes da penetração do capitalismo internacional e vários setores, tais como rede ferroviárias, gás, iluminação de rua, instalação de engenhos centrais, criação de bancos, comércio de exportação e importação e outras atividades rendosas que eram monopolizadas por estrangeiros...²⁷

A trajetória política de Cícero Dantas Martins, ainda no império é marcada por duas conjunturas importantes. A primeira como já frisei é a da reação conservadora, que vai mais ou menos do período final da regência, com o golpe da maioria até o princípio da década de 60. Nesta fase nasceu, foi educado e tomou consciência do papel sócio-político que devia representar e expandir. Também nesse período de sua vida foi imbuído por um sentimento aris-

tocrático que manteve, por toda a sua vida. Mesmo no final do século XIX, em 1894, já tendo sido instalado há cinco anos o regime republicano, dizia orgulhoso a todos que lhe perguntassem o motivo porque construiu em sua fazenda, um sobrado tão grande e luxuoso: “Quando os ingleses tomarem conta do Brasil verão que aqui morou um homem de bom gosto!”²⁸

A segunda conjuntura é a do renascer liberal que inicia-se a partir da década de 60, une-se aos primeiros movimentos republicanos da década de 70 e culmina com a proclamação da República em 1889.

Vivendo as duas fases e sobrevivendo a República, que será contextualizada no 3º capítulo, o barão de Jeremoabo norteou toda a sua atuação política baseada no mesmo sentimento aristocrático no qual foi criado, treinado e educado²⁹; sentimento este que era a “síntese da visão da política e da sociedade prevalecente (desde) à época da Maioridade – (e que) expressava um fundo histórico forjado pela colonização, que as forças predominantes na condição do processo de emancipação política não objetivaram alterar: o caráter colonial e escravista dessa sociedade...”³⁰ Ainda aplica-se nossa análise, a ressalva que Ilmar Mattos faz, dando prosseguimento ao pensamento do parágrafo acima transcrito, “... que tomar em consideração esse fundo não significa recolher apenas seus aspectos mais estritamente econômicos, mas também evidenciar o papel que as relações pessoais e raciais cumpriram nessa sociedade”³¹

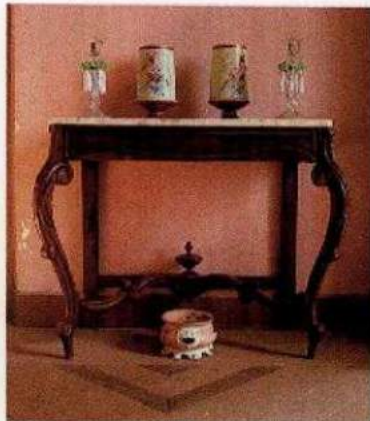
Partindo para a comprovação das constatações supracitadas, formulamos apenas duas questões:

- 1) De que maneira o barão de Jeremoabo, um líder conservador nato, contribuiu com a coroa na sustentação do estado imperial e na manutenção dos privilégios da classe senhorial ?
- 2) Como enfrentou, em sua postura de conservador, as grandes crises que abalaram o império?

Tentarei responder a essas perguntas acompanhado a trajetória política, econômica e social do barão em um período de 17 anos, através da leitura de sua correspondência, trocada, principalmente, com outro político conservador, o seu amigo José Gonçalves da Silva. Além delas utilizaremos, também, como fonte os diversos artigos e manifestos publicados por jornais da época. Deixamos para analisar os discursos encontrados nas páginas amareladas pelo tempo dos *Anais* do legislativo, para o período republicano, pois sua participação como deputado geral no império deu-se mais nos trabalhos de comissões parlamentares.



Saguão da entrada principal, com escada de madeira para o segundo piso.



Bonito altar da capela do engenho, no interior da casa.

Console de parede com tampo de mármore. As peças que o ornamentam são todas originais da casa, que permanece conservada pelos descendentes do Barão.



Móveis do quarto, notando-se a bacia e a jarra de louça, que eram usadas antes da existência de lavatórios.

Diferentes ambientes do solar do Camuciáta: saguão da entrada principal, bonito altar da capela, console de parede com tampo de mármore, mobília do quarto, notando-se a bacia e jarra de louça usadas antes da existência de lavatórios. Foto Ailton Sampaio, 1994.

O CONSERVADORISMO ATRAVÉS DA VOZ DO BARÃO DE JEREMOABO (1872-1889)

Selecionei as missivas no arquivo do próprio Jeremoabo que contêm aproximadamente 1.300 unidades. Dei preferência as trocadas entre ele e Gonçalves pois perfazem um período maior (1865-1903) e são mais frequentes no decorrer dos anos, devido a grande amizade que unia os dois chefes políticos. O primeiro do município de Itapicurú, Jeremoabo, Bom Conselho e o segundo de Vila Nova da Rainha, atual Senhor do Bonfim.

Considere as cartas como fontes fidedignas do pensamento do barão a respeito de alguns temas nelas tratados como, poder local, eleições, partidos, organização do estado, magistratura, reorganização da economia açucareira, abolição; pois foram escritas a um amigo de infância, para quem não tinha segredos, nem meio termos. É o seu próprio correspondente que nos dá a dimensão da amizade entre ambos quando ocorreu um pequeno mal entendido em suas relações: “Na carta que responde, empregaste estas palavras – Sinto que estejas separado de nós –, as quais, saibas, me causaram arrepio, uma espécie de horror, e eu quis protestar logo com todas as forças dos meus pulmões. Ninguém, nada tem o poder de separar-me do meu amigo desde a infância: Mas contive-me, esperei pelo dia 14 do corrente, e agora posso protestar, não mais por palavra, mas por atos, por fatos, que ninguém tem o poder de separar-me de ti”...³²

Podemos dividir a análise da participação do barão de Jeremoabo no regime monárquico em dois momentos. O primeiro será o período em que assumiu de direito o poder institucionalizado. Esta fase corresponde aos dez anos em que exerceu o cargo de deputado geral, na 14^a, 15^a, 16^a e 20^a legislaturas. O segundo corresponde aos anos em que o partido liberal estava de cima e por isso o barão não conseguiu se eleger a uma cadeira no parlamento nacional. Portanto a participação de Jeremoabo no mundo do governo, dependia da oscilação dos partidos conservador e liberal no poder.

Ainda em 1872, o bacharel Cícero Dantas Martins cumprindo o mandato de sua primeira legislatura como deputado geral acompanhou uma grave crise ocorrida no gabinete do visconde do Rio Branco. Essa celeuma como outras que adiante serão referidas revela no fundo como se processava a ação do poder moderador, junto aos dois partidos que se reservavam no poder e tinham em seus quadros homens que sustentavam política, econômica e socialmente a magnificência imperial.

O tumulto iniciou-se no dia 16 de maio de 1872, ao anunciar-se na câmara dos deputados, a continuação da 2^a discussão do orçamento do Ministério da Marinha. Neste momento o

deputado Paulino de Souza justificou o seguinte requerimento, “Requeiro o adiamento da discussão do orçamento para depois que o Ministério expuser a câmara os motivos de recomposição por que passou, e estiverem distribuídos os relatórios”...,³³ que colocado no termo de moção de desconfiança do gabinete, foi aprovado na sessão de 21 do mesmo mês em votação nominal, por 50 votos contra 49.³⁴

Cícero Dantas deu sua versão para os acontecimentos do dia 16, sendo fiel a sua narrativa ao resumo tirado dos *Anais* da câmara, acima transcrito: “chegamos aqui (côrte) no dia 20 de maio próximo passado... e encontrei os políticos em movimento, bem como os amadores da Rua do Ouvidor, com a moção de desconfiança que o partido tinha apresentado na sessão de 16 e que o ministério, sem maioria, protelara até 21, quando teve lugar o combate! A sessão foi a mais esplêndida e concorrida que eu já vi; as ruas apinhadas de povo e tudo em movimento. Rompeu o debate o Rio Branco que brilhou como costuma, respondeu-lhe o Alencar com o talento e habilidade que conheces, replicou o Rio Branco e ainda falou o nosso Araripe, depois do que teve lugar a votação nominal que deu a oposição 50 votos e ao governo 49, a fora o Presidente da Câmara. Suspendeu-se a sessão e no dia seguinte à vista e face da mesma concorrência fomos despachados, por um decreto de dissolução que pôs termo a crise. Muitos governistas bendirão-se como João Mendes etc...”³⁵

O resumo tirado dos *Anais* da Câmara e a narrativa de Cícero Dantas a respeito dos acontecimentos de 16 de maio, afora alguns detalhes compreensíveis já que feitos por uma testemunha ocular, nos apresenta alguns recursos que eram utilizados seja pelo imperador ou pelo próprio presidente do Conselho, ou mesmo pelos mecanismos de ação dos governistas e oposicionistas. São eles: a moção de desconfiança ao gabinete apresentada pelo deputado Paulino e o decreto de dissolução da Câmara dos Deputados e a convocação de outra para 1 de dezembro.

Estes dois pontos que procuro destacar estão intimamente relacionados à maneira centralizadora que o estado era organizado no regime imperial.

Para explicar melhor essa questão cabe aqui nos reportarmos a um poder que era essencial à estrutura monárquica – o poder moderador, que representava a própria figura do imperador. Teoricamente, este poder, tal como aparecia no *Cours de Politique Constitutionnelle*, de Bejamim Constant, deveria ser um poder neutro, que garantisse a harmonia dos três poderes. Entretanto, aplicado como fórmula política, no Brasil converteu-se na residência do verdadeiro poder. Exercido pelo imperador, tornou-se instrumento de sua vontade pessoal, de seu despotismo, enfim.

Ao poder moderador cabia aprovar ou não as medidas emanadas do legislativo, nomear os senadores vitalícios e, inclusive, dissolver a Câmara dos Deputados, como fez a 22 de maio de 1872 por achar perigosa as discussões a respeito do orçamento do Ministério da Marinha, a hierarquia do regime.

É bem verdade que as prerrogativas de poder moderador quando se deu o incidente narrado por Cícero Dantas em 1872, apesar de se manterem até o final do império, já eram mais maleáveis, pois com a criação da presidência do Conselho de Ministros, em 1847, diminuiu a área de atrito entre o Poder Moderador e a camada dominante senhorial, pois ficou convencionado que o imperador nomearia apenas o presidente do Conselho, que, por sua vez, escolheria os demais ministros.

A camada dominante passou a ter, desse modo, um espaço de manobras maior para defender mais eficazmente os seus interesses. Contudo a própria estrutura parlamentar do Brasil contribuía para a centralização do estado na mão do imperador, afinal, o parlamentarismo adotado no país diferia daquele praticado na Europa; que nisso seguia o modelo inglês.

No parlamentarismo europeu, o primeiro-ministro era eleito pelo Parlamento, que também tinha força para depô-lo. Em suma, o legislativo controlava o executivo, e portanto o ministério era responsável perante o Parlamento.

No Brasil, ao contrário, o ministério era, ao menos legalmente, responsável perante o Poder Legislativo. O Parlamento nada podia contra os ministros, que governavam ignorando o legislativo e prestando contas apenas ao imperador. Por esse motivo, o parlamentarismo foi chamado de “as avessas”.

A aristocracia rural, dessa forma, anulou as principais conquistas liberais ao subtrair do Ato Adicional e do Código de Processo Criminal sua posição autonomista. Restaurando o Conselho de Estado e criando a presidência do Conselho de Ministros, a camada dominante estava apenas se aparelhando adequadamente para exercer o seu domínio sobre a sociedade, de modo a conduzi-la segundo seus interesses de classe.

A organização do estado, portanto, perpassava pela união da vontade centralizadora do imperante que coincidiu com os anseios da elite rural e da burocracia estatal como um todo.

O barão de Jeremoabo, como membro da antiga aristocracia rural açucareira baiana não deixou de contribuir com a ordem vigente, seja através de uma política de convencimento nos bastidores, seja através de sua participação ativa com o seu voto de deputado. Na sessão de 16 de maio de 1872 foi um dos que contribuiu com o governo nos 49 votos que teve, contra 50 de oposição. Ele mesmo justifica sua posição: “Logo que cheguei fui procurado por ambos os

grupos, mas compreendas que tendo saído o Saião Sobata do Ministério e fazendo parte dele o Junqueira não podia deixar de acompanhar o governo...»³⁶

Antes de continuar a análise da organização e manutenção do estado imperial e a sintonia de Jeremoabo com ele, convém dizer algo sobre o grupo da elite do qual o barão de Jeremoabo fazia parte, para melhor entendermos o seu poder de barganha.

O único cargo eletivo que Jeremoabo ocupou durante todo o império, a nível nacional, pois no âmbito da província foi também deputado provincial e vereador de Bom Conselho, foi o de deputado geral.

Na escala de poder da burocracia imperial seu grupo vinha abaixo do dos ministros e dos senadores. Era o maior em número de componentes e o menos poderoso, ressaltando, porém, que a fase da história política brasileira que eles tiveram mais poder foi no império. Uma outra característica importante do cargo de deputado era a sua posição intermediária na pirâmide social do poder. O político que conseguisse chegar a câmara geral, não estava mais limitado a esfera de poder provincial, nem ainda tinha atingido a influência que um senador vitalício, ou um ministro tinham junto ao imperador.

O barão não transpôs a barreira. Permaneceu durante todo o regime no patamar do meio, no círculo interno da elite. Esta constatação nos provoca uma indagação. Porque o barão de Jeremoabo, um político que no início de sua carreira tinha todo um perfil que se enquadrava ao modelo exigido para se chegar aos postos mais altos da hierarquia do poder, não conseguiu atingi-lo?

Antes de tentar responder a essa indagação é válido percorrer, resumidamente, o caminho seguido pela maioria dos políticos que tinham o mesmo perfil do barão de Jeremoabo até chegar ao topo do poder.

Uma carreira comum para o jovem que pretendia ser político e cuja família não possuía prestígio suficiente para conduzi-la diretamente a Câmara era a magistratura. Como a estrutura judicial era centralizada, todos os juizes eram designados pelo ministro da justiça. Logo após terminar o curso de Direito em Recife ou São Paulo, o pretendente a carreira política lutava para obter uma nomeação de promotor ou juiz municipal em uma região que lhe desse condições de ascender socialmente e politicamente, através do voto ou de possíveis alianças com potentados locais.

Jeremoabo pulou essa etapa. O mais difícil para ele não foi entrar no círculo do poder. O seu diploma de Direito, tirado em Recife, aos 21 anos de idade foi a única condição a que teve de se submeter antes de ingressar na carreira política. A partir daí não precisou trilhar o

caminho que muitos percorreram para atingir o poder: a magistratura, a imprensa, a advocacia, a medicina, o sacerdócio. A influência de sua família no nordeste da Bahia era tão grande, indo do município de Inhambupe até Jeremoabo, compreendendo mais de 15 municípios, o suficiente para conduzir o jovem bacharel diretamente a Câmara. O respaldo familiar e dos amigos e o patronato dos potentados já estabelecido, que no seu caso eram representados por seu pai e tios, foi uma marca constante em todos os passos da carreira.

Eleito deputado provincial e depois geral, Jeremoabo esteve a um passo dos cargos mais altos do poder, ao qual se chegava pela união de qualidades próprias e patronatos, tendo o imperador atuação decisiva no processo de escolha.

Porém, se para o barão a entrada não foi difícil, a escalada, ao contrário, se tornou por demais íngreme não lhe sendo possível atingir o topo da pirâmide. A sua tentativa de chegar ao senado com a vaga aberta pelo falecimento do cons. Junqueira foi frustrada, mas não por falta de esforços. Em dezembro de 1887 distribui diversos circulares pedindo votos para a sua candidatura:

Bahia, 16 de Dezembro de 1887

Ilmo. Senhores.

Sem que solicitasse foi meu nome incluído na chapa do partido conservador para preenchimento da vaga aberta no Senado com o falecimento do meu pranteado amigo conselheiro J. J. de Oliveira Junqueira, de saudosa memória.

Reconhecendo-me sem merecimento, mas não me sendo licito declinar de tão honrosa confiança do meu partido, apresento-me a V.Sa. rogando o seu valioso apoio e de seus amigos em favor de minha candidatura e da de meus dignos companheiros de chapa os exmos senhores conselheiro Franco e Barão do Guai. Os sufrágios que obtiver serão para mim recompensa da luta incessante de 28 anos que tenho sustentado em defesa dos princípios conservadores, e de incentivo para não desanimar na jornada ao lado dos nossos correligionários.

Certo do apoio de V.Sa. antecipo-lhe meus agradecimentos, oferecendo-lhe meus fracos serviços, e assinando-me com muita estima e consideração.

De V.Sa.:

Patricio, amigo e criado

*Barão de Jeremoabo.*³⁷

Jeremoabo aceitando seu nome para disputar uma vaga no senado entrava em contradição com a própria visão que tinha dessa instituição e dos membros que a compunham, “... O nosso amigo Junqueira já não faz caso de ninguém; está no senado, e assim chore quem não pode rir-se... Todo o mal de nosso país está, meu José Gonçalves, no senado vitalício. Seja ele temporário e havíamos de ter bons amigos, e ótimos estadistas; esta é a reforma de que mais necessitamos...”³⁸

Para entendermos um pouco melhor essa posição contraditória do deputado geral barão de Jeremoabo é preciso adentrarmos um pouco no significado real da instituição do senado no reinado de Pedro II. O que representava ser senador na carreira de um político? Que forças e prestígio traria a um deputado geral passar a ser membro da “Câmara dos seniores”.³⁹

Para responder a essas questões cabe em primeiro lugar situar a posição dos senadores dentro da estrutura do Estado. Que poder de decisão tinham eles para atrair até políticos que faziam críticas ao modo como eles funcionavam? Dentro do organograma do poder eles vinham logo abaixo do grupo dos ministros. De acordo com a legislação eram selecionados pelo rei através de listas tríplexes sufragadas por votação popular. O poder principal do Senado, que Jeremoabo criticou, mas ao mesmo tempo disputou, era em grande parte decorrente da vitaliciedade de seus componentes. Era um sonho para um jovem deputado saber que ao chegar aos 40 anos, idade mínima permitida para se candidatar, poderia ser eleito para um cargo no qual teria a segurança de permanecer para o resto da vida sem depender da oscilação da balança do poder que ficava na mão do imperador e que ora colocava mais peso para o lado conservador, ora para o lado liberal. Além do mais teria sua renda aumentada em 400\$000 réis. Enquanto um deputado geral ganhava esse valor, um senador embolsaria 800\$000 réis por ano.

Um político da época nos ajuda a compreender melhor o fascínio que o cargo de senador exercia nos homens públicos do império: “Os homens que entre nós adquirem com o tempo, nome, relações, maior número de adesões, prática e certo tino parlamentar, apenas tocam os 40 anos buscam no Senado refúgio contra a instabilidade das nossas eleições populares, cansados do trabalho que dão, e da extrema dependência em que põem os candidatos. Cada ano vai desguarnecendo a Câmara dos Deputados, às vezes com quem tem de melhor com a idade exigida pela constituição para ser senador...”⁴⁰

Na verdade nem o fato dos deputados gerais serem o único grupo habilitado a desmanchar ministérios e reunir o maior número que formaria o governo, era capaz de segurá-los. Temiam muito mais o ostracismo que a qualquer momento podia bater na porta deles se o imperador pendesse um pouco mais para o lado oposto do poder.

O fato é que Jeremoabo não conseguiu se eleger ao Senado. Feitas essas constatações e apontando alguns motivos para a derrota do barão podemos passar a responder a questão feita anteriormente, que para lembrar é válido aqui repetir: Porque o barão de Jeremoabo, um político que no início de sua carreira tinha todo um perfil que se enquadrava ao modelo exigido para se chegar aos postos mais altos da hierarquia do poder, não conseguiu atingi-los?

A resposta a essa questão está na eterna disputa entre conservadores e liberais, que no nosso caso específico refletia as desavenças entre o barão de Jeremoabo e Manuel Pinto de Souza Dantas – o conselheiro Dantas.

Souza Dantas, ao contrário de Jeremoabo, seguiu todos os passos necessários até chegar ao círculo interno da elite. Apesar de primo carnal do barão, portanto descendente da mesma família de potentados locais,⁴¹ não foi eleito para a câmara sem antes passar pelos estágios preparatórios. Após ter se bacharelado em Direito, em Recife, em 1857, recebeu logo a nomeação de procurador interino dos Feitos da Fazenda. É válido citar aqui os principais cargos ocupados por Manuel Dantas, para melhor embasar nossa análise, já que ele na sua trajetória política real, percorreu quase todos os cargos necessários para se atingir a estrutura do poder. De procurador interino chegou a presidente do Conselho, onde chefiou um gabinete que ficou conhecido por seu sobrenome – *Dantas*.

Após a procuradoria interina foi nomeado juiz de órfãos substituto de capital; juiz municipal e de órfãos de Santo Amaro; promotor público da capital; juiz de direito da comarca de Maroim. Paralelamente a essas atividades do campo da magistratura, já vinha exercendo a política desde 1852, quando foi eleito deputado provincial na Bahia, tendo sido 1º vice-presidente da Assembléia;⁴² quatro anos depois já estava na Câmara Geral, para onde foi eleito em cinco legislaturas. A partir daí Souza Dantas estando em sintonia com as estratégias do poder que usava de meios para socializar e treinar seus representantes, começou a circular pelo império, exercendo diversos cargos políticos para os quais era nomeado.

Na verdade o jovem político foi levado a conhecer outra província além daquela onde estudara Direito, logo após sua primeira nomeação para juiz de direito, em Sergipe. No final de 1859, após já ter sido eleito deputado provincial e geral foi nomeado para chefiar a Polícia da província do Maranhão e, logo depois, empossou-se na presidência de Alagoas. Este último era um cargo muito bem escolhido, pois dele dependia o êxito do governo nas eleições, além disso o presidente tinha prerrogativas importantes, uma vez que era o responsável por nomeações estratégicas como a dos promotores, delegados e subdelegados de polícia e oficiais inferiores da Guarda Nacional.

Da presidência de Alagoas passou Manuel Dantas a presidir a província da Bahia. Em 1866, contando apenas 35 anos, já chegara ao mais importante grupo de poder da estrutura política do estado imperial: o dos ministros. Em 3 de agosto desse ano foi-lhe confiado, pelo presidente do Conselho, Zacarias de Góes Vasconcelos, a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em 1878 passou a fazer parte do Senado.

A partir daí essa instituição que era tão mal vista por Jeremoabo, ou por nunca ter conseguido ingressar em seus quadros, ou por ter enxergado nela o real fator de bloqueio de reformas e de desgaste do próprio sistema político, “O Saraiva quer fazer a reforma (é o que ouço) por lei ordinária. Como se portará a Câmara dos Senis? Que papel desgraçado hão de representar?”⁴³; passa ainda mais a ser alvo de suas críticas e utilizando-se da expressão de Joaquim Nabuco, para quem o Senado era uma espécie de Sibéria, na qual os senadores se isolavam do resto do mundo político, dizia em tom de ironia: “... O Junqueira está contentíssimo na Sibéria; é dizer-te que não é o mesmo homem de outrora, pois o governo fascina...”⁴⁴

Mas voltando a carreira política de Souza Dantas, a essa altura faltava pouco para atingir o topo da carreira. No Gabinete Saraiva (1880-1882), exerceu a pasta de justiça e, interinamente, a do Império; e em 6 de junho de 1884, chegou a onde faltava, formou e presidiu, como ministro da Fazenda, o 32º gabinete, que durou até 6 de maio de 1885. A propósito do gabinete organizado pelo primo, o barão desabafa inconformado: “Caiu o Lafaiete, cara dura, para erguer-se o Dantas, cara de pau. É como se resolve a nossa política. Sempre o absurdo e imprevisto. Admira o cinismo com que o Dantas apresentou-se as Câmaras... Talvez um gabinete composto de caixeiros não atravessasse a sessão. Veremos. Nossa infeliz província com o domínio dessa gente, o que tem a esperar?...”⁴⁵

Esta fala do barão revela um pouco do cerne da questão, ou seja o porque dele não ter atingido postos mais altos na burocracia do estado. Relendo a pergunta de seu desabafo ao seu amigo José Gonçalves, “Nossa infeliz província com domínio dessa gente, o que tem a esperar?”; percebemos que a “gente” de que fala eram os liberais, não só a nível de província, já que com a presidência do Conselho nas mãos de seu primo Dantas estava na presidência da Província o liberal João Rodrigues Chaves, como no império que desde os meados da década de 60 já se encontrava sob o domínio do renascer liberal.

Na verdade quando o bacharel Cícero Dantas Martins entrou na política nacional em 1869, a supremacia da situação conservadora já estava no fim. Após um período de 14 anos seguidos de gabinetes conservadores, (1848-1862), contando com o período da Conciliação (1853-1857); de 1862 até 15 de novembro de 1889 observamos um equilíbrio em termos

quantitativos no número de anos em que cada partido permaneceu no poder. Para ser mais preciso 14 anos de gabinetes conservadores e 13 anos e seis meses de liberais. Se compararmos esses dados com os da década de 60 para trás, até 1840, observamos a seguinte quantificação: gabinetes conservadores – 18 anos no poder, liberais – 8 anos. Comparando agora os dois períodos, 1840-1862 e 1862-1889, temos uma diferença de 12 anos a mais de predomínio conservador na primeira fase e de apenas seis meses na segunda.

Apesar de na segunda fase os gabinetes conservadores ainda terem ultrapassado os liberais em seis meses, essa vitória insereida nas novas conjunturas sócio - econômicas e políticas do império era apenas aparente. A ordem imperial sustentada pela centralização, a supremacia do imperador sem oposição, a partir da década de 60, passou a ser sacudida por um vendaval que tinha suas origens no período regencial, mas não tinha se dispersado totalmente, apenas se desviara um pouco de sua rota esperando que se abrisse alguma brecha na estrutura do estado imperial para de novo poder varrer os recintos da câmara dos deputados e senadores, os salões requintados da aristocracia agrário-exportadora até chegar ao Paço Imperial acordando o imperador de seu tranqüilo sono.

Novas forças sociais foram surgindo, a aristocracia cafeeira suplantava a açucareira, a guerra do Paraguai despertou forças que estavam adormecidas, a economia mundial capitalista industrial pressionava o império agrário e escravista, enfim todos as conjunturas levavam a um renascer liberal tanto no campo das idéias como no econômico.

Cícero Dantas Martins entrou em 1869 para o círculo interno do legislativo pressionando sob todos os lados. Na esfera nacional via cada vez mais os fazendeiros de café progredirem em detrimento dos de açúcar do nordeste da Bahia, na política observava cada vez mais o imperador ceder aos projetos liberais, em uma tentativa de retardar o esfacelamento do império, na esfera local sofria a pressão da política oposicionista comandado por seu primo liberal João dos Reis de Souza Dantas, irmão do conselheiro Dantas que da corte lhe dava carta branca para agir em nome dos luzias.

Os vinte últimos anos do regime monárquico passou o barão de Jeremoabo tentando se equilibrar na gangorra dos partidos políticos. Adotou a estratégia da coroa em relação às reformas liberais. Procurou se unir aos seus pares conservadores reforçando a sintonia com os saquaremas na tentativa de anteciparem-se as inovações propostas pelos luzias. Através de seu voto na câmara tentou retardar propostas liberais relacionadas a reformas eleitorais, abolicionistas, etc, antecipando-se na iniciativa, com o objetivo de não perder totalmente o controle da situação. Situação essa que representava a sua própria sobrevivência e de sua classe, calcada

em um conservadorismo que tinha raízes na terra, no escravo e nos monopólios do poder e do ter.

A nível de poder local, já que no âmbito nacional era tolhido pelo cons. Dantas, procurou defender uma política econômica da qual tirava proveito. Exercia sua autoridade de potentado local, mas sempre de acordo com os ditames da política centralizadora da coroa. Tinha consciência da autoridade que possuía, nos municípios em que dispunha da maioria dos votos, sobre os escravos e sobre os moradores de seus engenhos; mas não extrapolou nessa autoridade, pois sempre a condicionava aos poderes constituídos pela burocracia do estado, sem com isso querer dizer que fosse passivo a todas as decisões. Poderia até atuar utilizando-se da própria burocracia do governo em proveito próprio; “...na carta que escrevi-te por teu cunhado falara-te da nomeação do José Alves para Juiz municipal desse termo; e como não obtivesse ainda resposta tua, tendo de me retirar e querendo prevenir qualquer incidente, resolvi tratar logo de sua nomeação, que de fato realizou a 5 deste mês. Posso enviar porem me parece que tu e os amigos se deram muito bem com ele, que não me deixará ficar mal; já o conheço desde o Itapicurú ...”⁴⁶

Era através das atividades policiais e judiciárias que o governo central controlava ao local. A partir de 1841 o governo reforçou ainda mais a centralização definindo o sistema judiciário que duraria, com poucas modificações, até o fim do regime imperial. O cargo de juiz de paz que tinha sido criado em 1828, continuou existindo mas com funções bastantes reduzidas. A magistratura togada compreendia desde os juizes municipais até os ministros do Supremo Tribunal de Justiça. Os juizes municipais e de órfãos eram nomeados entre bacharéis com um mínimo de um ano de prática forense para período de quatro anos. Podiam, então, ser promovidos a juiz de direito, ou ser conservados para outro quadriênio, ou mesmo abandonar a carreira, pois não tinha estabilidade. Já os juizes de direito possuíam estabilidade e só podiam ser afastados do cargo por processo legal, embora pudessem ser removidos de um lugar para outro.

A nomeação de um juiz dependia do Governo Central, mas essa era feita geralmente em uma pessoa indicada ou representasse um potentado local. O Estado brasileiro na colônia e princípio do império não tinha condições reais de estender seus poderes pelos diversos localidades do país, por isso se viu forçado a estabelecer um rede de compromissos com os grandes latifundiários, que lhes socorriam com serviços particulares, ou através dos grupos que controlavam, em troca de favores ou doação de privilégios.

Depois de 1841, com a reorganização das forças conservadoras que interpretaram o Ato Adicional de 1834 e reformularam o Código do Processo Criminal, o governo passou a ser realmente o árbitro dos conflitos locais, principalmente das disputas entre poderosos.

Quando o barão de Jeremoabo tomou a direção da política local, com o falecimento de seu pai em 1872, a estrutura já estava bem montada, “... Essa coluna parte do imperador e vai até as eleições paroquiais, articula-se na vitaliciedade e se projeta nas autoridades policiais e judiciárias donas dos votos, no manejo caricato da soberania nacional. A opinião pública, os interesses de classe não tem autonomia: são a sombra do governo, do grupo encastelado na vitaliciedade à vida de buscar, na hereditariedade, o domínio das gerações. A influência oficial sedimentada de tradições e vinculada a uma ordem econômica patrimonial, mercantilistas nos processos, favorece certas atividades e estrutura no Estado os imperativos de sua sobrevivência. A primeira consequência, a mais visível, da ordem burocrática, aristocratizada no ápice, será a inquieta, ardente, apaixonada caça ao emprego público...”⁴⁷

Como um potentado local, Jeremoabo tinha consciência de seu poder, mais não se enganava quanto a dimensão dele. Procurava ajustar-se a hierarquização de poder, que colocava a figura do presidente da província, como representante do governo, que por sua vez o escolhia de acordo com o partido dominante. Deste modo estava sempre subordinado ao presidente da província. Caso este fosse um conservador as portas lhe seriam abertas, caso contrário teria muitas dificuldades, inclusive em sua própria zona de influência. Essa dependência ao poder central, que por sua vez estava envolta no jogo dos partidos lhe causava constante preocupação, “... É minha opinião que em muitos lugares triunfam os liberais, como por exemplo: aqui na corte, já foram nomeados os presidente de província. Portela, para a Bahia – Graça, Paraíba – Pinto Lima, São Paulo – Godói, Minas – Vila da Barra, Pará – José Bento Júnior, Maranhão, etc. O Portela só partirá no vapor inglês de 23 por ter perdido há 8 dias um irmão médico, que aqui estava...”⁴⁸

A possibilidade de ascensão de um presidente liberal em sua província o tornava cauteloso e previdente. Era preciso cuidar o mais rápido possível da nomeação de juizes, promotores e chefes policiais antes que isto acontecesse, “... Ao Espinheira deveria ter mandado os nomes dos nossos amigos, que te pedi para os cargos policiais, se o não fizeste convém que sem demora o faças...”⁴⁹ Sabia que se realmente fosse confirmado o nome liberal para sua província, perderia seu poder de barganha junto ao governo central. Portanto era mister, enquanto havia tempo, reforçar as alianças com as autoridades judiciárias a nível local, ao menos para contar com sua simpatia ou conivência nos momentos em que fosse preciso burlar a lei ou

os resultados eleitorais, para não ser totalmente alijado das decisões de mando nos momentos de ostracismo. É nesse momento que procurava reforçar as relações de clientelismo, em uma clara demonstração da quebra de fronteiras entre o público e o privado.

Tratando com seu amigo José Gonçalves sobre a nomeação de um juiz municipal para o termo de Vila Nova da Rainha diz: “Convém que mandes a condução para a tua viagem quanto antes a querer que ele siga logo, para o Regalo, porque com as viagens que tenha a fazer e com as conduções que dei antes de partir não tenho animais em estado de fazer tantas viagens. Escrevi-lhe para que ele te pedisse a condução, marcando o número de animais, que deve ser pelo menos 4; dois para ele e o criado e 2 para a carga, guia, condutor etc. A casa tu prepararás. Se andei mal em tudo isso não foi propositadamente pelo que me desculparás...”⁵⁰

Mas não só com o juiz municipal o barão se preocupava, era preciso procurar abarcar o maior número possível de agentes públicos. A nomeação pelo governo dos delegados e sub-delegados, oficiais da Guarda Nacional, a partir de 1850, juizes substitutos e promotores que serviam nas comarcas e geralmente não eram juizes de direto, não invalidava a autoridade dos chefes locais, pelo contrário até reforçava na medida em que procurou restringir ao máximo a participação dos magistrados em cargos políticos. Assim os poderosos o teriam a seu serviço, em concordância com seus interesses eleitorais, que se fossem contrariados provocavam reação imediata, “Diz-me se queres a demissão do teu promotor e neste caso apontas o nome do substituto porque tenciono tratar disto. Lembrei-me do Arsênio; é filho daí, serve-te?... ”⁵¹

O exercício do poder dos chefes locais não foi violado no império; passou por um processo de adestramento e treinamento para que fosse capaz de canalizar sua autoridade para o âmbito da esfera pública. Porém caso não estivesse em sintonia com esta, representada pelo partido que estivesse no poder e pelo presidente de província que era a voz do situacionismo, sua autoridade era contrariada e a partir daí a imagem do agente público que era visto com bons olhos, passava a ser negativa: “um juiz de direito cínico, sem parelhas, que me foi oferecido pelo sr. Silva Nunes, como ouro sem liga, anarquizou-me a comarca, que vivia em pleno sossego, a ponto de obrigar-me a deixar a família, e às carreiras partir para ali, com o fim de auxiliar os amigos que estavam sofrendo a perseguição mais atroz de semelhante hiena! Tudo se teria evitado se não fosse a precipitação do Sr. Lucena (presidente de província), que jurando somente nas palavras de seu patrício, deu-lhe carta branca para na comarca absorver todas as atribuições judiciárias e policiais até a de coronéis!!!...”⁵²

O poder público, desta maneira, não anulava o privado mas trazia-o para dentro de si, limitando seu campo de atuação ao organograma burocrático do estado, em outras palavras,

“...O governo trazia para a esfera pública o processamento do conflito privado mas ao preço de manter privado o conteúdo do poder... O arranjo deu estabilidade ao império mas significou, ao mesmo tempo, uma séria restrição à extensão da cidadania e, portanto, ao conteúdo público do poder. O governo se afirmava pelo reconhecimento de limites estreitos ao poder do Estado...”⁵³

Cabe-nos agora falar um pouco da figura do presidente da província. Este era um cargo muito importante, pois dele dependia a vitória do governo nas eleições e particularmente no nosso estudo servirá para melhor explicitar a relação que o barão de Jeremoabo mantinha com o poder central, aqui neste exemplo quando o partido conservador estava afastado do poder. Entrará na nossa análise, mais detalhadamente, outro componente: as eleições, mola propulsora das disputas políticas.

O relacionamento do barão de Jeremoabo com os homens que eram as peças chaves das eleições não foram muito tranquilas, principalmente porque, o momento em que se afirmou na política coincidiu, como já vimos, com uma fase que foi mais propícia aos gabinetes liberais.

Desde 1874, estando Jeremoabo ocupando a cadeira de deputado geral na 15ª legislatura (1872-1875) já sentia o poder do presidente de província, que lhe era contrário. Este além de comandar os agentes públicos (sub-delegados e juizes) nos processos eleitorais, mesmo em fases não eleitorais possuía funções importantes, uma vez que tinham em suas mãos o controle das nomeações estratégicas como a dos promotores, delegados e sub-delegados de polícia (autoridades policiais) e oficiais da Guarda Nacional. Possuidor de tais atribuições, o presidente da província da Bahia no período de 1873-1874, Antônio Cândido da Cruz Machado, enfrentou abertamente a autoridade local de Jeremoabo: “Deves de ter sabido das loucuras praticadas na Bahia pelo amplivago Cruz Machado. Parece incrível tanto descaso, só tendo testemunha. Designou os liberais, e o Rocha e Afonso e Vicente Costa; estes 2 últimos moram em Palácio. Por ali avalia o que não terá feito desembestado amplivago. Andei sempre pelo sertão, mas durante 8 dias em que estive na Capital fui testemunha de seus desatinos, e entendi não visitá-lo. Só por isso tem feito reação no distrito nomeando promotores liberais (como Maciel Monteiro) e até autoridades policiais. Por causa desse malvado os Góis, pai e filho, Monteiro e Deiró se declaram logo em oposição, e muitos outros acompanhá-los-ia se o sr. de Cotegipe, uma das vítimas do Cruz, se declarasse igualmente porque neste caso já não existiria o 7 de março...”⁵⁴

A interferência do presidente da província era tão grande que até na gestão dos cargos mais baixos da organização do estado ele procurava interferir, buscando tirar nisso proveito

para as eleições. Em conluio com um chefe político oposicionista a Jeremoabo, Cruz Machado utiliza-se de suas atribuições para prejudica-lo: "... Não satisfeito com o papel que representou na eleição e que tu bem sabeis, procura o filho do vigário do Bom Conselho, o célebre Canela Preta, e aproveitando a minha ausência, e a atenção do Cruz Machado para com ele protege-o escandalosamente no concurso da cadeira primária, e ali se apresenta azêmola como professor vitalício, e debaixo de foguetes, etc. Tem isso explicação..."⁵⁵

Talvez o barão por estar envolvido pelos ódios e paixões políticas do momento não conseguisse dar explicações para tais atitudes, que um observador a distância logo as diagnosticariam. Tratava-se da disputa entre liberais e conservadores, estimulados pela proximidade de eleições: "Propala contar com o colégio de Vila Nova, e de Jacobina para ser o futuro deputado, e por isso entende que deve fazer a maior liga com o Franco pai e filho, julgando-se assim mais seguro..."⁵⁶

A situação agrava-se ainda mais quando a disputa entre luzias e saquaremas era incrementada por velhas rixas de família. Os Dantas que até a década de 50 se encontravam unidos no partido conservador, em 1861 se dividiram em partidos opostos. O coronel João Dantas, seus filhos João, Cícero e Benício, seu genro Fiel e seus sobrinhos José, Inácio e Portátil, permaneceram saquaremas. O coronel José Dantas, seu filho Gualberto, seu genro e sobrinho dr. João Dantas e seus sobrinhos Manuel e Maurício Dantas, acompanharam Olinda, Nabuco, Zacarias e Saraiva que formaram a chamada *Liga*, ou Partido Progressista e se tornaram luzias.⁵⁷

Após ter sido eleito em três legislaturas seguidas, 14^o, 15^o e 16^o (1869 – 1876), Cícero Dantas depara-se com seu primeiro grande obstáculo na vida pública. Após oito anos de mandato no parlamento nacional, teria que enfrentar uma eleição que estaria sob os auspícios do partido liberal, pois a 5 de janeiro de 1878 subia ao poder o liberal futuro visconde de Sinimbu. A partir desse gabinete até 20 de agosto de 1885, quando os conservadores voltam ao poder sob a presidência do barão de Cotegipe, os liberais se revezam no poder, trocando de presidentes de conselho 6 vezes. Alguns historiadores denominam esse período como o do "Rosário" de gabinetes liberais. Como não era surpresa Jeremoabo perdeu todas as eleições nesse período. Já na 17^a legislatura (1878-1881) foi derrotado. A partir daí até o ressurgimento do gabinete conservador em 1885, dividiu seu tempo entre seus engenhos Regalo e Camuciata. É do primeiro que impossibilitado de uma reação, contenta-se em criticar a política do visconde de Sinimbu; "... Como marcha a política liberal do nosso país. O Cansação, bancarroteiro, continuando no governo, e por ser do agrado do nosso rei. Os liberais esforçam-se por desmoralizarem as nossas instituições, e conseguem porque os maus exemplos ficam..."⁵⁸

Foi nesse ínterim (1878-1885) que Cícero Dantas sofreu maior oposição de seus primos liberais que nessa época eram liderados pelos irmãos Manuel Pinto de Souza Dantas (o conselheiro Dantas) e João dos Reis de Souza Dantas. O primeiro como já vimos tinha projeção nacional, inclusive chefiando um gabinete no período de 1884-1885, o segundo ficou responsável pela liderança política dos liberais no nordeste da Bahia.

João dos Reis de Souza Dantas e seu filho homônimo foram protagonistas de uma disputa eleitoral com o barão de Jeremoabo por uma vaga de deputado geral no ano de 1884 pelo 9º distrito, que era a zona de influência dos Dantas Conservadores. Vale a pena tecer alguns comentários a respeito dessa eleição, pois nos parece ser um bom exemplo de como se processavam as eleições no regime imperial; além de nos dar algumas pistas de como se comportavam dois chefes políticos locais em momento de desavenças. Antes disso é válido fazer um rápido resumo biográfico do representante liberal da família na província para melhor podermos contextualizá-lo dentro da estrutura centralizada do estado imperial e assim perceber seu real poder de mando.

Nasceu João dos Reis de Souza Dantas a 6 de janeiro de 1828, no “Engenho Itapororocas”, município de Inhambupe. Formou-se em direito, em 1857, pela Faculdade de Recife e logo após de formado iniciou sua trajetória política pela magistratura, ocupando os cargos de: promotor de Inhambupe, juiz municipal e de órfãos de Tucano e Pombal e juiz municipal de Jeremoabo e de Alagoinhas. Da magistratura ingressou na política. Começou como deputado provincial para onde foi eleito da 10ª à 13ª legislatura (1854-1861); 17ª (1868-69); e 23ª à 27ª (1880-1889). Não chegou a atingir a política nacional, mas na esfera provincial chegou ao máximo que se podia alcançar na carreira política, foi vice-presidente de província durante vários mandatos e assumiu a presidência no período de 5 de janeiro a 29 de março de 1882.⁵⁹

O seu prestígio na década de 80 estava vinculado a grande força que seu irmão possuía na corte, inclusive junto ao imperador, tanto que chegou a ser presidente da sua própria província natal, em uma época em que uma das estratégias políticas do governo era a de nomear para o cargo máximo do executivo provincial, apenas políticos que não fossem filhos da terra, procurando evitar, desta maneira, um vínculo mais forte entre o escolhido, para um cargo que era considerado uma das peças-chaves do processo eleitoral.

Em relação aos potentados locais sua nomeação foi uma exceção pois se essa prática se generalizasse, certamente, a política centralizadora do estado imperial sofreria uma brecha. Desta maneira a política adotada pela Coroa em relação aos presidentes de província, na maioria das vezes, era a da transitoriedade e rotatividade. Pouco tempo eles permaneciam nos car-

gos e chegavam a presidir três a quatro províncias. Em um caso extremo Herculano Ferreira Pena, chegou a administrar oito províncias diferentes.

Mas a realidade é que estando o presidente de província no exercício do poder exercia-o de fato e de direito, procurando satisfazer o partido que ele representava e os candidatos por ele indicados. Para atingir esses objetivos os limites da lei muitas vezes eram ultrapassados. Jeremoabo pressentindo uma derrota de seus candidatos tenta se articular: "... A eleição Provincial já foi marcada para o 3º domingo de novembro; naturalmente meus candidatos não farão parte da chapa, se houver, porque o sr. Lucena (presidente da província) hostiliza principalmente ao Melo e Agripino; portanto desde já ficas prevenido para ambos no teu colégio serem os mais votados, a fim de que possa eu incluí-los no terço, o que não será difícil se contar com teu apoio e de outros amigos. Não convém porém publicidade porque o Lucena tomará as providências a tempo de derrotar-me. Os outros dois, são o Quinquim e José Olímpio..."

60

Voltando as eleições de 1 de dezembro de 1884 em que o barão disputou uma vaga a 19ª legislatura, penúltima do império, com seu primo João dos Reis de Souza Dantas Filho, observamos que em junho desse ano ele já estava sem esperanças de uma possível vitória. Afinal seu primo liberal estava presidindo o 32º Gabinete, formado a 6 de junho, e seu representante na província, seu irmão João dos Reis de Souza Dantas, era o vice-presidente e pai do candidato oficial; dizia inconformado: "Esquecia de chamar a tua atenção para o candidato do infeliz 9º distrito... tem descido muito nossa infeliz província e sobretudo o nosso infeliz distrito..."⁶¹

O 9º distrito era a zona de influência do grupo conservador da família Dantas. Era composto de 13 paróquias.⁶² Nessas o barão de Jeremoabo, mesmo seu partido estando afastado do poder, tinha o domínio da maioria dos eleitores. Como não era praxe ser aceito pelo partido situacionista, candidatos que não fizessem parte de suas fileiras, logo se providenciavam meios que impedissem uma possível vitória, ou, melhor dizendo, um reconhecimento de um candidato opositorista, mesmo que esse obtivesse um maior número de votos. Vale ressaltar que essa prática era usada tanto por membros do partido liberal, como do conservador, pois o importante era conseguir uma maioria para garantir o bom funcionamento do parlamento. O exemplo que aqui será citado não pretende demonstrar nem provar a desonestidade de um partido, em detrimento de um comportamento "ilíbado" de outro. A intenção é expor uma prática comum a ambos, tentando entender um pouco o desempenho dos atores que a representavam.

O nosso informante, o próprio barão de Jeremoabo, através de um artigo escrito na *Gazeta da Bahia*, a 18 de dezembro de 1884, intitulado: “A eleição do 9º Distrito”, nos dá uma série de informações a respeito das eleições ocorridas no dia 1 de dezembro, em todos as paróquias de sua influência, descrevendo-as nos mínimo detalhes. Sua narração, apesar de poder esconder alguns aspectos importantes talvez por conveniência política, é significativa no sentido de ser um testemunho de uma época, como ele mesmo diz:

As violências e fraudes que deram-se em algumas freguesias do 9º distrito na eleição de 1º do corrente, em que fui candidato, devem passar ao domínio da publicidade. É o que vou fazer, sob minha responsabilidade, para que a verdade não seja envolta no mistério, ou posta a falsidade.

Testemunho ocular das ocorrências na vila do Bom Conselho, é por onde principio. Constituída a mesa eleitoral no dia 30, como consta da respectiva ata, foi aceito o meu fiscal capitão Aristides da Costa Borges.

No dia seguinte, 9 horas da manhã em ponto, com os eleitores meus aliados e amigos – em número de 91, dirigi-me a casa da câmara municipal, e ali nos conservamos até 10 ¼ horas da noite sem que aparecessem o presidente e membros do colégio eleitoral.

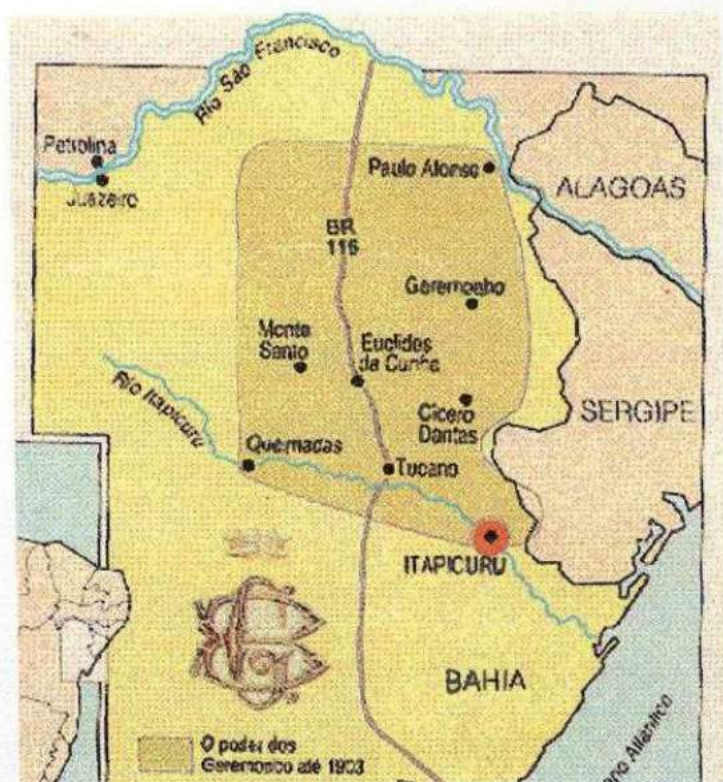
Era uma hora da tarde, quando um eleitor liberal nos comunicara ter sido convidado pelo juiz de paz Inácio Francisco Soares para assinar a eleição que estava feita em casa do professor Francisco Soares e Silva, onde estava hospedado o Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas, irmão do presidente do Conselho, vice presidente da província, e pai do candidato oficial.

Apenas mediando o tempo de ser, às pressas, feita uma petição, assinada pelo capitão Aristides e outros eleitores, dela foram portadores para o 1º juiz de paz o eleitor José Severo de Menezes e outros para que lhes declarasse se vinha ou não à eleição.

Nem ao menos foi recebida, quanto mais despachada. O juiz de paz, procurando o interior da casa do professor ali encerrou-se, e não houve mais quem lhe pusesse os olhos durante aquele dia.

Burlada em parte essa providência, outra petição fez o capitão Aristides e pessoalmente levou ao juiz de Direito Napoleão Simões de Oliveira, que também estava na aludida casa, dirigindo a tropa com o irmão do presidente do conselho.

O fim dessa petição era a certidão da fala da eleição, que constava esta transcrita nas notas do tabelião Alexandre Rodrigues, e um protesto contra os membros da mesa no edificio legal. Depois de haver declarado o juiz de direito (Sic): que só despacharia em casa, e que para ali iria quando bem quisesse, às 3 horas da tarde mandou leva-la despachada na casa da câmara onde permanecíamos.



Mapa representando a zona de influência política do barão de Jeremoabo no nordeste da Bahia . No império essa área correspondeu politicamente ao 4º e 9º distritos. Foto da revista VEJA.

Só a noite e com dificuldade foi encontrado o tabelião, que certificou negativamente, deixando claramente entrever que procedeu-se a eleição clandestina, mas que não foi transcrita. E por demais já era essa certidão, porque na sala da câmara municipal estávamos eu e os meus amigos e aliados assinando o protesto que, no livro de notas do tabelião companheiro fizemos inserir protesto que logo na manhã do dia seguinte, foi lido pelo juiz de direito, que pressuroso pediu o livro para lê-lo com o sr. dr. João Dantas.

Somente a atitude enérgica de não arredar pé da câmara, foi que deu lugar a abortar o plano de uma eleição clandestina (se é que abortou) igual a que se disse ter havido em julho de 1882 para vereadores e juizes de paz, em que o partido conservador, tendo sensível maioria, nem um imediato pode fazer.

O sr. dr. João Dantas julgou que, com promessas, corrupção, ameaças ou com sua presença sultânica, pudesse aliciar ou aterrorizar o eleitorado conservador, mas iludiu-se, e apesar do seu poderio e pujança, e de vir expressamente ferir combate, desertou, pois ao passo que as suas fileiras rarefaziam-se, as do lado adversário engrossavam.

Em tais apuros, pela certeza da derrota estrondosa, ordenou à mesa unânime que não comparecesse no dia de eleição, para assim nulificar o excesso de votos que redundariam em meu favor.

Nas freguesias em que o eleitorado conservador teve maioria, foi a senha fazer-se a eleição clandestina. Mas como nem em todas as mesas unânimes, o plano também abortou...⁶³

Estava errado o barão quando disse que “o plano também abortou.” Perdeu as eleições para seu primo por uma diferença de 24 votos apenas. Apesar dessa narrativa ser um pouco extensa achei interessante transcrevê-la, pois ela nos revela características importantes das eleições nos tempos do império. Fala da qualificação e do voto, duas ações que geralmente se faziam acompanhar da violência. Fala da câmara e seu papel na realização das eleições municipais. A composição da mesa eleitoral também está presente, afinal todos sabiam na época que o resultado das eleições muito dependia da organização delas. E por final toda a dissertação fala em fraude, insinuando a existência de eleitores manipulados e de contagem arbitrárias de votos. Eram assim que se realizavam as eleições, tanto para Luzias, quanto para Saquaremas.

A observação atenta da maneira como eram realizadas as eleições pelos dois principais partidos do império e a maneira como seus representantes agiam com o objetivo de garantirem a vitória, nos deixa claro que se haviam semelhanças ou diferenças entre ambos, não importava, pois no fundo existia interesses comuns que representavam a mentalidade conservadora de

uma época: ganhar as eleições e manter a posição econômica e social que lhes eram dadas pela terra e pelo braço escravo.

Os projetos de reforma eleitoral, discutidos com grande amplitude nas décadas de 70 e início de 80, foram vistos pelos conservadores, entre eles o barão de Jeremoabo com bastante cautela: “Amanhã entra na discussão o projeto de reforma eleitoral apresentado o ano passado, de que já tens conhecimento; a luta será grande. A maioria é sem dedicação. No Senado creio que ela não passará...”⁶⁴

Após a Lei nº 1082, de 19 de agosto de 1860, que estabeleceu eleições indiretas por círculo de três deputados, só surgiu outra modificação em 1875, como a lei do terço ou representação das minorias. Esta já surgiu impulsionada pela corrente liberal, que a esta altura tornava-se difícil de se conter. Desde 1869 que eles não mais queriam aceitar dois tipos de eleitores: os de paróquia e de província. Os primeiros encarregados de eleger os eleitores de províncias, e estes os deputados e senadores. Exigia-se eleições diretas na corte, nas capitais das províncias e cidades com mais de dez mil habitantes.

Se essa lei surgiu no contexto do renascer liberal, não foi feito porém por um deles. Coube a tarefa ao visconde do Bom Conselho, José Bento da Cunha e Figueiredo, em 20 de outubro de 1875, que fora incumbido pelo imperador para realizar o programa proposto pelos liberais em 1869. O ponto principal dela será a representação das minorias, com um terço de votos a ela reservado, no escrutínio incompleto, novamente alargando o círculo para toda a província.

Apesar da reforma ter sido feita pelos conservadores, “O Rio Branco espera mesmo ali triunfar porque o negócio é do ato...”⁶⁵; já que a estratégia deles era usarem as próprias propostas dos liberais, como meio de melhor controlá-las; o barão de Jeremoabo não gostou da reforma: “Discute-se a reforma eleitoral e vamos ter eleição por Província, porque até alguns oposicionistas adotam-no!!! Marchamos para o Regresso...”⁶⁶

Apesar dos liberais terem sido os incentivadores da nova lei, as primeiras eleições realizadas sob a vigência dela não deu o resultado esperado nas urnas. Em um império que predominava a situação conservadora, os liberais só conseguiram eleger 16 deputados, em lugar dos 25 que lhes cabiam.

Porém a negociação feita por Rio Branco não foi suficiente para conter a avalanche liberal; fracassara. Os luzias queriam dar o golpe magistral; reivindicavam o círculo de um deputado e a eleição direta. Esta ajudaria a resgatar um pouco a verdade eleitoral. Era inevitável que fosse posta em prática e o próprio imperador pessoalmente assumiu a direção dos acertos,

destituindo o gabinete conservador, e em seu lugar, colocando os liberais Sinimbu (1878) e Saraiva (1880-1882). A reforma tão desejada foi aprovada neste último gabinete em 9 de janeiro de 1881 e recebeu o nome de seu executor, “Lei Saraiva”.

O projeto que a princípio parecia tão liberal, no fundo respaldava os privilégios da elite, mantendo fora do sistema político a participação popular. A Lei nº 3.029 trouxe dois propósitos: instituiu a eleição direta, excluindo o analfabeto e elevou o censo de 200 \$ para 400\$000.

Jeremoabo, apesar de estar politicamente afastado do poder no gabinete que executou a eleição direta, fez coro a seu favor sete anos antes dela entrar em vigor: “... não só os liberais, como muitos conservadores, já se tem manifestado pelas eleições diretas...”⁶⁷ Muitos conservadores, inclusive ele. Pelo andar da carruagem sentiu a necessidade de se aprovar uma lei dita liberal. Essa concessão serviria para aliviar as pressões dos setores urbanos liberais e até territoriais, que movidos pelas novas conjunturas econômicas da segunda metade do século XIX, pregavam um liberalismo que para ser aplicado na realidade política-social-econômica do império brasileiro, só podia estar revestido de um caráter utópico e demagógico. O espírito conservador, que o barão de Jeremoabo possuía e era comum a todos, em relação aos interesses econômicos, de manutenção dos privilégios e do status quo, foi satisfeito: o povo passaria a votar diretamente, mas não todo ele, apenas aqueles que fossem capazes de falar em nome dos interesses político-econômico agrários dos senhores, pois os setores médios urbanos da sociedade, e muito menos os escravos não poderiam votar, ou seja, estavam excluídos da cidadania do estado imperial.

As medidas tomadas pelo governo imperial em relação as reformas eleitorais foram atitudes conciliatórias para conter o impeto das novas forças sociais que iam surgindo. O mesmo tratamento procurou dar as campanhas abolicionistas que a partir do final da década de 1860 começaram a se intensificar.

A questão não era só política, por traz dela vinham questões econômicas como conflito de interesses entre a velha aristocracia escravista e a nova cafeeira do Oeste Paulista. Também não podemos esquecer o processo de diversificação social que se caracterizou na segunda metade do século XIX devido a modernização e urbanização que principalmente as províncias do sul vinham experimentando.

A classe conservadora da província da Bahia, do qual o barão era um representante já estava há muito tempo decadente e excluída do desenvolvimento econômico que os conservadores do sul vinha experimentando. A expansão da lavoura cafeeira introduzira, na prática sócio-econômica, a transição do escravismo colonial para um modo de produção efetivamente

capitalista, com o uso do assalariamento do trabalhador imigrante. Ao mesmo tempo, nas áreas decadentes da economia nordestina, a própria perda de lucratividade vinha impossibilitando aos fazendeiros a manutenção de seus escravos, que eram vendidos às áreas cafeeiras do sul ou transformados em moradores, colonos e outras formas de relacionamento não escravista.

É nesse contexto de decadência econômica, de estagnação da economia açucareira nas províncias do norte que o barão de Jeremoabo, juntamente com o seu sogro Antônio da Costa Pinto (Conde de Sergimirim) e Antônio da Costa Pinto Júnior (Visconde da Oliveira) fundaram o Engenho Central do Bom Jardim, o primeiro do norte e nordeste e o quinto do país; “...Inaugurou-se o nosso Engenho Central no dia 21 de janeiro de 1880. Ainda há obras para concluir, mas era preciso aproveitar a safra que estava se perdendo. Tem feito ótimo açúcar, o trabalho é bonito; despesas excessivas, pessoal crescido...”.⁶⁸

Algumas considerações são necessárias serem feitas a respeito do grande projeto do “Bom Jardim” engendrado por Jeremoabo, pois ele significou a tentativa final da velha elite aristocrática baiana em conservar seus privilégios. Nas últimas décadas do império o barão agiu e viveu, preocupando-se em manter a supremacia de sua classe.

Na década de 70 do século XIX haviam duas realidades distintas em termos econômicos-financeiros. As províncias do sul progrediam e as do norte decaíam. O comércio bancário da corte em grande expansão, fomentado pelos capitais livres que eram utilizado no tráfico, permitiu ao fazendeiro do Vale do Paraíba aumentar suas lavouras, e pagar pelo preço do escravo que com o fim do tráfico tinha dobrado, podendo desta maneira equilibrar seus débitos. As colheitas foram aumentando, a partir da década de 50 e no decorrer da de 60, incentivadas pelo bom preço.

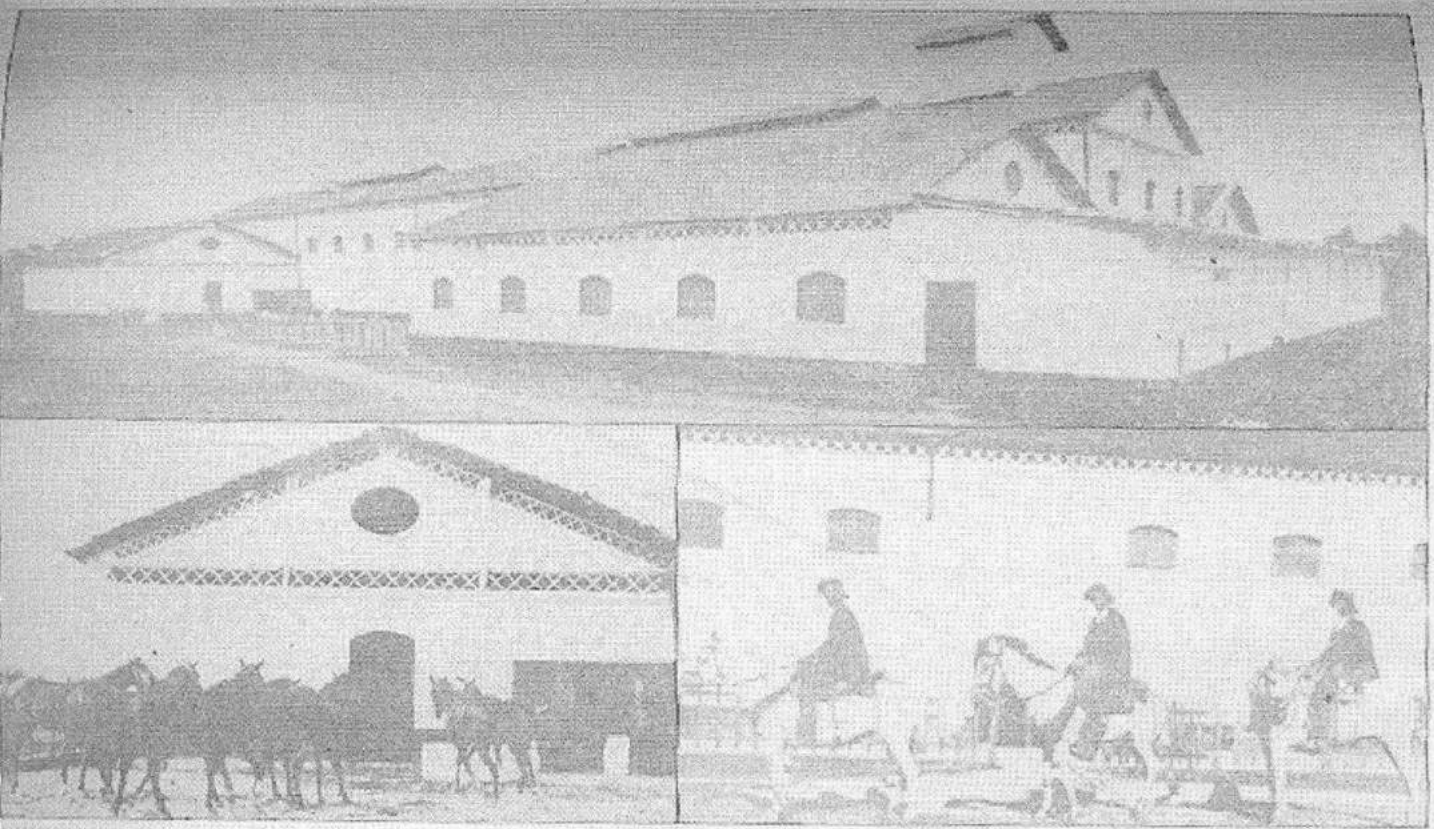
Já no norte a falta de dinheiro na praça, a concorrência dos produtores externos e a gradativa perda da sua força de trabalho conduziu o mais importante produto da economia colonial a decadência completa. A agricultura do norte, respaldada pelos comissários, no fim do tráfico, em oposição ao sul, não conduzia suas rendas livres às plantações. Enquanto, ainda no fim da década de 50 e começo da de 60, o Banco da Bahia destinava algumas verbas para as plantações, nenhum empréstimo se fez diretamente, com garantia hipotecária, reduzindo esse mecanismo ao âmbito da décima urbana, em decorrência da precária legislação do império. ⁶⁹A lavoura do nordeste ficou excluída dos investimentos, e condicionou-se as oscilações do mercado internacional, perdendo a capacidade de garantir os empréstimos que fizesse. Todos chegaram a conclusão que a atividade do açúcar não era mais rentável com o alto valor do escravo, vendido com mais frequência para as fazendas de café.

A família Costa Pinto e o barão de Jeremoabo em uma última tentativa de manterem sua posição econômica que ha muito já vinha sendo abalada entram com todas as suas forças no projeto do Bom Jardim, "...constantes acusações a minha Província, de inerte a rotineira, sentir pulsar o coração e procurei meios de sufocá-los ou desmenti-los..."⁷⁰ Aproveitando-se da primeira lei provincial, de 1874, que subvencionou a concessão de construção de fábricas centrais, e a aprovação do decreto legislativo de 5 de novembro de 1875, que assegurava a garantia de juros aos engenhos centrais, com o Banco Hipotecário, os principais sócios do projeto (família Costa Pinto e Jeremoabo) apostaram na união dos setores privados e estatal como único meio de assegurar a sobrevivência da exportação agrícola. O plano de garantia de juros sobre o capital utilizado para a construção das usinas ficou fixado em 7%.⁷¹

Em 1876, a família Costa Pinto, recebeu a concessão imperial para a construção da usina, com a garantia de 7% de juros sobre 700\$000 a serem investidos no projeto da Fábrica Central do Bom Jardim, a ser construída no reduto do mesmo nome, pertencente aquela família. A 22 de outubro de 1877 foi celebrado no Rio de Janeiro o contrato com a firma francesa de Fiveslille, que possuía substancial experiência nos negócios de usinas de açúcar. Este foi assinado pelo representante da companhia no Brasil e pelo deputado geral Cícero Dantas Martins, procurador do grupo Costa Pinto.⁷²

Após todas as dificuldades com o transporte, mão-de-obra escrava e imigrantes, impostos altos, falta de combustível, a Fabrica Central do Bom Jardim foi inaugurada solenemente no dia 21 de janeiro de 1880 e Cícero sentindo-se realizado, apesar das dificuldades, põe José Gonçalves a par dos acontecimentos, "...Pouco faremos este ano porque não podemos moer de noite por falta de combustível, pois não há lenha que chegue, só carvão de pedra, e para o transporte deste só a cansada estrada de ferro de Santo Amaro..."⁷³

O Engenho Central do Bom Jardim foi concebido, cresceu e decaiu envolto nos problemas macro-econômicos da decadente economia açucareira. Ainda antes de entrar em funcionamento Jeremoabo já se queixava laconicamente: "Os sacrificios foram enormes e Deus no protegerá..."⁷⁴. Cinco meses após a abolição reclama de como essa nova condição social contribuiu ainda mais para os problemas da Bom Jardim: "...Vou da pior forma e só deixarei de naufragar pela fé que tenho em Deus e nos meus esforços...Esta safra ainda alguns engenhos, na futura poucas. A fome bate a porta, e os assaltos e roubos tomarão o lugar..."⁷⁵ e finalmente o veredicto final: "...concluimos nosso negócio no banco, passando 300 contos para a carteira agrícola, tirando cada um de nós 100 contos, e o restante ficou na carteira Comercial ao juro por ano..."⁷⁶



ANTIGA SEDE DA USINA BOM JARDIM

(aspectos externos)

Sede do Engenho Central do Bom Jardim, inaugurado no dia 21.01.1880, pelo barão de Jeremoabo, em sociedade, com seu sogro Antônio da costa Pinto (conde de Sergimirim) e seu cunhado Antônio da Costa Pinto Júnior (visconde da Oliveira). Este Engenho Central foi o primeiro do norte nordeste e o quinto do país. Foto de Manuel Figueira, Álbum...,pp.470,1930.

O “negócio no banco” a que se refere Jeremoabo, diz respeito as transações feitas pelos associados do Engenho Central do Bom Jardim, no pagamento das dívidas e na efetuação da venda da usina. Pang endossa os problemas relacionados por Jeremoabo em diferentes períodos e reporta-se a esse momento: “...impossibilitados de moer bastante cana, profundamente endividados e tolhidos pela escassez de matérias primas, os principais donos da usina preferiram vender Bom Jardim à Companhia Agrícola Usinas e Terras, representado pelo banco emissor da Bahia, e pela Companhia Industrial e de Melhoramentos da Bahia. Um preço total de 400 contos (Bom Jardim com suas 40 tarefas de terras e 17 quilômetros de estrada de ferro e o engenho Bom sucesso com 735 tarefas de canavial, foi pago aos principais dos Costa Pinto – a condessa de Sergimirim, ao visconde de Oliveira, ao barão e baronesa de Jeremoabo...”⁷⁷

Da lembrança do mega-empreendimento ficou-lhe a concessão do título, um dos pressupostos que sustentavam o princípio conservador, dados pela nobreza e o esplendor que ela trazia em volta de si. Passou a assinar Barão de Jeremoabo a 16 de fevereiro de mil oitocentos e oitenta. O imperador agradeceu-lhe a sua gentileza por ter recebido o primeiro saco de açúcar refinado pela fábrica. Jeremoabo não tinha perdido tempo, passados onze dias de inauguração do Engenho, tratou do reconhecimento imperial, lembrando os velhos tempos em que sua classe representava um dos principais sustentáculos da coroa, apoiando a iniciativa de seu cunhado, o visconde da Oliveira, que em carta ao Cons. João Ferreira de Moura recomendava; “...Ao Catilina mando 3 amostras para lhe remeter, a saber uma para V. mandar entregar ao imperador; uma para V. e a outra para também mandar entregar ao Sinimbú, desculpe fazer essa remessa por seu intermédio...”⁷⁸

Em forma de reconhecimento pelos serviços prestados a lavoura do país D. Pedro II concedeu títulos nobiliárquicos ao visconde de Sergimirim, que passou a conde, o barão da Oliveira, que passou a visconde e ao bacharel Cícero Dantas Martins que foi feito barão de Jeremoabo. A reação do novo barão a notícia foi um misto de surpresa e agradecimento, “...jamais pensei de ser titular, e se fosse ouvido previamente declinava da honra; hoje o que fazer? Colocaram-me entre a espada e a parede, e fizeram do teu compadre tabaréu fidalgo. É assim este mundo. O pior é que não posso manter a posição; corre isso por conta de quem teve a idéia. Confessei-me agradecido ao governo...”⁷⁹

As constantes migrações dos escravos das províncias do norte para as do sul, a campanha abolicionista e o desfecho desta com o 13 de maio não apenas prejudicaram Jeremoabo nas seus negócios do Bom Jardim, desestruturaram todas as suas economias e contribuíram para a modificação de sua visão do poder. Não podia entender, sendo ele um conservador, represen-



Fotografia do Engenho Central do Bom Jardim, com a casa contígua, ao antigo engenho Bom Sucesso. Esta foi residência do visconde da Oliveira, cunhado do barão de Jeremoabo e pertenceu a seu tio materno e sogro João Ferreira Lopes, construído por volta de 1840. Na varanda o comendador Bernardo Martins Catharino proprietário na época, com a família e amigos. Arquivo Wanderley Pinho no IHGB. c. 1919.

tante de uma classe aristocrática que tinha suas origens na colônia e que sempre se sustentou no binômio terra-escravo e que foi durante muito tempo o ponto de equilíbrio da coroa imperial; que a própria filha do imperador desse o golpe final de uma maneira tão radical, sem meio termos, sem indenizações, sem um menor consolo. Amargurado, da Corte, escreveu sem mais nenhuma esperança ao velho amigo Gonçalves: "...Deves saber das grandes e inesperadas novidades deste mês pelo telégrafo. Passou a lei servil a vapor e sob pressão popular, de modo que toda resistência seria imprópria e até arriscada. Quis a princesa e chorem quem chorar... Estou cansado de repetir que o rei é tudo e a corte o Brasil. O resto é um rebanho de carneiros e as provas temo-las diariamente. Ficamos nós lavradores derrotados e até hoje medida alguma apresentou o governo para suavizar o mal causado. Nem indenizações nem serviços de ingênuos, nada. Amanhã tomarão a propriedade do mesmo modo. Estou acabrunhado e derrotado como os demais colegas. Até hoje não tenho notícias de nossas casas e avalio a debandada. Ainda havendo trabalhadores que nos fornece o dia para paga-los semanalmente. Muitas famílias, já eu tenho sabido estão caminhando e levando suas roupas. Isto não é governo..."⁸⁰

A última frase dita pelo barão no trecho da carta acima transcrita era a sentença final dada ao regime monárquico. Sentença, está, não só dada pela classe dos grandes proprietários, do qual fazia parte, mas também, por uma série de contradições internas e novas tendências ideológicas que foram surgindo e desgastando o império.

Era o começo da perda da sintonia com o poder. Não que estivesse vivido fora de seu tempo. Mesmo sendo um conservador, conseguiu conviver com o avanço liberal. Até foi capaz de unir-se com seus pares para juntos arquitetarem meios de freiar o avanço liberal. Foram, ainda hábeis o suficiente para não fazerem nada de modo radical, a sutileza foi o tom, por exemplo, que tinham dado a promulgação da lei do Ventre Livre em 1871.

Quando Jeremoabo decidiu apoiar a referida lei que tinha apenas uma aparente "humanidade" estava ciente das enormes vantagens que ela lhe assegurava, pois podia continuar mantendo os "ingênuos" como escravos durante o período de maior produtividade de seu trabalho, ou receber uma gorda indenização em dinheiro do estado. Ao escravo, mesmo, era destinado apenas aguardar o que a vontade de seu senhor lhe reservasse. E quanto aos liberais abolicionistas, esses ainda saíram satisfeitos dos debates parlamentares, achando que tinham dado um grande passo para o término da escravidão, tal a grita fingida dos velhos barões. A estratégia tinha sido perfeita, "...a direita (os senhores de escravos) ensaiara naquela ocasião a tática da tempestade em copo d'água. Seus elementos encançaram-se de tal forma, lançaram

de tal sorte o tumulto nos debates... que os abolicionistas acreditaram no avanço da medida, aplaudindo-a...»⁸¹

O mesmo se deu com a lei proposta pelo seu primo Manuel Pinto de Souza Dantas (conselheiro Dantas), mas que levou o nome de lei Saraiva-Cotegipe ou lei dos Sexagenários, em 1885. O compasso de espera conseguido pelos escravocratas arrefecendo os ataques dos abolicionistas não foi demorado. As campanhas se intensificaram e a camada dominante viu-se então forçada a novas concessões, que tinham por objetivo o mesmo da Lei do Ventre Livre, freiar o movimento abolicionista. Estabeleceram, então liberdade aos escravos de mais de 60 anos. Dessa vez o ridículo da lei foi tanto que não foi suficiente para freiar as radicais exigências de abolição completa que toda a nação defendia.

Jeremoabo e José Gonçalves se desesperavam de seus engenhos com a fuga de seus escravos sob o estímulo e a proteção dos abolicionistas. Nem mais podiam contar com o exército na captura dos fugidos que após a guerra do Paraguai se recusaram a prestar esse serviço. A única solução que encontraram foi a ajuda mútua dentro da própria classe: “...Ia escrever-te hoje mesmo por Joãozinho que segue para o colégio, respondendo a tua carta de 2 de dezembro do ano findo, quando me aparece o meu amigo Sr. Felix Maximiano de Magalhães de viagem para a tua casa e pedindo meu auxílio para capturar um escravo que foi ter a tua presença. Devo dizer-te que o Felix é nosso dedicado amigo, homem muito sério e trabalhador, digno de nossa proteção. Com muito gosto servia uma outra coisa quanto mais nisso. Diz ele que um homem de Vila Nova havia descaminhado o dito escravo e por isso deixava a casa. Ouves o Sr. Felix que é sério, e presta-lhe todo auxílio como a mim próprio. É o que basta e eu garantir-lhe que farias tudo e havia de prender o negro. O escravo diz ele que é excelente e até hoje por este desgosto vende-o, achando comprador. Eu pedir ao Sr. Felix para referir-te tudo quanto me disse. Tenho dito de mais para ti...”⁸²

Apesar do barão de Jeremoabo, visto aqui como representante saquarema, ter remado contra a maré na última década do império, tendo vivenciado, como membro da elite política, as grandes reformas e contradições pela qual a monarquia atravessou: as reformas eleitorais, as leis abolicionistas, a rebeldia do exército após a guerra do Paraguai; não deixou de ser um conservador. Em um manifesto escrito em 30 de outubro a propósito de sua recusa a ser candidato a deputado geral a última legislatura do império (1886-1889), deixou claro o seu pensamento que manteve inalterável por toda a vida: “...Filiado por índole e por herança ao partido cujo nome encima este manifesto devo-lhe (Ao Partido Conservador) e especialmente aos meus amigos dedicadíssimos uma satisfação neste momento solene em que sou obrigado a retirar-me



Maria Felismina Borges (Bia). Filha de escravos, nascida após a lei do Ventre Livre. Foi para o engenho Camuciata acompanhando d. Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas, nora do barão, quando do seu casamento em 1895 e lá faleceu em 1945.

das pugnas políticas, depondo as armas de batalhador para repousar do cansaço, que me exauriu de envolta com a robustez e a vitalidade corpórea as crenças e as esperanças, que são a força do espírito... »⁸³

Utilizando as terminologias de Justiniano José da Rocha⁸⁴, como parâmetro para nossa análise, Jeremoabo, até quando pôde, bem no início de sua carreira, na fase da reação conservadora (1840-1860), período por excelência saquarema, manteve-se em “Ação”; no período da conciliação (1853-1858) soube processar a “Transação” e no renascer liberal (1860/70), período em que realmente assumiu sua independência política, buscou um equilíbrio, mais não perfeito, pois sempre que necessário fazia pender a balança para um lado, o qual foi: “filiado por índole e por herança”⁸⁵: o partido conservador.

Quanto a situação do regime deixo que ele mesmo fale: “...Isto não é governo. A República vai ganhando terreno diariamente e a monarquia pagará não muito tarde os erros do governo pessoal. Devo dizer-te que com a monarquia não a possibilidade de reforma séria, os costumes estão corrompidos e pervertidos...”⁸⁶

O imperador tinha concordado com a retirada da sua força de trabalho, a mão de obra escrava, seus “braços e pernas”. A sombra de seu esplendoroso manto o deixou ao sol. Só lhe restou uma alternativa; aumentar o contingente de mãos que queriam puxá-lo. E foi o que se deu.

Atravessou a mudança de regime tranqüilamente, cuidando dos seus interesses locais: “...Não foi possível nomear o teu recomendado Dr. Florisbelo, promotor de Juazeiro. Estou com meu ex-juiz de Tucano as voltas e sem poder coloca-los...”⁸⁷ E no decorrer da República, recém instaurada, continuou suas práticas de nomeações e demissões? Caso positivo, utilizou-se dos mesmos procedimentos dos tempos do império? E sua visão de autoridade foi mudada com a queda da coroa e a ascensão da espada? Como se comportou em um estado que deixou de ser centralizado, para se tornar Federado? Se tornou realmente um Coronel? Nos próximos capítulos devem ser encontradas algumas respostas a tais perguntas.

NOTAS

1. MATTOS, Ilmar Rohlf. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.
2. Ibid. pp. 100-101.

3. Ibid. pp. 98-99.
4. PRADO JR, Caio. *A Evolução Política do Brasil e Outros Estados*, p. 89.
5. DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, p. 96.
6. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. RJ, 1964, p. 102.
7. Para uma visão global das posições dos diferentes autores, cf. José Murilo de CARVALHO – *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro, 1980, especificamente pp. 155-177. Ver Também MATTOS. op. cit., pp. 121-124.
8. Câmara dos Deputados. Sessão de 23 de janeiro de 1843. Rio de Janeiro, 1881, p. 347.
9. Além de Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai), formavam a “Trindade”, Rodrigues Torres, depois Visconde de Itaboraí e Eusébio de Queiróz.
10. MATTOS. Op cit., p. 124.
11. SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*, p. 76.
12. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX. Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, pp. 235-236.
13. SARAIVA, José Antônio. Discursos Parlamentares. Sel e intr. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978, p. 400-401.
14. Anais do Parlamento Brasileiro...Terceira Sessão Preparatória do ano de 1872, p. 217.
15. JEREMOABO. Caderno..., Op. cit. No vapor *Cotopaxi*, veio, também, Justina do Amor Divino, ex-escrava, alforriada pelo barão, para servir de ama de leite ao seu filho recém-nascido.
16. DANTAS, Jr. O Barão de Jeremoabo... Op. Cit., p. 31-32.
17. DANTAS Jr. O Barão de Jeremoabo... Op. cit. p 29-31.
18. Anais do Parlamento Brasileiro na Câmara dos Deputados. Primeiro ano da décima quarta legislatura. Sessão de 1869. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve L.C. Tomo 1, p. 123.
19. DANTAS Jr. O Barão de Jeremoabo... Op. Cit. p. 12.
20. JEREMOABO, Barão de. Manifesto: “ Ao Partido Conservador”, Jornal de Notícias, 31 outubro de 1885.
21. DIÁRIO DO BRAZIL. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1885.
22. JEREMOABO, Barão de. Manifesto: “ Ao Partido Conservador e aos Eleitores do 9º distrito”. Bahia, 29 de abril de 1886.
23. COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. pp. 305-307.
24. ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da

- atualidade política do Brasil*”. In três panfletários do segundo reinado, org. Raimundo Magalhães Júnior. São Paulo, 1965, p.216.
25. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.111.
 26. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Bom Conselho, 1 de setembro de 1865.
 27. COSTA. Op. cit. p. 38.
 28. CARVALHO, Jesuína da Costa Pinto Dantas de. Depoimento tomado na fazenda Camuciata, em junho de 1992.
 29. Para uma apreciação crítica de como a elite política foi treinada e educada para desempenhar suas funções públicas, ver o excelente trabalho de José Murilo de CARVALHO. *A Construção da Ordem...*, especialmente no capítulo 3.
 30. Mattos. Op. cit. p. 107.
 31. Ibid. p. 107.
 32. Carta de José Gonçalves ao Barão de Jeremoabo. Piabas, 27 de novembro de 1890.
 33. *Anais da Câmara dos Deputados de 1872*, págs. 32 e seguintes, Vol I.
 34. INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. *Organização e programas ministeriais, regime parlamentar no império*. 3º ed. Brasília, Departamento de documentação e divulgação, p.162.
 35. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Corte, 12 de junho de 1872.
 36. Ibid.
 37. JEREMOABO. Barão de. Circular. Bahia, 16 de dezembro de 1887.
 38. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Corte, 17 de junho de 1874.
 39. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Madre de Deus, 19 de março de 1880.
 40. URUGUAI, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio: Tipografia Nacional, 1862, Tomo II, p. 151, nº 2.
 41. Para maiores detalhes da ligação familiar de Manuel Pinto de Souza Dantas com o Barão de Jeremoabo, ver o capítulo 1 deste trabalho.
 42. Muitos dados sobre os cargos políticos ocupados por Manuel Dantas foram tirados de WILDBERGUER, Arnold. *Os Presidentes de Província da Bahia – efetivos e interinos. 1824-1889*. Salvador: Tipografia Tourinho, 1893, p. 420.

43. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Madre de Deus, 19 de março de 1880.
44. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Corte, 20 de maio de 1873.
45. Carta do Barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Regalo, 18 de junho de 1884.
46. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva, 12 de junho de 1872.
47. FAÓRO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. 9ª Ed. São Paulo: Globo, 1991, pp. 389-390.
48. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Corte, 12 de junho de 1872.
49. Ibid.
50. Ibid.
51. Ibid.
52. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Corte, 13 de agosto de 1877.
53. CARVALHO. Op cit., pp. 124-125.
54. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Corte, 17 de junho de 1874.
55. Ibid.
56. Ibid.
57. No 1º capítulo deste trabalho dou mais detalhes e faço uma análise mais aprofundada das circunstâncias que levaram a família Dantas a cisão.
58. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Regalo, 31 de maio de 1879.
59. WILDEBERG. Op. cit., pp. 480-482.
60. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Corte, 13 de agosto de 1877.
61. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Regalo, 18 de junho de 1884.
62. O 9º distrito era formado pelas seguintes paróquias: Nossa Senhora da Saúde da Missão, Nossa Senhora do Livramento do Barracão, Nossa Senhora da Conceição de Nova Soure, Nossa Senhora do Amparo, Santana do Tucano, Santíssimo Coração de Jesus do Monte Santo, Nossa Senhora da Conceição da Raso, Santa Tereza do Pombal, São João Batista de Jeremoabo, Santo Antônio da Glória, Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, Santíssima Trindade de Massacarã e Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão.
63. JEREMOABO, Barão de. *"A Eleição do 9º distrito"*. Gazeta da Bahia. 18 de dezembro de 1884.
64. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Corte, 17 de junho de 1874.
65. Ibid.
66. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Corte, 3 de junho de 1875.
67. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Corte, 17 de junho de 1874.

68. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Corte, 10 de fevereiro de 1880.
69. AZEVEDO, Thales de. S. Lins. E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia. 1858-1958*. Rio, José Olympio, 1959, p. 16 e 35.
70. DANTAS JR, João da Costa Pinto. *O Barão de Jeremoabo (Dr. Cícero Dantas Martins) 1838-1938*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1939, p. 27.
71. PANG, Eul-Soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana. Alguns Aspectos de sua História. 1875-1891*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1979, pp. 40-42.
72. Para informações mais detalhadas a respeito da História do Engenho Central do Bom Jardim ver o trabalho do brazilianista Eul-Soo Pang. Op. cit.
73. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Regalo, 10 de fevereiro de 1880.
74. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Regalo, 12 de dezembro de 1879.
75. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Regalo, 27 de outubro de 1888.
76. Carta do Barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Regalo, 8 de outubro de 1889.
77. PANG. Op. cit., pp. 56-57.
78. Carta do visconde da Oliveira ao cons. João Ferreira de Moura. Bom Sucesso, 2 de fevereiro de 1880.
79. Carta de Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva. Madre de Deus, 19 de março de 1880.
80. Carta do Barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Corte, 30 de maio de 1888.
81. SODRÉ, Nelson W. e outros – “*História Nova do Brasil*”, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1964, Volume 4, p. 34.
82. Carta do Barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 22 de fevereiro de 1887.
83. JEREMOABO, barão de. *Manifesto ao Partido Conservador*, Bahia, 30 de outubro de 1885.
84. ROCHA. Op. cit.
85. JEREMOABO. Manifesto. Op. cit.
86. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Regalo, 8 de outubro de 1889.
87. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 20 de novembro de 1889.

PARTE II - DE BARÃO A CORONEL

CAPÍTULO 3 – CORONELISMO, ORDEM PÚBLICA E PRIVADA

3.1. UMA NOVA ORDEM QUE SURGE

A proclamação da República, da maneira como se processou causou surpresa a todas as províncias do Império. A elite política imperial já contava com o novo regime, mas avessa a movimentos radicais esperava que ele entrasse em vigor gradativamente, como o barão de Jeremoabo pensava, não da noite para o dia: “... A mudança de governo não me surpreendeu e nem te devia também; a surpresa foi a presteza e o modo porque se efetuou...”¹

A notícia da proclamação da República teve-a Jeremoabo viajando no interior do Estado. Desde junho de 1889 já havia regressado da Corte, pois a Câmara havia sido dissolvida nesse mês, sendo convocada outra somente para 20 de novembro. Já contava com o advento da nova forma de governo, “senão tão próxima, porém não muito remoto...”²

A instalação do novo regime, deixou a classe política de todo país insegura. Os políticos sentiam o desgaste da monarquia e percebiam as conjunturas que lhes eram desfavoráveis, “...A eleição direta está desmoralizada, como a indireta e devo dizer-te que com a monarquia não ha possibilidade de reforma séria, os costumes estão corrompidos e pervertidos... As lágrimas que a princesa fez derramar com a lei de 13 de maio curtiu-as em um ano, seis meses e dois dias...”³; mas não podiam prever que o acaso se desse de maneira tão veloz.

A rapidez com que os militares derrubaram o regime não impressionou os políticos baianos, muito pelo contrário até os desprezaram nos primeiros momentos. O grupo dominante, liderado por conservadores e liberais não deu espaço em nenhum momento ao pequeno número de jovens, com idéias republicanas, liderados por Virgílio Damásio, Deocleciano Ramos, Cosme Moreira, Virgílio de Lemos, entre outros. O novo regime para a elite política local traria idéias avançadas e subversivas que poderiam desestruturar a organização tradicional do poder vigente. Conservadores e liberais só aceitaram a nova ordem 2 dias depois (17 de novembro), quando perceberam que a situação era irreversível.

Mesmo assim, o barão se mostra cauteloso, “...fiquei enojado ao ler a adesão em chusma de muitos até as vésperas de rojo aos pés da monarquia, da qual auferiram grandes vantagens...”⁴. Para ele, pessoalmente, a nova situação ainda tinha um agravante. Rui Barbosa ressurgia com força total; foi nomeado vice chefe do governo provisório e ministro da fazenda. Essa situação podia perpetuar o prestígio dos seus primos liberais, que na pessoa do conselheiro Dantas foram os iniciadores e grandes protetores de Rui na vida pública. Além do mais, Rui fora sempre inimigo inclemente dos conservadores e com Jeremoabo não mantinha relações nem de simples cumprimento. Tinha seus motivos, na eleição direta de 1 de dezembro de 1884, estando no poder o partido liberal, Rui fora derrotado por Inocêncio Góes, no 8º distrito, graças ao concurso decisivo que Jeremoabo prestou a este e na eleição a constituinte federal, Jeremoabo hostilizou-o abertamente.

Por essa razão o barão não gostou da atitude de seu amigo José Gonçalves que tinha telegrafado ao governo provisório dando o seu apoio imediato. Ele preferiu manter-se “...por cautela na expectativa simpática...”⁵, diante do turbilhão de nomeações e demissões que o governo provisório realizou em massa no princípio da República. Só na Bahia durante os primeiros dezoito meses, cinco governadores esforçaram-se para por em ordem a política do Estado.

Tendo o governo provisório marcado a data da primeira eleição do período republicano, 15 de setembro de 1890, para a composição da Assembléia Constituinte Nacional, os que estavam indecisos e meio inconformados com a confusão causada pela nova situação, perceberam que tinham que se decidir, caso contrário ficariam de fora do esquema de poder.

A realidade era que no princípio da República a Bahia não mais possuía lideranças expressivas. O barão de Cotegipe morrera em fevereiro, deixando uma grande lacuna, Jeremoabo registrou esse fato, “ O Barão de Cotegipe, Dr. João Maurício Wanderley, faleceu a 13 de fevereiro de 1889, às 9 horas da manhã, no Rio de Janeiro. Nasceu a 23 de outubro de 1815, na fazenda Brejo Grande, comarca do Rio São Francisco; cobriu-se de luto a pátria e o partido conservador”⁶; o conselheiro Dantas foi obrigado a se afastar da política atuante, da mesma maneira que seu filho Rodolfo Dantas; o conselheiro Saraiva elegeu-se senador federal, mas por problemas de saúde se afastou da militância política.

Os antigos membros dos partidos conservador e liberal passaram a ser liderados por políticos menos influentes: do lado liberal, tentando preencher o vazio deixado por Saraiva e Dantas; Almeida Couto, César Zama e João Ferreira de Moura passaram a liderar o grupo; do lado conservador; Luís Viana, Severino Vieira, José Gonçalves e Jeremoabo disputaram o comando do grupo.

Com o advento do novo regime o partido conservador e liberal são extintos. Era necessário organizar novas agremiações que fossem capazes de absorver os inúmeros políticos do império, que estavam a busca de novos partidos que lhe permitissem novamente o acesso e a permanência no poder.

O objetivo deste capítulo é o de fazer um paralelo entre as transformações que ocorreram com a mudança do regime e as que se deram no comportamento político de um líder conservador do império: o barão de Jeremoabo. Também procuraremos perceber as permanências, ou seja, as práticas de fazer política por ele mantidas, em um novo contexto definido pela constituição de 24 de fevereiro de 1891.

A república dos Estados Unidos do Brasil foi constituída por uma federação de vinte Estados, aos quais se concedia ampla ‘autonomia’, econômica e administrativa, governada por um presidente eleito diretamente pelo povo, com um mandato de quatro anos de duração. Para auxiliar o chefe do poder executivo, seria nomeado um ministério, de sua livre escolha, somente perante ele responsável. Podia o presidente determinar a intervenção federal na administração dos Estados.

Os membros do Congresso Nacional, órgão do Poder Legislativo, composto pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados, também seriam eleitos diretamente pelo povo, com a diferença, porém, de que a representação dos Estados e do Distrito Federal seria igual no Senado – três senadores para cada um, durante o mandato de nove anos – e proporcional à população na Câmara, onde o mandato era de dois anos.

O Supremo Tribunal Federal era o órgão superior do poder judiciário, composto ainda de juizes federais e de direito, sendo mantida a instituição do júri.

Por trás das frias linhas da primeira constituição republicana, traçadas a partir do anteprojeto do Governo Provisório e revista e um tanto modificada pelo então ministro da Fazenda Rui Barbosa, estão questões básicas para entendermos as mudanças estruturais que se processaram com o advento da República.

Essas modificações podem ser resumidas a princípio no significado real da transformação das províncias unitárias substituídas pelos estados federados. O sentido dessa mudança é a de que a partir da proclamação da República os chefes dos executivos estaduais passaram a ter mais autonomia, se desvencilhando da estrutura extremamente centralizadora do governo imperial. Como o barão de Jeremoabo, um líder político saquarema, por excelência, que durante todo o regime imperial manteve-se fiel à proposta conservadora de manutenção e reprodução dos privilégios da classe senhorial,

do qual era um representante, adaptou-se a essas mudanças? O que suprimiu nas suas práticas conservadoras para se adaptar as novas conjunturas? Ou assim não procedeu, apenas burilando para melhor conviver com o novo sistema, republicano e federalista? Respondendo a essas questões veremos surgir pois, passo a passo, a nova e velha faceta de um barão coronel.

O fenômeno do coronelismo não pode ser colocado como uma prática política que surgiu a partir da implantação do novo regime; muito pelo contrário ele foi concebido e amadurecido ainda nos tempos da colônia, com a consolidação do poder privado no Brasil. Neste sentido pode ser considerado uma prática arraigada. A novidade seria, então, o aprimoramento do fenômeno que encontrou na descentralização política trazida com a República, leia-se federalismo, condições para se expandir com características e conceitos bem próprios, peculiares a uma época, a da primeira República.

Antes de entrar propriamente na análise da atuação política de Jeremoabo e da transformação e manutenção de suas práticas em relação ao novo poder, é preciso fazer uma pequena contextualização histórica das raízes do coronelismo no Brasil e tecer algumas considerações a respeito das diferentes abordagens históricas dedicadas ao tema, com o objetivo de melhor situar o nosso objeto de estudo e também ter mais subsídios para nossas conclusões.

3.2 RAÍZES DO CORONELISMO E A DUALIDADE DA ORDEM PÚBLICA E PRIVADA

As origens do coronelismo remontam a colônia. Modelo sócio-político, com ingerências econômicas, o fenômeno não foi uma característica única do sertão da Bahia, pois ele se revelou nas mais diferentes zonas do Brasil, até no litoral e nas denominadas zonas da mata.

O alicerce social e econômico do coronel começou a ser construído a partir da instalação dos primeiros engenhos de açúcar e da abertura das fazendas de gado nos primórdios de nossa colonização. A estrutura do engenho antecedeu a consolidação de uma máquina administrativa oficial que se deu com a chegada de Tomé de Souza em 1549, dando assim condições favoráveis para que os senhores de engenho comessem a misturar o poder público e o privado, diluindo o primeiro no segundo. As extensas sesmarias, concedidas pela coroa portuguesa aos seus colonos, introduziram as práticas do mandonismo. Essa condição de comando do grupo dos proprietários de engenhos foi ainda favorecida pela supremacia dos portugueses no mercado internacional, do produto que eles fabricavam. A força econômica que o açúcar teve na época, lhes deu condições de monopolizarem a política colonial brasileira. O progresso dos donos de engenho, montado em uma estrutura econômica

toda voltada para o mercado externo, permitiu a formação de uma estratificação social organizada por aquele que era o dono e o principal responsável pela fabricação do produto mais disputado pela metrópole portuguesa.

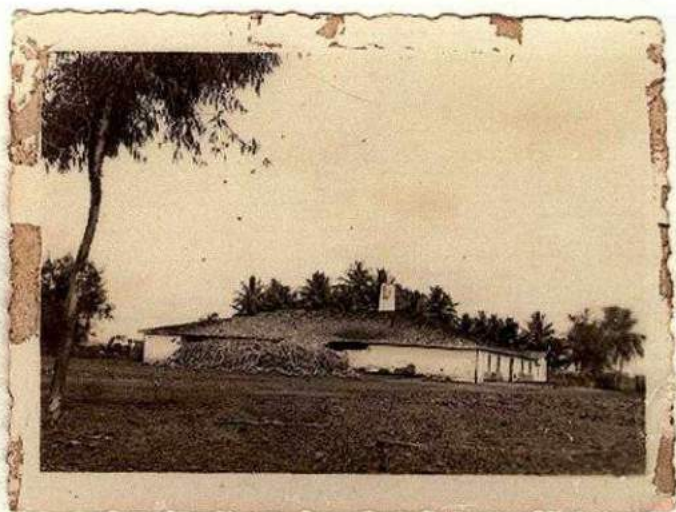
A partir da divisão de trabalho estruturada dentro de um engenho podemos vislumbrar a origem do poder político, social e econômico que no início foi personificado pelo próprio dono do engenho e mais tarde se incorporou a figura do coronel. O fazendeiro desde os tempos coloniais comandava suas terras como se fosse um senhor feudal, guardando as devidas proporções do tempo histórico, no qual o termo feudal é usualmente empregado. O grupo de plantadores, apesar de pequeno em relação ao contingente populacional, dominava toda a população local. Apesar da sociedade colonial brasileira ser pouco estratificada, e muitos historiadores considerarem apenas dois grupos sociais relevantes em sua representação, senhores de engenho no topo e escravos na base da pirâmide, encontramos no meio desta, outros setores dentro da própria estrutura ‘terra-engenho’, que eram subordinados também ao senhor de engenho.

Logo abaixo da família do proprietário de terras existia uma escala gradual de trabalhadores: o feitor, o mestre de açúcar e vários outros que desempenhavam funções mais simples, mas todos eles subordinados ao ‘potentado’.

Já no Império, além dos trabalhadores ligados diretamente a ele, existiam também aqueles que faziam parte do circuito de dominação através de outras relações de trabalho. Eram os agricultores independentes, agregados, arrendatários e parceiros que apesar de não dependerem diretamente do mando do senhor de engenho, a ele estavam subordinados indiretamente, seja pela dependência do engenho para moer sua cana, ou pela necessidade de barganharem um pequeno pedaço de terra para garantirem suas subsistências. Cada vez mais a sociedade foi se especializando, novas formas de trabalho foram surgindo: eram os jornaleiros (forma de trabalho assalariado), artesões, fornecedores; mas todos eles garantidos pelas benesses distribuídas, sempre pelo dono do engenho.

Graças a esse elevado número de dependentes, que tinham suas economias de vida ligadas ao complexo do engenho, o latifundiário passou a condição de patriarca-social na medida em que tornou-se gradativamente o gestor das relações daquela sociedade que se agrupava em sua volta.

Donos da economia e das relações sociais, logo passaram a gerir, também, o relacionamento de seus dependentes com o poder público. Desta maneira se tornaram os seus representantes, agindo e falando por eles. Justificavam essas prerrogativas através do relacionamento paternal que alimentavam. Segundo Pang, era “esse sistema de supremacia política de um só homem, cujo poder se basea-



Dois aspectos da fábrica do engenho Camuciatá, notando-se uma enorme quantidade de bagaço de cana na sua lateral e um carro de boi carregando cana para moagem. O engenho moeu até a década de 50 do século XX. Foto ABJ.

va num *status* social e econômico privilegiado, (que) era o antecedente colonial do coronelismo dos séculos XIX e XX.”⁷

Apesar da origem do coronelismo estar vinculada aos tempos coloniais, sua característica principal de exercício do poder político chegou ao auge entre os anos de 1850 a 1950. Podemos dizer então que o barão de Jeremoabo ainda no Império desempenhou papéis que lhe colocavam dentro do modelo de um “coronel”. Termo este que teve sua origem a partir de uma instituição criada pelo próprio regime monárquico – A Guarda Nacional.

Aqui cabe um parêntese no sentido de esclarecer um pouco o relacionamento e a visão do barão de Jeremoabo, um aristocrata rural, portanto, representante da ordem privada, com o Estado brasileiro (ordem pública), que de início esteve atrelado ao patrimonialismo do Estado português e depois da independência foi se burocratizando.

A burocratização do Estado brasileiro foi se moldando no decorrer do Império, quando a ordem pública conseguiu controlar melhor a privada, transformando seus membros em porta-vozes dos interesses dos diversos governos, propondo uma união, mas não igualitária e sim hierarquizada. Vale a pena desenvolver um pouco mais o relacionamento travado entre o Estado e o particular, pois nos dará subsídios para entender melhor o porque do barão, apesar de já no Império ter características de ‘coronel’, só na República é que passa a assumir integralmente este papel.

Toda a questão é perpassada pela noção de autoridade exercida por dois poderes distintos - o público e o privado, mas que em diferentes fases de nossa história se complementaram ou se hostilizaram.

Alguns autores nos apresentam diferentes visões, nas suas análises, de como se processavam o relacionamento entre o poder central no século XIX com a aristocracia rural, a partir da herança do Estado português que estabeleceu entre nós um modelo patrimonialista, onde o rei organizava o poder político de maneira patriarcal, com a estreita colaboração de seus súditos, que dele esperavam favores e funções.

Nestor Duarte, apresenta-nos uma visão bem radical. A análise ele faz do sistema político no Brasil, tanto na colônia, como no Império se baseia na supremacia do poder da aristocracia rural dos senhores de engenho e dos criadores de gado. Para ele o poder destes se originava desde o tempo em que ocuparam e povoaram as terras do Brasil, sem serem submissos a coroa portuguesa. Argumenta que os fazendeiros tinham liberdade para administrar suas propriedades como bem entendessem e que essas prerrogativas conquistadas nas longínquas terras da colônia deram as condições para a

anulação do poder público em detrimento do pessoal, ou seja do privado. O autor garante que os grandes proprietários administravam, legislavam, decidiam sobre a vida dos colonos e conclui que com tantas atribuições tomadas dentro de suas terras, essas poucas diferenças tendiam para feudos. Portanto, para Duarte foi essa relação de poder que vigorou durante todo o regime monárquico e garantiu “a paz do Império e seu equilíbrio (que) encontravam apoio junto a esses senhores territoriais que forjavam a força econômica e o poder material do Estado...”⁸ De acordo com essa visão o poder estava mais na mão da aristocracia rural do que do próprio Estado.

Raimundo Faoro tem uma posição oposta a Duarte. Ele vê a supremacia do Estado em todos os caminhos, ou seja tanto no da posse da terra, ou nas funções administrativas. O setor privado poderia até se articular, mais na condição de submeter seus propósitos ao poder real. Desta maneira, para Faoro o Estado Imperial, em sua própria essência, era centralizador. Este era o grande árbitro de toda a situação, tanto da vida econômica, como do comportamento político-social da aristocracia rural, portanto o Estado é regulador da sociedade e da economia nacional. Seria o que Faoro nomeia de “Estamento Burocrático”⁹, definição por ele criada e no qual se baseia toda a sua análise. Ele até admite distorções nessa ordem, com ações que buscaram uma descentralização, mas deixa claro a capacidade do estado de reprimi-las.

Resumindo as duas posições antagônicas dos autores acima citados, observamos que ambos pautam suas discussões em cima da relação dicotômica do público e privado. Apenas o primeiro achando que a aristocracia era tão poderosa que podia dar as cartas independentemente da vontade do Estado e o segundo aceitando o poder dos donos da terra, desde que este fosse visto como uma atribuição do Estado, que o mantinha sob o seu total controle.

Um meio termo entre essas duas posições divergentes encontra-se em Fernando Uricoechea, que equilibradamente dá a cada peso a sua medida. O público, ou seja o Estado, é visto em sua dimensão mais ampla de regente da colonização, a princípio, e depois da gestão de seus próprios negócios e o privado, a aristocracia rural, é limitado a sua condição de dono do modo de produção que sustentava economicamente a colônia e, até um certo período, o império.¹⁰

3.3. A HISTORIOGRAFIA E O CORONELISMO: DUAS ABORDAGENS

A questão do poder privado e do coronelismo estão intimamente ligados, sendo o último a expressão mais prática e política da relação entre poder público e privado na república.

Como nosso objetivo não é aprofundar as diferentes abordagens que os autores fazem a respeito do tema do coronelismo¹¹, mas apenas fazer uma contextualização geral de como o fenômeno é tratado, escolhemos apenas duas obras para atingir nossa meta. A primeira escolhida, a de Vítor Nunes Leal, intitulada *Coronelismo, Enxada e Voto* e a segunda, a de Eul-Soo Pang, cujo título é *Coronelismo e Oligarquias. (1889-1934): A Bahia na Primeira República Brasileira*. O primeiro trabalho é a grande obra clássica sobre o fenômeno e o segundo estuda-o inserido no contexto sócio político do Estado da Bahia.

Começamos por Leal que nos dá conceitos mais amplos a partir de grandes generalizações e depois passaremos para Pang que é uma espécie de estudo de caso através do comportamento político dos coronéis baianos, sem deixar porém de fazer suas generalizações.

Leal entende o fenômeno como decorrente da montagem de modelos avançados do sistema democrático a formas ligadas, ainda, a modelos de economia e relações sociais ultrapassadas. Para ele, então, não significa uma simples continuidade do mandonismo dos poderosos locais, donos do poder privado, que há muito tempo, desde o período colonial já vinham passando por um processo de ‘hipertrofia’¹², mais sim um exemplo característico de ação do poder privado, já em uma época onde a representatividade já se fazia presente. Portanto, segundo ele a acomodação com o objetivo de conviver com as novas mudanças.

Em decorrência dessa estratégia de sobrevivência por parte do poder privado, o modelo coronelístico é para o autor um conchavo, uma relação mútua de concessões que envolvem a ordem pública, que desde o Império veio se fortalecendo com a burocratização do Estado, e o enfraquecido prestígio sócio-econômico dos poderosos locais, principalmente os senhores de engenho e donos de fazendas de gado. Conclui Leal que é impossível se reportar ao fenômeno do coronelismo sem tocar na estrutura agrária, que para ele é a base de apoio das expansões da ordem privada.

Neste ponto Leal procura demonstrar uma contradição estabelecida nas relações de força entre o público e o privado. Ao mesmo tempo que o primeiro, na essência do regime representativo vai esmagando o segundo, procura reerguê-lo em algumas de suas manifestações, pois na verdade, tendo o novo sistema trazido a representação pelo sufrágio universal, não poderia o governo dispensar os votos das regiões em que se encontravam a maior parte do eleitorado do país – a zona rural. Ficava evidenciado, assim, uma dependência que se tornava necessária a sobrevivência do próprio regime representativo.

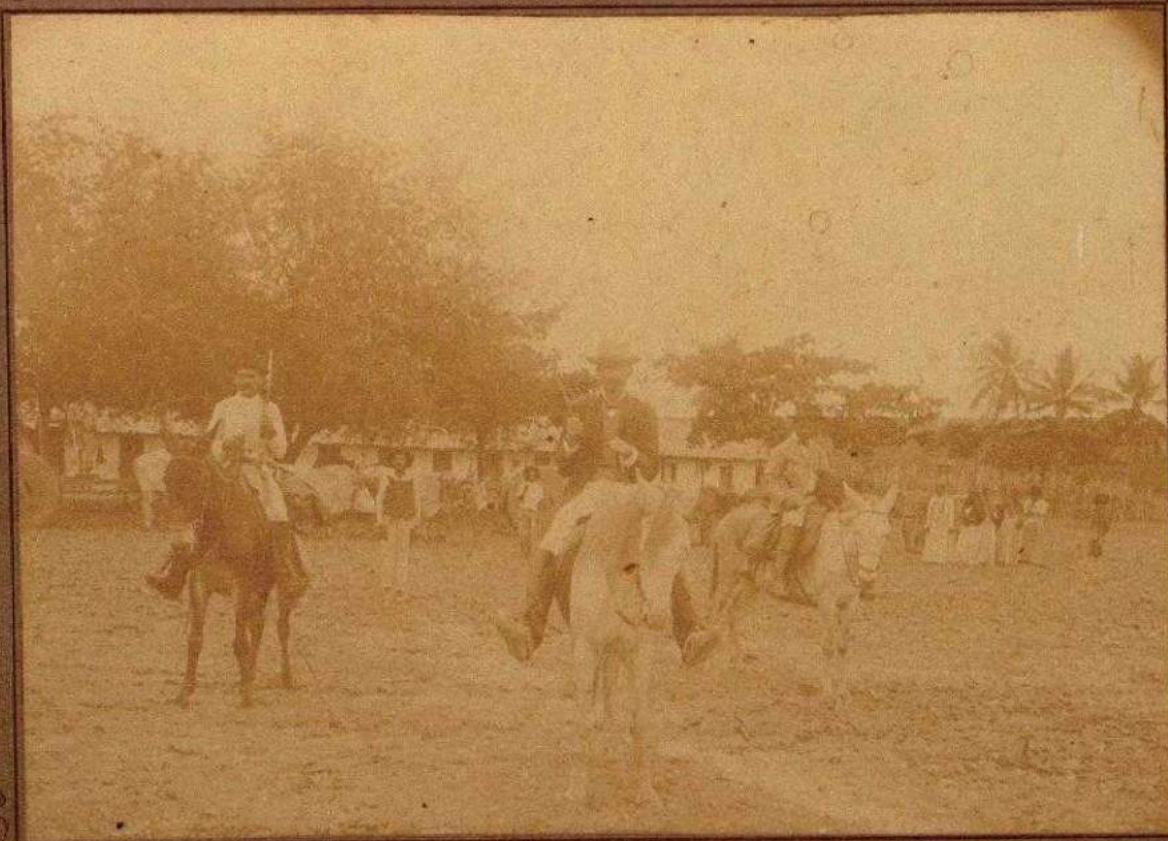
Conclui que dos conchavos imprescindíveis para a manutenção e consolidação do governo e a sobrevivência dos chefes locais é que se aperfeiçoariam as diferentes formas de atuação do modelo coronelista. E entre elas cita o “mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos.”¹³

Vale ressaltar também que, apesar de Leal perceber a significativa importância que o coronelismo tinha no sentido de sustentação do próprio regime vigente, percebia também as suas limitações, que se davam até em termos geográficos. Para ele o fato da gestão das políticas privadas serem importantes sobre toda a sociedade política do país não dava margens ao fenômeno de se expandir e agir fora da zona do governo local. Sua zona de atuação eram as vilas e municípios do interior, que naquela época se caracterizavam por serem cidades predominantemente rurais.

Como um dos fatores de superação do próprio sistema coronelístico, Leal aponta as limitações sócio-geográficas que ele mesmo se impunha, ou seja, sua força vital caminhava em direção oposta ao crescimento da divisão urbana do trabalho, como, por exemplo, o comércio e a industrialização. Portanto, conclui o autor que uma das saídas para manter a sua dinâmica seria a defesa do isolamento. Por isso muitos coronéis não queriam que as estradas cortassem suas cidades, nem que muitas escolas fossem construídas em suas zonas de influência. Preferiam enfim retardar o processo natural de desenvolvimento econômico de municípios que consideravam como se fossem suas fazendas.

Uma grande contribuição que Leal traz para o melhor entendimento do fenômeno estudado diz respeito ao real poder do coronel. Ele próprio diz que caiu na tentação da simplificação, ou seja, de considerar o coronelismo como uma consequência natural do poder privado exercido na colônia, portanto uma fase em que os chefes locais estariam atingindo o auge do poder. Resistindo a essa conclusão que poderia chegar se adotasse uma linha de análise pautada no evolucionismo, Leal conclui enfaticamente que o auge do poder privado no Brasil já ha muito tinha sido superado, pois o patriarcalismo tinha decaído com a colônia. Transporta sua conclusão para o lado oposto da problematização. O coronelismo não tinha nada a ver com o auge do privatismo, muito pelo contrário expressava a sua decadência e nada mais era que uma estratégia de sobrevivência das suas características principais.

A mola propulsora, para Leal, da dinâmica do sistema é, em síntese, o interesse de ambos os lados de manterem o “compromisso entre o poder privado decadente e o poder privado fortalecido.”



No centro, João da Costa Pinto Dantas, filho do barão de Jeremoabo, herdeiro do engenho Camuciata e do prestígio político do pai, em seu cavalo Tenor, ladeado, da esquerda para direita, por João Borges e João Matins. Ao fundo, as senzalas, alguns carros de boi, com seus carreiros e outros agregados. Foto ABJ, princípios do século XX.

O próprio Leal após reconhecer a mútua dependência entre ambos os poderes, encontra um ponto que suscita uma questão. Com o reconhecimento de que também o governo necessitava do apoio do coronel, conclui que não era só a ordem privada que estava em decadência, mas também a pública que era a sua dependente. É neste ponto que levanta a questão. Porque o governo necessitava dos chefes políticos locais em uma fase (primeira República), em que a máquina estatal já se encontrava bem consolidada? Segundo ele a resposta encontra-se na identificação da fraqueza que obrigou ao governo estabelecer uma política de compromissos, com os coronéis.

A debilidade do governo central se encontrava no fato de que a grande maioria da população morava na zona rural. Quem mandava no interior era o fazendeiro e grande parte do contingente populacional habitava em suas terras, conseqüentemente a eles deviam obediência. Ora, com a proclamação da República veio o sufrágio universal, que deu direito de voto aos trabalhadores. Desta maneira, o governo ficava atado a influência social, econômica e política que o fazendeiro exercia sobre seus dependentes. Portanto, conclui Leal que se o governo queria votos teria que fazer acordos com os coronéis, pois só seria eleito se estes dessem o transporte para os moradores de suas fazendas irem votar, se dessem roupas novas, ou promettessem proteção em qualquer circunstâncias de suas vidas. A fraqueza do governo era muito mais profunda, estava ligada a ultrapassada estrutura econômica e social que persistia desde os tempos da colônia e vigorava, ainda, no período da primeira República.

Vale ressaltar a posição de Leal a respeito do coronel opositor, pois essa definição se aplicará em nosso estudo. Para ele o eleitorado rural poderia beneficiar tanto o político que estivesse apoiando o governo, como o que estivesse contra; admite, assim, a figura do opositor, mas frisa que o coronel que é beneficiado com as características da política de compromisso que vem desenvolvendo é aquele que está acompanhando o governo

Termina por concluir batendo na tecla do “compromisso” entre Estado e coronel: “O fortalecimento do poder público não tem sido , pois, acompanhado de correspondente enfraquecimento do “coronelismo”; tem, ao contrário , contribuído para consolidar o sistema, garantindo aos condutores da máquina oficial do Estado quinhão mais substancial na barganha que o configura...”¹⁵

Eul-Soo Pang, o outro autor aqui analisado, toma como caso específico o Estado da Bahia no período de 1889 a 1943. Começa justificando a importância de se estudar a Bahia como contribuição para a análise do fenômeno do coronelismo. Para ele existe uma série de vantagens que são intrínsecas as próprias características físicas, sociais, econômicas e culturais do Estado. Começa realçando as grandes dimensões físicas e demográficas, depois ressalta a variedade da economia dentro das dife-

rentes zonas geográficas – o açúcar e o cacau na costa, gado e mineração no interior - e por fim destaca o papel das grandes personalidades políticas que da Bahia surgiram, desde o regime imperial, entrando pela fase da primeira República.

Após justificar o porque de sua escolha ter recaído no Estado da Bahia, Pang entra na questão principal de sua abordagem: o fenômeno do coronelismo. Segundo ele, o coronelismo representa a base de sustentação da política do período de mudança do Império para a República, que deu condições aos grupos oligárquicos tradicionais se perpetuarem no poder. Ele utiliza Tocqueville em concordância com sua idéia sobre o período de transição Império – República: “Tocqueville observou, certa vez, que durante um período de transição, como, por exemplo, da monarquia aristocrática para a República democrática, freqüentemente ocorre uma crise de legitimidade e eficiência do governo. Quando isso acontece os líderes informais, personalistas, como os coronéis brasileiros, são freqüentemente preferidos em lugar da autoridade formal e distante do Estado...”¹⁶

Segundo Pang, apesar de o coronelismo brasileiro ter suas origens históricas na fase colonial, o seu ponto de culminância foi atingido entre 1850 a 1950. Dentro deste período destaca a importância da Guarda Nacional, mas preocupa-se em não associar o cerne da questão do coronelismo ao poderio porventura exercido pelos membros desta instituição, pois para ele a origem do poder do coronel estava nos fatores sociais, políticos e econômicos do controle do poder concentrado na mão dos grupos dominantes e não apenas a participação naquela instituição para-militar.

O eixo explicativo de Pang está nas práticas coronelísticas, e atividades de grande força, que tinham como resultado a supremacia do coronel sobre todos os setores de uma sociedade local. A aceitação e acomodação por parte das outras camadas sociais eram dadas pelo lugar de destaque que ocupava o coronel na região e eram fortalecidas pelo fato de ser o mesmo coronel o principal articulador das instituições sociais, econômicas e políticas.

Chama a atenção, também, para o fato de que a fase de transição na qual insere o fenômeno do coronelismo, não foi só de tranquilidade para chefes políticos locais, mais sobretudo uma época de graves conflitos entre as forças tradicionais do sertão, arraigadas em um modelo econômico decadente e as forças do litoral que se viam envoltas pelas tensões sociais e econômicas que o sistema político nacional não conseguia equilibrar.

Outro conceito trabalhado por Pang e que nos servirá mais adiante na nossa análise a respeito da atuação política do barão de Jeremoabo é o de oligarquia, que para ele está sempre atrelado as práticas coronelísticas de poder.

Para ele “oligarquia” é uma organização de um grupo que visa obter uma dominação política representado por uma ou mais pessoas. Essas podiam estar unidas por laços de sangue ou não, mas tinham um mesmo interesse em comum seja no campo econômico, seja nas disputas políticas ou nos conflitos sociais.

Aprofunda um pouco mais a questão da união dos grupos oligarquicos por laços familiares, fazendo um paralelo entre suas conclusões e a concepção weberiana a respeito de um determinado governo político. Pang acha que devido a estrutura sócio-político brasileira ter se fundamentado no sistema familiar, desde os tempos coloniais, essa família ou famílias, através do “paterfamilias” é que tinham condições de exercer o domínio político no município em que residiam, estendendo-o para o Estado até chegar a federação. É neste ponto que utiliza-se de Weber que rotula esse tipo de relação de poder como sendo um governo “tradicional ou patrimonial”¹⁷. Mas Pang não para por aí, formula um termo próprio para definir as oligarquias do Brasil e mais especificamente da Bahia, as chamando de *familiocracia*, ou seja a predominância política de uma determinada família na política de um município. Partindo desse termo ele estabelece uma divisão bem interessante para as oligarquias, dividindo-as em grupos, a saber:

- 1 – Familiocrática: Neste grupo situava-se a maioria dos coronéis brasileiros. Era geralmente organizado por um chefe de uma família, que fosse a mais influente na sua região. O meio de captação principal seria a prática de distribuição de favores, recebendo em troca ‘lealdade’ social e política.
- 2 – Tribal: Tinha como líder, que na maioria das vezes era um coronel ou um bacharel, um chefe que tivesse condições e influência suficiente, para ser uma espécie de ‘padrinho’ do grupo junto às esferas estaduais e federais do poder.
- 3 – Colegiada: Esta tinha como característica a intermediação de um partido que funcionaria como um porta-voz das reivindicações dos chefes locais, que seriam os próprios membros da organização em uma constante troca na chefia do poder.
- 4 – Personalística: Esta teria sua força centrada no carisma pessoal de um líder. Era através dele, com suas habilidades e simpatias, que se obtinham os votos.

Outra divisão interessante feita por Pang está na constatação de que um político para ser considerado um coronel não era necessariamente preciso ser fazendeiro. Partindo dessa premissa ele elabora uma divisão para diferentes tipos de coronéis de acordo com dois parâmetros: um baseado na ocupação profissional do chefe político e o outro de acordo com as funções que eles estavam aptos a

exercer. No primeiro caso entrariam o proprietário de terras, o comerciante, o industrial e o padre; no segundo o rotulo seria mais específico, “o guerreiro, o burocrata e o chefe do curral-distrito.”¹⁸

Foge ao objetivo deste trabalho dar prosseguimento às discussões a respeito do relacionamento entre o público e o privado no Brasil e de como o fenômeno do coronelismo está ligado a essas questões. Apenas ressaltamos algumas proposições para melhor embasar nossa análise da posição do barão de Jeremoabo que transitava entre o público e o privado e vice-versa, o que em última instância ajuda a melhor compreender sua transformação de titular do Império a coronel do sertão.

O momento político vivido pelo barão no Império não foi mais aquele em que a autoridade central, em busca de se consolidar delegou poderes aos potentados locais. A sua fase de vivência política já coincide com o momento em que os governos pretenderam tomar definitivamente o controle do poder, fechando as brechas que tinha deixado abertas no período colonial e cortando algumas funções públicas que deixara escapar para o poder privado quando ainda precisava equilibrar-se.

Jeremoabo iniciou sua carreira política em 1861 em uma época em que o Estado já deixara de ser patrimonial para se tornar burocrático. Em sintonia com essa transformação moldou seu comportamento e construiu sua visão de autoridade. Portanto, como vimos no segundo capítulo, agiu como um conservador em concordância com a política centralizadora dos governos. Administrou seu poder local, seu poder privado, com desenvoltura, mas sempre atrelado aos diversos fios da teia que o prendiam ao centro, ora representado pelo presidente da província, ora pelo presidente do Conselho, ora até mesmo pelo próprio imperador. Dentro desses limites podemos dizer que foi desde o Império um coronel, já que dos seus engenhos Camuciata e Regalo, comandava uma legião de trabalhadores, tinha muitos afilhados a quem indicava em quem deviam votar. Mas acima dessas características que a historiografia atribui a personalidade de um coronel, sobrepujava em sua mente o compromisso conservador de só proteger quem admirasse o imperador e só votar em quem fosse saquarema. Afinal de contas tinha que ser fiel a estrutura do poder que o tornou um “Tabaréu Fidalgo”.

No entanto se já era um coronel no império, não o era por completo. Estava tolhido pela centralização do Estado. Sua independência era limitada. Se escolhia juizes ou promotores para serem nomeados, era de acordo com o presidente da província que por sua vez representava a vontade do imperante.

A transformação deu-se a partir do decreto nº 1 assinado pelo Governo Provisório. Este adotou o sistema republicano federativo, até que resolvesse a respeito o congresso constituinte que seria convocado. Jeremoabo não gostou da, “...ditadura da espada, que por longos anos ditará leis...”¹⁹,

mas não se compadeceu do império que no final já tinha perdido sua essência saquarema, “...As lágrimas que a princesa fez derramar com a lei de 13 de maio curtiu-as em um ano, seis meses e dois dias...”²⁰

A República prometia descentralização e autonomia para os estados, bandeiras que no último ano do Império foram muito solicitadas. O próprio Ouro Preto, presidente do último gabinete do Império, em uma tentativa final de salvar a coroa apresentou em seu programa propostas extremamente avançadas:

Plena autonomia dos municípios e províncias. A base essencial desta reforma é a eleição dos administradores municipais e a nomeação dos presidentes e vice-presidentes de província, recaindo sobre listas organizada pelo voto dos cidadãos.

Prescrever-se-ão em lei o tempo da serventia destes funcionários, os casos em que possam ser suspensos e demitidos, e da intervenção do poder central, para salvaguarda dos interesses nacionais, que possam perigar.

Liberdade de culto e seus consectários, medidas aconselhadas pela necessidade de facilitar a assimilação, na família brasileira, dos elementos estranhos provenientes da imigração, que convêm fomentar na maior escala; temporariedade do Senado; reforma do Conselho do Estado, para torná-lo meramente administrativo, tirando-lhe todo caráter político; liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento...etc.²¹

No novo regime que empalmara o poder em um desfile militar, a mudança definitiva se processaria. As feições de um “coronel” se acentuariam e do barão saquarema restaria apenas o nome, que Jeremoabo fez questão de preservar. Assim, devido a instabilidade política gerada pela mudança do regime o barão preferiu “...por cautela(conservar-se) na expectativa simpática...”²²

A partir deste momento, como o velho político do império passou a atuar na sua enorme área de influência política? Que relações estabeleceu com os chefes oligarquicos que assumiram o governo? Essa questão podemos desdobrar em duas: 1) Quando eram seus aliados? 2) E quando passaram a ser seus adversários? As respostas a essas perguntas revelarão alguns aspectos de seu comportamento político na República e nos esclarecerá se houve continuidade ou ruptura, ou se tudo não passou de uma simples estratégia de sobrevivência política.

3.4. PEQUENA CRONOLOGIA POLÍTICA

Para entrarmos mais detalhadamente na atuação política do barão de Jeremoabo no período republicano é preciso situá-lo dentro de uma cronologia fundamentada no seu próprio relacionamento com o poder. Podemos dividi-la em quatro fases. A primeira estaria compreendida entre 1889 a 1893; a segunda abrangeria o período de 1893 a 1895; a terceira iria de 1895 a 1900 e a quarta e última fase limitava-se a um período de três anos, 1900 a 1903, data do seu falecimento.

A primeira fase (1889-1893) que coincide com o período da implantação da República, podemos dividi-la em duas outras: de 15 de novembro de 1889 até 5 de fevereiro de 1891, data da realização das eleições para a composição do Congresso Constituinte do Estado. Nesse espaço de quase um ano e dois meses, permaneceu sem ocupar qualquer cargo público, aliás como a maioria dos políticos baianos, todos aguardando a formação das instituições da recém proclamada República; e a segunda de 1891, data em que foi eleito senador estadual até 1893, ano da primeira cisão do grupo oligárquico dominante.

Com o resultado das eleições de 1891 sendo-lhe favorável, Jeremoabo assume o cargo de senador estadual. As sessões preparatórias do Senado começaram a 29 de março, mas o barão só compareceu depois da última, a 4 de abril, quando o presidente anunciou a existência de número legal, para em conjunto com a Câmara dos Deputados ter lugar a instalação da Assembléia Constituinte.

Instalada a Assembléia Constituinte a 7 de abril, realizou 55 sessões encerrando os trabalhos a 2 de julho, quando foi promulgada a constituição do estado. De acordo com um dos dispositivos transitórios, da lei institucional, que determinava fosse o primeiro governador eleito pela Assembléia Constituinte, a exemplo do dispositivo para a eleição do primeiro presidente da república, foi procedida a eleição do primeiro governador constitucional do Estado da Bahia.

José Gonçalves se encontrava no poder desde 16 de novembro de 1890 quando fora nomeado por Deodoro. Estava dando as cartas na política baiana. Elegeu todos os 21 senadores e a grande maioria dos 42 deputados estaduais. No momento da escolha do presidente da Assembléia a atuação de Gonçalves foi decisiva. Os eleitores preferiam Luís Antônio Barbosa de Oliveira, homem de saber jurídico, e vinculado por parentesco ao cons. Rui Barbosa, então todo poderoso ministro da fazenda. José Gonçalves desejava outro. E foi eleito o cons. Luís Viana.

O político de Casa Nova, assim prestigiado pelo governador de Vila Nova da Rainha, retribuiu o seu lançamento no primeiro plano da vida pública garantindo a escolha eleitoral de José Gonçalves para o governo. Luís Antônio Barbosa de Almeida com os que o acompanhavam não esqueceram a interferência de José Gonçalves na escolha da presidência e não lhe sufragaram o nome.



A gravura representa os membros da assembleia constituinte que, em 2 de julho de 1891, promulgou a constituição do Estado da Bahia. Presidida por Luís Viana, dela fazendo parte: Manuel Vitorino Pereira, José Marcelino, barão de Jeremoabo, Ribeiro dos Santos e muitos outros. ABJ.

O barão de Jeremoabo querendo dar ao governo a certeza dos candidatos que lhe apoiavam, requereu ao Senado o voto a descoberto e assim, todos ficaram sabendo como se dividiam as forças políticas da Bahia. Dos 63 senadores e deputados apenas votaram contra o governador. Foi assim, que, a 2 de julho de 1891, perante Luís Viana, José Gonçalves tomou posse do cargo de governador da Bahia, eleito indiretamente por seu corpo legislativo.

Em sessão de 20 de julho, aprovado o regimento interno do senado, foi eleita a sua mesa definitiva composta da seguinte maneira: presidente: Luís Viana, vice-presidente: Inocêncio Galvão, 1º secretário: barão de Jeremoabo, 2º secretário: Almiro Leandro da Silva Ribeiro.

A atuação de Jeremoabo no primeiro ano de funcionamento do senado foi interrompida em 28 de setembro quando teve que fazer uma viagem ao Rio a pedido de José Gonçalves para resolver questões ligadas a magistratura. Aproveitando o ensejo fez uma visita ao marechal Deodoro da Fonseca, com o objetivo de sondar como o presidente estava vendo o governo do seu amigo José Gonçalves, “Estive com Deodoro no dia 20 e conversei longamente, saindo satisfeito. Fica para nova visita. O sobrinho tenente-coronel Hermes apoiou-me diversas vezes quando tratei de ti e o Viana...” (Carta do barão a Gonçalves, Rio de Janeiro, 23/10/1891).

Sentindo a movimentação política no rio, o barão alertou a Gonçalves que não se descuidasse da organização da magistratura, peça chave no processo eleitoral da primeira república e não se esquece de comentar o andamento das discussões a respeito da reforma da instrução nas quais teve participação ativa antes de viajar para o Rio, defendendo melhorias no ensino do interior do estado e pedindo reformas na legislação que tornava um professor vitalício. Era a preocupação da classe dominante em melhor controlar a formação sócio-política e educacional dos seus futuros eleitores.

Tendo cumprido sua missão, retorna a Bahia no dia 27 de outubro a bordo do vapor francês Equateur. Quatro dias após a sua chegada recebe a notícia de que, a 3 de novembro, o marechal Deodoro, dera um golpe de estado e dissolvera o Congresso Constituinte. De sua conversa com o barão o presidente da República não deixara transparecer suas intenções. O governador José Gonçalves, como não poderia deixar de ser, passa a apoiá-lo, apesar da oposição da câmara constituinte.

No dia 23 do mesmo mês o vice presidente, Floriano Peixoto, assumia a presidência da República restabelecendo os poderes constitucionais do país. Impunha-se a renúncia do governador do Estado. Este, no entanto, a retardava ocasionando agitações políticas e perturbações populares.

O movimento se avoluma, criando foros de revolta, e o general Tude Neiva, comandante do 13º distrito militar, assume o governo, pondo termo aos acontecimentos que já se mostravam de graves consequências.

Com a renúncia do presidente do Senado, Luís Viana, substituto constitucional do governador do Estado, é realizada nova eleição pela qual é empossado o senador Francisco Leal Ferreira Júnior, que passa a ocupar provisoriamente o governo.

Apesar de todos esses acontecimentos desfavoráveis, José Gonçalves consegue se reerguer. Não tinha perdido o apoio das principais lideranças políticas do estado. José Marcelino lhe dava o apoio de Nazaré, Luís Viana de Casa Nova e adjacências e o barão de Jeremoabo de Itapicurú até Jeremoabo. Unidos, esses líderes fundaram a 16 de maio de 1892 o Partido Republicano Federalista, que transformou-se no órgão oficial do executivo. Todos foram unânimes em dar a chefia a José Gonçalves que congregou, além dos já citados, nomes como Severino Vieira, Augusto Guimarães, Sátiro de Oliveira Dias, Manuel Vitorino, etc.

Esse partido uniu-se para eleger e empossar em 28 de maio de 1892 Rodrigues Lima no cargo de governador do Estado. Foi a primeira eleição por sufrágio popular de que Jeremoabo participou. Desde fevereiro havia se deslocado para o engenho Camuciata para comandar a campanha eleitoral. Apesar da vitória do seu candidato não ficou satisfeito. A política ditatorial do ‘Marechal de Ferro’ ia de encontro aos princípios federalistas e de autonomia dos estados. Jeremoabo não entendia como é que uma chapa apresentada pelo grupo governista podia ter causado tantas abstenções eleitorais. Para ele isso ocorrera pela “desconfiança, descrença e indiferentismo geral...” (Carta a Gonçalves, Camuciata, 6 de abril de 1892), a um chefe de Estado que não permitiu que se fizessem eleições para o preenchimento do cargo de presidente da República, de acordo com o que determinava o artigo 42 da constituição, com o objetivo de continuar no poder.

Tudo corria bem para tríade Viana, Gonçalves e Jeremoabo. Chegaram ao ponto de por um certo período dominarem o governador Rodrigues Lima, influenciando na escolha dos magistrados e consequentemente forçando a organização de uma magistratura partidária. A imprensa oposicionista muito criticou essa política.

A segurança política foi tal para Jeremoabo que, a 31 de maio de 1892, escreveu um manifesto a seus amigos recomendando o nome de Rui Barbosa, seu inimigo político durante todo o império, cria política de seus primos liberais; para uma vaga no Senado Federal. Alegou motivos ideológicos e o comportamento favorável de Rui em questões pendentes no Supremo Federal: “Atualmente,

que passou em julgado a separação da igreja do Estado, o modo corretíssimo por que procedeu S. Ex. pugnando pela restauração da legalidade nos lutosos acontecimentos de que foi teatro este estado em 24 de novembro, e ultimamente a hombridade com que apresentou-se ante o Supremo Tribunal em prol dos direitos conculcados (...) impuseram-me o dever de abraçar com entusiasmo a sua reeleição..." (Jeremoabo, barão, Manifesto: *Aos meus amigos*, 31/05/1892).

A união das principais lideranças do estado em um único partido permitia a vitória folgada do grupo governista de eleição em eleição. Assim se deu nas eleições de 4 de dezembro de 1892, que iria renovar o terço do senado e eleger deputados estaduais. A tática era dividir o estado por zona de influência ficando cada chefe político responsável por uma delas. Jeremoabo coordena essa divisão e em carta a José Gonçalves dá as diretrizes políticas que cada um devia seguir, "Rodrigues Lima deve tomar suas providências para o 10º e 11º do contrário seremos furados (...) Não percas aí tempo recomendando a chapa no 6º, 5º e 7º, onde desconfio dos furos. Escrevas aos juizes da comarca. O Viana corre fileiras no 13º e 14º. Intimas o Inácio Bastos para não dar votos a Ananias, como quer, em prejuízo nosso. (...). É preciso falares com autoridade de chefe. Alagoinhas não tem o direito de sair fora da linha (...). (Carta do Regalo, 23 de outubro de 1892).

Exercendo o cargo de senador estadual, saindo-se vitorioso nas eleições estaduais, na pessoa de seus amigos, restava a Cícero o exercício de um cargo no âmbito municipal, assim é que, no dia 23 de fevereiro de 1893 tomou posse no cargo de intendente municipal de Itapicurú, o primeiro eleito no regime republicano constitucional.

Para ainda mais coroar a boa fase política que o barão de Jeremoabo atravessava no princípio da República, em 8 de abril de 1893 Inocêncio Galvão não aceitou o cargo de presidente do Senado por estar ocupando o posto de comandante do 3º distrito militar, sendo eleito para substituí-lo, no mesmo dia, o barão de Jeremoabo, ausente a casa a ocasião. Exerceu a presidência até 22 de abril de 1895.

Até 1895 exerceu suas funções sendo inclusive eleito, como já dito, a 20 de julho de 1891 1º secretario do Senado e em 8 de abril de 1893 para a presidência do mesmo. Dois meses após ser escolhido para o lugar mais graduado do legislativo baiano, dá-se uma reviravolta. O grupo oligárquico dominante rompe, ficando seus principais chefes em lados opostos. Essa cisão se concretizou no seio do Partido Republicano Federalista que abrigava as lideranças de maior prestígio. De um lado ficaram Luís Viana e Rodrigues Lima, que em 15 de abril de 1894 organizaram o Partido Republicano

Federal da Bahia e do outro José Gonçalves da Silva e o barão de Jeremoabo que fundaram, a 19 de agosto de 1894, o Partido Republicano Constitucional ²³

A segunda fase (1893-1895) inicia-se em um período em que estava exercendo o cargo de senador, revestido portanto, do poder oficial. Ocorre neste período uma ruptura no ano de 1893. Essa data significa o início do seu embate com a oligarquia estadual dominante, do qual foi gradativamente afastado. Nesse ano estava no governo estadual Joaquim Manuel Rodrigues Lima, que aliou-se ao grupo dos vianistas. Podemos dizer então, enquadrando a atuação política do barão de Jeremoabo dentro de uma perspectiva coronelística, que dessa data em diante (1893), ele deixou de ser um *coronel governista*, para se tornar um *coronel oposicionista*. Mais tarde veremos as consequências dessa mudança. Antes de seguir adiante, vale a pena tecer alguns comentários a respeito da cisão do grupo oligárquico dominante.

As seguidas vitórias eleitorais alcançadas pelo grupo governista de José Gonçalves e Rodrigues Lima dava a impressão que reinava perfeita união entre as principais lideranças estaduais. Na realidade existiam divergências políticas desde o início de sua formação. Desentendimentos que estavam ligados a política nacional e a interesses eleitoreiros a nível estadual.

No primeiro caso temos que nos reportar ao 24 de novembro de 1891, quando Gonçalves fora deposto do governo do estado por Floriano Peixoto, daí originando o seu antiflorianismo, em contraposição ao florianismo de Luís Viana que simpatizava com a idéia da manutenção dos militares na presidência do Brasil.

Esta diferença não seria suficiente para causar um racha no grupo, se aí não entrasse os diferentes interesses pessoais a nível de disputa eleitoral. As eleições municipais na capital em 1893 foi uma delas. Tendo havido ‘degola’ na verificação de poderes, membros dos partidos que disputaram as eleições se sentiram lesados.

A propósito do reconhecimento ou não de políticos ligados as principais lideranças estaduais, entra em discussão no Senado o projeto nº 6 que tratava da possibilidade ou não de ingerência de recursos nas eleições municipais. Os senadores que estavam em sintonia com as decisões do Conselho Municipal, órgão responsável pelo reconhecimento de poderes dos candidatos, votaram contra a interferência nas decisões do conselho, foi o caso de José Gonçalves, os que não ficaram satisfeitos com os dividendos das eleições votaram a favor. O conselheiro Luís Viana foi o primeiro a tomar essa posição.

Com o acúmulo gradativo dos desgastes pessoais por causa das disputas eleitorais, acirrados em junho de 1893 pelo desentendimento entre os dois principais líderes estaduais, ocorre a cisão do Partido Republicano Federalista.

A aparente união chega ao fim. Os grupos oligarquicos não podiam mais forjar uma pretensa união entre o litoral e o sertão, entre as economias rurais e urbanas. O barão de Jeremoabo que no início do ano de 1893 exercia confortavelmente sua posição de presidente do Senado, deixa de lado sua postura acomodatória para encampar uma luta que pouco a pouco foi se revestindo de práticas coronelistas que caracterizaram a essência política de toda a primeira República. Jeremoabo passou a se enraizar cada vez mais no sertão; o recôncavo açucareiro não mais lhe dava lucro, o poder político vinha mudando de mão. Teria que dar mais atenção a seus redutos eleitorais. Esse redirecionamento político era entendido na época como um retrocesso ou uma estratégia de sobrevivência? Era uma solução, pois deixava de ser *barão*, mas se tornava *coronel*.

As sessões do mês de agosto de 1893, no Senado da Bahia, presididas pelo barão, revelam o clima de animosidade que se havia instalado. Além dos membros das já rivais facções lideradas por Viana e Gonçalves, as cadeiras da Câmara e do Senado eram também preenchidas por membros do Partido Nacional Democrata que apesar de minoria passaram a ser disputados tanto por vianistas como por gonçalvistas, “...O Viana não para, anda em grande atividade (...). Pensa como certo a aliança com Couto e outros federalistas...” (Carta a Gonçalves, Bahia, 5 de agosto de 1893).

Qualquer projeto apresentado nas sessões ordinárias do Senado, por menos importante que fosse, gerou motivo de desavenças. Constantemente o clima se tornava tenso e muitas das vezes chegavam as raias da violência, “...Na sessão de ontem o Galvão atacou-me e auxiliado pelo Viana que muito me insultou; da mesa pouco disse e deixei a cadeira; continuando atrevido na secretaria, que estava repleta, como as galerias. Respondi-lhe, quis acometer-me, foi segurado e eu pedi para soltar o bisquibas. Hoje voltou ao senado munido de uma bengala dizendo que era para quebrar-me os óculos, mas retirou-se caladinho depois da última derrota, que foi um parecer da comissão de polícia assinado por ele, pelo Galvão e Eduardo...” (Carta a Gonçalves, Bahia, 5 de agosto de 1893).

A proximidade das eleições para o Senado Federal que se realizariam a 1 de março de 1894 esquentou ainda mais os ânimos da política baiana. Surgiu o momento para os dissidentes testarem suas forças. Luís Viana, nessa eleição, pretendia avaliar seu prestígio político já pensando na possibilidade de uma futura candidatura ao governo do estado. José Gonçalves e seu grupo, em posição me-

nos vantajosa, por estarem sem o apoio da máquina administrativa do estado, queriam sentir até onde Luís Viana tinha penetração, inclusive a nível federal.

Para representar o grupo governista pensou-se no nome de Manuel Vitorino e na ala oposicionista o próprio José Gonçalves se lançou na disputa. Foi uma dura eleição. O barão de Jeremoabo assim que soube da confirmação do nome do seu amigo para a vaga do Senado, trancou-se no escritório para escrever cartas aos chefes políticos de todos os municípios em que tinha influência, recomendando o nome de José Gonçalves.

Além das missivas escreveu também no jornal reforçando o pedido: “Apresentando-se candidato ao lugar vago, de senador federal, meu amigo dr. José Gonçalves da Silva, chefe eminente do partido federalista deste estado, solidário com v. ex., dirigimo-me aos meus amigos solicitando e pedindo com todo empenho seu dedicado apoio em favor dessa candidatura, que certamente encerrará a sagração do partido federalista (...) Habituação de longa data a estima dos meus amigos, cheio de esperançosa confiança, quer na comunhão da fé política, quer na lealdade e dedicação da amizade aguardo com segurança o feliz êxito da candidatura do dr. José Gonçalves (...) (Jeremoabo, barão. Regalo, 5 de dezembro de 1893).

A 1º de março de 1894 Manuel Vitorino elegeu-se. O grupo gonçalvista foi perdendo forças. Em 15 de abril de 1894 os vianistas de novo saíram na frente fundando o Partido Republicano Federal. O discurso que o barão de Jeremoabo pronunciou no Senado do Estado na sessão de 24 de julho de 1893 refletia o estado de ânimo do seu grupo: “...Tenho uma vida longa na política porque por desgraça minha desde os bancos da academia fui forçado a envolver-me na política local da Bahia. Reputo isso um desastre tal na minha vida, que tendo unicamente dois filhos, lhes peço constantemente que por preço algum queiram se envolver na política deste país (...), que prefiram antes ser carregados nas ruas, de pianos, tachos, etc, do que passar pelo cadinho da vida política, sobretudo, se tiverem caráter e quiserem ser homens de bem. Se porém quiserem ser traficantes, então atirem-se a vida política.”

Era preciso que o grupo de Gonçalves e Jeremoabo reagissem, caso contrário ficariam aliados do poder. Nada melhor que a proximidade de uma nova eleição para estimulá-los. A 4 de novembro de 1894 os eleitores iriam às urnas para elegerem os deputados estaduais e o terço do senado. A solução encontrada para fortalecer o grupo foi a fundação, a 19 de agosto de 1894, de um partido político que os congregasse; chamou-se Partido Republicano Constitucional. O barão de Jeremoabo presidiu a

reunião do grupo, que contou com a presença da maioria dos membros do extinto Partido Nacional Democrata.

Desta maneira se tornaram mais fortalecidos para disputar as eleições. Afinal tinham nomes do quilate de José Luís de Almeida Couto, Augusto Guimarães, José Eduardo Freire de Carvalho, João Ferreira de Moura, Jayme Lopes Vilas Boas, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Salvador José Pinto, entre outros.

Os partidários de Luís Viana não eram menos representativos: Francisco Bulcão, Francelino Guimarães, Tomaz Montenegro, João Paranhos da Silva, Hermelino de Leão, Tobias Pereira Coutinho, Vergne de Abreu, Deocleciano Teixeira, José Marcelino, barões de Camaçari e de Açú da Torre.

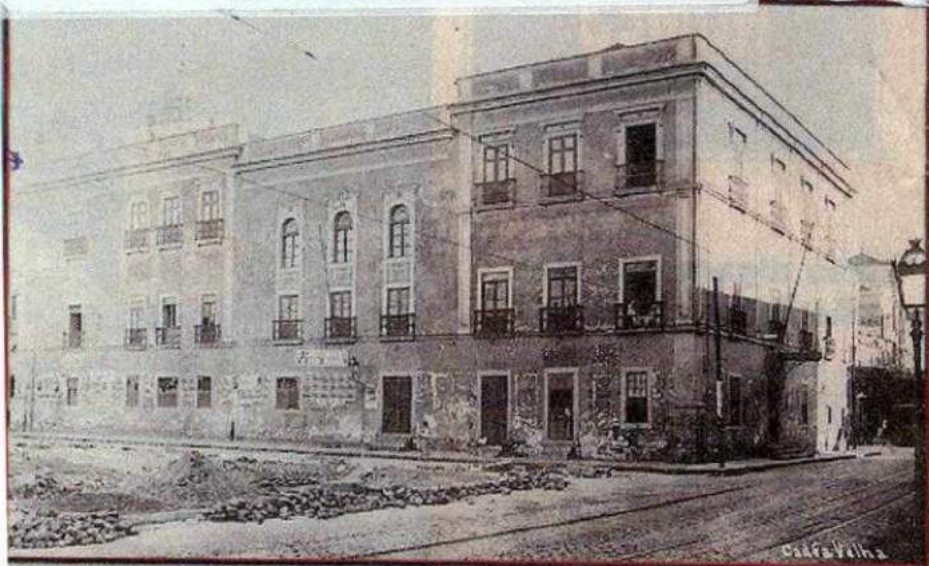
Os dois grupos não pouparam esforços na cabala de votos para a primeira eleição a nível estadual onde os principais chefes políticos estavam em partidos opostos. Passado o 4 de novembro veio o pior momento, o de maior tensão. Era a hora da apuração dos votos. Os políticos redobravam atenção com receio de fraudes, de troca de cédulas, de falsificação de votos. José Gonçalves convidou o barão para vir a Vila Nova, zona de sua influência, para ajuda-lo na fiscalização da contagem de votos. Jeremoabo não pode ir porque teve que supervisionar a apuração em Itapicurú, Bom Conselho e outros municípios.

Não adiantou tanta fiscalização. O governador Rodrigues Lima, juntamente com Luís Viana, não aceitou o resultado da apuração e a diplomação feita pelo conselho municipal de Vila Nova apresentado por Gonçalves; como consequência interveio com a força policial no município para fazer valer sua decisão. Jeremoabo arrependido de não ter ido ajudar o amigo, envia diversas cartas ansioso por notícias. Em uma delas diz "...Estou aflito com o telegrama que recebi ontem (...) comunicando-me que Vila Nova estaria conflagrada pela força pública. (...) Quem será mais perverso o Lima ou o Viana? A meu ver o instrumento que se presta a todas as injúrias e baixesas. Que homens sanguinários! Pérfidos. Querem matar-nos, é o plano de Viana..." (Jeremoabo a Gonçalves, Camuciata, 4 de janeiro de 1895).

Os acontecimentos do interior logo se refletiram na capital. O dia designado pela constituição da Bahia para a abertura dos trabalhos da câmara e do Senado foi o 7 de abril de 1895. Tanto os gonçalvistas como os vianistas esperavam ver seus representantes aceitos pela comissão de reconhecimento.

A terceira fase se iniciaria em 7 de abril de 1895, dia marcado pela constituição para inauguração dos trabalhos legislativos. Nesta data ocorre uma dualidade no legislativo baiano. O grupo lide-

Estas duas fotografias representam dois momentos da vida pública do barão de Jeremoabo. A de cima retrata o prédio onde funcionava a Câmara dos Deputados Gerais no Rio de Janeiro, a de baixo é o edifício do Senado do Estado da Bahia, nos primeiros anos da República.



A Cadeia Velha, dividida por deputados e presos, que deu lugar ao palácio



rado por Luís Viana reconhece e dá posse aos candidatos do seu partido e o grupo comandado por José Gonçalves age da mesma maneira em relação a seus candidatos. O barão de Jeremoabo apesar de ser o presidente oficial do Senado, não teve condições de fazer valer sua autoridade, pois o governador Rodrigues Lima deu apoio a ala Vianista. Desta maneira a grande maioria dos candidatos desse grupo são reconhecidos em detrimento dos Gonçalvesistas. Em forma de protesto o barão de Jeremoabo e outros senadores do seu partido, por não reconhecerem a legitimidade da mesa que se instalou após o 7 de abril, abandonou a cadeira para a qual foi eleito em 1891. A 6 de agosto de 1895, a nova mesa do Senado, alegando um grande número de faltas, declarou vagas as cadeiras no Senado do grupo de Jeremoabo. A partir daí até 1901 o barão foi afastado totalmente do espaço oficial de atuação da oligarquia estadual dominante. Desde 1893 já não compartilhava dos favores e dos privilégios do poder executivo e agora perdeu a última brecha que tinha de ligação com a estrutura governamental, que fazia através do poder legislativo.

Durante seis anos foi considerado oposicionista radical. Nesse ínterim conviveu com a guerra de Canudos, acusando o governo e sendo acusado de participação e conivência com o conflito com o objetivo de tirar proveitos políticos. Em 1898, já estando no governo do Estado Luís Viana, não participou do grande “compromisso político” composto por Campos Sales – “A política dos governadores”. Já estava fora do poder há três anos e era oposição. O substituto de Prudente de Moraes e representante do primeiro governo civil da República não aceitava alianças com oposicionistas, só apoiava candidatos indicados pela situação estadual. Jeremoabo sofreu na pele as ações dessa política quando em 1899 obteve o número de votos suficiente para se eleger senador federal e não foi reconhecido pela Comissão de Verificação de Poderes na Câmara Federal. No auge do período coronelístico não foi beneficiado pela troca de favores com que o sistema presenteava seus fieis colaboradores.

A partir de 28 de maio de 1900 vive a quarta e última fase de sua atuação política. Nesse dia Severino dos Santos Vieira tomou posse como novo governador do Estado, substituindo Luís Viana que de início se manteve unido com seu predecessor mais logo depois se separou. Em 15 de abril de 1901 Severino Vieira organizou um novo partido político que se chamou “Partido Republicano da Bahia”²⁴. Essa nova situação renovou as esperanças de Jeremoabo de voltar a ser favorecido pelo reconhecimento do governo. A nova agremiação chefiada por Severino passou a privilegiar os grupos políticos que tinham sido oposição ao governador Luís Viana, transportando-os à condição de situação. Jeremoabo, apesar de ter sido inimigo de Severino durante todo o período republicano, passou a vê-lo com uma maior simpatia, assim justificando sua mudança de comportamento: “...Sempre te

disse que apoiava o governo do dr. Severino por ser antítese do Viana que até quis assassinar-me. Moralidade e tolerância não podemos negar ao atual governo...»²⁵

Diante desse novo contexto que se tornava favorável ao seu grupo o barão não perdeu tempo. Voltara a ser um coronel situacionista, tinha que revitalizar as engrenagens do seu poder local, talvez um pouco enferrujadas com os seis anos que esteve afastado da oligarquia estadual dominante. Procurou refazer suas forças, pois não podia falhar nos seus compromissos político-eleitorais, que agora voltaram a ser reconsiderados, porém, não chegou a ver os resultados dos ventos que de novo lhes sopravam favoráveis. A morte o colheu em 27 de outubro de 1903.

NOTAS

1. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Regalo, 6 de dezembro de 1889.
2. Carta do barão de Jeremoabo a Silvino Moura. Novembro de 1889.
3. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Regalo, 8 de outubro e 6 de dezembro de 1889.
4. Carta do barão de Jeremoabo a Silvino Moura. Novembro de 1889.
5. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves. Regalo, 6 de dezembro de 1889.
6. JEREMOABO, barão de. *Caderno de Notas*. S/p.
7. PANG, Eul-Soo. *Cornelismo e Oligarquias. 1889-1934. A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 22.
8. DUARTE, Nestor. *Ordem Privada e Organização Política Nacional. Contribuição a Sociologia Política Brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939, pp. 118-119.
9. FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958. 2v. pp.52-55.
10. URICOCHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial. A Burocratização do Estado Patrimonial no Século XIX*. São Paulo: Difel, 1978, p. 30.
11. As principais obras que versam sobre o coronelismo são: Monte Arraes, *Decadência e Redenção do Nordeste. A política dos grandes estados*; Leôncio Basbaum, *História Sincera da República*, vol 2, de 1889 a 1930; Jean Blondel, *As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba*; Edgard Carone, *A Primeira República (1889-1930), e a República Velha (Instituições e Classes so-*

- ciais); Raimundo Faoro, *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*; Marcel Bursztyn, *O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste*; Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*; Maria Isaura Pereira de Queiróz, *O Coronelismo numa Interpretação Sociológica, e o Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*; entre outras.
12. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 20.
 13. Ibid., p.20.
 14. Ibid., p.252.
 15. LEAL. Op. Cit. p.255.
 16. PANG. Op. Cit. p.9.
 17. Reinhard BENDIX, Max WEBER: *An Intellectual Portrait*, pp. 329-84. In PANG. Op. Cit. pp. 39-40.
 18. Para uma caracterização detalhada dos tipos de coronéis ver PANG. Op. Cit. pp. 57-60.
 19. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Regalo, 6 de dezembro de 1889.
 20. Ibid.
 21. JAVARI, Barão de (2º). *Organizações e Programas Ministeriais*. 3ª ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro/Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, pp. 244-246.
 22. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Regalo, 6 de dezembro de 1889.
 23. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República. Uma Política de Acomodação*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975, pp. 37-40.
 24. Ibid. p.47.
 25. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Bahia, 8 de outubro de 1902.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

**CÍCERO DANTAS MARTINS – DE BARÃO A CORONEL:
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE UM LÍDER CONSERVADOR NA BAHIA.
1838-1903.**

(VOLUME 2)

ÁLVARO PINTO DANTAS DE CARVALHO JÚNIOR

SALVADOR
2000

CAPÍTULO 4 - UM CORONEL SITUACIONISTA.

Analisaremos agora mais cuidadosamente o comportamento político do barão de Jeremoabo, procurando perceber as sutilezas de suas ações. Qual era a sua verdadeira intenção ao indicar a nomeação de um juiz ou propor a sua demissão? Qual o seu verdadeiro interesse ao propor um projeto de lei no Senado? Essas questões estão inseridas naquelas formuladas no decorrer do terceiro capítulo. Para lembrar: a partir da proclamação da República como o velho político do Império passou a atuar na sua enorme zona de influência política? Que relações estabeleceu com os chefes oligárquicos que assumiram o governo; quando eram seus aliados e quando se tornaram seus adversários?

A principal preocupação política do barão de Jeremoabo no raiar da República não estava relacionada com as conseqüências que o novo regime poderia trazer para a vida política da nação. Demonstrou, sim, apreensão com uma realidade que lhe parecia concreta: temeu que o grupo político que vinha dominando os últimos anos de vida do império continuasse a manobrar a política do nordeste da Bahia. Expressou esse pensamento na sua primeira carta escrita após a proclamação a seu amigo José Gonçalves: “...Vi o teu telegrama entusiasta, e te felicito, sentido não ter o mesmo entusiasmo pelo receio que sinto de ver a continuação do predomínio dos Dantas e da grey do *Diário*. O Rui é todo do Rodolfo e do pai...”¹

Sua preocupação tinha fundamento. Rui Barbosa estava na cúpula do novo governo e tinha sido escolhido por Deodoro para ministro da Fazenda. Era natural que temesse o favorecimento do poderoso ministro do Governo Provisório a seus primos liberais, Manuel e Rodolfo de Souza Dantas a nível nacional e a João dos Reis de Souza Dantas na esfera estadual.

Tinha ciência da velha amizade que unia Rui e o conselheiro Dantas. Sabia que esta tinha sido legada a Rui juntamente com uma rede de compromissos políticos, pelo seu pai, João Barbosa, que fora sempre liberal.

Dentro do novo contexto político, implantado por um grupo militar, Jeremoabo sabia que as possibilidades da oposição ascender ao poder eram remotas, por isso tinha dúvidas quanto a possibilidade de continuar suas atividades políticas, “..., e eu, se continuar a militar, quererei sempre ter-te a meu lado...”²

Logo suas apreensões se confirmaram. Rui, por gozar de muita influência junto a Deodoro, teve participação direta nas primeiras nomeações para a Bahia. E Jeremoabo temendo o fortalecimento de seus primos liberais no nordeste da Bahia acompanhava, ainda sem forças, as primeiras

nomeações: “...Então, vês como vai marchando a política dessa província, sobretudo? Todas as nomeações só recaem em liberais exaltadíssimos. Até o governador manda para Jeremoabo o ex-promotor de Inhambupe, peça ruim e espoleta dos Dantas. Esses senhores continuam a chupar o tutano da República do mesmo modo que o da monarquia...”³

Na fase inicial da transição do Império para a República observamos uma continuidade das forças políticas que atuavam no velho regime. Os ex-liberais a princípio tiveram uma certa vantagem devido a influência direta que Rui Barbosa exerceu, mas logo depois o ranço dos extintos partidos conservador e liberal foram se apagando e os políticos passaram a tomar posições de acordo com as circunstâncias que lhe fossem mais favoráveis.

Na verdade a força política dos Dantas liberais foi desfeita junto com o Império. Jeremoabo temia que o sorriso sempre amável e os abraços do conselheiro Dantas continuasse a lhe ofuscar, como fez no Império. Mas logo soube que as relações entre Dantas e Rui Barbosa não eram mais tão cordiais como pensava, “... O Saraiva está roto com o Dantas, e diz que deixou este separado do Rui...”⁴. Antes mesmo do final do regime o relacionamento entre ambos já tinha sido estremecido. O estopim das desavenças deu-se quando o senador Dantas fez críticas a respeito da atuação de seu antigo comandado a frente do jornal *Diário de Notícias* em março de 1889. Este período, então, marcava o início da rebeldia do antigo e fiel discípulo, fenômeno a que se referiu ironicamente Campos Sales dizendo que, “...depois que o Rui arremessou as cangalhas do Dantas, ninguém mais pode com ele.”⁵

Gradativamente Jeremoabo foi percebendo que o velho Dantas não tinha mais a força que teve no Império. Não chegou nem a assumir algum cargo político importante, foi nomeado por Rui para diretor do Banco do Brasil e em 1894 faleceu. João dos Reis de Souza Dantas, sem a sombra protetora de seu irmão, não foi hábil o suficiente, ou as conjunturas políticas não o favoreceram a união com o grupo político oligarquico dominante que controlou a política baiana nos primeiros anos da consolidação da República. Só conseguiu eleger-se a um cargo público depois do racha do partido político dominante e o afastamento, em 1895, dos senadores ligados ao grupo de José Gonçalves e do barão de Jeremoabo. Em 1897, porém, faleceu deixando vaga a sua cadeira de senador.

A primeira mudança que identificamos na vida política do barão de Jeremoabo na República é a de que passou a ser o chefe político de maior influência e prestígio, junto às lideranças estaduais, na zona do nordeste da Bahia. O cons. Dantas logo desapareceu e seu irmão ficou limitado a região de Inhambupe.

O problema que Jeremoabo de início achou que fosse intransponível não impediu que desse os primeiros passos rumo ao legislativo baiano. Mas antes de tecer alguns comentários a respeito de sua trajetória no Senado do Estado, voltemos aos primeiros meses da jovem República.

4.1 O BARÃO DE JEREMOABO ALIADO AO GOVERNO (ALIANÇAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO)

Dentro da primeira fase da vida política de Jeremoabo na república (1889-1893) chamamos a atenção para o período que vai de 15 de novembro de 1889 a 5 de fevereiro de 1891. Nesse ínterim o barão de Jeremoabo, como os demais políticos, se sentiram muito inseguros em relação a construção da nova ordem. Ficou sem prumo. Sabia que não tinha perdido sua influência política eleitoral, mas ficou confuso em relação a que direção ia canaliza-la. O desejo de Jeremoabo era, no início, o de perpetuar seu conservadorismo, no sentido de manutenção do poder, ou ao menos de adapta-lo às novas situações, mas nunca pensou abandoná-lo.

O novo regime apresentou-se com contradições. Falava em descentralização, federalismo, estados autônomos e ao mesmo tempo era regido por um governo militar que centrava todos os poderes em suas mãos. Jeremoabo comentava essa situação, “...Estamos sob pleno domínio da espada, e já os doutores preferem aqueles títulos. Ex: Major Dr. Artur Rios (e eu que não sabia dessa patente)...”⁶

O tom irônico do barão de Jeremoabo revela no fundo o absurdo de que era para ele esse domínio. Um político formado na escola do Império que pouco considerava os militares não podia aceitar, nem compreender essa nova ordem. Para ele a autoridade verdadeira tinha que continuar na mão dos grandes proprietários de terra, ou melhor ainda dos ex-conservadores. Não cansava-se de protestar, “...Acautela-te, os conservadores estão sendo tratados com suspeita e nos devemos congregar. A tal fraternidade só tem chegado para os liberais que tudo quanto querem conseguem...”⁷

Jeremoabo estava confuso, não sabia como iria perpetuar seu conservadorismo diante de realidades tão hostis. De um lado um governo militar que assumia feições de uma ditadura, do outro Rui Barbosa dando chances a seus adversários políticos. Só aos poucos ele foi entendendo que não tinha condições de revitalizar totalmente a proposta conservadora que trazia do Império. Seu amigo José Gonçalves o alertou para isso: “...Acho que a política da Bahia é uma verdadeira balbúrdia, e atribuo esse deplorável estado de coisas ao emperramento dos antigos chefes dos dois partidos, que, no em-

penho de sustentarem sobre as cabeças os seus penachos, se obstinam em não ver a transformação radical que se operou no país de 15 de novembro para cá...”⁸

Já que não podia manter uma postura radical conservadora, Jeremoabo procurou meios de se adaptar às novas situações, em uma política de acomodação, que tinha o objetivo de mostrar sua aceitação e ser acolhido pelas novas conjunturas do recente regime. Era o gérmen de uma política de barganha, onde não entraria mais o “ideal” conservador, pois acima deste, surgia a necessidade real de luta pela sua perpetuação no poder. Esse anseio de continuidade só poderia ser dado através de uma reflexão no seu pensamento conservador. Jeremoabo processou esse corte de uma maneira branda, sem provocar seqüelas em seu poder e nos dos grupos que o cercavam. Acomodou-se e transformou-se. Nesse processo foi se moldando a sua nova face de ‘Coronel’.

O relacionamento de Jeremoabo com os quatro primeiros governadores do Estado foi de desconfiança, mas não de repreensão ostensiva. Sem ocupar cargos públicos e sem poder interferir com seu poder eleitoral diretamente na escolha dos governadores republicanos, limitava-se a acompanhar os acontecimentos, mas sempre atento para a questão que mais lhe interessava – o processo eleitoral, “...Vamos ter sufrágio universal...”⁹, dizia a José Gonçalves. Talvez na época não percebesse, ainda, a dimensão da importância que essa mudança trazia para o aumento do poder da classe que representava.

O sufrágio universal significava na prática o aumento do contingente de eleitores que estavam sob a influência política, social, econômica do proprietário de terra – os trabalhadores rurais. Sendo Jeremoabo um grande latifundiário, era um dos beneficiados com essa mudança.

Após os primeiros meses de total apatia dos políticos locais, um acontecimento fez com que as lideranças baianas saíssem do marasmo em que se encontravam e passassem a atuar efetivamente no novo regime. Foi a convocação da 1ª eleição que elegeria os membros da Assembléia Constituinte Nacional a 15 de setembro de 1890. Os políticos começaram a se arregimentar, “... os Sodrés na ponta, vamos sendo completamente engaropados. Prepara-te para seres candidato a constituinte...”¹⁰

A proximidade das eleições fez com que os políticos se articulassem e a maneira que encontraram para melhor se definirem politicamente foi criando e se filiando a partidos pois, “...os velhos partidos não [tinham] mais razão de ser; novos partidos se hão de organizar depois ou na constituinte...”¹¹

Em um primeiro momento pensou-se na criação de um grande partido que seria liderado por Saraiva e abrigaria a todos. Mas logo chegou-se a conclusão de que não seria possível agregar tantos

interesses diversos. O próprio escolhido para chefe da nova agremiação explicou a Jeremoabo por que desistiu do intento:

Ilmo. Exmo. Sr. Barão.

.....

O Dr. Pinho, a quem escrevi largamente, dirá a V. Exa. os motivos pelos quais desisto do projeto da grande reunião. O governo dá e não recebe orientação...¹²

Na verdade não era a ação do governo que estimulava o emperramento da criação do partido, mas sim o próprio conflito dos interesses dos candidatos.

Frustrada a tentativa de Saraiva, pouco depois Jeremoabo começou a ser disputado pelas diferentes facções do poder estadual. Todos sabiam da grande força política que ele tinha em sua zona de influência. Ainda para as primeiras eleições republicanas, mesmo sem ser candidato por vontade própria, foi apresentado como candidato a deputado federal pelo Centro Republicano Democrata, partido esse que tinha na chefia de sua organização Virgílio Clímaco Damásio.

Mesmo contra a vontade de Jeremoabo o partido distribuiu um manifesto indicando os nomes que deveriam ser votados para o Congresso Constituinte Nacional: "...Caros concidadãos este Centro Democrático firme em seus princípios, e respeitando os direitos da soberania do povo, que ele proclama e aceita, apresenta a lista dos nomes dos cidadãos que ele, depois de madura reflexão, entende que, por sua inteligência, por sua ilustração, isenção, firmeza de crenças e patriotismo, estão no caso de receber o nosso mandato, para, nas duas câmaras, que temos de eleger, representarem os interesses da nação..."¹³. Os principais candidatos apresentados foram: Manoel Teixeira Soares, Virgílio Clímaco Damásio e José Antônio Saraiva para senadores e Custódio José de Melo, Frederico Cristiano Buys, Manoel Vitorino Pereira, Deocleciano Ramos, Barão de Jeremoabo, entre outros para deputados.

A presença de políticos oriundos de partidos diferentes do império em uma mesma agremiação, na República recém instalada revela a instabilidade política dos primeiros momentos do novo regime. Visando interesses eleitorais cada político se aproximava do grupo que mais chance lhe desse de vitória. Com essa mentalidade, esvaídos de qualquer proposta ideológica mais concreta, seis partidos foram fundados nos quatro anos iniciais da fase republicana.¹⁴ O objetivo maior era o de garantir a perpetuação do poder.

Nesse clima de insegurança política, os dois velhos amigos, José Gonçalves e o barão de Jeremoabo, se desentenderam em relação a que grupo se filiarem.

Jeremoabo foi incluído no diretório do Partido Nacional que pretendia formar uma chapa contentando todos os ex-liberais e conservadores, já Gonçalves preferiu não se ligar a nenhum partido que fosse organizado sob a influência da divisão política-partidária do Império optando, assim, a princípio, pelo “Centro Republicano Democrata”. Em nome da velha amizade e consciente da força política que Jeremoabo traria a qualquer partido que se aliasse, tentava argumentar com o amigo: “...tive notícia do que tu e os antigos conservadores tentaste fazer. Fui também informado dos planos do grupo do Damásio a que pertenço...Sabe que não acompanho (os ex-conservadores), e sinto que, por exagero de coerência e excesso de lealdade, teimes em pertencer a uma organização que é impossível sobreviver ao cataclisma porque passamos. O antigo partido conservador monárquico está morto, era fatal a sua morte, o mesmo digo do liberal; os partidos da República serão outros, em que os homens e os princípios dos antigos entrarão muito modificados. Suponho que, politicamente, andas apartado de mim, mas tenho viva esperança que ainda caminharemos juntos...”¹⁵

Gonçalves não entendia a indefinição de Jeremoabo, que permanecia distante sem tomar uma posição firme de em que grupo iria se filiar. Opções é que não lhe faltaram. Mesmo sem se apresentar como candidato oficial ao Congresso Nacional Constituinte seu nome foi sufragado por três facções distintas: os nacionais, os democratas e o próprio Gonçalves, que apesar de simpatizar com esses últimos não chegou a oficialmente se ligar a eles. Assim que soube do resultado das eleições de 15 de setembro informou imediatamente ao amigo: “...Tive o prazer imenso de ver teu nome honrar as urnas de todos os lugares em que tenho relações. A votação de muitos colégios já esta publicada; ainda falta Casa Nova, Capim Grosso, parte de Juazeiro, Campo Formoso e todos esses pontos, Deus me livre que teu nome não figure entre os mais votados...”¹⁶

A disputa em torno do nome de Jeremoabo pelos diversos grupos políticos revela a sua força eleitoral em um novo contexto que não primava mais pela ligação do político local com o poder central através de uma teia rígida de alianças: chefe local ao presidente de província, este ao Conselho e ao imperador. As relações que se estabeleceriam a partir deste momento, entre as lideranças políticas locais e o governo central seriam muito mais fluída, devido as próprias modificações trazidas pelo novo regime: descentralização, federalismo, autonomia dos Estados. O relacionamento entre o poder local e o estadual e federal seriam mais de troca do que simples submissão. Essas trocas gerariam favores, alianças e compromissos. Neste sentido o barão de Jeremoabo mudava sua visão de autoridade. Ela não seria mais só personificada na pessoa que estivesse ocupando o cargo central do poder

executivo, poderia ser também administrada por aqueles que iriam garantir a ascensão daqueles ao poder.

Foi dentro dessa linha de pensamento que Jeremoabo permaneceu em “expectativa simpática”, como ele mesmo diz, sem se definir radicalmente a que grupo político ia se aliar, pois aguardava o desenrolar dos acontecimentos em uma tentativa de perceber qual aquele que seria capaz de absorver melhor a nova ordem política, no sentido de se ajustar a ela e também no de se igualar, através da formação de uma oligarquia estadual que tivesse condições de ser autônoma.

Vale ressaltar que sua postura não era isolada, vários outros políticos de real influência, ficaram indecisos na escolha de um grupo que melhor apresentasse condições de representar a nova ‘autonomia’ do Estado, daí o grande fluxo processado nos corredores dos partidos e a criação e extinção desses da noite para o dia.¹⁷

José Gonçalves levando vantagem sobre os demais devido as fortes relações de amizade que mantinha com Jeremoabo, “...de ti não me separarei, porque, antes de tudo sou teu amigo, devo-te imensa gratidão...”¹⁸, usava dessa arma em sua tentativa, também, de consolidar um grupo oligárquico e coeso que pudesse contar com a presença do amigo, “...tenho um projeto de fazermos nós dois uma liga para essa eleição, mas não sei se já tomastes compromisso...”¹⁹; em contrapartida procurava desmerecer aqueles que não estivessem a seu lado e também disputavam o prestígio do barão, “...Não os compreendo. Embuçaram-se em uns tais partidos políticos nacional e católico, e não se definem. Assim com certeza não os acompanharei...”²⁰

Um fato intensificou ainda mais a ansiedade dos políticos. As eleições para a Constituinte Estadual foram marcadas para 5 de fevereiro de 1891. Agora não tratava-se mais, apenas, da escolha de candidatos que representariam o Estado na esfera federal, mas sim dos representantes que elaborariam as novas leis estaduais, que preencheriam as cadeiras do legislativo baiano e daqueles que provavelmente seriam escolhidos para o cargo máximo do executivo do Estado. Não que as eleições federais não tivessem importância, mas Jeremoabo e os demais tinham a consciência de que era no seio deste grupo que se formariam e se consolidariam as oligarquias estaduais. Portanto o interesse que Jeremoabo não teve em participar diretamente da primeira eleição republicana a nível federal, transmudou-se em obstinação para a estadual, pois sabia que quem não fosse eleito nesse primeiro pleito correria o risco de ser alijado do poder, ainda mais em uma época de ditadura militar, onde ele observava a total força de Deodoro no princípio do seu governo, “...O marechal só deixará o governo

quando bem lhe aprouver, e ainda de Sergipe (pelo pequeno Jornal) se pede um governador militar. Os homens estão cegos...»²¹

José Gonçalves sabia que as eleições seriam muito disputadas e sem compreender muito bem o retraimento inicial do amigo, o alertava: “...É preciso que te prepares para as eleições dos representantes internos do nosso Estado. Acho que te tens retraído demais...”²²

Era preciso que o barão saísse de sua indefinição. Se quisesse realmente fazer parte da nova estrutura do poder não poderia ficar apenas limitado a indicar nomes de amigos a chapas diversas, e a satisfazer a pedido de pessoas de sua amizade em favor deste ou daquele candidato. É claro que essa prática já lhe colocava na política de trocas de favores, mais não lhe dava força suficiente para cumprir todos os compromissos em que se envolvia. Esses só poderiam ser negociados em sua totalidade, quando estivesse unido ao grande distribuidor de favores que seria a máquina estadual e federal. Portanto já exercia práticas coronelísticas de fato, só lhe faltando o beneplácito do Estado para exercê-las de direito. A realidade é que teve de participar de um processo de reconstrução para garantir uma continuidade, é certo que revestida de algumas novas formas e práticas, mas nem por isso destituída de poder.

A oportunidade não lhe tardou. Após onze meses agindo como um observador, sem se definir publicamente, um fato lhe pareceu favorável. Era o momento de voltar a tomar as rédeas do poder. Seu amigo José Gonçalves da Silva fora nomeado governador do Estado. O próprio beneficiado comunicou-lhe o fato e reforçou o desejo de tê-lo ao seu lado na tentativa de consolidar um grupo político dominante: “...Já debes saber que , por desconto dos meus pecados, estou nomeado governador da Bahia. A mim, são passados quatro dias depois da comunicação da nomeação, e ainda parece-me que isso não passou de um sonho...Até o fim do corrente devo tomar posse, e tu não me negarás a justiça de crer que, nesta conjuntura, nada dar-me-á prazer maior do que o teu apoio, que solicito com todo empenho de nossa amizade nunca interrompida...”²³

Jeremoabo decidiu disputar uma vaga ao Senado do Estado. Continuava a ser chamado a fazer parte de outras chapas, tanto que os nacionais insistiam em apresentar seu nome como candidato à sua, mas diante das novas circunstâncias não teve dúvida quanto aquela que lhe seria mais favorável. Esqueceu a hostilidade que tinha ao governo militar do marechal Deodoro e a política cautelosa que adotou com relação aos quatro primeiros governadores republicanos: Virgílio Damásio, Manuel Vitorino, Hermes Ernesto da Fonseca e Virgílio Damásio de novo.



José Marcelino de Souza,
Governador (1904 - 1908), Afonso Pena,
Presidente da República em visita à Bahia
(Instituto Geográfico e Histórico da Bahia)



Barão de Camaçari,
Secretário do Senado Estadual (1895)
(Instituto Geográfico e Histórico da Bahia)



Barão de Jeremoabo,
Presidente do Senado Estadual (1895)
(Instituto Geográfico e Histórico da Bahia)

José Gonçalves da Silva, em cima a
a direita e o barão de Jeremoabo .
Amigos pessoais e políticos, juntos
a outras lideranças, comandaram a po-
lítica baiana nos três primeiros
anos da República. Foto do ABJ e do
IGHBA.

Após a confirmação de seu amigo no governo do Estado não teve dúvidas quanto a que grupo ia se aliar. Esqueceu totalmente as propostas dos amigos que prestigiaram seu nome incluindo-o em suas chapas; em uma prova concreta de que para ele e os demais o que valia era o voto e não o apego a qualquer ideologia partidária. Imediatamente tratou de instar outros grupos a não incluírem seu nome em outras chapas que não a governista: “...Em reserva telegrafei hoje ao Freire pedindo para não incluir meu nome em chapa alguma. Acho conveniente procurar o Pinho...”²⁴ e ao mesmo tempo agradecer a Gonçalves o seu total apoio ao seu nome, “...não tenho palavras para agradecer a espontaneidade do seu apoio a minha eleição colocando-me na primeira ordem dos teus candidatos. É assim que procedem os amigos que se estimam com lealdade e sem interesse político ou de outra ordem; quantos clientes nessa época?...”²⁵

O contrato estava selado. O pacto formado entre os dois velhos políticos foi um dos braços que criou o primeiro grupo oligárquico dominante no Estado da Bahia. Mais tarde se uniram a eles, Luís Viana, Rodrigues Lima e Severino Vieira. A união ficou perfeita até que um novo jogo de interesses político-eleitorais quebrou a unidade.

Voltemos aos preparativos para as eleições ao Congresso Constituinte Estadual, pois é a partir desse momento que Jeremoabo começou efetivamente a exercer seu poder na República. Vale ressaltar aliás, que é nesta fase que tem condições de por em prática seus meios de fazer política, pois tendo José Gonçalves no controle da máquina estatal, podia dela usufruir nas suas lutas eleitorais. De 16 de novembro de 1890 a 24 de novembro de 1891, Jeremoabo de seu engenho Camuciata (Itapicuru) foi um dos mais poderosos coronéis da Bahia. Ao lado dele existiam outros políticos com o mesmo perfil espalhados pelas principais regiões geo-econômicas do Estado. Em Santo Amaro, o Visconde da Oliveira (Antônio da Costa Pinto Júnior) e os Araújo Pinho controlaram a política; na Mata de São João, o barão de Assu da Torre; em São Francisco do Conde, o terceiro barão de São Francisco; em Nazaré a família de José Marcelino; em Cachoeira os Prisco Paraíso; já na região do Vale do São Francisco, na cidade de Casa Nova a família de Luís Viana dava as cartas e assim por diante, cada região do Estado tendo um grupo político dominante.²⁶

Mas o que dá a Jeremoabo uma certa posição de destaque nesse período em relação aos outros é a proximidade ou a co-participação do exercício do poder com o governo instituído. Uma prova disso é a maneira firme com que influencia as decisões do governador em assuntos da competência do Estado sempre procurando tirar proveitos próprios, “...Do comandante da polícia, faça voltar o sargento e soldado que pedi são bons e foram retirados de surpresa a pedido do Benigno podes ficar

certo...”²⁷; logo depois vê seu desejo ser cumprindo, “...Volta teu sargento, e vou ver se ainda há tempo de voltar o teu soldado...”²⁸

Mas não só ele dava ordens ao governador, recebi-as também; pois nessa troca era que consistia o fundamento do compromisso que garantia o apoio por parte do poder público ao decadente poder privado, representado pelo senhor de Engenho ou fazendeiro de gado, que por sua vez garantia os votos ao governo no novo sistema político que era pautado na representatividade e sufrágio universal. Gonçalves assim como fez juz as regras do compromisso, também delas utilizou-se e assim escrevia ao barão: “...Sei que desejas votar em alguns nacionais. Vê bem o que fazes...Honra o nome do Pinho com votação igual a de todos os nossos, e aos outros dá o menos que poderes...”²⁹

As cartas trocadas entre Jeremoabo e Gonçalves nos meses que antecederam as eleições para o Congresso Constituinte do Estado, são muito importantes porque revelam a dinâmica que era imposta a um processo eleitoral por dois líderes políticos. Um representando a ordem pública e o outro seus interesses privados e também político-eleitoreiros, que a uma certa altura se confundiam.

Um dos pontos a destacar nessa dinâmica é a importância dos funcionários estaduais e autoridades públicas no período da proximidade das eleições. Se esses empregados do Estado já eram selecionados de acordo com a vontade pessoal das lideranças políticas, com a proximidade de uma eleição a sua valoração profissional passava a ser dada simplesmente de acordo com a sua capacidade de ajudar o chefe político a garantir o maior número de votos para os candidatos da situação. Eram a eles ou a alguns outros líderes políticos de menor projeção que o barão de Jeremoabo escrevia, encarregando-os dessa função: “ Cansado de esperar carta tua, fui ao Tucano e voltando na noite de 21, encontrei tuas cartas de 14 de 16. Preguei-me no escritório dia e noite (e agora mesmo é meia noite) e despachei expressos para Monte Santo, Tucano, Massacará, Pombal, Amparo, comarca de Jeremoabo e Bom Conselho. Recomendando a chapa com a inclusão de alguns amigos particulares no último plano, sem exclusão de nenhum nome da chapa e colocando nos primeiros lugares dr. Satyro, capitão Salvador, Vergne, José Inácio...”³⁰

Essa prática revela as feições coronelísticas que o velho barão do Império já assumia e nesse tempo desenvolvia com todo o vigor, graças a sua íntima ligação com o poder público. Na verdade todo benefício ou malefício, que as lideranças locais eram capazes de realizar aos seus dependentes, não seria possível de ser posto em prática sem a ajuda do governo estadual. Quando o barão de Jeremoabo perguntava a Gonçalves se não poderia nomear os coletores estaduais, “...Precisamos de dar a ganhar alguma coisa a nossa gente que está em oposição há muitos anos...”³¹, estava reconhecendo

que a maior parte de favores pessoais que poderia dispensar dependia basicamente da autoridade do governador, que por sua vez se fosse amigo só tratava de todos os interesses dos municípios de sua influência unicamente com ele, sem dar importância a outros líderes locais. Gonçalves a todo momento demonstra isso, “...O Rocha Viana já está nomeado, assim como as intendências de Amparo e Raso. Os teus amigos que mandem certidões da ata da instalação das vilas e do nº de jurados...”³²

Os próprios funcionários estaduais que trabalhavam nos municípios eram nomeados de acordo com a indicação de Jeremoabo, “...As professoras sem hesitação e finalmente no seu testamento [político] incluiu o Benício Penalva de Farias, de quem tanto te tenho falado, como o Severiano Xavier dos Reis...”³³. Professoras primárias, coletor, funcionários da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, inspetores de ensino primário, servidores da saúde pública, etc; para todos esses cargos a nomeação era de acordo com a indicação ou aprovação do chefe local.

Quando um desses escolhidos por Jeremoabo davam a entender que não colaborariam perfeitamente com os propósitos políticos-eleitorais para o qual foram nomeados, este imediatamente solicitava ao governo providências, e se esta tardasse, ambos os lados saíam perdendo. Ele ficaria desmoralizado publicamente no seu município e o governo correria o risco de não receber os seus votos. Para que isso não acontecesse Jeremoabo não perdia tempo: “...Sem demora exonera o tratante do intendente do Raso e assim o promotor burro do Pombal. Nosso contrário com toda a família...”³⁴

Outro ponto a destacar ainda dentro da importância que as autoridades estaduais tinham no período das eleições é o papel das figuras dos delegados e subdelegados de polícia. Jeremoabo tinha consciência da força desses funcionários e sabia que era através deles que podia dispor de homens caso necessitasse de usar a força. Neste ponto é interessante fazer algumas considerações a respeito da visão de autoridade do barão. O exercício do poder para ele devia ser posto em prática no binômio “público e privado”. Um não devia anular o outro, mas sim ajudarem-se mutuamente. Quando isso não fosse possível, o privado não deveria agir pela violência, mas procurar minar o público na sua própria estrutura do poder.

Tendo Jeremoabo cumprido sua parte no processo eleitoral com o governo do Estado, dando votos a todos os candidatos de sua chapa, como ele mesmo informou a Gonçalves: “...Devo dizer-te que na minha provisória recomendação figurarão em 1º lugar – o coronel Galvão, Manuel Vitorino, Camaçari, Viana e Vaz e na de deputados – Vergne, Satiro e outros que passaram para o 2º plano por causa da carta do Viana que devias ter lido. Sacrifiquei o impulso do meu coração por causa da salvação da chapa...”³⁵, sentiu-se no direito de cobrar a nomeação de autoridades (delegados e subdele-

gados) que eram de suma importância para a situação dominante local. Com elas podia embaraçar ou atrapalhar negócios e iniciativas da oposição, fechar os olhos a perseguições aos inimigos políticos, negar favores, e principalmente dispor da polícia do Estado sob as suas ordens. Como Gonçalves descuidou-se desse aspecto ele tratou de relembrá-lo: “...Que fim levou a força de linha de Jeremoabo? Desde novembro do ano passado está o alferes delegado de braços cruzados. Basta uns 10 soldados bons...”³⁶

Vimos como se comportaram os dois políticos antes das eleições. É interessante agora observar como eles agiram no período pós-eleitoral. Do mesmo modo que no primeiro caso a dinâmica estabelecida entre ambos para garantir a vitória revelará o modo como eram feitas as eleições na primeira República e no nosso caso particular a estratégia do barão de Jeremoabo para garantir o poder local e bem se relacionar como o estadual, que para ele nesse momento era favorável.

Realizadas as eleições, as correrias eram as mesmas que na sua fase preparatória. Os chefes políticos locais tinham que percorrer as vilas e municípios, em uma preocupação constante de fiscalizar as urnas para evitar as fraudes ou mesmo, como acontecia em grande número de vezes, proporcioná-las. Jeremoabo nos dá uma idéia de sua movimentação tendo se passado três dias apenas da eleição: “...O cansaço não me deixou despachar o portador ontem... Tua carta de 31, com a do Viana, chegou as 10 horas da noite de 2 e li-as as 4 da manhã de volta da vila, aonde havia já entrado em um acordo com o juiz de direito, chefe contrário. Assim mesmo me parece que não fomos mal. Preguei-me neste martírio e mandei expressos a cavalo para todos os pontos, menos Monte Santo, Massacará e Santo Antônio da Glória, onde não chegavam a tempo...”³⁷

A luta pela vitória eleitoral iniciava-se com o registro de eleitores. O normal era que cada vila, comarca ou município formasse três comissões para conduzir o processo eleitoral: uma ficaria responsável pela quantidade de eleitores que iriam participar efetivamente da eleição, era a junta de alistamento; a outra seria aquela que teria a incumbência de encaminhar as eleições no dia designado, era a junta ou mesa eleitoral e a terceira e última tinha uma grande responsabilidade e era muito visada, pois cabia a ela contar o número de votos no final da eleição, era a chamada junta de apuração.³⁸ As três juntas eram compostas pelo juiz da comarca nomeado pelo governador (juiz de direito), um juiz municipal escolhido pelos próprios moradores de cada cidade, e por pessoas selecionadas dentre os moradores da região.

Os juizes, portanto, eram peças chaves no processo eleitoral. Nesse sentido Jeremoabo não descuidava da fiscalização deles nos treze municípios em que era o chefe político.³⁹ Essa preocupa-

ção se revela principalmente no período pós-eleição, quando se dava a apuração dos votos. Este era o momento final e decisivo, onde um resultado que lhe fosse favorável podia ser mudado por um magistrado da oposição. Nesse contexto podemos entender a preocupação de Jeremoabo em controlar a atuação dos juizes em toda sua zona de influência. E tendo Gonçalves no governo, sabia que só ele podia controlá-los, através das demissões e transferências. Vendo a grande movimentação da oposição exigia do amigo providências, “...Saí do meu retraimento por tua causa, mais se não contarmos com auxílio decidido é preferível ficar em casa. Estes homens precisam de governo enérgico...”⁴⁰

Vale ressaltar que foge ao objetivo desse trabalho, analisar o mérito da questão em relação a que parte estava com a razão, nas eleições aqui citadas. Basta dizer que para ambos os lados, situação ou oposição, as eleições na primeira República constituíram-se em verdadeiras farsas. A fraude era uma prática recorrida por todos, mas só se tornava eficaz para o grupo político que estivesse no poder. O que importa aqui é continuar percebendo as maneiras de fazer política de um grande líder local e estadual, que no momento, pelas forças das circunstâncias, representava o governo do Estado em sua zona de influência.

Mas antes de continuar a citar alguns exemplos do relacionamento : juiz – chefe político – governador do Estado, é valido falar um pouco das fraudes que em muitos casos foram viabilizadas pela conivência dos magistrados com os coronéis. A todo momento Jeremoabo, sendo o intermediário entre a justiça local e o poder executivo, reclamava a fiscalização por parte do governador quando sentia-se prejudicado: “...Viu os tais juizes e promotores de Pombal?... No Barracão o dr. Vitorino fez o que quis ali e estão independentes.”⁴¹

A fraude podia acontecer em qualquer fase do processo eleitoral. Não era só na apuração que ela se realizava. Em muitas das vezes o próprio grupo dominante a iniciava, procurando evitar o registro de eleitores que não lhes fosse favoráveis. A tática era começar minando a oposição antes mesmo do ato do voto em si, a maioria dos eleitores registrados nas atas tinham que fazer parte do grupo do governo. O próprio governador cuidava disso com a ajuda do chefe político local, “...os teus amigos que mandem certidões das atas de registro das vilas e do nº de jurados...”⁴² Feito esse enxugamento inicial por parte do governo, os grupos antagônicos muitas das vezes enchiam as vilas com capangas, munidos de armas, com o intento de amedrontar os votantes. Essa prática muito comum entre vários coronéis baianos, não podemos acrescenta-la ao perfil político do barão de Jeremoabo. Do acompanhamento minucioso que fiz de sua atuação em diversas eleições do período republicano, não encontrei em nenhuma das cartas trocadas por ele e seus correligionários políticos, nenhuma

menção a tentativa de organização de grupos armados para interferirem nas eleições. Para por em prática sua autoridade preferia utilizar-se das vias institucionais fornecidas pelo governo. Quando essas lhe eram favoráveis bastava escrever suas cartas recomendando seus candidatos, mas quando essas lhe eram hostis fazia valer sua autoridade tentando uma remoção ou demissão, que para ele era “...lançar mão de recurso extremo.”⁴³

Realizados os registros e a votação, chegava-se na fase da apuração. Era nesse momento que os juizes ou pessoas gradas da sociedade local, podiam influir no resultado das eleições. Pois a eles cabiam a revisão da contagem dos votos e a concessão de certificados para todos os candidatos, comprovando a quantidade de votos obtidos por cada um dos candidatos.

Na sua zona de influência política, o nordeste da Bahia, Jeremoabo encontrou no princípio da República a oposição de seu primo carnal, João dos Reis de Souza Dantas, que mesmo não gozando mais dos reflexos do prestígio de seu irmão, o conselheiro Dantas, como já dissemos anteriormente, conseguiu lhe fazer uma certa oposição aliado às autoridades locais favoráveis. Nesse contexto podemos observar o uso por Jeremoabo de jargões muito utilizados pelos políticos na época quando se referiam a eleitores que deixaram de votar com eles. Termos como ingratidão, deslealdade, traição são muito encontrados nas cartas e todos eles no fundo não eram usados por motivos de desavenças pessoais, mas a simples associação a alguém que não seguiu sua orientação política. Nesse caso Jeremoabo nem procurava saber se houve ou não algum real motivo para tal comportamento. Tomava como ofensa pessoal e sentia-se muito decepcionado: “... O vigário fraquejou de modo a surpreender-me e adoeçer-me, tal a confiança que tinha nele...No Raso o tratante do padre iludiu os meus dedicadíssimos amigos de tal modo e traiu-me! Esta vida mata ao homem de bem antes do tempo, não calculas como estás o meu coração com o resultado do Soure e Raso...”⁴⁴

Não podemos deixar de analisar no âmbito do perfil político do barão de Jeremoabo, e, através de seu comportamento no processo eleitoral da primeira eleição do Estado no período republicano o fator econômico, ou seja, a maneira como ele via a utilização da economia, pública ou privada, em uma prática eleitoral. Quem iria gastar o dinheiro nas despesas com os eleitores? Ele ou o Estado?, Ou os dois? E quem dava mais?

Era prática comum nas eleições da primeira República o governo dar seu apoio as eleições ajudando os chefes políticos a custearem as despesas eleitorais. Essas eram muito pesadas para serem custeadas somente pelas lideranças locais, apesar de muitos não medirem esforços para atingirem seus objetivos chegando até a afetarem suas riquezas pessoais gastando no processo eleitoral. Jere-

moabo nos dá um exemplo: “Cheguei aqui em 20 de fevereiro e de passagem para o engenho de meu pranteado irmão, afim de proceder inventário amigável, que felizmente realizou-se. Os bens tiveram valores razoáveis e o monte andou um pouco mais de 140 contos. Pagou-se todas as dividas superiores a 54 contos. Avalia se não fosse a maldita e ingrata política como não ficaria a família. Bom e edificante exemplo para mim...”⁴⁵

Jeremoabo se chegou a ser pródigo como o irmão, era ao menos mais precavido em relação as finanças. Sabia que era do interesse do governo abrir os cofres públicos na época das eleições, tanto para as municipalidades que não dispunham de recursos para suprirem suas necessidades, e nesse ponto a pobreza dos municípios era uma das causas que contribuía, para a sustentação do fenômeno do coronelismo, na sua expressão governista⁴⁶; como para os candidatos e chefes locais. A ajuda podia ser dada em dinheiro, em serviços e obras construídas pelo Estado, ou até em concessões conseguidas na barganha com o legislativo. Só existia uma única condição que o governo impunha na sua política de troca de favores, era a de que o chefe político que fosse ajudado tinha que ser do partido governista. Jeremoabo integrando-se a essa política de apoio do oficialismo estadual aos chefes municipais, deu a entender que estava necessitando dela para cumprir sua parte : “...conheces-me bastante. Não posso mais lutar, sou muito só e estou enfraquecido da bolsa...”⁴⁷

Depois de tantos esforços entre o governador do Estado, o barão de Jeremoabo e os seus demais aliados políticos, como Luís Viana, Manuel Vitorino Pereira, Severino Vieira, José Marcelino, Luís Antônio e outros, os seus sacrifícios foram recompensados. José Gonçalves em uma clara demonstração de força do seu grupo oligárquico elegeu todos os candidatos. Aproveitou a força que Deodoro lhe dera no governo do Estado, exercendo seu mandato sem qualquer contemplação aos grupos partidários do Estado. Os que não se alinharam aos seus pontos de vista foram alijados. Fez ele próprio a chapa dos candidatos a Constituinte Estadual e interferiu direta e abertamente no processo eleitoral. Desagradou qualquer composição e elegeu, simplesmente, quem quis. E, mesmo assim, não fez por dissimular a sua tutela sobre os constituintes eleitos. A Constituição de 2 de julho de 1891 no seu comportamento político e na maioria de seus membros refletiu a tutela do governador nomeado por Deodoro da Fonseca.

Apesar de contar com toda essa força, Gonçalves não prescindiu da ajuda do barão de Jeremoabo. Se com vários políticos e partidos agiu de forma ditatorial, com ele pelo contrário solicitou o seu apoio e aguardou pacientemente sua indefinição inicial, expressa muitas vezes pelo próprio Jeremoabo, “...Bem podias me dispensar desse pleito...”⁴⁸. Sabia da força política que seu velho amigo

tinha trazido do Império. Trabalhavam juntos e pouco a pouco formaram com outras lideranças estaduais o primeiro grupo oligárquico forte da Bahia republicana. Alguns dos meios que usaram para atingir os seus objetivos foram expostos em alguns exemplos de como faziam política em um período de eleições. Ambos ganharam. Gonçalves em 2 de julho de 1891 foi eleito primeiro governador constitucional do Estado e Jeremoabo elegeu-se o terceiro senador mais votado. Algumas das práticas que Jeremoabo usou para atingir essa posição foram analisadas no decorrer dessa exposição e lhe enquadraram em um perfil novo – o de ‘coronel’.

A análise da atuação política do barão de Jeremoabo em torno da eleição de 5 de fevereiro de 1891, revelou-nos o seu modo de agir em condições que lhe eram favoráveis. Contou com a máquina do Estado e com as principais lideranças políticas do momento. Foi disputado por vários partidos políticos. Teve, portanto condições de expandir o seu poder e consolidá-lo.

NOTAS:

1. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Regalo, 6 de dezembro de 1889.
2. Ibid.
3. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 24 de janeiro de 1890.
4. Ibid.
5. LACOMBE, Américo. *Correspondência do conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas*, v 1, pp. 74-84.
6. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 9 de maio de 1890.
7. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 26 de fevereiro de 1890.
8. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Piabas, 26 de junho de 1890.
9. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Regalo, 6 de dezembro de 1889.
10. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Bahia, 24 de janeiro de 1890.
11. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Bahia, 6 de dezembro de 1890.
12. Carta de José Antônio Saraiva ao barão de Jeremoabo. 11 de junho de 1890.
13. Manifesto do Centro Republicano Democrata Nacional, 1890.
14. NOVAIS, Op. Cit.
15. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Piabas, 26 de junho de 1890.

16. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Piabas, 27 de setembro de 1890.
17. Para um melhor aprofundamento e estudo da formação dos partidos políticos da Bahia na primeira República, ver o criterioso trabalho de Consuelo Novais Sampaio.
18. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Piabas, 27 de setembro de 1890.
19. Ibid.
20. Ibid.
21. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 9 de maio de 1890.
22. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Piabas, 26 de junho de 1890.
23. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Piabas, 22 de outubro de 1890.
24. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 2 de novembro de 1890.
25. Ibid.
26. Para uma visão mais ampla das diversas lideranças políticas e das respectivas regiões que comandavam, ver PANG. op. cit. pp. 70-76.
27. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 29 de janeiro de 1891.
28. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Bahia, 1 de fevereiro de 1891.
29. Ibid.
30. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 29 de janeiro de 1891.
31. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 15 de dezembro de 1890.
32. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Piabas, 1 de fevereiro de 1891.
33. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 29 de janeiro de 1891.
34. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 8 de fevereiro de 1891.
35. Ibid.
36. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 9 de fevereiro de 1891.
37. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 8 de fevereiro de 1891.
38. ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. *Um Sertanejo e o Sertão (Memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, pp. 46-47.
39. Os principais municípios e vilas que o barão de Jeremoabo tinha influência política eram: Itapicuru, Barracão (atual Rio Real), Nova Soure, Ribeira do Amparo, Tucano, Monte Santo, Raso (atual Araci), Ribeira do Pomal, Jeremoabo, Santo Antônio da Glória, Coité, Massacará, Bom Conselho (atual Cícero Dantas).
40. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 8 de fevereiro de 1891.

41. Ibid.
42. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Piabas, 1 de fevereiro de 1891.
43. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciatá, 29 de janeiro de 1891.
44. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciatá, 8 de fevereiro de 1891.
45. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciatá, 6 de abril de 1892.
46. LEAL, Op. Cit. p. 45.
47. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciatá, 8 de fevereiro de 1891.
48. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciatá, 15 de dezembro de 1890.

CAPÍTULO 5 – UM CORONEL OPOSICIONISTA

Escolhemos o ano de 1895 para retratar uma nova situação – um coronel na oposição, pois nele aconteceram importantes fatos políticos que tiveram o senador barão de Jeremoabo como um dos protagonistas principais. A 7 de abril de 1895 foram inaugurados os trabalhos legislativos da Câmara e Senado, tendo acontecido nessa ocasião a dualidade do poder legislativo. A partir dessa data até o final do ano algumas mudanças ocorreram na carreira política de Jeremoabo, em decorrência dos acontecimentos do 7 de abril. Afastou-se do seu cargo de senador para o qual tinha sido eleito desde 1891, por não considerar legítima a posse dos senadores vianistas na abertura da câmara e em 8 de agosto de 1895 teve sua cadeira declarada vaga pelo grupo oposicionista. Em outubro desse mesmo ano tentou uma reação assumindo o governo do Estado, provocando a segunda dualidade de poder na Bahia, só que desta vez no executivo. Não logrou êxito nessa ação e foi afastado definitivamente das estruturas do poder oficial.

Somente um breve retrospecto sobre o contexto político baiano pode situar o fenômeno da queda do barão, que em 1891 tinha sido eleito o terceiro senador mais votado, em 1893 chegou a presidência da casa e em 1895 foi considerado desertor pelos seus ex-companheiros.

Quando Jeremoabo, em 1891, decidiu-se pela adesão incondicional ao seu amigo José Gonçalves, “...cumprir o nosso dever de lealdade fazendo logo a declaração que aplaudiste...”¹, afastando qualquer possibilidade de aliança com membros de outros partidos, como o ‘Nacional’ e o ‘Republicano Democrático’, que há muito lhe vinham cercando, não pertencia oficialmente a nenhum partido político estruturado, aliás o próprio grupo governista não estava agrupado em qualquer agremiação política com feições partidárias, o que só veio a ocorrer em 16 de maio de 1892, ano da fundação do Partido Republicano Federalista que tornou-se oficialmente o partido do Governo.² Este foi presidido por José Gonçalves e contou com a presença das principais forças políticas do Estado no momento, a saber: Severino Vieira, Augusto Guimarães, Luís Viana, Sátiro de Oliveira Dias, o próprio barão de Jeremoabo, Inocêncio de Queiroz, Artur Rios, Leal Ferreira, Leovigildo Filgueiras, Paula Guimarães, Emídio dos Santos, Eduardo Ramos, entre outros.³

Porém, apesar dessa aparente união, a Bahia esteve longe de ter se estabilizado politicamente. Antes mesmo da união das principais lideranças políticas do Estado em uma agremiação, já havia acontecido um fato que deu origem a uma das causas da separação definitiva dos principais chefes

políticos que se concretizou em 1893. Podemos considerá-lo a primeira grande crise da República no Estado da Bahia. Aconteceu a partir do momento em que Deodoro dissolveu o Congresso Nacional em novembro de 1891, dando margem a uma crise constitucional. Passadas três semanas, o marechal não agüentou a pressão e renunciou à presidência, passando o cargo ao vice-presidente, Floriano Peixoto. Essa movimentação a nível nacional refletiu na política interna baiana. Os líderes estaduais dividiram-se entre duas posições, os ‘deodoristas’, que queriam a continuidade deste no poder e os ‘florianistas’ favoráveis a consolidação de Floriano Peixoto como substituto do marechal ditador. José Gonçalves como não era de se estranhar, devido as antigas relações de amizade e gratidão que o prendiam a Deodoro, como o próprio Jeremoabo deixa transparecer no comentário que fez a respeito de sua visita ao presidente: “...Estive com o Deodoro no dia 20 e conversei longamente, saindo satisfeito...Tendo qualquer pretensão aqui não percas tempo com outros, escrevas ao Deodoro e Luce-na...”⁴, ficou com ele; outros políticos do Estado tornaram-se florianistas, liderados no momento pelo deputado federal César Zama. Floriano Peixoto ganhou a disputa e todos os governadores nomeados por Deodoro que o apoiaram foram exonerados.

Jeremoabo que já era neste momento 1º secretário do Senado, levou o primeiro golpe no seu poder. O novo presidente da República e o seu sucessor, Prudente de Moraes, não mais lhe apoiaram em nenhuma de suas atitudes. Repugnam o político que apoiou o governador José Gonçalves em sua decisão de prestigiar o golpe dado por Deodoro e que fez o seguinte discurso no Senado em resposta a um colega que se pronunciara contra o mesmo:

Confesso-me surpreso pelo procedimento do nobre senador. S. Ex. é testemunha do procedimento anárquico do congresso, não devia mostrar-se pesaroso pelo golpe de estado, que parece ferir a constituição de 24 de fevereiro, mas que era inevitável.

Recebi e aprecio o ato do governo sem a menor admiração; porque se quer regenerar o país, não se pode censurar o poder executivo, mas sim o congresso, único responsável do nosso descrédito dentro e fora do país.

Desde a Revolução de 15 de novembro até a reorganização completa do país deviam cessar as animosidades as questiúnculas pessoais, para só tratar-se dos assuntos de interesse público.

Envio a seguinte moção – Senado, ciente do recente ato do governo da união, dissolvendo o Congresso federal, confia no patriotismo do povo baiano e do governo, aguardando os acontecimentos com toda a moderação e passa a ordem do dia. – S.R. Bahia, 5 de Novembro de 1891.-
*Jeremoabo.*⁵

Tomando essa posição, assinou seu vaticínio político a nível federal, nunca mais tendo um bom relacionamento com os presidentes da República até a sua morte; e a nível estadual, aliado a esse desprestígio político, teve sua situação agravada com as constantes lutas locais por causa de interesses eleitorais.

As consequências desse progressivo desprestígio político a nível nacional, aliado às constantes disputas locais na briga pelo voto, logo refletiram-se no seu poder local. Em 1893, depois de ter sido eleito presidente do Senado em abril desse mesmo ano, participou do racha do grupo oligárquico dominante, com a cisão do Partido Republicano Federalista. Passou a ser nesse momento, definitivamente um coronel opositorista.

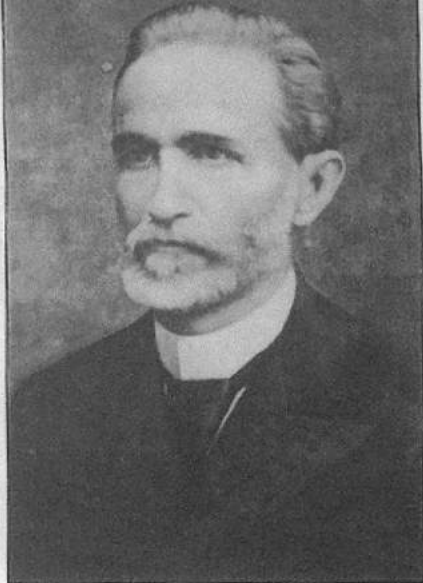
De um lado ficou Luís Viana, que tinha sido mais hábil e desde o início se tornara um *florianista*. O surgimento no, Rio de Janeiro, em 1893 do primeiro partido político nacional – o Partido Republicano Federal, que teve o apoio de Floriano Peixoto à escolha de Prudente de Moraes para presidência e Manuel Vitorino para vice, facilitou ainda mais o fortalecimento de Viana entre as oligarquias do Estado. Trouxe para o seu lado o apoio do governador Rodrigues Lima e de outros políticos como os barões de Camaçari e de Açú da Torre, José Marcelino, Deocleciano Teixeira, Vergne de Abreu, dentre outros. Juntos organizaram o Partido Republicano Federal da Bahia em 15 de abril de 1894.⁶

José Gonçalves, o barão de Jeremoabo e outros políticos que não se filiaram ao grupo vianista, ficaram meio atordoados com a situação. Estavam sem o apoio do governo estadual e federal e viam cada vez mais Luís Viana e Manuel Vitorino se tornarem os porta-vozes do Estado junto ao governo da República. A situação se tornava mais crítica entre os velhos amigos e o estopim foi a campanha da eleição do Senado para a vaga de Manuel Vitorino. Luís Viana, Jeremoabo, José Gonçalves e Severino Vieira que, em 1891, elegeram por completo a chapa que formou o Congresso Constituinte da Bahia, apresentaram candidatos opostos. Severino Vieira como candidato vianista e o próprio José Gonçalves representando o seu grupo. A disputa foi acirrada, mas terminou levando vantagem a facção vianista, mesmo sob os protestos e acusações de fraude dos partidários de Gonçalves.

Vendo que a situação se tornara crítica para eles e já envolvidos no clima das eleições de 4 de novembro de 1894 para a renovação da Câmara Estadual e do terço do Senado, Jeremoabo e José Gonçalves esboçaram uma reação e fundaram o Partido Republicano Constitucional, que teve sua



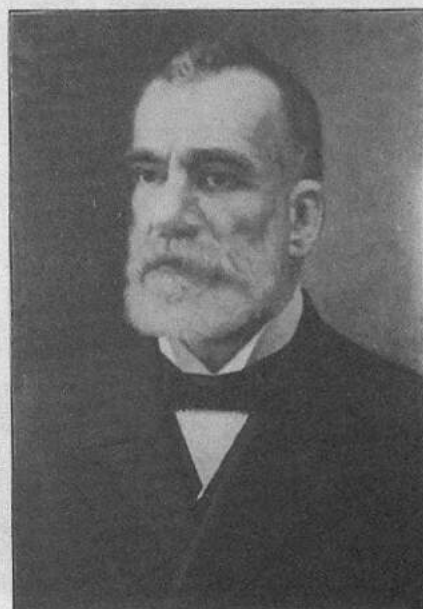
Joaquim Manuel Rodrigues Lima
1892 a 1896



Luis Viana
1896 - 1900



Severiano dos Santos Vieira
1900 - 1904



José Marcelino de Sousa
1904 - 1908

Joaquim Manuel Rodrigues Lima, Luís Viana, Severino Vieira e José Marcelino, apartir de 1893, tornaram-se oposição à facção gonçalvista-Jeremoabista. Em 15.04.1894, fundaram o Partido Republicano Federal. Foto Fundação Pedro Calmon.

primeira reunião realizada a 19 de agosto de 1894, praticamente as vésperas da acima referida eleição.⁷

A participação de Jeremoabo nessa eleição e as consequências que ela tiveram na sua carreira política revelaram a postura de um chefe oligarquico não mais com a máquina do governo na mão como ha três anos passados, mais empreendendo uma luta desigual contra ela.

Após fundarem o partido “Constitucional”, a primeira providência tomada por Jeremoabo e os demais membros diretores⁸ foi a de dirigirem um manifesto ao eleitorado da Bahia indicando uma lista completa com todos os nomes dos candidatos que deveriam ser eleitos para a câmara e Senado do Estado:

A multiplicidade de forças empregadas para a obra ingente da regeneração política do Estado e a conveniência de abrir espaços às justas aspirações de numerosos amigos justificam o alvitre da apresentação de lista completa de candidatos aos lugares a preencher em ambas as casas do parlamento; no que aliás não nos afastamos do espírito da lei, porquanto traça ela própria o meio prático das votações.

O momento é difícil; não porque nos arreceiamos da livre manifestação do eleitorado, mas porque os nossos adversários não recuam perante os meios para subverter aos seus inditosos desígnios a expansão da consciência popular.

Confiámos, entretanto, que os obstáculos criados pela prepotência dos régulos da situação não arrefecerão o ânimo dos nossos amigos e correligionários para a reivindicação dos nossos mais sagrados direitos.⁹

O procedimento adotado por Gonçalves com a ajuda de Jeremoabo, de apresentarem uma chapa completa foi o mesmo de quando estavam com o governo na mão, só que, em situação de oposição, não mais surtiu os mesmos efeitos.

Realizadas as eleições de 4 de novembro, a preocupação maior de Gonçalves e o barão eram com a apuração, pois elas representavam uma grande oportunidade que o governo teria para fraudar os resultados. Gonçalves convidou o amigo para ajudar na fiscalização, mas advertindo que seria trabalhosa: “...A apuração, aqui, será no dia 18. Deves vir, mas disposto a passar mal, porque reúne-se muita gente.”¹⁰

Como as eleições eram a nível estadual, as apurações seriam feitas nos três distritos ou circunscrições em que o Estado estava dividido. O grupo de Jeremoabo apesar de ser oposição contava com dois desses distritos. O primeiro, no qual os membros do ex-partido Nacional, que se aliaram a eles, dispunham da maioria do Conselho da Capital, sede deste distrito; e o terceiro, que tinha sede na

própria cidade de Bonfim, reduto político de José Gonçalves. Aos governistas só restou o segundo distrito, que tinha sua sede em Feira de Santana.

Deste modo Jeremoabo e Gonçalves contavam como certa a vitória. Deixaram o primeiro distrito sob a responsabilidade dos amigos da capital e do terceiro cuidaram eles dois. Mas mesmo estando longe de Salvador ficavam acompanhando os passos dos seus rivais, na expectativa de alguma atitude arbitrária e ilegal. Assim é que Gonçalves informava o barão sobre uma viagem de Luís Viana: "...O Luís Viana embarcou ontem para a Bahia. Naturalmente foi chamado, o que prova que os companheiros, no aperto em que se sentem, conceberam plano que só pode ser executado com audiência e presença dele. Será assalto ao Conselho da capital? Eles estão meditando coisa muito grave, se não, não o mandariam chamar, nem ele se prestaria a vir..."¹¹

A essa altura os papéis já estavam invertidos. Jeremoabo e Gonçalves passaram a ser os coronéis de oposição restringindo, assim, a área de atuação política aos municípios que tinham influência direta e Viana por estar aliado ao governo do Estado passou a ser o 'Coronel' todo poderoso que teria trânsito em todas as esferas do poder e naquelas que encontrasse resistências teria o respaldo do Estado para miná-la. Foi o que aconteceu quando o governador Rodrigues Lima soube do resultado da apuração e diplomação feita pelo Conselho Municipal¹² de Vila Nova. A maioria dos membros do conselho verificador deste distrito estavam comprometidos com seu chefe político, José Gonçalves da Silva, e lhes deram todos os diplomas. Rodrigues Lima aliado aos Vianistas usou a força pública para pressionar os opositoristas voltarem atrás, mas não tiveram êxito no seu intento, pois Gonçalves e Jeremoabo, que apesar de não se encontrar em Vila Nova, fizeram resistência. É interessante aqui transcrever alguns trechos da carta que Gonçalves escreveu a Jeremoabo narrando os acontecimentos, pois muito retrata o nível das eleições em um determinado momento histórico de nossa história política e revela, ainda, um pouco de como situação e oposição se comportavam:

O Viana e Severino tentaram assaltar Vila Nova, como fizeram a Cachoeira, mas, graças à coragem e hombridade deste povo foram rechaçados, sofrendo vergonhosa derrota. Eis, em um resumo, como se passaram os fatos: No sábado a noite, 29 de dezembro, recebi um telegrama do Lago, prevenindo-me de que tinha partido, da Bahia para Vila Nova, o alferes da polícia Lucindo, comandando 20 praças, com o fim de praticar violências. Seu aviso me fez espécie. No domingo seguinte, a tardinha, recebi cartas de amigos, avisando-me da chegada da força e de boatos que corriam, da chegada, digo, da vinda próxima do Viana e Severino, para tratarem da nova apuração eleitoral. Incontinentemente compreendi os intuitos daqueles traficantes políticos, e dispus-me a frustrá-los, custasse o que custasse.

Mandei prender cavalos e na segunda feira muito cedo, parti para Vila Nova, tendo antes, durante a noite, expedido avisos para diferentes pontos, convocando correligionários e marcando a cidade como ponto de reunião. Chegando a cidade, reuni os moradores, os predispos a luta.

Com este simples movimento, a força conheceu que estava descoberto o plano e ficou de prontidão. A tarde e a noite, entrou em tropel nossa gente, em trem especial, a cavalo, a pé, formando, com os residentes da cidade, multidão enorme, entusiasmada e preparada. Começou o desânimo da tropa e no insignificante grupo dos nossos adversários chegou o trem de Alagoinhas trazendo, em vez de Viana e Severino, Martins Barbosa e Carlos Leitão com uns 20 capangas da força e do destacamento de Queimadas.

O desapontamento, terror e pânico se debuxaram nas fronteiras dos miseráveis. Passaram a noite em sobressalto. Na terça feira, dia designado para a bernada, não moverão pé nem botaram a cabeça de fora. Na quarta, na passagem do trem de carga para Alagoinhas, meteram-se nele os tais emissários e foram-se corridos... Com a fuga das pestes, voltou a cidade a calma, mas eu lá demorei-me até hoje, porque sendo intimado pela besta do oficial, em nome do governo, para retirar-me da cidade, mandei-o as favas; e chegando-me aviso da Bahia que viria o chefe de polícia com 100 praças para tornar efetiva a tal ordem, entendi lá espera-lo, como efetivamente esperei-o até novo aviso de que o governo tinha recuado, fazendo cessar a prontidão de marcha dos 100 praças e retirando a ordem, na Calçada e Alagoinhas, de preparar trens extraordinários.

Perderam os traficantes o salto e bem podes avaliar como estão aquelas almas danadas. Se tentarem desforra, não respondo por mim. Agora mesmo, se o povo tivesse armas, talvez o ensejo fosse aproveitado para o início do rompimento geral que, a continuar esta ordem de coisas, me parece inevitável...¹³

Essa demonstração de força que acabamos de ver com a leitura dessa carta era na verdade superficial, pois se a considerarmos dentro do contexto político das forças oligarquicas do Estado naquele momento, veremos que ela não passou de uma demonstração de rebeldia do grupo oposicionista, que não causou nenhuma consequência mais ampla no sentido de mudar o equilíbrio de forças que estavam alojadas no poder. Alias, tanto para Gonçalves, como para Jeremoabo o único espaço que lhes restavam para dar margens a expansão de suas práticas de exercício do poder eram as vilas e municípios em que se situavam suas fazendas.

Em abril de 1895 essa situação se confirmou. Chegado o momento da verificação de poderes dos candidatos diplomados para a composição da Câmara dos Deputados e do terço do Senado, os candidatos com certificados(diplomas) organizaram-se para formarem a mesa da câmara que escolhe-

ria a comissão encarregada de considerar a validade dos diplomas. Tanto os gonçalvistas como os vianistas esperavam ver seus representantes aceitos pela comissão de reconhecimento.

O barão de Jeremoabo, presidente do Senado desde 10 de abril de 1893, estava disposto a presidir a sessão, “...Tenho dito a todos que vou presidir a sessão do senado embora seja vitimado como propalam, salvo se os nossos amigos recuarem. O Viana e Lima tem vida, e alguém vingará o meu assassinato premeditado. Não fujo de caretas...”¹⁴

No dia determinado para a realização da 1ª sessão preparatória, ambos os grupos se apresentaram com seus diplomas prontos esperando serem reconhecidos. O estado na época era dividido, eleitoralmente, em três circunscrições, ficando o Conselho Municipal de cada zona responsável pela contagem dos votos e diplomação dos eleitos. O grupo de Gonçalves tinha maioria no 1º e 3º distritos e os vianistas contavam com o 2º distrito e o apoio da grande maioria dos municípios.

Essa divisão de forças não foi levada em consideração, cada grupo deu o número de votos que quis a seus candidatos e consideraram-os eleitos. Esse comportamento gerou contradições. Em alguns distritos foram apresentados candidatos dos partidos opostos, considerados eleitos, com o mesmo número de votos. Era o início de uma série de duplicatas que iriam tumultuar a vida política da Bahia.

Após a duplicata de diplomas apresentados se deu a duplicata do legislativo, pois ambos os grupos organizaram mesas com políticos que lhes fossem favoráveis na verificação dos poderes e no reconhecimento de seus diplomas. Antônio Moniz comenta essa situação: “O interessante é que efetuavam as sessões na mesma hora, não se preocupando um grupo com o que o outro fazia (...) O 2º secretário de uma mesa esperava que o 2º secretário da outra lesse sua ata para então ele proceder a leitura da sua...”¹⁵

Terminada essa etapa, as duas mesas comunicaram ao governador que os membros da Assembléia Geral já estavam escolhidos e aguardaram a chegada da mensagem do governador para darem início aos trabalhos legislativos. No dia 7 de abril, o barão de Jeremoabo, presidente do Senado, com os demais congressistas reconhecidos pela comissão composta por seu grupo, dirigiram-se para o salão, onde o Conselho Municipal da capital realizava suas sessões e ficaram esperando a mensagem do executivo para abrir o congresso.

Na mesma hora em outra sala do edifício do Paço Municipal, local onde funcionava a câmara e onde devia realizar-se a sessão solene da Assembléia Geral, reuniu-se o grupo vianista. O barão de Camaçari, que até aquele momento era o secretário do Senado passou a presidente.

Após longa demora o secretário do Governo chegou com a mensagem de Rodrigues Lima. Negou-se a entregá-la ao barão de Jeremoabo, dirigindo-se a sala onde estava reunindo o grupo vianista. O barão de Camaçari, abriu a sessão, fez a leitura da mensagem enviada pelo governador e declarou iniciados os trabalhos legislativos. O barão de Jeremoabo não se intimidou, desconsiderou a atitude do secretário do governo, e declarou, também abertos os trabalhos para o ano de 1895. Estava, assim, consumada a duplicidade do legislativo baiano que tinha se iniciado com a duplicata dos diplomas.

A luta do mês de abril de 1895 foi grande. Três meses antes José Gonçalves já preparava o espírito do barão: “...Lembra-te que a luta em abril é medonha e que, para afrontá-la precisas de uma reserva de forças...”¹⁶. Os desentendimentos não se limitaram ao 7 de abril. Após a abertura dos trabalhos legislativos pelas duas câmaras que se consideraram legítimas, durante várias sessões o barão de Jeremoabo e Luís Viana discutiram a respeito da validade do funcionamento da Câmara que se constituiu no dia designado para abertura da Assembléia Geral.

Os debates prosseguiram. Luís Viana que sabia que os gonçalvistas tinham a maioria no senado, 13 apoiavam Gonçalves e 4 Viana, protelou o máximo a nova eleição da mesa. Seu desejo era encontrar um jeito de, mesmo sendo o seu grupo minoria, destituir o barão de Jeremoabo da presidência do Senado e eleger uma mesa que lhe fosse favorável. Contando com o apoio do governador Rodrigues Lima, Luís Viana e mais três colegas; Deocleciano Teixeira, Manuel Melgaço e barão de Camaçari, reuniram-se em uma das salas do Senado e sem convocar os demais senadores procedeu o reconhecimento dos senadores situacionistas e elegeu uma nova mesa, dessa vez sob a presidência do barão de Camaçari. A imprensa fluminense apelidou Luís Viana de senador “Casa Toda”, porque foi o único senador que se achava nas bancadas por ocasião da votação.

Dessa maneira, no dia 22 de abril de 1895 o barão de Jeremoabo deixou a presidência do Senado. Resolveu, este, com seus aliados não comparecerem mais as sessões, pois não consideravam legítima a nova mesa eleita. Ainda tentaram instituir um senado paralelo em casa particular, mas não tiveram sucesso por não contarem com o apoio oficial. A 6 de agosto, às vésperas do encerramento do congresso, os senadores gonçalvistas tiveram suas cadeiras consideradas vagas¹⁷ e novas eleições se efetuaram para preenche-las. Desta maneira, após quase seis anos de regime republicano o barão de Jeremoabo era aliado do poder. Passou daí em diante a atuar nos bastidores só voltando a ter prestígio junto ao executivo baiano no governo de Severino Vieira (1900-1904), já no final de sua vida.

Em outubro Jeremoabo passa pelo último golpe que lhe afastou definitivamente das estruturas do poder do Estado. O governador Rodrigues Lima viajou para o Rio por motivos de doença, deixando o cargo vago. Cabia ao presidente do Senado, como primeiro substituto legal, assumir seu lugar. Jeremoabo viu nessa oportunidade uma chance de revitalizar suas forças e do grupo que representava. Os seus próprios amigos o aconselharam a tomar uma posição: “...Acabo de passar-te telegrama, aconselhando que assumas o governo, na ausência do Lima. Bem sei que isso é pró – forma, que não temos forças para apoiar-te; mas, na fase do Viana quanto mais baralhado melhor.

Telegrafei ao Filgueiras para agitar a questão no parlamento; é neste termo que nós devemos colocar até que o governo federal reconheça o perigo da situação e intervenha...”¹⁸

Jeremoabo fez o que Gonçalves recomendou. Assumiu o governo, fez nomeações de chefe de polícia, secretários e delegados, mas não foi reconhecido. O barão de Camaçari na condição de presidente do Senado Vianista tomou posse também do governo e foi legitimado pelos situacionistas. Nem as esperanças de Gonçalves de que o governo federal interviesse vingaram, nem os esforços do barão enviando telegramas a Prudente de Moraes, pedindo apoio foram levados em consideração: “Governo Estado passou exercício Barão de Camaçari, pretexto ser Presidente do Senado. Na qualidade Presidente Senado legítimo compete-me assumir governo; faço-o solicitando de V. Exa. Providências forças federais garantia minha autoridade, única legítima em face da constituição Estado. – *Barão de Jeremoabo.*”

Prudente de Moraes não reconheceu a autoridade de Jeremoabo e transferiu, diplomaticamente, a solução para o Congresso Nacional: “ Governo Federal só pode intervir nos negócios particulares aos estados, nos casos do art. 6º da constituição. Questão legitimidade Senado deste Estado está afeta ao Congresso Nacional. – *Prudente de Moraes.*”

Era óbvio que sendo o barão de Jeremoabo ligado politicamente e por laços de amizade a José Gonçalves, um ex-governador que tinha apoiado o golpe militar dado pelo marechal Deodoro, jamais receberia o apoio do governo federal.

Em 1896 Luís Viana foi eleito governador do Estado. Foram mais quatro anos de ostracismo político para Jeremoabo. Sem o apoio da máquina estadual não mais podia prestar o auxílio e favores que estava acostumado a conceder aos amigos. Esses ressentiam-se dessa situação e quebravam o pacto. Já que não recebiam favores, não se animavam a dar o voto. Ainda procurando se reerguerem, Jeremoabo e Gonçalves procuraram participar do embate político, mas sentiram faltar o respaldo das bases locais: “...Tratei de sondar os ânimos dos nossos amigos de Juazeiro e Capim Grosso. Sabes o

que colhi? Todos pensam que é perigoso disputar a prévia eleitoral e ninguém quer correr o risco da luta.”¹⁹

Em março de 1896 ocorreu um acontecimento que agravou ainda mais a situação dos membros do Partido Republicano Constitucional e o levaram a tomar uma decisão. Morreu Augusto Guimarães, dono do *Diário da Bahia*. Este jornal que no império foi tribuna de seus primos liberais, Manuel e Rodolfo de Souza Dantas, passou na República após a cisão do Partido Republicano Federalista a apoiar o grupo Gonçalves-Jeremoabo, até o falecimento do seu proprietário. O diretório do partido preocupado em não perder o apoio do jornal entra logo em negociação com o intuito de comprá-lo, a proposta porém caducou, “...Nossa proposta de compra caducou e os conselheiros de d. Adelaide que tanto especularam com o negócio que amparem-na...” (Carta a Gonçalves, Regalo, 26 de julho de 1896); e o jornal terminou passando para a mão de Domingos Guimarães.

O grupo gonçalvista teria que tomar uma atitude. Já não tinham voz dentro do governo e agora ficariam sem ter como se comunicar com o público. Teriam que encontrar uma alternativa. Pensaram em fundar um jornal. Não era possível que ficassem sem um órgão de imprensa; “...Não compreendo partido sem imprensa e sem um centro diretor. Apelas para as tuas finanças, que realmente ti deves sobressaltar, mas também a nossa honra política empenhada até o cabelo (...) Por minha vez considero-me vencido, mas não convencido...” (Carta a Gonçalves, Regalo, 22 de setembro de 1896).

Jeremoabo tanto insistiu que conseguiu. Convenceu os demais a fundarem um órgão de imprensa próprio. Este jornal foi denominado *O Republicano*; localizava-se na rua Direita do Colégio nº 30. Teve como diretor Joaquim dos Reis Magalhães e como principais acionistas o barão de Jeremoabo, José Gonçalves e Leovigildo Filgueiras.

Durante o governo de Viana ocorreu a guerra de Canudos (1896-1897). Por esse conflito ter se desenrolado no reduto político de Jeremoabo, serviu de pretextos para disputas políticas e acusações de ambos os lados. O grupo do barão acusava o governo de omissão e este se defendia taxando-os de conivente com a situação. Acusação, aliás, não procedente porque se fosse verdadeira colocaria Jeremoabo em uma posição contraditória com seus próprios interesses econômicos, já que em cartas a amigos queixa-se do prejuízo econômico que as andanças do conselheiro estavam causando às suas fazendas.

A guerra de Canudos não foi surpresa para ele. Ha muito tempo que ele vinha acompanhando os passos de Antônio Conselheiro e seu grupo. Desde o princípio, quando da chegada deste em Itapicuru, em 1874, não o viu com bons olhos. Do Rio de Janeiro, onde estava como deputado geral, rece-

bia as notícias de um homem que arrebanhava o povo para fazer capelas, construir cemitérios e passar o dia rezando. O que começou a lhe causar indignação era ver o povo deixando seus afazeres e trabalho de suas casas e fazendas, nas quais eram empregados, para seguir a orientação do conselheiro. Previu as consequências: a produção agrícola iria decair e prejudicar o rendimento de seus latifúndios.

Após a prisão do líder em 1876, sentiu-se mais aliviado, mas logo depois viu o “fanático” voltar com força total. Não se restringia mais ao âmbito religioso, a mudança do regime incitou-o a misturar as coisas. A República se tornou para seus seguidores motivo de excomunhão. Nessa ocasião, em suas andanças pelo sertão, no arraial de Bom Jesus, o barão encontrou com Antônio Conselheiro, onde tentou convence-lo a mudar de idéia. Até aí o barão atuou como mero espectador.

A partir do ano de 1893 as atitudes de Antônio Conselheiro começaram, cada vez mais, a interferir no poder político dos proprietários de terras. Em três municípios, Soure, Amparo e Bom Jesus; incitou o povo a não pagar impostos e quebrar as tabuletas de cobrança. As autoridades municipais sentiram-se ameaçadas. Nesse momento o barão de Jeremoabo ainda unido politicamente com Luís Viana e Rodrigues Lema teve participação ativa no princípio dos combates aos conselheiristas.

Requisitou uma força policial para Masseté, mas esta foi logo vencida, “...Interferi para que fossem dadas e efetivamente seguiu uma força policial de 30 e poucas praças ao mando do então tenente Virgílio de Almeida, ao qual prestei por mim e por meus amigos as comodidades precisas e que a ocasião permitia. O resultado é por todos conhecido e pesa-me repetir: foi o vergonhoso desastre de Masseté, em que o comandante correu em fuga batida pelos matos, e esbaforido, chegou à vila do Tucano sem bonet, sem espada e com a farda em tiras, deixando seu companheiro alferes Lellis com 16 soldados, que se bateram com heroísmo, escapando alguns milagrosamente...”²⁰

Depois desse conflito armado se dá a cisão política das principais lideranças do estado, como já vimos. Daí em diante o barão passa a não ter mais forças para influir no combate ao conselheiro. A prova disso é que solicita uma força ao governo do estado para perseguir o grupo, esse o concede e depois desta já instalada em Serrinha dá ordens para regressar. Jeremoabo interpreta essa atitude como uma questão política. Eis a versão dele: “...Em vista de derrota tão estrondosa e inaudita mesmo, dupliquei os esforços ante o governo estadual, que obtive do ínclito marechal Floriano Peixoto toda a força que fosse precisa para nova expedição ao encalço do fanático. De fato surgiram oitenta praças de linha, com grande dispêndio dos cofres estaduais, para Serrinha, onde demorou-se alguns dias e, não sei por que; tem contra-ordem de regressar, sendo eu talvez o único que se opôs a esse ato,

que ainda hoje não sei qualificar nem classificar. Então, diziam os que pensavam ex adverso, que eu era violento, irrequieto, sanguinário por querer o desagravo e punição em cumprimento da lei com pequeno sacrifício de dinheiro e de vidas...”²¹

O fato é que nesse momento já haviam dois partidos opostos disputando o poder político na Bahia: O Republicano Federal, liderado por Viana e o Constitucional por José Gonçalves.

De 1894 até o massacre final a questão de Canudos se tornou essencialmente política para os dois grupos rivais. O grupo do barão acusava o governador Luís Viana de não agir adequadamente no combate a Antônio Conselheiro na zona do sertão, com o objetivo de fomentar o pânico entre a população, impedindo, assim, que eles mantivessem o controle sobre as eleições locais; já os vianistas insinuavam que o barão tinha interesses políticos em Canudos. Até o termino da guerra ambos os grupos se hostilizaram e trocaram acusações, cada um procurando tirar proveito das situações.

Jeremoabo não teve participação direta no desenrolar do conflito, pois estava fora do poder, mas não deixou de combater Antônio Conselheiro e seu grupo que eram uma constante ameaça a suas propriedades aproveitando-se, também, sempre que podia para extrair resultados que lhe fossem favoráveis na disputa política contra os vianistas. A nível local a vitória sobre Canudos fortaleceu o governador Luís Viana que por mais dois anos fez oposição aguerrida ao barão de Jeremoabo.

O ano de 1898 foi muito difícil para o barão. Apesar da guerra de Canudos já ter terminado ele sofreu, com seus amigos, a pressão que o governo fazia nos municípios em que tinha influência, seja através de leis, ou da violência em cima das autoridades que fossem partidárias aqueles que fossem oposição ao governo.

Os juizes que possuíam uma responsabilidade muito grande por terem como uma das suas funções a supervisão das eleições, passaram a ser nomeados a dedo pelo governador Luís Viana. Quando algum deles lhes era contrário nas atitudes ou no processo eleitoral “ a violência irrompia antes do registro dos eleitores...”²² O barão sentiu na pele essa política através de seus amigos, “ ... O juiz de direito tem sofrido tantos desacatos nas audiências na casa das câmaras que se viu coagido a transferi-los para sua casa particular; anda armado para não ser impunemente desrespeitado pelos jagunços e soldados. Tudo isso, compreendes, tem um fim: provocar um conflito que dê pretexto a sua remoção...”²³

Agindo já dentro de uma prática coronelística, procurando não perder o comando da política local e regional, Jeremoabo e outros chefes políticos do interior do estado, começaram a se articular de maneira tal que começaram a funcionar como se fossem um estado informal no sertão.

A política de Luís Viana que foi a de expandir suas bases de poder pessoal através de todo o estado, utilizando-se para isso da violência quando encontrava resistência a seu desejo de supremacia política levou o barão a adotar uma política de cautela e reação. Sentia a pressão da Força Pública do Estado e dos “Jagunços pessoais do governador”²⁴. Reinava um clima de medo pelo sertão. Em uma de suas viagens para suas fazendas o barão que só andava acompanhado de quatro a cinco homens, quando um deles lhe disse que tinham perdido a trilha da estrada, não acreditou, pensou que fosse traição política. Ordenou que os outros apontassem-lhe as armas até que encontrasse o caminho.²⁵

De outra feita não aceitou a interferência política das autoridades nomeadas para seus municípios de influência. De uma certa vez, quando um delegado governista ameaçou prender um protegido seu, caso ele aparecesse em Alagoinhas, o barão não só o protegeu em sua fazenda, como provocou a autoridade pública. Enviou um carro de boi para a fazenda onde estava homiziado o seu amigo e combinou com o carreiro, que enchesse bem o carro de sementes e abrigasse no meio o seu protegido, estabelecendo, porém, com o condutor que passasse na praça principal de Alagoinhas, parasse o carro, e chamasse atenção para que fosse bem visto, puxando conversa e tomando uma pinga na bodega principal, deixando transparecer para os que não o conheciam, que era carreiro do barão e só então retornasse. Cumprida as determinações o carreiro continuou a sua missão, voltando ao Camuci-atá, com o perseguido político salvo da prisão. Após o retorno o barão fez uma carta ao delegado, narrando o ocorrido e que seu amigo já estava salvo sob sua proteção e caso duvidasse apurasse na praça de Alagoinhas, se naquele dia, em uma determinada hora, em uma bodega da cidade, o carreiro do barão tinha passado, com seu protegido, e tomado até uma pinga.²⁶

Tinha meios para agir desse maneira, pois contava com a lealdade política e social de seus dependentes. Os familiares, parentes, afilhados de batismo ou de casamento, agregados, todos lhe deviam favores ou precisavam de sua interferência para a resolução de problemas tanto a nível político, como no pessoal.

Da leitura de um trecho de uma carta enviada ao barão pelo coronel Ezequiel Ferreira Batista, cidadão abastado e acatado em Itapicurú, membro de uma grande família, podemos observar a influência de Jeremoabo em assuntos privados: “... Tendo sido V. Exa. o primeiro amigo que lembrou-me a fatura de minha partilha em vida com meus filhos, por isso estou resolvido faze-la, e informando que V. Exa estaria aqui no princípio deste mês de outubro, por isso marquei minha reunião para o dia 20 do próximo mês de novembro, em cujo dia conto aqui com a presença de V. Exa., e espero que não me faltará. Aqui fico muito pronto às ordens de V. Exa...”²⁷

1 - Antônio Caspary Cesar
 2 - Tia Nati
 3 - Sidiemo Batista
 4 - José Apolinário
 5 - Pedro Fato
 6 - Totinho Febra
 7 - Chico Batista

8 - Tônia (suave)
 9 - Pedro Jardim
 10 - Terezinha do Carmo
 11 - Caspary
 12 - Tia
 13 - Tereza Borges
 14 - Terezinha Borges
 15 - Tônia

16 - Tereza filha do Barão
 17 - Tia Bassoca
 18 - João Batatinha
 19 - Oscar filho do Silva



I - Tia Onilga
 II - Tia Arlete
 III - Tia Cecília
 IV - Tio João
 V - vovô
 VI - Tia Mariana
 VII - Tereza

VIII - vovô
 IX - Tereza (mãe)
 X - Tia Nêda
 XI - Tia Jêta
 XII - Tia Antônio

Família do barão de Jeremoabo reunida nas escadarias do solar do Camuciá. Além dos familiares vemos amigos, agregados e vaqueiros com sua indumentária, todos unidos em torno do chefe patriarcal. "Maria Graham ficou encantada com certos aspectos da vida da família no Brasil: um apego, uma intimidade, uma solidariedade entre as pessoas do mesmo sangue que lhe recordaram o espírito de clã dos escoceses", In FREIRE, Casa Grande..., p.342. Foto ABJ, princípio do século XX.

Dentro dessa estratégia política de reforço de alianças através do compadrio, mas também por relações pessoais de amizade, não perdia a casamentos e batizados para a qual era muito requisitado: “ Dr. Flávio Guedes de Araújo, nasceu aos 7 de maio de 1863, casou-se em 27 de junho de 1896, na fazenda Piabas, com D. Elvira Gonçalves da Silva Araújo, filha do Dr. José Gonçalves da Silva, sendo eu uma das testemunhas do seu consórcio, a que assistiu também meu filho Antônio(...)” Mais adiante registra de novo: “ Dr. Graciliano Marques Pedreira de Freitas, casou-se em Monte Alegre, com D. Mariana Farani de Freitas, filha do Sr. Nicolau Farani, a 16 de abril de 1898 de cujo ato fui testemunha, e presentes meus filhos, em 5 de fevereiro de 1899 nasceu seu 1º filho Lauro, que faleceu.”²⁸

Apesar de ir sobrevivendo na sua zona de influência política, a posse do presidente Campos Sales, em 1898, só veio piorar a sua situação. A “Política dos Governadores” adotada por esse governo veio institucionalizar as práticas coronelísticas, que nesse período atingiu seu auge. Tudo funcionava na base dos compromissos, trocas e alianças, estabelecidas entre o presidente da República e o governador do Estado, entre este e o chefe político local. Os primeiros ofereceriam os empregos públicos e a garantia de reconhecimento de seus candidatos nas câmaras estaduais e federal, os terceiros ofereciam aquilo que era mais precioso a um político: o voto.

O problema era que desse esquema só participava quem estivesse aliado ao governador, caso contrário de nada adiantaria ter uma infinidade de votos, pois caso chegassem a ser apurados eram jogados fora, do mesmo modo que seu dono era ‘degolado’.

O desprestígio político na área estadual reflete-se na federal. Aproximava-se o 1º de março de 1898, data para as eleições dos candidatos a presidência da República. No Rio o Partido Republicano Federal cinde-se. Os situacionistas ficaram com Prudente e os oposicionistas com Francisco Glicério. Ambos apresentaram chapa; os primeiros indicaram Campos Sales e Rosa e Silva e os outros Lauro Sodré e Fernando Lobo.

Na Bahia a divisão de forças alimentadas pelas disputas partidárias e interesses eleitoreiros, temperada pelos ódios suscitados pela guerra de Canudos, contribuíram para aumentar os antagonismos. Luís Viana e seu grupo, como não poderia deixar de ser, apoia o presidente da República que havia lhe dado forças na época das disputas políticas no senado baiano, em 1895; Jeremoabo e Gonçalves demonstraram sua simpatia pelos gliceristas.

Faltando duas semanas para a realização do pleito para as eleições o diretório do Partido Republicano Constitucional se surpreendeu com o manifesto que o barão de Jeremoabo publica no ór-

ção de imprensa do partido, o *Republicano*; recomendando a abstenção eleitoral. Era uma posição pessoal que tomava, não representava a posição do seu partido. O próprio jornal *Republicano* antes da entrega do manifesto que publicou, inseriu uma crítica ao posicionamento independente do seu acionista: “Do nosso intransigente correligionário e prestigioso chefe político, o Exmo. Sr. Barão de Jeremoabo, recebemos, para publicar...” (*O Republicano*, 01/03/1898).

O barão no próprio manifesto justifica sua atitude: “(...) Em 38 anos de lutas políticas, jamais aconselhei abstenção das urnas a meus amigos; a situação excepcional, porém a que nos levaram os governantes, trancando as urnas ao povo, e nomeando pelo bico de pena e ponta das baionetas os seus representantes, força-me, nesta quadra singular, aconselha-a (...)” (*O Republicano*, 17/02/1898).

A essa altura não esperava mais Jeremoabo ser candidato em nenhuma eleição. Aos 62 anos já se considerava velho e cansado. Todas as conjunturas lhe eram desfavoráveis. Estava na presidência Campos Sales, o candidato apoiado pelo, “régulo desta aldeia”, Luís Viana, que está se assenhorando do estado, como sabes, e milionário...”²⁹

Porém, estava o barão em Salvador mudando-se da sua casa da rua de Baixo (atual Carlos Gomes), para a nova residência que tinha adquirido no largo de Roma, quando começou a receber insistentes cartas de Francisco Glicério, Pinheiro Machado, Cassiano Nascimento, Lauro Sodré e outros convidando-o para fazer parte da “Concentração Republicana”, e por ela sair como candidato ao senado federal.

O barão relutou em aceitar pois enxergava a situação, “...ali (Rio) conhece-se a capital e o sul da união, unicamente. Lembraste que no império as pequenas províncias eram burgos podres, hoje, na república é todo o norte e ficas certo que, com este regime, não há possibilidade de melhorarmos dentro da lei. Os estados são fazendas dos governadores...”³⁰; mas conseguiram-no convencer, propondo o apoio de Prudente de Moraes e Júlio de Mesquita, tendo como objetivo resistirem à orientação do governo de Campos Sales, de só serem reconhecidos eleitos os candidatos indicados pelos governadores estaduais.

O resultado do embate foi o fracasso previsto e temido por Jeremoabo. Campos Sales a fim de obter o apoio dos representantes dos estados no congresso nacional; pôs em prática a denominada “Política dos Governadores”, somente prestigiando o reconhecimento dos deputados e senadores federais indicados pelos governantes dos estados, que em troca o apoiaram em torno dos assuntos relativos a política geral do Brasil. O barão como não era candidato pelo grupo do governador Luís Viana não foi reconhecido para a vaga no senado por conta da ‘degola’.

O que mais irritou-o, porém, não foi a derrota, que já não era surpresa, mas a rapidez com que os membros da “Concentração” desfizeram o grupo e seguiram em busca do reconhecimento do governo. Em um manifesto publicado no *Estado da Bahia*, datado de 18 de maio de 1900, desabafou, “... Por amor ao governo, e em execução do originalíssimo critério da Presidência da República, os chefes da “Concentração” dissolveram o seu partido, como se liquidassem uma casa comercial para entrar em negócio mais lucrativo...”

O barão de Jeremoabo talvez tivesse esquecido de que não fazia parte da rede de ‘compromissos’ que alimentava o processo político, mas logo que soube do resultado definitivo percebeu que não tinha mais condições de lutar: “...Aqueles que, quando me procuraram para seu aliado, sabiam que eu não era o sr. Luís Viana, adotaram o alto critério de que só podiam ser válidas as eleições dos governadores...Volto de novo ao retraimento que me impuseram, levando a mais profunda das desilusões...”³¹

O retraimento a que se refere deu-se nos municípios em que situavam-se as suas inúmeras fazendas espalhadas pelo sertão. Nelas poderia ainda dispensar seus favores, mostrar-se protetor e receber em troca os votos, que mesmo sabendo que não iam ser reconhecidos pelo governo, dava-lhe a satisfação de ter sido aceito pelos seus eleitores, satisfação essa decorrente de uma qualidade que lhe era muito cara – a “gratidão”.

5.1. BASTIDORES: UM CORONEL NO SERTÃO

Afastado do poder, desde a ascensão de Luís Viana ao governo do Estado, “... O Lima-lama fazendo reação e satisfazendo o Viana em tudo. Já está este freguês aposentado com 12 contos, com retrato a óleo no tribunal a custa do tesouro e esperando vender metade do S. Estevão por 100 contos! Consta que é o candidato a governador...”³²; Jeremoabo retira-se para suas propriedades rurais, onde passa a se dedicar com mais afinco a elas.

No engenho Santo Antônio do Camuciá já podia usufruir do conforto e requinte de sua nova ‘casa – grande’. Esta foi edificada no mesmo lugar em que existiu o sobrado levantado pelo capitão-mór João Dantas dos Imperiais, seu avô. Iniciou-a ainda no império com a colocação da primeira pedra no dia nove de janeiro de mil oitocentos e oitenta e oito. As obras duraram seis anos. Além das dificuldades com o transporte do material, conduzido de Salvador até Alagoinhas de trem e desta cidade até o Camuciá (Itapicuru) de carro de boi; teve que regradar seus gastos com a constru-

ção, pois tinha que dividir seu orçamento com a política e com os constantes prejuízos que as secas lhe causavam nas suas fazendas do sertão. Para atenuar este problema dedicava uma verba para construção de açudes situados nas zonas mais críticas. Só em dois deles gastou 773:46 réis com o pagamento da mão de obra, com a compra do material de construção e com “farinha, feijão, milho, carneiro, bode, bacalhau, café, cachaça e vinho”³³ para alimentação dos trabalhadores.

O Engenho Central do Bom Jardim que podia ter financiado a obra e acelerado a sua construção, já estava em processo de decadência no final da década de 80. A crise da mão de obra resultante dos movimentos abolicionistas, planos inadequados para trazer trabalhadores livres para a região açucareira, o elevado preço dos fretes no transporte das cargas; deixou o Engenho Central impossibilitado de moer cana suficiente para cobrir suas despesas e dar dividendos.³⁴ Muito pelo contrário, os principais donos da Usina só tiveram prejuízos. Preferiram, assim, vender Bom Jardim à Companhia Agrícola Usinas e Terras, representada pelo Banco Emissor da Bahia e pela Companhia Industrial e de Melhoramentos da Bahia. A usina com suas 40 tarefas de terra, 17 quilômetros de estrada de ferro e o engenho Bom Sucesso com 736 tarefas de canavial foi vendido por 400 contos. Menos da metade do preço que valia.

João Ferreira de Araújo Pinho tentou consolar o barão de Jeremoabo lhe mostrando as desvantagens de negociar com açúcar naquele momento, após ter recebido a confirmação da venda da Bom Jardim pelo próprio barão: “...Já deve saber que vendemos nossa fábrica com o prejuízo superior a 400 contos! Com os ingleses não podemos trabalhar...”³⁵; ao que respondeu Araújo Pinho, “...Vejo de sua carta que venderam a fábrica com grande prejuízo. Console-se com a certeza de que a indústria do açúcar entre nós está condenada, porque não tem mercado. A Europa fechou-nos as portas com o ferrolho de impostos proibitivos, a América do Norte fez de leão com o seu convênio e ainda em cima atira-nos o sarcasmo de fazer concessões iguais à Espanha; a nossa produção superabunda às exigências do mercado interior e portanto...”³⁶

O fracasso do empreendimento do Bom Jardim é mais um fator, além do fato de estar afastado do poder, que estimula o barão a voltar sua atenção para as suas propriedades rurais no sertão da Bahia. O sonho de restaurar a decadente economia açucareira no recôncavo baiano não se concretizou. O Engenho Central que fora construído com os melhores equipamentos da época, inaugurado com toda a pompa e responsável pelo título nobiliárquico que recebera, estava em crise. A alternativa que lhe parecia mais viável economicamente era investir em suas fazendas.



Lateral do solar do Camuciatá, vendo-se ao lado a chamada “casa de baixo”, que já existia desde o tempo do cel. João Dantas dos Reis, pai do barão. Nesta, Jeremoabo residiu, após a queda do sobrado construído pelo seu avô, o cap – mór João Dantas, até terminar a construção do solar em 1894. Foto ABJ.

Moagem

66 Melladuras do Engenho

Larradores a pagar

João ^m Borges	1 melladura	24 Canadim	metade	12
Rozendo	2	"	"	21
Manoel João ^m	2	"	"	21
José Mezato	1	"	"	11,0
	6	"		65,0

1º de Novembro de 1894

Notas feitas pelo barão de Jeremoabo, referentes a
moagem do engenho em 1 de novembro de 1894.
Arquivo ABJ.

Mesmo diante de tantas conjunturas desfavoráveis, o barão não mediu esforços para concluir a edificação do solar do Camuciatá. Contratou mão de obra especializada, o artista Pedro de Alcântara Santos para supervisionar os trabalhos dos pedreiros e Francisco Xavier de Carvalho, para orientar os carpinteiros. Finalmente a 10 de março de 1894 inaugurou solenemente a sua nova residência com a presença de 136 convidados além do grande número de moradores da fazenda.

O imponente casarão de dois andares, pintado de amarelo de alto a baixo, a brilhar ainda mais na claridade da caatinga, foi o orgulho do barão de Jeremoabo e de seus descendentes, que nele viveram, seja como residência ou passando temporadas de férias. Nele morreu, Mariana da Costa Pinto Dantas, baronesa de Jeremoabo, em setembro de 1913, já septuagenária e viúva, após uma vida tranqüila e folgada, sem tropeços e maiores dificuldades. Para levar o corpo da baronesa para ser enterrado na matriz de Itapicurú, seu filho mais velho, João da Costa Pinto Dantas, escolheu oito bois, todos pretos, para conduzir o esquife. O pasto envolta do sobrado encheu de gente de todos os engenhos, fazendas, vilas e cidades da região, que só retiraram-se após acompanhar o carro de boi até a igreja. Matriarca do Camuciatá, após a morte do barão em 1903, acompanhou, com seus cuidados e conselhos, duas gerações. Viu nascer, já doente, o seu neto Anibal da Costa Pinto Dantas, que nasceu no Camuciatá, porque não quis sua nora ir para Salvador, devido ao seu grave estado de saúde. Na capela da casa – grande presenciou muitos batizados e casamentos dos moradores do engenho.

O sobrado do Camuciatá foi construído no mesmo local em que existia o do capitão – mor, João Dantas dos Imperiais Itapicurú. Foi construído de sorte a poderem seus moradores aproveitar o frescor dos riachos e brejos que passam atrás da vivenda. A posição estratégica da residência, em zona intermediária do sertão baiano foi providencial. Os terrenos situados aproximadamente a 500 m em frente da casa não eram beneficiados por fontes ou riachos, sendo secos e arenosos. A escolha do local da construção foi, exatamente, para livrar-se das pastagens secas. A casa assobradada ficou envolta por brejos e ramificações do riacho “Camuciatá”. Aliás as terras do engenho na sua parte de baixo, no fundo da casa – grande, eram muito férteis. O próprio nome da propriedade sugeria fertilidade. Camuciatá é uma palavra indígena cuja etimologia é “Camussi – pote, vaso; etá – muitos”, riacho da região que nasce na fazenda Periperi e que percorre as terras de baixo do Camuciatá, desaguardo no rio Itapicurú.

O sobrado do Camuciatá não confirmava o ambiente simples, de quase pobreza, observado nas residências dos fazendeiros do sertão nordestino, já assinalado tanto pelos naturalistas e viajantes do século XIX, como pelos historiadores e sociólogos que estudam o assunto, dentre eles destacando-



Família do barão de Jeremoabo. Sentados, seu filho e nora, João e Ana Adelaide Dantas. Em pé, atrás do casal, da esquerda para a direita, seus netos: João, Cícero e José e na linha de frente, da esquerda para a direita: Jesuína, Mariana, Artur, Antônio, Adelaide e Anibal. Com exceção de Anibal, todos estão de luto pela falecimento da baronesa. Foto ABJ, 1913.



Vemos no interior da Casa Grande do Camuciatá, no salão de visitas principal, a família do barão reunida, com alguns amigos e agregados. "Dentro daqueles solares, mais prata, sêdas e jacarandas e louças da Índia, que conforto. Quadros muito poucos. Retratos em abundância. Multidão ruidosa de domésticas." PINHO, *Cotegipe...*, p.629-30. Foto ABJ, princípio século XX.

se Gilberto Freire. Em alguns de seus trabalhos, salientou o sociólogo pernambucano a diferença entre a casa – grande da região pastoril e a dos engenhos do litoral, principalmente os solares do recôncavo baiano.

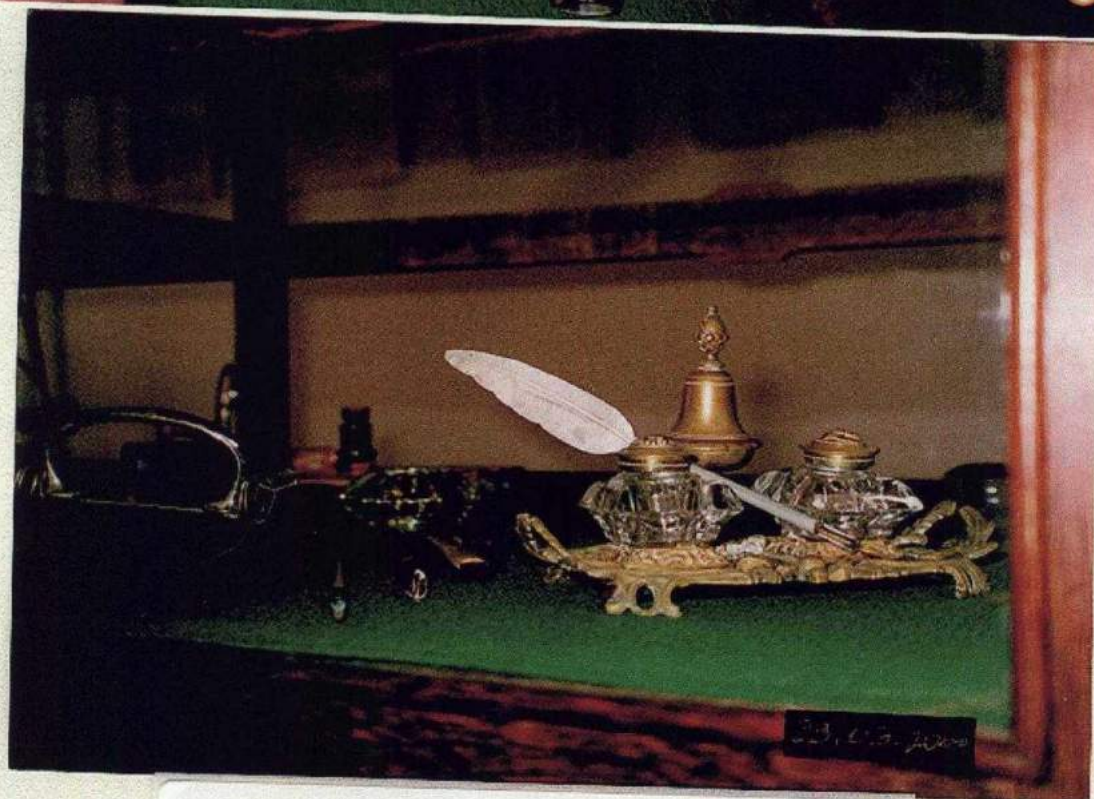
Era rico e abundante o mobiliário do sobrado do Camuciata. Espalhava-se por um hall de entrada, cinco salas, uma saleta, dez quartos, escritório, capela, uma cozinha no andar superior e uma cozinha externa, um banheiro, três varandas – era uma grande casa, uma das maiores do sertão da Bahia e que ainda hoje sugere ao visitante admirado curiosidades e perguntas.

No decorrer dos anos, quando alguns amigos lhe censuravam por ter gasto tanto dinheiro na construção de uma casa de fazenda em um município tão longe da capital, respondia sem arrependimento, deixando transparecer no final a influência que o imperialismo inglês exercia sobre si: “Não bebo, não jogo, não gasto com mulheres, mas tenho direito a ter dois vícios: um é a política, outro é está obra. Quando os ingleses tomarem conta do Brasil verão que aqui morou um homem de gosto!”³⁷

Segundo a tradição oral da família o cômodo do solar em que o barão permanecia por mais tempo era o escritório. Seu neto, João da Costa Pinto Dantas Júnior, que na época do falecimento de Jeremoabo contava 5 anos de idade, relembra a sua convivência com o avô: “Trancava-se no escritório e não admitia que o interrompessem ou o chamassem. Quase no fim da existência foi que veio abrir a exceção para os netos. Minha avó, propositadamente, mandava-nos bater à porta: meu mano mais velho e seu homônimo e afilhado, e eu. Ele nos atendia, dava-nos entrada, entregava-nos à cesta de papéis e continuava no labor incessante e afanoso; mais, surgindo qualquer rusga, nos expulsava do gabinete”.³⁸

Nessa fase de sua vida, onde estava afastado da política oficial, mas não da política como um todo, como veremos mais adiante, assumiu com mais interesse a postura de fazendeiro. José Gonçalves, também afastado dos cargos públicos se interessava em acompanhar as melhorias que o amigo introduzia na fazenda, “...Vieram bem os animais que mandastes vir da Europa? Andas muito bem avisado marcando melhor a raça dos teus animais. Se eu pudesse faria o mesmo...”³⁹. Referia-se Gonçalves à compra feita pelo barão de reprodutores de Lisboa, da Espanha, Argentina e sul do país; além da introdução da criação de gados Zebú e Caracú.

No âmbito da agricultura também fez melhoramentos. Raciocinava que o investimento em suas fazendas era no momento a atividade econômica que poderia lhe trazer mais lucros. Afinal de contas não dispunha mais do ‘Bom Jardim’, não tinha o açúcar, muito menos escravos. Com essa mentali-



Objetos pessoais do barão de Jeremoabo, notando-se, nas fotografias, a louça monogramada – CDM, a xícara com proteção para não sujar o bigode, o tinteiro, a carteira de couro personalizada, o óculos e o copo de prata. Foto Consuelo Novais Sampaio, 2000.

dade procurou inovar a agricultura da região, plantando as gramíneas Gordura e Jaraguá, com sementes fornecidas por Moura Brasil, presidente do Centro de Lavoura do Café e da Sociedade Nacional de Agricultura. Da fazenda deste no Rio de Janeiro, trouxe sementes de feijão japonês para ele e um cartucho para Gonçalves, “... Trouxe pouca porque não pude obter maior quantidade, mas serve, avista do rendimento, que dizem ser espantoso, para a semente. Vi 2 pés em um jardim; uma qualidade. Cresce, como o feijão de corda, e precisa de ser amparado por varas para enramar, outra e é rasteira. Dizem ser gostoso, o caroço é miúdo. A semente que tenho (a que só tirei por ser para ti) só depois de plantada conhecerei se é rasteira ou não. Sabes donde obtive-a? Do Jabuticabal. Talvez 2 quilos. O Moura Brasil está prestando grande serviço a agricultura pelo qual é fanático...”⁴⁰

As mudanças a nível de novidades e transformações tecnológicas chegavam tão lentas ao sertão da Bahia que sua população ficava envolta em uma espécie de redoma invisível que os tornava resistentes a inovações. Um fazendeiro do município de Itapicurú, Francisco Barreto Dantas, primo do barão de Jeremoabo e dono da fazenda Mamão, vizinha ao Camuciatá, quando viu seu primo plantar capim, admirou-se com a novidade dizendo que capim não se plantava, porque nascia através da força da natureza.⁴¹

O controle das economias de suas fazendas era feito pessoalmente todo ano. Reservava de um a dois meses para percorrer a cavalo suas 61 fazendas no sertão⁴², “...Tua Comadre vai indo sem maior novidade, porém magra, pálida. Sempre usando remédios. Deixo de leva-la agora por ter precisão de andar pelo sertão...”⁴³

Muitas vezes era obrigado a abri estradas no meio do mato e catinga do sertão para facilitar o acesso as suas fazendas e vilas do interior. Um exemplo disso foi a estrada que fez, para suas viagens, do Camuciatá até Vila Rica, atual Crisópolis. Esse caminho, passados 98 anos de seu falecimento, ainda é conhecido como a estrada do barão.

Além disso mantinha administradores nas principais (Camuciatá e Regalo) e vaqueiros nas demais. Durante o ano se correspondia várias vezes com seus vaqueiros, dando ordens e recebendo informações a respeito do clima, do gado e das plantações, “...Os gados continuam sem valor por toda a parte e eu não tenho remédio senão vender o nosso, que começa a sentir por causa do maldito carrapato, segundo informaram-me os vaqueiros em cartas ontem recebidas...”⁴⁴

Para reforçar ainda mais o controle tinha o hábito de convocar seus vaqueiros para se reunirem uma vez por ano na sua residência no engenho Camuciatá. Conta a tradição oral da família Costa Pinto Dantas que os vaqueiros chegavam todos paramentados com a indumentária típica: Chapéu,

José Joniviano de Macedo _____ Guaratã
 Pedro Nabullo de Macedo _____ Tamboré
 Antonio Ladislau de Jesus _____ Poço da Lapa
 João Simão de Andrade _____ Bacimbu

Determino que, de o Sr. João Simão Campos, valize a
 compra de 20 cabeças de gado de criar como Mr. P. Chubb,
 immediamte cada um dos mencionados vaqueiros, isto
 a saber 20 cabeças, para cada fazenda, sendo o maior n.º
 de fumeas para o Poço da Lapa, que é a maior das fazendas.
 Assim ir todos fumeiros, levando cada um 5 ou 6 tanques
 dor. O fumeiro é o mesmo, isto é, que tem um lugar dif-
 ferente para cada fazenda a fim de não haver mistura,
 por exemplo, uma na canoa, outra na poligonalita, outra
 na esquadra, outra na fumaça &c. - Mas deve haver de-
 novra para o gado apascentar o verde &c.

Camuciata, 2 de maio de 1903-

Barão de Jeremoabo

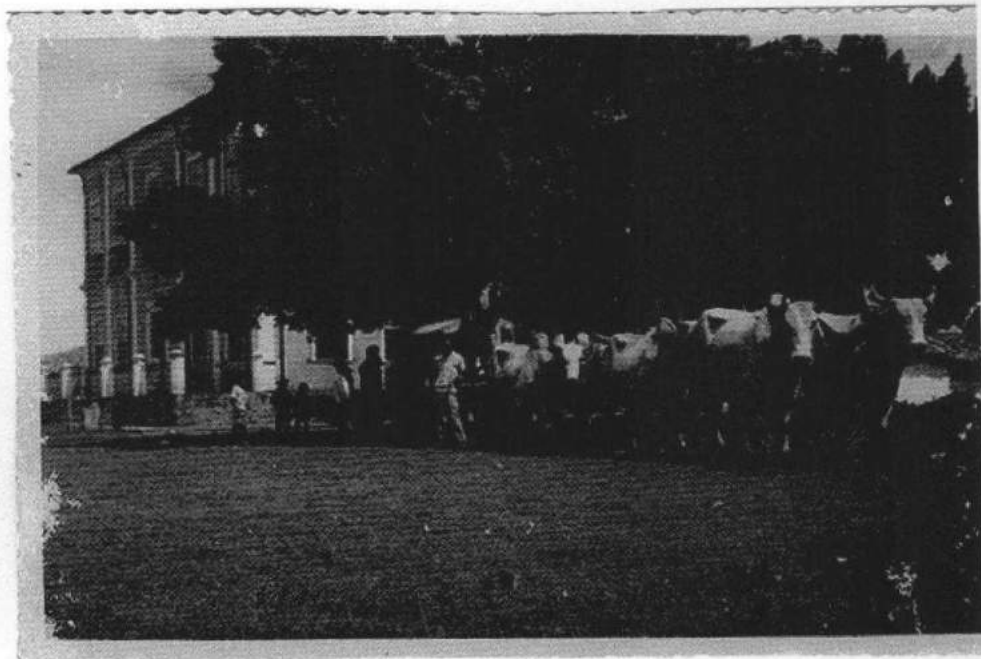
jaleco, gibão, perneiras; tudo de couro e que ao entrarem na ‘casa – grande’ deixavam do lado de fora o chapéu e o facão, que sempre traziam amarrados à cintura, em sinal de respeito e consideração ao dono da casa. Após os cumprimentos todos os vaqueiros eram convidados a sentarem na mesa principal, para o almoço, junto com a família do barão. Esse costume foi mantido até 1940, ano do falecimento de João da Costa Pinto Dantas, filho mais velho do barão.⁴⁵

De um de seus vaqueiros o barão guardou uma recordação especial, “Manuel Luís Barreto, meu velho amigo e ex-vaqueiro de toda confiança de meu avô, de meu pai, e meu, nasceu a 20 de novembro de 1800 e faleceu a 11 de fevereiro de 1888, com 87 anos, 3 meses e 9 dias.”⁴⁶

A família do barão crescera, além dos dois filhos que começavam a ingressar na política já haviam nascido três netos: Cícero, João e José. As viagens que eram feitas de trem de Salvador até Alagoinhas e desta cidade até o destino final (Itapicurú) a cavalo e carro de boi, ganharam mais conforto. Para transportar a baronesa já envelhecida e a nora, com os filhos pequenos mandou o barão construir um carro especial : “ O carro que transportava as senhoras era coberto, tinha duas janelas de cada lado e era pintado de cor azul. Por dentro era forrado por cima do taboado com colchão, esteiras de junco e colchas bordadas. Em frente pendurado no teto, um pequeno lampião que era aceso nas viagens noturnas. Era puxado por uma junta de oito bois que dos que pude lembrar se chamavam: Carinhoso, Viajante, Talento, Bem se Ama e Desempenho. O carro que conduzia a baronesa era sempre “carreado” pelo mesmo carreiro, pessoa de sua absoluta confiança. Chamava-se Cirilo Moura.”⁴⁷

Era este carro, que conduzia a baronesa para o Camuciá. Primeiro nas longas viagens das estações de trem de Esplanada, Timbó e por fim o Barracão (Rio Real) de acordo com a construção da estrada de Alagoinhas até Sergipe. Acompanhado a comitiva a cavalo, o barão, os filhos e amigos que se incorporavam ao grupo, reservando-se de uma localidade a outra.

A chegada ao engenho Camuciá era festiva. O administrador, os vaqueiros, agregados e moradores já estavam de prontidão para receber a família do barão. O vida campestre deleitava a todos, chegar pela alvorada a sacada das janelas que descortinava os canaviais e as pastagens do gado, escutando o canto em ritmo compassado dos cardeais, papa – capins, azulões; ir ao entardecer percorrer as plantações; e durante o dia escutar, na quietude do campo, o lento ranger das moendas, sentindo o odor adocicado dos caldos e melaços que provocam sonolência e levam todos a uma sesta nas redes penduradas nas varandas.



Carro de boi mandado construir pelo barão para transportar a baronesa, a nora e os netos pequenos. Este carro transportava a família da estação de trem, no Barracão, até o Camuciatá. Era coberto, tinha duas janelas de cada lado e era pintado de cor azul. Por dentro era forrado por cima do taboado com esteiras de junco e colchão. Foto ABJ.



Aspecto cotidiano da vida bucólica da família de um senhor de engenho nos arredores da casa grande. Vemos os netos dobarão de Jeremoado embaixo de uma frondosa árvore, onde as mulheres tocam bandolim e os meninos cuidam dos animais de estimação. Da direita para esquerda: Artur, Adelaide, Mariana, João, Antônio, Anibal, Jesuína, e Carmen, todos Costa Pinto Dantas. Ao lado Maria José, filha de moradores do engenho e afilhada de Jesuína. Foto ABJ, princípio século XX

O entardecer no engenho era movimentado. Os filhos e depois os netos do barão realizavam cavalgadas, passeios, pelos engenhos, fazendas mais próximas. Visitava-se o engenho Pau-Ferro, de Antônio Felix de Souza, compadre de João da Costa Pinto Dantas, chamado de compadre *Totônio*; de carro de boi e a cavalo iam ao engenho Manco da família Borges, as mulheres em sela de banda, os homens em selas ricamente trabalhadas, embelezando, ainda mais, os bonitos cavalos com arreios de prata.

Passeios mais longos eram menos freqüentes. Somente quando iam dormir em Itapicurú, para assistir as festas de natal, reis e da padroeira da cidade, N.S. de Nazaré. Lá ficavam todos na residência em estilo Chalet que o barão começou a construir e seu filho concluiu. Quando o carro de boi e os cavaleiros chegava na cidade com a família do barão era um acontecimento em Itapicurú.

A vida no Camuciatá era movimentada. Tinha seus tempos, suas regras e condutas. As refeições, por exemplo, de acordo com o depoimento de Álvaro Pinto Dantas de Carvalho, bisneto do barão, eram feitas de acordo com um horário estabelecido pelo mesmo e continuado por seu filho João, para efeito de trabalho de leitura e correspondência, atendimento do administrador, empregados e amigos, bem como saída a cavalo para fiscalização dos serviços da lavoura. O café ficava na mesa até 8 horas da manhã com café, ovos, aimpim, mingau, queijos, requijão, etc; o almoço era servido 9 horas; ao meio dia, mesa posta com merenda (bolos, doces, licores, etc.) e as 20 horas, café ou chá, com biscoitos e bolos.

O passadio no sobrado do Camuciatá era farto, como de costume nas casas – grandes senhoriais. Banquetes de vitelas, porcos, galinhas, perus. O luxo imperava tanto em dias de festa como no diário. As sobremesas, doces e guloseimas de açúcar servidos em compoteiras de cristal davam o tom e refastelavam os donos da casa e convivas. A dispensa do Camuciatá estava sempre cheia, não só de gêneros da região, como também de produtos importados, como bebidas, enlatados, etc. Não obstante a distância da capital e as dificuldades de transporte para se ter acesso ao engenho, o barão tinha tudo do bom e do melhor em sua dispensa e adega. O vinho vinha em barris no trem até o Barracão (Rio Real), onde daí era transportado em mulas ou carro de boi para o Camuciatá. Para se ter uma idéia da fartura de um senhor de engenho, naquela época, transcrevemos o rascunho da relação feita pelo barão, da despensa e adega do Camuciatá, sem data e escrita para Iaiá (tratamento que dava a sua esposa Mariana):

1ª fila

15 garrafas de Champagne, 8 xeres, 10 Macieira, 6 Malvasia, 15 Bordeaux



Vemos a chamada “sala da cachaça”, do solar do Camuciatá, onde o barão reunia-se com seus filhos e amigos para jogar “Dourada” e conversar. Sempre havia a disposição dos presentes um garrafão com cachaça, feita no próprio alambique do engenho para aqueles que quisessem experimentar. Foto do autor, 2000.

Sala de jantar do solar do Camuciatá. Neste recinto o barão fazia as refeições diárias com seus familiares e recebia os vaqueiros de suas fazendas do sertão para almoçar, uma a duas vezes por ano. Nota-se o bonito filtro de pedra no canto da sala e as quartinhas para água. Foto do autor, 2000.

2ª fila

13 Sauterni, 23 Porto, 2 Boas Festas, 1 Tintador, 1 Macon (meia), 1 Montezmo, 2 Vermouth, 2 Charthreuse inteiras, 2 Charthreuse meias, ½ Creme de Cacao, ½ Peppermint, ½ Cereja, ½ Monasquino, ½ Anisete, 1 Botelho Anisete, 1 dito de Curacao, 2 ditos de Genebra, 1 frasco grande Genebra.

3ª fila

4 Madeira – 1874, 1 Cherez, 1 Pomar – 1877, 1 Cherez – 1877, 1 Moscatel antiquissimo, 7 sem rotulo idem, 7 Cherez antigos, 3 garrafas sem rotulo e poucas a conhecer, 11 garrafas vinho Adriano para Iaiá, 12 licores de Jenipapo, 1 groselha, 2 dendê, 24 rapsódias, 24 Ginger, 1 azeite coco, 1 sem rotulo, 1 azeite doce francês, 2 conservas, 1 molho Inglês.

Doces

10 latas morangos, 5 latas pêssegos, 4 latas peras, 3 latas Buenos Aires, 3 latas Rainha Claudia, 10 latas doces, 3 caixetas marmeladas, 7 latas biscoitos, 1 lata fruta cristalizada, 14 latas lagostins, 18 latas ovas de Bacalhau, 13 latas de Petit Pois, 8 latas sardinhas, 7 latas de presunto, 9 latas de figo, 2 latas de azeitonas, 1 lata de ostra, 7 latas massa de tomates, 5 latas de ameixa, 2 latas de feijão verde, 1 lata de canela, 1 lata de Paio (lingüiça grande grossa), 3 latas de manteiga, 23 pacotes de velas, 2 latas de azeite doce, 2 caixas de passas, 1 dito figos, 2 queijos no depósito de farinha, 24 maços de palito, 4 latas de chá preto e verde, 1 frasco cominho, 1 balde folhas de louro, 1 balde macarrão, 1 lata com nozes, amêndoas, avelas e talharins, 1 lata com aletria, 11 pacotes fósforos, 1 lata Ground Cinnamon, 1 taboleiros com alhos, 1 garrafa vinagre, 1 pacote araruta, 1 pacote sopas.

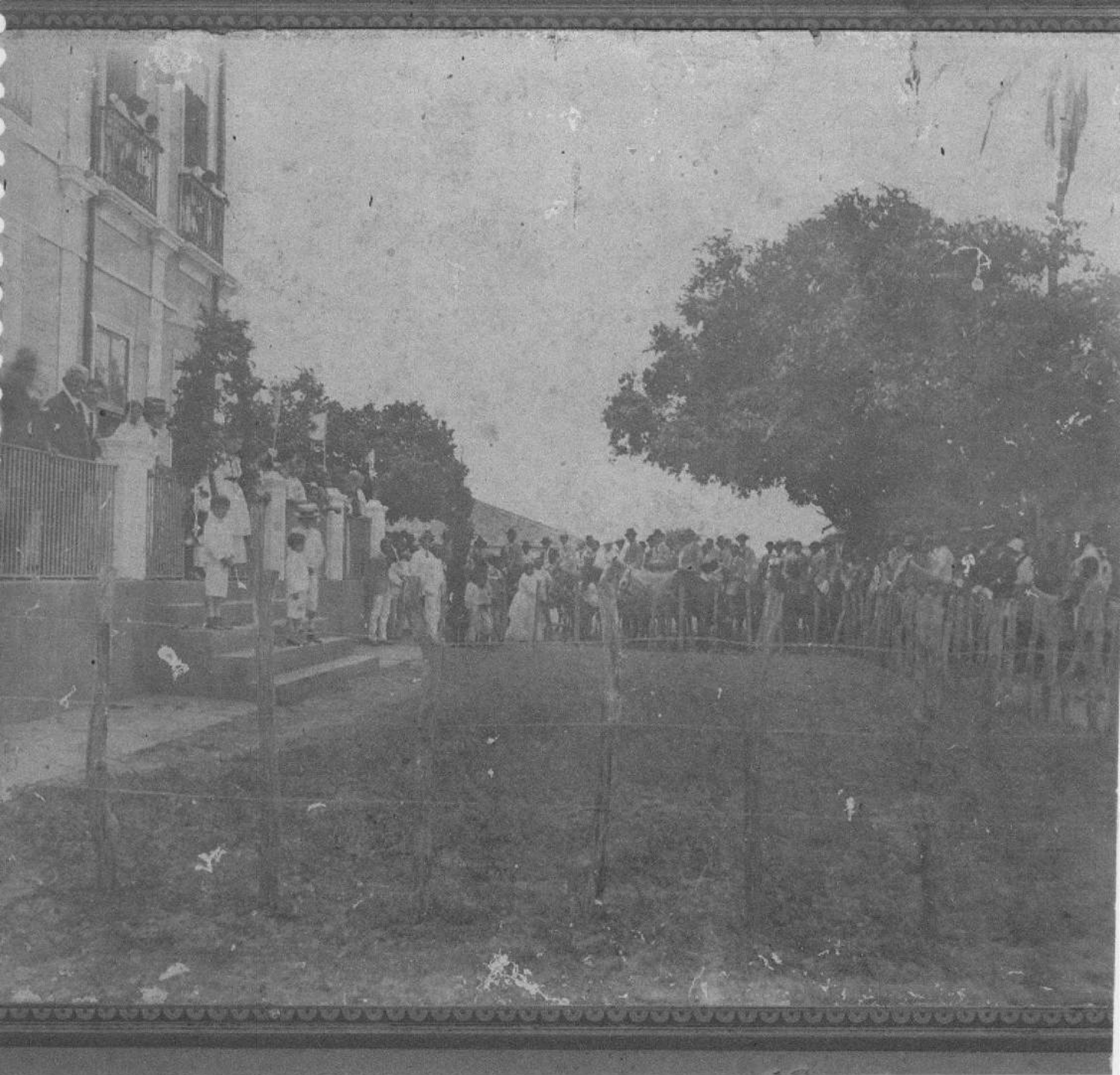
Sala de Jantar

5 Xeres, 3 Sauterni, 2 conservas, 2 molhos inglês, 1 madeira, 1 Vermouth, 2 Boas Festas, 1 Porto.

As festas eram constantes nos amplos salões do Camuciá. Como diz Wanderley Pinho no seu livro *Cotegipe e seu tempo*, “Respira-se uma gaia atmosfera de continuas festas entre aqueles solares e canaviais”. Tudo era motivo de comemoração para o barão de Jeremoabo, desde uma simples reunião política, até o aniversário ou batizados dos netos. Nesses festejos não só a família do proprietário e seus convidados mais graduados participavam, mas também os agregados e moradores do engenho. Para que todos pudessem aproveitar o barão contratava dois conjuntos musicais, forma-



Chegada do casamento de Cícero Dantas Martins, neto mais velho do barão no engenho Camuciá. "Respira-se uma gaia atmosfera de continuas festas entre aqueles solares e canaviais (...) Havia casamentos que eram bodas longas de uma semana. Música e foguetes espantam a multidão de cavalos que relinham nas estribarias improvisadas ou nas sombras das árvores fronteiras. São montadas dos mil convidados, alguns vindos de longe, os dias correram alegres e cheios". In Pinho, *Cotegipe...* p.630. Foto ABJ, princípio século XX.



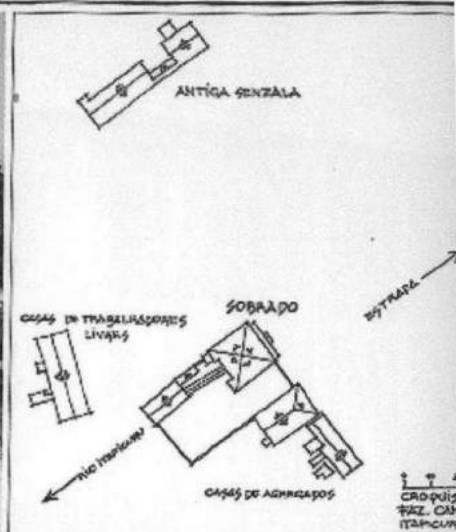
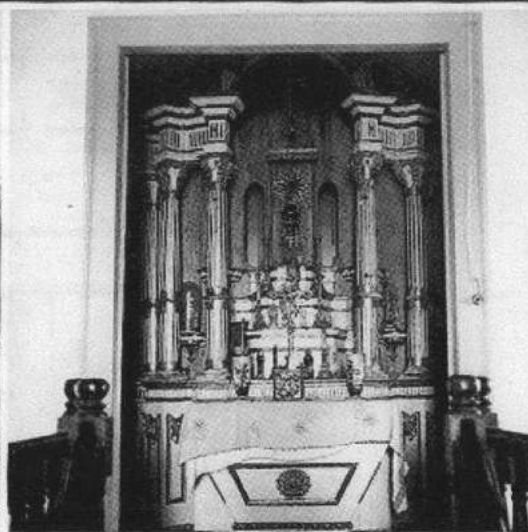
dos por sanfona, zabumba, triângulo e outros instrumentos típicos da época. Um era escolhido para tocar no salão nobre, do segundo andar da casa – grande, onde a família do barão e seus convidados assistiam a apresentação e formavam pares de danças e o outro tocava em uma casa contígua ao sobrado, chamada casa de baixo, abrigando os moradores do engenho Camuciatá e das circunvizinhanças.

Para essas festas viam convidados das fazendas vizinhas, das cidades mais próximas. Os homens a cavalo e as mulheres nos carros de boi enchiam o pasto da porta, como era chamado o local onde situava-se a casa – grande. Muitos cavaleiros vinham de uma distância de mais de dez léguas. Ficou na tradição oral da família, graças ao depoimento de Anibal da Costa Pinto Dantas, o caso de um senhor que apesar de viajar a cavalo uma distância superior a oito léguas, vindo de Ribeira do Pombal, chegava todo arrumado, como se tivesse saído dos seus aposentos. Depois descobriu-se que ele tomava banho no riacho Camuciatá, no início da noite, na altura do engenho Pau Ferro, antes de chegar ao sobrado, daí o aspecto sempre limpo, sem poeira ou manchas de suor do cavalo, que apresentava aos demais convivas, que ficavam admirados.

Iniciados os festejos, as sinhazinhas ficavam todas agrupadas no grande salão de festas aguardando serem chamadas por algum cavaleiro. Além do conjunto musical, os convidados ouviam a melodia do piano alemão tocado por Ana Adelaide Dantas, nora do barão. As moças solteiras ficavam meias arredias com a presença dos pais no salão que de acordo com a educação da época, davam uma serrada vigilância a seus filhos. Muitas para não serem vistas dançando com seus pares preferidos, misturavam-se no meio dos demais convidados, só chegando até o meio do salão para fugirem aos olhares reprovadores de seus pais.

Paralelo ao salão de festas, separado pelo hall da escada principal que dá acesso a capela, os convidados tinham a sua disposição a grande sala de almoço e jantar. A mesa de jacarandá, circundada por 16 cadeiras austríacas ficava repleta de guloseimas típicas de engenho de açúcar; carne de boi, assado de carneiro, leitões, perus, guisados, ensopados; sobremesas, como doce de leite, de banana, ambrosia, cocada de coco branca e preta, doce de carocinho, doce de cumbuca, doce de mamão, requeijões e muito mais, deleitavam os convivas. Jeremoabo, não preocupava-se com despesas nas festas que dava.

Mas nem só de festas o barão ocupava seu cotidiano quando estava no Camuciatá, nos recesos parlamentares. Sem ocupar posição política sobrava-lhe mais tempo ainda para escrever. Atividade que lhe era prazerosa e necessária no seu cotidiano de chefe político. Qualquer carta, cartão, bi-



básico: (1) DANTAS Jr., J.C. Pinto. O Cap. Mor João d'Antas e sua descendência in Rev. do Inst. Genealógico 2. R. J. ano 1, nº 1940. (2) Alvará de confirmação de sesmaria... Rev. Inst. Genealógico da Bahia, nº 15. Sal-37; (3) SENA, Consuelo Pondé de. O sobrado de Camuciá in Rev. Monumento. Salvador 2 (15), set./out. 1981. (4) João C.T. O Barão de Geremoabo, in A Tarde de 03/12/85. Planta do PEAT/SCT.

obra: 2-Fundo; 3-Capela; 4-Jantar

os: ☒ Propriedade privada

proprietário: Condomínio Faz. Stº Antonio 2 end: Faz. Stº Antonio do Camuciá - Itapicuru-Ba.

Perigos potenciais: Arruinamento progressivo e desvirtuamento do edifício por falta de uso continuado e proteção gal.

Reinspecionado por:

Data: 20/11/99

Fotografia do fundo do sobrado, em anexo garagem do carro de bois que servia a família do barão, capela, sala de jantar principal, mobiliada com cadeiras austríacas e a planta da distribuição espacial do conjunto arquitetônico. Foto IPAC, 1999.

lhete ou telegrama que lhe enviassem não deixava sem resposta. Desde o político mais importante até o seu mais simples agregado.

De um trecho de carta escrita do Camuciata, a 17 de março de 1899, a seu filho mais velho João da Costa Pinto Dantas, podemos observar como levava a sério essa atividade: "...Cheguei ontem à noite bastante moído; ainda não vi nada; ontem estiveram aqui o Lucatelli e o Agripino; conclui as cartas e vou escrever cartas; só aqui encontrei quarenta e seis, que vou ler a proporção que tiver de responder, para adiantar o trabalho."

A grafia de Jeremoabo era miudinha, talhada levemente. "Quando se queria afirmar que alguém lia bem um manuscrito, dizia-se no nordeste: Lê a letra do Barão! Sua comadre, mulher de seu querido amigo Marcelino Pereira de Miranda, que era professora de Tucano, levava as suas cartas para a aula para ensinar paleógrafo."⁴⁸

Jeremoabo anotava tudo. Relacionava em cadernos as pessoas que enviava fotografias suas e de seus familiares, como era costume na época. Até simples fatos do seu cotidiano não escapavam ao registro. Após ter se pesado em uma balança que existia ao lado do elevador Lacerda em companhia de Araújo Pinho, Domingos Guimarães, Artur Rios e Vaz Ferreira, assim que chegou em casa anotou em um pequeno caderno de capa vermelha: "Em 16 de março de 1889 pesamo-nos no elevador, dando o seguinte resultado: Pinho - 54 quilos, ou 3 arrobas e 98 libras; Cícero - 61 quilos, ou 4 arrobas e 2 libras; Guimarães - 65 quilos ou 4 arrobas e 10 libras; Artur Rios - 73 quilos ou 4 arrobas e 26 libras; e Vaz Ferreira - 115 quilos ou 7 arrobas e 20 libras."⁴⁹

Em seu cotidiano no engenho Camuciata recebia muitos amigos e correligionários políticos de todo o nordeste da Bahia, para almoços e conversas sobre política, agricultura, pecuária e amenidades. Vale a pena relatar uma passagem deste cotidiano, transmitida por sua neta Ana Adelaide da Costa Pinto Dantas Guimarães pois nos dá uma idéia dos costumes e da educação da época. Reginaldo Alves de Melo, deputado provincial, era juiz de direito em Itapicurú, em 1895, quando do casamento do filho do barão, bel. João da Costa Pinto Dantas com Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas. Amigo incondicional do barão, a ponto de em Itapicurú, quando se queria referir a duas pessoas amigas diziam é como dr. Melo e o barão. Freqüentador assíduo do sobrado do Camuciata, estava lá quando os jovens recém casados, João e Ana Adelaide, chegaram da capital e participou da preocupação do seu amigo de como tratar a nora.

O barão de Jeremoabo, ainda, era herdeiro do rígido tratamento colonial. Foi criado e educado em uma época em que ao pai devia chamar "senhor pai" e a mãe "senhora mãe" ou "vosmicê": a



Descendentes do barão de Jeremoabo. No Centro seu filho e nora, João da Costa Pinto Dantas e Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas, com seus netos, da esquerda para a direita: Artur, José, Jesuína, Cícero, Adelaide, João e Mariana, todos Costa Pinto Dantas. Foto ABJ, 1911.

liberalidade de usar “papai” e “mamãe” era só quando criança. Este rígido hábito estendia-se também aos conjugues, onde as mulheres chamavam o esposo de “senhor meu marido”. É verdadeiro que, apesar da dureza dos costumes, o ambiente familiar amenizou as relações, transformando o “senhor” em “sinhô”, em “nhonhô”, em “ioiô” e “senhora” em “sinhá”, em “sinházinha”, ou “iaiá”.

Dentro desse ambiente de respeito, adocicado pelas relações de parentesco o barão não sabia como tratar sua nora, vez que a mesma era tratada pelo marido de “iaiá” e que ele já utilizava este mesmo tratamento para a sua esposa, a baronesa de Jeremoabo. A conversa na intimidade do lar continuou e o amigo, dr. Reginaldo, opinou, em tom de brincadeira, “barão, porque não trata a baronesa de ‘iaiá minha’ e sua nora de ‘minha iaiá’”. “A proposta foi recebida com risadas e o barão voltando ao sério, lembrou-se de pergunta-la, como a mesma era chamada, quando solteira, em sua casa, inclusive pelo seu pai, dr. Ribeiro dos Santos, ao que a jovem respondeu que era tratada por “naninha” ao que seu sogro retrucou satisfeito, dizendo-lhe que lhe chamaria de naninha, tratamento este que foi adotado pela criadagem que passou então a chama-la de “ia naninha”.

João da Costa Pinto Dantas Júnior, seu neto, descreve o seu físico e temperamento e nos dá algumas informações sobre o seu cotidiano:

...de porte ereto, alto, magro, ombros um tanto suspenso, com a fisionomia sempre carregada, como a traduzir constantes preocupações, inseparável do seu pince-nez, e rigorosamente trajado de *croisé* e chapéu de pêlo (...). Era senhor de um temperamento vibrátil e as vezes explosivo, mas, como sempre acontece a pessoas de semelhante constituição, possuía um sentimentalismo extraordinário.

No acesso da luta era, realmente, temível (...). Não perdoava nunca uma traição; mas freqüentes vezes indulgenciava uma ingratidão.

Na intimidade era brincalhão. Fazia suas pilhérias e apreciava as que faziam com outros, as vezes mandadas por ele. Não admitia, porém, gracejo, anedota ou conversa que tangenciasse, mesmo ao longe, para a licenciosidade.

Gostava de dançar e promover festas familiares. Depois das suas pazes com o barão do Rio Real (2º) tais festas eram freqüentes, ora em Camuciátá, ora em Catú, e feitas de improviso, cada qual dos festantes porfiando em surpreender o outro.

Para assistir e festejar a entrada do século XX viajou para Bom Conselho, distante 120 km do Camuciátá, de cavalo e carro de boi, com toda sua família, levando também, seus dois netos.⁵⁰

Em relação ao seu temperamento temos um relato contado pelo seu neto Anibal da Costa Pinto Dantas que retrata, um pouco, seu gênio explosivo. Quando estava no engenho Camuciátá era muito procurado, não só pelos seus amigos, como também pelos parentes. Em uma dessas ocasiões,

um sobrinho passou uns dias na fazenda e muito loquaz, pediu-lhe que queria um burro começando a descrever como deveria ser o mesmo. Iniciou pela cor, o pelo, a altura, o passo, etc, continuando na sua loquacidade a falar e o seu tio a ouvi-lo calado. Terminado o seu pedido o barão nada lhe disse, porém chamou um dos vaqueiros e em particular mandou que buscasse o jumento reprodutor e trouxesse a porta do sobrado e lhe avisando quando da sua chegada.

Cumprida a determinação foi chamado e com o animal na porta, acenou para o sobrinho e disse-lhe zangado, “olhe meu sobrinho, ouvi o seu pedido calado e somente agora passo a lhe responder, em primeiro lugar me respeite, porque o burro com as qualidades descritas você não deve pedir a mim e sim ao reprodutor que aqui está, porque quem faz o burro não sou eu e sim ele, portanto, não faça-se de besta comigo e diga ao burro: faça.” O sobrinho calou-se e os presentes, mesmo constrangidos, não puderam disfarçar o riso.

Outro caso contado, desta vez, por sua neta Jesuína da Costa Pinto Dantas de Carvalho nos dá uma idéia de como o barão era respeitado e acatado, não só pelos seus familiares e amigos, mas em todo nordeste da Bahia, revelando, também, aspectos da sociedade patriarcal no final do século XIX.

Em Inhambupe, morava um seu amigo incondicional que tinha uma filha, solteira e muito bonita, que enamorou-se de um rapaz que, na mentalidade das famílias dos senhores de engenho, não tinha os pré – requisitos necessários para ser considerado um bom partido. Em uma época onde os casamentos eram arranjados e determinados de acordo com os dotes dos pretendentes, a posição social e a vontade paterna, não era de se estranhar que a jovem não fosse consultada a respeito da escolha de seu conjugue, sendo muitas vezes proibidas de relacionar-se com aquele que tivesse simpatia ou afeição.

O namoro, porém, dentro dos padrões da época continuou, pois o jovem era ousado e impetuoso. O pai da noiva, quando viu a situação e a rebeldia dos jovens em não aceitar as normas ditadas pela sociedade da época, nada mais podendo fazer, lembrou-se de escrever ao seu amigo barão, narrando o seu infortúnio e pedindo-lhe ajuda, dizendo-lhe que ia remeter a donzela para a sua casa no engenho Camuciata e que a mesma ficaria sob a sua proteção, morando com a sua família, sem prazo de retorno, vez que sabia que o jovem mesmo com sua impetuosidade, não teria coragem de enfrenta-lo pelo respeito ao seu nome e prestígio político. Além do mais o ambiente das casas – grandes dificilmente permitiria aventuras arriscadas. Basta lembrarmos o fato de que, durante o dia, a moça ou menina branca estava sempre sob os olhares de uma senhora mais velha ou da mucama mais fiel.

Guarda que aumentava durante o entardecer. O sono das sinhazinhas escolhia-se, nas casas – grandes, o quarto, bem no meio da residência, envolta por aposentos de senhoras mais idosas.

O pai da moça sabia que a filha ia ser vigiada por todos, que além do respeito que a pessoa do barão inspirava haveria a própria dificuldade física das grossas paredes, dos similares aposentos de convento em que, nas casas-grandes, se protegiam as sinhá-moças. O barão aquiesceu a solicitação e a moça foi enviada debaixo de proteção para Itapicurú e lá foi recebida pela família do barão, permanecendo muitos anos, tornado-se, mais tarde, madrinha de consagração de Mariana da Costa Pinto Dantas, neta mais velha do barão, que a tratava de ‘dindinha’.

A jovem, de família conhecida na região, não mais quis casar-se com nenhum outro pretendente, pois continuou apaixonada pelo seu noivo proibido, não guardando, porém, nenhum ódio ou rancor a família que o abrigara, acomodando-se e aceitando os ditames da sociedade da época.

5.2 O CANTO DO CISNTE E O LEGADO POLÍTICO

Envolvido nas atividades de suas fazendas e imerso no cotidiano político do interior, Jeremoabo não esperava mais uma reviravolta que lhe fosse favorável na política. Mais foi o que aconteceu a partir do momento em que Severino Vieira assumiu o governo do estado sucedendo a Luís Viana.

Apesar de Vieira ter sido indicado por Viana ao presidente Campos Sales na lista tríplice para a escolha do governador, passados alguns meses após a posse, os interesses pessoais e as rixas antigas entre ambos vieram a tona. O rompimento total se deu em setembro de 1900 quando o governador Severino Vieira foi acusado de estimular manifestações ofensivas a Viana quando do seu regresso de uma viagem a Europa. Aproveitando-se do rompimento, o grupo de Gonçalves e Jeremoabo se aliou a Severino Vieira, passando da posição de opositores para situacionistas.

A 15 de abril de 1901 foi criado um novo partido, o Republicano da Bahia, que passou a abarcar diversas tendências – conservadora, liberal, federalista, constitucionalista.⁵¹ Os únicos que ficaram de fora foram os vianistas, que passaram a ser oposição e da mesma forma como faziam foram cortados das chapas oficiais, dando vez a seus antigos opositores.

Além das mudanças na ‘balança’ do poder, outro fator se mostrava favorável ao barão. Seu filho, João da Costa Pinto Dantas, era genro de José Joaquim Ribeiro dos Santos, amigo íntimo de Severino Vieira. Este almoçava na sua casa (rua do Passo, nº 50) quase todos os dias. O grau de inti-

midade era grande entre os dois que Ribeiro o chamava pelo seu apelido, “Espíá Maré”, e este quando queria tomar vinho em sua casa o dizia em tom de piléria, “O peixe quer nadar”.⁵²

Só a queda de Viana já era motivo para o barão simpatizar com Vieira, “... Sempre te disse que apoiava o governo do dr. Severino Viera por ser antítese do Viana que até quis assassinar-me. Moralidade e tolerância não podemos negar ao atual governo...”⁵³

Mas nem todos esses fatores favoráveis levaram Jeremoabo a exercer outra vez um cargo público. Os interesses eleitorais, as brigas internas dentro do seio do partido e do seu grupo político não permitiram, “... Intrigam-me com o Severino, Filgueiras, Virgílio e Domingos Guimarães (...) E o que mais me surpreendeu foi o invento da candidatura de Carlos, filho do Bernadino Viana...”⁵⁴

Aproximaram-se as eleições para a 7ª legislatura estadual (1903-1904) e a 5ª federal (1903-1905). Gradativamente o barão foi passando a política a seus filhos. Em carta a Gonçalves dá a entender isso, “...Joãozinho voltou hoje e provavelmente trás os nomes dos deputados. Talvez a chapa esteja viajando. Ouvi que ele ou Totônio faziam parte dela, e não me oponho pelos motivos que, me recordo, disse-te há tempos. São moços, jovens, não conhecem o bom regime...”⁵⁵

As palavras escritas pelo barão de Jeremoabo no trecho da carta acima transcrita soavam como o canto do cisne. Aos poucos foi transferindo seu prestígio social, político, econômico a seus filhos, em uma espécie de estratégia de perpetuação do poder.

No dia 27 de outubro de 1903, faleceu em Bom Conselho, Cícero Dantas Martins – o barão de Jeremoabo.

Seu neto Dantas Júnior narra as circunstâncias da sua morte: “Era seu ardente desejo descansar o último sono em Bom Conselho. Falando a seus amigos, em discurso, num jantar comemorativo de seu aniversário, em junho de 1903, disse: “Sinto faltarem-me as forças, e que a morte já está próxima. Peço a Deus que me faça morrer, e ser enterrado em Bom Conselho; mas se o meu falecimento se der em outro lugar rogo, encarecidamente, a meus filhos que façam extrair o meu coração e sepultar naquela santa e boa terra.

E Deus fez-lhe a vontade, atendeu ao seu pedido: no dia 27 de outubro de 1903, na vila de Bom Conselho, cerca de nove horas da manhã, de pé, quando, com dificuldade, tentava vestir um capote, cerrou os olhos para sempre vítima de febre perniciosa...”⁵⁶

Morreu ‘Coronel’ mas nunca teve grandes simpatias pelo barrete frígido da República. Proclamado esse regime continuou assinando-se: barão de Jeremoabo. No fundo nunca esqueceu a coroa imperial que um dia o tinha feito um barão saquarema.

Elementos de identificação gráfica e fotográfica



Igreja do município de Bom Conselho, atual Cícero Dantas. Nesta matriz esta seputado o barão de Jeremoabo, falecido em 27.10.1903. Foto Vera Lúcia Chaves Barbosa.



Recepção de João da Costa Pinto Dantas em Bom Conselho

Interessante fotografia da chegada de João da Costa Pinto Dantas, filho do barão de Jeremoabo, a Bom Conselho, para a festa da padroeira. Herdeiro da tradição política do pai, continuou a visitar, a cavalo, os municípios do nordeste da Bahia. Como vemos na foto, onde chegava era recepcionado por um grande número de amigos e correligionários. Foto ABJ, 1919.

Antes de morrer o barão de Jeremoabo já tinha encaminhado seus dois filhos na política. Sabia que era através deles que poderia perpetuar seu poder. O discurso que Jeremoabo pronunciara no Senado do Estado, na sessão de 24 de julho de 1893, já transcrito no terceiro capítulo deste trabalho e agora repetido, certamente não era mais a expressão do seu pensamento no final da vida: “...Tenho uma vida longa na política porque por desgraça minha desde os bancos da academia fui forçado a envolver-me na política local da Bahia. Reputo isso um desastre tal na minha vida, que tendo unicamente dois filhos, lhes peço constantemente que por preço algum queiram se envolver na política deste país (...), que prefiram antes ser carregadores nas ruas, de pianos, tachos, etc, do que passar pelo cadinho da vida pública, sobretudo, se tiverem caráter e quiserem ser homens de bem. Se porém quiserem ser traficantes, então atirem-se à vida política.”⁵⁷

“O Cadinho da vida política” era necessário para seus rebentos naquele momento. Afinal, na mentalidade do barão eram eles que tinham que dar continuidade a uma herança, constituída de “terra, poder e política”, que ha muito tempo vinha sendo construída.

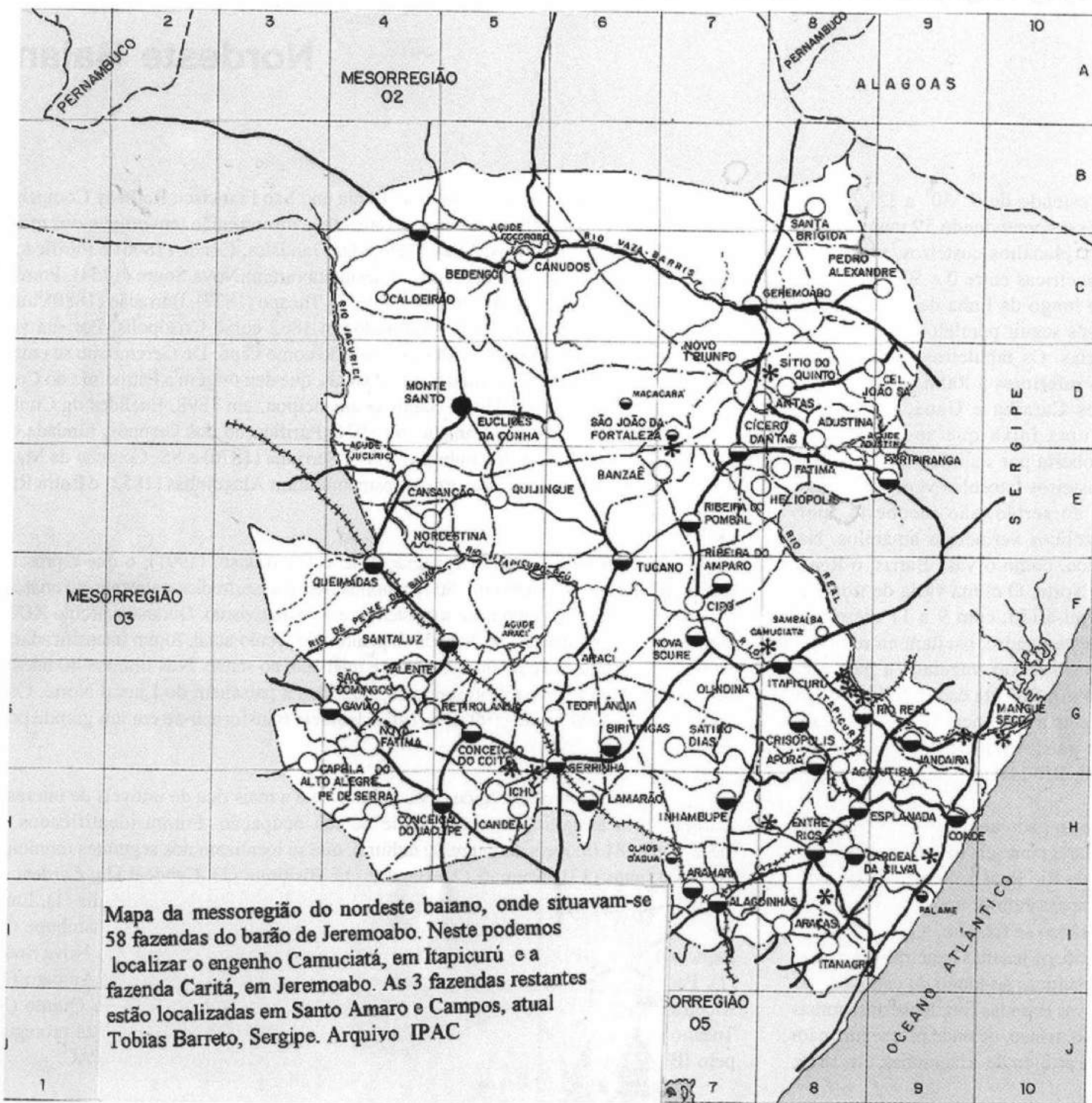
João e Antônio da Costa Pinto Dantas mantiveram por muito tempo o prestígio político do pai na região nordeste da Bahia. Até a década de 1930 o primeiro foi líder absoluto na sua zona de influência. Os netos e bisnetos, também, ingressaram na política usufruindo, ainda, dos resquícios do poder do barão de Jeremoabo.

NOTAS

1. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 29 de janeiro de 1891.
2. SAMPAIO. Op. Cit. p. 34.
3. Ibid. pp.34-35.
4. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1891.
5. *Anais do Senado do Estado da Bahia*. Bahia: Typografia do *Diário da Bahia*, 1891, 88ª sessão ordinária, p.9.
6. SAMPAIO. op. cit. p. 39.
7. Ibid. p. 40.
8. Os principais membros do Partido Republicano Constitucional eram: José Luiz de Almeida Couto, José Gonçalves da Silva, barão de Jeremoabo, Augusto Guimarães, José Eduardo Freire de

- Carvalho, João Ferreira de Araújo Pinho, João Ferreira de Moura, Jayme Lopes Villas Boas, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Salvador José Pinto. *Estado da Bahia*, 20 de outubro de 1894.
9. Manifesto: “*Ao Eleitorado do Estado da Bahia*”. Estado da Bahia, 20 de outubro de 1894.
 10. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. 30 de novembro de 1894.
 11. Ibid.
 12. Os Conselhos Municipais tinham uma responsabilidade muito grande em um processo eleitoral, pois cabia a eles apurar a eleição e diplomar os eleitos.
 13. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Piabas, 6 de janeiro de 1895.
 14. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, 16 de janeiro de 1895.
 15. ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. *A Bahia e os seus governadores na República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 102.
 16. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Piabas, 24 de janeiro de 1895.
 17. Os senadores gonçalvistas eram: Antônio Agripino da Silva Borges, José Eduardo Freire de Carvalho, Joaquim Leal Ferreira, José Gonçalves da Silva, barão de Jeremoabo, José Joaquim Ribeiro dos Santos, Augusto Alves Guimarães, João Ferreira de Moura e Aristides da Costa Borges. ARAGÃO, A op. cit. p. 111.
 18. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Piabas, 19 de outubro de 1895.
 19. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Camuciata, setembro de 1896.
 20. Jeremoabo, barão de. *Jornal de Notícias*, 4 de março de 1897.
 21. Ibid.
 22. PANG. Op. Cit. p. 31-35.
 23. Carta de José Gonçalves da Silva ao barão de Jeremoabo. Piabas, 25 de setembro de 1896.
 24. PANG. Op. Cit. p. 78.
 25. DANTAS, Anibal da Costa Pinto. Depoimento tomado na fazenda Pau Ferro, em junho de 1999.
 26. Ibid.
 27. Carta de Ezequiel Ferreira Batista ao barão de Jeremoabo. Vila, 8 de outubro de 1900.
 28. JEREMOABO. Op. Cit. s/p.
 29. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Bahia, 13 de março de 189
 30. Ibid.
 31. JEREMOABO, barão de. Manifesto *Aos Meus Amigos Políticos*. Rio, 18 de maio de 1900.

32. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Regalo, 28 de setembro de 1895.
33. JEREMOABO, barão de. *"Despesas com o açude do Riacho Direito."* 1903.
34. Eul-Soo Pang no seu livro sobre o *Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana. Alguns Aspectos de sua História. 1875-1891*; analisa os motivos da sua falência e narra as circunstâncias de sua venda.
35. Carta do barão de Jeremoabo a João Ferreira de Araújo Pinho. Regalo, 17 de maio de 1891.
AIHGB
36. Carta de João Ferreira de Araújo Pinho ao barão de Jeremoabo. Água Boa, 19 de maio de 1891.
AIHGB
37. DANTAS JR. Op. Cit. p. 27.
38. Ibid. p. 33.
39. Carta de José Gonçalves ao barão de Jeremoabo, Piabas, 23 de dezembro de 1895.
40. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves. Bahia, 13 de março de 1899.
41. CARVALHO, Álvaro Pinto Dantas de. Depoimento em junho de 1999.
42. O barão de Jeremoabo tinha fazendas espalhadas por 11 municípios baianos e 1 sergipano. A cidade que possuía mais fazendas era Itapicurú, 17 no total, e as que tinha menos era Santo Amaro, Raso, Cumbé e Monte Santo. A relação das fazendas por município, era a seguinte: **a) Itapicurú:** Engenho Santo Antônio do Camuciata, Tijuco, Mucambinho, Mangueira, Outeiro, Passagem, Pau Ferro, Umbuzeiro, Periperi, Lagoa da Sucupira, Cruz, Sítio, Olhos d'água ou Umburaninha, Roncador, Jacuricy, Jurema, Baixa Grande; **b) Raso (Araci):** Gameleira; **c) Cumbe (Euclides da Cunha):** Jurema; **d) Jeremoabo:** Barriguda, Bananeira, Tanque, Cachoeira; **e) Bom Conselho (Cícero Dantas):** Barra do Dadá, Jurema ou Eixú, Cruz, São Domingos, João Barbosa, Taboleiro, Lage, Cansanção, Poço da Onça, Barra, Capitão, Brejo; **f) Coité (Paripiranga):** Porteiras, Gravata, Caraíba, Cayma, Catinha; **g) Soure:** Água Fria, Lagoa do Soares ou Mandacarú, Bury; **h) Curaça:** Lagoa da Vaca, Santo Antônio, Cabeçudo, São João; **i) Monte Santo:** Caraíba; **j) Tucano:** Volta, Riacho Direito, Poço da Cruz, Lagoa do Braz, Cacimba, Sambambaia, Bisbum, Quatis, Alegrete; **l) Campos (Tobias Barreto – Sergipe):** Jacurici do Meio, Faveira; **m) Santo Amaro:** Engenho Regalo.
43. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves. Regalo, 8 de outubro de 1889.
44. Ibid.
45. DANTAS, Anibal da Costa Pinto. Depoimento tomado na fazenda Pau Ferro, em junho de 1999.



Mapa da mesorregião do nordeste baiano, onde situavam-se 58 fazendas do barão de Jeremoabo. Neste podemos localizar o engenho Camuciata, em Itapicuru e a fazenda Carita, em Jeremoabo. As 3 fazendas restantes estão localizadas em Santo Amaro e Campos, atual Tobias Barreto, Sergipe. Arquivo IPAC

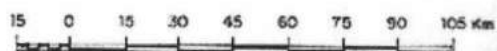
MONUMENTOS	COORDENADAS
1 BOA VISTA, FAZENDA	G 8
2 BONS ARES, FAZENDA	G 8
3 BURI, CAPELA DA FAZENDA	I 8
4 BURI, FAZENDA	I 8
5 CAMUCIATA, FAZENDA	F 8
6 CARITA, ENGENHO DA FAZENDA	D 8
7 CARITA, FAZENDA	D 8
8 COITÉ, FAZENDA	H 8
9 FOZ DO ITAPICURU, MOCAMBO NA	H 9
10 GUANABARA, CAPELA DA FAZENDA	H 5
11 GUANABARA, FAZENDA	H 5
12 LAMARÃOZINHO, FAZENDA	H 6
13 MORRO GRANDE, FAZENDA	G 5
14 NOVA ESPERANÇA, FAZENDA	G 8
15 RIO BRANCO, ENGENHO	H 9
16 SANTO ANTONIO, FAZENDA	H 5
17 SÃO BENTO	G 8

LEGENDA:

CIDADE
CIDADE C/SÍTIO MONUMENTAL
CIDADE C/MONUMENTO
VILA
VILA C/MONUMENTO
MONUMENTO ISOLADO

LIMITE INTERESTADUAL
LIMITE ENTRE MESORREGIÕES
LIMITE INTERMUNICIPAL
ESTRADAS PRINCIPAIS
ESTRADAS SECUNDÁRIAS
FERROVIAS

MESORREGIÃO
NORDESTE



ESCALA GRÁFICA

46. JEREMOABO. Op. Cit. s/p.
47. CARVALHO, Jesuína da Costa Pinto Dantas de. Depoimento tomado em junho de 1993 na fazenda Camuciatá.
48. Ibid.
49. JEREMOABO. Op. Cit. s/p.
50. DANTAS JR. Op. Cit. p. 42.
51. NOVAIS. Op. Cit. p. 49.
52. CARVALHO, Jesuína. Op. Cit.
53. Carta do barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva. Bahia, 8 de outubro de 1902.
54. Ibid.
55. Ibid.
56. DANTAS JR. Op. Cit. p. 42.
57. Anais do Senado do Estado da Bahia, v. IV, 1893, p. 56.

CONCLUSÃO

Propusemo-nos no início do trabalho acompanhar a trajetória política do barão de Jeremoabo em duas fases distintas de sua vida, que coincidem com dois diferentes contextos políticos de nossa história: o Império e a República.

Ao longo dessa análise tentamos responder a duas questões fundamentais para a melhor compreensão da inserção do político barão de Jeremoabo nas divergentes e convergentes conjunturas produzidas em determinados tempos históricos. A primeira procura saber, como a ‘ideologia’ conservadora formou-se em Jeremoabo e como ele a pôs em prática no seu cotidiano político? A segunda indaga, em termos gerais, que mudanças ocorreram no seu comportamento sócio-político diante da transição do regime?; e vai um pouco mais além questionando se dentro dessas mudanças, que significaram rupturas, não houve também continuidades?

Respondendo a primeira questão verificamos que o conservadorismo do barão esteve presente desde o início de sua vida. Nascido e educado em uma época em que a coroa imperial estava saindo de momentos de instabilidades sociais, políticas e econômicas, no fim do período regencial, e ingressando em uma fase de consolidação e afirmação de suas instituições e prerrogativas, com a maioria de Pedro II, foi moldado por um sentimento de unidade e ordem. Pautou, então, sua proposta de vida em sintonia com os interesses da nova fase do Estado do qual era um dos representantes. O Império brasileiro tinha a necessidade de ser conservador para manter a sua integridade e dar continuidade à sua própria existência. Para isso operou de dois modos, procurou manter a mesma linha de conduta sócio-econômica dos tempos coloniais, no sentido de manutenção das bases econômicas que a sustentavam: a agro-exportação e a escravidão e passou a controlar mais diretamente a classe que era dona dos meios de produção, o sustentáculo do império.

Nesse sentido, Jeremoabo, como um dos representantes da velha aristocracia açucareira associou seus interesses de classe, àqueles da coroa. Ambos almejavam o desenvolvimento da economia exportadora e a manutenção do estrato social, responsável pela sua produção e ambos afastavam por completo a possibilidade de uma mudança estrutural nas relações que a garantiam, ou seja, a dos senhores de engenho e de café no topo da pirâmide e a dos escravos na base.

Essa sintonia foi perfeita até princípios da década de 60, quando o Brasil começou a passar por um processo de modernização e urbanização que se caracterizou por dois aspectos: por um lado pelo aparecimento das camadas sociais urbanas e, por outro, pelo conflito de inte-

resses entre a velha aristocracia açucareira e a nova cafeeira do oeste paulista. A partir desse momento a coroa começou a ter que fazer concessões para amenizar os desgastes que as novas conjunturas estavam provocando em suas estruturas arcaicas. Era o avanço do liberalismo.

Nesse momento, como vimos, o barão inicia efetivamente sua atividade política, quando foi eleito para uma cadeira de deputado provincial. Portanto o auge de sua carreira política no império deu-se em um momento desfavorável ao pensamento conservador. Contudo a sua atuação política, como deputado provincial e geral, como chefe político do nordeste da Bahia, não entrou em descompasso. Em sua província combateu seus primos liberais, liderados pela figura prestigiosa do conselheiro Dantas e criticou muitas reformas propostas por eles. E quando apoiou bandeiras de cunho liberal, como a lei do Ventre Livre, dando a todos a impressão de que estava mais flexível, a imagem logo era desfeita, pois tudo não passava de uma estratégia dele e de seu grupo de retardarem o avanço dos liberais. A idéia era a de fazer concessões, para melhor ter o controle da situação.

Até o fim do império tentou não perder a sintonia com o tempo em que foi moldado, o tempo de seus privilégios, de seu status de senhor de terras e dono de escravos, enfim o conservadorismo.

Quanto a segunda indagação, conclui-se que houve mudanças com a transição do regime. Realmente Jeremoabo assumiu mais plenamente as características que a historiografia emprega para definir um coronel, enquadrando sua trajetória política como um caso típico da teoria geral de Victor Nunes Leal, na qual o “coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadência do poder privado; funcionando como processo de conservação do seu conteúdo residual”¹. Mas essa transformação não deu-se isoladamente do contexto sócio – político em que estava inserida, foi acompanhada de uma permanência que nunca o abandonou: o seu caráter conservador.

É claro que esse conservadorismo teve que se ajustar às novas realidades históricas que se fizeram presentes, como a descentralização política, a autonomia dos Estados, enfim o republicanismo e o federalismo. Com a queda da coroa e ascensão da República da espada, Jeremoabo não teve mais a sombra protetora do manto imperial, seu respaldo político viria agora revestido de novas roupagens. A manutenção do seu poder teve que ser construído em cima de compromissos e trocas de favores. Seu palco principal de atuação deixou ser a Corte e passou a ser as suas fazendas.

Quando esteve aliado aos políticos que faziam parte da oligarquia dominante pode ostentar as comendas dos coronéis e por mais eficazmente “... as dragonas do coronelato nos ombros dos mutuários eleitorais do governo.”², mas quando foi excluído dessa mesma oligar-

quia, de acordo com sua visão por “ingratidão e traição”, ou em uma visão mais crítica por ter infringido alguma das regras que fundamentavam a política de compromissos do fenômeno “coronelista”, quando foi derrotado, por exemplo, por não ter entrado no esquema da “Política dos Governadores” instituída por Campos Sales; teve que se contentar em exercer seu prestígio e poder nas cercanias de sua fazenda Camuciata, ou quando muito nos 15 municípios do nordeste da Bahia em que tinha terra, voto e “afilhados”.

A posse de Severino Vieira no governo do Estado em 1900 deu um novo alento ao prestígio político de Jeremoabo. As facções ‘vianistas’ e ‘severenistas’ se enfrentaram abertamente em toda a Bahia. Os primeiros foram afastados do governo e os outros grupos que antes eram oposição passam a situação, se integrando a um novo partido, “Republicano da Bahia”, que passou a ser um instrumento de consolidação política e de centralização do poder.

Apesar do barão de Jeremoabo não ter assumido qualquer cargo público após a posse de Severino Vieira no governo do Estado, consideramos que a recomposição de seu grupo político, através de amigos, correligionários e até mesmo de seus filhos, que se iniciavam na política; no partido de Severino Vieira completou a transição de ‘barão a coronel’, estando pois reintegrado na política oligárquica republicana em seu novo papel, sendo dela retirado apenas pela morte.

Cícero Dantas Martins, apesar de tornar-se um coronel, fazia questão de assinar e continuar sendo chamado de barão de Jeremoabo. Resquícios do conservadorismo de outrora.

NOTAS

1. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O Município e o Regime Representativo, no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 252.
2. BARBOSA, Rui. *Queda do Império*. Tomo VII, p. 156.

FONTES

1. FONTES MANUSCRITAS

1.1. ARQUIVO DE CÍCERO DANTAS MARTINS – BARÃO DE JEREMOABO:

1.1.1. DIVERSOS

JEREMOABO, Barão de.. *Livro de Notas (Assentamentos de nascimentos, batizados, casamentos e óbitos de minha família, parentes e amigos)*. Camuciata, 24 de janeiro de 1895.

_____. *Resumo dos Eleitores do 9º Distrito em 22 de janeiro de 1888*.

_____. *Caderno para o lançamento dos animais desta fazenda e de outras notas relativas a casa do Camuciata*. Camuciata, 17 de Novembro de 1902.

_____. *Caderno para o lançamento das despesas com as fazendas e prestação de conta com os vaqueiros*.

_____. *Caderno referente ao rol de partilha das fazendas de 1900 em diante*.

_____. *Lista com as despesas com o açude do Riacho Direito*. 1903.

VELHO, Domingos Alves; REIS, João Dantas dos. *2º Livro de registros de patentes do Comando Superior dos Municípios de Monte Santo e Jeremoabo*, 14 de Março de 1867.

1.1.2. CARTAS

- JEREMOABO, barão de. Dirigida ao barão de Cotegipe. Bom Conselho, 08/03/1863
- Ibid. Caritá, 02/09/1863.
- JEREMOABO, barão de. Dirigida a José Gonçalves da Silva. Bom Conselho, 01/09/1865.
- Ibid. Corte, 12/06/1872.
- Ibid. Corte, 20/05/1873.
- Ibid. Corte, 17/06/1874.
- Ibid. Corte, 03/06/1875.
- Ibid. Rio de Janeiro, 03/09/1875.
- Ibid. Corte, 13/08/1877.
- Ibid. Regalo, 31/05/1879.
- Ibid. Regalo, 12/12/1879.
- Ibid. Regalo, 10/02/1880.
- JEREMOABO, barão de. Dirigida a João Ferreira de Moura, Bom Sucesso 02/02/1880.

- JEREMOABO, barão de. Dirigida a José Gonçalves da Silva, Madre de Deus. 19/03/1880.
- Ibid. Regalo, 18/06/1884.
- Ibid. Regalo, 19/12/ 1885.
- Ibid. Camuciatá, 22/02/1887.
- Ibid. Corte, 30/05/1888.
- Ibid. Regalo, 27/10/1888.
- JEREMOABO, barão de. Dirigida aos membros do diretório do partido conservador. Bahia, 15/03/1889.
- JEREMOABO, barão de. Dirigida a José Gonçalves da. Regalo, 08/10/1889.
- Ibid. Regalo, 06/12/1889.
- Ibid. Camuciatá, 24/01/1890
- Ibid. Camuciatá, 26/02/1890.
- Ibid. Camuciatá, 09/05/1890.
- Ibid. Camuciatá, 02/11/1890.
- Ibid. Camuciatá, 15/12/1890
- Ibid. Camuciatá, 29/01/1891.
- Ibid. Camuciatá, 08/02/1891.
- Ibid. Camuciatá, 09/02/1891.
- Ibid. Rio de Janeiro, 23/10/1891.
- Ibid. Camuciatá, 06/02/1892.
- Ibid. Regalo, 23/10/1892.
- Ibid. Bahia, 05/08/1893.
- Ibid. Camuciatá, 04/01/1895.
- Ibid. Camuciatá, 16/01/1895.
- Ibid. Bahia, 05/09/1895
- Ibid. Regalo, 28/09/1895.
- Ibid. Regalo, 26/07/1896.
- Ibid. Regalo, 22/09/1896.
- Ibid. Camuciatá, 07/04/1897.
- Ibid. Camuciatá, 03/08/1897.
- Ibid. Bahia, 13/03/1899.
- Ibid. Camuciatá, 21/06/1899.
- Ibid. Camuciatá, 28/09/1899.
- Ibid. Camuciatá, 15/04/1902.

- Ibid. Bahia, 08/10/1902.
- Ibid. Camuciata, 16/11/1902.
- Ibid. Bahia, 20/09/1903.
- SILVA, José Gonçalves da. Dirigida ao barão de Jeremoabo. Piabas, 18/12/1889.
- Ibid. Piabas, 26/06/1890.
- Ibid. Piabas, 27/09/1890.
- Ibid. Piabas, 22/10/1890.
- Ibid. Bahia, 27/10/1890.
- Ibid. Bahia, 01/02/1891.
- Ibid. Piabas, 25/02/1893.
- Ibid. Piabas, 30/11/1894.
- Ibid. Piabas, 03/12/1894.
- Ibid. Piabas, 14/01/1895.
- Ibid. Piabas, 06/01/1895.
- Ibid. Piabas, 24/01/1895.
- Ibid. Piabas, 15/01/1895.
- Ibid. Piabas, 29/01/1895.
- Ibid. Piabas, 04/02/1895.
- Ibid. Piabas, 06/02/1895.
- Ibid. Piabas, 08/1895.
- Ibid. Piabas, 19/10/1895.
- Ibid. Piabas, 29/11/1895.
- Ibid. Piabas, 04/12/1895.
- Ibid. Piabas, 23/12/1895.
- Ibid. Piabas, 20/01/1896.
- Ibid. Mary, 08/09/1896.
- Ibid. Piabas, 25/09/1896.
- Ibid. Piabas, 27/03/1899.
- Ibid. Caraíba, 05/07/1899.
- Ibid. Piabas, 12/10/1899.
- Ibid. Piabas, 09/01/1900.
- Ibid. Piabas, 26/04/1902.
- Ibid. Piabas, 11/10/1902.
- Ibid. Piabas, 04/11/1902.

- VIANA, Antônio da Rocha. Dirigida a João Dantas dos Reis. Monte Santo, 30/01/1861.

1.2. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

- AUTO de Inventário do Barão de Jeremoabo, 1903. Itapicuru.

2. FONTES IMPRESSAS

2.1. ADMINISTRATIVAS:

- ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO – *Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1886, 1887, 1888, 1889.
- ANAIS DO SENADO DO ESTADO FEDERADO DA BAHIA. Bahia: Typographia do *Diário da Bahia*. 1891, 1892, 1893, 1894, 1895.
- ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO ESTADO DA BAHIA. *Constituição do Estado da Bahia. (Promulgada em 2 de Julho de 1891)*. Bahia: 1891.
- ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA. *Lei da Organização Municipal de 20 de Outubro de 1891*. Bahia: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1891.
- FACULDADE DE DIREITO DE RECIFE. *Lista Geral dos Estudantes Matriculados da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Typographia Universal, 1855-1859.
- REFORMA ELEITORAL. Lei nº 3029 de 9 de Janeiro de 1881 (Explicado). Rio de Janeiro: Livraria Econômica de Tolentino Alvares & Irmão, 1881.
- SENADO DO ESTADO DA BAHIA. *Regimento Interno do Senado*. Bahia: Typographia do “Diário da Bahia”, 1891.

2.2. JORNAIS E ALMANAQUES

- ALMANAQUE DO ESTADO DA BAHIA - 1895
- ALMANAQUE LAEMMERT – 1887.
- REPUBLICANO- 1898
- A TARDE- 1987

2.3. REVISTAS

ALMEIDA, Marco Antônio Dantas de. *Jeremoabo. Breve Resumo da História de uma terra e do seu povo. Jeremoabo, 1998*

- BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Vultos do Passado Político da Bahia*. Revista do Instituto Genealógico da Bahia. Salvador, 11 (11) 1958.
- _____. *O Homem do Norte*, Luiz Viana. Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro. Rio de Janeiro, 261, 1963.
- _____. *Representantes da Bahia na Câmara Federal da Primeira República*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nº 263.
- DANTAS JÚNIOR, João da Costa Pinto. *Descendências de Francisco Ferreira de Brito e do Cap. José Bernardo Leite*. Revista Genealógica Brasileira. São Paulo, Ano II, nº 4, 1941.
- _____. *O capitão mór João d'Antas e sua descendência*. Revista do Instituto Genealógico da Bahia (Separata). Salvador, v. XV, 1968.
- GALVÃO, Renato. *Bom Conselho dos Montes do Boqueirão – Cícero Dantas*. Revista Panorama. 31 de maio de 1984.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos: O Jogo das Oligarquias*. Revista da Academia de Letras da Bahia (separata). Salvador, 40. 1994.
- SENA, Consuelo Pondé de. *Caminhos, vilas e cidades nos sertões de Euclides da Cunha*. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. 1972-1975. Nº 85.
- VICTÓRIA, João da Costa Pinto. *Família Costa Pinto*. Revista do Instituto Genealógico da Bahia. Salvador, Tipografia Manú Editora Ltda, 1959. Ano XI. Nº 11.

2.4. ARTIGOS, MANIFESTOS, ATAS, ETC. (ABJ)

- ATA da Instalação da Câmara municipal da vila de Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão. (Posse do Barão de Jeremoabo, no cargo de Vereador da Câmara Municipal de Bom Conselho). 28 de Março de 1876.
- JEREMOABO, Barão de. Circular pedindo voto para as eleições da câmara temporária (Deputados Gerais). Camuciata, Outubro de 1884.
- _____. *A Liga da Lavoura e do Comércio de Santo Amaro*. Jornal não identificado. 13 de Dezembro de 1884.
- _____. “ *A Eleição do 9º Distrito*”. *Gazeta da Bahia*, 18 de dezembro de 1884.
- _____. *Manifesto ao Partido Conservador*. Bahia, 30 de Outubro de 1885.
- _____. *Manifesto ao Partido Conservador e aos eleitores do 9º distrito*. Bahia, 29 de abril de 1886.
- _____. *Circular quando candidato a Senador do Império*. Bahia, 16 de Dezembro de 1887.

_____. *Manifesto recomendando a candidatura do conselheiro Rui Barbosa ao Senado Federal*. Bahia, 31 de maio de 1892.

- ATA do termo de juramento e posse do barão de Jeremoabo no cargo de Intendente Municipal de Itapicurú.
- JEREMOABO, Barão. “*A Pedido*”. Ao Dr. Severino dos Santos Vieira. *Diário da Bahia*, 16 de abril de 1895.

_____. *Manifesto aos “Concidadãos”*. Bahia, 19 de outubro de 1895.

_____. *Manifesto aos “Concidadãos”*. Bahia, 10 de novembro de 1895.

_____. *Manifesto “A Eleição de 1º de Março”*. *O Republicano*, Fevereiro de 1898.

_____. *Manifesto “Aos Meus Amigos Políticos”*. *Estado da Bahia – Rio*, 18 de Maio de 1900.

3. FONTES ORAIS:

Família do barão de Jeremoabo:

- *Álvaro Pinto Dantas de Carvalho*.
- *Ana Adelaide da Costa Pinto Dantas Guimarães*
- *Anibal da Costa Pinto Dantas*
- *Jesuína da Costa Pinto Dantas de Carvalho*
- *João Carlos Tourinho Dantas*.
- *Maria Mercedes Tourinho Dantas Guerra*.

Moradores da Fazenda Camuciá:

- *Arnaldo Moura*
- *José Castigo*
- *Marta Martins*
- *Paulo Bento*
- *Roseno Bento Batista*

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Braz. *História da Bahia do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.
- AMADO, Gilberto. “*As instituições políticas e o meio social no Brasil*”, IN *À margem da história da República*, org. Carneiro Leão. Rio de Janeiro, 1924.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: J. Olypio, 1938.
- ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. *A Bahia e os seus governadores na República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- ARAÚJO, Jerusa Gonçalves de. (Org). *Camudos: Subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Centro Documentação, 1986.
- AZEVEDO, Fernando. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. 2 ed. São Paulo, 1963.
- BAHIA, Governo do Estado. *A inserção da Bahia na evolução nacional. 1ª etapa: 1850 – 1889. Atividades produtivas*. Salvador: Fundação de Pesquisas – CPE, 1978. V. 2
- BASTOS, José Augusto Cabral Barreto. *Incompreensível e bárbaro inimigo: A guerra simbólica contra Camudos*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995. pp. 177-186.
- BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. São Paulo, 1967, 2 vols.

- BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2 ed. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977.
- BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. *Longos serões do campo*. Organização e notas Maria Clara Mariani Bittencourt. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2v.
- BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Relembrando o velho Senado bahiano*. Bahia, 1946.
- BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959, 7vols.
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: Uma dinastia de pioneiros*. 3ªed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.
- CARDOSO, Vicente Licínio. *A margem da História do Brasil*. 3 ed. São Paulo, 1979.
- CARONE, Edgard. *A República velha (instituições e classes sociais)*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CASTRO, Renato Berbert de. *Os vice-presidentes da Província da Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.
- CHANDLER, Billy Janes. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns. A história de uma família e uma comunidade no nordeste do Brasil 1700-1930*. Trad. Alexandre F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1939.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: Campanha de Canudos*. 29ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 1979.
- DANTAS JÚNIOR, João da Costa Pinto. *O barão de Jeremoabo (Dr. Cícero Dantas Martins). 1838-1938*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1939.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9ª. Ed. São Paulo: Globo, 1991, 2 vols.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense/CNPQ, 1988.
- FERREIRA NETO, Edgard Leite. *Os partidos políticos no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1989.
- FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Ed. Fac-Similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/ Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.
- JANOTTI, Maria de Lurdes Monaco. *A República – Oposições e consolidação*. IN: LAPA, José Roberto do Amaral. (Org.). *História política da República*. Campinas: Papirus, 1990.
- _____. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JAVARI, Barão de (2º). *Organizações e programas ministeriais. Regime parlamentar do Império*. 3 ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.
- LACOMBE, Américo L. Jacobina. *O mordomo do imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- LLOSA, Mario Vargas. *A guerra do fim do mundo*. Trad. Remy Gorga Filho. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

- LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- LEVINE, Robert M. *Vale of tears. Revisiting the Canudos massacre in Northeastern Brazil, 1893-1897*. Los Angeles: University of California Press, 1982.
- LINS, Wilson et alii. *Coronéis e oligarquias*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Ianamá, 1988.
- MACHADO NETO, Zahidé et alii. *O Coronelismo na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1972 (mimeo).
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *O Império em chinelos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. A formação do estado imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MATTOSO, Katia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPQ, 1988.
- _____. *Bahia, século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- MENEZES, E. Diatahy B. de, ARRUDA, João (Org.). *Canudos. As falas e os olhares*. Fortaleza: Edições UFC, 1995.
- NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

- NOGUEIRA, Otaciano & FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.
- OLIVA, Terezinha de Souza. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Universidade Federal de Sergipe, 1985.
- OLIVEIRA, Ruy Bruno Bacelar de. *Camudos: o assassinato da liberdade*. Vitória da Conquista: Editora Engeo Ltda, 1992.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias. 1889-1934. A Bahia na primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *O engenho central do Bom Jardim na economia baiana; alguns aspectos de sua história, 1875-1891*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Instituto Histórico do Brasil, 1979.
- PARADA, Antônio Alvarez. *Histórias curtas e antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995.
- PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.
- PINHO, Wanderley. *Cotegipe e seu tempo. Primeira fase. 1815-1867*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, (Brasiliense, v. 85), 1937.
- _____. *Salões e damas do segundo reinado. São Paulo*. 4 ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970.
- _____. *História de um engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552 – 1944*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1982.
- PINTO, Luís de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil: introdução ao seu estudo*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980.
- PORTO, Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo*. Porto Alegre: L&PM/ Brasília: INL, 1985.

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Anhembi, 1969.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na primeira República. Uma política de acomodação*. 2 ed. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1999.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. (Org.) *Camudos. Cartas para o barão*. São Paulo: EDUSP/ Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- SANTOS FILHO, Licurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo. Aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- SARAIVA, José Antônio. *Discursos parlamentares*. Seleção e introdução de Álvaro Valle. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1962.
- SOUZA, Antônio Loureiro de. *Baianos ilustres*. 4ª ed. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979.
- SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil. 1817-1820*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SENA, Consuelo Pondé de. *Uma introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano. Itapicuri, 1830/1892*. Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.
- SILVA, José Calasans Brandão da. *Cartografia de Camudos*. Salvador: Secretária da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997.

- SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism and federalism. Um estudo da implantação da República brasileira (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- SOARES DE SOUZA, Francisco Belisário. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.
- URICOECHEA, Fernando. *O minotauro Imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.
- VILA, Marco Antonio. *Camudos. O povo da terra*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.
- WILLEKE, O.F.M. Venâncio. *Missões franciscanas no Brasil. (1500-1975)*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1974.

ANEXOS

ANEXO I
MANIFESTOS E CIRCULAR ESCRITOS PELO
BARÃO DE JEREMOABO. 1884-1900

Carta do barão de Jeremoabo, aos eleitores do 9º distrito, pedindo voto, para as eleições de 1º de dezembro de 1884, a uma vaga de deputado geral. Neste momento o partido conservador estava fora do poder e o barão manifesta seu pensamento a respeito do elemento servil.

Camocim, de Outubro de 1884.

Ilm. Srs.

Continuando a aspirar a honra de um lugar na Camara temporaria por este districto, ao qual prendem-me o berço, familia e relações de ordem superior, á V. S. dirijo-me para merecer o seu suffragio na proxima eleição de 1.º de Dezembro.

Na quadra porque atravessa o paiz, cheio de ansiedade e inquietações, presumo não ter necessidade de apresentar programma politico, por não ser de politica partidaria a magna questão a resolver relativamente ao elemento servil.

Entendendo com todo mechanismo social, economico e financeiro, por consequente interessando a todos, por todos pode ser desposada sem pretensão de principios.

E' por isso que invoco o apoio de V. S. e de todos os eleitores do districto sem distincção de cor politica.

A conspiração do governo convertida a ultima hora em projecto de lei, contra o direito de propriedade garantido em sua plenitude pela lei das leis, não pode encontrar o apoio da nação, que já condemnou-a por meio de seus immediatos representantes. Par desenvolvimento a aurea lei de 28 de Setembro de 1871, respeitando a propriedade sem abalo da lavoura, commercio e artes industriais, eis em synthese o meu pensamento, por cuja realisação envidarei os meus tennues esforços nas raias da legalidade.

Se V. S. achar que o meu concurso é util a defesa d'estes interesses, conto que dará valioso apoio a minha candidatura, pelo que confessar-me hei grato.

Com estima e consideração subscrevo-me.

De V. S.

Manifesto ao directório do partido Conservador
comunicando seu afastamento da política. Faz uma
retrospectiva de sua vida pública, lamentando as
desavenças com os primos liberais e expressando seu
pensamento a respeito da magistratura da época.

MANIFESTO

Ao partido Conservador

Filiado por indole e por herança ao partido cujo nome encima este manifesto devo-lhe e especialmente aos meus amigos dedicadissimos uma satisfação neste momento solemne em que sou obrigado a retirar-me das pugnas politicas, depondo as armas do batalhador para repouzar do cansaço, que me exaurio de envolta com a robustez e vitalidade corporea as crenças e as esperanças, que são a força do espirito.

Nesta provincia, e, porventura, fóra della, ninguém igaora a lucta titanica, que tenho sustentado, ha mais de 23 annos, com os que por desgraça publica têm sido seus donatarios, sinão d'este imperio inteiro, *outr'ora meus parentes consanguineos*, como também *conservadores* erão então.

Jamais recuei na lucta travada e provocada contra mim com tal desigualdade e deslealdade de modo a transformar a situação de meus adversarios de simples combatentes em perseguidores.

Foi assim que nem escapei á perversidade dos processos falsos (arma predilecta), pelos quaes aquelles Abyssinios, que arranjaram as posições em que hoje se repotrecão, não trepidarão em levar meu nome, mercê de Deus, sempre puro e immaculado, ao rol dos culpados!

Nunca me apavorarão os seus manejos perditos, as suas insidias felinas, as suas cavillações machiavellicas. Então era eu moço, tinha forças, afervoravão-me as crenças, alêntavão-me as esperanças; nunca tive, poré n, e confesso-o, porque sabem tolos que me conhece n, ambição pessoal.

Entretanto, hoje depois de tão longa e amarga experiencia, completamente desorente de ser util a meu paiz e aos meus amigos, não posso, ne n devo continuar a militar em politica.

A idade e o estado de minha saude já não permitem a vida angustiada e cheia de pro-
vações que tenho até hoje arrastado.

Sentindo o espirito avassallado por uma descrença invencivel, resultante sem duvida das fadigas e da extenuação, recolho-me á vida da familia a ver se encontro ainda o linitivo e conforto de que necessito.

Ao Directorio do partido Conservador compete dirigir e auxiliar os nossos correligionarios do 9.º districto, que sempre combaterão com denodo, lealdade e dedicação inexcitaveis, e achão-se infelizmente expostos ás vinganças dos oppressores servidos ainda por uma magistratura inconsciente e extremadamente partidaria. Nunca os abandonei, nem seria capaz do despedir-me d'elles durante o ostracismo; hoje, porém, *que o partido é poder*, despeço-me, não sem viva saudade, visto que meus esforços podem ser dispensados, e, espero, que melhores serviços serão prestados por quem me substituir.

Convém declarar que não levo odios; nunca fiz politica de rapinagem, nem tive pretenções pessoaes; assim como que dos cofres publicos só recebi os subsidios e ajudas de custo como deputado.

Aos meus amigos do 9º districto, meus fieis, leaes e extremados companheiros de lucta, dos quaes me despeço amargurado—peço que confiem na direcção do partido.

Bahia, 30 de outubro de 1885.

Barão de Geremoabo.

Manifesto ao partido conservador e aos e-
leitores do 9º distrito justificando o porque
ter aceitado os votos recebidos na eleição de
15.01.1886, para a câmara dos deputados
gerais, após ter comunicado que havia afas-
tado-se da politica.

Ao partido conservador e aos electores do 9º districto:

« A descrença invencível de ser útil ao meu paiz e aos meus amigos, resultante sem duvida das fadigas e da extenuação de uma luta sem treguas de mais de 25 annos, de longa e amarga experiencia, e ainda a idade e o estado de minha saude » obrigaram-me a declarar pelo *Jornal de Noticias* de 31 de outubro do anno findo (por tel-o recusado a *Gazeta da Bahia*) a minha retirada da politica.

Um passo d'esta ordem ninguem deve dar sem muito pensar, e assim o fiz.

Só Deus sabe o que me ia dentro do coração ao dizer o adeus de despedida aos co-religionarios e amigos, que, com denodo, lealdade e dedicação nunca desmentidos, sempre estiveram ao meu lado nos dias da mais atroz perseguição e cruciantes amarguras.

A *Gazeta da Bahia*, após o meu manifesto de retirada em nome do partido conservador, cujo orgão é na imprensa, julgou de seu dever invocar não só os meus sentimentos de generosidade e abnegação, como o concurso do directorio para que eu cedesse ás exigencias que muita vez a disciplina dos partidos impõe, continuando na politica militante.

Além d'esse appello solemne, outros tive de alliados proeminentes.

N'estas circumstancias resolvi convidar os chefes parochiaes do districto para uma reunião, que de facto teve lugar no dia 25 de novembro com assistencia de alguns electores e outras pessoas qualificadas.

Expondo n'essa occasião com a maior franqueza e sinceridade os motivos da minha retirada, os meus amigos e alliados, de cuja dedicação inextinguivel jamais duvidei, declararam que, « ainda rejeitado por mim o mandato », continuariam a honrar-me com os seus suffragios; e assim succedeu na eleição de 15 de janeiro, sem que eu solicitasse um só voto.

Ante prova de confiança tao irrecusavel e esmagadora, que mais encarece a minha gratidão pela espontaneidade com que foi manifestada, e depois do appello do partido, não me é licito rejeitar o mandato, *embora a descrença e desesperança* que povorem-me o espirito.

E' a primeira vez que aos impulsos de minha vontade sobrepujam os sentimentos do coração, tal a força de amizade que enlaga-me aos meus conterraneos do districto, cujos direitos e interesses tenho exposto e defendido como proprios.

Aceitando, portanto, o mandato, comque ainda uma vez distinguiram-me os meus co-religionarios e amigos, sinto que as minhas expressões estejam a quem dos sentimentos de gratidão immorredora de que lhes seu dever, e ainda mais o desanimo de ser-lhes util como impõe-me o dever.

Espero, porem, toda a coadjuvação dos meus amigos para confortar-me o espirito descrente a' esta vida angustiada e cheia de provações, ficando certos de que estarei a seu lado em quanto se não quizerem convencer de minha inutilidade.

Antes de concluir devo contrapor algumas palavras ao *Diario da Bahia* em resposta do artigo publicado a 17 de dezembro, sob a epigraphe—*Uma farça*—; e o faço por ser da responsabilidade de sua redacção, pois, si o não fosse, a tanto não desceria; e ainda pela falta de um protesto immediato do orgão do meu partido.

Felizmente a minha vida particular e publica não dá a quem quer que seja, salvo aos calumniadores, o direito de chamar-me *farçista*.

E' epitheto que não me compete, e si alguma vez tenho sido alvo de *censura*, é por minha sinceridade e franqueza, nunca postas em duvida, mesmo por adversarios leaes.

Poderia apresentar ao *Diario* um catalogo de nomes a quem com justeza adapta-se o qualificativo; mas, desejando ser breve, basta apresentar um *frescal*, que é o do candidato liberal pelo 8º districto a camara temporaria, o qual, apresentado pela commissão central e executiva de seu partido, e recomendado com encarecimento, si não fez como Esaú vendendo a primogenitura por um prato de lentilhas, até o presente *não ha quem saiba* o motivo por que deixou de ser votado pelos co-religionarios; nem tambem porque abandonou seus alliados do 9º districto, onde, havia tão pouco tempo, alardeara tanta fôrça e pujança, apesar de só ter conseguido salvar-se nas tramoias do 3º escrutinio.

Será este proceder correcto ou—*uma farça*?

Admira que o *Diario*, orgão de um partido, traslade para suas columnas editoriaes a baixa e vil intriga das ruas.

E' falso, digo-o alto e bona som, que entre mim e o sr. cons. Theodoro Machado (como com quem quer que seja) tivesse havido a menor quebra de relações e troca de palavras por exigencias politicas de minha parte.

A s. ex. havia apenas visitado em occasião em que se achavam presentes cavalheiros cujo testemunho é maior de toda excepção. Não lhe fiz o menor pedido nem exigencias, e continuo a cultivar as relações amistosas com que de longa data s. ex. me tem honrado. Ao contrario, s. ex. inquirindo-me os motivos que me faziam deixar a politica, respondi-lhe com os do meu manifesto.

Si o *Diario* não acredita em minha educação, para o que tem plena liberdade, devia confluir na de s. ex. para não fazer correr em suas columnas editoriaes intriga tao baixa e nojenta.

Fique ao *Diario* a gloria d'esta e de outras alvissimas, proprias somente dos *pescadores de agoutarras*; mas o publico tenha como certo que os motivos de minha retirada foram os publicados no meu manifesto com a sinceridade e lealdade que *só se tem* somente os homens do pundoior.

MANIFESTO

Manifesto dirigido ao povo da Bahia informando que tomou posse do governo do Estado em represália a atitude ilegal de Rodrigues Lima, de passar o cargo ao barão de Camaçari, segundo ele, investido ilegalmente no cargo de presidente do senado.

Concidadãos:

É um facto incontestavel que de 7 de abril até hontem, só o poder executivo do estado era exercido por um cidadão nello legalmente investido.

É desnecessario rememorar-vos as scenas que presenciastes em 7 e em 23 de abril, de cidadãos escoltados pela força publica, apoderarem-se dos edificios onde a representação estadual se reunia, e arvorarem-se em mandatarios vossos.

O desejo de poupar o precioso sangue de seus correligionarios levou o partido constitucional, triumphante nas urnas em 4 de novembro do anno proximo findo, a uzar de toda a calma e moderação, antepondo de preferencia a violencia, como resposta á violencia que lhe era feita, os recursos que as leis do Paiz consagram.

Vistes quaes as consequencias dessa medida patriottica, ditada pelo amor da paz que deve ser o interesse supremo de todos, por que sem ella o estado não pôde prosperar.

Os assaltantes do poder legislativo, os violadores da constituição e das leis, sentiram-se encorajados com a attitude do partido opposicionista, e não trepidaram em investir contra todos os ramos da administração publica, sujeitando os aos seus interesses particulares.

Impondo-se como legitimos representantes do povo bahiano, trataram de cercar as liberdades individuaes, procedendo, pelo terror, assenhorearem-se de todos os elementos vitaes do estado.

Receiosos da manifestação das urnas, decretaram o esbulho do direito do voto, tirando a qualidade de eleitores, a cidadãos que por mais de uma vez tem exercido esse direito um dos mais sagrados, conferidos ao homem civilisado.

Duplamente civisados de inconstitucionalidade, já por terem com o auxilio da força publica se apoderado das cadeiras dos verdadeiros representantes do electorado bahiano, já porque, ainda assim não obliaram o numero fixado na carta constitucional para a decretação dos serviços que accarretassem despesas novas, formaram leis e votaram outras, augmentando desproporcionalmente a despesa do estado, e estabelecendo gravame aos impostos já decretados.

A todos esses desmandos e violencias, o partido constitucional oppoz a resistência calma do doutamento, ao mesmo tempo

que aguardava solução pacifica á sua reclamação.

Ordeiros e cumpridores das leis os cidadãos esbulhados de seus direitos, não busaram tocar na legitimidade do poder executivo, que conquanto desviado dos principios constitucionaes, provinha de origem legitima, do pleito de março de 1892, em virtude do qual foi nelle investido o Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima.

Hoje, porém, é muito diversa a situação do estado.

A retirada para a capital federal do chefe do poder executivo passando o cargo de governador ao Sr. barão de Camaçari a pretexto de que esse cidadão é o presidente do senado, quando está na consciência publica a illegitimidade e illegalidade de semelhante investidura quebrou o unico flame que ainda sustentava legalmente a situação já bastante anormal de nossa vida politica.

É esta situação não pôde perdurar.

O estado da Bahia não pôde continuar a ser gerido por um governo radicalmente dictatorial.

Nestas condições, sendo o partido constitucional do senado eleito legalmente e constitucionalmente, assumi a administração do estado, e o fiz convicto de que o povo bahiano, sempre activo e cioso das suas prerogativas, se collocará ao meu lado, seu representante legitimo como sou, para commigo fazer vingar a constituição promulgada em 2 de julho de 1891.

Devo ainda dizer aos meus concidadãos, que só o cumprimento de um dever me leva a assumir o governo do estado.

A longa experiencia que tenho dos negocios publicos, me fazem comprehender as difficuldades que o governo encerra.

Mas não tenho o direito de recusar; nem o sacrificio de minha propria pessoa, aos interesses da Bahia, opprimida por uma dictadura, nem devo desertar a confiança em mim depositada pelo voto popular, e pela escolha dos meus pares, que collocaram-me no posto de presidente do senado.

Conho tambem que, o funcionalismo publico, a quem cabe parte da responsabilidade na emergência actual, não se negará a collocar-se ao lado da autoridade legitima que represento, no cumprimento do dever que o juramento que o obriga aos cargos que occupa lhe impoem.

Bahia, 19 de outubro de 1893

BARÃO DE GEREMOANO

Manifesto dirigido aos baianos e ao país, explicando os motivos porque afastou-se do governo do Estado. Este texto e o anterior revelam o pensamento do barão a respeito dos acontecimentos que culminaram com a dualidade do legislativo e executivo baiano.

Aos meus concidadãos:

A solução, dada pelo poder legislativo da União á reclamação dos representantes do poder legislativo deste Estado, esbulhados dos mandatos que o povo lhes conferiu, pelas violências realizadas em 7 e 23 de abril do corrente anno, impõe-me o dever de, na qualidade de presidente do senado, legalmente constituído, e de legítimo substituto do governador do Estado, dirigir-me ainda uma vez a vós e ao país, expondo as occorrencias que se têm dado desde 19 do mez proximo passado até hoje, e que levam-me a abandonar a attitúde que a consciencia dos meus deveres obrigou-me a assumir.

Como sabels, pelo manifesto que já vos dirigi, ao ter conhecimento de que o Sr. Dr. governador do Estado havia abandonado a sua cadeira, retirando-se para a capital federal, no desempenho do dever que me é imposto pelo Art. 46 da constituição bahiana, assumi a administração do Estado, acephala, desde que o cidadão que della se apossou não representa a lei nem o direito, e sim a força, a violencia.

Imediatamente levei ao conhecimento do Sr. Dr. presidente da Republica os factos da retirada do Sr. Dr. governador, de se ter arrogado o direito de substituir o Sr. barão da Camaçari, e de ter eu legal e constitucionalmente, assumido o governo do Estado.

A minha comunicação respondeu o Sr. Dr. presidente da Republica nos seguintes termos: «governo federal só pode intervir nos negocios peculiares aos Estados nos casos do Art. 6.º da constituição. Questão legitimidade senado desse Estado está affecta ao congresso nacional.»

Vê-se que S. Ex., como alias já se havia manifestado em sua mensagem ao congresso federal, nutre a convicção de ser da attribuição do poder legislativo da Republica o decidir da razão e da justiça que assiste áquelles que nos Estados têm sido esbulhados em seus direitos.

A anormalidade de se achar o estado, dirigido por dous governadores, um garantido pela força publica, outro firmado nas disposições constitucionaes, que não podem ser sophismadas, no exercicio do seu inconcusso direito de legítimo presidente de um poder constituído e permanente, como é o senado, forçou a manifestação do poder legislativo sobre a especie, triumphando, porém, á violencia, desde que, apesar de ser publico que o membro da commissão mixta, incumbido de dar parecer sobre a reclamação do poder legislativo deste estado, já o havia elaborado, e nelle concluia pelo reconhecimento da illegitimidade do pretenso congresso estadual, a maioria dos membros dos dous ramos do congresso federal opinou pela extincção da respectiva commissão.

Accresce, além disso, que diversos senadores federaes apresentaram um projecto, no qual autorizavam o representante do poder executivo da União a garantir o funcionamento constitucional dos dous terços do senado, que havia funcionado no biennio de 1893 a 1894, e este projecto, como sabels, leve contra si a maioria dos representantes haquelle ramo do poder legislativo federal.

Nestas condições, triumphante a prepotencia, a força, a violencia, e calcadas aos pés as leis que nos regem por aquelles que se constituíram directores dos negocios publicos do país, esmagados os direitos incontestaveis dos cidadãos que os vossos suffragios elevaram a vossos mandatarios, opprimida a liberdade individual, só dous caminhos havia seguir: ou ceder á violencia, abandonar a lucta e entregar os destinos do estado á facção que pelo predomínio da força, tem se apoderado de todas as posições, ou appellar para o recurso extremo dos opprimidos, a revolução.

Tremenda é a responsabilidade na adopção de qualquer dos dous meios, a que nos leva á falsa comprehensão da grave situação em que se encontra o país, por parte dos que se arrogam o direito de condulsadinas, relegados como nos commo e comuão de vós.

Vedes, pois, que não é a vontade do cidadão, por mais legitima que seja a auctoridade que o mesmo representante pode parir, o alvitre a seguir-se na agudissima phase que atravessa o Estado, e sin do concurso da opinião de todos os cidadãos, duplamente feridos pelo cerceamento da liberdade que a lei magna da Republica a todos assegura, e pelo aviltamento imposto ao nosso Estado.

Como a Bahia entre os Estados gemem sob a oppressão do mais ferrenho despolismo, e os poderes da Republica, refusam os braços indifferentes aos seus destinos, e sob o falso recelo de offender a autonomia dos Estados, entrega-os á anarchia das facções, protelando indefinidamente a solução que urge ser tomada, não no interesse d'este ou d'aquelle partido, mas no interesse do bem geral do país, visivelmente ameaçado nos elementos iniluppensaveis ao seu progresso, a paz e a ordem publicas, e pondo em imminente perigo a Republica.

Não deserto a confiança que em mim depositastes, retirando-me do posto a que o vosso mandado elevou-me, a isso leva-me a attitúde de connivencia dos altos poderes da Republica nas violências e arbitrariedades do poder executivo do estado, e a convicção de que ainda assim poderes prestat maiores serviços á minha Pátria.

Bahia, 10 de Novembro de 1895.

BARÃO DE GEREMOANO

Aos meus amigos.

Aproximando-se a eleição de 27 de Julho para o preenchimento de vagas no Senado Federal, e recommendando aos meus amigos a candidatura do Sr. Conselheiro Rui Barbosa, como o faço com todo o empenho, sou levado a explicar o meu procedimento para não ser taxado de incoherente.

Tenho sempre, na minha vida publica e particular, assumido posição franca, leal e definida, e dahi a necessidade de justificar-me ante os meus amigos.

Na eleição de 15 de Setembro hostilizei abertamente a candidatura de S. Ex^{cia}, por divergir, como ainda divirjo, de suas opiniões religiosas, e tratar-se então da organização do nosso pacto fundamental, que devia ou não sancionar a separação da Igreja do Estado.

Nessa occasião pretendeu-se formar-se um partido de resistencia com a denominação de - Catholico - e eu, e todos aquelles que commungavam as mesmas idéas, abraçamol-o.

Tal partido morreu em embryão, e não passou de engodo, em que muita gente de boa fé cahiu.

Corrágo tenho as provas.

Actualmente, que passou em julgado a separação da Igreja do Estado, o modo correctissimo por que procedeu S. Ex. pugnando pela restauração da legalidade nos lutosos acontecimentos de que foi theatro este Estado em 24 de Novembro, e ultimamente a hombridade invejavel com que, levado pelo mais acendrado patriotismo, apresentou-se ante o Supremo Tribunal em prol dos direitos conculcados, revelando, ainda uma vez, os prodigios de sua mentalidade phenomenal, impuzeram-me o dever de abraçar com enthusiasmo a sua reeleição.

Motivos outros não actuaram em meu espirito. A S. Exa. não me prendem relações de especie alguma, nem mesmo as de simples cortejo. Dadas estas explicações aos meus amigos, quer do antigo 92 districto, quer dos demais, peço-lhes encarecidamente que suffraguem, como se minha propria fosse,

...didatura do Sr. Conselheiro Ruy Barbosa, cujo talento genial honra
este Estado, que se desvaneca de tal-o como filho.

Meu reconhecimento será inolvidavel.

31 de Maio de 1892.

BARÃO DE GEREMOABO

NOTA - Este "Manifesto" foi publicado em avulsos e largamente distribuído.

Manifesto aos seus correligionários políticos
explicando porque aceitou a ser candidato ao Senado
Federal, pela Concentração Republicana e o motivo de
não ser reconhecido pela comissão de verificação
de poderes.

ESTADO DA BAHIA

Aos meus Amigos Politicos

Antes de voltar ao retrahimento politico que me havia imposto ha cinco annos, devo apresentar aos meus concidadãos e particularmente aos meus co-religionarios os motivos que me levárão ao pleito eleitoral de Dezembro de 1899 e as razões que me reconduzem agora a esse retrahimento, que interrompi.

Pesa-me a obrigação de revelar factos, que talvez concorrão para annuiar mais as desesperanças e as apprehensões de tantos espiritos, para quem os ultimos annos de nossa vida politica representão uma serie de decepções patrioticas; mas as minhas responsabilidades perante os amigos politicos, que sempre confiárão na minha lealdade e na minha franqueza, não me permitem o silencio.

Pertence a historia politica, pelo seu relevo de escandalo excepcional, o assalto, em 1895, ao Senado legitimo da Bahia.

O actual Governador desse Estado, com uma audacia incrível, mesmo nelle, despojou, á força d'armas, de suas cadeiras, em cujo exercicio estavam havia já alguns annos, os Senadores do Estado, e os substituiu por creaturas suas.

Em face de tal situação, ao partido a que pertenciamos, eu e os meus co-religionarios espoliados, apresentavão-se naturalmente estas duas alvitres:

Ou a abstenção, ou a resposta com a violencia á violencia.

Nós, que venceramos nas urnas, poderíamos, se quizessemos, fazer do dominio dos nossos oppressores uma inquietação permanente.

Preferimos não perturbar com a explosão dos nossos justos resentimentos a situação já tris-tíssima do Estado.

No retrahimento a que me recolhera com o meu partido vierão procurar-me, o anno pasado, conhecidos chefes politicos, convidando-me a entrar na lucta eleitoral, cujo resultado mais util para a Nação seria o de quebrar, em nome da verdade eleitoral, a tyrannia dos Governadores.

Não quiz deixar de concorrer para esse resultado, que seria uma conquista politica de grande alcance e de grande proveito para o paiz o para a liberdade.

O Partido Constitucional da Bahia, por esforços meus e de outros chefes, arregimentou-se e concorreu ás urnas sob a bandeira da Concentração, cujo programma era conhecido, e cujos directores merecião confiança, pelo nome

que fizerão na politica dos seus Estados e na politica da União.

Accedendo ao convite desses directores, eu suppunha que concorreria com a minha dedicação e com a dedicação dos meus amigos para robustecer uma aggremação destinada a bater-se por um programma e a viver por uma idéa, e não a um ajuntamento ephemero, proposto á colheita de favores de occasião.

Acreditava ainda que, accedendo ás suas solicitações, eu tinha direito de receber em lealdade o que em lealdade lhes dava.

Os meus esforços e os dos meus co-religionarios não forão inuteis.

O Partido Constitucional da Bahia mostrou na ultima eleição a força e disciplina a que por mais de uma vez deveu a victoria nos comicios. Os seus candidatos obtiverão o triumpho. Desempenhava-me, pois, com os meus amigos do compromisso que assumiramos perante os chefes da Concentração. Fomos leaes.

Chegava a vez desses chefes corresponderem aos nossos sacrificios com a sua solicitude em defender os nossos direitos, que erão os delles tambem. Nessa esperança aguardei os trabalhos de verificação de poderes, que não começar no Senado e na Camara dos Deputados.

Habitudo a julgar os outros por mim, não dera credito aos boatos que corrião de que esses chefes, no intuito de garantir em os seus lugares, estavam dispostos a abandonar e a sacrificar os direitos dos seus alliados.

Permanecia na convicção de que elles, a quem não pediramos auxilio, mas que se solicitarão de nós, preferirão, mesmo no interesse politico, conservar a solidriedade com os seus co-religionarios, que não erão supplicantes de uma entrada de favor no Congresso, mas portadores de diplomas legaes.

Reconhecer esses eleitos não era a favor; seria, mesmo para adversarios, combato que fosseu homens de honra, um acto de justiça e um dever de probidade.

Verificáram-se, porém, as previsões que eu julgara inverosímeis.

Aquelles que, quando me procurárão para seu alliado, sabião que eu não era o Sr. Luiz Vianna, adoptárão o alto criterio, de que só podião ser válidas as eleições dos Governadores.

E' do dominio publico o que se deu no Congresso, logo nos primeiros dias das sessões preparatorias. As commissões de poderes tiveram a incumbencia triste da espoliação a

mais audaz que o Brazil tem visto. Limitados a horas os prazos para o exame, a analyse, e a discussão do processo eleitoral da Bahia, a affronta ao pundonor politico dos eleitos creou a scena de desbrío em que foi coarctado aos meus amigos o direito da tribuna, e até o da leitura de documentos e provas electoraes.

Assim o diolidra aquelle que accumulava ás funções de autoridade suprema do executivo a tarefa inconstitucional, espontanea e decisiva de segundo escrutinio. A mão que traçou, na mensagem deste anno, os topicos patrieticos sobre a verdade das urnas e a representação das minorias, inarcára, na lista dos candidatos, os favoritos do poder.

O Senado e a Camara, no empenho de recomendar-se, disputando-se mutuamente o primeiro lugar no servilismo, vão obedecendo áquella ordem.

Por amor ao Governo, e em execução do originalissimo criterio da Presidencia da Republica, os chefes da Concentração dissolverão o seu partido, como se liquidassem uma casa commercial para entrar em negocio mais lucrativo.

Digo ingenuamente a verdade, declarando que essa feição mercantil da politica me trouxe, apesar de quarenta annos de experiencia e de vida publica, um desencano, em que a surpresa não é menor que a indignação.

Empenhando os meus amigos na luta, eu lhes solicitei o apoio com sinceridade e lealdade, garantindo-lhes tambem a sinceridade e lealdade dos que appellárão para o meu desinteresse.

Cumpria-me, pois, dizer-lhes por que não pude cumprir essa promessa.

Volto de novo ao retrahimento que me impuzera, levando a mais profunda das desillusões; mas este sentimento não annulla, felizmente, em meu coração a esperança de que um dia a lealdade, a fé e o patriotismo resurgirão do seu naufragio, em minha Patria!

Aos meus amigos politicos direi que a actualidade não significa absolutamente uma solução positiva para a ordem constitucional.

E' o resultado transitorio de uma politica que não pôde crear raizes, nem manter-se no conceito dos homens de bem e dos patriotas.

Acouselho-lhes, pois, o retrahimento, confiando em melhores dias para a Patria.

Aos republicanos convictos, aos sinceros e leaes adentos da Constituição da Republica, direi: Acasualai-vos, cidadãos!

Barão de Getemoabo.

Rio, 18 de Maio de 1900.

ANEXO II
CARTAS TROCADAS ENTRE O BARÃO DE JEREMOABO
E JOSÉ GONÇALVES DA SILVA

Baião de Seremoabo

RESIDENCIA:
Engenho Camuciata
ITAPIOURU

Camuciata, 31 de Agosto de 1899

José Gonçalves

Tenho presente tua carta de 12, escripta da Vargem do Macuco, que me deu o prazer de tuas noticias. Fazer muito bem de cuidar da tua fazenda e de saber a que te resta da ditta, e com certeza dizes estar forte e com o bom clima. Eu tambem pretendo voltar as terras em appocho proprio, pois estou commovido pelas informacoes dos vizinhos que me em resta mais de um quarto. A terra que foi que comecou a crescer; as chuvas tem sido boas, e os pastos melhorando um pouco e o resto dos arvoredo, mas os tanques tem tomado pouca agua. A caesaria continua, e os leiloes acabam com a criacao virinda e depl. passar a grande da ditta tem garantias. O gado appocho de e tem sido mais de recente, mas não porque não estando essas vezes de gado com facilidade. O registro das vacas me dá pois um exercicio, e me substituto era como um di. da estabulacao a todos os. Apparece um animal a cada 10 dias a 7. partem. Tua Com. sempre tem melhorado, felizmente, e me sinto de toda boa e tuas or. a fortuna de boas trevadas talves dadas com parais ao Patamanti. Jov. e afam. estas boas. O Dr. R. de Santos foi ao Rio e os filhos estao aqui. Parou pela qua. antena, tem apurou, e avalia a contrariada de ditta. Thonico ha bem; m. creio - um ano de 18, dia em que chegou para Campos por Patagolis. Es. ta muito animado de que o curso de Carruagem, Glycine e outros, me f. meo. tenho confiança em quanto ao o. Luminoso estado de C. T. de. Este na Bahia e ditta e chamado de nome Filgusino, que esta animadissimo, e querio voltar habilitado a entender com os chefes. Insiste elle por ser nome. e ditta, cuja ditta garantem, e por ter a vontade dos Chefes. Pelo 1. ditta ha um candidato (dos que tem garantem os presentes), o principal Filgusino que

01 - Esta carta inicia a longa correspondência entre Cícero Dantas Martins (barão de Jeremoabo) e o seu amigo e compadre José Gonçalves da Silva, só interrompida com o falecimento de Cícero em 27 de outubro de 1903. Na vila de Bom Conselho o barão possuía residência e nela iniciou sua vida pública, ainda quando estudante. Faleceu nesta vila quando de viagem para suas fazendas do sertão.

Bom Conselho , 1 de setembro de 1865

Colega e amigo José Gonçalves

A muito que não tenho suas notícias e hoje passando o Sr. Vital (nosso votante) com carga para dispor aí, pedi-lhe para entregar-lhe está afim de saber como passa e dar-lhe igualmente novas minhas.

Estimo que tenha passado sempre bem, com sua Excelentíssima família, a quem dirijo meus cumprimentos.

Eu vou vivendo na forma do costume , isto é, perseguido e reconcentrado, lastimando a má direção dos negócios do nosso país – com o qual sofrem todos – e sim esperança de vê-los mudar. Sobre tudo a está época de guerra (1).

Sempre leio o jornal em relação aos negócios daí, que muita paridade tem com os daqui; e quase que o mal é geral.

Amanhã parto para a capital, aonde não vou a 2 anos (2).

Honre-me sempre com suas letras, que muito as aprecio e dispõe dos préstimos do teu

Amigo e colega obrigado

C. Dantas Martins

(2 folhas – 2 páginas de texto)

Bom Conselho, 01/09/1865

- (1) A guerra do Paraguai (dezembro de 1864 – março de 1870) foi o maior conflito armado internacional ocorrido no continente americano. É também chamada guerra da Triplice Aliança. O Brasil, a Argentina e o Uruguai, aliados derrotaram o Paraguai após cinco anos de lutas, para os quais o Brasil enviou 180 mil homens. Destes, mais de 30 mil não voltaram. José Gonçalves na época da guerra do Paraguai era comandante superior da Guarda Nacional do termo de Vila Nova. Organizou um contingente de 40 homens e enviou-os para a capital afim de participar da guerra. (cf. Lourenço da Silva, *Memória histórica e geográfica sobre a comarca de Bomfim.*, p. 131)
- (2) Nesse período as viagens do barão para Salvador eram feitas a cavalo, percorrendo uma distância de 53 léguas, ou 302 Km. As providências iniciais para se construir estradas de ferro na Bahia datam de 1853. O Ramal do Timbó, que ia de Alagoinhas a Sergipe, atravessando o agreste e passando pelo Itapicurú, só foi inaugurado na década de 1880. (Cf. Braz do Amaral, *História da Bahia, do Império a República*, p. 190).

02 - Carta escrita no período correspondente a 15ª legislatura (1872-1875), em que o barão de Jeremoabo tinha sido reeleito deputado geral, pelo partido conservador. O visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos estava presidindo o 25º gabinete do império, de tendência conservadora. Em 1875 foi substituído, com a ascensão do Duque de Caxias, que iniciou o 26º gabinete, conhecido como ministério Caxias-Cotegipe.

Côrte (1), 20 de maio de 1873

José Gonçalves

Parti, com a senhora, da Bahia no dia 27, e no dia 30, ao meio dia, depois de uma magnífica viagem de 66 horas (2), no *Douro* (3), aqui chegamos. Temos passado sem alterações, mercê de Deus; outro tanto desejamos-te e a tua excelentíssima senhora (4), e caros filhinhos (5), que receberão nossos afetuosos cumprimentos. Moramos na rua do Sacramento (defronte do Tesouro) nº 4 (6), em uma bela casa que foi habitada muitos anos pelo papa Eusébio, de saudosa memória. Não há nada de notável. O ministério (7), a meu ver está consolidado, e tem grande maioria para viver e atravessar a sessão; há seus desgostos, mas não passam dos corredores. Pelos jornais, se é que os lê, saberás do que vai, e tem ocorrido. O projeto de criação da província do S. Francisco, que absorve a comarca do Juazeiro, está indo a vapor, e já em 3ª discussão (8). Os candidatos a senatoria e deputação já chovem. O projeto de reforma eleitoral foi mal recebido, e nessa discussão tenho meus receios da vida do gabinete; achci-o péssimo. A discussão do voto de graças começou ontem e foi hoje arrolhada pelo Góes Júnior. O Alencar tem estado gravemente doente e parece-me ser moléstia do peito. É pena perder-se um talento de tal força com tão pouca idade.

Não tenho saído de casa senão para a câmara (9), e o tempo não me chega para escrever, e responder cartas. Continua esta côrte como a deixastes; cada vez mais movimento e mais atividades. A questão encandesciente é da maçonaria (10) que já tem ocupado atenção do senado, e da câmara; crê que é negócio sério, e de conseqüências perigosas. O Junqueira está contentíssimo na Sibéria; é dizer-te que não é o mesmo homem de outrora, pois o governo fascina. O Duarte perguntou-me por ti e continua com a mesma amabilidade. Apesar do teu retiro não te debes esquecer dos amigos; dá-me portanto tuas notícias. O Fernandes da Cunha foi para a Bahia casar a filha, segundo ouço com o Aníbal. O Figueiredo Rocha e Bahia partem no dia 24 deste para a Europa. Adeus. Aceita um abraço do

Teu amigo pelo coração

C. Dantas Martins

(2 folhas – 3 páginas de texto)

Papel de carta tarjado de preto por estar de luto pelo falecimento de seu pai, cel João Dantas dos Reis, em 07/08/1872 (o luto era usado durante o período de um ano. Se ocorresse o falecimento de outro parente, ou amigo, antes do término do período estabelecido, emendava-se com o seguinte, levando-se até dois anos).

- (1) O barão de Jeremoabo em algumas cartas escritas do Rio de Janeiro, ao invés de usar o nome oficial da cidade para designar o lugar do qual estava escrevendo, usava a designação “Côrte” por ser o Rio de Janeiro morada da família real e sede da monarquia brasileira.
- (2) Em 1873, não existia estrada de ferro ligando as duas cidades. As primeiras ferrovias que ligavam Salvador ao seu interior e a outras províncias foram as seguintes: a linha da Bahia ao São Francisco (1852), a central da Bahia (1866), a de Nazaré (1877), Bahia e Minas (1879). A central da Bahia chegou a estação de Machado Portela em 1888. As viagens de Salvador para o Rio de Janeiro no século XIX eram feitas em navios movidos por máquinas a vapor. A navegação a vapor apoiou-se ao privilégio da cabotagem nacional. A companhia brasileira de paquetes a vapor tinham navios grandes e pontuais, mas insuficientes para o tráfego. Na Bahia a companhia baiana atendeu, a partir de 1866, aos portos do recôncavo. O primeiro vapor para o São Francisco foi encomendado pelo presidente Souza Dantas (primo carnal do barão de Jeremoabo) aos estaleiros de Ponta de Areia. (cf. Pedro Calmon, *História do Brasil*, V. 5, p. 1701 – 1704; Elpidio Mesquita, *Viação Férrea da Bahia*, p. 5).
- (3) Navio em que o barão de Jeremoabo e esposa viajaram para corte.
- (4) José Gonçalves da Silva casou-se em primeiras núpcias em janeiro de 1863 com D. Júlia Maria da Cunha, filha do abastado capitalista Manuel Antônio da Cunha. Enviuvou em 1885 e casou-se em 1887, em segunda núpcias com Emília Gonçalves da Silva.
- (5) José Gonçalves teve do seu primeiro consórcio os seguintes filhos: Júlia Gonçalves da Silva Torres, esposa do dr. Manuel Nascimento da Silva Torres; Ernestina Gonçalves da Silva, casada com Gabriel Gonçalves da Silva, fazendeiro; Dr. José Gonçalves da Cunha e Silva, residiu no Rio de Janeiro; Dr. Raimundo Gonçalves da Cunha e Silva, juiz preparador de Campo Formoso; Dr. Artur Gonçalves da Cunha e Silva, médico clínico em São Paulo; Júlio Gonçalves da Cunha e Silva, fazendeiro; Elvira Gonçalves da Cunha e Silva, casada com o coronel Aníbal Galvão de Oliveira e Pedro Gonçalves da Silva.
- (6) Rua do Sacramento, nº 4 é a atual av. Passos inaugurada em homenagem ao prefeito Pereira Passos.
- (7) O 25º gabinete era conservador . Tinha na presidência o visconde do Rio Branco, na pasta do império o deputado João Alfredo Correia de Oliveira, na justiça o visconde de Niterói, na Fazenda o Visconde do Rio Branco, na Marinha Joaquim Delfim Ribeiro da Luz, na Guerra o deputado João José de Oliveira Junqueira e na Agricultura, o deputado José Fernandes da Costa Pereira Júnior. (Cf. Ministério da Justiça, *Organizações e Programas Ministeriais*, p. 161)
- (8) O projeto de criação da província de São Francisco, apesar da observação constante, não vingou.
- (9) A câmara dos deputados no tempo do império funcionava no mesmo lugar onde hoje está situado o Palácio Tiradentes. Desde os tempos do Brasil colônia até as duas primeiras décadas do século XX, a câmara dividia espaço com a cadeia velha. Localizava-se no atual quarteirão formado pelas ruas: da Assembléia, 1º de março, Dom Manoel e São José, no centro.
- (10) Na década de 70, do século XIX, começou a ficar em evidência o poder da maçonaria brasileira, em cujos quadros figuravam, desde a independência, personalidades da vida política e inclusive padres católicos. Em 1872, ocorreu um atrito

entre o bisbo Pedro Lacerda e um de seus padres, que tinha pronunciado um discurso de conteúdo maçônico. O problema se agravou com a oposição radical e declarada a maçonaria, assumida pelos bispos Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, de Olinda e Dom Antônio de Macedo Costa, do Pará. Os bispos exigiram que os padres abandonassem aquela sociedade e, em seguida, decretaram que as irmandades religiosas expulsassem os membros maçons, caso contrário seriam privadas de atuação na comunidade. Essas medidas suscitaram violentos protestos e agitações no meio maçom, levando os punidos e descontentes a recorrerem ao imperador. Tornava-se difícil qualquer pacificação, uma vez que os bispos não reconheciam a autoridade governamental em assuntos de igreja. Foi aberto então, processo criminal contra os dois bispos e membros do clero que os seguiam. A crise aumentou com os debates no parlamento e a campanha aberta da imprensa maçônica contra o clero. Os bispos foram condenados a trabalhos forçados, mas tomando o caso repercussão internacional, o governo concedeu anistia aos bispos em 1875. (cf. Pedro Calmon, História do Brasil, v.5, p. 1780 – 1783).

03 - Escrita ainda no período da 15ª legislatura, na qual o barão estava terminando o seu mandato de deputado geral, para se candidatar a 16ª (1876-1877). Em 25 de junho de 1875, Luís Alves de Lima (Duque de Caxias) assumiu o 26º gabinete, de tendência conservadora. Esse ministério governou até 5 de janeiro de 1878, completando 10 anos ininterruptos de situação conservadora.

Rio de Janeiro (1), 3 de setembro de 1875

José Gonçalves

No dia 31 do mês passado tive a satisfação de receber tua prezada carta firmada em 12 do mesmo mês, e foi-nos muito agradável saber que gozavas saúde, com a excelentíssima comadre (2), e queridos filhinhos. Deus os conserve sempre vigorosos. Nós também temos passado sem doenças, e tua comadre muito melhorada do seu grave incômodo. Enviamos – te saudades, a comadre, e um abraço e bênção ao nosso afilhado Raimundinho.

Escrevi-te em 9 do mês passado, e registrei a carta que a esta hora terás recebido; portanto fica respondida a tua acusação. Não posso esquecer-me de ti, considero-te como um dos meus melhores amigos (3). Dei pronta execução às tuas ordens. Vão inclusos os recibos do Jornal *O Globo* (4), *Reforma* (5), *Diário do Rio* (6) (devias já 1 ano desta assinatura) e *Mosquito* (7). Não (ilégivel) sobrando 11\$000 réis(8) de tua ordem, assinei-o por 6 meses. Das Gazetas caricatas (9) (ilégivel) ao Dr. Luís Viana (que chegou também no dia 31) entreguei os livros e pilulas, tudo (ilégivel) volume, e abaixo vai a conta. Recbi 20\$000 réis do *Globo*, e passei recibo. Ali (no *Globo*) encontrei-me com o Dr. Bulhões, que pediu-me para mandar-te lembranças; falou-me em (ilégivel) deixou em teu poder com ordens de vendê-los. Diz-me que qualidades de animais; isto é, se são novos, ou velhos, pequenos ou grandes, porque se me convier farei o negócio com eles. O Bulhões fez um orçamento exagerado para a construção dessa estrada, com terias (ilégivel) propostas apresentadas, pelo que considero – o fora de combate. Este negócio ainda está (ilégivel) Nada ocorreu de notável, além do que consta dos jornais. Ainda não foi nomeado chefe de Polícia para essa província, onde se acha o Silva Nunes na presidência. Este é de nosso conhecimento. Hoje votou-se na câmara o projeto de auxílio à lavoura (10). No senado passou em 2ª discussão o projeto de reforma eleitoral (11) com diversas emendas, que a câmara terá a ingenuidade de aprova-las! Tu aqui estivestes, e conheces os nossos homens políticos. A eleição por província (12) já começa a produzir seus efeitos. Os homens do governo tratam-nos (ao menos a mim) com a maior indiferença possível, menos aquele por quem tanto trabalhei. A eleição futura será feita pela nova reforma, e assim o parlamento se reunirá de julho de 76 em diante (13). O Franco está incompatível, mas ouço dizer que ficará avulso até passar a eleição. Farão leis para enfraquecer-nos e entregaremos o poder aos adversários, e a sessão futura se encarregará de desmentir-me. O Cotegipe fora do poder é amável e acessível; no poder torna-se inacessível e evita-nos. O nosso Cunha!!! Não se sabe se é vivo (ilégivel) A eleição provincial foi marcada para o 3º domingo de novembro (14), e é (ilégivel) atual sistema, e com os atuais eleitores, portanto sê franco comigo acerca do Tito(ilégivel), ou não, ser eleito; porque já disse-te e repito, não tenho ressentimentos das ofensas gratuitas, com (ilégivel) -me;

é teu cunhado, e basta. Sei porém que há grande animosidade contra ele, e só tomarei a peito por sua causa se assim me ordenares. Responde-me com toda brevidade, e franqueza de amigo, sim, ou não. Pretendia regressar amanhã, mas adiei a viagem, e devemos seguir *(ilêgivel)* porque chegando ao Regalo vou logo ao Itapicuri. A tua resposta (a não haver tempo de vir pelo correio) mandarás por um positivo, mesmo a minha custa porque *(ilêgivel)* habilitado. O José Alves obteve licença, e não resolve se deixa ou não o lugar *(ilêgivel)* dizer-te que ainda não vi transformação igual. Desta vez não tenho tempo de ir rever os amigos daí. Desculpa-me perante eles, e visita-os. Não esqueças o *(ilêgivel)* compadre vigário Paulino. Adeus, disponha do pouco que vale o

Teu colega compadre e amigo obrigado

C. Dantas Martins.

Nota dos Livros:

Método fácil de aprender a ler em 15 lições pelo Dr. Victor Renaut.

Dito pequeno ou carta de L.B.C.

Livro variegado, contendo 75 contos morais por Francisco Hoffman.

Coleção de normas para escrita de nº 1 até 12.

7 histórias em 7 folhetos a saber: João Felpudo, Gato de Botas, Chapeuzinho Vermelho, Pequeno Polegar, Barba Azul, Rosa de Espinhos e Maria Borracheira.

Conta :

Assinatura de jornais-----151\$440

Livros---12\$, Pílulas, 3 caixas, 6\$-----18\$000

rs.-169\$440

Recebi Globo-----20\$000

(2 folhas – 3 páginas de texto)

Rio de Janeiro, 03/09/1875

- (1) Rio de Janeiro se tornou a principal cidade do país a partir de 1763, quando passou a ser a sede política administrativa. Em 1808, a família real após breve passagem pela Bahia instala a sede da coroa portuguesa nessa cidade. Em 1875, o Rio de Janeiro era chamado também de Côte pois sediava o governo imperial.
- (2) José Gonçalves era compadre da baroneza de Jeremoabo por ter está batizado seu filho, Raimundo Gonçalves da Cunha e Silva.

- (3) José Gonçalves e Cícero Dantas Martins se conheceram no curso de direito da faculdade de Recife na década de 50 do século XIX. Dai em diante se tornaram amigos por toda a vida. Apesar de morarem distantes nunca deixaram de se comunicar através de correspondência. A primeira carta encontrada no arquivo do barão, data de 1 de setembro de 1865 e nesta Cícero já trata Gonçalves como “Amigos e colega”.
- (4) *O Globo*. Jornal carioca.
- (5) *A Reforma* foi fundada em 1869. Um dos importantes jornais de combate da época, juntamente com *A República* (1871 – 1873) e aqueles que defendiam a moderna imprensa. (cf. Pedro Calmon, História do Brasil, V. 5, p. 1838).
- (6) *O Diário do Rio de Janeiro* teve seu período de existência de 1821 a 1878. Em contraposição a alguns jornais de índole mais demagógica e agressiva, como por exemplo: *O Endiabrado*, *A Trombeta Final*, *Brasil Afrito*, o *Diário* representou um grupo com denominações mais brandas. (cf. Pedro Calmon, História do Brasil, V.5, p. 1838).
- (7) *O Mosquito* foi fundado em 1874 juntamente com o grupo das gazetas caricatas. (cf. Pedro Calmon, História do Brasil, v. 5, p. 1838).
- (8) Os portugueses introduziram o primeiro sistema monetário do Brasil, cujo padrão era o real (no plura reis), mas cuja unidade, na prática, era o mil-reis. Esse sistema foi usado até 1942. No reinado de D. Pedro II, circularam as moedas de ouro, prata e bronze. As moedas de ouro eram as seguintes: dobrão (12 patacas ou 24 mil reis), meio – dobrão (seis patacas ou 12 mil reis), também chamado de Joanete, em homenagem a D. João VI; patacas (quatro mil – reis). As de prata eram as patacas de 960, 610, 320 e 80 reis. As de cobre eram os vinténs, com valores de 40, 20 e 10 reis.
- (9) *A lanterna Mágica* (1844), *Diabo Coxo* (São Paulo, 1864), *O Cabrião* (São Paulo, 1866), *A semana Ilustrada* (1860-76), substituída pela *Revista Ilustrada* (1876-1898) e o *Mosquito* (1874) compunham um grupo jornalístico que aliava a caricatura ao humorismo ácido, expressando as reivindicações populares. Os artistas do lápis panfletário eram Rafael Mendes de Carvalho, pioneiro do desenho cômico; o italiano Ângelo Agostini, chegado em 1859, o alemão Henrique Fleiuss, o português Rafael Bordalo Pinheiro (1876). (cf. Pedro Calmon, História do Brasil, V. 5, p. 1838).
- (10) A 25 de junho de 1875, Luís Alves de Lima (Duque de Caxias) assumiu o 26º gabinete, que teve a seguinte duração: (25-06-1875 a 05-01-1878). Este ministério era conservador e dentre os itens de seu programa estava o auxílio à lavoura. (cf. Ministério da Justiça, *Organizações e Programas Ministeriais*, p. 170).
- (11) No segundo semestre de 1875, a questão que dominava o parlamento e a imprensa era então a reforma eleitoral. Os conservadores agora no poder tinham se comprometido com a revisão do sistema. Queria-se que as viciadas eleições de 72 fossem as últimas sem o amparo às minorias, a consulta ao povo. Os liberais pediam sufrágio universal na sua forma direta. A eleição indireta ou de dois graus – listas, no primeiro manipuladas pelas mesmas paróquias constituídas à feição dos delegados do governo – confirmaria sempre o domínio do ministério onipotente. Mas este, já em 1875, já pensava diferentemente. Pareceu-lhe excessiva a reforma radical e ficou no meio termo : o paliativo da lei do “Terço”, proposta pelo gabinete anterior. Considerava-se que o sufrágio universal implicaria na reforma da constituição, em que se não devia bulir, que mais valia dar representações (um terço) do que subverter nas linhas clássicas as instituições. A reforma descontentou a ambos os partidos. (cf. Pedro Calmon, História do Brasil, V. 5, p. 1784).

(12) A legislação eleitoral do Brasil Império dividiu-se ao longo do período monárquico da seguinte maneira: a) Eleição por províncias. Sistema indireto ou eleições de dois graus. Vigorou de 1826 a 1856, através das instruções de: 26/03/1824, 04/05/1842 e da Lei nº. 387, de 19/08/1846 ; b) Eleição por distrito de um só deputado (com suplentes). Sistema indireto ou eleição de 2 graus. Esteve em vigência de 1857 a 1860, através do Decreto nº 842 de 19/09/1855 ; c) Eleição de círculo de 3 deputados. Sistema indireto ou eleições de dois graus. Esteve em vigência de 1860 a 1877, através da Lei nº 1.082, de 18 de agosto de 1860. Nesse período a Bahia estava dividida em 5 distritos ; d) Sistema Indireto. Lei do terço ou da representação das minorias. Vigorou no período de 1878 a 1881, através da Lei nº 2.675, de 20/10/1875 ; e) Eleição Direta (distrito de um só deputado). Entrou em vigor através da Lei nº 3.029, de 09/01/1881 (Lei Saraiva). Neste período a Bahia estava dividida em 14 distritos. (cf. Ministério da Justiça, *Organizações e Programas Ministeriais...*, p. 279 – 394).

(13) Eleições para câmara dos deputados gerais para a 16ª legislatura (1877 – 1877)

(14) A referida eleição provincial era para escolha dos deputados provinciais da Bahia, para a vigésima primeira legislatura (1876-1877). (Cf. *Diário Oficial*, Edição Especial do Centenário, 2 de julho de 1923, p. 487).

04 - Ainda sem mandato político, porque o partido conservador continuava fora do poder, Cícero Dantas continua no seu engenho Regalo, no recôncavo baiano e permanece por lá tratando de seus negócios particulares. Mesmo afastado do poder ele não se desliga dos assuntos políticos, tanto a nível estadual, como a nacional, como se observa nesta missiva.

Regalo, 12 dezembro de 1879

José Gonçalves

Sei que me não escreves sem que eu o faça em 1º lugar, e por isso depois de tua carta de 28 de junho (dia de meu aniversário natalício) não tive mais tuas notícias e dos teus. Desejo ardentemente que tenhas gozado saúde com a Excelentíssima comadre e filhinhos, que visitamos.

O falecimento do Quinquim muito nos contristou, e perdemos nele um bom e dedicado amigo, e homem de bem. Tão moço.

Acabam de falecer em Sergipe o Guimarães nosso colega da Câmara, Vitor Diniz – juiz de Direito do Lagarto, Maurício Lobo- Juiz municipal de Aracaju. Todos moços e robustos, e quando pareciam vender saúde.

A tua Vila Nova brilhou na eleição provincial (1). Os nossos têm tido uma votação como jamais esperei, e acredito que se trabalhassem com afinho por uns 4 nomes talvez houvesse furo.

A câmara vai ser dissolvida, e temos portanto eleição e novas lutas (2). O Cotegipe está na capital e dizem que vem encarregado de fazer o terço (3), por assim querer o rei e o sinimbu (4). Não acredito nisso salvo se o conselheiro quizer fazer o presente. Até já dizem que os designados são o Franco, Figueiredo Rocha; Rocha, e o enfant gâté (5) Pinho. E a propósito do Pinho, li o que disseste, e reli. Creio que conhecestes por apresentação minha; pois antes vivia obscuramente em Santo Amaro como adjunto de promotor; por isso devo mais conhecê-lo do que tu. Deus o ajude e a mim não desampare. O mundo é para os impostores e enfatuados.

Então disseram-te que eu estava arredio da política ? Os membros do diretório (6), não ? nunca abandonei o meu posto e meus amigos; não faço, como nunca fiz, coro com os impostores e tratantes, bem como tu nunca fizestes.

Nada te adianto sobre a política geral porque estou certo lestes as últimas e notáveis ocorrências do senado, quer relativamente à votação do orçamento (7), quer a da reforma eleitoral.

A nossa obra está em conclusão, e pretendemos moer neste mês, deixando o que for secundário mais para adiante; precisamos de aproveitar a safra. Já ontem chegaram os operários para a fabricação (8). Deves vê-la funcionar; vale a pena. Os sacrifícios foram enormes e Deus nos protegerá. Não há festa de inauguração por falta da luz que se tem apagado completamente. Continuo a perder animais no nosso pasto, sem atinar com a causa. Nas fazendas o carrapato (9) não deixou vender os boizinhos que restam. Os impostos batem à porta (10). Estes liberais (*ilégivel*) sabem governar e fazer popularidade. Se o que se tem dado com eles no poder fosse como os conservadores, que grita infernal. Esquecia-me dizer-te que o Arsênio Simões pediu demissão do lugar de Inhambuque (onde tem cometido misérias) e pre-

tende a promotoria daí (11). Está entregue ao João Dantas... Como vais com o Alexandrino? Participou-me seu casamento. Sê franco.

Totônio e tua comadre têm sofrido do estômago, mas vão melhorados com os remédios. Joãozinho forte e, como o outro, muito travesso. Abraça o Raimundinho, que abençoamos, e dispõe do

Teu compadre amigo pelo coração e colega

C. Dantas Martins

(4 páginas de texto)

Regalo, 12 de Dezembro de 1879

- (1) A referida eleição provincial foi para eleger a bancada que compôs a vigésima terceira legislatura (1880-1881). Foi eleito para presidente dessa legislatura, o liberal João dos Reis de Souza Dantas, irmão do Cons. Manuel Pinto de Souza Dantas, primo do barão de Jeremoabo. Nesse momento o partido conservador estava afastado do poder.
- (2) O ministério presidido por Sinimbu (1878-1880) tropeçou nas próprias contradições. Antecipara-se na dissolução da câmara anterior, para contentar a Gaspar Silveira Martins, Ministro da Fazenda. Não o pôde satisfazer, no voto aos aca-tólicos. Demitiram-se (8 de fevereiro de 1879) Gaspar e o barão de Vila Bela (Domingos de Souza Leão, Ministro de Estrangeiros). Foi o primeiro substituído por Afonso Celso (futuro Visconde de Ouro Preto), seu antagonista em idéias financeiras. O falecimento de Osório abateu o principal animo desse governo debilitado pela desunião. Não foi mais feliz Carlos Leônicio de Carvalho, lente de direito, Ministro do Império, com a liberdade de ensino. Em seguida, era Gaspar que arremetia contra Sinimbu. A sorte do projeto da reforma eleitoral no senado marcou o final da crise. Não foi por este aprovado. O imperador achou razoável o referido veto. Negou a dissolução parlamentar pedida por Sinimbu e convidou Saraiva para suceder-lhe e fazer a eleição direta como entendesse. (Cf. Pedro Calmon, História do Brasil, v. 5, p. 1787-1788).
- (3) Lei do terço ou da representação das minorias. Desde o gabinete conservador do Duque de Caxias-Cotegipe (1875/78), passando pelo de Sinimbu (1878/80), liberal, até o de José Antônio Saraiva (1880/82), liberal, a discussão da reforma eleitoral dominou os debates na câmara. No 26º gabinete (Duque de Caxias-Cotegipe), os conservadores estavam no poder e tinham se comprometido com a revisão do sistema. Queria-se que as viciadas eleições de 72 fossem as últimas sem o amparo às minorias. Os liberais pediam o sufrágio universal na sua forma direta. A eleição indireta ou de dois graus – listas no primeiro, manipuladas pelas mesas paroquias constituídas à feição dos delegados do governo – confirmaria sempre o domínio do ministério onipotente. Mas o gabinete conservador de 1875, pensava diferente. Pareceu-lhe excessiva a reforma radical e ficou no meio termo: o paliativo da lei do “Terço”, proposta pelo gabinete do Visconde do Rio Branco. Considerava-se que o sufrágio universal implicaria a reforma constitucional, em que se não devia bulir, que mais valia dar representações às minorias (um terço) do que subverter nas linhas clássicas as instituições. (cf. Pedro Calmon, História do Brasil, v. 5, p. 1784-1785).
- (4) D. Pedro II queria a reforma eleitoral, mais objetiva, irredutível, na oposição a qualquer modificação constitucional que um sufrágio universal pudesse implicar. Para ele os Poderes deviam se limitar ao regime eleitoral e de nenhum modo

deveria se dispensar a colaboração do senado, que tinha uma maioria conservadora. (Cf. Pedro Calmon, História do Brasil, v. 5, P. 1785).

- (5) Expressão em Francês que significa “menino mimado”.
- (6) Os principais membros do partido conservador no período de 1871 a 1878 eram: Visconde do Rio Branco, João Alfredo Correia de Oliveira, Visconde de Niterói, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, Domingos José Nogueira Jaguaribe, João José de Oliveira junqueira, Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, Francisco do Rêgo Barros Barreto, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, José Bento da Cunha e Figueiredo, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (visconde de Cavalcanti), barão de Cotegipe, Tomás José Coelho de Almeida. (cf. Ministério da Justiça, Organizações e Programas..., p. 161-172).
- (7) O decreto nº 2.887, de 9 de agosto de 1879 (assinado por Afonso Celso, futuro visconde de Ouro Preto, ministro da fazenda), determinou que a proposta do orçamento continuará a ser apresentado pelo ministro da fazenda, sendo porém dividida em projetos de lei distintos para cada ministério. (cf. Ministério da Justiça, Organizações e Programas Ministeriais, p. 181). Afonso Celso queria amortizar o papel-moeda (em vez de emitir), reformar a burocracia, extinguir o deficit orçamentário, reduzir as despesas, aumentar a receita. (cf. Pedro Calmon, História do Brasil, v. 5, p. 1788).
- (8) Um dos problemas inerentes a economia açucareira foi a questão da mão de obra. O declínio do trabalho escravo no nordeste, foi acirrado, a partir do momento que as fazendas de café do centro – sul , começaram a atrair mais escravos. A colonização, através da importação de colonos europeus e chineses foi assunto que vários administradores e proprietários rurais discutiram durante décadas, porém nada de substancial realizaram para minorar a crise de mão-de-obra das províncias açucareiras. A maioria dos proprietários eram hostis a idéia de divisão de suas terras improdutivas com os imigrantes, como foi proposta por alguns administradores nas décadas de 50 e 60. A proporção que os problemas de ordem tecnológica eram resolvidos, a questão da mão de obra ameaçava destruir a indústria açucareira. Em meados de 1880, com a crise da mão-de-obra resultante do movimento abolicionista e de um plano inadequado para trazer trabalhadores livres para a região açucareira, a situação se agravou. Os proprietários do Engenho Central Bom Jardim (família Costa Pinto Dantas e outros), por não encontrarem mão de obra tecnica especializada para as funções mais especializadas na fábrica, contrataram profissionais vindo da Europa. O visconde de Oliveira em carta datada do Engenho Outeiro, de 14 de agosto de 1906 a Dr. Antônio Medeiros, redator-chefe e diretor do jornal dos agricultores, dá conhecimento da mão-de-obra estrangeira que veio trabalhar na fábrica: “Em janeiro de 1880 inaugurou-se a fábrica, tendo vindo da Europa, além do engenheiro e mecânico que já estavam, mais quatro empregados franceses, sendo dois cozinheiros e dois vigilantes cozinheiros.” (cf. Eul-Soo Pang. O Engenho Central do Bom Jardim..., p. 46-52, 180).
- (9) Carrapatos são parasitas que se alimentam de sangue. Durante os meses mais frios ficam no solo. Mas com a chegada do calor passam a infestar os animais. Causam perda de peso, estragam a pele, arrepiam os pêlos e podem baixar a produção de leite das vacas. (cf. Almanaque Fazendeiro, nº 1, p. 89).
- (10) O aumento de impostos no ano de 1879 foi muito grande. Em vários decretos assinados por Afonso Celso, ministro da fazenda, do 27º gabinete, presidido por Sinimbu, podemos observar a regulamentação para a cobrança em vários serviços prestados: imposto do selo (decreto nº 7.540, de 31/11/1879), imposto sobre vencimentos (Decreto nº 7.544, de 15/11/1879), imposto sobre docas de faróis (Decreto nº 7554, de 26/11/1879), imposto sobre o fumo (Decreto nº 7.559, de 29/11/1879), imposto sobre a arrecadação da taxa sobre transporte (Decreto nº 7. 565, de 13/12/1879). (cf. Ministério da Justiça, Organizações e Programas Ministeriais, p. 182). O imposto sobre transporte ocasionou revolta popular, quan-

do se efetivou a 1 de janeiro de 1880, na cobrança do imposto do vintém sobre as passagens do bonde. (cf. Pedro Calmon, *História do Brasil*, v. 5, P. 1788).

- (11) Provavelmente Vila Nova da Rainha, município onde se localizava a fazenda Piabas, principal residência de José Gonçalves da Silva.

05 - Neste momento o 27º gabinete, chefiado pelo senador Sinimbu, estava prestes a cair, substituiria o também liberal, José Antônio Saraiva que ficou no poder de 28.03.1880 a 20.01.1882. Cícero Dantas Martins por fazer parte do partido conservador, não foi eleito deputado geral para a 17ª legislatura (1878 a 1881), sendo assim, permaneceu no seu engenho Regalo, cuidando de suas propriedades e trabalhando na conclusão das obras do Engenho Central do Bom Jardim.

Regalo, 10 de fevereiro de 1880

José Gonçalves

Não tenho tuas notícias há muito tempo, e a última que escrevi-te foi de data de 12 de dezembro (1). Estimo que tenhas tido boas festas, com a Excelentíssima comadre e teus filhinhos, e que o novo ano seja-lhes assaz ditoso.

Presentemente passamos sem alteração, graças a Deus. Os meninos (2) estiveram doentes, e nós com eles, mas ficaram bons, muito magros, e vadios.

O fim especial desta é recomendar a tua proteção o Sr. Antônio Rodrigues de Meireles, e seu filho Francisco, que perseguidos em Jeremoabo, procuram viver por aí, até que possam voltar ali. Vão vivendo seu trabalho, e querem a tua proteção que eu imploro para eles. Não devem estar nos povoados. E nem precisa saber-se donde são eles, indica-lhes os melhores lugares para trabalharem. De antemão agradeço-te este obséquio, porque sei que farás o possível.

Inaugurou-se o nosso Engenho Central no dia 21 de janeiro (3).

Ainda há obras por concluir, mas era preciso aproveitar a safra que estava se perdendo. Tem feito ótimo açúcar; o trabalho é bonito; despesas excessivas; pessoal crescido. Pouco faremos este ano porque não podemos moer de noite por falta de combustível, pois não há lenha que chegue, só carvão de pedra (4), e para o transporte deste só a cansada estrada de ferro de Santo Amaro (5).

Adeus; aceita e a comadre nossas saudades, abençoa o Raimundinho, abraça os irmãozinhos, e disponha do

Teu compadre amigo pelo coração

C. Dantas Martins

(2 folhas – 2 páginas de texto)

Consta na 1ª página a anotação, a lápis, com a letra de Dantas Júnior: “Inauguração do Engenho Central”

Regalo, 10/02/1880

(1) A carta de 10 de fevereiro de 1880 é a primeira escrita para José Gonçalves, após a datada de 12 de dezembro de 1879, escrita do Regalo.

- (2) João e Antônio da Costa Pinto Dantas, filhos do barão de Jeremoabo, estavam com 7 e 6 anos de idade quando esta foi escrita.
- (3) O jornal *O Economista Brasileiro*, publicou um artigo a 21 de fevereiro de 1880, que contém a descrição da inauguração da Fábrica Central do Bom Jardim. Transcrevemos aqui os principais tópicos: “No dia 21 do corrente (janeiro) teve lugar a inauguração deste importante estabelecimento. Às 11 horas da manhã, em presença de grande número de proprietários circunvizinhos e de alguns dos municípios de São Francisco, Mata de São João e Catu, começou o Reverendo pároco da freguesia a benção do edificio e das máquinas e aparelhos, executando a filarmônica 25 de março, de Santana de Lustosa, que espontaneamente havia apresentado, várias peças de seu escolhido repertório. Grande era o entusiasmo dos circunstantes ao ver a perfeição e regularidade com que aquelas pujantes e imponentes máquinas trabalhavam, e os dignos proprietários da fábrica foram por mais de uma vez saudados e felicitados pela grande obra que haviam empreendido e executado. Logo após uma comissão dos proprietários dos municípios circunvizinhos leram uma carta ao barão de Oliveira e ofereceram-lhes o seu retrato a óleo. Assinaram o documento a nata da sociedade do recôncavo. Entre os principais citamos: Américo Ribeiro de Souza Fróis, Luís de Oliveira Mendes, João de Araújo Aragão Bulcão, Joaquim Alves da Cruz Rios, Augusto Vicente Viana, Pedro Rodrigues Viana, Luís Antônio Garcês, Arquimedes Pires de Carvalho, Pedro Moniz de Barreto de Aragão, 2º Barão de Pirajá, Manuel Inácio Ferreira de Viana Bandeira, José Joaquim de Teive e Argolo, Visconde de Pedroso Albuquerque, Augusto de Bittencourt Vilas-Boas, João Ferreira de Araújo Pinho. Depois foi lido o discurso do Visconde de Serginirim, que não compareceu por moléstia; Eis um trecho “Felizmente nova era raia no horizonte da lavoura de cana, o estabelecimento de engenhos centrais é a aurora da regeneração: divide-se o trabalho, e instrua-se o lavrador; e esses dois elementos, mais que os capitais, serão a bússola que nos levará ao porto da salvação...” As 5 horas da tarde foi servido um esplêndido banquete abrilhantado por muitas senhoras, que durou até 9 horas da noite; nele ergueram-se entusiásticos brindes, entre os quais lembramo-nos do brinde do Dr. Cícero Dantas Martins que agradeceu em seu nome e no de seus associados aos brindes precedentes. Para finalizar o Dr. Cícero Dantas Martins ergueu o brinde a S. M. o imperador, que foi entusiasticamente acompanhado”. (cf. Pang. *O Engenho Central...*, p.135-138).
- (4) As preocupações dos senhores de engenho e dos lavradores de cana eram, além dos escravos, os bois, a lenha e a madeira necessária a produção de açúcar. A lenha era um problema permanente, especialmente em uma época em que já se verificava grande desmatamento na vegetação do recôncavo. Sempre se podia obter madeira das grandes reservas de Jaguaripe e do litoral sul, mas o transporte encarecia. As práticas relativas ao fornecimento de lenha eram diversas. Cristovão Barreto afirmou que os lavradores eram responsáveis pelo suprimento do combustível necessário ao beneficiamento de sua cana, e que esse era o “costume da terra”, mais havia os que discordavam. No século XVIII o suprimento de combustíveis ficava em geral por conta dos engenhos. Esse parece ter sido um dos aspectos negociáveis, e provavelmente mudava de acordo com a situação da economia açucareira e a dificuldade de se conseguir lavradores de cana para suprir o engenho. (cf. Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos...*, p. 253).
- (5) Carneiro da Rocha a 14 de agosto de 1880, observou que a facilidade da condução da cana é “uma das questões mais transcendentes para a construção de uma fábrica central”, sendo por isso que “Bom Jardim tem lutado com grandes dificuldades, porque construiu-se antes que tivesse uma estrada que a marginasse, vendo-se na necessidade de fazer às costas de animais a condução de todo o material, do combustível e de todo produto que tem feito” (cf. *Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia de 1880*, 4, p. 96-97). E insistiu que essa fábrica central se estabeleceu “e Deus sabe com que embaraço, e tantas são as dificuldades com que tem lutado, que alguns pensam que ela sucumbirá, principalmente se a estrada de Sto Amaro não se concluir em breve tempo. Os açucares fabricados, com o aperfeiçoamento daquelas máquinas, estão nos depósitos umedecendo, porque tem sido difícil virem ao mercado”. A estrada de ferro de

Santo Amaro só foi inaugurada em 23 de dezembro de 1883, contando cinco estações (Pilar, Traripe, Jacuípe, Terra Nova e Jacu), das quais o terminal, Jacu, situado nos terrenos do engenho desse nome, de propriedades do conselheiro João Ferreira de Moura, distava 5 km do Engenho Central. Antes da inauguração desta estrada, a família Costa Pinto construiu 17 Km de trilhos dentro da usina e em 1 de julho de 1884 requererão ao presidente da província a autorização para que o engenho central construí-se 3 quilômetros de estrada de ferro à estação Jacu, da estrada de ferro de Santo Amaro, a fim de que o transporte das matérias-primas da usina até a árca de embarque se processasse mais facilmente.” (Cf. Pang, O engenho Central..., p. 141-142).

06 - Carta escrita ainda no período da 17ª legislatura da câmara dos deputados gerais. Cícero Dantas tinha sido candidato mais não conseguiu ser eleito pelo fato do partido conservador estar na oposição. O cotidiano político e a inauguração do Engenho Central do Bom Jardim são os assuntos predominantes. Nessa missiva Cícero Dantas comunica a José Gonçalves ter sido agraciado com o título de Barão de Jeremoabo.

Madre de Deus, 19 de março de 1880

José Gonçalves

Não sei se esta ainda encontra-lo-á na capital.

Soube de tua estada ali por tua carta de 5 em que me felicitavas pelo título com que fui honrado. Muito te agradeço. Jamais pensei de ser titular, e se fosse ouvido previamente declinava da honra; hoje o que fazer ? Colocaram-me entre a espada e a parede, e fizeram do teu compadre tabaréu fidalgo. È assim este mundo. O pior é que não posso manter a posição; corre isto por conta de quem teve a idéia. Confessei-me agradecido ao governo (1).

Tua comadre esteve bem incomodada de uma anemia e falta de apetite; felizmente melhorou com os remédios, e tem-se dado muito bem aqui com os banhos salgados, ar fresco etc. Os meninos estão bons.

Afinal sem esperar, como subiu, caiu o ministério de 5 de janeiro(2).

Quem pode compreender a política de nosso país ? Que juízo fazes tu do sucessor(3) ? A meu ver o homem não é de repuchos, pouca vida terá, e os próprios correligionários apressar-lhe-ão a queda(4). O amável conselheiro dá com o tesouro(5) em pântanos. Estou ansioso por vê-los reunidos. Recebi tua carta de 30 de janeiro e fico certo do que me dissestes. Então o Alexandrino é o chefe dos liberais de Vila Nova. Melhor para ele. Gostei muito de me dizeres que estavas alerta para o que sucedesse, e disposto com teus companheiros. É o que devias ter feito sempre, mas te desculpo porque sei do embaraço que tinhas.

Jeremoabo, Monte Santo, Itapicurú, teriam brilhado se o nosso conselheiro Franco não nos entregasse de pés e mãos atados aos adversários. Bastava-nos os juizes de direito, amigos dedicados, como o são os adversários dos correligionários. O que fazer não tendo elementos senão no povo ? Brigas para no governo ser tratado como polaco na Rússia(6) ?

Dizes muito bem, quem seu inimigo poupa as mãos lhe move. O Guimarães foi conservado na diretoria dos Índios(7), mas tu nunca exigistes (ao menos de mim) a demissão, cedestes à observação que te fizemos.

Bem podias ir visitar a Fábrica, cujo trabalho é digno de ver-se. Na 1ª safra sabes que lutamos com muitas dificuldades, e a maior foi a falta da estrada de ferro de Santo Amaro. Começamos muito tarde. Se tivermos boa estação faremos alguma coisa de ora em diante.

Foi uma fortuna não haver dissolução. O Saraiva quer fazer a reforma (é o que ouço) por lei ordinária. Como se portará a câmara dos Senis ? Que papel desgraçado hão de representar?

Faço votos pela tua saúde e da Excelentíssima comadre e teus filhinhos, que saudamos.

Abraça e abençoa o Raimundinho, e dá tuas ordens ao

Compadre colega e amigo obrigado

C. Dantas Martins

(2 folhas – 3 páginas de texto)

Madre de Deus, 19/03/1880

- (1) D. Pedro II concedeu títulos nobiliárquicos ao visconde de Sergimirim , que passou a conde, o barão da Oliveira, a visconde e ao bacharel Cícero Dantas Martins criado barão de Jeremoabo. Essas concessões foram outorgadas pelo fato dos referidos senhores, terem fundado o primeiro Engenho Central do norte e o quinto do Brasil. O primeiro saco de açúcar refinado pela fábrica foi enviado ao imperador. Eis a íntegra do Decreto de armerccamento do bacharel Cícero Dantas Martins a barão: “ Querendo distinguir e honrar o bacharel Cícero Dantas Martins, pelo relevante serviço que prestou a lavoura do país, construindo, a sua custa, na freguesia de Bom Jardim, termo de Santo Amaro da Província da Bahia, um Engenho Central para a fabricação do açúcar, hei por bem conferir-lhe o título de Barão de Jeremoabo; e quis e mandou que o dito bacharel Cícero Dantas Martins daí em diante se chamasse Barão de Jeremoabo, e com o referido título goze de todas as honras, privilégios, isenções, liberalidades e franquezas, que haviam e tinham e de que usavam e sempre usaram os barões, e que de direito lhe pertencessem. Palácio do Rio de Janeiro em dezesseis de fevereiro de mil oitocentos e oitenta, quinquagésimo – nono da independência e do império”. (cf. Dantas Júnior, O Barão de Jeremoabo..., p.28).
- (2) O ministério de 5 de janeiro de 1878 foi presidido por João Lins Vieira Cansção de Sinimbu. No mês de março de 1880, já estava desgastado e não soube ou não pode fazer a tão desejada reforma eleitoral. Foi substituído a 28 de março de 1880. (cf. Hélio Viana, História do Brasil, v. 3, p. 81).
- (3) O sucessor do visconde de Sinimbu foi José Antônio Saraiva que assumiu a pasta a 28 de março de 1880 e convidou para compor as pastas do 28º gabinete de tendência liberal, os seguintes políticos: barão Homem de Melo para Ministro do Império; Manuel Pinto de Souza Dantas, Ministro da Justiça; Pedro Luis Pereira de Souza, Ministro dos Estrangeiros; José Antônio Saraiva, pasta da Fazenda; José Rodrigues de Lima Duarte, Ministério da Marinha; visconde de Pelotas e Franklin Américo de Menezes Dória (barão de Loreto), Ministério da Guerra; Manuel Buarque de Macedo, Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Esse gabinete durou até 21 de janeiro de 1882, quando foi substituído por Martinho Álvares da Silva Campos. (cf. Ministério da Justiça, Organizações e Programas Ministeriais, p. 185-186).
- (4) José Antônio Saraiva foi convidado para presidir o 28º gabinete e fazer a eleição direta como entendesse. Saraiva, que estava na Bahia, adotara a fórmula mais simples, da lei ordinária, incumbindo Rui Barbosa de redigi-la, de acordo com anotações que então lhe entregou. Fez um governo conciliador, diante da feição de transição do momento político, com o objetivo de dar ao país a reforma eleitoral de acordo com as diversas opiniões, “ coincidentes do partido conservador, e da dissidência liberal” . Apresentado o projeto a 29 de abril de 1880, entrou em discussão a 1º de junho, passou na câmara e foi homologado pelo senado. Finalmente estava feita a Lei Saraiva (9 de janeiro de 1881). Saldanha Marinho criticara-a , pelo censo alto, que excluía os que não tivessem determinada renda; e pedira o sufrágio universal. Saraiva não concordou, porque para ele bastava o cumprimento da lei para que o país tivesse, pela primeira vez, representação

autêntica. Obteve, assim, com o resultado a formação de uma assembléia mais dividida entre os partidos, retirando-se em seguida do governo. (cf. Pedro Calmon, História do Brasil, v. 5, p. 1788-1789).

- (5) Na sessão extraordinária de 22 de abril de 1880, Saraiva justificou e explicou a organização do Ministério e ressaltou a questão do tesouro da seguinte maneira: “ Outro assunto grave nos deve preocupar. Sabe a câmara que, em consequência de grandes melhoramentos iniciados pelo governo ou votados pelas câmaras sem que se tivesse obtido em tempo oportuno os recursos indispensáveis para despesas tão extraordinárias, deram –se dificuldades tamanhas que assoberbaram o governo, resultando daí a crença , no país e no estrangeiro, de achar-se em sérias dificuldades e em perigo a nossa situação econômica. A despesa enorme que fazíamos com socorros públicos confirmava essas apreensões , porque em verdade nenhum país ainda despendeu, em tão pouco tempo, tão avultadas quantia em auxílio de compatriotas necessitados. Tais dificuldades, pois, fundamentavam a crença a que acabo de aludir, mas, mediante os esforços da administração passada e o patriotismo das câmaras, as dificuldades começaram a declinar”. (cf. Ministério da Justiça, Programas Ministeriais, p. 187.)
- (6) Expressão usada na maneira como eram tratados os poloneses pela Rússia imperialista que sempre quis manter a Polônia sobre o seu domínio.
- (7) O cargo de Diretor de Índios foi criado pela primeira vez em 1759, sob a orientação pombalina. Em 1798 foi extinto e voltou a vigorar em 1845 sob as ordens do governo imperial, nesta época foi instituído o cargo de Diretor Geral dos índios em cada província e um de diretor parcial em cada aldeia. O cargo de Diretor Parcial era proposto pelo Diretor Geral , que por sua vez era nomeado pelo presidente da província. (cf. Erilza dos Santos, Diretor de Índios, p. 52-53). O barão de Jeremoabo teve vários parentes que ocuparam a diretoria dos índios, entre eles, podemos citar seu pai (Coronel João Dantas dos Reis), como diretor da aldeia de Jeremoabo, de 16/12/1868 a 16/09/1872; seu sogro (Antônio da Costa Pinto – Conde de Sergimirim), como Diretor Geral dos Índios da Província da Bahia, de 31/08/1870 a 31/12/1880, e seus primos 1º e 2º barões do Rio Real (José Dantas Itapicuru e João Gualberto Dantas) como diretores da aldeia de Itapicuru e Soure. (cf. APEB, Manuscritos da Seção Colonial e Provincial, 1845-1889).

07 - Nesse período o barão estava sem ocupar cargo eletivo. Estava na chefia do 32º gabinete o seu primo liberal e inimigo político Manuel Pinto de Souza Dantas. Candidato pelo 9º distrito a 18ª legislatura (1881-1884), Jeremoabo não logrou ser eleito. Teve como competidor, pelo 9º distrito, o dr. Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, seu primo, filho do cons. Dantas.

Regalo, 18 de junho de 1884

José Gonçalves

Dei o cavaco com o nosso desencontro, como fiz ver ao Aristides. Não podia adivinhar, e naquela semana tinha portador diariamente em Alagoinhas. Fui ao Catú visitar o nosso amigo Camaçari, e chegando ali soube logo de tua passagem e do Aristides pelo dr. Manuel Araújo; fiquei contrariado e voltei no dia seguinte cedo para mandar a condução ao Aristides, que aqui chegou as 11 horas da noite. Seguimos juntos até o Camuciá, donde voltei no dia 5 deste mês. Passamos sem alteração.

Amanhã mando a capital buscar os meus vadios(1) para passarem o São João(2) aqui, e escrevi ao professor pedindo notícias do teus. O meu Totonio está vadiando muito. Os negócios do Catú vão da pior forma(3). O Saraiva, Pereira e Chaves perseguem o Camaçari desabridamente e já o promotor deu denúncia dele, do cunhado e mais 10 pessoas. 3 escravos do barão, caixeiro(4), feitor(5), 1 carapina(6), 1 pessoa da casa, 1 escravo do Alexandre Góes, o escrivão Bulhões e o professor Saturnino. Estão presos 9. Faltam o barão e cunhado e 1 escravo. O Souza Dias foi demitido por não servir de instrumento. O chefe de polícia deposto por incapaz. Está na polícia o célebre Gordilho Virgílio.

Creio que entre inquérito e processo tem sido inquiridos mais de 100 testemunhas. É uma semana horrorosa. É o que há.

A província criou comarca(7) do Pombal com um único termo que não dá para 1 juiz e 1 escrivão passarem.

Caiu o Lafaiete(8) cara dura para erguer-se o Dantas, a brados, cara de pau. É como se resolve a nossa política. Sempre o absurdo e imprevisto. Admira o cinismo com que o Dantas apresentou-se as câmaras lendo o célebre programa escrito(9). É homem talhado para a situação. Vamos ter eleição libérrima(10) com tal presidente do conselho. Talvez um gabinete composto de caixeiros não atravesse a sessão. Veremos. Nossa infeliz província com o domínio dessa gente, o que tem a esperar?

É morto o Niterói. Mais está vaga para os liberais.

As chuvas tem sido abundantes e o maldito carrapato atrasando o gado.

Fiel deverá seguir hoje para as fazendas. No Patamutê e Macururé houve muito verde, segundo disseram.

Esqueci de chamar a tua atenção para o candidato(11) do infeliz 9º distrito(12)! Xico Rabelo, pantera de má cara dura de Jeremoabo! Tem descido muito nossa infeliz província e sobretudo o nosso infeliz distrito. Basta de massada.

Desejo-te perfeita saúde e a Excelentíssima comadre e teus filhos, a quem, como a ti, visitamos com tua comadre

Aceita o abraço do

Compadre colega amigo do coração

C. Dantas Martins.

(2 folhas – 3 páginas de texto)

Regalo, 18/06/1884

- (1) João e Antônio da Costa Pinto Dantas estavam com 11 e 10 anos respectivamente
- (2) As festas de São João no nordeste do Brasil sempre foram comemoradas mais efusivamente nas fazendas e nas cidades do interior do que nas capitais. Os festejos, como hoje, geralmente coincidiam com as férias escolares e as famílias aproveitavam para reunir parentes, amigos e os moradores de suas propriedades. No engenho Camuciata, no município de Itapicuru, propriedade rural do barão, tinha-se o hábito de fazer novenas de São João. Cada noite do novenário era dedicada a um grupo de pessoas que podiam estar reunidas pela posição social, profissão que exerciam na fazenda, ou grau de parentesco e intimidade que possuíam com a família do proprietário. Uma noite era dedicada aos vaqueiros, outra aos carreiros, e assim por diante de maneira que a 9ª e última noite fosse dedicada ao dono da fazenda e toda sua família. (cf. tradição oral da família Costa Pinto Dantas; Novenas de São João do Camuciata, Arquivo do barão de Jeremoabo, Engenho Camuciata, Itapicuru-Ba).
- (3) O barão se refere a um crime que aconteceu no município de Catú envolvendo o barão de Camaçari. Dantas Júnior em sua biografia sobre o barão de Jeremoabo, descreve detalhadamente o acontecimento: “Havia em Santana do Catú um português de nome Manoel Maia de Carvalho, e que, desafeto pessoal do barão de Camaçari, andava em altas vozes e por todos os modos e lugares a denegrir a reputação do titular. Um cunhado de Camaçari, a revelia deste, delibera castigar com uma roda de pau o lusitano. E no dia 22 de abril de 1884, de 10 para as 11 horas da noite, entre os quilômetros 89 e 90 da estrada de ferro, regressando Maia do engenho Sapé, em companhia do rabula Secundino e de José Américo da Silva Freire, é inopinadamente agredido. Maia reage, mata um dos agressores e trava-se então terrível luta, da qual saem sem vida o agredido, mais outros dos agressores, além dos feridos gravemente. Corre célere, a notícia do crime e a política entra em ação. Camaçari era conservador. Estava no poder a situação liberal e na presidência da província o Desembargador João Rodrigues Chaves. O chefe de polícia vai a Catú, procede a exame de corpo delito, instaura o inquérito e a política adversa atira-se contra o barão de Camaçari, apontando-o como mandante do crime e tudo fazendo para desmoralizá-lo, e leva-lo ao cárcere. Jeremoabo é informado de tudo, e, ciente do plano dos adversários, rumo para Catú, afim de livrar o seu amigo de vexames e humilhações, convida-o a se retirar, mas Camaçari recusa – “era inocente, de nada temia, por que tinha a consciência limpa”. Jeremoabo insiste, consegue leva-lo para seu engenho “Regalo” e, precisamente no momento em que tomavam as alimárias, desembarcava na linha férrea, no ponto fronteiro ao engenho de Camaçari, numeroso contingente da força policial, sob as ordens do próprio comandante cel. Durval Vieira de Aguiar, com a missão de trazer Camaçari prêso para esta capital. Inicia-se a formação da culpa. Finalmente, em 5 de agosto do mesmo ano, reúne-se o júri que durou 24 horas, sob a presidência do juiz de Direito dr. Antônio de Oliveira Cardoso Guimarães, funcionado como promotor o dr. Jaime Vilas-Bôas e como órgãos de defesa os drs. Inocêncio Góis, Severino Vieira, Manuel Góis, Inácio Tosta, Eduardo Ramos, e o sr. José Justino da Silva Teles, e terminando com a absolvição do acusado. (cf. Dantas Júnior, *O barão de Jeremoabo*, p. 29-30).

- (4) Caixeiro eram trabalhadores livres e assalariados, que presidiam aos trabalhos de secagem, pesagem, encaixotamento e distribuição do açúcar produzido. (cf. Alice Canabrava, “Vocabulo e expressões usadas em Cultura e Opulência” in Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, p. 121).
- (5) A função de um feitor era praticamente a de um gerente. Eram responsáveis por toda a movimentação do engenho e da fazenda, quer suas atividades financeiras, quer suas tarefas executivas. As suas obrigações eram principalmente ligadas à coordenação geral do processo produtivo e da manutenção da ordem, através de constante vigilância e disciplina. Cabia-lhes distribuir os escravos para os diversos trabalhos, bem como cuidar descansassem os escravos doentes, vigiando, porém, para que não faltasse ninguém a obrigação. Antes da safra cumpria-lhes verificar o que fosse necessário. Era o feitor que deveria avisar aos lavradores a época de corte. Terminada a safra, fazia o rol geral para os reparos. Os escravos deveriam saber o poder dos feitores. (cf. Vera Lúcia Ferlini, *Terra, Trabalho e Poder*, p. 131).
- (6) Os carapinas eram usados pelos engenhos, ora como trabalhadores fixos, ora como trabalhadores eventuais. Podia ser o carapina da moenda: encarregado da manutenção das rodas; carapina da ribeira: encarregado da manutenção dos barcos. (cf. Vera Lúcia Ferlini, *Terra, Trabalho e Poder*, p. 138).
- (7) Uma comarca era cada uma das subdivisões de um distrito judicial
- (8) A queda do gabinete de Lafaiete e a ascensão do de Dantas se deu no seguinte contexto: Lafaiete substituiu o ministério de Paranaguá que sucumbira devido à crise financeira. Foram retiradas das províncias certas rendas, dadas por inconstitucionais; liberais dissidentes exigiram fossem auxiliados, e porque o ministério entendeu inoportuna a questão, caiu parlamentarmente. Foi escolhido Lafaiete Rodrigues Pereira que parecia o indicado para contentar aquela maioria fluida, fiando-se na cisão aberta nos partidos, porém, abalou-se com as ameaças da crise militar; assistiu aos prenúncios da inquietação dos quartéis. A demissão do ministro da guerra, Rodrigues Júnior, foi o estopim para a queda do ministério. O imperador aceitou a renúncia de Lafaiete e nomeou Souza Dantas, que surgiu vigoroso, mas carecia de base parlamentar. (cf. Pedro Calmon, *História do Brasil*, v. 5, p. 1790-93).
- (9) Resumidamente eis o teor do programa do conselheiro Dantas: “Sr. presidente, dentre as diversas questões que se impõem à atenção e estudo do governo, duas há, no momento presente, que dominam todas as outras: a financeira e a do elemento servil. É conhecido, o desequilíbrio entre receita e a despesa pública. Impõem-se, ao governo, a necessidade, de observar: o orçamento, a fiscalização no serviço de arrecadação, redução de despesas, etc... Cabe agora manifestar-vos o pensamento do gabinete na questão servil. Neste assunto nem retroceder, nem parar, nem precipitar. É pois especial propósito do governo caminhar nesta questão, não somente com a satisfação e sentimentos generosos e aspirações humanitárias, mais ainda como homenagem aos direitos respeitáveis da propriedade, que ela envolve, e aos maiores interesses do país, dependentes da fortuna agrícola, que, entre nós, infelizmente, se acha até agora ligada pelas relações mais íntimas com essa instituição anormal... O fundo de emancipação gira até hoje num círculo acanhadíssimo. Para ampliá-lo o governo promoverá uma medida poderosa. Refiro-me a uma contribuição nacional, que chame a concorrer para a extinção desse elemento toda a massa contribuinte, e não unicamente as classes proprietárias. Ocorre ainda uma providência, que o gabinete julga de inteira equidade e oportuna: a libertação dos escravos que tenham atingido à idade de 60 anos. As razões ponderosas em apoio desta medida, que honraria a índole filantrópica dos brasileiros, não cabem neste momento.” (cf. Ministério da Justiça, *Organizações e Programas Ministeriais*, p. 211-213).
- (10) As eleições referidas foram para eleger os deputados gerais que comporão a câmara na 19ª legislatura (1885), penúltima do império.

- (11) O candidato do partido liberal, no 9º distrito, era João dos Reis de Souza Dantas Filho, filho de João dos Reis de Souza Dantas (vice-presidente da província na época), sobrinho do presidente do conselho, Manuel Pinto de Souza Dantas. Todos eles, inimigos políticos do barão de Jeremoabo.
- (12) O 9º distrito era formado pelas seguintes paróquias: Nossa Senhora da Saúde da Missão, Nossa Senhora do Livramento do Barracão, Nossa Senhora da Conceição de Nova Soure, Nossa Senhora do Amparo, Santana do Tucano, Santíssimo Coração de Jesus do Monte Santo, Nossa Senhora da Conceição do Raso, Santa Tereza do Pombal, São João Batista de Jeremoabo, Santo Antônio da Glória, Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, Santíssima Trindade de Massacará e Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão.

08 - Dissolvida a 19ª legislatura pelo decreto legislativo 9.500 de 26.09.1885 e convocada outra para 03.05.1886, correspondente a 20ª legislatura de 1886 a 1889, a última do império, foi eleito o barão de Jeremoabo para deputado geral. Estava no poder o 36º gabinete, o último do império, chefiado pelo visconde de Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo. No período desta carta, encontrava-se a câmara em recesso, após a 1ª sessão ordinária.

Camuciá, 22 de fevereiro de 1887

José Gonçalves

Ia escrever-te hoje mesmo por Joãozinho que segue para o colégio, respondendo a tua carta de 2 de dezembro do ano findo, quando me aparece o meu amigo Sr. Felix Maximiano de Magalhães de viagem para tua casa e pedindo meu auxílio para capturar um escravo que foi ter a tua presença(1). Devo dizer-te que o Felix é nosso dedicado, homem muito sério e trabalhador, digno de nossa proteção. Com muito gosto servia a uma outra coisa quanto mais nisto. Diz ele que um homem de Vila Nova havia desencaminhado o dito escravo e por isso deixava a casa. Ouves o Sr. Felix que é sério, e presta-lhe todo auxílio como a mim próprio. É o que basta e eu garanti-lhe que farias tudo e havia de prender o negro. O escravo diz ele que é excelente e até hoje, por este desgosto vende-o, achando comprador(2). Eu pedir ao Sr. Felix par referir-te tudo quanto me disse. Tenho dito de mais para ti.

Chegamos aqui no dia 12 e ao passar em Alagoinhas soube que havias seguido com os meninos para a capital, donde debes ter regressado. Achastes teus filhos mais adiantados ? Sê franco. O meu Joãozinho está crescendo aos palmos e muito atrasado. Tota, pequenino e magrinho, fica vadiando e recuperando forças; felizmente não se queixa de incômodos do fígado e está com boa cor. Eu sofro de antrazes(3) desde 15 de janeiro. Levei quase um mês sem pôr o pé na porta da rua. Tenho sido caceteado em regra, e ainda não me deixarão os malditos. Viajei somente de noite e estou com outro atrás na perna esquerda. Os primeiros foram abaixo do peito direito, e sem mover-me.

Pretendo voltar em abril e de viagem para o Rio, se Deus nos preservar do flagelo do cólera(4), o que será um milagre.

Passamos por uma crise medonha e se faltam-nos o inverno teremos as cenas do Ceara(5). Já se morre de fome pelo Pombal e Bom Conselho. Os furtos são em alta escala. Ainda não vi crise igual; nada se vende e tudo sem valor. Tenho me visto em apuros...

Este infeliz distrito(6) é sempre acossado pelas secas e já ninguém progride mais.

Já o arcebispo com os acólitos(7), visitaram tua terra pela estrada de ferro! Espero por minha vez ir abraçar-te em tua fazenda, e tua comadre cumprirá a promessa antiga. Felicito-te por este grande melhoramento(8).

Soube ontem que o ministro da guerra deixava a pasta por causa da questão militar(9) que ficava assim acabada! Amanhã farão o mesmo com outro. Em que ficou o negócio do B (ilégivel) e da tia com o marido Antônio Lisboa) ? Torno a dizer-te que agradeço-te teus esforços e acredito que não serão baldados. Fico certo de estar batizado o meu afilhado João, filho do Sr. Baldoino José de Oliveira que não escreveu mais. Como vai o velho ? Dá - lhe uma abraço e diz-lhe que espero hoje o Dantas e Luís Antônio, para avivar-lhe as saudades que

sempre hás de ter. Da política nada adianto porque estivestes na capital. O presidente(10) tem agradado ao *Diário* e é o que basta(11). Que caiporismo(12) o nosso ? Não temos chefe e daí o mal. Aceita e tua senhora e filhos visitas da tua comadre e minhas, e tu o abraço do

Colega compadre amigo obrigado

C. Dantas Martins

(2 páginas 4 folhas de texto)

Camuciata, 22/02/1887

- (1) Apesar do forte controle e dos cruéis castigos com que se ameaçavam os escravos, levando-os muitas vezes à morte, as fugas eram constantes. Muitos deles preferiam morrer a ver-se submetidos à perda da liberdade e à escravidão. A razão mais frequente apontada pelo escravo para fugir eram os castigos corporais. Mas, também, haviam diversos outros motivos que levavam um escravo a fugir, como por exemplo, : a fuga para ver parentes, amigos e amores, a fuga para as festas populares, ou para cuidar de assuntos relacionados ao espiritual junto a curandeiros. No tempo da colônia os escravos eram perseguidos pelos capitães-do-mato, profissionais da perseguição e captura de escravos, que recebiam uma certa quantia por escravo que recapturassem. Em meados do século XIX, até os jornais eram utilizados, na tentativa de recapturar fugitivos, oferecendo gratificações a quem ajudasse em sua localização e prisão. (cf. Reis, J. J., *Rebelião Escrava no Brasil*, Stuart, Schartz, *Segredos Internos*, p. 377-385).
- (2) O escravo, não era considerado ser humano, e sim uma mercadoria, uma coisa, um objeto. No regime escravocrata, os negros eram expostos em locais públicos para serem examinados e possivelmente comprados, como mercadorias. Forçados ao trabalho em péssimas condições e com uma alimentação precária, sua vida útil dificilmente ultrapassava os dez anos. Mesmo assim, eram um ótimo negócio para os traficantes e para os escravocratas. Os donos dos escravos além de enfatizarem os traços físicos dos cativos, na propaganda da comercialização, exploravam também os traços da personalidade da “mercadoria”. “Escravos que gostavam de fumar charuto, que se compraziam em jogar e galantear, escravos bem falantes ou, ao contrário tímidos e gagos, escravos que se vestiam com um certo estilo, que adotavam uma elegante bengala, que enfiavam sapatos finos nos pés...”, escravos inteligentes, tudo isso eram artifícios utilizados pelos senhores para obterem um maior preço na sua mercadoria. (cf. Matoso, Kátia, *Ser escravo no Brasil*,; Reis, J.J., *Sociedade, cultura e resistência...*, p. 8).
- (3) Antrazes. Carbúnculo, tumor inflamatório dos tecidos celulares. (Séguier, Dicionário Prático Ilustrado, p. 78).
- (4) A epidemia de cólera assolou a Bahia pela primeira vez em março de 1855. A controvérsia como ela teria chegado a Bahia. Ou trazida pelo Brigue Inglês Mercury, ou através de um passageiro doente, desembarcado do vapor Imperatriz, vindo de Belém do Pará. Rapidamente a doença se espalhou-se pelas vilas do recôncavo e algumas cidades e vilas do sertão. (cf. Ana Bittencourt, *Longos Serões do Campo*, v. 2, p. 285-286).
- (5) O Ceará sempre foi um estado muito castigado pelas secas. Suas estiagens eram tão intensas que geralmente morriam muitas reses e a população rural emigrava para outras áreas.

- (6) O distrito do barão era o 9º.
- (7) Pessoa que tem a graduação eclesiástica deste nome. (cf. Séguier, Dicionário..., p. 15).
- (8) A estação de ferro de Vila Nova da Rainha ficou pronta na 2ª metade da década de 1880. Antes dela o trem só ia até as estações de Queimadas, Jacurici, etc. (cf. Oleone Fontes, O Trem-Terra..., p. 41).
- (9) A Questão Militar envolveu vários acontecimentos com personalidades das forças armadas, que sob a aparência de problemas disciplinares, tiveram uma significação política: adesão de militares a abolição da escravidão e a oposição a monarquia. Depois da guerra do Paraguai, idéias contrárias a monarquia começaram a difundir-se entre os militares. Muitos membros de exército, começaram a criticar o governo, acusando-o de pouca preocupação com os militares. A questão tornou-se mais grave quando, em 1883, o Tenente-Coronel Sena Madureira atacou, num artigo de jornal, um projeto de lei de interesse do exército. O governo reagiu proibindo os militares de se manifestarem através da imprensa sem licença do ministro da guerra e punindo os infratores. Os protestos contra o governo foram generalizados. Deodoro da Fonseca, assinou um violento manifesto em defesa do exército, escrito por Rui Barbosa. Diante das pressões o governo cedeu, cancelando as punições impostas aos oficiais, demonstrando a todos sua fraqueza. (cf. Piletti, Nelson História do Brasil, p. 180).
- (10) O presidente da província da Bahia era João Capistrano Bandeira de Melo. (Secretária da Cultura e Turismo, Revista da Fundação Pedro Calmon, nº 1, p. 182).
- (11) O *Diário da Bahia* foi fundado por iniciativa de Demétrio Cyriaco Tourinho e Manuel Jesuino Ferreira no dia 1º de janeiro de 1856. Era editado na tipografia de Epyfânio Pedrosa, situado à antiga Rua dos Capitães, como jornal vespertino. Kátia Silva na sua tese sobre o *Diário da Bahia* utiliza a proposta de Pedro Calmon de dividir o período da existência do Diário em fases. Divide em 4 fases: fase dos 'liberais históricos' (1856-1868), fase do Conselheiro Dantas (1868-1880), fase de Augusto Alves Guimarães e sucessores (J. Octacílio dos Santos e Domingos Guimarães./ 1880-1889). Em 1899 o jornal deixa de circular. Dois anos mais tarde, em 1901, voltou a circular sob a orientação de Severino Vieira, já então seu proprietário. Em 1917, falecido Severino Vieira, organizou-se uma sociedade anônima, da qual foi incorporador o político Pedro Lago. Depois passou à propriedade a Geraldo Rocha, deste a uma sociedade anônima, sob cujo domínio foi suspensa a sua circulação. O partido liberal se achava representado na imprensa pelo Diário, que mantinha com a Gazeta da Bahia uma disputa considerável. Os principais líderes do Diário no ano de 1889 foram: Augusto Guimarães, Manuel Pinto de Souza Dantas, Rui Barbosa, Manuel Vitorino e Luiz Antônio Pereira da Silva. (cf. Kátia Silva, O Diário da Bahia..., p. 26-60).
- (12) Esta expressão significava que a pessoa estava com má sorte, azar persistente, infelicidade. (cf. Séguier, Dicionário Prático..., p. 190).

09 - Carta datada da côrte, onde o barão de Jeremoabo se achava como Deputado Geral na vigésima legislatura (1886-1889) última do império. Comenta o missivista a questão servil, a abolição da escravidão e o temor das conseqüências que está traria a lavoura. Apesar de seu pensamento a favor da indenização votou a favor da abolição nos termos propostos pela lei de 13 de maio de 1888.

Côrte, 30 de maio de 1888

José Gonçalves

Respondo tuas cartas de 27 de abril findo e 7 do cadente. Desejo te sempre e a todos de tua familia vigorosa saúde e todas as prosperidade de que são merecedores.

Passamos atualmente sem alteração. Chegamos aqui no dia 1º e pouco depois fui a cama por uma forte constipação e febres. Vieram tua comadre e Elvira e moramos na rua Silveira Martins nº 70(1).

Espero encontrarmos no meu regresso.

Deves saber das grandes e inesperadas novidades deste mês pelo telegrafo. Passou a lei servil a vapor e sob a pressão popular, de modo que toda resistência scria imprópria e até arriscada(2)! Quis a princesa e chore quem chorar(3)... Estou cansado de repetir que o rei é tudo, e a côrte o Brasil. O resto é um rebanho de carneiros e as provas temo-las diariamente. Ficamos nós lavradores derrotados e até hoje medida alguma apresentou o governo para suavizar o mal causado. Nem indenização(4) nem serviços de ingênuos(5) , nada. Amanhã tomarão a propriedade do mesmo modo. Estou acabrunhado e derrotado como os demais colegas(6). Até hoje não tenho notícias de nossas casas e avalio a debandada(7). Ainda havendo trabalhadores que nos fornece o dia para pagalos semanalmente. Muitas familias, já eu tenho sabido estão caminhando e levando suas roupas(8). Isto não é governo. A república vai ganhando terreno diariamente e a monarchia pagará não muito tarde os erros do governo pessoal(9). Por toda parte o desgosto e manifestações. São Paulo, Minas e Rio já estão formando seus clubes republicanos(10). Libertou-se o escravo, agora liberte-se o homem livre e a linguagem. O governo conta com o apoio franco da coroa e da imprensa(11) tendo por lords protetores Nabuco e Patrocínio. A câmara não vale real e nem lhe dão a menor satisfação. Eis o estado de nossa política. Está tudo confundido, não se sabe mesmo onde os partidos e suas idéias. Deves ter lido os monumentais discursos do Cotegipe, Paulino e Gaspar Martins. O deste na apresentação do ministério. Enfim havemos de passar por grandes transformações. A morte tem sido implacável nesta legislatura. Falecerão o Leopoldina que apenas tomou assento no senado, cunha leitão, e o Francisquinho! Mais outro liberal em nossa província e já se fala no Rui ou no Spinola ! O nosso Monarca ora está agonizante, ora está melhorado. Me parece que o seu estado é gravíssimo e que só por milagre de Deus voltará ao Brasil vivo(12). Parece haver dito o necessário para avaliares o nosso estado. O Gomes de Castro foi atirado para a opposição. O ministério sem o nosso apoio não sustenta-se mais. Os liberais virão e é isto sem a menor dúvida(13). Por falta de tempo não te escrevo sempre mais irei fazendo o possível. O Manuel Nolasco te procurará. É de uma familia minha dedicadíssima . Não te esqueças de dizer-me o que há sobre o Alexandre. A estrada de ferro prolonga-se e consta que o Araújo será o mesmo empreiteiro; é o que se diz. A reunião de Santo Amaro foi para o Artur apresentar, mais deu em nada. Vivemos a toa sem centro de reunião e ignorando tudo.

Não se descuides do teu distrito(14), temos necessidade dele...

Aceita visitas de tua comadre e de minha sobrinha e o abraço do

Compadre amigo do coração

C. Dantas Martins

(2 folhas. 4 páginas de texto)

Côrte, 30/05/1888

- (1) Rua Silveira Martins, nº 70. Esta rua conserva este nome até os dias atuais. Fica entre os bairros do Flamengo e Catete.
- (2) Em maio de 1887, a princesa Isabel encontrava-se de novo na qualidade de regente do império, em virtude do afastamento do imperador que por doença viajara para Europa, de onde só regressou em 22/08/1888. Substituiu o ministério do barão de Cotegipe pelo do conselheiro João Alfredo, que era conservador mas favorável ao fim da escravidão. Na sessão de abertura das câmaras, em 7 de maio, a princesa sugeriu a abolição imediata da escravidão. No ato, o ministério apresentou um projeto de lei composto de um artigo único propondo a extinção imediata e incondicional do trabalho escravo, sem indenização ou qualquer compensação aos proprietários. A proposta foi aprovada com apenas nove votos contrários na câmara dos deputados. Oito destes, de representantes da província do Rio de Janeiro, entre eles o barão de Cotegipe e Paulino José Soares de Souza. Sancionada em 13 de maio, a lei 3.353, ficou conhecida como Lei Áurea. (cf. Mendes Jr. Brasil História, p. 123-128).
- (3) A princesa Isabel participou de diversos movimentos pró-abolicionistas. Pedro Calmon, comenta a participação da princesa no processo da abolição: “ A princesa, em março e abril, timbrou em dirigir o movimento com a sua gentil presença, animando as comissões abolicionistas, incentivando a libertação progressiva, que se processava na corte, de bairro em bairro; presidindo a da cidade de Petrópolis, onde em 1 de abril, foram alforriados festivamente todos os cativos. Os republicanos, que pendiam para a corrente mais ofendida pela imperial munificência, logo perceberam que o seu aliado seria a ala escravocrata. Desmanchava-se a estrutura do regime.” (cf. Pedro Calmon, História do Brasil, v. 5, p. 1807-1809).
- (4) Desde as primeiras leis emancipacionistas que os proprietários de escravos levantaram a questão da indenização. As pressões começaram com o debate sobre a lei do Ventre Livre, em 1871; cresceram com a dos Sexagenários, em 1885; e atingiram o clímax com a lei de 13 de maio de 1888. A abolição da escravidão, com a lei Auréa, veio sem indenização. Os ex – proprietários inconformados aumentaram as pressões. Contra isso, se levantou o abolicionista Joaquim Nabuco propondo a destruição dos livros de matrícula existentes no Ministério da Fazenda. As pressões “indenizistas”, como se dizia, continuaram. Na sessão de 24 de maio de 1888, Coelho Rodrigues apresenta à Câmara dos deputados um projeto de lei propondo a indenização dos “prejuízos resultantes da extinção do elemento servil” e no senado, no mês seguinte, o barão de Cotegipe apresentou projeto semelhante. No dia 14 de novembro de 1890, Rui põe fim a discussão, assinando um despacho ordenando a queima das provas de propriedade “ em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade com a grande massa de cidadãos que, pela abolição do elemento servil, entrava na cidadania brasileira”. (cf. Américo Jacobina Lacombe, *Rui e a Queima de Arquivos*, p. 41-44).

- (5) Filho de escravo, nascido depois da lei da emancipação.
- (6) Na campanha abolicionista debatiam-se três correntes: os que desejavam a espera, já que a lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) condenara a escravidão a desaparecer, os que tendiam à reforma, tanto pela aplicação da lei de 1831 (libertos os africanos importados depois dela), como por novas medidas de restrição ao elemento servil; e os radicais, isto é, os que queriam a abolição imediata da escravidão. O barão de Jeremoabo, conservador , que era, identificava-se com o primeiro grupo e defendia a abolição gradual com indenização aos proprietários. (cf. Mendes Jr. *Brasil História...*, p. 123-128).
- (7) O barão de Jeremoabo possuía 61 fazendas espalhadas pelo recôncavo e sertão da Bahia. Destas propriedades só eram engenhos duas. O engenho Regalo (situado no recôncavo) e o engenho Santo Antônio do Camuciá. Este último o barão herdou de seu pai, o Cel João Dantas dos Reis e o primeiro chegou as suas mãos através do casamento com Mariana da Costa Pinto Dantas, filha do conde de Sergimirim.
- (8) Ao contrário do que se esperava, não se verificou nas zonas agrícolas do país, onde era maior o número de escravos, o abandono, em massa , dos trabalhadores. A maioria continuou a residir nas fazendas, passando a receber pagamento regular pelos serviços prestados.
- (9) Com a abolição da escravidão o trono perdeu o apoio dos grandes proprietários. O império já vinha desgastado por uma série de contradições internas e novas tendências ideológicas que foram surgindo. A questão religiosa, a questão militar, o surgimento da escola militar, a filosofia positivista, os clubes republicanos, etc, contribuíram para o desgaste o regime monárquico. (cf. Pedro Calmon, *História do Brasil*, v. 5, p. 1810).
- (10) A campanha republicana foi iniciada com a fundação do Partido Republicano (Rio de Janeiro, 1870). Cresceu rapidamente a partir da convenção republicana de Itu (São Paulo, 1873) e intensificou-se principalmente depois de 1880, quando já existiam mais de 180 clubes republicanos no Brasil (cf. Nelson Piletti, *História do Brasil*, p. 181).
- (11) A imprensa, através dos jornais, se identificou com o movimento abolicionista. Em diversos periódicos os abolicionistas desencadearam o movimento de opinião contra a escravidão: na *Reforma*, com Joaquim Serra; Ferreira de Menezes, na *Gazeta da Tarde*; Ferreira de Araújo com a *Gazeta de Notícias*; *O País*, de Quintino Bocaiuva e a *Cidade do Rio*, com José do Patrocínio. (cf. Pedro Calmon, *História do Brasil*, p. 1796).
- (12) D. Pedro II adoeceu desde 17 de fevereiro de 1887. A partir daí nunca mais recuperou a saúde. Procurou primeiro a cura no campo, não obtendo resultados satisfatórios seguiu para a Europa a 30 de junho de 1887. Esteve na França, Alemanha e Itália e em Milão foi acometido de uma Pleurisia (inflamação da pleura). Em 22 de agosto de 1888, retornou ao Brasil restabelecido e o povo o recebeu com “emoção e contentamento”. Faleceu a 5 de dezembro de 1891. (cf. Pedro Calmon, *História do Brasil*, v. 5, p. 1803 e 1811).
- (13) O gabinete conservador presidido pelo Cons. João Alfredo Corrêa de Oliveira caiu a 07/06/1889 e foi substituído pelo visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo), liberal, o último gabinete do império, que ficou no poder até 15/11/1889, data da proclamação da república.
- (14) O Distrito de José Gonçalves compreendia toda a zona de Vila Nova do Bomfim e adjacências.

10 - Nesta data o barão de Jeremoabo estava exercendo o cargo de deputado geral na 20ª legislatura (1886-1889), última do império. A 4ª sessão ordinária da 20ª legislatura tinha terminado com a sua dissolução pelo decreto legislativo 10.251 de 17-06-1889 e convocada outra para 20.12.1889. Neste período, em 15 de novembro, foi proclamada a República, encerrando assim o regime parlamentarista no Brasil. O último gabinete foi o 36º, chefiado pelo visconde de Ouro Preto. Está é a última carta escrita no período monárquico.

Regalo, 8 de outubro de 1889

José Gonçalves

Pretendo seguir amanhã para o Itapicuru e outros pontos, e só no mês vindouro estou por aqui. Sinto muito o nosso desencontro, não posso demorar-me mais. Fui a capital no dia 24 de setembro e em Alagoinhas recebi tua carta de 18, e a *(ilégivel)*, que assas te agradeço; preciso saber do custo dela para continuar a pedir quando tiver precisão, visto não haver por cá, ou não conhecer. O Manuel José é uma lesma, por isso não acusou o recebimento dela. Ante - ontem recebi tua carta de 1º.

Até a morte conspirou contra nós. Lá se foi o Belisário no vigor da idade, único estadista *(ilégivel)* do nosso partido, que nele depositava suas esperanças, e braço direito do conselheiro Paulino. Só nos resta este amigo, e o João Alfredo, que já deu cópia de si. Foi um verdadeiro desastre e infortúnio para o partido, somente perda. Estamos sem homens notórios. O *(ilégivel)* adoentado e sem jeito para a chefança, do mesmo modo o Correia. Enfim, não posso prever o futuro.

No meu distrito(1) continua a perseguição, como verás sempre da Gazeta, parece quererem também assembleia unânime provincial, e tem razão.

Sem a menor dúvida a política de João Alfredo foi quem mais concorreu para a nossa derrota. Desmantelou o nosso partido tão infausto gabinete. E quem confia mais nele(2)? Só nos resta a esperança do Paulino. A eleição direta(3) está desmoralizada, como a indireta(4), e devo dizer-te que com a Monarquia não a possibilidade de reforma séria, os costumes estão corrompidos e pervertidos. Os liberais hão de cair por causa das lutas intestinas, câmara unânime, não por esforço nosso(5). O Ávila e Meira de Vasconcelos já estão em oposição. O Saraiva é egoísta e comodista. Teremos a oposição que anima

O Pinho obteve diploma e acredito que será reconhecido. O contendor não é parente nem aderente do Dantas, câmara unânime, e genro do Cotegipe, que morreu a pouco tempo. Disse isto mesmo a ele.

Pensas muito bem quanto ao José Ignácio, sem motivos nada de rompimento. Os Cunhas com efeito não souberam refrear o despeito, faz-te desaparecer

Concluimos nosso negócio no banco(6), passando 300 contos para a carteira agrícola, tirando cada um de nós 100 contos, e o restante ficou na carteira comercial. O Afonso Celso nem me respondeu a carta. E não podia contentar-me porque o José Marcelino procurador do banco aí está e confirmou tudo quanto me referi. Foi decisão política. O Banco, como sabes, tinha talvez mais interesse do que nós no negócio e daí a facilidade da transação.

Tem visto a loucura de bancos na Côrte(7)? Dinheiro a granel, o futuro nos dirá o resultado de tanta esperteza. Os gados continuam sem valor por toda parte e eu não tenho remédio senão vender o nosso, que começa a sentir por causa do maldito carrapato, segundo informaram-me os vaqueiros em cartas ontem recebidas(8). Falei ao teu amigo (*ilêgivel*) para corta-lo e vou já providenciar sobre a remessa. O que fazemos? É um horror.

Tua comadre vai indo sem maior novidades, porém magra, pálida. Sempre usando remédios. Deixo de leva-la agora por ter precisão de andar pelo sertão(9) e não ser possível deixa-la só no Camuciá. Aceita, com tua mulher(10), visitas dela e minhas, gozem saúde e mil venturas, são os ardentes votos do

Teu compadre amigo pelo coração

C Dantas Martins

(2 folhas – 4 páginas de texto)

Papel de carta tarjado de preto

Regalo, 08/10/1889

- (1) O 9º distrito correspondia a 13 municípios do nordeste da Bahia. Ver nota 12 da carta de 18/06/1884.
- (2) O 35º gabinete do império, presidido por João Alfredo Correia de Oliveira, era composto pelos seguintes membros: na pasta do império, José Fernandes da Costa Pereira Júnior; na justiça, Antônio Ferreira Viana; na de Estrangeiros, Antônio da Silva Prado; na Fazenda, João Alfredo Correia de Oliveira; na Marinha, Luis Antônio Vieira da Silva (Antônio Viera da Silva); na Guerra, Tomás José Coelho de Almeida e na Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva. Este ministério notabilizou-se pela abolição da escravidão no Brasil. Na apresentação do programa ministerial, feito por João Alfredo, às câmaras, à 7 de maio de 1888, pode-se observar o pensamento do governo a respeito do elemento servil: “Direi somente que o ministério, se tiver o apoio do parlamento, há de esforçar-se quanto for possível para que este programa se converta em realidade, e sobretudo para que se efetue quanto antes a reforma do elemento servil, que é a aspiração nacional, e que o gabinete tem empenho em fazer tão perfeita quanto a opinião pública a indica e quer. Amanhã será apresentada a proposta do poder executivo, para que se converta em lei a extinção imediata e incondicional da escravidão no Brasil...” (cf. Ministério da Justiça, *Organizações e Programas Ministeriais*, p. 231-232). A questão servil gerou muitos debates e oposição por parte da classe escravocrata, que estava preocupada em achar uma solução de como seria indenizada pela perda dos escravos.
- (3) A reforma eleitoral objetivando o voto direto (Eleição Direta), veio sendo discutida desde as décadas de 60 e 70, mas só se concretizou no gabinete liberal presidido por Saraiva em 9 de janeiro de 1881. Na chefia do ministério o imperador dera a Saraiva a oportunidade de escolher os meios de realizar a reforma que ficou conhecida como Lei Saraiva. Esta lei restabeleceu os círculos de um só deputado, regulamentou as incompatibilidades, impôs penalidades rigorosas contra fraudes, alargou o voto aos naturalizados, acatólicos e libertos e principalmente introduziu os títulos eleitorais. A lei concedia o direito de voto a todos que possuíssem rendimentos anuais superiores a 200\$000, o que veio eliminar o eleitor do 1º grau. A renda anual líquida tanto podia ser proveniente de bens de raiz, de indústria, comércio ou emprego.

A partir da Lei Saraiva o processo eleitoral dividia-se em províncias, distritos, paróquias, distritos de paz e seções. As listas de eleitores eram publicadas nos jornais, contendo a renda anual do cidadão. Dentre os mais importantes motivos que se apresentaram para que o sistema eleitoral fosse modificado, o problema mais complexo era o da fraude eleitoral tão frequente nas eleições. Apesar de todas as modificações, a fraude eleitoral não deixou de existir, modificou-se apenas quanto à forma, mas, em essência continuou a ocorrer. (cf. Kátia Silva, *O Diário da Bahia...* p. 81-87).

- (4) A eleição indireta vigorou por 55 anos no 1º e 2º reinados. Desde a 1ª legislatura da Assembléia Geral Legislativa (1826-1829) até a 17ª legislatura (1878-1881), o sistema indireto ou eleição de dois graus prevaleceu com pequenas modificações. De 1826 a 1856 : as eleições eram feitas por província, 1857-1860: eleições por distrito de um só deputado (com suplentes), 1860-1877: eleição de círculo de 3 deputados, 1878-1881: Lei do Terço ou representação das minorias, 1881-1889 : Lei Saraiva , eleição direta, distrito de um só deputado. (cf. Ministério da Justiça, *Organizações e Programas Ministeriais*, p. 279-369). O *Diário da Bahia* (órgão liberal), expressou sua opinião a respeito do sistema indireto, “ Taxando-o de artificial, existindo apenas para distrair a atenção do povo, do seu direito de escolher os representantes da nação, enganando-o com o direito inerte de escolher eleitores e selando sua própria incapacidade” e mais adiante lembra que “enquanto houvesse pressão sobre a urna eleitoral por parte dos magistrados, autoridades administrativas, militares e policiais e pelos chefes da Guarda Nacional, a eleição jamais representaria a vontade da nação”. (cf. Kátia Silva, *O Diário da Bahia...* p. 82-84).
- (5) O último gabinete da monarquia foi liberal. Chefiado por Afonso Celso de Assis Figueiredo (visconde de Ouro Preto), era formado pelos seguintes membros: presidente do conselho e fazenda, Ouro Preto; Estrangeiros, José Francisco Diana; Justiça, Cândido de Oliveira ; Agricultura, Lourenço Cavalcante de Albuquerque; Guerra, Visconde de Maracaju; Marinha, barão de Ladário; Império, barão de Loreto. A pesar de um “brilhante” programa (leis fazendárias, saneamento do meio circulante, revisão das pautas aduaneiras, proteção à lavoura e apoio ao comércio, etc.), este ministério não conseguiu equilibrar-se diante das diversas crises sociais, políticas, militares, que estavam abalando as desgastadas estruturas do império. Dentro do próprio partido liberal havia desavenças. Rui Barbosa não tendo entrado para o ministério, porque Ouro Preto persistiu em recusar o apoio a seu programa federalista, ficava de fora com a ala avançada do partido, a que pertencia Manuel Vitorino. No *Diário de Notícias*, passou Rui a atacar o ministério, alcançando suas críticas as próprias instituições monárquicas, embora não se declarasse republicano. (cf. Pedro Calmon, *História do Brasil*, v. 5, p. 1813-1814 ; Hélio Viana, *História do Brasil*, v. 3, p. 156)
- (6) “O negócio no banco”, a que se refere Jeremoabo, diz respeito as transações feitas pelos associados do Engenho Central do Bom Jardim (família Costa Pinto), no pagamento das dívidas e na efetuação da venda da usina. Pang, na sua história do Engenho Central se reporta a esse momento : “ Impossibilitados de moer bastante cana, profundamente endividados e tolhidos pela escassez de matérias-primas, os principais donos da usina preferiram vender Bom Jardim à Companhia Agrícola Usinas e Terras, representada pelo banco emissor da Bahia e pela Companhia Industrial e de Melhoramentos da Bahia. Um preço total de 400 contos (Bom Jardim com suas 40 tarefas de terra e 17 quilômetros de estrada de ferro e o engenho Bom Sucesso com 736 tarefas de canavial), foi pago aos principais dos Costa Pinto – a condessa de Sergimirim, ao visconde da Oliveira, ao barão e baronesa de Jeremoabo...” (cf. Pang, *O Engenho Central do Bom Jardim...*, p. 56-57). Jeremoabo em seu artigo publicado no *Jornal de Notícias*, de 6 de junho de 1891 refere-se as transações de venda e os débitos contraídos no processo da crise do Engenho Central: “ Neste pé, lutando com enormes dificuldades, falta de braços e de capitais, realizamos a venda à Companhia Industrial e de Melhoramentos em 27 do mês findo, por 400 contos, da fábrica, com 17 quilômetros de ferrovia, destilaria nova e todos os utensílios, 40 tarefas de terras, com o prejuízo de perto de 410 contos. Restávamos ao Banco da Bahia 362 contos. Tendo de saldar um débito de uma só vez solicitei a sua digna direção um abatimento qualquer e a resposta foi que “ isto nos ficava mal...” A vista da recusa tão formal remimos a dívida, deixando de pagar os juros de dois meses que se iam vencer, “maio e junho”.

Convém dizer que nesse espaço de tempo pagamos ao Banco da Bahia – principal e juros 1.019: 520\$860 sendo àquele 650 contos. Trabalhamos 12 anos para o banco da Bahia, passamos por privações não pequenas, e afinal, perdemos em dinheiro mais de 400 contos (não tenho presente o excesso).” (cf. Pang, *O Engenho Central...*, p. 167).

- (7) O Visconde de Ouro Preto teve como uma das metas principais de seu governo a fundação de estabelecimentos de emissão e crédito, especialmente para favorecer o aumento da produção. Com esse objetivo, em 3 de outubro de 1889, o ministério da Fazenda contratou com o Banco Nacional do Brasil o resgate do papel-moeda para regenerar o meio circulante, e esse banco pôs no mercado o triplo do capital em moeda metálica, elevando o câmbio ao par, enquanto facultava às companhias, com capital de 5 a 10 mil contos, a emissão garantida. Pedro Calmon, em sua *História do Brasil*, reporta-se ao contexto sócio – econômico : “ Inudara-se a praça de ações, em que se pulveriza o capital na febre de especulação que começava a invadi-la. Em 5 de outubro (dia imediato ao lançamento do Banco Nacional, dirigido pelo visconde de Figueredo), anuncia o Sul – Américo a venda de 20 mil contos em ações. A 6, seguia-lhe o exemplo o Banco Cooperativo. Fortuna a vista: era adquirir, desde logo, esses papéis, sofregamente. (cf. Pedro Calmon, *História do Brasil*, v. 5. P. 1816; Ministério da Justiça , *Organizações e Programas Ministeriais...*, p. 248).
- (8) O barão de Jeremoabo tinha muitos vaqueiros espalhados pela suas fazendas no sertão. Alguns deles eram alfabetizados e enviavam cartas para o barão pondo-o a par da situação da fazenda pela qual era responsável. Nessas missivas eles informavam a situação do clima, os trabalhos realizados na propriedade (plantações, colheitas, etc.), o nascimento ou morte de alguma cabeça de gado, o resultado das transações de venda e compra a que foram autorizados a fazer, etc. No arquivo do barão encontramos cinco cartas escritas por vaqueiros. A primeira, escrita pelo vaqueiro Fiburtino Pereira de Matos, da fazenda Lagoa do Braz , situada no município de Tucano; a Segunda escrita pelo vaqueiro José Lima Barreto, da fazenda Barra, situada no município de Bom Conselho (Cícero Dantas); a terceira pelo vaqueiro João Vieira de Andrade, da fazenda Baixa Grande, situada no município de Itapicuru; a Quarta escrita pelo vaqueiro João Vitorino de Carvalho, escrita do município de Jeremoabo, mas o remetente não indica da qual fazenda era empregado. Como em Jeremoabo o barão possuía quatro fazendas (Barriguda, Bananeira, Tanque e Cachoeira), fica difícil saber em qual dessas João Vitorino era vaqueiro. E a Quinta e última carta foi escrita de “São José”, pelo vaqueiro Domingos Alves de Melo. Não encontramos no inventário do barão o nome desta fazenda, provavelmente vendida antes do seu falecimento. Com frequência o barão recebia seus vaqueiros na sua residência no engenho Camuciá. Conta a tradição oral da família da família Costa Pinto Dantas que os vaqueiros chegavam todos paramentados com a indumentária típica: chapéu, Jaleco, Perneiras, tudo de couro e que ao entrarem na casa grande deixavam do lado de fora o chapéu e o facão, que sempre traziam amarrados a cintura, em sinal de respeito e consideração ao dono da casa. Após os cumprimentos todos os vaqueiros eram convidados a sentarem-se na mesa principal, para o almoço, junto com a família do barão. Esse costume foi mantido até 1940, ano do falecimento de João da Costa Pinto Dantas, filho mais velho do barão. (cf. Aníbal da Costa Pinto Dantas, entrevista, 04/1999).
- (9) Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, realizava todos os anos viagens pelo sertão da Bahia. Partia geralmente do engenho Regalo (no recôncavo), ou do engenho Santo Antônio do Camuciá (Itapicuru). Essas viagens eram feitas a cavalo e as vezes tinham a duração de 1 a 2 meses. Objetivo delas eram: percorrer as 61 fazendas que possuía espalhadas por diversos municípios do sertão e cuidar dos interesses eleitorais dando as coordenadas políticas aos chefes políticos regionais.
- (10) Em 1885 José Gonçalves enviuvou, casando-se em segundas núpcias com Emilia Gonçalves da Silva.

11 - Está é a primeira carta escrita por Jeremoabo a José Gonçalves da Silva após a instalação do novo regime político. A proclamação da República, no início, não teve grandes repercussões políticas na Bahia. O grupo político dominante, liderado por conservadores e liberais não deram espaço em nenhum momento ao pequeno grupo de jovens, com idéias republicanas, liderados por Virgílio Damásio, Deocleciano Ramos, Cosme Moreira, Virgílio de Lemos, entre outros. O novo regime para a elite política local traria idéias avançadas e subversivas que poderiam desestruturar a organização do poder vigente. Conservadores e liberais só aceitaram a nova ordem 2 dias depois (17 de novembro), quando perceberam que a situação era irreversível.

Regalo, 6 de dezembro de 1889

José Gonçalves

Respondo tua carta de 22 do mês findo.

A mudança de governo não me surpreendeu e nem te devia também surpreender; a surpresa foi a presteza e o modo porque se efetuou(1). As lágrimas que a princesa fez derramar com a lei de 13 de maio curtiu-as em um ano, seis meses e dois dias(2). O velho Cotegipe foi um profeta(3); de tudo quanto disse só falta realizar-se a indenização. Não gostei da ditadura da espada(4), que por longos anos ditará leis. Vi o teu telegrama entusiasta(5), e te felicito, sentindo não ter o mesmo entusiasmo pelo receio que sinto de ver a continuação do predomínio dos Dantas(6) e da grey do Diário. O Rui é todo do Rodolfo e do Pai(7). O Virgílio Damasio, republicano histórico, preterido(8). O Palma nosso chefe de polícia, e ainda não vi um só conservador lembrado ! O programa tanto do nosso governador(9), como do governo provisório(10), não pode ser mais sedutor, por cautela conservo-me na expectativa simpática. Recomendo-te o manifesto do Virgílio Damásio(11) com o qual estou de acordo e creio que tu também. Vamos ter sufrágio universal e eleição por província(12), segundo se diz, e quem se agüenta com este sistema, estando o nosso povo habituado a receber hospedagem? O governador para aí seguiu ontem, e eu teria aproveitado o ensejo se recebesse convite teu(13). Quanta promessa perdida! Quanta miséria vemos nos mais dedicados a monarquia ? Os áulicos são sempre áulicos e a lição da história não aproveita...

Estou contente somente de ver por terra oligarquia do senado. Voltem as urnas egoístas e receberão a paga(14).

Os velhos partidos não tem mais razão de ser; novos partidos se hão de organizar depois ou na constituinte, e eu, se continuar a militar, quereirei sempre ter te a meu lado. Me parece o momento de desaparecer da política, que só me tem trazido desgostos, e ruína; o que dizes?

Estive com o José Marcelino e também não acompanha os retrógrados(15). Por carta tenho dito suficientemente.

Minha mulher e tua comadre continua docente, e ainda não seguimos para o Itapicuru por causa dos últimos acontecimentos e agravados com as ocorrências de Jeremoabo. Lê as gazetas de 28 e 29 do mês último. Reclamei providências do governador, prometeu-me as urgentes, disse-me que tinha poderes discricionários e até hoje nada, e nosso amigos foragidos, expulsos e desfeiteados pelos assassinos.

Eis a nossa posição(16). Tive obrigado a tornar a capital para depois seguir com a tua comadre. O Joãozinho fez exame de Latim com o Raimundo e tiveram a mesma sorte, o Tota somente fez de português. É o que mais me vexa, o atraso de meus filhos, dos quais não tenho cuidado por causa da vida que levo. Devias gostar muito da eloquência do governador, falta-nos os fatos, e é o que espero. O Saraiva está no engenho e calado. Há de ser candidato a presidente da república.

A seca continua a devastar o nosso sertão, e aqui também, Hoje tivemos trovoadas escassas, talvez repitam amanhã. Lê o artigo do Padre João Manuel(17) que está succulento e acaba com o conde D'Eu. Adeus, goza saúde e os teus, sê feliz e aceita o abraço do

Compadre amigo do coração

C. Dantas Martins.

(2 folhas – 3 páginas de texto)

Papel de carta tarjado de preto.

Regalo, 6 de dezembro de 1889

- (1) Dantas Júnior, neto e biógrafo do barão de Jeremoabo, narra a reação do barão no momento da proclamação da república: “A notícia da proclamação da república teve-a Jeremoabo viajando no interior do estado. Já contava com o advento da nova forma de governo, “senão tão próximo, porém não muito remoto” e, francamente, não lhe era adverso; deixou de se manifestar pela imprensa porque, escrevia ao Dr. Silvino José de Moura – “ fiquei enojado ao ler a adesão em chusma de muitos até às vésperas de roxo aos pés da monarquia, da qual auferiram grandes vantagens.” (cf. Dantas Júnior, O barão de Jeremoabo...p. 13).
- (2) A 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, na condição de regente, por estar seu pai em viagem pelo exterior, assinou a lei Aurca, libertando os negros da escravidão. As lágrimas a que o barão se refere são a dos fazendeiros, proprietários de escravos, que se viram de uma ora para outra sem sua mão de obra.
- (3) O barão de Cotegipe, João Mauricio Wanderley, profetizou que a redentora (princesa Isabel), perderia o trono, caso a abolição da escravidão fosse concretizada daquele modo. A princesa Isabel havia apostado com o senador Cotegipe que faria a Abolição. Após a assinatura da lei que declarou extinta a escravidão, assim que o encontrou, ela lembrou-lhe: “Então, ganhei ou não a partida? Cotegipe respondeu-lhe: “Ganhou a partida, mas perdeu o trono” . A profecia de Cotegipe se baseava na idéia de que o regime imperial se apoiava nos donos de escravos e que a campanha abolicionista, agitando o país e desmoralizando as autoridades, enfraqueceria a monarquia. (cf. Joel Rufino, História do Brasil, p. 120).
- (4) O movimento militar de 15 de novembro de 1889 derrubou facilmente o regime monárquico. Cabendo ao exército o golpe de misericórdia no império, coube-lhe, naturalmente, governar primeiro. No alvorecer da república o exército estava em primeiro plano no cenário político. Governaram nesta “Ditadura da Espada”, os marechais Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894).

- (5) O barão refere-se ao telegrama de adesão a república de José Gonçalves. Jeremoabo não gostou e teve a seguinte resposta por parte de Gonçalves: “Achastes entusiasta o meu telegrama de adesão a república? E na verdade aderi com entusiasmo; andava completamente revoltado com a política da monarquia e dos velhos partidos. Tu não avalias o que estavam tramando os liberais contra mim...” (Cf. Dantas Júnior, O Barão de Jeremoabo..., p. 13-14).
- (6) Manuel Pinto de Souza Dantas, Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, João dos Reis de Souza Dantas e João dos Reis de Souza Dantas Filho, eram os líderes do partido liberal da família Dantas. Todos eram primos de Cícero Dantas Martins, mas politicamente faziam parte de partidos opostos.
- (7) O pai de Rodolfo era o Cons. Manuel Pinto de Souza Dantas. A amizade ao conselheiro Dantas foi legada a Rui Barbosa, juntamente com uma rede de compromissos políticos, pelo seu pai, João José Barbosa de Oliveira, que fora sempre liberal. Os liberais baianos, porém, cindiram-se em liberais antigos e liberais progressistas. João Barbosa acompanhou o grupo progressista, ficando com Dantas e Saraiva. Enquanto Rui fazia o curso de Direito, seu pai fazia política, sempre solidário com Dantas. Em 1872 Dantas confiou a Rui Barbosa a direção do Diário de Notícias e em 1874, com o falecimento de João Barbosa, o Cons. Dantas conseguiu para seu protegido a vaga de Inspetor da Estação Central da Santa Casa. (cf. Arquivo da Casa de Rui Barbosa, Correspondência do Cons. Manuel P. De Souza Dantas, p. 9-15).
- (8) Na mesma noite, do dia 15 de novembro Rui Barbosa, ministro do governo provisório, telegrafou ao Dr. Manuel Vitorino Pereira, deputado do partido liberal, comunicando o estabelecimento do novo regime e designando-o governador da Bahia, fato este que veio descontentar os meios republicanos da cidade, pois todos esperavam a nomeação de Virgílio Damásio, que havia sido indicado pelos republicanos locais à direção nacional do movimento, para a chefia do executivo baiano. Este assumiu apenas por 5 dias, até a situação se estabilizar e passa o cargo a Manuel Vitorino, amigo de Rui Barbosa. (cf. Gov. Do Estado da Bahia, Cartilha Histórica da Bahia, p. 11-12).
- (9) No seu discurso de posse, Manuel Vitorino revelou as suas intenções políticas e as diretrizes básicas de seu programa: “Os velhos partidos com as suas organizações infeccionadas, com os seus planos de egoísmo e corrupção para o assalto e gozo do poder, com as suas políticas de filhotismo, patronato, perseguição, intrigas, ódios e principalmente de subversão a quem possa ou a quem dê, mataram a monarquia e é justo para honra da nação, para garantia, estabilidade e eficiência do novo regime, que eles morram com ela.” Foi durante o seu governo que a Bahia passou de província unitária a estado federativo. Difundiu o ensino popular e criou a milícia civil, e organizou um projeto para estudar e elaborar a constituição estadual. (cf. Antônio Moniz, A Bahia e os seus Governadores na República, p. 15-16).
- (10) O governo provisório da república, explicitou o seu programa, anunciando a instauração do novo regime e procurando justificá-lo. Pelo decreto nº 1 foi adotado, a título provisório, o sistema republicano federativo, até que resolvesse a respeito o congresso constituinte que seria convocado. Transformaram-se em estados federados as províncias do extinto império, declarando-se dissolvidas todas as instituições incompatíveis com o novo regime. (cf. Hélio Viana, História do Brasil, v. 3, p. 158-159).
- (11) O manifesto de Virgílio Damásio foi distribuído a 18 de novembro de 1889, depois de seu juramento e posse na câmara municipal, como governador do estado. No manifesto, Damásio procura tranquilizar a população em relação a política administrativa que será adotada pela nova administração: “Cidadãos o exército e a armada depondo o ministério, constituíram governo provisório, ao qual tem aderido a câmara municipal da corte, diversas províncias e grande parte da população. A proclamação da nova forma de governo é um fato consumado, contra o qual só poderá reagir, quem queira provocar uma luta sangrenta, sem vantagem para o país com o maior perigo para todas as classes interessadas na plena garantia da vida e da propriedade... Assumindo o governo da província proponho-me com o auxílio de todos os patriotas

a fazer, primeiro que tudo a tranquilidade nesta capital, manter a inviolabilidade do domicílio e a segurança individual e dos bens e promover a felicidade da província. (cf. Antônio Moniz, *A Bahia e os seus Governadores na República*, p 10-11).

- (12) Ao novo ministro do interior, Cesário Alvim, coube regulamentar a primeira eleição republicana do Brasil, para a escolha dos membros do congresso constituinte. Foi muito criticado o seu trabalho, que visava garantir ao novo regime um corpo de eleitos muito diferentes dos vigentes sob a monarquia. O congresso constituinte, que tinha eleições marcadas para setembro, ficaria composto de três senadores para cada estado e para o distrito federal, e de deputados em número proporcional às populações estaduais. (cf. Hélio Viana, *História do Brasil*, p. 161).
- (13) O governador era Manuel Vitorino Pereira, que chefiou o executivo baiano de 23/11/1889 a 26/04/1890. Vitorino fez uma viagem a Vila Nova do Bonfim, região onde José Gonçalves era o líder político.
- (14) Com a proclamação da república o cargo de senador deixou de ser vitalício. O mandato de um senador pela constituição de 24/02/1891, passou a ter duração de nove anos.
- (15) Muitos políticos filiados aos antigos partidos conservador e liberal, diante da instabilidade política do início da república ficaram receosos da mudança e procuram se manter fiéis a idéias “retrogradadas”.
- (16) Os liberais, com a ascensão ao poder em 1889, no último gabinete do império, desenvolveram em alguns pontos da província forte pressão contra a oposição. Os acontecimentos referidos pelo barão ocorreram em 14 de novembro, véspera da proclamação da república. O juiz de direito e o juiz municipal de Jeremoabo, Drs. Reginaldo Melo e Paulo Fontes, tiveram de se retirar da sede da comarca, em menos de 24 horas, intimados pelo criminoso Marcolino, acompanhado de seus sequazes, armados a bacamarte e garruchas, a mando do chefe liberal cel. Chico Rabêlo. (cf. Dantas Júnior, *O Barão Jeremoabo...*, p. 14).
- (17) Logo após a proclamação da república, o padre João Manuel de Carvalho foi convidado por Sampaio Ferraz para escrever no jornal *Correio do Povo*. Pelas colunas deste periódico, em artigo assinado, o antigo deputado pelo Rio Grande do Norte dirigiu palavras zombeteiras ao imperador, ao conde d’Eu, a Ouro Preto e outras figuras do velho regime. (cf. R. Magalhães Júnior, *O Império em chinelos*, p. 292-293).

12 - Nesta data estava como governador da Bahia, Manuel Vitorino Pereira. No princípio da República a Bahia não mais possuía lideranças expressivas. O Barão de Cotegipe morrera em fevereiro, deixando uma grande lacuna; o Cons. Dantas foi obrigado a se afastar da política atuante, da mesma maneira que seu filho Rodolfo Dantas; Cons. Saraiva elegeu-se senador federal, mas por problemas de saúde logo se afastou da militância política. Os antigos membros dos partidos conservador e liberal passaram a ser liderados por políticos menos influentes: do lado liberal, tentando preencher o vazio deixado por Saraiva e Dantas, Almeida Couto, César Zama e João Ferreira de Moura passaram a liderar o grupo; do lado conservador, Luís Viana, Severino Vieira, José Gonçalves e Jeremoabo disputaram o comando do grupo.

(Itapicuri)

Camuciata, 24 de Janeiro de 1890

José Gonçalves

Boas festas e feliz entrada de ano em companhia de tua mulher e filhos(1), é o que de coração te desejo.

Chegamos aqui no dia 17 e tua comadre tem felizmente passado muito bem. Os meninos bons e voltam no começo de fevereiro. Como tens boas relações nesse sertão peço-te o favor seguinte. Em 3 de setembro saiu daqui com 10 burros(2) carregados de aguardente (tudo novo) para dispor em Monte Santo o Sr. Antônio Gomes da Silva, branco, alto, magro, barba longa, maior de 40 anos, com um filho imberbe – Juvenal – e um agregado Luís Bispo, pardo, moço, magro e até hoje, quase 5 meses sem notícia. Soube que no Tucano o Sr. Gomes resolveu ir para a terra dele, e a poucos dias que havia passado no Jaguarary dizendo que ia vender o gênero em Jacobina onde goza de bom preço. O Sr. Gomes é casado e deixou a mulher e 2 filhos, era meu tropeiro e de confiança, de modo que não posso crer que me roubasse; teriam voltado ? E os companheiros ? Estava encalhado com a seca(3) ? Enfim peço-te que tire as indagações em Jaguarary e escrevas para Jacobina e Casa Nova e dês ao providências que o caso exige, dando-me logo ciência do que souberes para minha tranquilidade. É ele natural do arraial de São José do Campo Formoso, freguesia da Casa Nova, onde tem 2 irmãos: Felisberto Gomes da Silva e José Gomes da Silva moradores no Sítio Poço Verde(4). Costumava negociar no Piauí, em São José ou São João do Príncipe, lugar distante do Campo Formoso umas 6 léguas. Os burros tem a minha marca “TC”(5) a exceção de um que deve ter outra marca, é a seguinte “RA”, por ter sido de compra. Tudo me há de chegar porque não tenho tempo de tratar da nossa casa. Temo de mandar uma pessoa no encalço porque não tenho gente de confiança. Providencia como julgares mais acertado. Continua a seca que aqui devasta tudo. Em Alagoinhas encontrei-me com teu amigo José Américo, que me disse haver grande seca daí para cima. Se foi este o motivo da demora do Sr. Gomes devia ele ter escrito para tranquilizar-me e a família. Bela pessoa o Sr. Américo, basta ser teu amigo.

Em 25 de dezembro recebi tua carta de 18 do mesmo mês. Então, vê como vai marchando a política desta província, sobretudo ? Todas as nomeações só recaem em liberais exaltadíssimos(6). Até o governador manda para Jeremoabo o ex-promotor de Inhambupe(peça ruim e espoleta dos Dantas.

Estes senhores continuam a chupar o tutano da República do mesmo modo que o da monarquia. Precisamos não abandonar nossos postos e concorrermos as urnas em setembro(7), com os nossos amigos, do contrário seremos aniquilados. Ai vais bem e eu fico satisfeitíssimo com isto por não abandonares teus amigos antigos. Aprecia os artigos do Abreu e Lima no Jornal do Comércio(8); são judiciosos. Gostei muito do 6ºno jornal de 13 do corrente.

O manifesto do Ouro Preto(9) ficou por causa da falsidade relativa a eleição de 31 de agosto. O Palma já deixou a Polícia (em poucos dias) e os republicanos históricos(10) andam com razão satisfeitos. Já vai lavrando a descrença na República, parece haver mudado de rotulo apenas. Grande naturalização, separação da igreja do estado, casamento civil(11), secularização de cemitérios(12). Ótimo. Aposentadorias em alta escala, esbanjamento de dinheiro(13). Péssimo. O nosso Pombal teve por certo o (ilêgivel) teu ex juiz Galvão. E assim vai tudo.

Estive com o Pinho no engenho do Saraiva é só verbal. Está bem intencionado por não querer ser chefe do partido(14) (somente gozar as vantagens). O governador parece bem intencionado mais não pode resistir a pressão dos amigos do Diário(15); é a verdade. Se fosse o Damásio o governador, outra seria a orientação; está ele tão contrariado que foi ao Rio entender-se com o governo.

O Saraiva está roto com o Dantas, e diz que deixou este separado do Rui, mas que tem o Rodolfo para conseguir tudo(16).

Os Sodrés na ponta, vamos sendo completamente engaropados. Prepara-te para seres candidato a constituinte.

Foi um mero gracejo o que te disse relativamente a falta de convite para ir a tua festa, é certo que se tivesse noticia iria abraçar-te em tão boa ocasião.

O José Marcelino vai já muito desconfiado com a direção da politica republicana. Aqui continua o mesmo marasmo, enfim não chegou – nos os beneficios da República. Pretendo demorar-me aqui, escreve-me sempre que pudeses. Accita nossas visitas com tua familia e o abraço do

Compadre amigo pelo coração

C. Dantas Martins

(2 folhas – 4 páginas de texto)

Camuciata, 24/01/1890

- (1) Do seu 2º casamento com Emilia Gonçalves da Silva, José Gonçalves teve os seguintes filhos: Emiliana Gonçalves da Silva, Artur Gonçalves da Silva, Waldemar Gonçalves da Silva e Marieta Gonçalves da Silva
- (2) Entre os vários tipos de transporte de origem Ibérica no Brasil, destaca-se a utilização de Muares, que desde o século XVIII, até hoje, assume extraordinária importância no país, embora com tendência à diminuição. Para resolver o pro-

blema das comunicações terrestres e do transporte de cargas utilizou-se a tropa de muares, única adaptável à utilização das trilhas dos indígenas e das picadas abertas nas matas. Dotadas de raio de ação maior que o do carro de bois, somente ao trem e mais tarde ao caminhão cederam as tropas sua primazia. Afonso Arinos em seu livro *Histórias e Paisagens* (RJ, 1921) dedica um capítulo a “Tropa e Tropeiros”, eis um trecho do livro: “Tropeiro é em regra, o patrão da tropa, o empresário de transportes, os empregados são os tocadores, que marcham a pé, e o cozinheiro... As tropas são sempre compostas de muares, os mais fortes para suportarem o peso da carga e a fadiga das marchas...” (cf. Hélio Viana, *História do Brasil*, v. 3, p. 97-100).

- (3) As constantes secas que assolavam o sertão aliadas a precariedade das estradas baianas davam motivos ao barão a pensar que o seu tropeiro estivesse atrasado devido a conjunção dessas desvantagens da região. James Wetherell, no seu livro “Brasil, Apontamentos sobre a Bahia, 1842-1857”, anotou suas pesquisas sobre o assunto : “ Devido à grande falta de estradas e transportes, a dificuldades de comunicações com o interior é muito grande. As atuais estradas são pouco mais do que estreitos caminhos para mulas e em muitos casos não se pode viajar por eles sem a ajuda de um guia. A única maneira de transportar mercadorias é recorrendo ao uso de mulas e cavalos; as mesmas são preparadas em pequenos pacotes, pendurados em cada lado do animal, e sujeitos naturalmente aos numerosos acidentes decorrentes desse perigoso modo de condução. Em muitos casos as mercadorias devem ser mandadas para o interior por caminhos apertados, e muitas vezes, chega-se a andar centenas de milhas a mais do que seria necessário se existissem boas estradas, ou mesmo qualquer estrada.” (cf. Ana Ribeiro, *Longos Serões do Campo*, v. 2, p. 259).
- (4) Sítio Poço Verde era o nome da propriedade rural que os irmãos Gomes da Silva residiam. Não conseguimos descobrir se eles habitavam nesse sítio na condição de proprietários ou de apenas moradores, como se refere o barão na carta.
- (5) No século XIX e ainda hoje se tem o costume de marcar bovinos, cavaleiros, muares, etc, com letras fundidas em ferro, representando as iniciais do nome ou sobrenome do proprietário. A marca usada pelo barão para identificar seus animais era “TC” (Tenente-Coronel). Esta marca foi a mesma utilizada por seu pai (João Dantas dos Reis), Tenente – Coronel do Regimento de Cavalaria de Milícias de Itapicurú, nomeado pelo Gal. Labut. Tendo sido a patente confirmada pelo decreto de 16/02/1824. (cf. Dantas Júnior, *O Capitão Mor João D’Antas...*, p. 16-17).
- (6) Rui Barbosa foi nomeado ministro da fazenda no governo de Deodoro da Fonseca. Por sempre ter sido liberal no império e gozar de influência junto a Deodoro, decidiu a respeito das primeiras nomeações para a Bahia.
- (7) Trata-se das eleições de 15 de setembro de 1890 para a Assembléia Constituinte Nacional.
- (8) O *Jornal do Comércio* foi fundado em Salvador a 7 de fevereiro de 1876. Órgão diário, vespertino, consagrado aos interesses da lavoura, indústria, artes e ciência: propriedade do professor Francisco da Câmara Bittencourt e redação do Dr. Barbosa Nunes. (cf. João Torres, *Anais da Imprensa da Bahia*, p. 106).
- (9) Refere-se ao manifesto datado de 9 de dezembro de 1889, na ilha de Tenerife, a caminho do exílio, onde o Visconde de Ouro Preto declara : “ Confesso, torno a dizer-lo, a minha ingenuidade. Não acreditei nunca em uma conspiração militar.”
- (10) A origem dos Republicanos Históricos remonta a ascensão do ministério Itaboraí, conservador e escravocrata, em 1868, que assinalou o fim da política de compromisso entre o partido conservador e liberal. Nesse mesmo ano, formou-se o partido Liberal – Radical, cujo programa incluía a reivindicação do voto direto e generalizado, a extinção do poder moderador do imperador, a eleição dos presidentes de província pelas próprias províncias e a substituição do trabalho es-

cravo pelo livre. Em 1870, a ala mais radical deste partido fundou, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano. (cf. Pedro Calmon, História do Brasil, v. 5, p. 1770-1771).

- (11) No mês de dezembro tomou o governo provisório importantes decisões, dentre elas a chamada grande naturalização, pela qual passaram a ser brasileiros todos os estrangeiros que aqui se encontrassem e que não manifestassem o desejo de continuar com a nacionalidade primitiva. Em janeiro de 1890 novas medidas continuaram a produzir intensas reformas, destacando-se, em sua elaboração, o ministro da fazenda, Rui Barbosa. Entre elas a declaração da liberdade de todos os cultos religiosos e a separação da igreja do estado, regulamentando-se, em consequência, o registro e o casamento civil. (cf. Hélio Viana, História do Brasil, v. 3, p. 159).
- (12) João José Reis, em seu livro “A Morte é Uma Festa”, faz um estudo detalhado da mudança dos enterros das igrejas para os cemitérios e o processo gradativo da secularização destes.
- (13) Rui Barbosa foi encarregado de aplicar uma política econômica – financeira reformista. Seus objetivos principais eram industrializar o país e libertá-lo do imperialismo econômico. Joel Rufino , descreve a política econômica de Rui e as consequências da emissão de papel moeda : “ Para começar, o ministro criou bancos oficiais, com objetivos emissores e creditícios. Depois concedeu aos bancos particulares, com capital acima de 100 contos, idêntica faculdades. Da noite para o dia surgiram empresas incríveis (uma delas ia abrir uma estrada de ferro do Rio a Valparaíso, galgando os Andes), negócios sensacionais, companhias de mineração, etc. Os aventureiros apresentavam-se diariamente munidos de um projeto qualquer para requerer empréstimos. Os bancos emprestavam. E eles iam atirar o dinheiro na jogatina.” (cf. Joel Rufino, História do Brasil, p. 128-129).
- (14) José Antônio Saraiva, no princípio da República, pensou na organização de um grande partido nacional, que pudesse abranger os antigos conservadores e liberais e também os republicanos. Porém a precariedade da coesão entre os políticos na escolha dos candidatos para a Assembléia Constituinte Nacional, frustrou esta idéia. Em carta a Jeremoabo ele desabafa: “ Ilmo e Exmo. Sr. Barão de Jeremoabo... O Dr. Pinho, a quem escrevi largamente, dirá a V. Exa os motivos pelos quais desisto do projeto da grande reunião. O governo quer dar e não receber orientação. E nas circunstâncias atuais nada devemos fazer que aumente as nossas dificuldades. Sou e com muita estima e consideração de V. Exa. Amo. Atº J. A. Saraiva. – 11/06/1890. (cf. Dantas Júnior, O Barão de Jeremoabo, p. 14-15).
- (15) Manuel Vitorino era colaborador do *Diário da Bahia* e consequentemente era amigo do Cons. Dantas, Rui, Augusto Guimarães, Rodolfo Dantas, etc.
- (16) As relações entre o Conselheiro Dantas e Rui Barbosa começaram a se estremecer no final do império. Em 7 de março de 1889 iniciou Rui Barbosa a sua mais brilhante fase jornalística, dirigindo o *Diário de Notícias*. A propósito da atuação de Rui nesta folha o senador Dantas dirigiu a seu antigo comandado algumas críticas, que tiveram resposta em carta escrita a 2 de maio de 1889. Este período marca o início da rebeldia do antigo e fiel discípulo, fenômeno a que se referia ironicamente Campos Sales dizendo que “ depois que o Rui arremessou as cangalhas do Dantas, ninguém mais pode com ele”. Quando da instauração da república, Rui Barbosa assumiu a pasta da Fazenda. As relações de outrora entre chefe e comandado eram agora entre diretor do Banco do Brasil e Ministro da Fazenda. Apesar dos estremecimentos com o velho Dantas, Rui não se afastou do filho Rodolfo Dantas. (cf. Américo Lacombe, Correspondência do Cons. Manuel Pinto de Souza Dantas, v. 1, p. 74-84).

13 - No ano de 1890, vários partidos políticos foram surgindo. José Gonçalves e o barão, apesar de muito amigos, divergiram em alguns pontos no início da formação dessas agremiações política – partidárias, mas não chegaram a romper politicamente. O assunto principal do momento eram as eleições para a Assembléia Constituinte Nacional, que ocorreram a 14 de setembro de 1890.

Piabas, 27 de Setembro de 1890

Cícero

Na carta que respondo, empregaste estas palavras – Sinto que estejas separado de nós - , as quais, saibas, me causaram arrepio, uma espécie de horror, e eu quis protestar logo com todas as forças dos meus pulmões: Ninguém , nada tem o poder de separar-me do meu amigo desde a infância! Mas contive-me, esperei pelo dia 14 do corrente(1), e agora posso protestar, não mais por palavra, mas por atos, por fatos, - que ninguém tem o poder de separar-me de ti. Tive o prazer imenso de ver teu nome honrar as urnas de todos os lugares em que tenho relações(2). A votação de muitos colégios(3) já está publicada; ainda falta Casa-Nova, Capim Grosso, parte de Juazeiro, Campo Formoso e em todos esses pontos, Deus me livre que teu nome não figure entre os mais votados. Aquelas tuas palavras doêram-me muito, mas agora estou desabafado. Estou com isso mais contente do que tu, aposto.

De ti não me separarei, por que, antes de tudo, sou teu amigo, devo-te imensa gratidão. Dos antigos companheiros é que não sei o que acontecerá.

Não posso acompanhá-los no seu emperramento.

Não os compreendo. Embuçaram-se em uns tais partidos políticos nacional(4) e católico(5), e não se definem(6). Assim com certeza os não acompanharei. Sentirei bastante se te não ver antes da eleição do estado. Tenho um projeto de fazermos nós dois uma liga para essa eleição , mas não sei se já tomaste compromisso(7). Não acredites que os republicanos queiram fazer de ti instrumento; ao contrário, sei que o Damásio tem pronunciada queda por ti. Já chegou até a apelar para mim, como único capaz de te chamar ao grêmio; eu é que, sentindo-me pequeno para, empresa tamanha, tenho me esquivado da tarefa aliás honrosíssima(8).

Escreva-me. Meus respeitos à Exma. Comadre, e mande na vontade do

Teu compadre. Amigo. Afetuoso

G. Silva

Piabas, 27/09/1890

(1) 14 de setembro de 1890, véspera das eleições para a Assembléia Constituinte Nacional

(2) A eleição para a Constituinte Federal não foi Jeremoabo propriamente interessado, embora seu nome figurasse na chapa nacional-católica e na do Centro Republicano Democrata.

- (3) Os Colégios Eleitorais que o barão e José Gonçalves tinham influência situavam-se na zona do nordeste da Bahia.
- (4) O Partido Nacional, foi fundado em 24 de julho de 1890. A 17 de agosto, houve uma reunião de seus membros com o objetivo de elaborar o programa do partido que entre os itens principais defendia a república federativa e a volta da vigência da lei Saraiva. O diretório do partido era composto por: José Luiz de Almeida Couto, José Eduardo Freire de Carvalho, Antônio Carneiro da Rocha, Augusto Ferreira França, João Ferreira de Araújo Pinho, Manuel Teixeira Soares e Américo de Souza Gomes. Do conselho do partido faziam parte: visconde de Guai, barões de Jeremoabo, Pojuca, 3º de Rio de Contas, de Santiago, 3º de São Francisco, Domingos Guimarães, César Zama, Berenguer César, José Olímpio de Azevedo, etc. (cf. Consuelo Novais, Os Partidos Políticos..., p. 28-30).
- (5) O Partido Católico da Bahia foi fundado a 27 de julho de 1890, na residência do coadjutor do arcebispo da Bahia Monsenhor Manuel Santos Pereira. Foi impedido de exercer atividades políticas, devido as normas da constituição federal e a proibição do papa. Em consequência, dessas restrições, uniu-se ao Partido Nacional. “ A chapa de senadores e deputados do Partido Nacional foi a mesma que tinha sido apresentada pelo Partido Católico.” (cf. Consuelo Novais, Partidos Políticos..., p. 30-32).
- (6) A falta de definição comentada por José Gonçalves era devido a facilidade com que os partidos eram formados e dissolvidos. Os políticos faziam sua escolha partidária de acordo com seus interesses. Se o partido escolhido não lhe fornecesse reais condições de disputar um lugar na máquina administrativa do estado, esse seria trocado, sem maiores demoras, por outro que melhor chance oferecesse. (cf. Consuelo Novais, Os Partidos Políticos..., p. 18-21).
- (7) O barão de Jeremoabo foi convidado para fazer parte de diversos partidos criados no início da república. Os Partidos: Nacional, Católico, Centro Republicano Democrata apresentaram seu nome em suas listas. Apesar de não os hostilizar Cicero Dantas optou por se aliar ao grupo governista que a partir de novembro de 1890 seria chefiado por seu amigo José Gonçalves.
- (8) O Centro Republicano Democrata, através de seu secretário, Dr. Silvino José de Moura, consultou Jeremoabo sobre a inclusão de seu nome na chapa do partido, mas Jeremoabo recusou, assim respondendo: “ Sempre combati com o povo e ao lado dele, e o que sou na sociedade devo sobretudo a dedicação sem limites dos meus conterrâneos: não tive pai alcaide. Mas a orientação política atual, com o filhotismo e o esbanjamento, não vistos da decaída monárquica, tem me desiludido, e assim, retraído, declino penhorado da honrosa lembrança de meu nome pelo Centro Republicano Democrata...” Apesar de sua recusa seu nome foi incluído na lista a sua revelia. (cf. Dantas Júnior, O Barão de Jeremoabo, p. 16-17).

14 - Apesar das principais lideranças políticas da Bahia estarem unidas neste momento, a nomeação de José Gonçalves para governador causou surpresa a ele próprio e a seus correligionários, porque Gonçalves andava um pouco afastado das atividades políticas nos primeiros meses da proclamação da República. Tendo sido pegado de surpresa, Gonçalves pede apoio político a seu amigo, barão de Jeremoabo.

Piabas, 22 de Outubro de 1890

Cícero

Desejo-te e a Exma. Comadre todos os bens da vida.

Já deves saber que, por desconto dos meus pecados, estou nomeado governador da Bahia. (1) A mim, são passados quatro dias depois da comunicação da nomeação, e ainda parece-me que isso não passou de um sonho. Naturalmente o mesmo te acontecerá.

Até o fim do corrente devo tomar posse, e tu não me negarás a justiça de crer que, nesta conjuntura, nada dar-me-á prazer maior do que o teu apoio, que solicito com todo empenho de nossa amizade nunca interrompida.

Não te devo negar que aguardo tua resposta com uma certa ansiedade.

Teu Compadre Colega e Amigo pelo Coração

G. Silva

Piabas, 22/10/1890

- (1) José Gonçalves da Silva exerceu seu governo em duas fases; a primeira por nomeação do governo federal, em substituição a Virgílio Damasio, de 16 de novembro de 1890 a 2 de julho de 1891; a segunda por eleição indireta, pelos votos dos membros do congresso constituinte do estado, a 2 de julho de 1891. Permaneceu no cargo até 24 de novembro do mesmo ano, quando foi obrigado a renunciar por ter apoiado em 3 de novembro o golpe de estado, dado pelo Marechal Deodoro, dissolvendo o congresso nacional.

15 - Com a proximidade das eleições para a constituinte estadual os políticos começam o trabalho de base nos seus redutos eleitorais. O barão de Jeremoabo, como líder político do nordeste baiano envia cartas aos chefes políticos de diversos municípios recomendando a chapa governista. Queixa-se de seu primo, João Dantas, que durante o império lhe fez oposição e na república manteve a mesma postura. Finalizando recomenda diversas nomeações que dariam dividendos políticos.

(Itapicuri)

Camuciata, 29 de janeiro de 1891

José Gonçalves

Cansado de esperar carta tua, fui ao tucano e voltando na noite de 21, encontrei tuas cartas de 14 e 16. Preguei-me no escritório dia e noite (e agora mesmo é meia noite) e despachei expressos para Monte Santo, Tucano, Massacará, Pombal, Amparo, comarca de Geremoabo e Bom Conselho. Recomendando a chapa com a inclusão de alguns amigos particulares no ultimo plano, sem exclusão de nenhum nome da chapa e colocando nos primeiros lugares dr. Satiro, capitão Salvador, Vergne, José Ignácio. Quando chega o correio de ontem com a noticia de mudança de ministério, morte do Benjamin Constant, (*ilégivel*) do *Bargadão*(1) e adiamento da eleição contestado em carta de Paulo de 24!!

Avalia não a minha surpresa, pois te disse que não era nada seguro, mas o desapontamento por tua causa! Sem duvida ti darão substituto e como ficaremos ? Como me tirastes do meu retraimento seguirei tua sorte. Calcula o contentamento que já há com a gente do *Bargadão*. Que contam com o Couto no governo, ou outro amigo deles. Estou nos ares e veixado diz-me o que há para o meu governo. O Dr. Benigno (juiz de direito) anda de porta em porta pedindo votos contra nós e agora está contentissimo. O *Bargadão* escreveu-lhe dizendo que por pessoa de tua confiança sabia que a eleição seria adiada (o Satiro). Enfim aqui na urna com todos os elementos contrários, povo tímido só lançando mão de recurso extremo.

Entendas-te logo com o Paulo e não deixa nossos negocios no (*ilégivel*). Remeti a nota de tudo e conto que sem demoras providenciarás. O Comandante da policia, faça voltar sargento e soldado que pedi são bons e foram retirados de surpresa a pedido do Benigno podes ficar certo. O officio da intendência daqui sobre as casas devolutas requeria de nosso amigo escrivão de Pombal. As professoras sem hesitação e finalmente no seu testamento(2) incluas o Benicio Penalva de Farias, de quem tanto te tenho falado, como o Severiano Xavier dos Reis. Não percas tempo nem tenhas escrúpulos nesta parte. Podes proceder assim. Devias escrever aos deputados para te conservar e não crestes quanto a tua exoneração. Se continuares a vaga no cartório do Maia saibas que sou candidato a ela, na pessoa de Benicio que tem todas as habilitações.

E os negócios do Inhambupe ?

O Satiro conosco sustentando ali a gente do *Bargadão*, que continua em todas as posições e a eleição te provará o erro que cometestes! Com tais noticias acredito que a chapa enfraquecerá muito.

Soube da nomeação do Paulo para o Catu e Julio para o Geremoabo. Falta o promotor. E os tais promotores cabalando contra nós, e até professoras como uma do Mucambo, cuja cadeira deverá ser suspensa com a falta de alunos, protegida de Pedro Ribeiro. Fostes fraco.

Cumprir o nosso dever de lealdade fazendo logo a declaração que aplaudistes, e como o Bargadão já se aproveitou do assunto ? Felizmente perdeu o sermão.

Basta de maçada – Goza saúde e os teus e aceita nossos cumprimentos – Abraça-te o

Compadre e amigo de coração

C.Dantas Martins

(1 fl. Dupla – 4 páginas de texto)

Papel tarjado de preto pelo falecimento do seu irmão, comendador João Dantas Martins dos Reis.

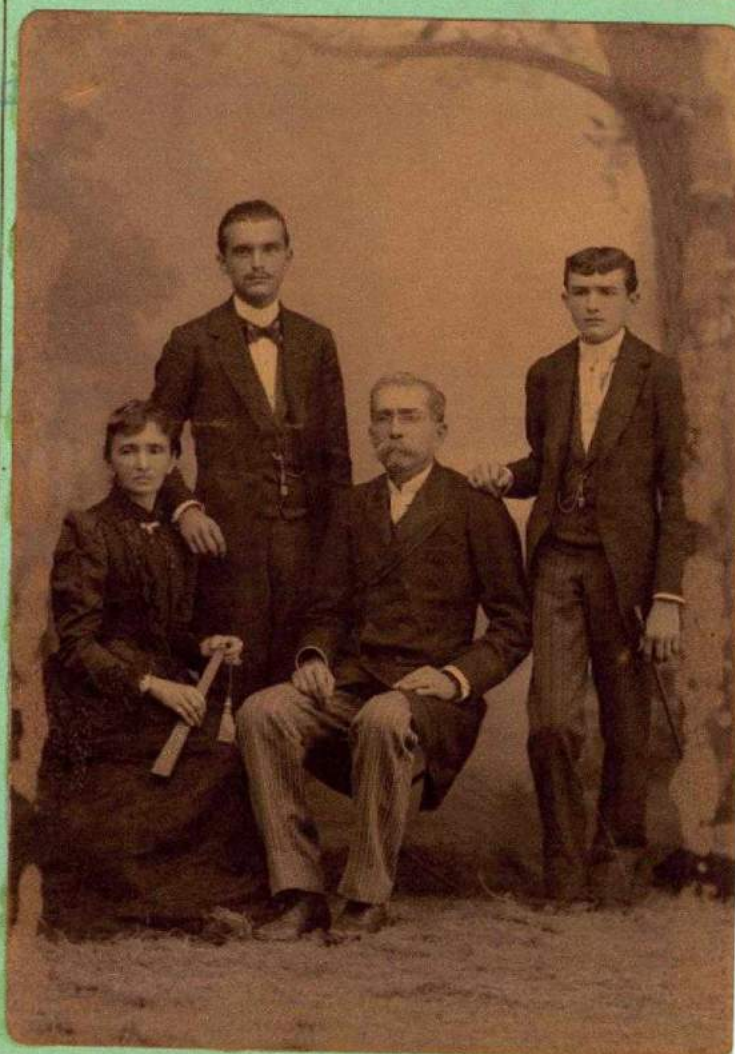
Camuciata, 29/01/1891

(1) Bargadão era o apelido de João dos Reis de Souza Dantas.

(2) A expressão 'testamento' a que se refere era o chamado 'testamento político', que constitui-se basicamente em nomeação de massa as vésperas da conclusão de um governo.



Família do barão de Jeremoabo. Na foto acima ele com a baronesa de Jeremoabo e seus dois filhos: João e Antônio da Costa Pinto Dantas. Na de baixo o grupo familiar com os dois netos mais velhos: Cícero Dantas Martins e João da Costa Pinto Dantas Júnior. Foto ABJ, 1892 e 1899.



16 - O barão de Jeremoabo neste período continuava exercendo o cargo de senador estadual. A 8 de abril havia sido eleito presidente do Senado e logo após, em junho de 1893, houve a cisão do Partido Republicano Federalista que se dividiu em torno de suas principais lideranças: José Gonçalves da Silva e Luís Viana. No princípio deste ano (23/02), o barão, também, tomou posse no cargo de intendente de Itapicuru.

Bahia, 5 de agosto de 1893

José Gonçalves

Escrevi-te em 3 e ontem recebi tua carta de 2 pelo José Inácio. Hoje passei-te telegrama. É muito tarde e prossigo no *Diário*(1). Respondi ao Eduardo na sessão de 3 e caiu a prorrogação(2). Lê a notícia do *Diário* e a do *Jornal de Notícias*. Ficou furioso na replica, cujo resumo não quis publicar. Na sessão de ontem o Galvão atacou-me e auxiliado pelo Viana que muito me insultou(3); da mesa pouco disse e deixei a cadeira; continuando atrevido na secretária, que estava repleta, como as galerias. Respondi-lhe, quis acometer-me, foi segurado e eu pedi para soltarem o bisquibas. Hoje voltou ao Senado munido de 1 bengala dizendo que era para quebrar-me os óculos, mais retirou-se caladinho depois da última derrota, que foi um parecer da comissão de polícia(4) atuado por ele, pelo Galvão (este que o viu antes de copiar achou muito bom) e Eduardo. Teve 7 votos contra 8 , foi o Freire que salvou-me. Votaram contra: Viana, Galvão, Eduardo, José Marcelino, Teixeira Soares, Leal (em tudo contra) e Ribeiro dos Santos sem malícia por não compreender o alcance. A favor: Augusto, Melgaço, Agripino, Aristides, Freire, Emigídio, e os 2 da mesa(5), presos pela assinatura.

Saiu o Viana desapontado com esta última derrota.

Bem eu te disse que não sabia o que poderia acontecer ainda; o homem está danado por não ter conseguido vingar seus planos. Hoje votou os créditos, vencimentos de empregados públicos, ensino público, e o célebre exame de emendas judiciais encalharam(6). Ontem fundamentei minha emenda que ainda mais desnorteou-os(7). Verás do *Diário*. Benício Penalva quase atraca-se hoje na praça com o Calmon por minha causa. Anda tudo aceso contra mim(8). O Idelfonso foi se embora hoje e o Moura já se tinha retirado da sessão. O Deocleciano foi-se sem ao menos apertar-me a mão.

Deves escrever ao Santos Dias para não ir ao Rio, e que continue a fazer o sacrificio de ficar. Anda desgostoso e com razão com os deputados federais e não desça mais voltar, o que será um mal para nós e grande. O Viana não para, anda em grande atividade. Não sei que resposta deu ao telegrama. Pensa como certo a aliança com o Couto e outros federalistas(9). Não tenho tido tempo de estar com o Lima. De segunda feira em diante procura-ló-ci. Recebi hoje uma longa carta do Artur e não vai a cópia por falta de tempo e de quem a tire. Disse-me o Laurindo que esteve ontem com o Sátiro e que este deu-me razão; será de coração ? O Lelis tem procedido bem no jornal(10), quem diria. E o tal Artur, encostado a teu podido. Que tratante de força e outros que se tem descoberto. O Augusto disse que ia até ai, e outros concorrerão no mesmo sentido; o que houver de real e eu souber te avisarei.

Os professores ficaram um pouco tristes, mas com o aumento dos vencimentos esperam a sessão vindoura, e prosseguem na campanha. Se puder hei de servi-los.

Jantaram ontem (aniversário de Tota), aqui Moura, Agripino, Duarte, Flávio, Ramiro, Bahia, e outros e seu nome saudado com entusiasmo (Pedra, Vergne, Gustavo, Benigno, Lago)

Deves aparecer antes do fim do ano, é indispensável; sabes que o Viana fica só com o Lima. Não passou nada; o Viana prometeu tudo em poucos dias, tem razão de estar possesso.

Adeus; nossas saudades aos teus. Eu vou depois de amanhã. O Teixeira veio hoje despedir-se de mim com o J. Justino. O Otaviano ontem e daqui para o Viana. Visitas ao Galvãozinho e a família. Abraça-te

Compadre, amigo do coração

C. Dantas Martins

(2 folhas – 3 páginas de texto)

Bahia, 05/08/1893

- (1) *Diário da Bahia*. Durante o império foi órgão do partido liberal. A proclamação da república, foi aceita pelo jornal que assim manifestou sua posição: “Liberais sempre liberais; liberais na monarquia, liberais na república...” Nos primeiros anos conturbados da república, o *Diário*, que tinha como dono Augusto Alves Guimarães, acompanhou o grupo político dominante liderado por Luís Viana, José Gonçalves, que juntamente com outros políticos formavam o Partido Republicano Federalista. Com a cisão desta agremiação e a organização do Partido Republicano Constitucional, o jornal passa a acompanhar essa corrente, que tinha como principais líderes: José Gonçalves, barão de Jeremoabo, Almeida Couto, José Eduardo Freire de Carvalho, Araújo Pinho, Augusto Guimarães, etc. (cf. Katia Silva, *O Diário da Bahia...*, p. 45).
- (2) Na 89ª sessão ordinária em 2 de agosto de 1893, o senador Eduardo Pires Ramos apresentou um projeto que prorrogaria por oito dias os trabalhos legislativos que tinham o prazo de 7 de agosto para o encerramento de seus trabalhos, com o objetivo de votarem leis mais urgentes. Antes de apresentar o projeto, Eduardo Ramos leu algumas considerações que justificavam a sua pretensão: “.....não há o tempo materialmente, regimentalmente indispensável para ter lugar a discussão e votação das leis de mais instante oportunidade, a lei dos meios, a lei orgânica das repartições do estado, a da instrução pública e a do orçamento...” e mais adiante continua: “.....a razão articulada iria, seguramente contra os intuitos dos que alegam-na, apascentar a critica malfazeja dos que supõem que, para nós, o tempo se exaure dentro dos rigorosos limites da sua coincidência com a quadra retribuída pelo subsidio...” . Na sessão seguinte (90ª ordinária em 3 de agosto) foi lido e posto em discussão o projeto sobre prorrogação dos trabalhos legislativos. O barão de Jeremoabo estava no cargo de presidente do Senado, votou contra ao projeto. Deixou a cadeira da presidência para responder as justificativas de Eduardo Ramos e expor sua posição. Confessou em sua fala não ter gostado das considerações feitas pelo senador Eduardo Ramos. Eis uns trechos de sua resposta : “ confesso a sua Ex.; que o orador é ave de arribação, só quer estar junto no bebedouro ; e aceita a carapuça que lhe foi talhada.... S. Ex. sabe que o orador não é capitalista, não é banqueiro, não é advogado, nem é patrocinado por sociedades anônimas, não tem proteção de ninguém.... Voto contra esta prorrogação, unicamente por estes considerandos que reputo ofensivo ao meu caráter... A não ser por este motivo, o Senado, a Bahia e o país sabem que o orador não faria questão de estar presente um , dois, três ou dez meses em benefício desta terra, mas não para ser tratado desta forma.” O projeto foi rejeitado por 11 votos contra 3. (cf. *Anais do Senado...*, v. IV, p. 123-142).

- (3) Na 91ª sessão ordinária, do senado da Bahia, em 4 de agosto de 1893, sob a presidência do barão de Jeremoabo, o senador Inocêncio Galvão de Queiroz tomou a palavra para questionar de quem seria a responsabilidade do adiamento do projeto da reforma das repartições públicas, se da mesa do senado ou da comissão que o tinha em seu poder. O barão de Jeremoabo não gostou das insinuações e revidou: “A mesa aceita a responsabilidade, pode V.Ex. descarregar sobre ela toda a sua bilis.” Luis Viana toma parte nas discussões e acusa Jeremoabo de ser o responsável pelo adiamento do projeto: “Ora, sr. presidente, os interesses públicos devem estar acima de todas estas pequenas ninharias, destes pequenos capricho e eu, permitam que diga, para me colocar sempre acima deles, é que voto pelo projeto, porque se quisesse emparelhar-me com esses pequenos caprichos, tinha em minhas mãos a não passagem do projeto. Faço esta declaração porque quero que fique nos Anais do Senado que acima de todas estas conveniências pessoais e caprichos injustificáveis, está o bem público, e eu não me afastarei dele, para nivelar-me com aqueles que só enxergam pelo prisma de seus caprichos” (cf. *Anais do Senado...*, v. IV, p. 147-151).
- (4) O parecer da Comissão de Polícia foi o de nº 58. Ele propunha a equiparação dos vencimentos dos empregados da secretaria do Senado aos dos empregados do mesmo nível da Câmara dos Deputados. Eis a íntegra do parecer: “Ficam equiparados os vencimentos dos empregados da secretaria do senado aos da câmara dos deputados de iguais categorias, da data da aprovação da indicação e emendas, excluindo os oficiais encarregados do arquivo e das atas. Gozam das vantagens concedidas aos empregados da câmara dos deputados, pelo art. 30 do respectivo regulamento interno – todos os empregados da secretaria do senado, inclusive os oficiais incumbidos das atas e do arquivo, devendo começar a perceber as sobreditas vantagens da data da aprovação de indicação e emendas. Sala das Comissões, 4 de agosto de 1893 – Barão de Jeremoabo, Dr. José de Aquino Tanajura – Barão de Camaçari. (cf. *Anais do Senado...*, v. IV, p. 448).
- (5) Os dois senadores da mesa eram o barão de Camaçari e José de Aquino Tanajura. (cf. *Anais do Senado...*, v. IV, p. 160).
- (6) O barão cita as principais matérias votadas e discutidas na sessão de 5 de agosto de 1893. Dentre as principais podemos destacar as do vencimentos dos empregados públicos e do ensino e os créditos. Os Anais do Senado registram o decreto desses projetos: “A assembléia geral legislativa decreta: Art. 1: Todos os funcionários públicos, inclusive o professorado primário e secundário, exceção feita da magistratura, corpo policial, e das repartições já reorganizadas, terão sobre os atuais vencimentos, salvo as gratificações adicionais, até que sejam estes fixados pelas reorganizações dos respectivos serviços o seguinte aumento: 20% aos que tiverem de vencimentos mais de 2:500\$000; 30% aos demais de 1: 000\$000 a 2:500\$000; 40% aos que tiverem de 1:000\$000 para menos.” (última redação do projeto nº 96). Última redação do projeto nº 98: “ Art. 1- É aberta a verba – reposições e restituições – no corrente exercício, o crédito de 55:000\$000...” (cf. *Anais do Senado...*, v. IV, p. 166).
- (7) A emenda fundamentada pelo barão diz respeito a reforma da lei judiciária, em exercício há um ano e a carreira de procurador geral do Estado. (cf. *Anais do Senado...*, v. IV, p. 159).
- (8) A política partidária na Bahia, no ano de 1893, sofreu um grande abalo. Em junho deste ano houve a cisão do Partido Republicano Federalista que colocou os principais líderes políticos do estado em posições antagônicas. O barão de Jeremoabo sentiu essa separação e na sessão de 24 de julho, proferiu um discurso no senado lamentando a má sorte de ter ingressado na política: “Tenho uma vida longa na política porque por desgraça minha desde os bancos da academia fui forçado a envolver-me na política da Bahia. Reputo isso um desastre tal na minha vida, que tendo unicamente dois filhos, lhes peço constantemente que por preço algum queiram se envolver na política deste país...que prefiram antes ser carregadores nas ruas, de pianos, tachos, etc, do que passar pelo cadinho da vida política, sobretudo, se tiverem caráter e quiserem ser homens de bens. Se porém quiserem ser traficantes, então atirem-se a vida política.” (cf. *Anais do Senado*, v. IV, p. 56).

- (9) José Gonçalves da Silva e Luís Viana eram os principais líderes do Partido Republicano Federalista. Apesar de pertencerem ao mesmo partido, já existia desavenças entre os dois políticos. Em julho de 1893, quando entrou em discussão no Senado um projeto que estabelecia recursos para as eleições municipais, Gonçalves defendeu, através de emenda, a não interferência nas decisões dos conselhos municipais e Viana não aprovou a emenda. A partir daí o partido cindiu-se em duas correntes: Vianistas e Gonçalvesistas. Ambos os grupos trabalharam para trazer para sua agremiação o maior número de aliados. José Luís de Almeida Couto, ex-integrante do Partido Nacional Democrata, termina ficando com o grupo gonçalvista (Partido Republicano Constitucional), juntamente com a maioria dos membros do dissolvido Nacional Democrata. (cf. Consuelo Novais, *Partidos Políticos...*,p. 37-40).
- (9) Lelis Piedade escrevia no *Jornal de Notícias*. Fazia parte do corpo redatorial do *Jornal de Notícias*, conjuntamente com Aloisio de Carvalho (redator chefe),Alfredo Requião. (cf. Lemos Brito, *Álbum da Imprensa Baiana*).

17 - Nesta carta José Gonçalves descreve minuciosamente a tentativa de intervenção em Vila Nova por parte do grupo governista (Luís Viana, Severino Vieira e Rodrigues Lima) e a reação que esquematizou. O grupo liderado por Luís Viana não aceitou a apuração e a diplomacia feita pelo conselho municipal de Vila Nova. A maioria dos membros do conselho verificador deste distrito eram comprometidos com o chefe político local: José Gonçalves da Silva.

Piabas, 6 de janeiro de 1895

Cícero

Desejo que com a exm^a comadre e os caros filhos tenhas tido boa despedida de ano e melhor entrada de novo. Eu não sei dizer-te se tive boa ou má despedida, mas a entrada foi boa, como vaes ver. Não serei muito extenso, porque cheguei hoje mesmo de Vila Nova, estou cansado e muito encatado.

O Viana e Severino tentaram assaltar a Vila Nova, como fizeram a Cachoeira, mas, graças a coragem e hombridade deste povo, foram rechaçados, sofrendo vergonhosa derrota. Eis, em resumo, como se passaram os fatos: No sábado a noite, 29 de dezembro, recebi um telegrama do Lago, prevenindo-me de que tinha partido, da Bahia para Vila Nova, o alferes da polícia Lucindo, comandando 20 praças, com o fim de praticar violências. Seu aviso me fez espécie. No domingo seguinte, a tardinha, recebi cartas de amigos, avisando-me da chegada da força e de boatos que corriam, da chegada, digo, da vinda próxima do Viana e Severino, para tratarem de nova apuração eleitoral(1). Incontinentemente compreendi os intuitos daqueles traficantes políticos, e dispus-me a frustra-los, custasse o que custasse.

Mandei prender cavalos, e na segunda feira muito cedo, parti para Vila Nova, tendo antes, durante a noite, expedido avisos para diferentes pontos, convocando correligionários e marcando a cidade como ponto de reunião. Chegando a cidade, reuni os moradores, os predispos para a luta.

Com este simples movimento, a força conheceu que estava descoberto o plano que vinha executar, formou e ficou de prontidão. A tarde e a noite, entrou em tropel nossa gente, em trem especial, a cavalo, a pé, formando, com os residentes na cidade, multidão enorme, entusiasmada e preparada. Começou o desanimo na tropa e no insignificante grupo dos nossos adversários. Chegou o trem de Alagoinhas(2) trazendo, em vez de Viana e Severino, Martins Barbosa e Carlos Leitão com uns 20 capangas da força e do destacamento de Queimadas.

O desapontamento, terror e pânico se debuxaram nas frentes dos miseráveis. Passaram a noite em sobressalto. Na terça feira, dia designado para a berrada, não moveram pé nem botaram a cabeça de fora. Na quarta, na passagem do trem de carga para Alagoinhas, meteram-se nele os tais emissários e foram-se corridos... ia deixando de vergonha, mas lembrei-me em tempo que eles não as tem. Com a fuga das pestes, voltou a cidade a calma, mas eu lá demorei-me até hoje, porque sendo intimado pela besta do oficial, em nome do governo, para retirar-me de cidade, mandei -o às favas; e chegando-me aviso da Bahia que viria o chefe de polícia com 100 praças para tornar efetiva a tal ordem, entendi lá esperá-lo, como efetivamente esperei-o até novo aviso de que o governo tinha recuado, fazendo cessar a prontidão

de marcha dos 100 praças e retirando a ordem, na Calçada(3) e Alagoinhas, de preparar trens extraordinários.

Perderam os traficantes o salto e bem podes avaliar como estão aquelas almas danadas. Se tentarem desforra, não respondo por min. Agora mesmo, se o povo tivesse boas armas, talvez o ensejo fosse aproveitado para o início do rompimento geral que, a continuar esta ordem de coisas, me parece inevitável.

Releva o desalinho da narração. Fatigado como estou, só te escrevo, porque calculo como não deves estar aflito por notícias minhas. Ainda desta vez, fica certo, tive a felicidade de salvar a honra, o

Teu compadre e amigo afetuoso

G. Silva

O Couto, Lago, Bahia, José Inácio e nossos amigos da capital prestaram-me bom e valioso auxílio.

G. Silva.

(4 folhas – 7 páginas de texto)

Consta ao alto da 1ª página a anotação, com a letra do barão: “ José Gonçalves. Recebi a 15 – respondi a 16”.

Piabas, 06/01/1895

- (1) O grupo de Luís Viana não aceitou o resultado da apuração feita pela junta apuradora das eleições de 4 de novembro para a renovação da câmara e do terço do senado.
- (2) A estação de trem situada em Alagoinhas se chamava “Estação de São Francisco”. Foi inaugurada, a 13 de fevereiro de 1863. (cf. Oleone Fontes, *O trem-Terra...*, p. 60-64).
- (3) Os trens de passageiros ou de carga que saíam de Salvador rumo a Juazeiro passavam por diversas estações: Calçada, Camaçari, Mata de São João, Pitanga, Pojuca, Engenho Central, Catu, Sítio Novo, Alagoinhas, Aramari, Entroncamento, Sítio do Meio, Cipó, Água Fria, Lamarão, Serrinha, Salgado, Santa Luzia, Rio dos Peixe, Queimadas, Jacurici, Itiúba, Tiririca, Cariacá, Vila Nova da Rainha, Caturí, Jaguarari, Itumirim, Angico, Jurema, Carnaíba, Piranga, Juazeiro. Existiam na época, duas empresas que exploravam a via – férrea, denominadas: Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco e Estrada de Ferro do São Francisco. A primeira, única a dispor de bitola de um metro e sessenta centímetros, fora construída e era administrada por ingleses. Avançava da capital até a cidade de Alagoinhas. A segunda, no começo denominada prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, foi inaugurada em 24 de fevereiro de 1896. (cf. Olconc Fontes, *O Trem-Terra*, p. 36-75).

18 - Carta em resposta a de 6 de janeiro de 1895. O assunto principal continua sendo os acontecimentos de Vila Nova. Esta missiva juntamente com as três anteriores são um retrato do modo como se procediam as eleições na 1ª República. Jeremoabo comunica que pretende presidir a sessão de abertura dos trabalhos legislativos que se realizará a 7 de abril, mas se mostra precavido com a iminência de atos de violência. Canudos é outro tema desta correspondência.

(Itapicuri)

Camuciá, 16 de Janeiro de 1895

José Gonçalves

Abraço-te jubiloso. Destes o edificante exemplo a capital. Isto mesmo disse aos amigos daí. Recebi ontem tua carta de 6, mas já estava tranqüilizado com a volta do meu portador que mandei ao Timbó. Escrevi-te em 4 e 11 do corrente. O Couto anda atarefado, a dois correios me não escreve. Não me admira, repito, a malvadeza do Viana, como a do Lima, Américo e do Sátiro. E o cinismo com que essa quadrilha desvirtua os fatos no correio. E o tal Artur Rios.

Alguma apuração clandestina há de surgir(1).

Se nossa atitude na capital for séria os tratantes verão porque sabem que bala trocada não dói, quando deixamos nossos sertanejos. Vila Nova, repito, brilhou e deu o tom.

O célebre Barbosa(2) ...tratante de força. Porque o Lima teria deixado de mandar o reforço das 100 praças ? Seria o dedo do Prudente? O Zama portou-se bem e gostei do artigo dele em resposta ao *Correio*(3) publicado no *Estado*(4); deves lê-lo.

O tempo está passando e nada de candidato nosso a senador, eu estou cansado de repetir que não me afasto do que disse, ou Floriano, Couto, Moura ou Pinho; por outro não trabalho.

O Filgueiras fala me na necessidade de nossa presença na capital para este assunto, e para tratar do mandato do Lima, que, penso com ele, expira este ano. Respondi que procedessem como então disse-me, que antes de março não ia a capital. Estou aqui há um mês e nada tenho feito em benefício meu. O irmão do Lima está na capital com a família.

O que pensas da vinda rápida e inesperada do atual comandante do distrito? Seria para nosso bem ? Duvido. Escrevas já ao Agripino avisando e agradecendo a parte que ele tomou para ti; vai muito bem atualmente, é preciso anima-lo e ele se lisonjeia recebendo carta tua, sem dar a entender que a lembrança foi minha.

Tua comadre ficou inquieta com os barulhos daí e está receosa da declaração. Tenho dito a todos que vou presidir a sessão do Senado(5) embora seja vitimado, como propalam, salvo se os nossos amigos recuarem. O Viana e Lima tem vida, e alguém vingará o meu assassinato premeditado. Não fujo de caretas(6).

O grupo do conselheiro continua a crescer, e todos armados; os que não, agora comprem armas, pólvora, chumbo(7). Neste terreno repito o que dito, não há mais uma só pessoa que nos defen-

da(8). Estão todos, com razão, amedrontados e prevendo consequências desastrosas(9). Será o que Deus quiser.

O pior é o cólera, está perto de nós. E o perverso governo dormitando(10).

Estou cansado; qualquer escrituração mata-me.

Muitas saudades a d. Milu, a teus filhos e aceita o abraço do

Compadre amigo pelo coração

C. Dantas Martins.

(2 folhas – 3 páginas de texto).

Camuciá, 16/01/1895.

- (1) As eleições na primeira república eram uma farsa. Diversos meios os políticos encontravam para burlar os resultados das urnas, desde o uso da violência até o de eleitores fantasmas. O partido dominante usava de violência para evitar a vitória do partido rival. Outra circunstância que podia perturbar a ordem, no processo da eleição era a subserviência do juiz ou suplente aos chefes políticos locais. Muitas vezes o coronel dominante realizava eleições clandestinas, guardando o registro de eleitores em sua casa, abrindo apenas aos que o apoiavam. (cf. Eul-Soo Pang, *Coronelismo e Oligarquias*, p. 34-37).
- (2) Antônio Barbosa de Souza, como chefe de polícia do governo Rodrigues Lima, teve participação ativa nos acontecimentos de 7 de abril de 1895, dia designado pela constituição da Bahia, para a abertura dos trabalhos legislativos. O barão de Jeremoabo, na época exercendo o cargo de presidente do Senado, fez um pronunciamento a respeito do comportamento de Antônio Barbosa de Souza: “ Toda a Bahia sabe inclusive o sr. governador do Estado, que a sessão solene da abertura do congresso não realizou-se na câmara dos deputados, por achar-se cercada pela força pública, sendo os representantes do povo intimados pelo chefe de polícia, a retirarem-se do lugar onde, pela lei, deviam reunir-se. (cf. Antônio Aragão, *A Bahia e os seus governadores...*, p. 105-106).
- (3) O *Correio da Bahia* foi fundado em 1871. Durante sete anos, foi dirigido em certos períodos por Aristides Milton e Artur Rios, deputados baianos no congresso constituinte republicano. (cf. Kátia Silva, *O Diário da Bahia*, p. 24).
- (4) O *Estado da Bahia* foi fundado a 21 de agosto de 1890. Esse jornal teve suas origens na representação do pensamento do partido conservador. Só levou esse nome em agosto de 1890 quando sucedeu a *Gazeta da Bahia*, que tinha como principal representante Freire de Carvalho. Passou a ser então órgão oficial do partido nacional. (cf. Kátia Silva, *O Diário da Bahia*, p. 24; Consuelo Novais, *Partidos Políticos...*, p. 30).
- (5) Sessão solene de abertura da Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia, a 7 de abril de 1895. O barão de Jeremoabo era o presidente do Senado, mas o governo do Estado (Rodrigues Lima) não o reconheceu como tal, não mandando a mensagem do executivo para que os trabalhos legislativos fossem iniciados, pois estava apoiando os senadores e deputados governistas que se reuniram no lado oposto do recinto, sob a presidência do barão de Camaçari, até então secretário do senado, mas a partir deste momento presidente da assembléia geral governista. Desta maneira ficou concreti-

zada a duplicata do legislativo baiano. Antônio Aragão, assim, relata os acontecimentos do dia 7 de abril: “No dia 7 de abril, dia designado pela constituição da Bahia, para a abertura do parlamento, conservou-se fechada a porta da entrada para a dependência do Paço Municipal, em que funcionava a câmara e onde devia realizar-se a sessão solene da Assembléia Geral. O 1º secretário da corrente vianista, dr. Manuel Adalberto de Oliveira Guimarães, na qualidade de chefe da secretária, ordenou ao porteiro que só abrisse quando ele ali chegasse. A guarda foi reforçada. Os senadores e deputados gonçalvistas, alegando coação, resolveram funcionar no salão, onde o conselho municipal da câmara realizava suas sessões e que ficava no mesmo edifício. Momentos depois davam ingresso na Câmara dos Deputados os congressistas vianistas, perante os quais foi lida a mensagem do governador do Estado”. (cf. Antônio Aragão, *A Bahia e seus governadores*, p. 103).

- (6) A disputa política entre o partido governista e o da oposição foi muito acirrada no ano de 1895. De um lado os representantes do grupo governista, que compunham o partido Republicano Federal da Bahia, liderado por Luís Viana, do outro, o grupo da oposição, formando o partido Republicano Constitucional, chefiado por José Gonçalves e Jeremoabo. Como vimos na carta, chegaram a trocar acusações de ameaça de morte. Em um artigo de 17/04/1895, intitulado “Ao dr. Severino dos Santos Vieira”, no *Jornal da Bahia*, Jeremoabo responde às acusações que lhe foram imputadas por Severino Vieira, em artigo do *Jornal de Notícias* de 26 de março. Eis um trecho da resposta: “... Confirmando tudo quanto disse em minha declaração, tornando a trindade social – Viana, Severino e Lima, responsável pelo que me suceder... A Bahia viu os deputados governistas que saltavam dos vapores e da estrada de ferro acompanhados de jagunços afamados,... viu, finalmente, a farsa que representaram os homens da lei, dando-nos como ausentes na aludida sessão e apontando-nos como introdutores de jagunços vindos do meu engenho Regalo...”. (cf. Barão de Jeremoabo, *Jornal da Bahia*, 17/04/1895).
- (7) Antônio Conselheiro justificava os homens armados que mantinha à sua volta por necessidade de se defender, dizendo: “No tempo da monarquia deixei-me prender, porque reconhecia o governo; hoje não, porque não reconheço a república.” (cf. *Relatório apresentado pelo Rev. Frei João Evangelista...*, 1895).
- (8) Para os políticos locais, Antônio Conselheiro mostrava todos de ser uma nova força política. Nesse estado de espírito, os chefes do Partido Republicano Constitucional desconfiavam de que Viana e Severino Vieira usariam o conselheiro para diminuir seu poder. (cf. Eul-Soo Pang, *Coronelismo e oligarquias*, p. 81).
- (9) O grupo social que mais temeu Canudos foram os grandes proprietários de terra, tanto pelo medo de perderem mão-de-obra de suas fazendas, já que um grande número de famílias das cidades do interior estavam se deslocando para Canudos, como pelo medo dos conselheristas, que andavam carregados de armas de fogo pelos caminhos do sertão. (cf. Barão de Jeremoabo, Antônio Conselheiro, no *Jornal de Notícias*, 4 e 5/03/1897).
- (10) O governo de Rodrigues Lima isolava as áreas do interior da Bahia sob a influência do barão e José Gonçalves. Qualquer providência necessária por parte do governo estadual, seja na esfera política, econômica, administrativa ou social, para a zona gonçalvista, Lima e Viana procuravam atrasar.

19 - O contexto em que esta carta foi escrita é um dos mais conturbados da vida política da história da 1ª primeira República. A 18 de outubro de 1895 Rodrigues Lima se afasta do governo por motivos de saúde. Cabia substituí-lo o presidente do senado. Tanto o barão de Jeremoabo, como o de Camaçari se acharam no direito de tomarem posse do executivo. Neste momento se deu a duplicata do legislativo. Ambos se consideraram capazes de assumir o cargo e se instalaram na chefia do governo. O primeiro, oposicionista, se considerava o presidente legal do senado, empossado a 7 de abril de 1895, mais afastado definitivamente do cargo pelo grupo governista a 6 de agosto do mesmo ano; o segundo representando a situação foi o reconhecido substituto legal, tanto a nível estadual, como federal.

Piabas, 19 de outubro de 1895

Cícero

Acabo de passar-te telegrama, aconselhando que assumas o governo, na ausência do Lima(1). Bem sei que isso é pró forma, que não temos força para apoiar-te; mas, na fase do Viana(2), quanto mais baralhado melhor.

Telegrafei ao Filgueiras(3) para agitar a questão no parlamento; é neste terreno que nós devemos colocar até que o governo federal(4) reconheça o perigo da situação e intervenha.

Se tivéssemos armas e certos outros meios, a coisa andaria mais depressa. Agora vamos ter o Inocêncio Góes a frente do governo, e é bem provável que a situação tome outro caráter. Só quero ver como se arranjam os que pregam a luta eleitoral(5), combatendo a abstenção que continuo a sustentar.

Que atitude tomarão agora Rui(6) e Freitinhos? Este deve ser inimigo de Camaçari. Aguardo tuas ordens e escusado é dizer-te que dispões do

Amigo afetuoso

G. Silva

(1 folha – 2 páginas de texto)

Consta no alto da 1ª página a anotação, com letra do barão: “ José Gonçalves. Recebi a 22 – avistei a 23”.

Piabas, 19/10/1895

- (1) Na vigência do seu mandato, Rodrigues Lima, a conselho médico, teve necessidade de sair do estado. Obteve do poder legislativo uma licença de 4 meses, em cujo gozo entrou a 18 de outubro de 1895. Durante o seu impedimento, ficou no governo do estado o barão de Camaçari (Antônio Calmon de Araújo Góis), na qualidade de presidente do Senado vianista. No dia imediato (19 de outubro), o barão de Jeremoabo, que se considerava também presidente do Senado, visto não reconhecer a legitimidade do senado que elegeu Camaçari, declarou pela imprensa que também havia assumido o governo, e fez nomeações de chefe de polícia, secretários e delegados, dando ciência da sua resolução ao presidente da

República. (cf. Consuelo Novais, *Partidos Políticos...*, p. 42; Anexos - I: manifesto do barão justificando o porque de ter assumido o governo do estado, 10/11/1895).

- (2) Luis Viana era o chefe do Partido Republicano Federal da Bahia, situacionista, da qual fazia parte o governador Rodrigues Lima.
- (3) Leovigildo Filgueiras atuava como deputado federal.
- (4) O barão de Jeremoabo após ter assumido o governo do Estado comunicou ao presidente da República sua atitude. O governo federal não apoiou Jeremoabo, por ser este um político ligado a José Gonçalves, que anos atrás tinha apoiado o golpe militar de Deodoro da Fonseca. Respondeu ao telegrama do suposto governador, remetendo a decisão do impasse ao congresso nacional. Eis o teor do telegrama passado por Jeremoabo a Prudente de Moraes : “ Governador do estado passou exercício barão de Camaçari, pretexto ser presidente senado. Na qualidade presidente Senado legítimo compete-me assumir governo; faça-o solicitando de V.Ex. providências forças federais garantia minha autoridade, única legítima em face constituição do estado. – *Barão de Jeremoabo*”. A resposta de Prudente foi a seguinte: “ Governo federal só pode intervir nos negócios peculiares aos estados, nos casos do art. 6º da constituição. Questão legitimidade Senado desse estado está afecta ao congresso nacional. – *Prudente de Moraes*.” (cf. Antônio Aragão , *A Bahia e os seus governadores...*, p. 113-114).
- (5) As próximas eleições seriam para o governo do estado, em janeiro de 1896, cujo candidato vitorioso foi Luís Viana.
- (6) Rui Barbosa tinha passado à oposição, em 1893, quando o marechal Floriano Peixoto assumiu o poder, e teve que se exilar. Permaneceu em Londres até 1895.

20 - Jeremoabo, como de costume, inicia sua missiva comentando assuntos particulares e do cotidiano. Descreve sua viagem ao engenho Camuciá e ao Regalo, dá notícias da família e fala de “febres”, que estão dando na região. Logo a seguir entra nos assuntos públicos. O principal desta carta é a discussão a respeito do interesse do Partido Republicano Constitucional de comprar o *Diário da Bahia* com o objetivo de tornar órgão oficial de imprensa do partido.

Regalo, 26 de julho de 1896

José Gonçalves

Escrevi-te do Camuciá em 16, e ante – ontem ao passar para Alagoinhas recebi tua carta de 18 que apresso em responder.

Foi péssima e penosa a viagem (3 dias) por causa das chuvas torrenciais, que continuam, rios(1) e riachos cheios. Encontrei tua comadre adoentada. As febres continuam(2) no Itapicurú, fora da vila, Bom Conselho e alto sertão, fazendo vítimas. Não sei se te disse ter falecido na Formosa o tenente – coronel Monte Santo e um filho de nome Fulgêncio.

Perdemos o Pombal de todo. Que caiporismo.

O velho amigo professor Manuel Florêncio faleceu repentinamente e são as notícias que temos diariamente.

Respondi hoje ao Otácilio e copio o trecho para servir-te de governo. Tive carta do Filgueiras e concorda com o arrendamento do *Diário*(3); podes inclui-lo e bem assim o Otácilio e Luís Antônio para interessa-los no negócio. Eu absolutamente não faço parte dele, mas nos apertos não ti abandonarei. As minhas visitas eram outras. Na minha ausência preferistes a idéia do arrendamento e é nisto que se baseia o Otácilio. Nossa proposta de compra caducou e os conselheiros de d. Adelaide, que tanto especularam com o negócio que amparem-na. Compreendes que são decorridos quase 4 meses em que se gastou papel, tipos, recebeu-se dinheiro e portanto diminuiu o valor; mais se nova proposta fizermos de 180 por exemplo, seremos tido por especuladores e assim desistem do negócio.

Eis o que disse ao Otácilio “ Logo que recebi sua aludida carta escrevi ao dr. J. G., que bem antecipou-se em escrever-me; confirmei o que verbalmente referi-lhe da nossa conversação ai acerca do *Diário*. Tendo a nossa proposta caducado pela preferência da d. Adelaide, e sendo a idéia do arrendamento preferida, como você me disse, pelo J. G., este amigo com o Filgueiras (que também não discordou), com você e mais outros amigos, entre eles o próprio Luís Antônio, que considero indispensável, podem e devem arrendá-los; eu auxiliarei nos apertos, menos na responsabilidade do arrendamento, que me não convém de nenhum modo. Isto mesmo vou dizer ao J. G. novamente e enviando-lhe a cópia desta resposta.

Compreendo a sua posição e os apuros em que se vê na direção do *Diário*, em tais circunstâncias. Julgo, sem medo de contestação, ter feito um sacrificio com o J. G. (sempre tímido, como viu) ofertando os 200 contos e que naquela ocasião não me seria difícil ou tão difícil, como hoje, fazer a transação, mais os conselheiros de d. Adelaide pensaram diversamente, e sem dúvida melhor avisados

do que eu, competem-lhe tirá-la das dificuldades.” Deves vir a capital rapidamente tratar do negócio(4), eu descanso estes dias e na volta seguirei para o Camuciá com a família, e dali interessar-me pelas fazendas que não visito há 13 anos.

Joãozinho já não pode ir com a família, o que mais me transtornou, o incomodo da senhora é gravidez, e vai passando bem no Rio Vermelho, mais não pode e nem deve viajar por falta de hábito.

Não tive mais notícias do Flávio, que já deve estar provavelmente no Rio. Dai nada espero; o tempo passa e continua tudo no mesmo gosto.

Vou apreciando as brilhaturas do Viana que é o homem da época. Penso que devemos apresentar chapa para as eleições federais e estadual(5), embora sejamos derrotados; de outro modo o partido desaparece, o que não convém absolutamente. Não contemos com reparações aos atos consumados

Tive noticia do nosso sertão; muita chuva, verde de bamburral(6), gados magros e pestiados de carrapatos. Aceita nossa saudades com D. Milu e teus filhos e genros; gozem saúde e disponhas do

Compadre, amigo pelo coração

C. Dantas Martins

(2 folhas – 4 páginas de texto)

Papel de carta tarjado de preto. Provavelmente luto pela sogra, condessa de Sergimirim, falecida no engenho Europa, a 9 de fevereiro.

Regalo, 26 de julho de 1896

- (1) O rio Itapicuru, de delimitações pequenas em épocas normais, tornava-se, com as chuvas, caudaloso: “ A comarca do Itapicuru, que dista desta cidade 44 léguas, tira seu nome do rio Itapicuru, que nascendo em Jacobina e atrevessando muitas léguas, vem despejar no Atlântico. Este rio que em seu estado ordinário é vadeável a cavalo, e mesmo a pé, torna-se, com as enchentes, caudaloso, arrancando e arrastando árvores extraordinárias, derrubando casas, talando os campos e deixando, após suas grandes inundações, a fome e a miséria. (cf. Accioli, *Memórias...*, v. VI, p. 163). Em suas viagens do Camuciá a Alagoinhas o barão passava, além do rio Itapicuru, pelos rios Itariu, Subauma, Inhambupe.
- (2) As febres intermitentes, diarreias, gota, hidropisia, sífilis, reumatismo, eram as doenças que predominaram no século XIX. (cf. Spix, *Atraves da Bahia*, p. 158).
- (3) Os membros do Partido Republicano Constitucional tinham como órgão de imprensa o *Diário da Bahia*. Após a morte de Augusto Guimarães em março de 1896, o *Diário* passou à nova direção e o grupo de José Gonçalves tentou comprar o jornal, para que se tornasse o órgão oficial do partido, como a proposta caducou, pensou-se em arrendamento, mas também não vingou.
- (4) O grupo de José Gonçalves terminou sem fechar o negócio com o *Diário*, que a 9 de abril de 1899 foi comprado por Domingos Guimarães pela importância de 120:000\$000

- (5) O segundo semestre de 1896 movimentou os políticos para a organização das chapas para as eleições federais e estaduais. Na Câmara Federal seria para eleger os candidatos que comporiam a 3ª legislatura (1897-1899) e na estadual para a 4ª (1897-1898). Luiz Viana presidiu essas eleições, influenciando na organização da chapa do seu partido, do qual era um dos chefes. Nessa ocasião enfrentou a direção do partido a nível nacional, então chefiado pelo general Francisco Glicério, que queria a exclusão de Rui e Seabra da chapa em confecção. Viana manteve-os na chapa e estes saíram vitoriosos. (Cf. Antônio Aragão, *A Bahia e os seus governadores*, p. 123; Bulcão Sobrinho, *Relembrando...*, p. P. 49).
- (6) Expressão usada para designar um lugar alagadiço com pastagens. (cf. Seguíer, *Dicionário Prático Ilustrado*, p. 140).

21 - O ano de 1897 trouxe a cisão do Partido Republicano Federal, que se concretizou em 25 de junho de 1897. Um grupo apoiou a política desenvolvida por Prudente e o outro seguiu a orientação de Francisco Glicério. A organização político – partidária na Bahia sofreu influência das mudanças a nível federal. Os principais assuntos da carta são: o jornal oficial do partido Constitucional (*O Republicano*), os últimos momentos da guerra de Canudos e sua opinião a respeito. A sucessão presidencial estava perto e a 30 de setembro a ala oposicionista apresenta Lauro Sodré como candidato e a governista aponta Campos Sales.

Camuciá, 3 de Agosto de 1897

José Gonçalves

Vou amanhã a capital rapidamente, e naturalmente não havendo tempo de escrever-te dali, levo no bolso esta carta para deixar em Alagoinhas e seguir na mala de sexta feira.

Em 27 do passado foi que recebi tua carta enviada de 9 porque falhou uma mala do correio na semana atrasada. Pouco tenho lido os jornais por falta de tempo, apenas os telegramas e ha 3 dias o *País* do mês findo, que tem artigos soberbos. *O Republicano* recebo, como os assinantes do meu conhecimento, com muita irregularidade e números truncados. Estou cansado de reclamar ao Reis Magalhães. Canudos é a questão do dia que preocupa todos os espíritos lúcidos. Antônio Conselheiro está provando ter tido grandioso auxílio pois não lhe falta armamento moderno, munições, víveres, e povo(1). Os bandidos batendo-se como feras, e abrindo claros no exército, que vai perdendo os seus mais distintos oficiais e bravos soldados (os fracos tem desertado em grande número).

O general Oscar quase cercado e sem víveres, munições. Quando para recebe-las necessita de voltar uma brigada 16 ou 18 léguas para comboia-lá e de baixo de novo fogo. O plano do Oscar é seguro e prudente, tomar a posição de assalto arrisca-se a força a explosão de Minas, que no momento do desespero farão recuar(2). Noto em tudo uma morosidade injustificável(3); a brigada do Girard chegou a Bahia no dia 19 e a 28 apenas havia chegado a Queimadas o 24(4). A vitória é certa, conto com ela, mas o sacrificio de vidas e de dinheiro enormissimo. Li no *Diário* de 28 o telegrama sobre a vinda do ministro da Guerra e de novos batalhões; é que reconheceram tarde a gravidade da situação(5). O comandante da Vitória, esbofando-se nos auxílios para justificar a sua inocência. Homem perverso(6). Quiseram envolver-te como fornecedor, são baixos como a estatura do perverso que os dirige(7).

Há 4 ou 5 anos era eu tido por sanguinário, malvado, rancoroso pelo fato de esforçar-me para dar-se caça ao bandido, em quanto era tempo e hoje...Disto não me esqueço nunca, e se fosse perverso devia estar rindo-me da santidade dos que reduziram este estado a vergonha que testemunhamos(8).

Então o Glicério não respondeu ao telegrama do diretório(9)? Realmente isso é estranhavel, mas como o Filgueiras está todo dedicado a ele, que responda. Ele pense que vai ele perdendo terreno (pelos telegramas que leio), é certo que muito tem especulado para isola-lo.

O Prudente está a frente do partido sem reboço, e fará a eleição do seu substituto a baioneta(10), como acabam de praticar em Campos.

Falta-nos no Exército um Floriano(11) e harmonia de vistas de modo que, a meu ver, este martírio se prolonga por muitos anos.

Acabada a guerra de canudos, El-Rei trancará *O Republicano* e levará tudo a relho(12). O Castilho parece não querer a candidatura, realmente ele e o Lauro estão no caso(13), e contam com melhores elementos do que o Quintino.

Continuo muito entristecido com a tua pertinência em não querer fazer parte do diretório, e não te admiras se no momento retirar-me de tudo. Cogito até de mudar-me e de entregar aos filhos(14) o que é deles hoje e no futuro, aqui não me está bem ficar, e como estou habituado a passar mal dar-me-ei bem fora do país. O que me amargura o coração é tua comadre sempre adoentada, e bem criada, mais se a vida é isto mesmo?!..

Joãozinho há poucos dias teve uma cólica (2ª vez) da qual felizmente escapou, a de vir comigo para fortalecer-se. D. Jesuína continua a penar e a filha sem poder sair...Deus nos valha. O teu Cazuzinha ainda está na Europa? Avalio o teu sofrimento e sacrifício na capital, tantos meses, com certeza vais recuperando as forças nesse delicioso clima, e assim Elvirinha. Vai completar 4 anos que aí estive com o nosso Augusto Guimarães e Bahia. Accita com D. Milu, Elvirinha, Mel Torres, Gabriel, teus filhos, e netos nossas saudades, a todos muita saúde e felicidades.

Teu compadre amigo pelo coração

C. Dantas Martins.

(2 folhas – 4 páginas de texto)

Camuciata, 03/08/1897

- (1) A oposição acusava o governador Luis Viana de fazer vistas grossas ao grupo de Antônio Conselheiro na zona do sertão, para criar pânico entre a população, evitando, assim, que os políticos oposicionistas, tivessem controle sobre as eleições locais. Além disso, a inferioridade das primeiras tropas enviadas pelo governo do estado para combater Canudos deram margem a roubos de armas usadas pelas guarnições oficiais por parte dos conselheiristas.
- (2) Com a derrota da terceira expedição comandada pelo coronel Antônio Moreira César, foi organizada nova e poderosa expedição para debelar os sertanejos. O comando coube ao general Artur Oscar. Queimadas foi escolhida para a primeira “base de operações”. Inicialmente foram convocados dezessete batalhões que vieram de diversos pontos do território nacional ou que já se encontravam nos locais de operações, assim como contingentes das armas de artilharia, cavalaria e engenharia. Para a execução do plano de luta foram constituídas duas colunas. Monte Santo tornou-se a segunda base de operações. A primeira coluna seguiu a estrada Monte Santo/Rosário/Canudos e a segunda atacaria por Aracaju/Jeremoabo/Canudos. Ficou estabelecido que as duas colunas se encontrariam no dia 27 de junho em Canudos, no morro da favela, para o ataque sobre o arraial de Canudos. Os sertanejos enfrentaram as tropas antes do encontro das duas colunas. Logo a seguir resolveu-se preparar o assalto de 18 de julho. As duas colunas já estavam unidas. Os sertanejos resistiram e submeteram os soldados a fogo incessante. Até 29 de julho as tropas tiveram mais de 2.500 baixas entre mortos e feridos. Tornava-se necessário o envio de novos reforços. (José Sampaio Neto, *Canudos Subsídios...*, p. 540).

- (3) Os oposicionistas de Luis Viana sempre o acusaram de não agir com a rapidez necessária para reprimir os ofensivos dos conselheiristas. Desde a derrota de Masseté, depois passando pela omissão em Serrinha, até as ajudas das tropas federais, o governo foi considerado pela oposição como lento e omissivo.
- (4) O primeiro reforço as tropas do general Artur Oscar, foi a da brigada Girard, formada de três batalhões.
- (5) A medida que o tempo passava a situação foi se tornando cada vez pior. Os últimos resultados desastrosos e a preocupação geral da população brasileira fizeram com que o governo federal enviasse para o campo da luta o próprio ministro da guerra marechal Carlos Machado Bittencourt que estabeleceu seu quartel general em Monte Santo.
- (6) Luís Viana no decorrer da guerra nunca olhou com bons olhos as intervenções federais nas lutas contra Canudos. Até se indispor e cortou relações com seu amigo general Solon pela insistência deste em enviar forças federais em auxílio das combatidas tropas estaduais, com isso o governo foi sofrendo derrotas e quando Luís Viana decidiu apelar para a colaboração do governo federal, Canudos já tinha tomado dimensões gigantescas. (cf. Consuelo Novais, *Canudos: O Jogo das Oligarquias*, na *Revista da Academia de Letras da Bahia*, nº 40, 254).
- (7) Os líderes dos partidos dominantes (Constitucional e Republicano) trocaram acusações durante todo o período da guerra de Canudos. Segundo Consuelo Novais Sampaio, o que estava por trás de todas as acusações e disputas era o desejo dos chefes políticos de se manterem no poder, dando continuidade às “práticas personalísticas” de fazer política dos poderosos da época. (cf. Consuelo Novais, ‘Canudos: O Jogo das Oligarquias’, na *Revista da Academia de Letras da Bahia*, nº 40, p. 242-243).
- (8) O barão de Jeremoabo, após a derrota da força policial em Masseté, comandada pelo tenente Virgílio de Almeida, pediu que fosse enviada 100 praças para perseguição ao conselheiro. Devido a isso, foi tachado pela oposição de “violento, inquieto, sanguinário por querer o desagravo e punição em cumprimento da lei com pequeno sacrifício de dinheiro e de vidas.” (cf. Barão de Jeremoabo, Antônio Conselheiro, *Jornal de Notícias*, 04/03/1897).
- (9) Em 1897, os partidos Republicano Federal e Republicano Constitucional se reorganizaram influenciados pelas mudanças partidárias a nível nacional. A 25 de junho de 1897, dia da convenção do Partido Republicano Federal, ocorreu a cisão. O grupo de Luis Viana (PRF) ficou com Prudente de Moraes e o de Gonçalves (Constitucional) aproximou-se da ala de Glicério. Sempre que podiam atacavam Prudente e Viana através do jornal *O Republicano*. (cf. Consuelo Novais, *Partidos Políticos...*, p. 43).
- (10) Prudente de Moraes ficou na ala do Partido Republicano Federal. A convenção do partido foi marcada para 10 de outubro de 1897, e nela indicou-se Campos Sales e Rosa e Silva como seus candidatos a presidente e vice-presidente da República. (cf. Consuelo Novais, *Partidos Políticos...*, p. 43).
- (11) Floriano Peixoto governou o país assumindo uma postura ditatorial, foi cognominado de Marechal de ferro.
- (12) A vitória sobre Canudos fortaleceu o governo estadual que vinha sofrendo da oposição acusações de conivência com o movimento. O grupo Vianista uniu-se a ala governista federal e comemorou a vitória sobre Canudos que lhe deu tranquilidade para governar, sem a ameaça insistente da oposição. (cf. Consuelo Novais Sampaio, “Canudos: O Jogo das Oligarquias”, na *Revista da Academia de Letras da Bahia*, nº 40, p. 255).

- (13) Lauro Sodré e Fernando Lobo foram proclamados, respectivamente, candidatos à presidência e vice-presidência da República, pela ala oposicionista do Partido Republicano Federal, na convenção de 30 de setembro de 1897.
- (14) Os filhos do barão, João e Antônio da Costa Pinto Dantas, além de terem herdado as propriedades do pai, 32 fazendas para cada um, tiveram também, como legado o poder político do barão no nordeste da Bahia. João foi intendente de Itapicuru, deputado estadual, deputado federal e senador estadual e Antônio foi deputado estadual e federal, ambos Sempre eleitos pelo nordeste do Estado.

22 - 1899 foi o último ano de governo de Luís Viana. Na presidência do país estava Campos Sales. Jeremaobo participou de sua última campanha política. Convidado pela "Concentração Republicana" para candidato a uma cadeira do Senado federal, apesar da relutância, aceitou. O resultado das urnas foram negativos. Os assuntos políticos predominam: a política dos governadores, sua opinião a respeito de diversos artigos da constituição, críticas ao governo de Luís Viana, estratégia política para eleições estaduais e sua divergência, de ponto de vista ideológico, com José Gonçalves.

Bahia, 13 de Março de 1899

José Gonçalves

Escrevi-te em 20 do passado, e a 9 deste recebi tua carta de 25 devolvida do Rio.

Chegamos na manhã de 3 e passamos sem alteração, menos tua comadre que, tendo passado muito bem no Mar Grande, está abatida e muito constipada, tendo tido febre, e atribuo isso ao excesso de trabalho não só em casa com a mudança e arrumação dos trastes da rua de Baixo(1) para esta casa de Roma(2), onde estamos instalados.

Amanhã vou ao Camuciá para estar de volta no dia 25, depois irei ao Regalo, para então levar a família para o Camuciá, melhorando a estação, que continua ruim, como sabes. Este é o programa cuja execução depende de Deus.

Meus netinhos estão gordos e espertos, e minha nora está boa. As tuas notícias sobre a nossa desgraça estão de acordo com as que acabo de receber pelo José Américo, que chegou do Massacará, e cartas de Totônio e de outros. Ha lugares que continuam secos, e consumindo-se o resto da criação, e os em que choveu o verde incipiente tem desaparecido a falta de repetição das chuvas. A terra está muito seca e precisa de muita água. No Camuciá a maldita lagarta devorou tudo. O Bom Conselho liquidase. A carestia dos gêneros continua, e por muito tempo, no entanto fora daqui, e até aqui, diz-se que tem chovido muito e que melhoramos de situação! Foram as impressões que trouxe do Rio! Se recebeu ali a tua lembrança teria lido relações dos jornais; não me ocorreu isto pelo pouco caso que fazem de nós; ali conhece-se a capital e o sul da união, unicamente. Lembra-te que no império as pequenas províncias eram burgos podres hoje, na república é todo o norte(3) e ficas certo que, com este regime, não há possibilidade de melhoramos dentro da lei. Os estados são fazendas dos governadores(4). O desânimo é tal que todos reconhecem o mal, mas ninguém se atreve a protestar; vivemos humilhados e indiferentes a tudo, confiando no tempo e na divina providência!

Voltei, como te disse, completamente desiludido; o nosso povo não compreende a supremacia deste regime federativo(5); precisamos, para manter a república, de reformarmos a constituição(6). Magistratura unitária(7), governadores eleitos na lista tripartite e escolhidos pelo presidente da república (como os senadores antigos) (8) extinção do cargo de vice-presidente(9), e regime parlamentar(10) que está nos hábitos do povo. Sei que a nossa constituição é libérrima e excelente o regime ainda não se executou, nem se executará, e não vejo meio de executá-la. Os homens são os mesmos.

Asseguro-te – o mal-estar é geral, e de boca em boca a expressão é esta “isto não pode continuar, venha o que vier não pode ser pior!! Somente os comedores estão contentes”.

O régulo desta aldeia(11) passa pelo primeiro estadista e é apontado como sucessor do Campos Sales(12)! Está se assenhorando do estado, como sabes, e milionário!!

Jogando com verdadeira astúcia para engasopar a todos; telegramas ao Quintino, ao Ruy, ao Campos Sales e Prudente..

Parece estar assentada a exclusão do Manuel Vitorino pelo R.G. do Sul, lugar que foi oferecido pelo Castilhos e com insistência ! Quer dizer isto que cada um trata de si e de salvar-se! E nós com quem contamos? Se houvesse partido sucederia isto? E como have-lo se cada estado cuida de si(13)?

O nosso Filgueiras está animado e Deus permita que não se iluda. Quer fazer uma reunião do partido para atestar que ainda vivemos (acho muito conveniente isso) (14) e projeta apresentar chapa para todos os distritos elegendo-se os nossos candidatos com a mesma lisura e liberdade eleitoral dos candidatos adversários; o plano é excelente, a escolha será feita pelo congresso, último eleitor, só precisamos de conhecer a feição da atual seção para saber se devemos entrar nesta empresa; penso assim(15). O ano é climatérico e a oposição ao Campos Sales será nula; a seção seguinte sim, se antes não vier o dilúvio...

O Teles volta ao R.G. do Sul depois de tanto barulho e pelo último telegrama. O Savaget (íntimo do Teles) foi substituído no comando do distrito!! Parece que o governo tomou as cautelas precisas, isto devia ser desde o começo. O Valadão retirou o pedido de reforma e seguiu para o sul.

Se vivesses fora do lar, reconhecerias de fato a tua inocência quanto a esta ordem de coisas; entre bandidos não se pode ser platônico; defendes com ardor a sua doutrina republicana mas os republicanos atuais não aceitam; e devemos ficar eternamente condenados? Aí a nossa divergência. Precisamos sair desta situação, ou então submeter-nos submissamente ou mudarmos do país (do que já cogito).

Precisa de vir a esta cidade, e aproveita a vinda dos meninos para o colégio. Tens casa (está) com muitos cômodos, se bem que ainda muito estragada.

Sobre as misérias do nosso povo vou ler ao Augusto Viana os períodos da tua carta. A Imprensa transcreveu a resposta dele ao *Correio*, que continua a desmenti-lo. O regulo não admite contestações de espécie alguma; vivemos no melhor dos mundos, e as providências em auxílio dos míseros famintos jamais se fizeram esperar; o governo é paternal e viva! Tudo isso condiz com a nossa humilhação.

Tenho me explanado tanto confiando no Aníbal que me consta seguir hoje; vi-o rapidamente quando chegou e vou procurá-lo para dar esta carta e um cartucho com semente de feijão japonês(16). Trouxe pouca porque não pude obter maior quantidade, mas serve, a vista do rendimento, que dizem ser espantoso, para a semente. Vi 2 pés em um jardim; uma qualidade. Cresce, como o feijão de corda, e precisa de ser amparado por varas para enramar, outra é rasteira. Dizem ser gostoso; o caroço é miúdo. A semente que tenho (a que só tirei por ser para ti) só depois de plantada conhecerei se é rasteira ou não. Sabes donde obtive-a? Do Jabuticabal! Talvez 2 quilos. O Moura Brasil está prestando grande serviço a agricultura pelo qual é fanático; senti profundamente não ir a fazenda dele, como estava assentado. Quando devia ir caiu de febre sua filha e teve ele de trazê-la para o Rio, nisto aproximou-se o nosso regresso e não havia mais tempo, pois não podia demorar-me mais não só pelo calor sufocante como pelas despesas, já estando a minha doente restabelecida.

Desculpa o desalinho e a pressa com que estou escrevendo. Aceita com os teus nossas saudades e gozem saúde do

Teu compadre e amigo do coração

C. Dantas Martins.

(4 folhas – 6 páginas de texto)

Papel de carta com o monograma do barão: “BG”.

Bahia, 13/03/1899

- (1) A rua de Baixo era a atual Carlos Gomes.
- (2) O barão de Jeremoabo apesar de residir em seus engenhos Regalo e Camuciá, tinha casa em Salvador para passar temporadas. Primeiro comprou casa na rua de Baixo, depois se mudou para o largo de Roma.
- (3) São Paulo e Minas, os estados mais populosos, passaram a dirigir a política nacional. O Rio Grande do Sul conseguia manter seu prestígio. Logo abaixo, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro completavam o quadro dos chamados “grandes estados”. Os demais eram considerados “pequenos estados” e giravam em torno dos maiores. (cf. Mendes Jr. *Brasil História*, p. 203).
- (4) A fim de obter o apoio dos representantes dos estados no congresso nacional, estabeleceu Campos Sales a denominada “Política dos Governadores”, que consistia no seguinte: o governo prestigiaria o reconhecimento dos deputados e senadores federais indicados pelos governantes dos estados ou pelos partidos locais dominantes, e estes, em troca, o apoiariam em torno dos assuntos relativos a política geral do Brasil. Essa política ocasionou a formação de várias oligarquias estaduais e o predomínio político dos dois estados mais ricos e populosos, Minas e São Paulo. (cf. Mendes Jr. *Brasil História*, p. 198-200).
- (5) Pela constituição de 24 de fevereiro de 1891, o Brasil passaria ser constituído por uma federação de vinte estados, aos quais foi concedida ampla autonomia, econômica e administrativa.
- (6) A 1ª constituição da República inspirava-se nitidamente no modelo constitucional norte-americano, com fortes características federalistas e presidencialistas. Defendia a autonomia dos estados; a universalidade do voto. Manteve o presidencialismo. “ Os membros do congresso nacional (deputados e senadores) seriam eleitos diretamente pelo povo, com a diferença, porém, de que a representação dos estados e do distrito federal seria igual no Senado – três senadores para cada um, durando o mandato dos mesmos nove anos – e proporcional à população na câmara, onde o mandato era de três anos. Em suma, uma constituição de espírito liberal, muito presidencialista, federal e democrática, mas que na prática não foi autêntica por estar envolta por um presidencialismo autocrático associado as oligarquias regionais.” (cf. Hélio Viana, *História do Brasil*, v. 3, p. 160-162).
- (7) O Supremo Tribunal Federal era o órgão superior do poder judiciário , composto ainda de juizes federais, sendo mantida a instituição do júri. (cf. Hélio Viana, *História do Brasil*, v. 3, p. 162).

- (8) A escolha dos governadores pelo presidente da República fazia parte da política de troca instituída por Campos Sales, ou seja, o presidente escolhia o nome indicado pelo governador e em troca este dava apoio irrestrito ao presidente no congresso nacional, através da bancada estadual. No caso da Bahia, por exemplo, Severino Vieira deixou a pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas, para assumir o governo do estado, por indicação do presidente da República. Agindo assim, Campos Sales atingiu o seu objetivo (dentro dos moldes da política dos governadores), escolhendo o candidato que encabeçava a lista enviada por Luís Viana. (cf. Eul-Soo Pang, *Coronelismo e Oligarquias*, p. 84-87).
- (9) Esse era um desejo que o barão queria ver realizado mas que na prática não se concretizou. A constituição não extinguiu o cargo de vice-presidente.
- (10) Tomando como exemplo a Inglaterra, modelo de parlamentarismo, disse A. Koulicher que quatro são na realidade as suas constituições, “ a simbólica (dos signos), a legal (dos textos), a convencional (das concessões), a existente (dos hábitos)... (cf. A. Koulicher, In *Archives de Philosophie du droit*, n°s 3-4, p. 480-529).
- (11) Refere-se ao governador Luís Viana.
- (12) Luís Viana muito desejou suceder Campos Sales na presidência da República. Durante a vigência de seu governo fez uma viagem ao Rio de Janeiro, que a todos dizia que era a passeio, mas que no fundo tinha objetivos políticos: aproximar-se mais dos poderosos da política nacional, para se candidatar a presidência. Seu objetivo não foi alcançado e seu nome não foi cogitado. (cf. Antônio Aragão, *A Bahia e seus governadores...*, p. 125-132).
- (13) Júlio de Castilhos, em 15 de agosto de 1897, sucedeu Borges de Medeiros, no governo Rio Grandense. A preocupação do Castilhismo era manter a autonomia do seu estado, dentro da lógica do sistema da “política dos governadores”, sendo, assim, não rompeu com Campos Sales, e manteve junto com os estados de São Paulo e Minas a hegemonia política nacional, não dando apoio aos outros estados e os representantes deles. (cf. Pedro Calmon, *História do Brasil*, p. 2.052).
- (14) O Partido Constitucional estava na oposição, tanto a nível estadual, como federal, pois na cisão do Partido Republicano Federal (1897), apoiou a facção Glicerista contrária a Viana, Prudente de Moraes e seu sucessor Campos Sales.
- (15) No ano de 1899 ocorreram as eleições para a sucessão do governador Luís Viana, a eleição para o lugar de senador federal, vago com a termino do mandato de Virgílio Damásio e a preparação para a renovação da Câmara Federal e o terço do Senado que se daria em 1900. Naquela época não existia ainda a Justiça Eleitoral. A última e decisiva etapa das eleições transcorria no próprio congresso recém-eleito. Uma comissão de reconhecimento de poderes, formada por cinco membros nomeados pelo presidente interino da câmara, após examinar as listas enviadas pelas juntas apuradoras, reconhecia ou não os nomes apresentados como vencedores. (cf. Pang, *Coronelismo e Oligarquias*, p. 34).
- (16) O feijão japonês chama-se Azuki e o seu caroço é vermelho. O sabor é semelhante ao da semente nacional.

23 - Quando esta carta foi escrita a situação político – partidária da Bahia já tinha mudado. Em 15 de abril de 1901 um novo partido havia sido fundado: o Partido Republicano da Bahia. Com o surgimento desta nova agremiação, liderada pelo então governador Severino Vieira, o poder político começa a mudar de mãos. O grupo vianista passa a ser desprestigiado, com a cisão de Severino e Luís Viana, e os políticos que faziam oposição ao ex-governador voltam a ter força política. É nesse contexto que Jeremoabo escreve a Gonçalves dando notícia da movimentação política na capital.

Bahia, 8 de Outubro de 1902

José Gonçalves

Escrevi-te em 28 do passado, cheguei aqui na tarde de 2 e pretendo regressar no próximo sábado pelo Regalo. Segue amanhã em visita ao Lago o dr. Adriano Gordilho com a família e será o portador desta até o Jaguarary. Apesar da minha intimidade e prestígio, como disse-te o Filgueiras(1) (que está no Rio em serviço da advocacia administrativa) em relação ao dr. Severino não pude incluir na chapa do meu distrito um só amigo(2). E o que mais surpreendeu-me foi o invento da candidatura do Carlos, filho do Benardino Viana, em teu nome. Duvidei, mais o próprio Severino disse-me que o Carlos tinha resposta tua afirmando trabalhar para ele, se fosse incluído na chapa; calei-me. Ao Severino sempre acrescentei que se tu me ouvisses apresentava-o por outro distrito pelo fato que ignoras, de humilhar-me votando no filho de um rico usurário e imprestável (antítese do irmão) que usou-me uma casa vazia em Monte por pouco tempo, para minha nora, que estando mal tinha de sair a toda pressa por conselho médico. Conservo esta vifania e, por estas e outras, sou mau sujeito. De ha muito observo que sou o alvo das odiosidades dos amigos velhos e dos adversários, e se ainda estou nesta terra é por amor a saúde de tua comadre(que no clima do sul abreviará os dias, e no do norte exponho-me as secas e a falta absoluta de garantias, até de vida. Conservar-me em casa, depois que me arrancaste do ostracismo, envolvendo-me na luta, é o que desgraçadamente repele o meu temperamento(3), o recurso, portanto, é exilar-me seja para onde for. Intrigam-me com o Severino, Filgueiras, Virgílio, Domingos Guimarães. Avalias os Sátiros e quejandos. Dou-me bem no Patamuté, e tua comadre também; comprei a Lagoa da Vaca com a intenção oculta de mudar-mos para ali, mas, nas 2 temporadas em que estivemos nela vi que não me deixavam, e a lida seria a mesma; perdi o alvo, só me voltando para bem longe, Deus não me desampare é o que suplico. Conheço o excelente regime que temos. Crês ou morres. Sempre te disse que apoiava o governo do Dr. Severino por ser antítese do Viana que...até quis assassinar-me. Moralidade e tolerância não podemos negar ao atual governo; confiança não se impõe e eu sou tido como espírito absorvente, brigador, ruim em suma(4). Não posso lutar desde que proclamo a moralidade e tolerância do governo; seria um desprecitado e ambicioso e vulgar ao fim da vida; assim o recurso é mudar-me quando vistes a ... do Glicério ? Não me contentavam, assegurando ser ele homem morto? Só o que desejo é que a lição aproveite-lhe. Até este momento (11 do dia) ignoro os deputados do distrito. O dr. Severino ontem e ante – ontem esteve adoentado, no aposento, Joãozinho não pode convence-lo, voltou hoje e provavelmente trás os nomes dos deputados. Talvez a chapa esteja viajando. Ouvi que ele ou

Totônio faziam parte dela(5), e não me oponho pelos motivos que, me recordo, disse-te há tempos. São moços, jovens não conhecem o bom regime.

Creio que o Pinho será o presidente do Senado. O Artur é reeleito(6).

Visitas a D. Mílú e a teus filhos, genros e netos. Dispõe do teu

Compadre e amigo

C. Dantas Martins

(1 folha – 2 páginas de texto)

Bahia, 08/10/1902

- (1) A “Intimidade e prestígio” que Leovigildo Filgueiras diz que o barão tem com Severino Vieira se deve à amizade de Severino com José Joaquim Ribeiro dos Santos, sogro de João da Costa Pinto Dantas, filho mais velho do barão de Jeremoabo. Segundo tradição familiar, Severino Vieira almoçava na casa de Ribeiro dos Santos (rua do Passo, nº 50), quase todos os dias. Quando queria tomar vinho dizia em tom de piléria “ O peixe quer nadar”. Seu apelido na intimidade era “Espia Maré”. (cf. Jesuína da Costa Pinto Dantas de Carvalho, Depoimento em junho de 1993).
- (2) Eleição para composição da 7ª legislatura estadual (1903-1904) e a 5ª federal (1903-1905). Esta se realizaria a 18/02/1903.
- (3) O barão durante o governo de Luís Viana esteve politicamente por baixo. O Partido Republicano Constitucional, do qual fazia parte, não conseguia eleger seus representantes para a câmara estadual e federal, por ser oposição. Com a posse de Severino Vieira no governo do Estado e a posterior cisão do Partido Republicano, as facções vianistas e severinistas se enfrentaram abertamente. O grupo de Luís Viana foi afastado do governo e criou-se o Partido Republicano da Bahia, que passou a acomodar, em suas fileiras, os elementos oposicionistas do governo de Luís Viana. (cf. Pang, *Coronelismo e Oligarquias*, p. 84-88).
- (4) Dantas Júnior, neto e biógrafo do barão de Jeremoabo, descreve seu temperamento: “ Era senhor de um temperamento vibratil e às vezes explosivo, mas, como sempre acontece a pessoas de semelhante constituição, possuía um sentimentalismo extraordinário. No acêso da luta era, realmente terrível, mas passada a refrêga, saindo vencedor, estava tudo esquecido, e era capaz, como deu muitas provas de oferecer a mão ao adversário vencido, para ajudá-lo a subir. Não perdoava, porém , nunca, uma traição; mas, frequentes vezes, indulgenciava um ingratidão. Na intimidade, Jeremoabo era brincalhão. Fazia suas pilhérias e apreciava e gozava as que faziam com outros, às vezes mandadas por ele. Não admitia, porém, gracejo, anedota ou conversa que tangeiasse, mesmo de longe, para a licenciosidade. (cf. Dantas Júnior, *O barão de Jeremoabo...*, p. 34 e 40).
- (5) João da Costa Pinto Dantas foi deputado estadual pela primeira vez no período da 6ª legislatura (1901-1902) e Antônio da Costa Pinto Dantas no período da 7ª legislatura (1903-1904). (Dantas Júnior, O cap. mor..., na *Revista do Inst. Genealógico da Bahia*, v. XV, p. 90 e 103).
- (6) A reeleição de Artur Rios para o Senado Federal não foi tranquila pois Severino Vieira não quis apoiá-lo. Devido as pressões de diversos políticos, resolveu ceder a sua candidatura mas com a condição de que ele fizesse uma declaração a imprensa de apoio ao seu governo e a sua orientação política. (cf. A. Aragão, *A Bahia e seus governadores*, p. 148).

ANEXO III
ALGUMAS NOTÍCIAS BIOGRÁFICAS DE PESSOAS CITADAS NAS CARTAS



Da esquerda para direita Antônio Martins Fontes,
primo do barão de Jeremoabo pelo lado materno,
barão de Jeremoabo, Ana Adelaide Ribeiro dos
Santos Dantas e João da Costa Pinto Dantas. Foto
ABJ, 1900.

ADELAIDE DE CASTRO ALVES GUIMARÃES. Filha do Dr. Antônio José Alves e D. Clelia Brasília da Silva Castro. Casou-se em 29/11/1873, com Augusto Alves Guimarães, diretor do *Diário da Bahia*. Era irmã de Castro Alves e teve três filhas: Maria Adelaide, Celina e Regina de Castro Guimarães. Os conselheiros de D. Adelaide eram aqueles que junto com José Otácilio dos Santos dirigiam o jornal: Torquato Bahia, Mello Matos, Alfredo de Andrade, Belarmino de Andrade, Anizio Circundes. (cf. Kátia Silva, *Diário...* p. 49-50).

ADRIANO DOS REIS GORDILHO. Nasceu em Salvador a 19 de abril de 1865. Filho de Pedro Alves de Lima Gordilho e Maria da Glória Mello Reis Gordilho. Formou-se em medicina na Bahia em 23 de dezembro de 1885. Casou-se com D. Maria da Glória de Lacerda. Na política foi eleito senador estadual e deputado federal na 13ª (1927-1929) e 14ª (1930-1932) legislaturas. (cf. Osvaldo Gordilho, *Duzentos anos da família Gordilho*, p. 155-157).

AFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEREDO. (Visconde de Ouro Preto). Nasceu em Ouro Preto (MG), em 1836. Formou-se em direito. Era deputado quando, em 1866, foi chamado a exercer o ministério da Marinha no gabinete liberal sob a chefia de Zacarias de Góis e Vasconcelos. Em 1879 foi nomeado ministro da fazenda e, na mesma data, senador. Esforçou-se para equilibrar o orçamento e encontrar novas fontes de renda para o tesouro, inclusive criando um imposto sobre o preço das passagens do bonde, o que por quatro dias gerou grande agitação no Rio de Janeiro, conhecida como a “ revolta do vintém”. Em 1883 foi conselheiro de estado, e em 1888, agraciado com o título de visconde de Ouro Preto. Chamado a presidir o histórico ministério de 7 de junho de 1889, aceitou a incumbência. Tentou facilitar o crédito aos fazendeiros, lutou pela reorganização do mercado de trabalho, trabalhou pela conversão da dívida externa e pelo fortalecimento da moeda. Deposto, preso e exilado com a proclamação da República, só voltou ao Brasil em 1891. Continuou a fazer parte de movimentos monarquistas, colaborou em jornais, exerceu a advocacia e dedicou-se ao ensino. Faleceu em 1912. (cf. Delta Universal, v. 11, p. 5954).

ALEXANDRE DIAS GUIMARÃES. Proprietário da fazenda Buriá, em Vila Nova da Rainha. Deputado provincial na vigésima legislatura (1888-1889). Fazia parte do partido Liberal.

ALEXANDRE LUNA DE ARAÚJO GÓES. Nasceu na cidade de Catú em 28 de março de 1838, casado em 22 de julho de 1867 com D. Maria Joana de Araújo Góis, filha do Dr. Inocêncio Marques de Araújo Góis, barão de Araújo Góis, e de D. Maria Francisca de Abreu Calmon du Pin, e falecido na capital da Bahia em 28 de fevereiro de 1918. (cf. Bulcão Sobrinho, *Famílias Bahianas...*, na revista do Inst. Genealógico da Bahia, nº 7, p. 78).

ALEXANDRE DOS REIS DE ARAÚJO GOES. Nasceu na cidade de Catú e formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi diretor da secretaria da fazenda no governo do dr. José Marcelino de Souza, tendo também, exercido as funções de engenheiro chefe do prolongamento da estrada de ferro da Bahia-Juazeiro e de fiscal das instalações hidro-elétricas do Paraguassu. Casou-se em 20 de julho de 1887 com D. Antônio Pinheiro e faleceu em Salvador, em 27 de março de 1939. (cf. Bulcão Sobrinho, *Famílias Baianas...*, Revista do Instituto Genealógico da Bahia, nº 7, p. 69).

ALFREDO RODRIGUES FERNANDES CHAVES. Deputado geral pelo Rio de Janeiro nas seguintes legislaturas: 18ª (1882/84), 19ª (1885) e 20ª (1886/89). Foi ministro da Guerra, no 34º gabinete (1885/88), chefiado pelo conservador barão de Cotegipe. Foi substituído em 12/02/1887 por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (cf. Ministério da Justiça, *Organizações e Programas...*, p. 221).

AMARO DE LELIS PIEDADE. Farmaceutico. Deputado a constituinte de 1891. Deputado estadual na 3ª e 4ª legislaturas. (1895-1898). Fazia oposição ao grupo de José Gonçalves.

AMÉRICO DE SOUZA GOMES. Deputado provincial na 18ª legislatura (1870-71), onde exerceu o cargo de 3º vice-presidente, e da 20ª a 22ª legislatura (1874-1879). Na 20ª e 22ª foi o presidente da assembléia. (cf. *Diário Oficial*, Edição Especial..., p. 486-487).

ANA ADELAIDE RIBEIRO DOS SANTOS DANTAS. Nascida em 20 de agosto de 1877. Filha do dr. José Joaquim Ribeiro dos Santos, médico oculista, senador estadual , industrial e de d. Jesuina Ribeiro dos Santos. Casou-se em 7 de dezembro de 1895, com dr. João da Costa Pinto Dantas, filho mais velho do barão de Jeremoabo.

ANIBAL GALVÃO DE OLIVEIRA. Era coronel da Guarda Nacional e foi casado com d. Elvira Gonçalves da Cunha e Silva, filha de José Gonçalves da Silva. (cf. *Diário de Notícias*, 16/08/1911).

ANTÔNIO AGRIPINO DA SILVA BORGES. Nasceu na vila de Tucano, a 10 de abril de 1848. Filho de Francisco Borges Ferreira da Silva e Margarida Rocha Viana Borges. Ordenou-se sacerdote a 30 de novembro de 1870 e tomou posse na freguesia de Itapicurú a 19 de fevereiro de 1871. Desempenhou o mandato de deputado provincial em várias legislaturas. Na república foi intendente municipal de Itapicurú e senador estadual. Abandonou sua cadeira em 1895, juntamente com o barão de Jeremoabo, José Gonçalves, Ribeiro dos Santos, Aristides Borges e outros, na ocasião da duplicata do legislativo. Faleceu a 3 de junho de 1906. (cf. Álvaro Dantas, Arquivo do Barão de Jeremoabo, Inédito).

ANTÔNIO BARBOSA DE SOUZA. Natural da Bahia. Bacharel pela faculdade de Recife. Chefe de polícia no governo de Rodrigues Lima, empossado a 12/06/1894. (Waldemar Matos, *História da Polícia Civil da Bahia*, p. 208).

ANTÔNIO CALMON DE ARAÚJO GOES. Barão de Camaçari. Título concedido pelo decreto de 13 de setembro de 1871. Nascido na freguesia de São Pedro de Traripe do Rio Fundo, no município de Santo Amaro, em 7 de março de 1828, sendo filho de Inocêncio Marques de Araújo Góis e de D. Maria Joana Calmon de Aragão. Foi na Bahia vereador no município de Mata de São João no quadriênio de 1873 a 1876; senador à Assembléia Constituinte da Bahia em 1891, senador do estado de 1891 a 1902, sendo 2º secretário do senado em 1891 e presidente em 1895, exercendo nessa qualidade interinamente o cargo de governador de 18 de outubro a 20 de dezembro do mesmo ano. Casado em primeiras núpcias em 27 de outubro de 1856 com D. Rosa Joaquina dos Reis Meireles, nascida na freguesia de Santana do Catu, então pertencente ao município de São Francisco da

Barra do Sergipe do Conde, e atual cidade de Catu, na Bahia, em 1837. Filha de Luís Antônio de Meireles e D. Ana Joaquina dos Reis, e na mesma cidade falecida em 11 de fevereiro de 1858. Casado em segundas núpcias em 24 de junho de 1882 com sua sobrinha D. Jovina Amália de Góis Lucatelli Dória, baronesa do mesmo título, nascida na referida freguesia de Santana do Catu, em 25 de dezembro de 1854, filha de Lino José Xavier Lucatelli Dória e de sua irmã D. Maria Teodora de Araújo Góis, e falecida na cidade do Salvador, em 6 de julho de 1896. Deixou descendência de ambos casamentos. Faleceu na cidade de Catu, em 13 de setembro de 1913. (cf. Bulcão Sobrinho, *Titulares Baianos*, p. 10-11; Bulcão Sobrinho, *Família Bahianas...*, na *Revista do Inst. Genealógico da Bahia*, nº 6, p. 80).

ANTÔNIO CÂNDIDO DA CUNHA LEITÃO. Deputado Geral pelo Rio de Janeiro da 15ª a 16ª legislatura (1873-1877) e da 19ª a 20ª (1885-1889). (cf. Octaciano Nogueira, *Parlamentares do Império*, 546-548).

ANTÔNIO DA COSTA PINTO DANTAS. Totônio. Apelido de Antônio da Costa Pinto Dantas, filho caçula do barão de Jeremoabo. Nasceu no Engenho Europa , Santo Amaro, a 4 de agosto de 1874 estudou no colégio Florêncio e se formou pela faculdade de direito da Bahia, a 8 de dezembro de 1895. Militando na política, foi deputado estadual de 1903 a 1909 e deputado federal de 1909 a 1912. Era coronel da Guarda Nacional. Casou-se a 23 de janeiro de 1904, com sua prima Adalgisa Fiel de Carvalho, filha do dr. Salústio Pereira de Carvalho e Francisca Fiel Dantas de Carvalho; faleceu a 30 de março de 1920, e sua mulher a 11 de julho de 1953. (cf. Dantas Júnior, *O Cap. Mor João D'Antas...*, na *Rev do Inst Genealógico da Bahia*, v. XV, p. 103).

ANTÔNIO GOMES DA SILVA. Era tropeiro do barão de Jeremoabo.

ANTÔNIO LADISLAU DE FIGUEREDO ROCHA. Foi deputado geral pela Bahia na 14ª legislatura (1869-1872), 15ª (1872 – 1875), 16ª (1876 – 1877) legislatura. (cf. Octaciano Nogueira, *Parlamentares do Império*, p. 531 – 532).

ANTÔNIO LISBOA DE SENA FERREIRA. Eleito conselheiro municipal em 12/01/1893, nas primeiras eleições para o cargo de intendente e conselheiros municipais na vila das Qucimadas e seu município. (cf. Lourenço da Silva, *Memória Histórica e Geográfica sobre a Comarca de Bonfim*, p. 183).

ANTÔNIO MARTINS BARBOSA. Deputado estadual da 2ª a 5ª legislaturas (1893-1900). Era correligionário de Luís Viana.

ANTÔNIO PEREIRA GUIMARÃES. Tenente-coronel, foi também diretor da aldeia de Sahy no período de 13/11/62 a 1870. (cf. APEB, *Manuscritos da Seção Colonial e Provincial*, 1845-1889).

ANTÔNIO RODRIGUES DE MEIRELES. Morador de Jeremoabo.

ANTÔNIO SOARES MONTE SANTO. Tenente – coronel e abastado proprietário de terras. Pai de Josefa Soares de Brito e de Fulgêncio Soares. (cf. Dantas Júnior, *Descendência de Francisco Ferreira de Brito...*, na *Revista do Inst. Genalógico Brasileiro*, p. 345).

ANTÔNIO VICENTE MENDES MACIEL. Nasceu em Quixeramobim, em 1830, Ceará. Era filho de Vicente Mendes Maciel. Exerceu várias profissões antes de se tornar beato e pregador. Depois de percorrer todo o interior nordestino, chegou a Itapicuru de Cima (BA), onde foi preso sob a acusação de assassinato. Provando sua inocência, foi libertado e voltou a caminhar pelo sertão. Com a queda da monarquia, manifestou-se contra a república, e retirou-se com os seus adeptos para Canudos, as margens do Rio Vaza-Barris. Aí fundou uma “comunidade Santa” que logo entrou em conflito com os grandes proprietários da região. A situação agravou-se, provocando a intervenção federal (1896/1897). Quatro expedições oficiais foram necessárias para derrotar Canudos. Antônio Conselheiro morreu em 1897, dois dias antes da derrota dos seus homens pelas tropas federais. (cf. Marco Vila, *Canudos...*, p. 19-30).

ARISTIDES CEZAR SPINOLA ZAMA. Nasceu, a 19 de novembro de 1837, na cidade de Caetitê, Bahia. Seus pais eram: Dr. Aristides Zama de Faenza e D. Rita Sofia de Azevedo Spinola. Diplomou-se em medicina, em 1858. Ingressou na política, pelo partido liberal. No império foi deputado provincial e geral pela província da Bahia. Em 1890 foi deputado a constituinte da república e em seguida deputado federal. Nos primeiros tempos da república fundou e dirigiu o “Pequeno Jornal”, órgão de combate. Na cisão do partido Republicano Federalista ficou com os Gonçalvesistas. Faleceu a 21 de outubro de 1906.

ARISTIDES DA COSTA BORGES. Fazendeiro, era filho do tenente José Paulino Borges e de d. Juliana Pereira Borges. Nasceu em Jeremoabo, onde exerceu atividades políticas. Coronel da Guarda Nacional. No império filiou-se ao partido conservador e foi eleito deputado provincial na 24ª (1882-1883), 26ª (1886-1887) e 27ª (1888-89) legislaturas. Na república foi eleito deputado estadual para a 1ª legislatura republicana (1891-1892), havendo feito parte da comissão de regime e processo eleitoral, ao lado do dr. José Gonçalves da Silva e do comendador Laurindo Alves de Oliveira Regis. Foi reeleito para a legislatura seguinte (1893/1894), mas não chegou a exercer o mandato, por haver sido eleito senador estadual (11 de junho de 1893) para preencher a vaga deixada por Manuel Vitorino Pereira, eleito vice-presidente da república. Ocupou o cargo de 1º secretário da mesa presidida pelo barão de Jeremoabo com a duplicata do legislativo (abril de 1895), o senado governista, presidido pelo barão de Camaçari; votou uma indicação (6 de agosto de 1895), considerando vaga a cadeira do senador Aristides Borges, bem como a dos seus companheiros José Gonçalves, Agripino Borges, contra-almirante Joaquim Leal Ferreira, Dr. José Eduardo Freire de Carvalho, conselheiro Moura, barão de Jeremoabo e Ribeiro dos Santos. Faleceu em Bom Conselho, no dia 14 de junho de 1905. (cf. Bulcão Sobrinho, *Relembrando o Velho Senado...*, p. 9).

ARSÊNIO SIMÕES. Promotor em Inhambuçu. Era liberal e acompanhava politicamente o grupo liderado pelo Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, que fazia oposição ao barão de Jeremoabo.

ARTUR CÉSAR RIOS. Nasceu em Salvador, a 16 de julho de 1846. Formou-se em medicina em 1870. Ingressou em 1872, no partido conservador, tendo sido eleito deputado provincial às legislaturas de 1872, 1874 e 1878. Proclamada a república, participou da Assembléia Constituinte. Até 1899 foi reeleito em todas as legislaturas, havendo sido presidente da Câmara dos deputados. Ingressou no senado em 1899. Faleceu a 25 de agosto de 1906. (cf. Antônio Loureiro de Souza, *Baianos Ilustres*, p. 165-166).

ARTUR OSCAR DE ANDRADE GUIMARÃES. General do Exército, comandante do 2º distrito militar do Recife. Foi escolhido para comandar a Quarta expedição a Canudos.

AUGUSTO OLÍMPIO GOMES DE CASTRO. Deputado Geral pelo Maranhão, nas seguintes legislaturas: 13ª a 16ª (1867-1877) e 19ª a 20ª (1885-1889). (cf. Octaciano Nogueira, *Parlamentares do Império*, p. 476-478).

BEJAMIM CONSTANT. Professor positivista da Escola Militar e republicano. Tenente-coronel, ocupou o cargo de ministro da guerra no 1º ministério republicano, no governo do marechal Deodoro da Fonseca.

BENIGNO DANTAS DE BRITO. Bacharel pela academia de direito de Recife. Juiz de direito. Desembargador, nomeado em 1892, pelo Tribunal de Apelação da Bahia. Chefe da polícia das províncias do Amazonas, Espírito Santo, e São Paulo. Intendente do município de Itapicuru no quadriênio 1904-1907, e no biênio 1916-1917. No “Livro de Notas do barão de Jeremoabo encontra-se a seguinte anotação: “Ten. cel. Gonçalo Dantas de Brito, nasceu a 2 de agosto de 1808 e faleceu a 26 de janeiro de 1867, Sábado, com 58 anos, 5 meses, e 24 dias, deixando do seu consórcio com d. Francisca Sergia de Oliveira, nascida a 26 de setembro de 1826, 2 filhos – Dr. Benigno Dantas de Brito, nascido a 21 de agosto de 1845, formado em direito no ano de 69 e D. Celina, nascida em novembro de 1846 e casada com o ten. cel. Daniel de Gois Martins Fontes.” (Barão de Jeremoabo, Livro de Notas... p. 29).

BENÍCIO PENALVA DE FARIAS. Nasceu a 16 de maio de 1847, coronel da Guarda Nacional, casado com Maria Epifânia de Faria, filha de Antônio Simões da Natividade e Ana Joaquina de Jesus. Foi vereador à 1ª câmara municipal de Barracão, hoje Rio Real, autoridade policial no mesmo município e oficial de registro de imóveis em Salvador. Era primo do barão de Jeremoabo. Faleceu em Esplanada, onde residiu, a 20 de fevereiro de 1925. (Dantas Júnior, *O Capitão Mor João d’Antas...*, na *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, v. XV, p. 135).

CARLOS AUGUSTO DA SILVA LEITÃO. Nasceu no município de Pesqueira, Pernambuco, em 4 de novembro de 1868, filho de José Martins Leitão e de D. Emília Magalhães da Silva Porto. Bacharelou-se em direito pela faculdade de Recife, em 1891. Foi deputado estadual da 4ª a 5ª legislatura (1897-1898) e da 10ª a 11ª legislatura (1909-1912). Deputado federal na 8ª e 9ª legislaturas (1912-1917). (cf. Bulcão Sobrinho, *Representantes da Bahia...*, na *Revista do Inst Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 263, p. 73-76).

CARLOS MAIA DA SILVA TELES. Comandou a 4ª brigada, sob o comando geral do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, escolhido por Prudente para comandar a 4ª expedição organizada contra Canudos. Escolheu

o coronel Carlos Maria da Silva Teles para comandar a 4ª brigada, que fazia parte da coluna comandada pelo General Cláudio Savaget. Era natural do Rio Grande do Sul. Participou da campanha federalista do sul, onde destacou-se no cerco de Bajé. (cf. Euclides da Cunha, *Os Sertões*, p. 273-274).

CARLOS RODRIGUES VIANA. Eleito deputado estadual da 7ª a 9ª legislatura (1903-1908). (cf. *Diário Oficial, Edição Especial...*, p. 491).

CÍCERO DANTAS MARTINS. Nascido em 29 de janeiro de 1897, em Salvador. Filho de João da Costa Pinto Dantas e Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas. Doutor pela faculdade de medicina da Bahia, em 15 de janeiro de 1918, tenente da reserva do exército, deputado estadual, vice presidente e presidente da câmara legislativa estadual, deputado federal, governador interino do Estado da Bahia. Casado em primeiras nupcias com Leonor Soares Bahia Dantas e em Segunda com Elza Brandão Correia Dantas. Faleceu em 1981. Era o neto mais velho do barão de Jeremoabo e seu homônimo. (cf. Dantas Júnior, cap. Mór..., na *Revista do Inst. Genealógico da Bahia*, v. XV, p. 91).

CLAUDIO DO AMARAL SAVAGET. Participou da 4ª expedição a Canudos, comandada pelo general Artur Oscar de Andrade que elaborou um plano de ação distinto das outras expedições, tomando como base os ensinamentos advindos dos desastres anteriores. O ataque deveria, a partir daquele momento, partir de duas direções: uma de Queimadas, Monte Santo, e daí chegando ao Belo Monte; e outra, saindo de Aracaju, passando por Jeremoabo e daí até o arraial. Dividiu as tropas em duas colunas, a primeira pelo general João da Silva Barbosa e a segunda pelo general Cláudio do Amaral Savaget. A coluna comandada por Savaget estava composta pela 4ª brigada (Cel. Carlos Maria da Silva Teles), 5ª brigada (cel. Julião Augusto da Serra Martins) e 6ª brigada (cel. Donaciano de Araújo Pantoja). E tinha como adidos da coluna: uma tropa de 50 praças e um corpo de saúde : 3 médicos, 1 farmacêutico. (cf. Euclides da Cunha, *Os Sertões*, p. 273-95; Sampaio Neto e outros, *Canudos: Subsídios para a sua Reavaliação Histórica*, p. 50).

DEOCLECIANO PIRES TEIXEIRA. Nasceu na povoação de Brejo Grande, atual cidade de Ituaçu, na Bahia, em 11 de outubro de 1844, sendo filho de Antônio José Teixeira e de D. Maria Madalena da Silva. Formou-se em medicina pela faculdade da Bahia em 1870. Na monarquia filiou-se ao partido liberal e foi eleito para a legislatura de 188/89. Foi intendente de Caetité de 1892 a 1896. Nas eleições de 5 de fevereiro de 1891 para o congresso constituinte do estado, foi eleito senador. Filiou-se a Partido Republicano Federalista, chefiado por José Gonçalves. Na cisão deste partido em 1893 ficou ao lado de Luiz Viana. Faleceu em Caetité, a 9 de dezembro de 1930. (cf. Bulcão Sobrinho, *Vultos do Passado...*, na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 11, p. 117-120).

DOMINGOS RODRIGUES GUIMARÃES. Nasceu no município de Ilhéus, na Bahia, em 24 de novembro de 1847, sendo filho de Domingos Antônio Rodrigues Guimarães e de D. Virginia Maia da Silva. Bacharelou-se em direito pela faculdade de Direito de Recife, Penambuco, em 1869. Foi candidato ao governo do estado em 1912 pelo P.R.B. contra Seabra. Foi lançado por Severino Viera, em substituição a Araújo Pinho. Proprietário do "Di-

ário da Bahia” em 8 de abril de 1899. (cf. Bulcão Sobrinho, Representantes da Bahia..., na Revista do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 263, p. 66).

EDUARDO PIRES RAMOS. Nasceu em Salvador, em 25 de maio de 1854, sendo filho do desembargador Ângelo Francisco Ramos. Bacharel em direito pela faculdade de Recife, em 1872. No império exerceu os cargos de Promotor Público de Feira de Santana e da capital e de Diretor Geral da Instrução Pública. Proclamada a república, ingressou na política do estado e nas eleições realizadas em 5 de fevereiro de 1891 foi eleito senador do estado à assembléia constituinte. Em 1º de maio foi eleito deputado federal para a legislatura de 1894 a 1897. Foi reeleito deputado federal para a legislatura de 1897 a 1899, e sucessivamente para as de 1900 a 1902 e de 1903 a 1905. Em 15 de abril de 1891, fez parte dos fundadores da faculdade de Direito da Bahia, da qual foi professor catedrático e primeiro diretor. Faleceu no Rio de Janeiro em 15 de maio de 1923.

ELVIRA FIEL DE CARVALHO FONTES. (Vivi). Nasceu a 28 de janeiro de 1867. Casou-se a 2 de fevereiro de 1891, com seu primo Dr. Paulo Martins Fontes. Faleceu em 28 de julho de 1958. (cf. Dantas Júnior, O Cap. Mor João d'Antas..., na Revista do Inst. Genealógico da Bahia, v. XV, p. 100). No livro de Notas o barão registra o nascimento de Elvira e faz uma pequena biografia a seu respeito: “ Elvira, nasceu a 28 de janeiro de 1867, batizou-se em janeiro de 68 no engenho Regalo, sendo oficiante o cônego Antônio Martins da Silva Teles, vigário da igreja Nova, e padrinhos seus tios Barão e Baronesa de Geremoabo. Casou-se a 2 de fevereiro de 1891 com seu primo Dr. Paulo Martins Fontes, e deste consorcio existe um filho de nome Fiel, nascido a 8 de junho de 1893 às 4 ½ h, e em 6 de dezembro de 96 o 2º filho Paulo.” (cf. Barão de Jeremoabo, Livro de Notas, p. 14).

EMÍDIO JOAQUIM DOS SANTOS. Bacharelou-se em Direito. Senador estadual e membro do congresso da constituinte estadual. (cf. Bulcão Sobrinho, Relembrando o Velho Senado, p. 9).

EUSÉBIO DE QUEIROZ COUTINHO MATOSO CÂMARA. Nasceu em São Paulo de Luanda, Angola. Veio para o Brasil aos três anos de idade. Estudou em Minas e Pernambuco, diplomando-se em direito pela faculdade de Olinda (1832). Foi juiz de várias instâncias, chefe de polícia, deputado provincial (1838), deputado geral (1842), ministro da justiça (1848-1852), senador (1854) e Conselheiro de Estado (1855). Como ministro da justiça do ministério do Visconde de Olinda, foi responsável pela elaboração e execução da lei que extinguiu o tráfico de escravos africanos no Brasil em 04 de setembro de 1850.

FIEL JOSÉ DE CARVALHO E OLIVEIRA. Filho do Tenente Coronel Domingos José de Carvalho e Oliveira e D. Ana Francisca da Silveira Carvalho, nasceu a 21 de maio de 1828 na Estância e faleceu a 29 de julho de 1889 em Salvador. Formou-se em medicina, pela faculdade da Bahia, a 18 de novembro de 1851. Ligado pelo casamento a uma prestigiosa família da província (Dantas), fez toda a sua carreira pública naquela capital, exercendo vários cargos de administração e de eleição. Além da clínica particular a que se dedicou, foi também médico do hospital dos Lazáros e do Asilo de Medicina durante doze anos; ajudante de bibliotecário da faculdade de medicina, inspetor da Alfândega, desde 1887; vice-presidente e deputado provincial por diversas vezes. Por uma exceção exerceu, fora da Bahia, o mandato político conferido pela sua província natal, quando o elegeu seu representante na câmara dos deputados durante a legislatura de 1861-1864. (cf. Armindo Guaraná, Dicionário

Bio-Bibliográfico Sergipano, p. 87). Era primo carnal do barão de Jeremoabo e foi casado com uma irmã deste, D. Francisca Dantas da Silveira Carvalho. Além de político foi fazendeiro e entre suas principais propriedades podemos citar: Canudos e Cocorobó.

FLÁVIO GUEDES DE ARAÚJO. Nasceu a 7 de maio de 1863. Era filho de Idelfonso José de Araújo e de Emília Guedes de Araújo. No império foi deputado provincial na 27ª legislatura (1888/89), onde assumiu o cargo de 2º secretário. Na república foi deputado na 1ª e 2ª legislatura (1891-1894).

FRANCISCO DE ABREU LIMA. Coronel do exército. Teve uma participação ativa na política baiana na época da deposição do governador José Gonçalves da Silva. Chegou a Bahia, como emissário do marechal Floriano Peixoto com o objetivo de manter a ordem. No início teve uma participação discreta, mas quando se sentiu mais seguro resolveu assumir o governo baiano. Não obteve apoio: nem dos políticos baianos, nem da imprensa, nem do governo federal. (cf. Antônio Moniz, A Bahia e os Governadores..., p. 70-72).

FRANCISCO MARTINS DUARTE. Natural de Juazeiro, coronel, deputado estadual na 2ª legislatura (1893-1896). (cf. Diário Oficial, Edição Especial..., p. 489-490).

FRANCISCO BELISÁRIO SOARES DE SOUZA. Filiado ao partido conservador, no império, foi deputado geral pelo Rio de Janeiro nas seguintes legislaturas: 14ª a 16ª (1869-1877), 18ª a 20ª (1882-1889).

FRANCISCO DE PAULA NEGREIRO SALÃO LOBATO. Visconde de Niterói. Conselheiro de Estado; senador pelo Rio de Janeiro, nomeado em 1869 e falecido em 1884. (cf. Ministério da Justiça, Organizações e Programas Ministeriais, p. 412).

FRANCISCO REBELLO DE MORAIS. Natural de Jeremoabo, deputado provincial pela 25ª legislatura (1885-1885).

FRANCISCO DE SOUZA DIAS. Nasceu no município de Monte Santo em 03/03/1853. Formou-se pela faculdade de direito de Recife em 1879. Era filho do coronel Joaquim Manuel de Santana Dias e de D. Carolina Augusta de Santana Dias. Foi promotor público da capital, Alagoinhas e Monte Santo e juiz de direito de Bom Conselho, Irará, Jacobina e Feira de Santana. Foi casado em primeiras núpcias com D. Rosa da Costa Pinto, com quem teve os seguintes filhos: Francisco da Costa Pinto Dias, Júlio da Costa Pinto Dias e D. Elvira Dias Pires, casada com o Sr. Ernestino Alves Pires. Do segundo casamento com d. Ana de Oliveira Lima Dias, deixou a seguinte descendência: D. Elvira Dias Wash, casada com o Sr. Eduardo Wash, D. Esther de Oliveira Dias, casada com Sr. Daniel de Oliveira Dias, Alfredo de Souza Dias, engenheiro Mário de Souza Dias e Osvaldo de Souza Dias. (cf. Diário de Notícias, 29/10/1930).

FRANCISCO. Morador de Jeremoabo.

GABRIEL GONÇALVES DA SILVA. Fazendeiro na zona de Senhor do Bonfim, casou-se com Ernestina Gonçalves da Silva, filha de José Gonçalves. (cf. Diário de Notícias, 16/08/1911).

GASPAR DA SILVEIRA MARTINS. Nasceu em Bajé (RS), em 1835. Formou-se pela faculdade de Direito de São Paulo e foi juiz municipal no Rio de Janeiro antes de se dedicar a política. Eleito deputado geral pelo Rio Grande do Sul (1872), destacou-se pela oratória com que combateu os governos conservadores. Com a volta dos liberais ao poder, ocupou o ministério da Fazenda (1878). Foi eleito senador em 1880. Liberal mais anti-republicano, foi designado conselheiro do estado e presidente do Rio Grande do Sul pouco meses antes da proclamação da república. Foi então obrigado a exilar-se na Europa (1889-1891). De volta ao Rio Grande do Sul, envolveu-se nos acontecimentos que culminaram na Revolução Federalista (1893-1895). Faleceu em 1901. (cf. Delta Universal, v. 13, p. 7324).

GUSTAVO CALDAS BRITO. Tenente – Coronel. Membro da família Brito do município de Pombal. Os Britos são parentes do barão de Jeremoabo, pois Maria Josefa da Conceição (tia – avó do barão), casou-se com Francisco Ferreira de Brito, deste casal descendem os Britos de Pombal. (cf. Dantas Júnior, Descendência de Francisco Ferreira de Brito..., na Revista Genealógica Brasileira, nº4, p. 337-350).

HENRIQUE FRANCISCO D'AVILA. Natural do Rio Grande do Sul. Advogado, nomeado senador em 1882. Filiado ao partido liberal. (Ministério da Justiça, Organizações e Programas Ministeriais, p. 416).

INOCÊNCIO MARQUES DE ARAÚJO GÓES JÚNIOR. Nascido em Santo Amaro, na Bahia, em 7 de outubro de 1839. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife em 1860. Foi na Bahia fiscal do Banco da Bahia e Deputado à Assembléia Provincial durante as 14ª e 19ª a 21ª legislaturas, de 1862 a 1863 e de 1872 a 1877, sendo 2º vice-presidente da mesma assembléia em 1872 e presidente em 1874 e em março de 1875. Foi ainda pela Bahia deputado à câmara geral do império, nas 15ª, 16ª, 19ª e 20ª legislaturas, de 1872 a 1877 e de 1885 a 1889; vereador da câmara municipal da capital da Bahia de 1887 a 1889 e presidente de Pernambuco, de 3 de janeiro a 17 de julho de 1889. Em 1888 candidatou-se a senador do império para preenchimento da vaga do cons. João José de Oliveira Junqueira, não conseguindo apesar da grande votação obtida ser incluído na lista tríplice. Proclamada a república foi candidato ao cargo de senador à constituinte do estado em 1891 não logrando ser eleito, dando assim por definitivamente encerrado a sua vida política. Casado em 16 de julho de 1864 com sua prima D. Maria Constança da Cunha Góis, filha de seu tio paterno Dr. Francisco Marques de Araújo Góis e de D. Constança Perpetua da Cunha Menezes, faleceu em Salvador em 3 de abril de 1897. (cf. Bulcão Sobrinho, "Famílias Baianas: Araújo Góis", Revista do Instituto Genealógico da Bahia, nº 6, p.69).

JERÔNIMO SODRÉ PEREIRA. Filiado ao partido liberal, professor da faculdade de medicina e do Liceu Provincial, deputado provincial e geral pela Bahia, e presidente da província de Sergipe, Cons do Império, cavaleiro da ordem da Rosa, serviu na guerra do Paraguai. Foi casado com uma neta do Cons. Dantas, Ana Carolina de Souza Dantas Sodré (Naninha). (cf. Dantas Júnior, O Cap Mor João Dantas..., Na Revista do Inst. Genealógico da Bahia, v. XV, p. 120).

JESUÍNA RIBEIRO DOS SANTOS. Casada com o Senador José Joaquim Ribeiro dos Santos e mãe de Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas, nora do barão de Jeremoabo. Além de Ana Adelaide, D. Jesuína tinha outra

filha que se chamava Isaura Augusta Ribeiro dos Santos Diniz Borges (Zazá), nascida em 19 de fevereiro de 1882, casada em 4 de maio de 1912, com Dr. Otaviano Diniz Borges, filho de José Antônio Borges e Rosa de Lima Borges, falecida em 3 de maio de 1939. (cf. Dantas Júnior, *Algumas Famílias...*, na Revista do Inst. Genealógico da Bahia, nº 10, p. 164).

JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA. Nasceu em Goiana (PE), em 1835. Formou-se em direito em 1858. Em 1861, foi presidente das províncias do Pará e de São Paulo. Após cumprir quatro mandatos como deputado, foi escolhido senador em 1877. Neste ano, tornou-se ministro do império no gabinete do marquês de São Vicente. Ocupou a mesma pasta no gabinete do visconde do Rio Branco (1871-1875). Em 1888, foi escolhido presidente do conselho de ministros e organizou o ministério responsável pela elaboração da lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. Foi Presidente do Banco do Brasil na república. Faleceu em 1919. (cf. Delta Universal, v. 4, p. 2339).

JOÃO DA COSTA PINTO DANTAS. (Joãozinho). Segundo filho do barão de Jeremoabo (a primeira filha faleceu menor e se chamava Maria Dantas Martins), nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 24 de julho de 1873, à rua do Sacramento, nº 4, depois 26, hoje Av. Passos, e foi batizado em Santo Amaro, Bahia. Estudou as primeiras letras em Alagoinhas, e humanidades no afamado “Colégio Florêncio”, em Salvador, e se bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela faculdade de Direito da Bahia, a 29 de novembro de 1895, casando-se a 7 de dezembro desse mesmo ano com Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas, filha do oculista Dr. José Joaquim Ribeiro dos Santos e Jesuína Ribeiro dos Santos. Dedicando-se à agricultura e à pecuária, estabeleceu-se no engenho “Camuciata”, onde sempre residiu. Político militante, gozando de influência no nordeste do estado, ocupou os seguintes cargos: intendente municipal de Itapicurú, 1º de janeiro de 1900 a 31 de dezembro de 1903, de 26 de maio de 1908 a 31 de dezembro de 1912 e no biênio 1922-1923; deputado estadual na Bahia, pelo 5º distrito à 6ª legislatura (1901-1902), deputado federal pelos 5º e 3º distritos, respectivamente, às 5ª e 6ª legislaturas (1903-1908); senador estadual de abril de 1924 a outubro de 1930; deputado federal, de 3 de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937. Faleceu na capital da Bahia, a 25 de fevereiro de 1940 e sua mulher a 16 de novembro de 1959. (cf. Dantas Júnior, *O Cap. Mor João D’antas ...*, na Rev do Inst Genealógico da Bahia, v. XV, p.90-91).

JOÃO DA COSTA PINTO DANTAS JÚNIOR. Nasceu em agosto de 1898 na rua do Passo nº 50. Estudou as primeiras letras no colégio 8 de Dezembro e Ginásio São Salvador. Bacharelou-se pela faculdade de direito da Bahia, a 28 de dezembro de 1918. Casou-se a 23 de julho de 1921, com Maria Mercedes Tourinho Dantas. Herdeiro da tradição política do avô e do pai (João da Costa Pinto Dantas), exerceu diversos cargos públicos, dentre os quais os de: deputado estadual, deputado federal, secretário da fazenda no governo de Otávio Mangabeira, e da Agricultura no governo de Juracy Magalhães. (cf. Dantas Júnior, *O Cap. Mór...*, na Revista do Inst. Genealógico da Bahia, v. XV, p. 92). O barão de Jeremoabo teve 11 netos, mas só conheceu os 4 mais velhos: Cícero e João (acima citados), José da Costa Pinto Dantas e Mariana da Costa Pinto Dantas. .

JOÃO DANTAS MARTINS DOS REIS. Nasceu no engenho Camuciata, município de Itapicurú, a 18 de maio de 1830, casou-se a 11 de fevereiro de 1847, com sua prima Mirena Maria da Silveira Carvalho, filha do coronel Domingos José de Carvalho e Oliveira e Ana Francisca da Silveira Carvalho. Filiado ao partido conservador, do

qual era chefe político na região sul do estado de Sergipe, exerceu diversos cargos nos municípios de Lagarto e Riachão: vereador e presidente da câmara municipal, juiz de paz, suplente de juiz municipal e delegado de polícia. Deputado provincial de 1856-1857, 1860-1861, 1870-1879 e 1882-1887. Ocupou a presidência da assembléia por mais de uma vez; vice-presidente da província, nomeado, em 1 de setembro de 1885, assumiu a presidência de 19 de setembro a 27 de outubro de 1885 e de 5 a 19 de março de 1886. Oficial da Ordem da Rosa, foi, em 25 de março de 1871, agraciado com a comenda da mesma ordem. Em 30 de março de 1872 obteve autorização para construção de uma estrada de ferro de Alagoinhas a Itabaianinha, mas não pode levar a efeito, em vista do governo haver mudado o traçado. Era Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional, em Lagarto, nomeado em 1868. Faleceu no engenho Fortaleza, município de Riachão do Dantas em 14 de outubro de 1890. (Cf. Dantas Júnior, O Capitão Mór, João d'Antas..., na Revista do Inst. Genealógico da Bahia, v. XV, p. 75-76).

JOÃO FERREIRA DE ARAÚJO PINHO. Nasceu em 19 de junho de 1851, no Engenho Fortuna, comarca de Santo Amaro, Bahia. Filho do Dr. Felipe Ferreira de Araújo Pinho, fazendeiro e político do local e de D. Maria Joaquina de Carvalho Araújo Pinho. Ingressou na faculdade de direito do Recife, onde colou grau em 1871. Filiou-se ao partido conservador pelo qual foi eleito deputado provincial sucessivamente nas legislaturas de 1874/75, 1876/77, 1878/79. Em 1876, foi nomeado presidente da província de Sergipe, cargo que exerceu até 1878. Eleito deputado geral para a legislatura de 1881/1884, foi reeleito para 1885/1889. Na República foi um dos cotados para a junta governativa que pretendia assumir o poder com a deposição de José Gonçalves em 1891. Na cisão de 1893, no entanto, tornou-se "gonçalvista" seguindo a maioria dos "nacionais" que se filiaram ao Partido Republicano Constitucional. Em 1903, já no PRB, foi eleito senador estadual. Foi indicado por José Marcelino com candidato do PRB à sua sucessão, fato que determinou a cisão de 1907 entre "marcelinistas" e "severenistas". Sua eleição foi uma das mais disputadas no período da primeira República. Os resultados foram contestados pelos severenistas que apoiavam o nome de Inácio Tosta. Através de uma manobra parlamentar, a situação conseguiu proclamar sua vitória, contudo nunca foi reconhecido pela oposição severenista como governador de direito. Tomou posse no tribunal de justiça em 28 de maio de 1908. Renunciou o mandato de governador em 22 de dezembro de 1911, às vésperas da eleição para a escolha de seu sucessor. Passou o governo a Aurélio Viana, seu segundo substituto constitucional e retirou-se da atividade política após o desaparecimento do seu partido. Faleceu em Salvador, em 23 de julho de 1917. (Cf. Secretária da Cultura e turismo, Revista da Fundação Pedro Calmon, nº 2, p. 163 – 164).

JOÃO FERREIRA DE MOURA. Nasceu no engenho Gameleira, no município de Santo Amaro, Bahia. Seus pais foram o capitão Antônio Joaquim Ferreira de Moura e Maria Luisa da Costa Pinto. Bacharelou-se em direito por Olinda, em 1852. Deputado provincial; 1º vice – presidente da província da Bahia, exercendo nesse caráter interinamente a presidência. Senador Estadual. Deputado à câmara geral do império em várias legislaturas, ministro da marinha, justiça, agricultura. Era primo da baronesa de Jeremaobo. (cf. João da Costa Pinto Victória, Família Costa Pinto, na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 11, p. 22-25).

JOÃO FLORENTINO MEIRA VASCONCELOS. Natural da Paraíba do Norte, magistrado, nomeado senador em 1880. 3º secretário do senado em 1882 e 4º em 1886. Era filiado ao partido liberal. (cf. Ministério da Justiça, Organizações e Programas Ministeriais, p. 415).

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA JUNQUEIRA. Bacharelou-se em direito pela faculdade de Recife em 1851. Filiou-se ao partido conservador e foi deputado geral pela Bahia na 6ª legislatura (1845/47), 9ª (1853/56), 10ª (1857/60), 14ª (1869/72), 15ª (1873/75). Foi nomeado senador em 1873 e faleceu em 1888.

JOÃO MANUEL DE CARVALHO. Nasceu nos arredores de Natal, a 26 de dezembro de 1841, indo estudar no seminário do Maranhão, onde se ordenou no ano de 1865. Assim que regressou à província do Rio Grande do Norte, iniciou a carreira política. Foi eleito deputado provincial e em 1868 exerceu o cargo de diretor geral da instrução. Na imprensa atuou em diversos jornais no Rio de Janeiro. Nas legislaturas de 1873 a 1875 e na de 1886 a 1889, foi eleito deputado geral. Era representante do partido conservador, mas na última legislatura do império se tornou liberal republicano. O padre João Manuel ganhou notoriedade, quando na sessão de 11 de junho de 1889 (dia da apresentação do ministério do Visconde de Ouro Preto), fez um discurso em favor da república, replicado imediatamente por Ouro Preto: “Não se iluda o nobre Presidente do Conselho! Abolida a escravidão, que nos envergonha, é preciso abolir-se a fonte do poder que nos oprime e esmaga, esterilizando todas as fontes de riqueza e estancando todas as forças vivas da nação. Uma coisa é consequência inevitável da outra. Não tardará muito que neste vastíssimo território, no meio das instituições que se desmoronam, se jaja ouvir uma voz nascida, espontânea, do coração do povo brasileiro, repercutindo em todos os ângulos deste grande país, penetrando mesmo nas suas florestas virgens, bradando enérgica, patriótica, intrepidamente: “Viva a República, não! Não e não. É sob a monarquia que temos obtido a liberdade de que gozamos... Viva a monarquia sim” (cf. R. Magalhães Júnior, *O Império em Chinelos*, p. 284-295).

JOÃO MAURÍCIO WANDERLEY. (Barão de Cotegipe). Nasceu em 1815, na Vila da Barra do Rio Grande. Político brasileiro, foi várias vezes ministro e chefe do governo de 1885 a 1888. Formou-se em direito e elegeu-se deputado pela Bahia, pela primeira vez, em 1843. Reelegeu-se, sempre pelo partido conservador, até 1856, ano em que foi escolhido para o senado. Em 1852, ocupou a presidência da Bahia. Foi ministro da Marinha (1855 a 1868), da Fazenda (1865) e dos Estrangeiros (1869, 1875 e 1885). Presidiu o gabinete conservador em cujo governo foi aprovado no senado a Lei dos Sexagenários, também chamada Saraiva-Cotegipe-Dantas, que libertava os escravos de mais de 60 anos. Seu gabinete foi substituído no governo pelo gabinete, também conservador, do conselheiro João Alfredo. No livro de notas do barão encontra-se a seguinte observação: “Barão de Cotegipe, Dr. João Maurício Vanderley, faleceu a 13 de fevereiro de 1889, as 9 horas da manhã no Rio de Janeiro. Nasceu a 23 de outubro de 1815 na fazenda Brejo Grande, comarca do Rio São Francisco. Cobriu-se de luto a pátria e o partido conservador.” (cf. Livro de Notas do barão, p. 42).

JOÃO OLIVEIRA. Afilhado do barão, filho de Balduino José de Oliveira

J. OCTACILIO DOS SANTOS. Foi deputado estadual na 5ª legislatura (1899/1900). Dirigiu o Diário de Notícias após a morte de Augusto Guimarães em 17 de março de 1896. Desde este acontecimento até a 9 de abril de 1899, o Diário ficou sob a sua responsabilidade. (Kátia Silva, *O Diário da Bahia*, p. 49-54).

JOÃO DOS REIS DE SOUZA DANTAS. Nasceu a 6 de janeiro de 1828, no engenho Itapororocas, município de Inhambupe. Casou-se com sua prima Ana Ferreira de Jesus Dantas, filha dos 1^{os} barões do Rio Real. Formado em direito, em 1851, pela academia de Recife, ocupou os lugares de: promotor público de Inhambupe, de 1854 a 1856 e de 16 de junho de 1864 a 24 de junho de 1865; juiz municipal e de orfãos de Tucano e Pombal, nomeado a 23 de agosto de 1856; juiz municipal de Jeremoabo, e de Alagoinhas nomeado para este em 11 de janeiro de 1861. Um dos sustentáculos do partido liberal, na então província da Bahia, teve assento na respectiva Assembléia Provincial da 10^a à 13^a legislatura (1854-1861); à 17^a (1868-1869); e da 23^a à 27^a (1880-1889), ocupando a presidência nas 17^a, 23^a, 25^a e 27^a. Primeiro vice-presidente da província, esteve à frente do governo de 5 de janeiro a 29 de março de 1882. Em Inhambupe desempenhou várias funções públicas, inclusive as de vereador e presidente da câmara municipal; e no de Pombal, foi delegado de polícia. No regime republicano fez parte do senado do estado, de 1895 a 30 de julho de 1897, sendo vice-presidente naquele ano. Faleceu em "Itapororocas" a 30 de julho de 1897, e foi sepultado na Bahia, no cemitério do Campo Santo e sua mulher a 16 de outubro de 1916. Era Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional em Inhambupe, oficial das Ordens do Cruzeiro e da Rosa, Cavaleiro do Mérito Agrícola de França e comendador da ordem de N.S. da Conceição de Vila Viçosa em Portugal. Era o irmão mais velho do Cons. Manuel Pinto de Souza Dantas. Fez oposição ao barão de Jeremoabo, seu primo, no nordeste da Bahia, durante toda a sua vida pública. (cf. Dantas Júnior., O Capitão Mor João D'antas ..., IN: Revista do Instituto Genealógico da Bahia, v. XV, p. 104).

JOÃO DE RESENDE MONTEIRO. Barão de Leopoldina. Agricultor. Deputado Geral por Minas Gerais da 18^a a 20^a legislatura (1882-1889). Nomeado senador em 1887 e falecido em 1888. (cf. Octaciano Nogueira, Parlamentares do Império, p. 591-592).

JOÃO RODRIGUES CHAVES. Desembargador e presidente da província da Bahia, empossado a 14 de abril de 1884. (cf. Ministério da Justiça, Organizações e Programas Ministeriais, p. 443).

JOAQUIM AURÉLIO BARRETO NABUCO DE ARAÚJO. Nasceu em Recife, em 1849. Filho do senador Nabuco de Araújo. Bacharelou-se em Direito pela faculdade de Recife, em 1870. Trabalhou no Rio de Janeiro como advogado e jornalista, até ingressar na carreira diplomática, em 1876. Em 1879 e também em 1885 e 1886-1889, elegeu-se deputado pela província de Pernambuco, onde defendeu a divisão dos latifúndios, a eleição direta, o regime federal na monarquia e o voto dos analfabetos. Mas sua grande campanha no parlamento foi em favor da abolição da escravidão, a partir de 1879. Faleceu em 1910. (cf. Delta Universal, v. 10, p. 5.560).

JOAQUIM DA COSTA PINTO. (Quimquim). Nasceu em 8 de novembro de 1841 e foi batizado no engenho Europa, freguesia de Bom Jardim, em 18 de novembro do mesmo ano. Foi na Bahia deputado provincial, pelo 4^o distrito, às 18^a, 19^a, 20^a e 21^a legislaturas de 1870 a 1871, de 1872 a 1873, de 1874 a 1875 e de 1876 a 1877 e a 22^a legislatura, de 1878 a 1879, sendo 3^o Vice – Presidente desta assembléia em 1877. Era capitão da Guarda Nacional e faleceu solteiro na freguesia da Rua do Passo em 4 de junho de 1870, sendo sepultado no cemitério do Campo Santo. (cf. João da Costa Pinto Victória, " Família Costa Pinto", na Revista do Instituto Genealógico da Bahia, nº11, p. 69). No livro de notas o barão faz a seguinte anotação: "Joaquim da Costa Pinto, capitão da G. N., nasceu a 8 de novembro de 1841, estudou o curso de humanidades e faleceu a 4 de junho de 1879, as 2 horas

e 40 minutos da madrugada, na Bahia, em casa do negociante Francisco Xavier Catilina (falecido) a baixa dos sapateiros, de uma peritonite aguda, e sepultou-se às 5 horas da tarde, no cemitério do Campo Santo, carneiro nº 261. Foi deputado provincial em algumas legislaturas, e neste caráter estava na Bahia, quando faleceu. Era um bom amigo e tinha qualidades apreciáveis. (cf. Cícero Dantas Martins, Livro de Notas, p. 18).

JOAQUIM JERÔNIMO FERNANDES DA CUNHA. Nasceu em 30/09/1827, em Sento Sé, Bahia. Faleceu a 31 de agosto de 1903, em Niterói, Rio de Janeiro. Promotor público em Sento Sé, de 1848 a 1854. Recusou a ser ministro de estado e governador argumentando que: “ não aceitaria da monarquia constitucional, quanto mais da república ditatorial”. Foi deputado provincial na décima primeira legislatura (1856 a 1857), deputado geral na 10ª e 11ª legislatura (1857-1863) e da 13ª a 14ª legislatura (1867-1872). Da década de 1870 em diante exerceu o mandato de senador até novembro de 1889. (cf. Senado Federal, Dados Biográficos dos Senadores Baianos (1826-1996), p. 27).

JOAQUIM LEAL FERREIRA JÚNIOR. Nasceu em Salvador, em 15 de agosto de 1826. Filho de Capitão-de-Mar e Guerra Joaquim Leal Ferreira e de D. Maria Justina Osório Leal. Seguiu a carreira naval ingressando como aspirante à Guarda Marinha em 8 de fevereiro de 1841. Após a instalação da república, tornou-se senador estadual. Nos episódios que envolveram a deposição do governador José Gonçalves, foi escolhido para substituir o Cons. Luís Viana na presidência do senado e, conseqüentemente, assumir o governo do estado como 1º substituto constitucional do governador. Ao sair do governo, retornou ao senado estadual. Na cisão entre José Gonçalves e Luiz Viana, acompanhou o primeiro, o que lhe valeu a perda do mandato em 1895, juntamente com José Gonçalves e outros senadores, por não haver comparecido às sessões ordinárias de um senado que consideravam inconstitucional. Faleceu em Santo Amaro, em 18 de setembro de 1900. (cf. Secretária da Cultura e Turismo, Revista da Fundação Pedro Calmon, nº 2, p.155).

JOAQUIM MANUEL RODRIGUES LIMA. Nasceu em 4 de maio de 1845. Em Vila Nova do Príncipe, atual Caetité. Filho do capitão Joaquim Rodrigues Lima e de D. Rita Sofia Gomes Lima. Formou-se em medicina, em 1869. Casou-se com D. Maria Vitória Gomes de Albuquerque Lima, filha do barão de Caetité. Ingressou na política em 1872, eleito deputado provincial pelo partido liberal. Na república, tornou-se intendente municipal de Caetité e membro da Assembléia Constituinte Estadual, em 1891. Foi, também, senador estadual. Exerceu o cargo de governador do estado no período de 28/05/1892 a 27/05/1896. Seu governo enfrentou algumas crises políticas, com a cisão do Partido Republicano Federalista (Nesta cisão ficou com o grupo de Luís Viana), em 1893, e a dualidade do legislativo, em 1895. Em 1898 foi eleito senador estadual. Faleceu em Caetité, a 18 de dezembro de 1903. (cf. Secretária da Cultura e Turismo, Revista da Fundação Pedro Calmon, nº 2, p. 156).

JOAQUIM PALMA. Natural da Bahia. Bacharelou-se pela faculdade de Direito de Recife. Político e representante da Bahia na câmara federal. Foi nomeado chefe de polícia a 23/12/1889 e permaneceu no cargo até 19/02/1890. Seguiu a carreira da magistratura, foi desembargador no estado do Rio de Janeiro. (cf. Gov. Do Estado da Bahia, História da Polícia Civil da Bahia, p. 207).

JOAQUIM DOS REIS MAGALHÃES. Formou-se em medicina. No império foi deputado provincial da 25ª a 27ª legislatura (1884 – 1889). Na república foi deputado a constituinte de 1891 e senador estadual. Dirigiu o jornal “O Republicano”, órgão de imprensa do Partido Republicano Constitucional.

JOSÉ ANTÔNIO SARAIVA. Nasceu na povoação do Bom Jardim, no município de Santo Amaro (Bahia), em 1º de março de 1823. Formou-se na faculdade de direito de São Paulo em 1848. Foi juiz municipal e procurador fiscal da fazenda na Bahia. Foi presidente da província do Piauí e fundou Teresina, para onde transferiu a capital, até então sediada em Oeiras. Em 1864, como chefe da missão especial ao rio da Prata, serviu de mediador entre o governo Uruguio de Atanasio Aguirre e o chefe revolucionário Venâncio Flores. Foi deputado (1853-1867), senador (1867) e ainda presidente das províncias de São Paulo, Alagoas e Pernambuco. Membro do partido liberal, ocupou as pastas da Marinha (1857), do império (1861), dos Estrangeiros e Fazenda ((1880-1885). Durante a crise de 1889, foi convidado pelo imperador a formar um gabinete para substituir o de Ouro Preto. Mas a república já estava proclamada e Saraiva não chegou a avistar-se com D. Pedro II. Faleceu em 21 de julho de 1895, em Salvador. (cf. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 59, p. 302).

JOSÉ ALVES DE MELO. Deputado Provincial na 21ª (1876-1877) e 22ª (1878 – 1879) legislaturas. Em ambas legislaturas assumiu o cargo de 1º secretário. No livro de notas do barão há a seguinte anotação: “ Dr. José Alves de Melo, meu amigo, nasceu em 7 de abril de 1847 e faleceu em 17 de fevereiro de 1900, no Rio de Janeiro, para onde mudou-se depois da jubilação acintosa na Academia de Medicina da Bahia, onde era lente de física e natural. (cf. Livro de Notas do barão, p. 58).

JOSÉ AMÉRICO CAMELO DE SOUZA VELHO. Nasceu na fazenda Ilha em 1839. Filho de Américo de Souza Camelo e de D. Ursula Ferreira das Virgens. Era coronel da Guarda Nacional e proprietário rural, dono das fazendas: Ilha, Cahimbé e Olhos d’Água. Foi casado com sua parenta D. Maria Rosa do Sacramento, havendo desta união dois filhos: Vivalda e Potâmio. Faleceu em Massacará, em 18 de abril de 1902. Sofreu prejuízos consideráveis em suas propriedades que foram invadidas pelos jagunços, bem como pelas forças legais, que tiveram de lançar mão de animais de suas fazendas, tendo por esse fato pleiteado indenização junto ao governo federal pelos prejuízos sofridos. Auxiliou as forças legais na guerra de canudos. No seu livro de Notas o barão fez a seguinte anotação: “Coronel José Américo Camelo de Souza Velho, meu primo e dedicado amigo, nasceu na Ilha, em 16 de agosto de 1839, faleceu em Massacará, onde sepultou-se, na mesma sepultura dos pais, em 18 de abril de 1902, com 63 anos, incompletos, as 7 horas da manhã, sepultou-se as 10 hs da manhã de 19 (sabado), a cujo enterro assisti. Encomendo-o o Padre Borba.” (cf. Barão de Jeremoabo, Livro de Notas, p. 55).

JOSÉ AMÉRICO DE SANTANA. Foi um dos que assinaram, em 7 de janeiro de 1887, a ata da instalação da cidade do Senhor do Bonfim, na antiga Vila Nova da Rainha, criada pela lei nº 2.499 de 28/08/1855. (cf. Lourenço da Silva, Memória Histórica e Geográfica sobre a Comarca de Bonfim, p. 139).

JOSÉ AUGUSTO FREITAS. Promotor de Salvador, designado para acompanhar o processo contra o barão de Camaçari.

JOSÉ CARDOSO DE MOURA BRASIL. Nasceu no Ceará. Clinicou na Bahia. Fundou a Policlínica Brasileira do Rio. Presidiu o Centro de Lavoura do Café no Brasil e a Sociedade Nacional de Agricultura. A amizade dele com o barão de Jeremoabo, se deu através do Dr. José Joaquim Ribeiro dos Santos, pai da nora do barão, Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas. Esta era afilhada do Dr. Moura Brasil. Após ter clinicado na Bahia, o Dr. Moura vai para o Rio de Janeiro e deixa sua clínica para o Dr. José Joaquim Ribeiro dos Santos. (cf. Arquivo do barão de Jeremoabo, cartas).

JOSÉ CARLOS DO PATROCÍNIO. Nasceu em Campos, estado do Rio de Janeiro, em 1853. Era filho de Justina Maria do Espírito Santo, uma escrava alforriada, e do cônego José Carlos Monteiro. O pai não o reconheceu legalmente como filho. Trabalhou com servente na Santa Casa de Misericórdia. Formou-se em Humanidades e farmácia. Em 1877, tornou-se redator da Gazeta de Notícias. Em 1881, deu início a campanha abolicionista. Em 1887, fundou a “Cidade do Rio” intensificando os ataques a política escravocrata. Na abolição da escravidão (13 de maio) apoiou a princesa Isabel. Faleceu em 1905. (cf. Delta Universal, v. 5, p. 6.140).

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA. Nasceu em 23 de dezembro de 1838, em Mata de São João, Bahia. Formou-se em Direito pela faculdade de São Paulo, em 1862, e logo em seguida fixou-se em Vila Nova da Rainha, atual Senhor do Bonfim. Dedicou-se à pecuária, tornando-se chefe político local. Casou-se com D. Júlia da Cunha Gonçalves da Silva. Viúvo, contraiu segundas núpcias com D. Emiliana Torres Gonçalves da Silva. Deputado provincial na legislatura de 1870/1871, pelo partido conservador, foi logo em seguida eleito deputado geral do império, em 1871. Nos últimos anos do império, esteve afastado da política, mas foi um dos primeiros chefes políticos baianos a aderir à república. Foi o 4º governador da Bahia. Seu governo foi exercido em duas fases; a primeira, por nomeação do governo federal, de 16 de novembro de 1890 a 2 de julho de 1891. Neste período presidiu a eleição do congresso constituinte do estado. Em 2 de julho de 1891 foi mantido no cargo por eleição indireta no cargo de governador, pela maioria do seu partido na Assembléia, após a promulgação da Constituição do Estado. Apoiou o golpe do marechal Deodoro em 3 de novembro de 1891, o que levou a oposição, com o apoio de setores militares, a forçar sua renúncia em 23 de dezembro de 1891. Em 1892 elegeu-se senador estadual. Em 1893, divergindo quanto a questões ligadas à autonomia dos municípios, rompe politicamente com o conselheiro Luís Viana e Severino Vieira, antigos correligionários desde o império. Em 1893 recusou o convite de Floriano para a pasta das Relações Exteriores. Em agosto de 1894, participou da fundação do Partido Republicano Constitucional. Como senador, participou dos episódios que determinaram a duplicata do legislativo baiano em 1895. Faleceu em Vila Nova da Rainha (Bonfim), em 15 de agosto de 1912. (cf. Governadores do estado da Bahia, na Revista da Fundação Pedro Calmon, nº 2, p. 152-153)

JOSÉ INÁCIO DA SILVA. Nasceu no município de Juazeiro, Bahia, em 20 de setembro de 1855, sendo filho de Luís Inácio da Silva e de D. Rita Clara dos Anjos. Formou-se em medicina pela faculdade da Bahia. Foi deputado provincial na 26ª (1886-1887) e 27ª legislaturas (1888-1889). Deputado estadual na 1ª e 2ª legislaturas do período republicano (1891-92/1893-94), onde tomou parte nos trabalhos da constituinte da república. Deputado federal na 2ª e 6ª legislaturas (1894-96/1906-08). Senador estadual no governo de Severino dos Santos Vieira. Faleceu em Salvador, em 8 de fevereiro de 1924. (cf. Bulcão Sobrinho, Representantes da Bahia..., Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 263, p. 61).

JOSÉ JOAQUIM RIBEIRO DOS SANTOS. Nasceu a 27 de setembro de 1852. Foram seus pais o coronel Joaquim Inácio Ribeiro dos Santos e d. Ana de Magalhães Ribeiro dos Santos. Formou-se em 1875, pela faculdade de medicina da Bahia, especializando-se em oftalmologia. Em 1891, foi eleito senador estadual, membro da constituinte baiana. Foi casado com D. Jesuína da Rocha Ribeiro dos Santos e deste consórcio teve três filhos: Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas, Isaura Ribeiro dos Santos e Álvaro Ribeiro dos Santos. Era sogro de João da Costa Pinto Dantas, filho mais velho do barão de Jeremoabo, casado com Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas. (cf. Diário da Bahia, 15/08/1911)

JOSÉ JUSTINO DA SILVA TELES. Nasceu no Pedrão, antigo distrito de Irará, em 12 de dezembro de 1842; cursou o seminário Arquiepiscopal da Bahia até o último ano; em Alagoinhas se dedicou à advocacia e a política. Foi secretário da antiga estrada de ferro do prolongamento e da Bahia ao timbó; foi fazendeiro, jornalista, conselheiro à câmara municipal de Alagoinhas, da qual foi presidente; deputado provincial e estadual e senador da Bahia, de 1896 até seu falecimento. Foi um dos principais colaboradores de José Moreira de Carvalho Rego na formação da cidade de Alagoinhas e, como jornalista, foi pioneiro do jornalismo local, fundando em 1864, o “Noticiador Alagoinhense”. (cf. Salomão Barros, Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas, p. 177 e 280).

JOSÉ LEOPOLDO DE BULHÕES JARDIM. (1856 – 1928). Deputado Geral por Goiás na 18ª (1882/1884) e 19ª (1885/85) legislatura. (cf. Octaciano Nogueira, Parlamentares do Império, p.571).

JOSÉ LUÍS DE ALMEIDA COUTO. Nasceu em Salvador, no distrito de Pirajá, a 28 de outubro de 1833, sendo filho do coronel Joaquim Caetano de Almeida Couto e D. Luiza Bemvinda Doria Couto. Médico, formou-se pela faculdade de medicina da Bahia, em 1857, ocupando o cargo de lente da 2ª cadeira de clínica médica, em 1883. Durante a epidemia do cólera, foi designado pelo presidente da província para tratar dos doentes em Itaparica e Castro Alves. No regime monárquico, filiou-se ao partido liberal, sendo deputado provincial em várias legislaturas e deputado geral por duas legislaturas. Presidente da província de São Paulo e duas vezes da Bahia, em 1885 e 1889, sendo o último presidente da Bahia no império. Na república foi o primeiro intendente eleito na capital, em 1912 e senador estadual. Lutou a favor da abolição da escravatura no império, foi agraciado com o título de conselheiro. Redigiu e colaborou em vários órgãos políticos e literários e escreveu e publicou diversas memórias sobre medicina. Faleceu na capital do estado, em 08/10/1895. (cf. Antônio de Souza, Baianos Ilustres, p. 125).

JOSÉ MARCELINO DE SOUZA. Nasceu a 15 de outubro de 1848, no engenho Nossa Senhora da Conceição, em São Felipe, Bahia. Filho do cel. Joaquim Anselmo de Souza e de D. Delfina Rosa de Souza. Doutorou-se em direito pela faculdade de Ciências Jurídicas de Recife, em 1870. Ingressou no partido conservador em 1878, quando abandonou a magistratura pela política, eleito deputado geral do império para a legislatura de 1886-89. Nessa função defendeu a abolição do trabalho escravo e o federalismo. Com a república, foi eleito para a Assembleia Constituinte do Estado, destacando-se como um dos redatores da constituição de 1891. Encerrados os trabalhos constitucionais, assumiu vaga do senado. No episódio de 1891, manteve-se ao lado de José Gonçalves. Apoiou o governo Rodrigues Lima e foi reeleito para o senado, em 1895. Ao ser fundado o Partido Republicano

da Bahia (PRB), foi eleito para presidir sua primeira comissão executiva, no governo Severino Vieira. Foi eleito governador do estado para substituir Severino Vieira e tomou posse em 28 de maio de 1904. Rompeu com Severino por época da escolha de seu sucessor, ao lançar a candidatura de Araújo Pinho. Assegurou a vitória de seu candidato com o apoio do grupo Seabrista e de figuras ligadas ao governo federal, o que determinou o afastamento de Severino Vieira do controle político do estado. Terminado o seu mandato, foi eleito senador federal em 1909, disputando a vaga com Virgílio Damásio. Como chefe do (PRB), tentou deter o processo de dissolução do partido e impedir o avanço de Seabra. Faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1917. (cf. Secretaria da Cultura e Turismo, Revista da Fundação Pedro Calmon, nº 2, p. 161-162).

JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR. Nasceu em Mecejana (CE) em 1829. Em 1850, diplomou-se pela faculdade de Direito de São Paulo. Em 1854 ingressou no jornalismo, sendo diretor do Diário do Rio de Janeiro (1856-1859). Elegeu-se deputado geral, pelo Ceará, em quatro legislaturas (1861 - 63, 1869 - 72, 1872 - 75, 1876 - 77). Foi ministro da Justiça (1868 - 70) e membro do conselho do império. Militou sempre no partido conservador, defendeu a monarquia, era contra a eleição direta e a favor da representação das minorias no parlamento. Casou-se em 1864, com Ana Cochrane. Escreveu uma extensa obra literária. Faleceu no Rio de Janeiro em 1877, no auge da fama

JÚLIO DE CASTILHO. Nasceu em São Martinho (RS). Formou-se pela faculdade de Direito de São Paulo. Foi um dos principais líderes gaúchos dos primeiros anos da república. Primeiro governador eleito do Rio Grande do Sul após a proclamação da república, sofreu forte oposição e afastou-se do governo em 1891. Voltou ao governo em janeiro de 1893. Foi apoiado por Floriano Peixoto, então presidente da república, quando teve que enfrentar a Revolução Federalista. Em 1897, entregou o governo estadual a Borges de Medeiros, mas continuou na chefia do Partido Republicano Rio-Grandense e orientando a política gaúcha até sua morte em 1903. (cf. Delta Universal, v.4,p. 1816).

JÚLIO VIRGÍNIO DE SANTANA. Juiz em Tucano e em várias comarcas do interior da Bahia.

JUVENAL. Filho de Antônio Gomes da Silva. Iniciou-se cedo como tropeiro acompanhando o pai em suas viagens.

LAURINDO ALVES DE OLIVEIRA REGIS. Deputado a constituinte em 1891. Deputado estadual da 1ª a 3ª legislatura (1891-1896). (cf. Diário Oficial, Edição Especial..., p. 489-490).

LAURO NINA SODRÉ E SILVA. Nasceu em Belém (PA), em 1858. Aluno de Benjamim Constant na Escola Militar do Realengo, atingiu ao positivismo. Eleito para a constituinte de 1891, renunciou ao mandato para assumir o governo do Pará. Foi o único governador que se opôs ao golpe de estado do Marechal Deodoro. Duas vezes foi senador pelo Pará (1897 e 1912) e senador pelo distrito federal (1903), candidatou-se a presidência da república , mas perdeu para Campos Sales. Faleceu no Rio de Janeiro em 1944. (cf. Delta Universal, v. 13, p. 7366).

LINO XAVIER LUCATELI DÓRIA. Casou-se em 20 de julho de 1852, com Maria Teodora de Araújo Goes, irmã do barão de Camaçari. Eram seus pais: José Lucateli Dória e Jeminiã Rita Xavier. (cf. Bulcão Sobrinho, Famílias Baianas..., na Revista do Inst. Genealógico da Bahia, v. 6, p. 77).

LUÍS BISPO. Agregado do barão no engenho Camuciáta. .

LUÍS ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA. Administrador do Diário da Bahia até 29 de janeiro de 1898, quando foi substituído por Secundino J. Dos Santos Piedade. A 13 de setembro de 1896, por volta das 11hs. da noite, Luís Antônio foi acordado com a sede do Diário pegando fogo. (cf. Kátia Silva, Diário da Bahia, p. 51).

LUÍS FELIPE MARIA FERNANDO GASTÃO DE ORLÉANS. O Conde D'Eu, nasceu no castelo de Neuilly, na França em 1842. Tornou-se príncipe do Brasil por casamento com a princesa Isabel, filha do imperador D. Pedro II e herdeiro do trono brasileiro. Era filho primogênito do duque de Nemours e da princesa Vitória de Saxe-Coburgo-Gota e neto de Luís Felipe, rei da França. Casou-se com a princesa Isabel em 15 de outubro de 1864. Renunciou à nacionalidade francesa, adotou a brasileira e passou a viver no Brasil, onde recebeu honras de Marechal – do – Exército. Ocupava, no exército, o comando geral da artilharia. Assistiu, como ajudante-de-campo do imperador, à rendição dos paraguaios em Uruguaiana. Após a saída de Caxias do comando brasileiro na guerra do Paraguai, foi nomeado para substituí-lo em 22 de março de 1889. Após a proclamação da república, o conde D'Eu acompanhou a família real brasileira à França, onde, em 1897, no castelo D'Eu, perto de Dieppe, instalou um importante arquivo. Morreu a bordo do navio Massilia quando fazia uma Segunda viagem ao Brasil, para assistir as comemorações do centenário da independência. (cf. Delta Universal, v. 5, p. 2534).

LAFAIETE RODRIGUES PEREIRA. Deputado geral por Minas Gerais a 17ª legislatura (1878-1881), senador e presidente do conselho do 31º gabinete (24/05/1883 a 05/06/1884). Era filiado ao partido liberal. (cf. Ministério da Justiça, Organizações e Programas Ministeriais, p. 205-210).

LUÍS ANTÔNIO DA COSTA MELLO. Nasceu a 12 de dezembro de 1836. Era Tenente-Coronel. (cf. Barão de Notas, Livro de Notas, p. 50).

LUÍS ANTÔNIO PEREIRA FRANCO.(Barão de Pereira Franco). Nasceu em 1823. Foi bacharel em direito, exerceu diversos cargos de magistratura, demorando-se por muito tempo como juiz de direito da comarca de Feira de Santana, da onde foi removido para uma das varas de juiz de direito da antiga corte. Foi deputado a Assembléia Provincial em diversas legislaturas, sendo eleito deputado geral pelo 4º círculo em 1868 e reeleito nas legislaturas seguintes. Foi membro da câmara dissolvida pelo gabinete Sinimbu em 1878. Como titular da pasta da marinha, fez parte do ministério de 29 de setembro de 1870, de que foi chefe o marquês de São Vicente, e do gabinete Caxias – Cotegipe, que sucedeu em 1876 ao ministério Rio Branco. Eleito na lista triplice senatorial pela província da Bahia, em fins de 1887, foi escolhido por carta imperial de 18 de abril de 1888, na vaga do conselheiro Junqueira, e reconhecido nesse ano, tomou assento no senado, tendo perdido sua cadeira por efeito da revolução de 15 de novembro. Voltando a carreira da magistratura, foi aproveitado para membro da corte de apelação e posteriormente para ministro do Supremo Tribunal Federal. Faleceu a 23 de janeiro de 1902. (Cf. Bulcão Sobrinho, Titulares Baianos, p. 70).

LUIZ ANTÔNIO DOS SANTOS. Foi nomeado arcebispo em 15 de novembro de 1879 e tomou posse em outubro de 1881. Executou ele grandes obras na catedral, restaurou os palácios da Penha e o da Sé e entregou a direção do seminário a congregação dos padres lazaristas. Faleceu em 11 de março de 1891, com 74 anos de idade depois de ter renunciado o cargo em 1890. (cf. Edição Especial do Centenário do Diário Oficial, Arcebisado da Bahia, p. 441).

LUÍS ANTÔNIO DA SILVA NUNES. Foi o 158º presidente da província da Bahia (1875-1877). Era primo do Marquês de Muritiba. (cf. Secretaria da Cultura e Turismo, Revista da Fundação Pedro Calmon, nº 1, p.182).

LUÍS VIANA. Nasceu em 30 de outubro de 1846, em São José do Riacho da Casa Nova, Bahia. Filho do coronel José Manuel Viana e D. Mariana Ribeiro Viana. Fez o curso de humanidades em Salvador, no Ginásio Baiano. Em Recife, cursou a faculdade de Direito, bacharelando-se em novembro de 1869. Nomeado promotor público em Xique-Xique, logo depois de formado, ingressou na magistratura em 1874, nomeado juiz de direito da comarca do Rio São Francisco. Em 1870, filiou-se ao partido conservador da Bahia. Elegeu-se deputado provincial para as legislaturas de 1872/73 e 1874/75. Eleito para a constituinte estadual, tornou-se seu presidente por indicação de José Gonçalves da Silva. Presidente do Senado Estadual, recusou-se a assumir o governo como primeiro substituto constitucional. Disputou com José Gonçalves a liderança do Partido Republicano Federalista, o que determinou a cisão dessa agremiação. Passou a chefiar o Partido Republicano Federal da Bahia, sua base política, para ascender ao governo do estado em 1896. Em seu governo, estourou a guerra de canudos. Acusado de conivência com o núcleo de Antônio Conselheiro, moveu-lhe intensa campanha com o auxílio de forças federais. Em 28 de maio de 1900, Luís Viana passou o governo a seu sucessor e seguiu viagem para a Europa. Faleceu em 6 de julho de 1920. (cf. Revista da Fundação Pedro Calmon, nº 2, p. 157-158).

MANUEL ANTÔNIO DUARTE DE AZEVEDO. Deputado geral por São Paulo nas seguintes legislaturas: 14ª (1869- 72), 15ª (1873-75), 16ª (1877-77), 19ª (1885-85) e 20ª (1886-89). Foi também ministro da justiça e da marinha no 25º gabinete conservador, presidido pelo visconde do Rio Branco. (Cf. Octaciano Nogueira, Parlamentares do Império, p.554-556).

MANUEL ANTÔNIO MELGAÇO. Nasceu na antiga vila de Santo Antônio de Caravelas, na Bahia, em 1 de setembro de 1832, sendo filho de Antônio José Melgaço e de D. Maria Nunes de Abreu. Formou-se em medicina em 1861. Ingressou na política, filiando-se ao partido liberal, do qual foi eleito deputado provincial para a legislatura de 1866/67. Exerceu o cargo de intendente municipal de Caravelas no período de 1890 a 1893. Foi eleito senador para a Assembléia Constituinte do estado em 5 de fevereiro de 1891. Filiou-se em maio de 1892 ao Partido Republicano Federalista, chefiado por José Gonçalves; quando se verificou a cisão do partido em 1893, colocou-se ao lado da corrente de Luiz Viana. Posteriormente divergiu da direção do grupo Vianista. Faleceu em 13 de fevereiro de 1919. (cf. Bulcão Sobrinho, Vultos do Passado..., na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº11, p. 147-149).

MANUEL DE ARAÚJO GÓES. Bacharel em direito pela faculdade de Recife, formou-se em 1871. Foi deputado provincial na 24ª legislatura (1882-1883), onde assumiu o lugar de 3º vice-presidente e na 25ª legislatura (1884-1885). (cf. Diário Oficial, Edição Especial..., p. 487-488).

MANUEL FLORÊNCIO DO ESPÍRITO SANTO. O professor dos filhos do barão de Jeremoabo e de José Gonçalves da Silva foi Manuel Florêncio do Espírito Santo, fundador em 1880 do renomado colégio Florêncio, sito a rua do Sodré, nº 43. O professor Florêncio era muito amigo do barão. No seu livro de notas Jeremoabo, faz a seguinte observação: “ Professor Manuel Florêncio do Espírito Santo, educador de meus filhos, meu amigo e homem de bem, faleceu a 18 de julho de 1896, repentinamente”. (cf. Barão de Jeremoabo, Livro de Notas, p.45).

MANUEL JOAQUIM BAHIA. Deputado geral no império na 14ª (1869 – 1872) e 15ª (1873 – 1875) legislaturas. Era filiado ao partido conservador. (Cf. Octaciano Nogueira, Parlamentares do Império, p. 531).

MANUEL NASCIMENTO SILVA TORRES. Casou-se com Júlia Gonçalves da Silva Torres, primeira filha de José Gonçalves. (cf. Diário de Notícias, 16/08/1911).

MANUEL NOLASCO. Natural de Bom Conselho (atual Cícero Dantas).

MANUEL PINTO DE SOUZA DANTAS. (1831-1894). Filho do coronel Maurício José de Souza Dantas e de Carolina Francisca de Souza Dantas. Nasceu a 21 de fevereiro de 1831, em Inhambupe, no engenho Itapororocas. Diplomou-se pela faculdade de Direito de Olinda (1851) e logo se iniciou na magistratura e na política. Dedicando-se muito cedo à política, ocupou os mais elevados cargos, a que um homem público podia aspirar na sua época: deputado provincial na Bahia, da 9ª à 11ª legislaturas (1852 – 1857), tendo sido 1º vice-presidente da Assembléia em 1856; deputado geral pelo 10º distrito à 10ª legislatura e reeleito da 11ª à 13ª (1861-1868) pelo 4º distrito, e às 16ª e 17ª legislaturas (1878-1881), no regime da lei da representação das minorias. Chefe de polícia da província do Maranhão, em 1859, nesse mesmo ano, em 1 de outubro, empossou-se na presidência da província de Alagoas. Presidiu, também, a província da Bahia, de 24 de julho de 1865 a março de 1866, na fase inicial da guerra do Paraguai. Organizado o 3º gabinete Zacarias, em 3 de agosto de 1866, na foi-lhe confiada a pasta na Agricultura que dirigiu até 16 de julho de 1868, cabendo-lhe a referenda dentre outros atos, do decreto regulamentando a navegação dos rios Amazonas e seus afluentes, e do São Francisco. Em 1878, elevado ao poder o partido liberal, passou a fazer parte do senado do império, representando a sua província, nomeado por carta imperial de 19 de outubro. No ministério Saraiva (28.03.1880 a 21.01.1882), superintendeu a pasta da justiça e interinamente, a do império; e em 6 de junho de 1884, formou e presidiu, como Ministro da Fazenda, o 32º gabinete, que durou até 6 de maio de 1885, tendo como pontos primordiais de programa a resolução da questão financeira e da do elemento servil. Abolicionista, levou da rua para o parlamento a questão da abolição e foi, em 1885, consagrado chefe parlamentar do abolicionismo. Foi chefe do partido liberal na Bahia e depois seu chefe supremo no país. Militou no Diário da Bahia e na advocacia, teve escritório do qual faziam parte: Leão Veloso, Rui Barbosa e outros. Era primo carnal de Cícero Dantas Martins (barão de Jeremoabo). (cf. Dantas Júnior, O Cap. Mor João d’Antas..., na Revista do Inst. Genealógico da Bahia, v. XV, p. 105).

MANUEL PEREIRA GUIMARÃES. Deputado Geral por Sergipe, na 14ª legislatura (1869 – 1872). (cf. Octaciano Nogueira e João Firmo, *Parlamentares do império*, p. 520).

MANUEL PEREIRA DA ROCHA. Promotor de Inhambuque de 04/01/1888 a 26/06/1889. Nasceu em 1860 e faleceu em 1939. (cr. Clóvis Beviláqua, *História da Faculdade de Direito do Recife*, p. 193)

MANUEL SATURNINO DOS REIS DE ARAÚJO GÓES. Nascido na cidade do Catú, doutor em medicina pela faculdade da Bahia. Casado com sua prima D. Maria Emiliana de Araújo Góis, filha de Manoel Joaquim de Araújo Góis e sua tia paterna, Segunda esposa do mesmo, D. Miquelina de Araújo Góis e falecido na mesma cidade em 11 de setembro de 1895. (cf. Bulcão Sobrinho, *Famílias Bahianas...*, na *Revista do Inst. Genealógico da Bahia*, nº 7, p. 65).

MANUEL DA SILVA GALVÃO. Ex- juiz de Bonfim, parente de José Gonçalves da Silva, foi eleito deputado estadual pelo município de Bonfim para 11ª legislatura (1911/1912), onde exerceu o cargo de 2º secretário, sendo reeleito para a 12ª (1913/1914), onde foi 1º secretário. (cf. Lourenço da Silva, *Memória Histórica e Geográfica sobre a comarca do Bonfim*, p. 216).

MANOEL TEIXEIRA SOARES. Deputado provincial na 25ª legislatura (1884/85), onde assumiu o cargo de 3º vice-presidente e na 26ª legislatura (1886-1887). Na república foi senador estadual. Com a cisão do partido Republicano Federalista, aliou-se ao grupo de Luis Viana. (cf. *Diário Oficial, Edição Especial...*, p. 488).

MANUEL VITORINO PEREIRA. Nasceu em Salvador, em 30 de janeiro de 1853. Filho de Vitorino José Pereira e D. Carolina Maria Franco Pereira. Ingressou na faculdade de medicina, em 1871. Casou-se em 1881 com Maria Amélia da Silva Lima, filha de José Francisco da Silva Lima, seu mestre. Filiou-se ao Partido Liberal em 1876. Iniciou militância política em 1885, ao ser eleito para a secretaria do diretório do partido na Bahia e designado chefe de redação do *Diário da Bahia*. Governou a Bahia quando da implantação do regime republicano – de 23 de novembro de 1889 a 26 de abril de 1890. Por não haver prestigiado as antigas agremiações partidárias e proposto reformas avançadas especialmente na educação, foi pressionado a renunciar. Criou e organizou uma milícia civil – a Guarda Cívica – sob controle do governador, destinada a policiar a cidade e reorganizou o corpo de polícia. Em fevereiro de 1891, foi eleito pelo Partido Republicano Federalista para Assembleia Constituinte do Estado, onde defendeu a autonomia estadual e um executivo forte. Foi eleito senador federal pelo Partido Republicano Federalista, na vaga aberta com a renúncia de José Antônio Saraiva, assumiu seu posto em agosto de 1892. Na convenção do PRF, foi escolhido candidato à vice-presidente da república, na chapa de Prudente de Moraes. Exerceu a Presidência da República por ocasião da licença do Presidente (Prudente de Moraes), assumindo em novembro de 1896. Marcou um estilo de governo, promovendo inclusive reforma ministerial. Isso contribuiu para o seu rompimento com o presidente, que reassumira o cargo em 4 de março de 1897. Morreu no dia 9 de novembro de 1902, no Rio de Janeiro. (cf. Secretaria da Cultura e Turismo, *Revista da Fundação Pedro Calmon*, nº 2, p. 149-150).

MARIANA DA COSTA PINTO DANTAS. Baroneza de Jeremoabo, nasceu no Engenho Oiteiro, freguesia de Bom Jardim, em 23 de janeiro de 1840, em cuja matriz foi batizada em 13 de dezembro de 1841, e se casou no Engenho Regalo, nesta freguesia, em 4 de novembro de 1865, com Cicero Dantas Martins, barão de Jeremoabo. Faleceu no engenho Santo Antônio do Camuciá, freguesia de Itapicuri, em 16 de setembro de 1913, em cuja matriz foi sepultada.

OTAVIANO MONIZ BARRETO. Nasceu na cidade de Santo Amaro, em 21 de julho de 1861, sendo filho de Luiz Caetano Moniz Barreto. Doutor em medicina pela faculdade da Bahia em 1883. Em 1892 foi eleito deputado estadual para a legislatura de 1893 a 1894 e reeleito para a de 1895 a 1896. Em 20 de abril de 1897 foi nomeado pelo governador Luís Viana para o cargo de Inspetor Geral do Ensino; em 2 de setembro de 1899, foi nomeado para o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Em 1911, foi eleito conselheiro municipal da capital (1912 a 1916). Em 1913, foi eleito senador estadual do estado. Faleceu em Salvador, em 15 de dezembro de 1944. (cf. Bulcão Sobrinho, *Relembrando o Velho Senado Baiano*, p. 61-63).

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA. Deputado geral pelo Rio de Janeiro as seguintes legislaturas: 10ª e 11ª (1857-1863), 13ª a 16ª (1867-1877) e 18ª (1882/1884). Filiado ao partido conservador ocupou a pasta do império no 23º gabinete, presidido pelo Visconde de Itaboraí. Pedro Calmon, assim se refere ao discurso do Cons. Paulino quando da apresentação do projeto da abolição, no senado: “Paulino falou por último. Mas desistiu de obstruir já no dia 13, porque os jornais tinham anunciado que a princesa descera de Petrópolis para receber, a uma da tarde, a delegação parlamentar que lhe ofereceria à assinatura o projeto, e, neste caso, tendo cumprido o dever de senador, passava a cumprir o de cavalheiro, “não fazendo esperar senhora de tão alta jerarquia”. (cf. Pedro Calmon, *História do Brasil*, v. 5, p. 1810).

PAULINO SERAPIÃO DE ALMEIDA SANTOS. Reverendo Vigário colado em 1874. Foi vereador em Bonfim e tomou parte no ato da instalação da comarca. Faleceu em 1883. (Cf. Lourenço da Silva, *Memória Histórica...*, p. 85).

PAULO MARTINS FONTES. Filho do coronel Antônio Martins Fontes e de Maria Francisca da Costa Fontes. Nasceu, em 14 de abril de 1865, no engenho Novo, cidade de Estância, em Sergipe. Fez as primeiras letras e o curso secundário no colégio de Aracaju, Paterson Sergipense, dirigido pelo professor Ascendino Anjos dos Reis, tendo frequentado também durante um ano o colégio Santo Antônio, nesta capital. Prestou exames de todos os preparatórios no Ateneu Sergipense. Em 1882, contando 17 anos de idade, matriculou-se no primeiro ano jurídico da faculdade de Recife, concluindo-o em 1886. Em dezembro do mesmo ano foi nomeado promotor público de São Cristovão, de onde saiu em 1888, por ter sido designado para juiz municipal de Jeremoabo, sede de uma das maiores comarcas da província da Bahia, compreendendo os termos de Patrocínio do Coité, Bom Conselho, Santo Antônio da Glória e Cumbe. No ano de 1890, foi designado para juiz municipal do Catú e em 24 de outubro de 1891 foi nomeado juiz federal na seção deste estado. Em 2 de fevereiro de 1891, casou-se com Elvira Fiel de Carvalho Fontes, filha do Dr. Fiel José de Carvalho Oliveira, que foi político conservador e deputado geral em várias legislaturas, e de Francisca Dantas da Silveira Carvalho, irmã do barão de Jeremoabo. (cf. *A Tarde*, 12/12/1922).

PEDRO LUÍS PEREIRA DE SOUZA. Deputado geral pela província do Rio de Janeiro na 12ª (1864-1866) e 17ª (1878-1881) legislaturas. No 28º gabinete, presidido por Saraiva, assumiu a pasta de Estrangeiro e de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Era filiado ao partido Liberal. (cf. Ministério da Justiça, Organizações e Programas Ministeriais, p. 185-186).

PEDRO RIBEIRO DE ARAÚJO. Nasceu em Salvador em 1831, sendo seus pais Pedro Ribeiro de Araújo (comandante da Segunda linha do exército em Pirajá), e D. Joana Souza Leite. Formou-se em medicina em 1857, tendo feito parte, em diversas legislaturas, da antiga legislativa provincial. Na guerra do Paraguai serviu como cirurgião. Tornou-se lente em Botânica e Zoologia em 1875. Apesar de seu antepassado Luiz de Almeida Maciel ter brigado com avô do barão (João Dantas dos Imperiais Itapicurú), as relações entre Pedro Ribeiro e Cícero Dantas eram cordiais, tanto que Ribeiro freqüentemente ia ao engenho Camuciá e era o médico da baronesa de Jeremoabo. Existem cartas no arquivo do barão escritas por Pedro Ribeiro para Cícero Dantas. (cf. Ana Bittencourt, O Major Pedro Ribeiro, v. 1, *passim*).

PEDRO RODRIGUES LAGO. Nasceu em Santo Amaro, na Bahia, em 16 de abril de 1870, sendo filho de Francisco Rodrigues do Lago e de D. Guilhermina Ferreira de Araújo. Bacharelou-se em direito pela faculdade de Recife, em 1889. Foi deputado estadual pela 2ª legislatura (1893/94) e deputado federal da 6ª a 11ª legislatura (1906-1923). Foi eleito governador da Bahia em março de 1930, cargo que não chegou a assumir em virtude da revolução de 30. Faleceu em Salvador, a 23 de março de 1958. (cf. Governo do Estado da Bahia, Cartilha Histórica da Bahia, p. 29).

PEDRO VERGNE DE ABREU. Nasceu na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 3 de maio de 1865, sendo filho do Dr. Luís Jacinto Vergne de Abreu e de D. Júlia Sofia do Espírito Santo Meneses. Formou-se em direito pela faculdade de Recife, em 1884. Foi deputado estadual na 1ª e 2ª legislatura (1891-1894) e federal da 2ª a 5ª (1894-1905). (cf. Bulcão Sobrinho, Representantes da Bahia na Câmara..., na Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, nº 263, p. 60-67).

RAIMUNDO GONÇALVES DA CUNHA E SILVA. Nasceu em 7 de junho de 1874, diplomou-se pela faculdade de direito de Recife, em 1894. Iniciou sua carreira, em 1896, como promotor em São José de Além Parnaíba, Minas Gerais. Regressou em 1899, sendo juiz preparador em Campo Formoso. Faleceu em 22 de maio de 1964. (cf. Adolfo Silva, Bonfim..., p. 116). No seu o livro de Notas o barão fez o seguinte registro: “filho do Dr. José Gonçalves da Silva, nasceu a 7 de junho de 1874. Meu afilhado e de Yayá. Procuradores, Manuel Longuinhos da Silva e D. Emiliana Maria da Silva” (cf. Livro de Notas do barão, p. 46).

RAMIRO OLÍMPIO PINTO DE AZEVEDO. Foi na república deputado estadual da 2ª a 7ª legislatura (1893-1904). Antônio Moniz relata a participação de Ramiro em uma sessão da câmara: “Em abril de 1894, quando se abriu a sessão ordinária da Assembléia Legislativa, no dia 21 de abril, Ramiro de Azevedo, que se havia declarado neutro na disputa entre as facções Vianistas e Gonçalvesistas, resolveu dar número votando em branco na eleição de presidente.” (cf. Antônio Moniz, A Bahia e os Governadores..., p. 100).

RODOLFO EPIFÂNIO DE SOUZA DANTAS. Nasceu na Bahia, a 1 de outubro de 1854, estudou preparatórios no antigo colégio São João, formando-se na Academia de Direito de Recife, em 1875. Na Bahia, abriu banca de advogado com o Dr. Luís Barreto Corrêa de Menezes e assumiu, como redator chefe, a direção do Diário da Bahia então órgão do partido liberal, permanecendo até 1878. Eleito seu Pai (Cons. Dantas) para o senado do império, substituiu-o na câmara dos deputados, preenchendo o tempo que faltava para o término da 17ª legislatura, sendo reeleito, pelo 9º distrito, à legislatura seguinte 1881-1884, finda a qual, retirou-se complementamente da política. Como deputado, foi incumbido de redigir o projeto do ministério Dantas, da libertação dos sexagenários, tornado-se na câmara, o verdadeiro líder do gabinete. Organizado o gabinete Martinho de Campos, que governou de 21 de janeiro a 3 de julho de 1882, à sua direção foi entregue a pasta do império e, interinamente a da justiça, tendo sido o ministro mais moço do antigo regime. Era conselheiro do império. Fundou em 1891 o jornal do Brasil, o qual dirigiu por pouco tempo. Foi casado com Alice Clemente Pinto de Souza Dantas, filha, de Antônio Clemente Pinto e Maria José Fernandes Chaves, condes de São Clementes, e faleceu em Paris, a 12 de setembro de 1901. (cf. Dantas Júnior, O Cap. Mor João D'Antas..., Revista do Instituto Genealógico da Bahia, v. XV, p. 109).

ROSENDO MAURÍCIO LOBO. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife na turma de 1869, juntamente com Tobias Barreto, Antônio José Rodrigues, Gervásio Rodrigues Dantas. José Leandro Martins Soares (cf. Ariovaldo Silveira Fontes, Figuras e Fatos de Sergipe, p. 57).

RUI BARBOSA DE OLIVEIRA. Nasceu em Salvador a 5 de novembro de 1849 e formou-se, em 1870, na Academia de Direito de São Paulo. Além de exercer a advocacia, foi jornalista, destacando-se na campanha da abolição, que defendeu como colaborador do Diário da Bahia e, mais tarde, no Rio de Janeiro, no Jornal do Comércio, O País e Jornal do Brasil. Deputado pela Bahia em 1878, foi, depois, deputado geral, notabilizando-se por sua atuação na reforma eleitoral (instituição do voto direto), em 1881, e na reforma do ensino. Em 1889, recusou-se a participar do governo do império, desligou-se do partido liberal e passou a lutar pelo regime federativo de governo. Proclamada a república, foi nomeado vice-chefe do governo provisório e ministro da fazenda. Desligou-se da pasta da fazenda em virtude dos resultados inflacionários da sua administração. Em 1890, foi eleito senador pela Bahia. Passou a oposição, em 1893, quando o marechal Floriano Peixoto assumiu o poder, e teve que se exilar. Permaneceu em Londres até 1895. De volta ao Brasil, foi novamente senador pela Bahia e vice-presidente do senado (1906-1909). Celebrizou-se, então, como delegado à II Conferência de Paz, em Haia, na Holanda. Foi candidato a presidente da república em 1911, 1914, 1919. Faleceu em 1923. Rui e o barão eram inimigos políticos. Dantas Júnior explica o porquê da inimizade: “ Rui Barbosa sempre fora adversário combatente de Jeremoabo. Pessoa de inteira e absoluta confiança do Cons. Dantas, seu iniciador e grande protetor na vida pública, mormente na política, Rui era um inimigo inclemente dos conservadores. Com Jeremoabo não mantinha relações nem de simples cumprimento: na eleição direta de 1º de dezembro de 1884, no poder o partido liberal, Rui fôra derrotado por Innocencio Góis, no 8º distrito, graças ao concurso decisivo que Jeremoabo prestou a este; na eleição senatorial à constituinte federal, Jeremoabo hostilizou-o abertamente. Porém, em 1892, Jeremoabo apoia Rui para sua reeleição e escreve um manifesto aos amigos justificando sua atitude. (cf. Dantas Júnior, O barão de Jeremoabo..., p. 23).

SÁTIRO DE OLIVEIRA DIAS. Nasceu no município de Inhambupe, na Bahia, em 12 de janeiro de 1844, sendo filho de Claudino José Dias e de D. Umbelina Esméria de Jesus Oliveira Formou-se em medicina. Na monarquia militou no partido liberal, exercendo os cargos de presidente das então províncias do Amazonas, Ceará e Rio Grande do Norte. Na do Ceará, lhe coube a tarefa de declarar oficialmente a libertação dos escravos. Foi diretor da instrução pública do estado da Bahia. Vice-presidente da constituinte baiana e presidente da câmara estadual. Deputado federal pelo estado da Bahia, tendo ocupado no congresso nacional o lugar de membro da comissão de instrução. Exerceu as funções de fiscal do governo federal junto ao Ginásio Baiano. Era casado com d. Guilhermina de Oliveira Dias, irmã do professor Octaviano de Oliveira Dias, secretário do Instituto Normal, e cunhado do coronel Jacinto Febrônio de Oliveira. Deixou duas filhas: Laura de Oliveira Dias e d. Umbelina Dias da Motta Gomes, esposa do Dr. Fortunato da Mota Gomes. Faleceu no dia 19/08/1913. (cf. Gazeta de Notícias, 18/08/1913).

TITO ANTÔNIO DA CUNHA. Deputado provincial pela Bahia na 20ª (1874-1875) e 21ª (1876-1877) legislaturas. (cf. Diário Oficial, Edição Especial..., p. 487).

TORQUATO MENDES VIANA. Natural de São Luís do Maranhão. Bacharel em Direito pela faculdade do Recife. Nomeado para a chefatura de polícia a 26/09/1883. Esteve em exercício de 28/01 a 01/05/1884. Até ser empossado o seu substituto, ocuparam o lugar, interinamente: Dr. Alfredo Adolfo Devoto, como delegado do 1º distrito, nomeado a 31/03/1882, respondeu pelo expediente, de 2 a 26/05/1884 e Dr. Virgílio Alves de Lima Gordilho, de 27/05 a 09/09/1884. (cf. Mattos, Waldemar e outros, História da Polícia Civil da Bahia, p. 162).

VIRGÍLIO ALVES DE LIMA GORDILHO. Nasceu em 1839 no Engenho Santana de Mapele. Fez o curso de Humanidades em Salvador e, posteriormente, seguiu para Recife, onde fez o curso de Bacharel em Direito, vindo a diplomar-se em 1858. Sua vida se processou toda na magistratura da Bahia, percorrendo as comarcas de Nazaré, Valença, Sento Sé, Santo Amaro, Monte Alto, Feira de Santana, Monte Alegre, Caetetê, Alcobaça, Jacobina, Jeremoabo, chegando a Salvador como juiz do comércio, ocupando depois a vara da fazenda, a vara civil e a vara de órfãos. Foi, interinamente, chefe de polícia (ato de 20 de abril de 1880), aposentando-se como desembargador. (cf. Osvaldo Gordilho, Duzentos anos da Família Gordilho, p. 143-144).

VIRGÍLIO CLÍMACO DAMÁSIO. Nasceu em 21 de Janeiro de 1838, na freguesia de Santo Amaro de Itaparica, ilha de Itaparica, Bahia. Filho de Francisco Borja Damasio e de Maria Amália Clímaco de Souza. Formou-se em medicina pela faculdade de medicina da Bahia, em 1859. Aos 28 anos iniciou sua vida política, disputando vaga para deputado à assembleia provincial. Foi um dos mais ardorosos propagandistas da causa republicana. Ao ser criado na Bahia o Partido Republicano, em janeiro de 1889, tomou-se seu vice-presidente. Assumiu a chefia do poder executivo baiano em dois períodos: no primeiro governou de 18/11 a 23/11/1889, e no segundo, assumiu como vice-governador de Hermes da Fonseca no dia 14/09/1890 e passou o cargo a José Gonçalves a 15/11/1890. Essa Segunda fase seria marcada por algumas realizações: a promulgação da constituição provisória do estado, a reforma do ensino secundário, a fixação das datas para eleição e instalação da assembleia constituinte do estado. Após passar o governo a José Gonçalves assumiu sua posição na assembleia nacional, como

senador. Em 21 de novembro de 1913, faleceu em Salvador, aos 75 anos. (cf. Secretária da Cultura e Turismo, Revista da Fundação Pedro Calmon, nº 2, p. 147-148).

VITAL DA SILVA DUARTE, Negociante da cidade do Bomfim. Em 7 de janeiro de 1887 assinou a ata da instalação da cidade do Senhor do Bomfim , na antiga Vila Nova da Rainha, criada pela lei nº 2.499 de 28/05/1885. (cf. Lourenço da Silva, Memória Histórica e Geográfica... p. 139)

VITÓR DINIZ, Juiz de direito de Lagarto

ANEXO IV
FAZENDAS E ENGENHOS, VILAS E MUNICÍPIOS DO
INTERIOR DA BAHIA E DO BRASIL CITADOS NAS CARTAS



Praça da Matriz, vendo-se a Igreja Matriz, a Câmara Municipal, o Quartel e Cadeia e o Cruzeiro do Centenário, inaugurado em 3 de Julho de 1923.



Município de Itapicurú no princípio do século XX. Observa-se na fotografia a igreja, o prédio da intendência ao lado direito e ao lado esquerdo a casa da barão de Jeremoabo destacando-se das demais, em estilo chalet. Na foto de baixo, uma fileira de casas circundando a praça principal, ainda com capim e areia. Esta só foi calçada na gestão de Anibal Dantas, neto caçula do barão de Jeremoabo, como prefeito, no período de 1951-55. Foto ABJ.

BARRACÃO. Ponto terminal do prolongamento da estrada de ferro inglesa, que saía de Salvador, passando por Alagoinhas. O barão e sua família, quando viajavam para o Camuciá, aí saltavam e se dirigiam a cavalo e de carro de boi para o engenho. O carro que transportava as senhoras era coberto com lona, com 2 janelas de cada lado e pintado de cor azul. Por dentro era forrado por cima do taboado com esteiras de junco e colchão. O carro era puxado por uma junta de oito bois. Os nomes dos animais eram: . O carro na qual a baronesa era conduzida era sempre “carreado” pelo mesmo “carreiro”, pessoa de sua absoluta confiança, chamava-se Cirilo Moura e nasceu no engenho Camuciá. (cf. Jesuina da Costa Pinto Dantas de Carvalho, depoimento gravado em junho de 1993).

BOM CONSELHO. Em uma área baixa situada entre o Monte de Santa Cruz e a Serra do Gavião está situada Bom Conselho, vila nascida em torno da capelinha de Santa Cruz erigida por Frei Apolônio Todi. A sede, foi criada com a denominação de Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes dos Boqueirão, por resolução régia de 27.09.1817. Em 1905, recebia o nome de Cicero Dantas. A primeira comunidade de civilização branca, onde hoje se ergue Cícero Dantas (Bom Conselho), foi obra das entradas que se embrenhavam no sertão da Bahia, á procura de metais preciosos e de novas terras para o desenvolvimento agrícola e pecuário. (cf. Consuelo Pondé, Caminhos Vilas e Cidades... , na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 85, p. 96) Nesta cidade o barão de Jeremoabo começou sua vida pública. Os terrenos onde está edificada a cidade pertenciam ao barão. Foram adquiridos por seu avô (Capitão Mor João Dantas dos Reis Imperias Itapicurú) a casa da torre. Era a cidade que o barão mais gostava. “Embora residisse depois no Engenho Regalo, distante 45 léguas, e no Camuciá, distante 20 léguas, visitava Bom Conselho duas, três, quatro e mais vezes ao ano. Para assistir e festejar a entrada do século XX transportou-se para lá com toda sua família.” (Cf. Dantas Júnior, O barão de Jeremoabo... p. 41).

CABOCLO. O Conselheiro José Antônio Saraiva foi sócio de Antônio Ferreira Veloso na construção do Engenho Central de Pojuca. O nome antigo do engenho chamado “Pojuca” era engenho “Caboclo”. Segundo Carlos Ott, “ O Cons elheiro Saraiva passava muitas vezes o fim de semana numa casa modesta situada entre Pojuca e Irapui que ainda estava em pé até 1960. Hoje apenas as duas palmeiras imperiais que havia na frente desta casa; o trem parava especialmente na frente desta casa para o conselheiro poder saltar ou tomar o trem”. O Engenho Central de Pojuca funcionou até 1940, quando suas máquinas foram vendidas para o Paraná e as terras do antigo Engenho Pojuca com 8.000 tarefas serevem para criação de gado ou viraram mato. (cf. Carlos Ott, Povoamento do Recôncavo..., v II, p. 39).

CAMPOS. Situado no estado do Rio de Janeiro, sua colonização iniciou-se na primeira metade do século XVII, depois de derrotados os índios Goitacás. A ocupação dos chamados campos dos Goitacás começou através de fazendas de gado que em pouco tempo passaram a abastecer as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Na 2ª metade do século XVII, foi introduzida a lavoura canavieira na região. A margem direita do rio Paraíba do Sul surgiu um pequeno povoado que foi elevado a vila em 1676, com o nome de São Salvador dos Campos. Em 1835, Campos passou a cidade. (cf. Delta Universal, v. 3, p. 1654).

CAMUCIATÁ. Nome original: Santo Antônio do Camuciatá. Antigo engenho de açúcar situado no município de Itapicuru. Palavra indígena cuja etimologia é “ camussi – pote, vaso; etá – muitos”. O nome designava um riacho da região. Os primeiros proprietários das terras do Camuciatá foram os membros da família de Garcia D’Avila. A última proprietária, antes dos ascendentes do barão de Jeremoabo adquirirem foi D. Inácia d’Araújo Pereira, viúva de Garcia D’Avila Pereira e, por conseguinte, nora do 2º Francisco Dias D’Avila e D. Leonor Pereira Marinho. Por morte do seu marido decidiu-se D. Inácia desfazer-se daquela propriedade, vendendo-a ao português Baltazar dos Reis Porto (trisavô do barão de Jeremoabo), procurador da Casa da Torre, na vila de N.S. de Nazaré de Itapicuru de Cima. Foi a referida transação comercial efetuada, através do pagamento da quantia de 400\$000, conforme consta escritura passada em Salvador, no dia 15 de outubro de 1754. O engenho Santo Antônio do Camuciatá hospedou o general Labatut, que nessa ocasião instruiu o Capitão-Mor João Dantas Imperiais Itapicuru (avô do barão de Jeremoabo e proprietário do engenho), a reunir 2000 homens e seguir para Sergipe com o objetivo de pressionar o governo local que era hostil ao movimento da independência. (cf. Dantas Júnior, O Capitão Mor João Dantas..., Revista do Instituto Genealógico da Bahia).

CAPIM GROSSO. Vila situada à margem direita do São Francisco nasceu de uma fazenda do Major Florêncio Francisco dos Santos. Ali foi erigida igreja sob a invocação de Santo Antônio, em torno da qual se estabeleceu uma pequena povoação. Elevada a freguesia em 6 de junho de 1853, para ali foi transferida a sede da freguesia e vila de Bambu. (cf. Consuelo Pondé, Caminhos, Vilas e Cidades.... IN: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 85, p. 97).

CAMPO FORMOSO. O arraial de São José do Campo Formoso, freguesia de Casa Nova é citado algumas vezes por Durval Vieira: “ Da serra da Maravilha, que enfrenta com a cidade, ocultando por detrás a agrícola vila de Campo Formoso, nascem diversos córregos, que oferecem à população abundantes mananciais...” ; “ As estradas de Jacurici, Campo Formoso, Jacobina e Itiúba, que passam por terrenos cultivados e muitos habitados...” ; “O termo de Vila Nova da Rainha possui os seguintes povoados agrícolas: Campo Formoso, hoje vila, 3 léguas distantes...” (cf. Durval Vieira, Província da Bahia, p. 118-120).

CASA NOVA. Desmembrada de Pilão Arcado por lei de 3 de abril de 1873. Originada de uma fazenda do coronel José Manuel Viana, Riacho da Casa Nova. Era a zona de influência política do conselheiro Luis Viana. O padroeiro da cidade é São José e seu primeiro vigário foi Roberto José da Costa Cerqueira, nomeado por decreto de 10/06/1874, colado a 04/08 e retirou-se em 1901, devido a um incidente com certo fazendeiro. (cf. Pe. Heitor Araújo, História da Diocese da Barra, na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 64, p. 604).

CATU. Santana do. Município estabelecido na margem direita do rio Catu, situado no recôncavo baiano. Este município ligava-se com os municípios vizinhos e Salvador pela Estrada das Boiadas, através da qual o gado descia do sertão para abastecer a cidade. (cf. Vilhena, Notícias..., v.I, Carta Segunda, p.101).

CURAÇA. Povoador do município de Curaçá. O barão possuía fazendas nesta localidade e todo ano ia com a baronesa e filhos passar um ou dois meses, pois acreditava-se na época que os ares do sertão serviam como tônico para a saúde abalada.

INHAMBUPE. Forma alterada de NHUÂBUPE, que significa Perdiz. Município situado no agreste da Bahia. No século XIX, foi zona de influência política da família Dantas. Suas terras pertenceram à Casa da Torre e faziam parte da freguesia de Santo Amaro de Inhambupe. Em 1718 a capela do Espírito Santo foi elevada à categoria de paróquia, pelo arcebispo da Bahia. Em 28 de abril de 1728, Vasco Fernandes César de Menezes elevou o povoado a vila. A carta régia de 26 de junho de 1801 ordenou a criação da vila que foi instalada a 13 de março de 1802, passando a categoria de cidade pela lei nº 134, de 6 de agosto de 1896. (cf. Durval Vieira, *Província da Bahia*, p. 88).

ITAPICURÚ. Município situado na zona do agreste baiano. No século XVII era povoado por índios da nação Tupinambá, representantes legítimos da grande família linguística Tupi-Guarani. A catequese dos índios no local foi feita pelos frades franciscanos, que fundaram em 1639 a Missão da Saúde ou de Santo Antônio. No ano de 1696 foi criada a freguesia de N. S do Itapicuru de Cima e em 1728, o quarto vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes eleva a freguesia a vila. No município de Itapicuru se situava o principal engenho do barão de Jeremoabo, que era denominado de Santo Antônio do Camuciata, nele o barão residia e passava a maior parte de seu tempo. (Cf. Consuelo Pondé, *Introdução ao Estudo...*, p. 15 – 58).

JABOTICABAL. Município do estado de São Paulo. A localidade ficou conhecida como Jaboticabal em virtude da grande quantidade de Jaboticabeiras existentes. (cf. Delta Universal, v. 8, p. 4.507).

JACOBINA. A origem da vila foi a missão da Sai fundada pelos piedosos franciscanos nos idos de 1697. Mais tarde, foi a mesma transferida para o arraial de Bom Jesus, exatamente a 15 de fevereiro de 1724, no local onde já existia uma missão fundada pelos frades desde 1706. Cortada pelo rio do Ouro que a divide em duas partes, está situada nas encostas de duas serras quase paralelas. Deve seu desenvolvimento aos exploradores paulistas que foram para lá em busca de ouro. A elevação à categoria de cidade ocorreu a 28 de julho de 1880, pela lei nº 2.049. O termo Jacobina é encontrado em Bernadino de Souza, na *Onomástica Geral da Geografia Brasileira*, como usado no sertão da Bahia para designar terras impróprias à plantação e cuja vegetação é de mato rasteiro, geralmente cerrado e espinhoso. (cf. Consuelo Pondé, na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, *Caminhos, Vilas e Cidades...*, nº 85, p. 93 e 114).

JAGUARARI. Era um povoado que distava 5 Km do termo de Vila Nova da Rainha. Juntamente com Campo Formoso, Jacobina e Itiúba, formava estradas que passavam por terrenos cultivados e muito habitados. (cf. Durval Vieira, *Província da Bahia*, p. 116-121).

JEREMOABO. Vem de Jerimú – abóbara mais aba – sufixo de lugar e bo – pelo, logo: lugar das abóboras. No século XVIII ainda se escrevia Jerimuabo. A freguesia de São João Batista de Jeremoabo foi criada em 1718, tendo sido anteriormente aldeia de índios Kiriri. Começou como capela da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Itapicuru (1679), com uma igreja dedicada a N. S. Das Brotas. Situada em terras da Casa da Torre estava sujeita ao padroado dos senhores da casa, que a construíram e a dotaram do dote consumado de seis mil reis anuais, consistente em terra e gado do sítio de Jeremoabo. A capela foi elevada a matriz em 1718. O povoado foi elevado à vila a 25 de outubro de 1831. Situada no sertão da Bahia. Niste município , na fazenda Caritá nasceu

Cícero Dantas Martins há 28 de junho de 1838. Neste município o barão possuía várias fazendas (cf. Durval Vieira, *Província da Bahia*, p. 75-79).

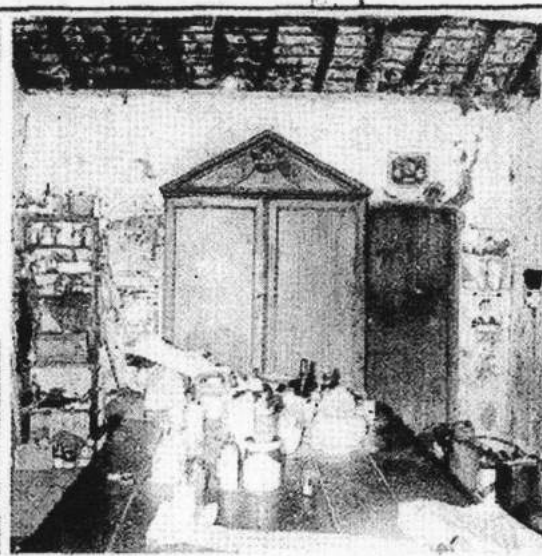
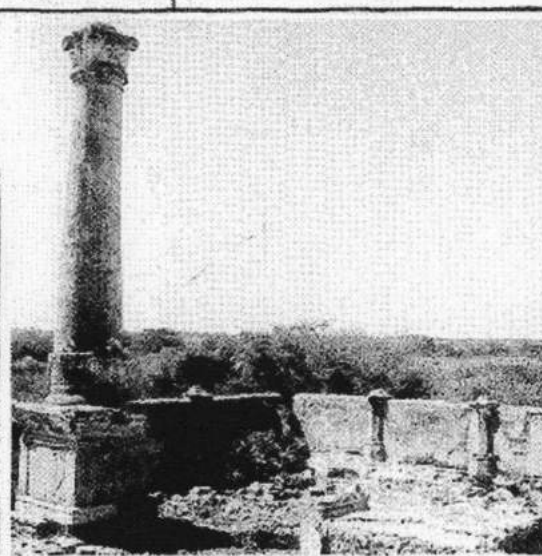
JUAZEIRO. Originária de uma aldeia franciscana de índios. Em 1766, se torna julgado pela decisão do conde de Azambuja. A capela foi elevada a freguesia a 26 de março de 1840, tornado-se vila a 9 de maio de 1833. Passou a cidade a 15 de julho de 1893. Está numa região elevada à margem direita do rio São Francisco. (cf. Consuelo Pondé, *Caminhos, Vilas e Cidades...*, na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº85, p. 94).

LAGARTO. Maria Thetis Nunes descreve Lagarto: “ A vila de Lagarto, tem duas paróquias, uma dedicada a N.S. da Piedade, e outra a N. S. Dos Campos do Rio Real. O seu termo se estende de norte a sul vinte léguas contadas do rio Vaza Barris, que o separa do da vila da Itabaiana, ao riacho Cumbé, que o divide do da vila da Abadia na comarca da Bahia. A estrada principal da comunicação de Pernambuco para a Bahia, a qual se ajuntam outras articulares, passa no termo desta vila na povoação dos campos distante cinco léguas. (cf. Maria Nunes, *História de Sergipe*, p. 177).

LAGOA DA VACA. Era uma das fazendas do barão de Jeremoabo, situada no termo de Curaça. Nesta fazenda, todo ano o barão e baronesa de Jeremoabo passavam uma temporada de um a dois meses. O clima seco da região era aconselhável na época para o tratamento de doenças do “peito”. No ano de 1903 a fazenda com todas as suas “bemfeitorias de casas, tanques, curraes e cercados, estava avaliada em três contos de réis. Duzentos e vinte cabeças de gado vacum de criar de toda sorte, todas por cinco contos e quinhentos mil réis. Trezentos e cinquenta cabeças de ovelhas de criar de toda sorte, todas por setecentos mil réis. Oitenta cabeças de cabra de criar de toda sorte, todas duzentos mil réis, dez cabeças de animal cavalari de toda sorte, todas por trezentos e cinquenta mil réis. Um cavalo pastor alazão careta por oitenta mil réis cada um , ambos cento e sessenta mil réis. Um cavalo dito melado por setenta mil réis.” (cf. *Inventário do Barão de Jeremoabo*, 23/12/1903, p. 6).

MACURURÉ. Habitada inicialmente pelos indígenas, rodela, a área somente teve colonização branca no final do século XIX, quando da formação de uma fazenda de nome Timtim, às margens do riacho do mesmo nome, mais tarde denominada Três Irmãos. No início do atual século, com a construção de uma capela em louvor a N. S. Do Bonfim, formou-se à sua volta o povoado denominado de Bonfim. Município criado com território do distrito de Macururé e parte dos territórios dos distritos de Glória e Rodelas, desmembrados do município de Glória, por lei estadual de 27.07.1962. A sede, tornou-se distrito em 1922, com o topônimo de Bonfim, denominação alterada em 1938, para Macururé , foi elevada à categoria de cidade quando da mesma lei que criava o município. (cf. *Secretária da Cultura e Turismo, Guia Cultural da Bahia*, v. 4, p. 177).

MADRE DE DEUS. Os indígenas que habitavam a Baía de Todos os Santos a denominavam por Corurupebas. Colonizada por Jesuíta , recebeu o topônimo de ilha de Madre de Deus do Boqueirão. Em 1584, foi arrendada a lavradores, o que provocou o desenvolvimento do local. Município criado por lei estadual de 13.06. 1989, desmembrada de Salvador, com a denominação de Madre de Deus. A sede, formada distrito em 1947, foi elevada à categoria de cidade quando da criação do município. (cf. *Secretária da Cultura e Turismo, Guia Cultural da*



Derivado antenário: a lagoa da vaca, a lagoa da vaca, a lagoa da vaca.

Fazenda Lagoa da Vaca, situada no município de Curaça no alto sertão da Bahia. Esta era uma das 61 fazendas que o barão possuía espalhadas por 15 municípios da Bahia. Todos os anos percorria essas propriedades a cavalo. Foto do IPAC/ IPHAN.

Bahia, v. 6, p. 105). No século XIX, as famílias frequentavam as praias da região em busca de tratamento nas águas salgadas.

MAR GRANDE. Fazia parte por desmembramento do município de Salvador, da “Denominada Vila de Itapicuru”, por decreto imperial de 25.08.1831. Era desde aquela época local de veraneio, onde as pessoas iam descansar ou se tratar de alguma doença. (cf. Secretária da Cultura e Turismo, Guia Cultural da Bahia..., v.6, p. 61).

MASSACARÁ. Nome de uma tribo camacã que Martius encontrou na região de Juazeiro. Se conservou como aldeia indígena, administrada pelos franciscanos até 1854. O nome Massacarã designou, também, uma estrada do sertão. Este caminho foi percorrido várias vezes por Antônio Conselheiro e seu grupo e era considerado na época como “estrada sagrada”. (cf. Consuelo Pondé, Caminhos, Vilas e Cidades..., na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 85, p. 108 e 115).

MONTE SANTO. Em área que integrava o grande Morgado da Casa da Torre, imenso latifúndio iniciado por Garcia d’Avila, foram construídas algumas fazendas, a primeira delas a Caçucá, depois, Quinrinquinhal, Acaru, Soledade, Lajinha, Lagoa da Onça, etc. Em terras da fazenda Soledade, arrendada em 1750 a João Dias de Andrade, esse construiu uma casa e uma pequena capela, entronizando uma imagem de N. S. Da Conceição. Aí, viria se erigir a povoação de Monte Santo, a partir da chegada do frei capuchinho Apolônio de Todi. Erguendo uma missão no sopé da serra do Piquaraçá, o frei Apolônio de Todi deu início a construção de um santuário, devido a semelhança encontrada com o calvário de Jerusalém. Era outubro de 1785. Os primeiros milagres atraíram inúmeros romeiros que por lá se fixaram e deram início a povoação de Monte Santo, conforme desejo expresso do frei “....daqui em diante não chamassem mais serra de Piquaraçá, mas sim Monte Santo.” Município criado por resolução provincial de 21.03.1837, com a denominação de Vila do Coração de Jesus do Monte Santo, e território desmembrado de Itapicuru. Tive o nome simplificado para Monte Santo em 1929. A sede, criada freguesia em 1790, com a invocação do Santíssimo Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição do Monte Santo, foi elevada à condição de cidade por lei estadual de 25.07.1929. (cf. Durval Vieira, Província da Bahia, p. 81-84; Secretária da Cultura e Turismo, Guia Cultural da Bahia, v. 4, p. 183).

MUCAMBO. Antiga denominação do atual município de Olindina. No século XIX e princípio do XX foi uma fazenda que pertenceu ao médico Pedro Ribeiro de Araújo, primo do barão de Jeremoabo.

PATAMUTÉ. Era um povoado do município de Curaça, onde o barão tinha propriedade.

QUEIMADAS. As primeiras notícias sobre a região datam do final do século XVIII, com a passagem de bandeirantes que buscavam chegar em Jacobina. Já o povoamento do local onde hoje se ergue a sede de Queimadas, teve início com duas fazendas vizinhas, cognominadas de “As Queimadas”. Município criado com a denominação de Vila Bela de Santo Antônio das Queimadas, e território constituído das freguesias de Santo Antônio das Queimadas e de São Gonçalo do Amarante da Itiúba, desmembrado de Vila Nova da Rainha (atual Senhor do Bonfim), por resolução provincial, de 20.06.1884. O nome definitivo Queimadas seria dado em 1915. (cf. Secretária da Cultura e Turismo, Guia Cultural, v.4, p. 247).

REGALO. Antigo engenho de açúcar, o Regalo era uma das propriedades da família Costa Pinto que na região do recôncavo baiano possuía vários engenhos. Entre os principais podemos citar: Jacu, Europa, Bento Simões, Regalo, Gameleira, Gravatá, Bonsucesso, Canabrava, Oiteiro, Mato Limpo e Aramaré. Situado na freguesia de Bom Jardim, o engenho Regalo pertencia a Antônio da Costa Pinto (Conde de Sergimirim) e foi dado como dote de casamento a sua filha Mariana da Costa Pinto, que casou-se com Cicero Dantas Martins (barão de Jeremoabo), em 4 de novembro de 1865. O engenho Regalo, juntamente com o engenho Camuciá, eram as propriedades onde o barão e baroneza de Jeremoabo passavam a maior parte de seu tempo.

RIBEIRA DO AMPARO. Onde havia uma aldeia indígena, no início da nossa colonização, foi construído um templo dedicado à Nossa Senhora do Amparo, com a finalidade de catequese, em local denominado por Ribeira do Pau Grande, atraindo a inúmeras famílias, que lá se instalaram. Município criado com território desmembrado de Pombal (atual Ribeira do Pombal), por ato estadual de 17.12.1890, com a denominação de Vila do Amparo. Extinto em 1931, tendo seu território anexado a Cipó. Em 1943, na condição de distrito de Cipó, teve o topônimo alterado para Ribeira do Amparo. Foi restaurado como município, por lei Estadual, de 14.08.1958, com os territórios dos distritos de Ribeira do Amparo e de Heliópolis, desmembrado de Cipó. (cf. Secretária da Cultura e Turismo, Guia Cultural..., v. 4, p. 271).

RIBEIRA DO POMBAL. A cidade de Pombal originou-se de uma aldeia de índios quiriris, ou cairiris. No ano de 1667, os padres jesuítas João de Barros e Jacobo Rolando Penetrando na aldeia silvícola iniciaram a catequese. Continuando a obra missionária dos seus irmãos de hábito, o padre Jacques Cocle, em 1672, prosseguiu a catequese, tendo encontrado no local uma capela erigida pelos seus predecessores sob a invocação de Santa Teresa. Localizada a cerca de 30 quilômetros do rio Itapicurú, a aldeia foi batizada pelos evangelizadores com o nome de Canabrava de santa Teresa de Jesus dos Quiriris, em virtude da abundância de canabrava na região. Situada no roteiro daqueles que se dirigiam ao Rio São Francisco, a aldeia ficou famosa por servir de ponto de repouso e hospedagem para os viajantes. Por Carta Régia de 8 de maio de 1758, sendo Vice-Rei D. Marcos de Noronha e Brito, 6º Conde dos Arcos, foi a aldeia elevada à vila. O mesmo diploma criou o município de Pombal, cuja instalação, procedida pelo Ouvidor de Sergipe, Miguel de Aires Lobo de Carvalho, verificou-se no mesmo ano. Em 31 de dezembro de 1943, por força do Decreto-Lei estadual nº 141, retificado pelo Decreto Estadual nº 12.978, de 1º de junho de 1944, o município passou a denominar-se Ribeira do Pombal. (cf. Brito Reis, O Marquês de Pombal..., P. 93-94).

RIO VERMELHO. No final do século XIX e princípios do XX era pouco povoado, mas muito utilizado para o veraneio de famílias abastadas. O clima e as águas passaram a atrair pessoas de diversos locais, que chegavam em busca dos já famosos “banhos de sal”, nas águas medicinais do mar do Rio Vermelho que, segundo a tradição a crença da época, curavam até o beriberi. Muitas famílias até fixaram residência, enquanto que outras permaneciam somente durante os períodos de veraneio. O meio de transporte usado era através da tração animal, logo depois passou a funcionar as linhas de bonde, que faziam a ligação do centro da cidade com o Rio Vermelho. (cf. Ubaldo Porto, Rio Vermelho, p. 26-27).

SANTO AMARO. A primeira povoação surgiu em 1557 às margens do rio Traripe, nas proximidades do mar. Aí vieram os primeiros colonizadores, construindo habitações, estabelecimentos comerciais, capela e tendo o rio e o mar como fonte de subsistência. “Um incidente trágico resultante da morte de um jesuíta fez o local ficar amaldiçoado”. Os colonos mudaram-se para local próximo, edificando uma nova capela, sob a invocação de Santo Amaro. Neste ponto desenvolveu-se a cidade. Município criado com os territórios das freguesias de N. S. Da Purificação de Sergipe do Conde, São Domingos de Saubara, N. S. De Oliveira dos Campinhos e São Pedro de Traripe e Rio Fundo, desmembrados do município de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde e com a denominação de Vila de N. S. Da Purificação e Santo Amaro, por carta régia de 27/12/1693 e provisão régia de 09/02/1725. A sede foi elevada à categoria de cidade através da lei provincial de 13/03/1837, com a denominação de “Leal Cidade de Santo Amaro”. (cf. Guia Cultural da Bahia – Recôncavo, v. 2, p.227). Durval Vieira, assim, descreve Santo Amaro: “O termo de santo Amaro, pela extensão e uberdade de seus territórios de massa-pê, qualidade especial para a cultura da cana, possui numerosos engenhos, sendo a maior parte deles movidos a força hidráulica, com enormes construções, grandes casas de morada e vastos terrenos, produzindo anualmente a maior safra de açúcar da província. As terras pertencem, em grandes extensões, aos ricos lavradores, verdadeiros senhores feudais, que possuíam a melhor e a mais numerosa escravatura da província. Há no termo uma grande fábrica contral com os mais aperfeiçoados aparelhos para o rápido fabrico do açúcar, durante o próprio trabalho da moagem. Essa fábrica denomina-se Bom Jardim, nome do lugar onde se acha.” (cf. Durval Vieira, Província da Bahia, p.103). Em Santo Amaro a família Costa Pinto se fixou no início do século XIX, com a vinda de Antônio da Costa Pinto, da Vila Nova de Famalicão, cidade de Braga, na então província de Entre-Douro e Minho, em Portugal, a fim de entrar na posse de uma vasta extensão de terras que lhe coube por herança e constituíam o encapelado de N.S. da Conceição do Paramirim, também conhecida por encapelado de Bento Simões. Antônio da Costa Pinto era avô de Mariana da Costa Pinto Dantas (baronesa de Jeremoabo).

SÃO JOSÉ/SÃO JOSÉ DO PRÍNCIPE. Erampovoados do arraial de Campo Formoso, freguesia de Casa Nova.

VILA NOVA DA RAINHA. Um longínquo ponto de estrada por onde passavam as boiadas dos sertões nortendinos deu origem a esta povoação, que foi elevada a vila em 1799, com a denominação de Vila Nova da Rainha. A mesma tornou-se cidade a 28 de maio de 1885, passando, então a denominar-se cidade do Bonfim por volta de 1887. (cf. Consuelo Pondé, Caminhos, Vilas e cidades..., na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 85, p. 89). Nesta cidade José Gonçalves da Silva, logo após se formar em direito pela faculdade de São Paulo, em 1862, fixou residência, dedicando-se à pecuária e tornando-se chefe político local. Possuía, também, nesta vila diversas propriedades, dentre as quais podemos citar: Piabas, Mary, Caraíba, Ingazeira etc. Piabas era a sede de suas propriedades e principal residência. A maioria das cartas para o barão foram escritas desta fazenda.